

Susana Serpa Silva, Cristina Moscatel,
N'zinga Oliveira, Daniela Soares, Bruna Valério
COORDENAÇÃO

**TRABALHO (NO) FEMININO
– HISTÓRIAS DE MULHERES**
(SÉCULOS XVIII A XX)

**FEMALE WORK
– WOMEN'S STORIES**
(FROM THE 18TH TO THE 20TH CENTURY)

Letras
Lavadas[®]
edições

Susana Serpa Silva, Cristina Moscatel,
N'zinga Oliveira, Daniela Soares, Bruna Valério
COORDENAÇÃO

**TRABALHO (NO) FEMININO
– HISTÓRIAS DE MULHERES**
(SÉCULOS XVIII A XX)

**FEMALE WORK
– WOMEN'S STORIES**
(FROM THE 18th TO THE 20th CENTURY)

2022



Ficha Técnica

Título:

TRABALHO (NO) FEMININO – HISTÓRIAS DE MULHERES (SÉCULOS XVIII A XX)

Coordenadoras:

Susana Serpa Silva, Cristina Moscatel, N'zinga Oliveira, Daniela Soares, Bruna Valério

Autores:

Vários

Edição:

Letras Lavadas *edições*

Revisores Científicos:

Daniela Soares (Universidade dos Açores, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS. NOVA.UAc) | Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade dos Açores - CICS. UAc); Filipa Lowndes Vicente (ICS - Univ. de Lisboa); Irene Flunser Pimentel (IHC - Univ. Nova de Lisboa); Irene Vaquinhas (CHSC - Univ. de Coimbra); Izilda Matos (Pontifícia Universidade Católica – S. Paulo); João Esteves (Agrupamento de Escolas de S. Bruno - Caxias); Maria Alice Samara (IHC – Univ. Nova de Lisboa); Monica Moreno Seco (Univ. Alicante); Patrícia Zakreski (Univ. Exeter).

Paginação:

Pedro Melo/Nova Gráfica, Lda.

ISBN:

978-989-735-427-4

Data de publicação:

2022

Esta publicação é um dos resultados do Projeto “Trabalho (no) Feminino (1850-1916) – Histórias dos Açores”, financiado pelo Governo Regional dos Açores – Direção Regional da Ciência e Tecnologia, através do programa PRO-SCIENTIA: Eixo 1 – Valorizar – Valorização em Ciência e Tecnologia. Ação 1.1 – “Capacitar as entidades do SCTA e valorizar as suas atividades”. Medida 1.1.c– “Implementação de projetos de I&DI” na área das Ciências Sociais e Humanas, com a Ref.^a M1.1.C/C.S./022/2019/0.

Apoios:**Entidades Parceiras do Projeto:**

Preâmbulo

No âmbito das medidas de apoio à implementação de projetos de investigação, nas áreas das Ciências Sociais e Humanas, aplicadas pelo Governo Regional dos Açores, através programa PRO-SCIENTIA — Eixo 1, esteve em curso o projeto intitulado “Trabalho (no) Feminino (1850-1926) — Histórias dos Açores”, no biénio de 2021 e 2022 (Ref.^a M1.1.C/C.S./022/2019/0). Esta investigação — que se espera poder continuar através de novo programa concursal — teve como objetivo efetuar um levantamento das atividades profissionais desempenhadas por mulheres, em contexto urbano e nas duas ilhas mais populosas do arquipélago (S. Miguel e Terceira), ao longo do período temporal identificado, que abrange uma época de profundas mudanças na sociedade portuguesa: as últimas seis décadas da Monarquia e a Primeira República.

Procurando colmatar lacunas da historiografia insular, o projeto integra-se no domínio dos Estudos de Género, articulados com a História Económica e Social, na medida em que se pretendeu destacar figuras femininas e o seu contributo para o incremento económico e sociocultural das ilhas. O enfoque incidiu no desempenho das mulheres no mercado de trabalho, dissonante dos estereótipos da domesticidade e da passividade associados à mulher do século XIX e inícios do século XX.

Os estudos de História das Mulheres são uma conquista relativamente recente, que muito deveu à abertura dos campos da investigação histórica a novas problemáticas e interesses, assim como aos movimentos feministas americanos e europeus dos anos 80. Os estudos de género fizeram parte, durante muito tempo, das omissões da História, ganhando visibilidade e foros de cidadania académica na esteira da afirmação da História da vida privada, do quotidiano, dos marginais e excluídos, bem como das pressões decorrentes do aumento da população feminina universitária. Por isso, desde as últimas décadas do século XX, quer na Europa, quer em Portugal, assistiu-se a um incremento notável dos estudos focados na mulher e na condição feminina. De acordo com Georges Duby e Michelle Perrot, estudar a mulher no passado significa investigar os seus papéis e os seus poderes, as suas formas de ação, discursos e representações. Trata-se, pois, de um estudo complexo, multifacetado e que pressupõe a presença feminina em múltiplos setores da sociedade, como, por exemplo, no mundo laboral.

Na sequência do exposto, este e-book constitui-se como um dos *output* do projeto indicado, na esteira do Colóquio Internacional realizado na Universidade dos Açores, em junho de 2022, com o apoio do CHAM Açores, parte integrante do CHAM – Centro de Humanidades (NOVA/Açores) e com o título “Trabalho (no) Feminino: percursos e geografias / Female Work: career paths and geographies”. Não obstante, importa sublinhar que esta publicação não corresponde ao tradicional volume de atas, na medida em que os textos não equivalem exatamente às comunicações apresentadas, tendo sido desenvolvidos e aprofundados, além de submetidos ao rigoroso crivo dos membros da Comissão Científica, garantindo-se assim o *peer review* e, com este, uma maior certificação da qualidade científica. A divisão da obra também não reflete os painéis em que se dividiram os trabalhos do Colóquio, tendo sido adequada às temáticas dos textos, em conformidade com as profissões e os desempenhos femininos abordados. Assim, apresentam-se aqui reunidas diferentes perspetivas e Histórias de Mulheres — desde o século XVIII ao século XX —, presentes no mundo do trabalho e das profissões, em múltiplos contextos e repartidas entre o labor da terra, das fábricas e das pequenas oficinas domésticas, nos meios académicos e da saúde, entre livros e letras, na imprensa, nas artes ... Neste e-book encontramos mulheres empreendedoras, camaristas da corte, artesãs, médicas e parteiras, arquitetas, especialistas em culinária e cosmética, músicas, escritoras, tradutoras e jornalistas, bibliotecárias, entre outras.

Por último, este e-book abraça a interdisciplinaridade, que muito o enriquece, associando a análise da História, às perspetivas da Literatura, da Cultura e da Antropologia.

Agradecemos a todos(as) quantos(as) tornaram possível a publicação desta obra coletiva, que reúne um total de vinte e oito textos originais, que muito concorrem para um melhor conhecimento do trabalho (no) feminino.

As Coordenadoras

**MULHERES E TRABALHO:
UMA REALIDADE HETEROGÊNEA
WOMEN AND WORK:
A HETEROGENEOUS REALITY**

CREADA

Precisa-se uma que
saiba cosinhar e engo-
mar, e com abonação da
ultima casa em que ser-
viu, para ir servir em
Lisboa uma familia (4
pessoas) aqui da ilha;
abonando-se-lhe passa-
gem para lá, e dando-se-
lhe 5\$000 réis de sol-
dada. 45

Diário de Anúncios, nº1501, 30 de janeiro de 1890

“Familiar de faroleiro também é profissão”. Mulheres e trabalho em Portugal no século XIX e inícios do século XX: fontes e problemáticas

Irene Vaquinhas¹

Introdução

“Sabemos que é necessário repetir e voltar a repetir que as mulheres, ao longo dos séculos, sempre estiveram no mercado do trabalho, e que apenas as mulheres das classes mais elevadas não compartilhavam com as mulheres das outras classes, a produção directa de bens materiais e a sua comercialização ou troca” (Vicente 1998, 77).

A frase de Ana Vicente redigida no ano de 1998 não denuncia apenas uma ideia tradicional que, à custa da repetição, se tornou um lugar comum mas constitui uma chamada de atenção para uma realidade que, no dealbar do século XXI, permanece atual: a subavaliação do trabalho feminino e a sua associação a atividades remuneradas na esfera mercantil ou “de proveito económico imediato”, como se escrevia em 1940 (cit. por Baptista 1999, 33). Nestas circunstâncias, a produção de bens e serviços realizados na esfera doméstica, pela sua gratuitidade, não sendo remunerada por salário, é excluída da atividade económica e da própria noção de trabalho.

Se a situação descrita se aplica à transição do milénio é legítimo perguntar se é possível reconstruir, em bases sólidas, a atividade laboral das mulheres portuguesas dos tempos recuados do século XIX e do início do século XX. Que condicionalismos limitavam a representatividade das fontes disponíveis impedindo o apuramento preciso da população ativa feminina e a construção de uma imagem correta da divisão sexual do trabalho? Que dificuldades escondem as noções operatórias ou os critérios classificativos adotados quanto à inclusão e à exclusão de categorias ocupacionais femininas na documentação institucional? Responder a estas (e outras) questões obriga a interrogar os documentos base para o estudo do trabalho feminino,

¹ Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC) da Universidade de Coimbra; Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; email institucional: irenemcv@fl.uc.pt; ORCID: <https://orcid.org/165-1889-0003-0000X>; Ciência ID: 7116-054C-1FE6

bem como a proceder à crítica hermenêutica dos conceitos teóricos e das metodologias que lhes estão subjacentes.

As fontes e os seus problemas

Embora sejam numericamente significativas as fontes primárias, de carácter serial e/ou estatístico, para o estudo da época contemporânea, a exemplo de recenseamentos demográficos, eleitorais e fiscais, livros de décimas ou Anuários Comerciais, apresentam, no entanto, no tocante à estrutura ocupacional feminina no universo laboral, condicionalismos que comprometem os resultados, em especial a quantificação do contributo produtivo das mulheres nas unidades familiares. Já no que toca às fontes fiscais ou eleitorais, que igualmente disponibilizam séries homogêneas de médio ou longo prazo, dão sobretudo acesso às elites, uma vez que se baseiam em critérios de rendimentos e de habilitações literárias, sendo residual a presença feminina nesse tipo de fonte².

As características apontadas configuram uma realidade documental incontornável, comum a vários países e/ou regiões (Pasleau 2002, 616-618; Pérez-Fuentes Hernández 1995, 219-245; Battagliola 2004, 15-35; Muñoz Abeledo 2012, 51-54), apontando-se como principais lacunas das fontes disponíveis a falta, escassez e subavaliação dos registos, senão mesmo, em alguns casos, a ocultação, sobretudo relativamente a trabalhadores familiares não pagos, grupos etários extremos e trabalhadores sazonais ou ocasionais, entre os quais se incluem as mulheres.

Para o caso de Portugal, Ana Bela Nunes e Virgínia Baptista, tomando como escopo de análise os recenseamentos demográficos, sobretudo do período 1890 a 1940, assinalam as dificuldades e as imprecisões das grelhas classificativas utilizadas, em particular a falta de homogeneidade nas terminologias e nos conceitos operatórios, variando de recenseamento para recenseamento, ou o carácter aleatório dos critérios, remetendo-se grande parte das mulheres para grupos abrangentes que as ocultava (Nunes 1989, 5-31; Baptista 1999, 15-36). Assim, em 1930, parte significativa da população

² Para outros períodos cronológicos, países ou regiões, a documentação de origem fiscal tem constituído um suporte fundamental para o conhecimento do emprego feminino no Antigo Regime, como demonstram os estudos de Rial García para a Galiza, a partir do Catastro de la Ensenada de 1752, Rial García 1995; 2003; 2005.

feminina é incluída no grupo designado por “membros da família auxiliando os respetivos chefes”, enquanto, no recenseamento de 1940, é registada como “doméstica”, nomenclatura que igualava todas as mulheres, independentemente da sua origem social, grupo etário ou etnia. Os valores percentuais da população feminina ativa refletem a ocultação das mulheres e a sua subalternização em relação ao chefe de família, decrescendo de 18,2%, em 1890, para 10,4%, em 1930, e 8,2%, em 1940 (Baptista 1999, 38).

Sendo a sociedade portuguesa no século XIX e inícios do século XX, basicamente rural, na qual o peso do setor agrícola era esmagador, desempenhando as mulheres a maior fatia do trabalho no âmbito da economia agrícola familiar, ainda acentuada pela forte emigração masculina a partir de meados de oitocentos, a não inclusão do trabalho familiar não pago, no qual se incluía o trabalho feminino, distorcia os resultados e reduzia tanto o peso do setor da agricultura no conjunto da população ativa portuguesa, como o da sua produtividade. Durante grande parte do século XIX, pelo menos, a família camponesa constituía uma unidade de trabalho em que o contributo de todos os elementos do agregado doméstico, de ambos os sexos, era fundamental para a sobrevivência económica³. Aliás, é frequente na imprensa o elogio das qualidades da camponesa do norte do país, em particular da minhota, como exemplo de trabalho e de espírito de família, o que a converte, como assinala Alfredo Guimarães, “um raro exemplo de virtude, de meiguice e de abnegação da família” (1907, 68)⁴.

Ora, ao valorizar-se unicamente o trabalho produtivo remunerado, reduzem-se as trabalhadoras às assalariadas, o que submergia a participação laboral feminina, subavaliando-a e qualificando-a de improdutivo e inativa, o que a empurrava para zonas de sombra que ocultavam a sua presença. Se tomarmos como exemplo, o caso das bordadeiras da ilha da Madeira, em 1906, repartidas entre bordadeiras profissionais e bordadeiras rurais, executando trabalhos no domicílio, as estimativas dos seus números apontam, para o primeiro caso, 2000 mulheres, enquanto, no segundo caso, a avaliação

³ Como afirma Sabaté, citado pelas autoras adiante referidas, “el trabajo realizado por las mujeres... tiene de actividades alternas, discontinuas em el tiempo y em muchas ocasiones sin retribución económica y que incluyen trabajo reproductivo, actividades de autoconsumo, trabajo retribuído y trabajo em empresas familiares” (Alario Trigueros *et alii* 2008, 63).

⁴ Na opinião de este autor “A mulher do Minho cria os seus filhos, limpa-os, veste-os e guia a sua educação, ainda que rudemente. Faz a fornada do pão, deita a sua teia de estopa, trata do arranjo caseiro e cava as terras, monda os linhos, rega as sementeiras, vende as suas hortaliças no mercado, trabalha na debulha, entra na faina do lagar [...]”.

sobe para 30.000⁵, ou seja, é superior o número daquelas que, por não serem profissionais, não constam dos registos oficiais da população ativa feminina.

Esta grelha de leitura está associada a estratégias familiares assentes no modelo do *male breadwinner family*, ou seja, o varão provedor do lar ou, na tradução literal de Karin Wall, “o ganha-pão masculino” (Wall 2002, 48), comum ao tempo pelo menos nos países da Europa do sul (Espanha, Itália, Grécia), sendo o resultado de um complexo de interações entre a cultura familiar, as relações de género, as políticas públicas e o mercado laboral (Moreno Mínguez 2005, 131-134). De acordo com esse modelo, o sustento familiar básico assentava no salário masculino, estando a mulher circunscrita ao trabalho doméstico, não remunerado, ou excepcionalmente ao trabalho pago mas ocasional, parcial, complementar ou secundário.

A materialização dessa construção ideológica, que se iniciava logo no trabalho infantil, demarcava as esferas do trabalho feminino e masculino, as diferenças salariais entre homens e mulheres ou a sua concentração em trabalhos considerados adequados à “natureza feminina”. Baseava-se em convenções socialmente construídas ao longo do tempo, mais simbólicas do que objetivas, reforçadas por teorizações de economistas políticos oitocentistas (Jean-Baptiste Say, Adam Smith, entre outros).

Considerava-se que, em termos físicos e intelectuais, a compleição feminina não lhe “consentia” “trabalhos violentos” nem o seu cérebro lhe permitia “esforços [...] em grau tão profundo como o homem” (Raposo 1949, 323). Assentavam, por conseguinte, quer “em critérios e preconceitos sobre as aptidões e capacidades naturais dos sexos”, quer “em questões de conveniência quanto ao ambiente a manter nos locais de trabalho” (Guinote 1997, 249), de forma a evitar a “[...] promiscuidade com o outro sexo”, em fábricas, oficinas ou estabelecimentos industriais, conforme se referia em alguns relatórios oficiais dos inícios do século XX (*Boletim do Trabalho Industrial* 3, 1907, 9). Aliás, o Estatuto do Trabalho Nacional, promulgado em 23 de Setembro de 1933, preceituava, quanto ao trabalho das mulheres e dos menores fora do domicílio, que este seria regulado por “disposições especiais conforme as

⁵ *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 4, 1907 – Industrias madeirenses. Bordados, Artefactos de Verga e Embutidos pelo Engenheiro Chefe dos Serviços Tecnicos da Industria do Funchal Victorino José dos Santos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907, p. 8. De acordo com o autor deste relatório: “Há nesta ilha duas classes de bordadeiras perfeitamente distintas: a das bordadeiras ruraes e a das bordadeiras profissionais. As primeiras existem disseminadas por todo o districto, embora muito mais intensamente na costa do sul da Madeira e na ilha de Porto Santo, e as segundas residem principalmente no concelho do Funchal e sobretudo nas freguesias de Santa Maria Maior e São Gonçalo, onde se produzem os mais finos bordados de todo o districto”, *art. cit.*, p. 3.

exigências da moral, da defesa física, da maternidade, da vida doméstica, da educação e do bem social” (Art. 31º, Decreto-Lei nº 23048).

As próprias legislações laborais contribuíram para controlar e reduzir a participação das mulheres no mercado de trabalho, ao refletirem tanto políticas de emprego como políticas demográficas e familiares, sendo-lhes vedado um leque variado de indústrias, sobretudo com matérias perigosas ou poluentes, impondo restrições quanto aos horários de trabalho noturnos ou, no caso das puérperas, proibindo-lhes o trabalho no mês a seguir ao parto, sem vencimento ou subsídio, o que, conforme bem assinalou Virgínia Baptista, contribuiu para “agudizar a pobreza” (Baptista 2016, 80). Neste campo, embora a questão social vinculada aos problemas operários também tivesse provocado inquietação em políticos, estadistas e alguns sectores da Igreja Católica, em particular os permeáveis à corrente do catolicismo social Portugal distanciou-se, em termos jurisdicionais, de outros países europeus, onde, desde os anos 1880, se prestavam apoios financeiros ou o Estado concedia seguros de maternidade (Vega 2007, 255-257; Baptista 2016, 50-51).

O corpo legislativo sobre o trabalho das mulheres e dos menores nos estabelecimentos industriais que, recorrentemente, vai sendo promulgado desde o decreto de 14 de Abril de 1891 pelo menos até à sua confirmação e ratificação em 16 de Setembro de 1932, na sequência da adoção de normas regulamentadoras internacionais sobre as jornadas de trabalho e a proteção dos trabalhadores (Quadro nº 1)⁶, fundamenta-se na “necessidade de fortalecer o sentimento da família” e de “preparar a sanidade, a força do futuro” (10 Fevereiro de 1890; 14 de Abril de 1893).

⁶ Em particular da Convenção Internacional “Para a proibição do trabalho nocturno das mulheres empregadas na industria”, assinada em Berna, em 26 de Setembro de 1906 e aprovada por carta de lei de 17 de Setembro de 1908. O corpo legislativo sobre esta matéria é o seguinte: Decreto-Lei de 10 de Fevereiro de 1890, *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, anno de 1890, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, pp. 25-26; Decreto-Lei de 14 de Abril de 1891, *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, anno de 1891, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, pp. 135-141; Decreto-Lei de 16 de Março de 1893 – “Regulamento para o trabalho dos menores e das mulheres nos estabelecimentos industriaes de qualquer espécie ou sob qualquer direcção”, *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, anno de 1893, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, pp. 152-157; Decreto de 24 de Junho de 1911, *Diário do Governo*, nº 149, de 29 de Junho de 1911; *Leis nº 295, 296 e 297 de 22 de Janeiro de 1915 Sôbre a duração do trabalho diário no comércio e na indústria e alterações à regulamentação do trabalho dos menores e das mulheres*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915; Lei nº 367 de 28 de Agosto de 1915, *Diário da República*, I serie, nº 171, p. 852; Decreto nº 14535, de 5 de Novembro de 1927, *Diário do Governô*, I serie, nº 245, 5 Novembro 1927; Cartas de Confirmação e Ratificação acêrca dos projectos de convenção relativos ao emprêgo das mulheres e crianças durante a noite, *Diario do Governô*, I serie, nº 218, de 16 de Setembro de 1932, pp. 1911-1915. Sobre o assunto veja-se também Pinto 2015, 231-234.

Decreto-Lei de 10 de Fevereiro de 1890

Decreto-Lei de 14 de Abril de 1891

Decreto-Lei de 16 de Março de 1893 – “Regulamento para o trabalho dos menores e das mulheres nos estabelecimentos industriaes de qualquer espécie ou sob qualquer direcção”,

Decreto de 24 de Junho de 1911

Leis nº 295, 296 e 297 de 22 de Janeiro de 1915 sôbre a duração do trabalho diário no comércio e na indústria e alterações à regulamentação do trabalho dos menores e das mulheres

Lei nº 367 de 28 de Agosto de 1915

Decreto nº 14535, de 5 de Novembro de 1927

Cartas de Confirmação e Ratificação acêrca dos projectos de convenção relativos ao emprêgo das mulheres e crianças durante a noite, 16 de Setembro de 1932.

1 – Quadro legislativo sobre o trabalho feminino e de menores nos estabelecimentos industriais (1890-1930)

Na sua base estão medidas protecionistas e pró-natalistas que procuravam proteger a maternidade, diminuir a mortalidade infantil e os nados-mortos, bem como salvaguardar as condições de vida da futura força de trabalho, já que se associava o trabalho industrial feminino ao decréscimo da natalidade e à desmoralização e desunião da família operária. Por detrás da trabalhadora perfila-se a esposa e, sobretudo, a mãe, ponto de vista que é partilhado por vastos setores do operariado, como o demonstra a imprensa operária, bem como pelas elites conservadoras, a exemplo de Luís Raposo que, nos anos 1940, sentenciava que “na prática a mulher ou abandona o trabalho fora do lar para cuidar dos filhos ou abandona os filhos para cuidar do trabalho” (Raposo 1949, 325). Tal não obsta a que, no período considerado, seja progressivamente levantado o embargo a algumas atividades ou horários que eram interditos às mulheres, como é o caso, entre outros, do trabalho nas oficinas de artes gráficas, em 28 de Agosto de 1915, ou o trabalho noturno em fábricas de conservas de peixes, de legumes e de frutas, em 13 de Agosto de 1914.

A aplicação destas legislações que, contudo, excluem o trabalho no domicílio onde as mulheres eram numerosas, contribuiu para reduzir a concorrência ao trabalho masculino, bem como para reforçar a segregação sexual

do trabalho, canalizando as mulheres para atividades mais desclassificadas, ajudando, ainda, a legitimar uma identidade feminina definida pela função procriadora e doméstica (Battagliola 2004, 47; Schweitzer 2002, 65-75; Pérez-Fuentes Hernández 1995, 221).

Aliás, a exclusão das mulheres dos mercados laborais tem por base modelos de masculinidade, que tanto beneficiavam o operariado e as associações operárias por evitarem o excesso da mão-de-obra como os próprios empresários e/ou empregadores por reduzir a pressão sobre os salários⁷.

A partir de finais do século XIX, a aceleração da urbanização, a diversificação do tecido industrial, do comércio e da administração pública aumentaram as ofertas de empregos, sobretudo no setor terciário, os quais se intensificam a partir do fim da I Grande Guerra. Aliás, é precisamente nos anos 1930, na sequência do Estatuto do Trabalho Nacional que se formaliza a distinção entre “empregado” e “assalariado”, sendo o primeiro identificado pelo “predomínio do esforço intelectual sobre o físico ou os que, pelo grau da sua hierarquia profissional, devam ser considerados colaboradores directos da entidade patronal” (Art. 4º, § 1º, Lei nº 1952, de 10 de Março de 1937). Essas circunstâncias, a par dos progressos na escolarização feminina, favoreceram o acesso feminino a novas atividades laborais, as quais, no entanto, continuam a inscrever-se no prolongamento das “funções naturais da mulher, maternais e domésticas” ou adequadas às qualidades físicas e psicológicas consideradas atributos da feminilidade, caso da agilidade manual, da resignação, espírito de compaixão e a modéstia, entre outras, por oposição à força física, atribuída ao sexo oposto (Santos 1916, 11; Perrot 1987, 3-4). De qualquer modo, uma mão de obra maleável, precária, produtiva e barata.

Ajudar, cuidar, tratar, consolar, servir são as capacidades que definem o trabalho feminino, sendo o fundamento de serviços e de empregos públicos, fora da esfera doméstica, concretizando-se, entre outros, na profissionalização da enfermagem, na docência do magistério primário e, já no início do século XX, da assistência social, entre outros, bem como na imposição de restrições sobretudo ao nível do casamento (Vaquinhas 2017, 69). Se, no século XIX, a atividade feminina por excelência era a costura, “um dos misteres [...] que demandam a arte da mulher”, como sugeria Maria Amália Vaz de Car-

⁷ Maria da Conceição Quintas refere-se, no tocante às indústrias de conservas de pescado, em Setúbal, no período da I República, que “Os industriais serviram-se delas [das operárias] para obrigar os soldados, e mesmo os trabalhadores, a abdicarem das reivindicações que vinham fazendo, conferindo-lhes trabalhos que eram da competência daqueles” (Quintas 1998, 289).

valho (1906, 11), sendo a costureira o arquétipo da trabalhadora, no século XX, o protótipo da profissão feminina é a empregada de escritório, vulgo secretária, dependente de um superior hierárquico e sem grande perspectiva de carreira.

A noção de “profissão feminina” começa a tomar corpo no decurso do terceiro quartel do século XIX, coincidindo com o processo de modernização da sociedade, o desenvolvimento do movimento higienista, o aumento da contestação operária, o crescimento da escolarização feminina e a maior participação feminina no universo laboral. Neste quadro conjuntural, alguns setores das elites políticas e intelectuais manifestam-se favoráveis à profissionalização de mulheres em alguns setores da atividade económica, embora essa formalização no mercado de trabalho obedeça a cronologias distintas conforme as carreiras.

Esse processo é simultâneo à emergência de uma nova “ortodoxia” sobre o trabalho feminino (Arbaiza Vilallonga 2000, 395-458), defendendo alguns autores que as mulheres solteiras ou viúvas ou, sendo casadas, mas com maridos incapazes de prover ao sustento do agregado familiar por doença incapacitante, podiam “entrar” no mercado de trabalho. A questão, muito discutida na imprensa, suscitou uma viva polémica entre aqueles que defendiam a igualdade de oportunidades para as mulheres, no mundo laboral, e aqueles que arguíam perspectivas positivistas sobre a matéria. O aumento do ingresso feminino nas chamadas “profissões de colarinho branco”, durante a 1ª Grande Guerra, atenuou essa polémica, a qual seria reativada no período entre guerras, agravada por preocupações demográficas e patrióticas, no sentido de proteção da maternidade.

Não podendo, nesta comunicação, abordar todas as atividades⁸, refira-se que, no caso das professoras do magistério primário, a profissionalização “arranca”, em Portugal, a partir da Reforma da Educação de 1878, dentro de um quadro demográfico e financeiro favorável à incorporação feminina no mercado de trabalho, base da expansão da escolarização de massas para as raparigas. A escassez de verbas com que se debatia a instrução pública e a opção, nesta matéria, pela descentralização financeira (Araújo 2000, 86), condicionou o recurso à mão-de-obra feminina, atraindo um número crescente de mulheres para as fileiras do ensino, não obstante os baixos salários praticados. Aliás, desde o seu ingresso nas escolas públicas, as professoras

⁸ Sobre o caso da enfermagem veja-se entre outros, Vaquinhas 2017, 67-77.

recebiam salários inferiores aos masculinos. Com a Reforma da Educação de 1844 recebiam dois terços do salário masculino. A partir da Reforma de 1878 estabeleceu-se a igualdade salarial, medida inovadora mesmo no contexto europeu, a qual terá sido introduzida como forma de atrair mulheres para esta profissão. Em termos concretos, as professoras constituíam, no final do século XIX, um terço do corpo docente do magistério primário e, em 1910, aquando da implantação da República, representavam mais de metade dos professores (Araújo 2000, 94).

Feita esta breve caracterização de problemas no estudo do trabalho feminino, impõe-se a pergunta: de que fontes dispomos para trabalhar esta temática?

As fontes impressas: estatísticas, relatórios inquéritos, estatutos e legislações

São em número significativo as estatísticas, os inquéritos, os relatórios e os estudos, a maioria de proveniência governamental que, ao se debruçarem sobre a situação social e industrial do país, também tocam, ainda que lateralmente, questões relativas ao trabalho feminino ou de menores. Entre essa documentação impressa convém salientar os inquéritos oficiais à indústria, elaborados por técnicos nomeados pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e indústria, em particular os de 1880-1881 e o de 1890, bem como o de 1887 sobre as condições de trabalhos nas fábricas do tabaco, que constituem uma fonte preciosa para a caracterização e distribuição fabril no continente e ilhas, para além de prestarem informações sobre os vários setores produtivos, números de trabalhadores ou o exercício de atividades ou profissões femininas.

Vários historiadores têm recorrido a esta fonte documental, a exemplo de Ana Alcântara, o que permitiu a esta autora cartografar digitalmente o tecido industrial de Lisboa, no ano de 1890, e avaliar o operariado feminino em cerca de 27% da totalidade do operariado da cidade, estando a maioria concentrada nas indústrias do tabaco (46%), bem como nos setores têxtil e alimentar (Alcântara 2013; 2019, 60-67). Ainda com base nestas inquéritos, que cruzaria com outro tipo de fontes, Alda Mourão Filipe dá-nos o retrato-tipo da mulher empresária do distrito de Leiria no período de 1836 a 1914 (Filipe 2002).

Para além destes inquéritos, de cobertura nacional, convém associar outros, mais específicos, elaborados por fiscais nomeados pela Direção Geral das Indústrias, organismo tutelado pelo Ministério do Comércio e Comunicações, muitos publicados na *Revista do Trabalho Industrial*, que disponibilizam informações sobre o trabalho feminino.

Os dados estatísticos coligidos estão, no entanto, subavaliados ou distorcidos, como, aliás, os próprios autores dos relatórios reconheciam. O engenheiro Adriano Monteiro, no seu relatório sobre o tecido industrial de Beja, Évora e Faro, no ano de 1905, admitia que, no tocante às diligências por si efetuadas a fim de tomar conhecimento do cumprimento da legislação sobre o trabalho noturno feminino “[...] a minha presença [...] nos estabelecimentos industriais afugentaria logo o pessoal do sexo feminino e daria ocasião ao embuste” (*Boletim do Trabalho Industrial* nº3, 1907, 32), apreciação que estende a outros aspetos da inspeção técnica da indústria como seja o conhecimento preciso da frequência escolar dos menores ou as respostas dos industriais aos quesitos formulados (*Boletim do Trabalho Industrial* nº3, 1907, 10-12).

Apesar destes condicionalismos, os relatórios refletem uma grande riqueza no que toca à organização laboral, permitindo-nos recuperar aspetos significativos das atividades femininas remuneradas, inclusive dentro do agregado doméstico, como é o caso do trabalho oficinal executado no domicílio ou aceder às suas estratégias em ligação com os mercados locais ou regionais, bem como, no caso destas últimas, a sua dependência de negociantes ou de encarregados que antecipavam os materiais (caso de linhas, almofadas, bilros no caso das rendas), impunham os horários das jornadas diárias e recolhiam o produto final. Estes últimos aspetos podem-se verificar em números monográficos sobre problemáticas afins ao trabalho feminino, a exemplo das indústrias das rendas açorianas, dos bordados madeirenses, das conservas de peixe ou dos palitos de dentes, setores altamente feminizados⁹.

Uma das consequências mais funestas da pobreza feminina é a prostituição. No período considerado, parte da prostituição – a designada por tolerada – estava regulamentada e era lícita. Ora, os regulamentos que, em regra estão disponíveis para várias cidades e vilas portuguesas, contêm cláusulas

⁹ O nº 4 (1907) do *Boletim do Trabalho Industrial* é dedicado às indústrias madeirenses (Bordados, Artefactos de Verga e Embutidos); o nº 22 aos bordados, rendas e artefactos de verga dos Açores; o nº 35 ao tabaco também destas ilhas; o nº 26 à higiene industrial ou desastres de trabalho e o nº 37 aos palitos de dentes, entre outras matérias afins ao trabalho feminino.

muito explícitas quanto ao regime de trabalho praticado, seja pela dona da casa de tolerância, seja pelas prostitutas, bem como quanto às infrações e multas, como se pode verificar, entre outros casos, no *Regulamento de Policia Sanitaria das Toleradas* de Coimbra, relativo aos anos de 1870 e de 1881.

Fonte copiosa é o discurso político no qual se incluem projetos, propostas, diplomas legais e ainda requerimentos e representações disponíveis na documentação parlamentar (*Diário da Câmara dos Deputados, Diário da Câmara dos Senhores Deputados...*). Mesmo que muitos diplomas não tenham sido promulgados, os debates que os precederam fornecem informações sobre o trabalho feminino constituindo, como afirma Teresa Pinto, com referência ao ensino técnico profissional feminino, “um barómetro da sensibilidade política” (Pinto 2008, 16).

Ora, a partir da década de 1890, o *lobbying* em favor do emprego feminino e da formação profissional feminina interveio nas sessões parlamentares, multiplicando-se os debates e as medidas políticas que procuravam promover setores específicos (tecelagem, tinturaria, rendas, bordados) ou o ensino técnico especializado feminino, ao mesmo tempo que se visava conjugar reivindicações femininas com interesses financeiros do Estado¹⁰. Teresa Pinto acompanha os debates parlamentares sobre o ensino técnico feminino, de 1885 a 1910 (Pinto 2008, 486-554), muito em especial quanto ao caso da Escola Profissional D. Maria Pia e oficinas anexas, de rendas de bilros, de Peniche, indústria que ocupava grande parte da população feminina da localidade e que constituía a principal fonte de rendimento, em período de defeso, quando os pescadores não trabalhavam (Pinto 2008, 483).

Aliás, a aprendizagem do ofício começava aos quatro anos de idade, situação que podemos replicar para outras localidades piscatórias com centros de produção de rendas de bilros, como Vila do Conde, entre outras (*Rendas de bilros....*, 2005). Os relatos narram as condições do trabalho/exploração infantil: “sentadas no chão, em fileiras, frente às almofadas, as crianças cumpriam a empreitada que lhes fora cometida, vigiadas pelas mestras que, munidas de uma longa cana, impediam conversas ou distrações” (Pinto 2008, 464).

A indústria da pesca e, de uma forma geral, do salgado, que podemos estender à produção do sal em marinhas, é um assunto recorrente nas interpelações parlamentares. Pode-se associar-lhe requerimentos de mulheres,

¹⁰ Sobre as rendilheiras de Peniche e as meninas que executam as rendas de bilros veja-se, entre outros debates parlamentares, a sessão nº 49 do *Diario da Camara dos Senhores Deputados*, de 29 de Dezembro de 1891.

solicitando, entre outras matérias, a possibilidade de poderem lançar armações de pesca, ou seja, de organizarem embarcações de pesca costeira e do alto, no fundo, serem arrais ou patroas de barcos. Assim o solicitaram, entre outros casos, em Julho de 1890, três irmãs do porto de Peniche, herdeiras da armação do seu falecido pai¹¹. Aliás, a contingência da morte prematura de homens no mar, deixando órfãos e viúvas, tem sido apontada como uma das razões para o embarque de mulheres a bordo ou da sua organização como armadoras, situação relativamente comum em localidades piscatórias do Entre Douro e Minho, bem como da Galiza (Magalhães; Baptista 2007, 43-45; Cole 1994, 84-92; Amorim 2004-2005, 674).

A fonte legislativa, geralmente vinculada a uma ordem simbólica estruturante, permite-nos resgatar a intervenção do Estado na regulação de determinados aspetos do universo laboral, de impacto decisivo na vida das mulheres, tanto no caso das trabalhadoras liberais como das de oficina, como se escrevia no início do século XX. A “força do direito” acentua-se a partir da década de 1890 em vários domínios, tanto canónicos como emergentes, correspondendo ao período de lançamento de “direitos sociais” e da génese do direito de trabalho (Guimarães 2014, 624-628).

Sendo certo que o direito é geralmente um instrumento de manutenção da ordem e uma arma de domínio ao serviço dos poderes instituídos, no caso da questão laboral feminina são avançadas vários tipos de soluções jurídicas, algumas das quais se podem qualificar de discriminações positivas.

Sem a preocupação de exaustividade, saliente-se, no ano de 1893 (Decreto de 4 de Novembro de 1893)¹², no momento em que se investe, a nível nacional, no alumiarmento das costas e dos portos por meio de faróis, a contratação de “indivíduos do sexo feminino de famílias de faroleiros” para o coadjuvarem no serviço, com “o abono de 200 réis diários, sem outras vantagens nem regalias”. Motivos de ordem financeira – “a economia do tesouro publico” – justificam essa admissão, considerada menos dispendiosa do que o alargamento do quadro com pessoal técnico (mecânicos faroleiros), o qual só virá a ocorrer nos anos 1920¹³.

¹¹ *Diario da Camara dos Senhores Deputados*, Appendice á Sessão de 16 de Julho de 1890, fl. 1292A-1292C. O porto de Peniche possuía, em 1885, segundo Baldaque da Silva, 12 armações de pesca, envolvendo cerca de 442 pessoas na faina (Silva 1892, 127).

¹² Lei de 4 de Novembro de 1893, *Diário do Govêrno*, nº 260, 16 Novembro 1893.

¹³ O texto refere, com esse tipo de contratação, uma poupança, para o erário régio, de cerca de 25%, Decreto nº 7988, de 24 de Janeiro de 1922, *Diário do Govêrno*, I serie, nº 17, 24 Janeiro 1922.

O baixo custo da mão-de-obra feminina será o principal motivo para a feminização de vários setores da administração pública, sendo reservados às mulheres empregos ou atividades menos qualificados e pior remunerados, o que ocorre no momento em que as finanças do Estado entraram em colapso, com a crise financeira de 1891, só começando a estabilizar a partir de 1897-1898 (Santos 2001, 185-207). É o caso, entre outros, dos lugares de guarda e de servente de escolas industriais e de desenho industrial femininas¹⁴, de empregado auxiliar e de terceiro oficial na Junta de Crédito Público¹⁵ ou a admissão de mulheres nos hospitais de 1ª e 2ª classe e equiparados para trabalhos de limpezas nas cozinhas, nas lavandarias, nas arrecadações e nas secretarias, bem como de datilógrafas e amanuenses, “na falta de sargentos do activo ou reformados”¹⁶.

A legislação permite também uma aproximação às pioneiras de novas profissões, acompanhando as etapas da sua incorporação no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que fornece pistas sobre os contextos que dificultaram a sua promoção profissional no seio de carreiras académicas ou liberais. As novas oportunidades começam com a incorporação de mulheres, em 1915, como docentes¹⁷, nos liceus femininos Maria Pia, em Lisboa, e Nacional Feminino, do Porto¹⁸, e prolonga-se, no anos de 1918 e 1919, para a mulher habilitada com uma carta de formatura em direito, com o acesso à profissão de advogada, ajudante de notário/conservador bem como de notária¹⁹, entre outras profissões. Afigura-se ter pesado nesse avanço legislativo não só o impacto financeiro da I Grande Guerra, causador de uma profunda instabilidade monetária, política e social, mas também a redução demográfica por efeito da pneumónica (Silva; Amaral 2011, 274-280).

Como assinalam vários autores, o recrutamento apoiado em formações escolares afigura-se favorecer as mulheres relativamente a outras formas de acesso ao mercado laboral. Ora, os inícios do século XX são marcados pelo ingresso feminino em vários cursos superiores (universidades e politécnicos), antecâmara do seu ingresso no mundo laboral, embora tendo de superar, com tenacidade e firmeza, numerosas resistências, em particular, estereótipos e

¹⁴ Lei nº 11 de 5 de Julho de 1913.

¹⁵ Lei nº 664 de 30 de Março de 1917.

¹⁶ Decreto nº 4586, de 13 de Junho de 1918.

¹⁷ O ingresso feminino no ensino primário oficial é mais precoce, sendo conhecidas as suas etapas.

¹⁸ Decreto nº 1906, de 22 de Setembro de 1915.

¹⁹ Decretos nº 4676 de 11 de Julho de 1918 e nº 5625 de 10 de Maio de 1919. Para o caso particular da primeira mulher a exercer advocacia em Portugal, tendo sido também notária, Regina Quintanilha, veja-se, entre outros, Gomes 1991, 57-73; Samara 2007, 75-81.

desconfianças em carreiras que eram controladas pelo sexo masculino (Flecha García 2019, 19-59; Vaquinhas 2018, 243-244). As trajetórias de pioneiras e a conquista dos espaços acadêmicos, nas várias áreas do conhecimento, é um campo de estudo inovador da atualidade, tendo feito sair da sombra não apenas muitas mulheres mas também as “modalidades de inserção ou as lógicas de inclusão ou de exclusão nas várias profissões assim como as suas formas de produção científica” (Vaquinhas 2019, 44-45).

Finalmente, o recurso à imprensa operária, fonte primária a que não se tem dado a devida importância, ainda que, grande parte das profissões femininas, não tenham possuído um jornal. Quando o tinham, era geralmente através dos seus dirigentes que as vozes das operárias chegavam até nós. De qualquer modo, a imprensa constitui uma fonte essencial para o estudo do associativismo (feminino e misto), de associações de classe ou mutualista, bem como para aceder ao conteúdo de protestos/representações operárias, a exemplo das costureiras do Bairro Novo da Figueira da Foz (*Gazeta da Figueira*, 1916).

Em matéria de conteúdos, é possível acompanhar o assédio sexual em ambiente de trabalho, a resistência ao trabalho feminino por parte dos colegas do sexo masculino ou a sua falta de solidariedade em situação de greve, o antifeminismo operário, sobretudo no momento em que a crise do trabalho na indústria corticeira era atribuída a dois M: “máquinas e mulheres” (Mónica 1982, 152; Quintas 1998, 287-294). Já, devido à elevada percentagem de analfabetismo entre o operariado, a existência de livros de memórias é residual. Encontramo-los, porém, com alguma frequência, entre as atrizes do tempo, sobretudo do teatro declamado e do teatro musicado, que nos fornecem um retrato da artista enquanto trabalhadora, ou seja, informações sobre as condições de trabalho, inclusive as suas intermitências ou o espetro do desemprego, os vencimentos, os encargos com a caracterização e com o guarda-roupa de cena, os trabalhos domésticos que eram obrigadas a fazer nas digressões, as doenças profissionais, sobretudo do aparelho vocal e respiratório, entre outros aspetos. As atrizes Adelina Abranches, Lucinda Simões e Mercedes Blasco deixaram-nas narrativas dos seus percursos profissionais²⁰.

²⁰ Entre outras obras refiram-se as seguintes: Abranches, 1947; Blasco, 1908 e Simões, 1922. Para uma análise do percurso, destas e de outras atrizes, veja-se Sales 2020.

As fontes manuscritas

Sem a preocupação de exaustividade relativamente às fontes manuscritas disponíveis em arquivos nacionais, distritais ou municipais referirei alguns documentos que, pela facilidade de acesso e larga representatividade social, prestam informações sobre o universo laboral feminino. É o caso das licenças comerciais ou industriais requeridas às Câmaras Municipais para abertura de negócios, bancas ou vendas ambulantes.

Aliás, grande parte dos trabalhos desempenhados por mulheres nas vilas ou nas cidades estavam vinculados ao setor alimentar²¹. Todas as autarquias disponibilizam regulamentos de mercados, de vendas ambulantes ou de posturas municipais de maneira que, nos pedidos efetuados ou na documentação produzida, são inúmeras as referências a ofícios ou trabalhos femininos.

Tomando como exemplo, os casos de licenças comerciais e industriais concedidas, pela câmara Municipal da Figueira da Foz, no ano de 1937, é possível rastrear um conjunto significativo de atividades femininas, bem como a forte presença das mulheres na economia local e regional. As fontes detetam-nas autónomas, financeiramente independentes, sabendo ou não ler e escrever, com bancas no mercado da cidade (de galinhas, de frutas e hortaliças, de batatas, de café a copo...), na venda ambulante (de queijo, de vinho, de sal, de peixe em camioneta...) ou confeccionando e vendendo broa, abrindo tabernas ou negócios de carne de porco, de moinhos de água, entre tantas outras atividades. Se cruzarmos estas fontes com documentação dos arquivos distritais, em especial os Alvarás do Governo Civil ou os Registos de Licenças de Porta Aberta, entre outros de idêntico teor, o leque alarga-se e encontramos mulheres dirigindo pequenos e médios comércios de casas de pasto, de tabernas, de lojas de ferragens, entre outros estabelecimentos. Como viúvas continuavam os negócios dos maridos, como nos mostram os anúncios ou os Anuários comerciais, ou encontramos-las no universo financeiro e creditícios urbano, dirigindo casas de penhores.

Já para as tradicionais profissões femininas, como as amas de leite, os arquivos municipais, distritais ou das Santas Casas da Misericórdia, espalhados pelo país, fornecem vários tipos de registo para o seu estudo, em particular a partir do momento em que, com a extinção da Roda dos Expostos, a criação

²¹ Sobre a forte intervenção feminina no pequeno comércio de géneros alimentícios veja-se, entre outros, Roque 2001, 195.

das crianças passa a ser tutelada pelos municípios²². Sobre as criadas de servir e atividades complementares (amas, cozinheiras, lavadeiras, serventes...) tem-se recorrido aos recenseamentos, aos anúncios de ofertas e de pedidos de serviços na imprensa periódica, aos manuais para criadas²³ ou à imprensa específica da atividade, a exemplo do jornal *Voz das Criadas*.

De grande riqueza historiográfica mas ainda pouco explorados no nosso país são os processos de acidentes de trabalho ou, na terminologia do início do século XX, de “desastres no trabalho”, documentação proveniente dos Tribunais de Trabalho. Trata-se de uma fonte esclarecedora quanto à higiene e segurança no trabalho, doenças profissionais, conflitos laborais com a entidade patronal e companhias de seguros mas também quanto ao assédio sexual em ambiente de trabalho²⁴. Um dos poucos estudos sobre esta matéria é a dissertação de mestrado de Mónica Rodrigues dos Santos que teve por base processos do Tribunal de Coimbra, de 1930 a 1935, e que lhe permitiu concluir, quanto às sinistradas, que estas apresentam menos queixas e que, quando recorrem ao tribunal, em regra perdem a ação. A “fadiga”, expressão de difícil materialização, é uma das principais causas de acidente (Santos 2015). A este tipo de documentação podemos associar os Livros dos subscritores dos *Mealheiros das Viúvas e Orphãos dos operários que morreram de desastre de trabalho em Lisboa*²⁵, disponível para vários anos, desde o 3º quartel do século XIX, e que é possível encontrar, entre outros arquivos, no Centro de Documentação da Ordem dos Farmacêuticos.

As listas de doentes de hospitais ou os livros da lavoura ou de quintas agrícolas constituem também fontes importantes, já que elencam ou descrevem ocupações e, em alguns casos, disponibilizam os valores salariais. Como refere Maria Antónia Pires de Almeida, tomando como base a lista de doentes do hospital da Misericórdia de Avis (1847-1956), a presença feminina é “marcante”, sobretudo a partir de 1900, em particular da trabalhadora rural (Almeida 2002). Para um período posterior, os registos clínicos das maternidades e das oficinas de partos, a exemplo das maternidades Dr. Alfredo

²² De entre a documentação a reter para este tipo de estudo, assinala-se, entre outra tipologia, os “Arrolamentos das mulheres que requereram para se encarregarem da criação de crianças no concelho de Torres Novas (1890-1918)” (Cubeiro 2010) ou os fundos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa sobre Entrega de Expostos a amas (Paulino 2019).

²³ A exemplo do *Manual da criada cristã*, Guarda, Oficinas do Outeiro de São Miguel, 1939.

²⁴ As estatísticas publicadas no *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 121, de 1929, não separam os acidentes laborais masculinos dos femininos. Essas estatísticas, como se refere, têm por base listagens de hospitais, em particular, no caso de Lisboa, o Hospital de S. José e Anexos (p. 9).

²⁵ *Associação do Mealheiro das Viúvas e Orphãos dos operários que morreram de desastre de trabalho em Lisboa*. Gerencia de 1907, 28º anno. Relatório de contas, Lisboa, 1908, 1 folheto.

da Costa ou da Companhia Portuguesa de Tabacos, em Lisboa, entre outras, constituem uma fonte importante, uma vez que se dirigiam prioritariamente às trabalhadoras fabris ou às mulheres de operários (Moreira 1934).

Já os livros de vencimentos de quintas ou de fábricas listam o quadro de pessoal, os respetivos trabalhos e salários, a exemplo dos Mapas de vencimentos da Quinta de Foja, grande propriedade do distrito de Coimbra.

Outras fontes: representações literárias e iconográficas da mulher trabalhadora

O tema da mulher trabalhadora, operária e/ou rural, na literatura ou na arte (pintura, fotografia...), em particular dos seus arquétipos como a costureira, não tem merecido grande atenção por parte dos historiadores. No entanto, são vários os arquivos e/ou casas-museus (Casa Roque Gameiro, na Amadora, entre outras) que disponibilizam fontes e registos de vários tipos. Exemplo paradigmático são os poemas publicados em periódicos, sobretudo na imprensa operária socialista ou anarquista, ou em romances, naturalistas ou de costumes. Trata-se, em regra, de uma leitura ideológica de tipos sociais que ajudam a compreender as representações da mulher trabalhadora oitocentista ou primo novecentista. Neste tipo de relato tende a fundir-se ficção com realidade, tombando com frequência na mensagem política, a exemplo de poemas de Camilo Rodrigues ou de Guilherme de Azevedo sobre as costureiras de alfaiate e de roupa branca que trabalham “o irritante setim dos grandes enxovais, das princesas do Banco, herdeiras disto tudo” (Sampaio 1919, 38)²⁶ e que aspiram à “santa liberdade”, como se refere no seguinte excerto.

|...| N’essa quase prisão chamada atelier,

A jovem proletária, a linda costureira,

Consome, dia e noite, a sua vida inteira....

|...| Afim d’esta aspirar a “santa liberdade (*União e Luz* 1 Maio 1914).

²⁶ “...aquelas gentis e pobres costureiras/ De peito comprimido, anémica expressão,/ Que passam a tossir, cansadas, com olheiras,/ Ganhando em todo o dia apenas um tostão./ Curvadas a coser o lânguido veludo,/ O irritante setim dos grandes enxovais,/ Das princesas do Banco, herdeiras disto tudo;/ Depois indo morrer nos tristes hospitais”, Guilherme de Azevedo (1839-1882) (Sampaio 1919, 38).

Outros autores tratam também destas matérias, a exemplo de Angelina Vidal, “a cidadôa” na definição de Rafael Bordalo Pinheiro (Samara 2007, 83-96), que muito escreveu a próprio das operárias (Alma Feminina, 13 de Junho de 1907), de João Grave, de Raul Brandão (caso de Os Operários), entre outros autores.

As representações pictóricas constituem também testemunhos do trabalho feminino, embora permeadas por questões de natureza simbólica. O naturalismo tem um dos seus expoentes na pintura paisagística humanizada, desde aguarelas a outras técnicas, de qualidade diversa, incluindo com frequência cenas da vida rural ou marítima, a exemplo de Silva Porto, José Malhoa, João Marques de Oliveira, entre outros, mostrando o quotidiano de varinas, de moliceiras, de camponesas, de mondadeiras, de vendedeiras do mercados, entre outras atividades. Estes temas foram muito tratados por Roque Gameiro e pelas suas filhas, Raquel e Mamia Roque Gameiro, membros ativos da “tribo dos pincéis”, designação atribuída aos descendentes do pintor. Já no início do século XX, figurações neo realistas surgem na pintura de Almada Negreiros, de Sarah Afonso, entre outros.

Quanto à fotografia são muitas as fontes disponíveis em fototecas e arquivos municipais e distritais, caso de Vila do Conde ou de Sacavém, bem como em catálogos de exposições fotográficas, a exemplo da exposição realizada em Lisboa, no ano de 1994, sobre *Os trabalhos e os dias. Mulheres Portuguesas no século XX* que integra um conjunto significativo de fotos sobre o tema do trabalho feminino da autoria de fotógrafos de nomeada (e outros desconhecidos) como José Alvão, João Martins, Amadeu Ferrari, Marques de Abreu, entre outros (CIDM 1994). Importa também destacar o valor documental das fotografias que integram a obra de Maria Lamas, *Mulheres do meu país*, publicada em 1948. Estas mostram múltiplas facetas da mulher trabalhadora, contrariando publicamente a retórica estadonovista sobre o lugar da mulher em casa. Na documentação da realidade que descrevia, a jornalista adotou como forma de trabalho a “observação participante”, metodologia comum nas ciências sociais, e que implicava que quem a praticava não era apenas uma espetadora do que observava mas uma produtora de factos e de sentidos. Nesse sentido, Maria Lamas devolve-nos muita da realidade crua e dura da portuguesa dos anos 1940.

Finalmente, uma outra fonte: os bilhetes-postais ilustrados bem como cartazes, com grande afinidade com a fotografia, na maioria impressos por processos fotomecânicos ou fotográficos e que têm grande divulgação a par-

tir do terceiro quartel do século XIX. Várias coleções dão-nos imagens de costumes regionais e locais, e, muito em particular, galerias de tipos populares femininos. Embora se trate de uma documentação que exige uma profunda crítica das fontes²⁷, em virtude de se tratar, sobretudo, de representações das mulheres, bem como de um trabalho de contextualização, em particular a “nacionalização do povo” que lhes está subjacente, constitui uma fonte que permite retirar elementos para reflexão.

Em conclusão:

Pesquisar a história do trabalho feminino no século XIX e início do século XX é uma tarefa complexa e difícil. Para além da escassez de fontes e da sua dispersão física por vários locais, só se dispõe de inícios de inventariação. Essa dispersão, a falta de dados objetivos e a ilusão de ótica causada pelas estatísticas, em particular a suspeita de inatividade que, de uma forma recorrente, pesa sobre o trabalho feminino, dificultam a avaliação do tema e aumentam as dificuldades em se obter dados objetivos. Avaliar os índices ou as taxas do trabalho feminino no período considerado não constitui apenas uma questão técnica, uma vez que os dados acusam o peso de preconceitos e de representações das mulheres.

Foram elencados fontes e problemas. Porém, algumas conclusões se podem retirar da leitura generalista que foi feita. As dificuldades financeiras finisseculares do estado português vão, paradoxalmente, ajudar a promover a entrada das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo, no âmbito do funcionalismo público. Esse ingresso, mesmo que possa ser considerado lento e paulatino, com salários mais baixos e destinado a funções menos qualificadas, correspondeu a um abrir de portas. A escolarização, sobretudo de nível médio ou superior, funcionou também como uma rampa de lançamento para essa entrada, inclusive nas profissões liberais, mesmo que as pioneiras tivessem de enfrentar, no seu caminho, muitos obstáculos e resistências.

Muitas perguntas ficam por responder à espera de novas e frutuosas investigações...

²⁷ As pessoas eram habitualmente retratadas em estúdio e não no seu quotidiano, não correspondendo, muitas vezes, os trajés envergados aos usados no dia-a-dia.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES (manuscritas):

AHMFF (Arquivo Histórico Municipal da Figueira da Foz)

“Encerramento de estabelecimentos e cessação de atividade”, in *Indústria e Comercio* 1935; 1944

Licenças Comerciais e Industriais, 1937.

Relação das licenças de porta aberta in *Licenças Comerciais e Industriais. Licenças para o exercício do Comercio e Indústria* (1941-1944; 1947; 1951-1954; 1957-1960)

“Licenças de proprietários de estabelecimentos, 1944, 1945” in *Licenças Comerciais e Industriais. Licenças para o exercício do Comercio e Indústria* (1941-1944; 1947; 1951-1954; 1957-1960)

Quinta de Foja, Mapa de Vencimentos, Nota dos vencimentos mensais dos Empregados da Quinta de Foja, 10 de Dezembro 1872.

FONTES (impressas)

ABRANCHES, Adelina. 1947. *Memórias de Adelina Abranches, apresentadas por Aura Abranches*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

Anuario Comercial de Portugal, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, anos 1902-1914.

Associação do Mealheiro das Viúvas e Orphãos dos operários que morreram de desastre de trabalho em Lisboa. 1908. Gerencia de 1907, 28º anno. Relatorio de contas, Lisboa, 1 folheto.

Associação de Classe das Empregadas Domésticas de Hotéis e Casas Particulares do Distrito de Lisboa (10 de Setembro de 1921). <http://arquesoc.gep.msess.gov.pt/Associação%20de%20Classe%20das%20Empregadas%20Domésticas%20de%20Hotéis%20e%20Casas%20Particulares.pdf>

BLASCO, Mercedes. 1908. *Memórias de uma actriz*, Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso.

BLASCO, Mercedes. 1938. *Diário de uma escriba*, Lisboa: J. Rodrigues.

“Primeira Parte. Regime do Trabalho dos Menores e das Mulheres nos Estabelecimentos Industriais”, *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 3, 1907, Relatorio da 4ª Circunscrição dos Serviços Technicos da Industria (Evora, Beja e Faro, no anno de 1905 pelo Engenheiro Chefe da Circunscrição, Adriano Monteiro), Lisboa: Imprensa Nacional, 9-52.

Boletim do Trabalho Industrial, nº 4, 1907 – Industrias madeirenses. Bordados, Artefactos de Verga e Embutidos pelo Engenheiro Chefe dos Serviços Technicos da Industria do Funchal Victorino José dos Santos, Lisboa: Imprensa Nacional, 3-18.

Boletim do Trabalho Industrial, nº 121, 1929 – Estatística dos desastres no trabalho registados durante os anos de 1912 a 1918, Lisboa: Imprensa Nacional.

Boletim do Trabalho Industrial, nº 141, 1930 – Estatística dos alvarás de licença dos estabelecimentos industriais considerados insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos (Referida a 31 de Dezembro de 1927), Lisboa: Imprensa Nacional.

BRANDÃO, Raul. 1984. *Os operários*, Lisboa: Biblioteca Nacional.

- “Câmara dos Pares do Reino (1842-1910)”, <http://debates.parlamento.pt> (25 de Novembro de 2003 – 10:15).
- “Câmara dos Senhores Deputados”, <http://debates.parlamento.pt> (25 de Novembro de 2003 – 10:18).
- “Câmara dos Deputados”, <http://debates.parlamento.pt> (25 de Novembro de 2003 – 10:04).
- Cartas de Confirmação e Ratificação acêrca dos projectos de convenção relativos ao emprêgo das mulheres e crianças durante a noite, *Diário do Govêrno*, I serie, nº 218, de 16 de Setembro de 1932, 1911-1915. <https://files.dre.pt/1s/1932/09/21800/19111915.pdf>
- CARVALHO, Maria Amalia Vaz de. 1906. “O problema actual do casamento”, *Ao correr do tempo*, Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 5-16.
- Circular de 21 de Julho de 1915.
- Decreto de 24 de Junho de 1911, *Diário do Governo*, nº 149, de 29 de Junho de 1911. <https://files.dre.pt/1s/1911/06/14900/27372737.pdf>
- Decreto nº 756, de 13 de Agosto de 1914, *Diário da República*, I serie, nº 141, 662. <https://dre.tretas.org/dre/2402419/decreto-756-de-13-de-agosto>
- Decreto nº 1906, de 22 de Setembro de 1915, *Diário da República*, I serie, nº 192. <https://files.dre.pt/1s/1915/09/19200/10281028.pdf>
- Decreto nº 4676, de 19 de Julho de 1918, *Diário do Govêrno*, I Serie, nº 160. <https://files.dre.pt/1s/1918/07/16000/14251426.pdf>
- Decreto nº 7988, de 24 de Janeiro de 1922, *Diário do Govêrno*, I serie, nº 17, 24 Janeiro 1922. <https://files.dre.pt/1s/1922/01/01700/00650066.pdf>
- Decreto nº 5625, de 10 de Maio de 1919, *Diário do Govêrno*, I Serie, nº 98/1919. <https://dre.tretas.org/dre/2413210/decreto-5625-de-10-de-maio>
- Decreto nº 14535, de 31 de Outubro de 1927, *Diário do Govêrno*, I serie, nº 245, 5 Novembro 1927. <https://dre.tretas.org/dre/2435570/decreto-14535-de-5-de-novembro>
- Decreto-Lei de 10 de Fevereiro de 1890. 1892. *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, anno de 1890, Lisboa: Imprensa Nacional, 25-26.
- Decreto-Lei de 14 de Abril de 1891. 1892. *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, anno de 1891, Lisboa: Imprensa Nacional, 135-141.
- Decreto-Lei de 16 de Março de 1893. 1893. “Regulamento para o trabalho dos menores e das mulheres nos estabelecimentos industriaes de qualquer espécie ou sob qualquer direcção”, *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, anno de 1893, Lisboa: Imprensa Nacional, 152-157.
- Decreto-Lei nº 23048 (Estatuto do Trabalho Nacional), *Diário do Govêrno*, I Série, nº 217, 23 de Setembro de 1933, <https://www.dgert.gov.pt/wp-content/uploads/2019/05/DL-23-set-1933-estatuto-do-trabalho-nacional.pdf>, Acessado em 13 de Abril de 2022, 16.56H
- Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Appendice à Sessão de 16 de Julho de 1890, fl. 1292A – 1292C.
- Gazeta da Figueira*, 9 de Fevereiro de 1916.
- GRAVE, João, *Os Famintos. Episódios da vida popular*. 1920. 3ª edição, emendada, Pôrto: Livraria Chardron.
- GUIMARÃES, Alfredo. 1907. “A mulher do Norte”, *Alma Feminina*, nº 9, 8 de Agosto, 68.

- Inquerito Industrial de 1881. 1881-1883. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Inquerito Industrial de 1881. Inquerito Directo. Segunda Parte. Visita às Fábricas, Livro Segundo. 1881. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Inquerito Industrial de 1890. 1891. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Inquerito sobre as condições do trabalho manual nas fabricas de tabacos e situação dos respectivos operários ordenado por decreto de 23 de Setembro de 1887. 1887. Lisboa: Imprensa Nacional. <https://purl.pt/29098>
- LAMAS, Maria. 1948. *Mulheres do meu país*, Lisboa: Actuais.
- Lei de 4 de Novembro de 1893, *Diário do Governo*, nº 260, 16 Novembro 1893.
- Lei nº 11 de 5 de Julho de 1913, *Diário da República* nº 155, de 5 de Julho de 1913, <https://files.dre.pt/1s/1913/07/15500/24932493.pdf>
- Lei nº 297, de 22 de Janeiro de 1915.
- Leis nº 295, 296 e 297 de 22 de Janeiro de 1915 Sobre a duração do trabalho diário no comércio e na indústria e alterações à regulamentação do trabalho dos menores e das mulheres*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915.
- Lei nº 367 de 28 de Agosto de 1915, *Diário da República*, I serie, nº 171, p. 852, <https://dre.tretas.org/dre/291997/lei-367-de-28-de-agosto>
- Lei nº 1952, 10 de Março de 1937, *Diário do Governo*, I Série, nº 57, <https://dre.tretas.org/dre/239562/lei-1952-de-10-de-marco>
- Manual da criada christã*, 1939. Guarda, Oficinas do Outeiro de São Miguel.
- MOREIRA, Manuel Vicente. 1934. *Maternidade da Companhia Portuguesa de Tabacos. Bases da organização e síntese do movimento (1927-1933)*, Lisboa, Tipografia da Companhia Portuguesa de Tabacos.
- Posturas Municipais para Regular a Policia e Bom Regimen da Cidade de Coimbra. 1848. Coimbra: Imprensa de E. Trovão.
- RAPOSO, Prof. Doutor Luís. 1949. “O trabalho feminino fora do lar”, *O Problema do Trabalho, Semanas Sociais Portuguesas, Terceiro Curso*, Porto, 315-329.
- Regulamento de Policia Sanitaria das Toleradas, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1870.
- Regulamento de Policia Sanitaria das Toleradas, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1881.
- RODRIGUES, Camilo. 1914. “Vitimas sociaes. A costureira (À Fraternidade Feminina da Figueira)”, *União e Luz*, nº 9, 25 de Janeiro.
- SAMPAIO, Albino Forjaz de. 1919. *Lisboa trágica (Aspectos da cidade)*, 4ª edição, Lisboa, Editores Santos & Vieira.
- SANTOS, Reynaldo dos. 1916. “A Reforma dos Hospitaes Civis”, *Medicina Contemporânea*, ano XXIV, nº 2, Série 2, Tomo XVIII, 9 de Janeiro: 9-16.
- Secretaria da Junta do Credito Publico. Lei nº 664-A de 30 de Março de 1917 e seu Regulamento de 5 de Janeiro de 1918, Lisboa, Tip. Da J. Credito Publico, 1918; http://purl.sgmf.pt/FA-40/1/FA-40_master/FA-40_PDF/FA-40_0000_24-007_t24-C-R0200.pdf
- SILVA, A. A. Baldaque da. 1892. *Estado actual das Pescas em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional; https://books.google.pt/books?id=i-JaAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false
- SIMÕES, Lucinda. 1922. *Memórias, factos e impressões*, Rio de Janeiro, Lito-Tipografia Fluminense S. A..

VIDAL, Angelina. 1907. "As mulheres nas grandes indústrias", *Alma Feminina*, nº 6, 13 de Junho.

BIBLIOGRAFIA:

- ALARIO TRIGUEROS, Milagros; BARAJA RODRÍGUEZ, Eugenio; RUIZ-VALDEPEÑAS, Henar Pascual. 2008. "Género y espacio: la inserción laboral de las mujeres rurales", MAYA FRADES, Valentina (Ed.), *Mujeres rurales. Estudios multidisciplinares de género*, Salamanca, Ediciones Universidad Salamanca: 61-80.
- ALCÂNTARA, Ana Ramos. 2019. *Espaços da Lisboa Operária. Trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX*, Lisboa: FCSH da UNL, Tese Doutoramento; <http://hdl.handle.net/10362/68125>
- ALCÂNTARA, Ana. 2013. "Uma geografia da Lisboa Operária", *I Congresso da História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*, Lisboa. https://run.unl.pt/bitstream/10362/23133/1/IHC_Ana_Alc_ntara_Uma_geografia_da_Lisboa_oper_ria_em_1890.pdf,
- ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires de. 2002. "Classificações ocupacionais em meio rural: abordagem inicial do concelho de Avis a partir de algumas fontes", in AMORIM, Inês (Ed.), *Qualificações, Memórias e Identidades do Trabalho*, Lisboa: Instituto de Emprego e Formação Profissional: 229-253. <http://hdl.handle.net/10071/12235>
- AMORIM, Inês. 2005-2006. "Mulheres no sector das pescas na viragem do século XIX: formas de participação na organização do trabalho", *Arquipélago. História*, 2ª série, IX-X: 661-683. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56563/2/inesamorimmulheres2000131738.pdf>
- ARAÚJO, Helena Costa. 2000. *Pioneiras na educação. As professoras primárias na viragem do século: contextos, percursos e experiências (1870-1933)*, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- ARBAIZA VILALLONGA, Mercedes. 2002. "La construcción social del empleo femenino em España (1850-1935)", *Arenal*, vol. 9, nº 2: 215-239. <https://doi.org/10.30827/arenal.v9i2.16427>
- ARBAIZA VILALLONGA, Mercedes. 2000. "La cuestión social como cuestión de género. Feminidad y trabajo em España (1860-1930)", *Historia Contemporánea*, nº 21: 395-458. <https://addi.ehu.es/bitstream/handle/10810/37882/15900-57630-1-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- BAPTISTA, Virgínia do Rosário. 1999. *As mulheres no Mercado de Trabalho em Portugal: Representações e Quotidianos (1890-1940)*, Lisboa: Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- BAPTISTA, Virgínia do Rosário. 2016. *Proteção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal: Representações e Quotidianos (1880-1940)*, Lisboa: ICS.
- BATTAGLIOLA, Françoise. 2004. *Histoire du travail des femmes*, nouv. Édition, Paris: La Decouverte.
- COLE, Sally. 1994. *Mulheres da praia. O trabalho e a vida numa comunidade costeira portuguesa*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

- CUBEIRO, Tiago Manuel Rodrigues. 2010. *Amas de amamentação do concelho de Torres Novas (1890-1895)*, Coimbra: FLUC (Trabalho apresentado no Seminário As mulheres no Mundo Contemporâneo).
- FILIFE, Alda Mourão. 2002. “A mulher empresária: intromissão num mundo masculino Leiria, 1836-1914”, *XXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*.
- FLECHA GARCÍA, Consuelo. 2019. “Barreras ante las pioneras universitarias: una mirada transnacional”, *CIAN – Revista de Historia de las Universidades*, 22/1: 19-59, DOI: <https://doi.org/10.20318/cian.2019.4799>
- GOMES, Joaquim Ferreira. 1991. “Regina Quintanilha – A primeira caloiria de Direito”, *Estudos para a História da Universidade de Coimbra*, Coimbra: Minerva, 57-73.
- GUIMARÃES, Paulo. 2014. “Legislação Laboral”, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. II: F-M, Lisboa: Edição Assembleia da República – Divisão de Edições, 624-628.
- GUINOTE, Paulo. 1997. *Quotidianos Femininos (1900-1933)*, 1º Volume, Lisboa: Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- MAGALHÃES, Ivone Baptista; BAPTISTA, João Paulo. 2007. “Mulheres do mar português”, *Ardentia. Revista Galega de Cultura Marítima e Fluvial*, nº 4: 43-50.
- MÓNICA, Maria Filomena. 1982. *A formação da classe operária portuguesa. Antologia da imprensa operária (1850-1934)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MORENO MÍNGUEZ, Almudena. 2005. “Empleo de la mujer em los regímenes de bienestar del sur de Europa em perspectiva comparada. Permanencia del modelo de varón sustentador”, *REIS: Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, ISSN 0210-5233, nº 112: 131-164.
- Mulheres na Fábrica de Loiça de Sacavém*. 2001. Sacavém: Museu de Cerâmica de Sacavém.
- MUÑOZ ABELEDO, Luisa. 2012. “Actividad femenina em industrias pesqueiras de España y Portugal (1870-1930)”, *Historia Contemporánea* 44: 49-71.
- NUNES, Ana Bela. 1989. *População activa e actividade económica em Portugal dos finais do século XIX à actualidade*, Lisboa, Doutoramento: Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia. <http://hdl.handle.net/10400.5/13551>
- OLIVEIRA, Cláudia da Conceição Sousa Sales. 2020. *Ser actor. Figurações nas memórias de actores portugueses nascidos no século XIX*, Porto: FLUP (Tese de Doutoramento), <http://hdl.handle.net/10451/48198>
- PAULINO, Joana Catarino Vieira. 2019. *O abandono de crianças em Lisboa (1850-1910). Os efeitos do fim da exposição anónima na roda*, Lisboa: FCSH da UNL (Tese de doutoramento).
- PASLEAU, Susy. 2002/4. “La femme, un acteur à part entière de l’industrialisation. Seraing, 1846-1880”, *Revue du Nord*, nº 347: 615-632. <https://doi.org/10.3917/rdn.347.0615>
- PÉREZ-FUENTES HERNÁNDEZ, Pilar. 1995. “El trabajo de las mujeres em la España de los siglos XIX y XX. Consideraciones metodológicas”, *Arenal*, vol. 2,

- Núm. 2, julio-diciembre: 219-245. <https://revistaseug.ugr.es/index.php/arenal/article/view/22801/21362>
- PERROT, Michelle. 1987. “Qu’est-ce qu’un métier de femme?”, *Mouvement Social*, nº 140, juillet-septembre: 3-8.
- PINTO, Teresa. 2015. “A construção da invisibilidade das mulheres trabalhadoras. Uma perspetiva histórica”, *Percursos Feministas. Desafiar os tempos*, Organizadoras: Eduarda Ferreira, Isabel Ventura, Luísa Rego, Manuela Tavares e Maria Antónia Pires de Almeida; Lisboa: UMAR, 225-240. <http://hdl.handle.net/10400.2/6944>
- PINTO, Teresa. 2008. *A formação Profissional das Mulheres no Ensino Industrial Público (1884-1910). Realidades e Representações*, Lisboa: Universidade Aberta (tese de doutoramento). <http://hdl.handle.net/10400.2/1334>
- QUINTAS, Maria da Conceição. 1998. *Setúbal. Economia, Sociedade e Cultura Operária 1880-1930*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Rendas de bilros de Vila do Conde. Um património a preservar*. 2005. Vila do Conde: Associação para a Defesa do Artesanato e Património.
- RIAL GARCÍA, Serrana Mercedes. 2005. *Las mujeres de las Comunidades Marítimas de Galicia durante la época moderna: una biografía colectiva*, Ayuntamiento de Alcala de Henares.
- RIAL GARCÍA, Serrana M.. 2003. El trabajo de *las mujeres del campo em la Galicia moderna*, Asociación Española de Investigación en Historia de las Mujeres y Asociación de Historia Social.
- RIAL GARCÍA, Serrana Mercedes. 1995. *Las mujeres en la economía urbana del Antiguo Régimen: Santiago durante el siglo XVIII*, A Coruña: Edicions do Castro.
- ROQUE, João Lourenço. 2001. “O mundo do trabalho e o associativismo em Coimbra no século XIX (1850-1870)”, *Ler História*, nº 41: 183-227.
- SILVA, Álvaro Ferreira; AMARAL, Luciano. 2011. “A economia portuguesa na I República”, *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa: Edições 70, LDA., 257-298.
- SAMARA, Maria Alice. 2007. *Operárias e burguesas. As mulheres no tempo da República*, Lisboa: A esfera dos livros.
- SANTOS, Luís Aguiar. 2001. “A crise financeira de 1891: uma tentativa de explicação”, *Análise Social*, vol. XXXVI (158-159): 185-207. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218726298j7kLR2hh1En65AF7.pdf>
- SANTOS, Mónica da Conceição Rodrigues dos. 2015. “*Ingratos*” e “*Desumanos*”: *Desastres Laborais em Coimbra (1930-1935)*, Coimbra: FLUC, (Dissertação de Mestrado). https://www.academia.edu/20082863/_Ingratos_e_Desumanos_Acidentes_Laborais_em_Coimbra_1930_1935_
- SCHWEITZER, Sylvie. 2002. *Les femmes ont toujours travaillé. Une histoire du travail des femmes aux XIX^e et XX^e siècles*, Paris: Éditions Odile Jacob.
- Os trabalhos e os dias. Mulheres portuguesas no século XX. Exposição Fotográfica*. 1994. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- VAQUINHAS, Irene. 2017. “Abnegação, espírito de sacrifício e compaixão: as questões de género na enfermagem em Portugal (2^a metade do século XIX e inícios do século XX)”, *Livro de Atas do III Encontro Internacional de História da Enfermagem, A enfermagem na oficina de Clio: Perspetivas históricas em torno dos cuidados de saúde*, SPHE, 2-3 maio de 2017, Porto: Sociedade Portu-

- sa de História da Enfermagem, 67-77; ISBN: 978-989-20-7568-6. <http://hdl.handle.net/10316/45409>
- VAQUINHAS, Irene. 2018. “Mulheres na universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes cabo-verdianas” / “Women at the University of Coimbra: the case of the first Cape Verdean female students”, *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 8: 219-244. DOI: 10.21747/0871164X/hist8a12
- VAQUINHAS Irene. 2019. “História das mulheres e de género em Portugal: horizontes temáticos e desafios atuais”, *Género na arte. Corpo, sexualidade, identidade, resistência, Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, Lisboa, nº extra, FCS da UNL, 37-55. <http://hdl.handle.net/10316/88149>
- VEGA, Eulalia. 2007. “Mujeres y asociaciones obreras frente al seguro obligatorio de maternidade durante la Segunda Republica”, *Genero y políticas del trabajo em la España contemporânea, 1836-1936*, Cristina Borderías (ed.), Barcelona: Icaria Editorial, 253-273.
- VICENTE, Ana. 1998. *As mulheres em Portugal na Transição do Milénio. Valores, Vivências, Poderes nas Relações Sociais Entre os Dois Sexos*, Lisboa: Multinova.
- VIDAL, Angelina. 1994. *Lisboa antiga e Lisboa moderna. Elementos históricos da sua evolução*, 2ª edição, Lisboa: Vega.
- WALL, Karin. 2002. “Dinâmicas familiares e políticas de família na União Europeia: que evolução?”, *Actas do Colóquio Internacional “Família, Género e Sexualidade nas Sociedades Contemporâneas”*, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 47-55. https://associacaoportuguesasociologia.pt/cms/docs_prv/docs/DPR49f714927efa1_1.pdf

As damas camaristas ao serviço da Casas das Rainhas durante a monarquia constitucional portuguesa: tradição e modernidade²⁸

Pedro Urbano²⁹

In memoriam de Luís Nuno Espinha da Silveira (1954-2021)

Introdução

À excepção do estudo de Maria P. Lourenço (1999), a casa das rainhas portuguesas não foi alvo de estudo sistemático. A historiografia analisou cada uma destas casas em particular, sobretudo para a época medieval (Silva 2018. Rodrigues 2011. Menino 2012). Para o período contemporâneo, as biografias relativas às rainhas portuguesas (Bonifácio 2005. Braga 2019. Witte 2019. Lopes 2011. Durães 2012) são escassas em informações relativas às suas *entourages*. Exceptuam-se o estudo da casa real durante o reinado de D. Carlos (Machuqueiro 2013, 160-170) ou o da família feminina de D. Maria II (Urbano 2022, 252-281). Estes estudos parcelares impedem uma indispensável análise de média e longa duração, atendendo ao recente avanço historiográfico, que demonstrou como a corte e a casa das rainhas se assumiram como lugares de poder exercido pela rainha, de direito próprio, consorte ou viúva, e pelas mulheres que aí desempenharam ofícios. Conceitos como *queenship*, *agency* e micropolítica foram alvo de investigação, demonstrando como, apesar de arredadas de uma participação política activa (Vaquinhas 2000, 35), as mulheres souberam exercer o seu poder e influência no espaço da corte (Akkerman, Houven, 2014. Franganillo Álvarez, 2019. Pagès Pyatos, 2017. Persson, 2021. San Narciso Martín, 2018).

²⁸ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto CEECIND/04492/2017. O IHC é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020.

²⁹ Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa / IN2PAST – Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território. Centro de Estudos Clássicos Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Portugal.

A análise das acções de poder e influência exercida por estas senhoras só é possível com a sua identificação e reconstituição das suas carreiras. O objectivo deste artigo é a análise da composição da família efectiva feminina da Casa das rainhas. Pretende-se identificar os elementos humanos que compuseram esta instituição, definir as características deste grupo, avaliando a evolução da casa das rainhas e compreendendo as suas dinâmicas internas. A identificação das senhoras foi possível graças ao cruzamento de fontes como nobiliários e genealogias, almanaques, anuários e outras publicações periódicas, pois o *Registo Geral das Mercês* e o *Diário do Governo* não apresentam todas as nomeações. A inexistência do desempenho de funções públicas - à excepção do serviço na Casa Real, e a escassez das informações biográficas reflecte-se na metodologia utilizada para o estudo micro-proso-pográfico. Dar-se-á importância a factores individuais (estado civil, idade de nomeação, agraciação de mercês - títulos ou ordens honoríficas). As acções individuais, teoricamente mais limitadas, eram tomadas em seu proveito e em prol das suas redes familiares, quer de origem, quer de casamento (Persson, 2021, 35). Analisaremos as suas famílias de origem e as dos cônjuges, avaliando a tradição de serviço à casa real, a antiguidade dos seus títulos, o apoio à causa liberal e as ligações familiares existentes. A escolha destes indicadores, reflectem as informações disponíveis e os que a sociedade então valorizava (Cruz, 1999, 32-33).

A casa das rainhas

O regime constitucional alterou as instituições régias, a casa real e a Casa das Rainhas. Os tribunais desta foram extintos em 1833 e os seus bens, a principal fonte de rendimento da rainha, incorporados na Fazenda Nacional³⁰. A Carta Constitucional de 1826 consignou os rendimentos das rainhas através da dotação paga pela Fazenda Nacional. Continuou a existir uma estrutura de apoio à rainha, que reproduzia o modelo anterior, nomeadamente a divisão de sexos, auferindo pelos seus serviços um vencimento mensal. Na família feminina assistiu-se à redução do seu número e das categorias existentes. Até então, era constituída por uma camareira-mor, 15 damas, 7 donas de honor, 4 damas da câmara e 24 açafatas³¹, a que se juntavam outras, de

³⁰ *Chronica Constitucional de Lisboa (CCL)*, n.º 17, 14/08/1833, 81.

³¹ *Almanaque Português*, Ano de 1825, Lisboa, Impressão Régia, 1825.

condição social inferior³². À camareira-mor cabia a direcção e supervisão de todo o serviço desempenhado por estas funcionárias. As damas estavam ao serviço efectivo da rainha e as donas de honor eram senhoras titulares, viúvas ou casadas, que tomavam conta do grupo das damas (Cruz Medina 2014, 101)³³. As primeiras auferiam 500\$000 anuais e as donas de honor apenas 173\$940³⁴. As damas da câmara eram responsáveis pelo serviço no quarto de dormir da rainha (Bluteau, Silva, 1789, I, 219) e as açafatas pelo guarda-roupa daquela, prestando auxílio dos actos de vestir e despir (Bluteau, Silva, 1789, I, 14), auferindo 240\$000 por ano. As retretas ou moças da retrete eram as criadas da câmara ou de interior (Bluteau, Silva, 1789, II, 341) e recebiam 100\$000. O termo moça era atribuído às criadas de servir (Bluteau, Silva, 1789, II 88): as do lavor recebiam por ano 80\$000 e eram responsáveis pelos trabalhos de mãos (Bluteau, Silva, 1789, II, 11). As do quarto, encarregadas dos pelos aposentos da rainha, auferiam 70\$000 e a dona da porta, responsável pela chave dos aposentos da família feminina da rainha, 65\$000³⁵.

Durante o reinado de D. Maria II, a camareira-mor recebia 3000\$000 e a dama 1000\$000 anuais. O pessoal inferior era constituído por 2 retretas, auferindo 240\$000 anualmente³⁶. O número de damas e de retretas diminuiu, porém, os seus vencimentos aumentaram significativamente, no primeiro caso para o dobro. Deu-se preferência a um menor número de funcionários, porém, mais bem pagos.

Só encontramos informações relativas aos vencimentos das senhoras ao serviço de D. Maria Pia em 1889. A camareira-mor auferia um valor inferior ao apresentado anteriormente (1000\$000). Uma das damas apresentava este mesmo valor³⁷, porém as restantes auferiam 500\$000 por ano³⁸. Estas quantias, quando comparadas às dos seus congéneres masculinos que desempenham funções na casa da rainha, eram inferiores (Urbano, 2022, 256). O número de retretas variou entre 4 e 7, desconhecendo-se o seu vencimento³⁹.

³² Moças do lavor, moças do quarto, e porteiras ou donas da porta. ANTT, Casa das Rainhas, Liv. 53, NT 50, fl. 140-190.

³³ Donas de honor: senhoras nobres viúvas, ao serviço de um membro da família real (Bluteau, Silva, 1789, I, 454). Apenas uma análise aprofundada pode comprovar a composição exclusiva de viúvas, percebendo-se a pertinência do estado civil na composição da casa da rainha.

³⁴ Coligidos em 1833, reportam-se à casa de D. Carlota Joaquina, deduzindo-se que não tenham sofrido alterações. ANTT, Cx. 3773, Folha das criadas do Paço...

³⁵ ANTT, Cx. 3773, Folha das criadas do Paço...

³⁶ ANTT, Cx. 3777, Relação das pessoas que compõem a Casa Real...

³⁷ D. Eugénia Teles da Gama.

³⁸ ANTT, Cx. 7334, Administração da Casa de Sua Majestade a Rainha.

³⁹ *Anuario diplomático e consular Português*, 1888-1909.

Até 1892, o vencimento das damas camaristas de D. Amélia foi reduzido para 486\$000, enquanto o da dama camarista ao serviço dos príncipes apresentava um valor superior (1000\$000) (Machuqueiro, 2013, 100). As retretas, entre 2 e 3, recebiam entre 153\$6000 e 270\$000⁴⁰, esta quantia superior à auferida pelas de D. Maria II.

A simplificação da organização da casa da rainha provocada pela monarquia constitucional estreitou as suas vias de acesso, sendo substancialmente menor o número de escolhidas. Isto significava a redução significativa das hipóteses do serviço à casa real e de uma carreira pública, próxima dos meandros do poder e da possibilidade do exercício de um trabalho remunerado (Persson, 2021, 35). Ainda assim, este serviço terá sido valorizado, pelo aumento tendencial dos vencimentos, numa fase inicial.

A escolha das damas feita por D. Amélia e posteriormente aprovada pelo rei, era sugestão da camareira-mor, o que demonstra o poder deste ofício, ao poder sugerir nomes das suas redes de influência. A selecção recaía em senhoras com características específicas, como as suas qualidades “naturais” (Vaquinhas 2021, 114): inteligência, instrução, gentileza, seriedade, alegria, educação e uma companhia agradável (Machuqueiro, 2013, 160-170). Não sendo possível, com as fontes disponíveis, avaliar estes elementos, traçaremos o seu perfil através dos indicadores mencionados.

A família feminina da Casa da rainha D. Maria II

As damas da casa de D. Maria II foram eleitas por D. Pedro IV. Nomeou em 1833, a camareira-mor, D. Eugénia de Almeida Portugal (1784-1859)⁴¹, viúva do conde de Ficalho e pertencente à casa dos marqueses de Lavradio. Esta escolha cumpria dois requisitos: a tradição familiar de serviço à casa Real (Pinto 1883, I, 573-576) e a sua adesão e da sua família à causa da rainha (Urbano 2022, 256-257). Este alinhamento político premiava a fidelidade e lealdade ao monarca – a dinâmica amorosa (Cardim, 2000) e reflectia o saneamento que D. Pedro pretendeu para a administração pública, exército e casa real, afastando antigos servidores miguelistas (Urbano 2022, 254-256). Após despedir D. Leonor da Câmara (1781-1850)⁴², dama da rainha desde

⁴⁰ ANTT, cx. 6366, Folha dos vencimentos e gratificações

⁴¹ CCL, n.º 29, 28/08/1833, 147.

⁴² CCL, n.º 76, 22 de Outubro de 1833, 403-404. Vide Urbano 2021, 130-131.

1829, D. Pedro nomeava a filha da camareira-mor, D. Maria Margarida de Melo (1805-1875)⁴³, recém-viúva do filho dos condes de Óbidos. O serviço à monarca não durou muito: em 1837 foi afastada devido a uma intriga de corte (Barreto, Andrada 1929, 207-208, 262).

As novas nomeações resultaram da escolha da rainha, após a morte de D. Pedro. A primeira foi D. Maria das Dores de Sousa Coutinho (1813-1883)⁴⁴, filha do marquês de Santa Iria. Em 1837 nomeou-se para o serviço dos infantes a filha dos marqueses de Castelo Melhor, D. Maria de Vasconcelos e Sousa (1812-1875)⁴⁵ e D. Henriqueta Oyenhausen de Almeida (1789-1860)⁴⁶, filha da marquesa de Alorna, ao serviço da rainha.

Estas senhoras serviram D. Maria II até à sua morte – à exceção de D. Maria Margarida. Unia-as a tradição do serviço familiar à casa real e a antiguidade dos títulos das suas casas de origem, todas do século XVIII ou anteriores, traço indiscutível da sua pertença à antiga aristocracia do reino, tal como as casas dos maridos da duquesa de Ficalho e de sua filha. Todas pertenciam a famílias liberais e nenhuma delas titular, à exceção de D. Henriqueta, condessa de Oyenhausen⁴⁷, e D. Eugénia, condessa por casamento. Esta fora elevada a marquesa e a duquesa, este título concedido depois da sua nomeação como camareira-mor⁴⁸. D. Eugénia e a filha eram viúvas, as restantes solteiras. Todas eram mais velhas que a rainha: esta assumiu o trono com 14 anos e nas últimas nomeações tinha 18 anos. A maior disparidade de idades ocorria relativamente à camareira-mor (34 anos), seguindo-se D. Henriqueta (30). A diferença menor entre a idade da rainha e a das damas é apresentada por D. Maria das Dores (23). A média de idades das damas aquando da sua nomeação cifrava-se nos 34,4 anos e a diferença média entre as damas e a rainha nos 18,4. A duquesa de Ficalho, a filha e D. Maria das Dores eram damas da Real Ordem de Santa Isabel⁴⁹.

⁴³ Mercê oficializada a 1/01/1837, com referência à antiguidade de 19/10/1833. ANTT, Liv. 7, fl. 77v-78.

⁴⁴ Nomeação de 1/01/1837, antiguidade de 8/07/1835. ANTT, Liv. 8, fl. 57v. Desde Julho de 1834 D. Maria das Dores surge referida como dama. *Crónica Constitucional do Porto*, n.º 156, 28/07/1834, 561.

⁴⁵ ANTT, Liv. 7, fls. 125v-126.

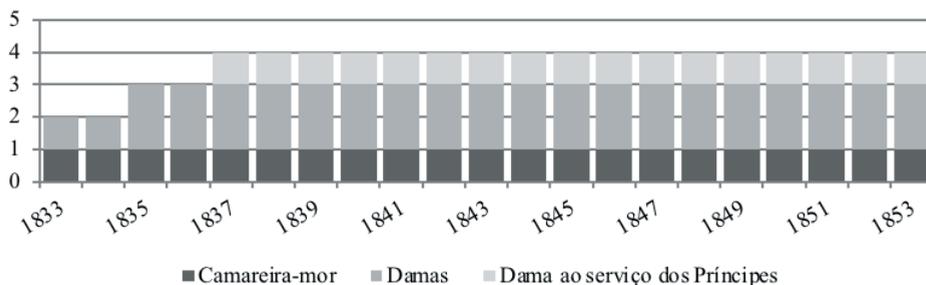
⁴⁶ ANTT, n.º 274, Alvará de nomeação de dama, 27/06/1837.

⁴⁷ O direito austríaco permitia aos filhos de conde a utilização do título dos pais.

⁴⁸ ANTT, Liv. 14, fls. 206-206v. ANTT, Liv. 16, fls. 96-96v.

⁴⁹ A duquesa de Ficalho foi nomeada a 18/10/1833 e D. Maria das Dores a 1/01/1836. ANTT, liv. 926, fls. 9v-10, 18. D. Maria Margarida de Melo não é referida aqui, mas em Torres (1838, 142). Instituída em 1801 por D. Carlota Joaquina, e cujos estatutos foram oficializados por alvará de 1804, visava agraciar senhoras da nobreza pelos seus serviços, sob os auspícios da rainha Santa Isabel. Alvará de 25/04/1805, (Silva 1826, 354-356). Agradecemos a SAR, a Senhora Duquesa de Bragança, aos Doutores Sílvia Ferreira, José Félix Duque, Joana Paulino e às Dr^{as} Luísa Colen e Odete Martins pelas pistas acerca do livro da Ordem de Santa Isabel, em particular a esta última, que o encontrou.

O gráfico 1 permite verificar o aumento do número de damas a partir de 1835, estabilizando-se nos 4 elementos a partir de 1837 e até ao final do reinado. É o resultado do aumento do número de damas ao serviço da rainha, que desde 1835 se fixa apenas em 2, sendo uma terceira destinada ao serviço dos infantes.



1- Número de Senhoras, por categorias, da Casa da Rainha D. Maria II. Fontes: CCL, n.º 29, 28/08/1833, 147; ANTT, Liv. 7, fl. 77v-78 e Liv. 8, fl. 57v; ANTT, Liv. 7, fls. 125v-126; ANTT, n.º 274, Alvará de nomeação de dama, 27/06/1837.

A família feminina da Casa da rainha D. Estefânia

A morte da rainha não dissolveu a orgânica interna da sua casa, pela natureza dos ofícios, vitalícios, e existência de duas infantas, D. Maria Ana e D. Antónia. D. Maria de Vasconcelos e Sousa, nomeada dama da Real Ordem de Santa Isabel⁵⁰, esteve ao seu serviço, acompanhando-as nos seus casamentos⁵¹. Além desta, continuaram D. Maria das Dores, D. Henriqueta e a duquesa de Ficalho, como camareira-mor.

Registaram-se duas alterações: a nomeação da camareira-mor D. Maria Ana Filomena de Mendonça (1808-1866), duquesa da Terceira⁵² e de D. Gabriela de Sousa Coutinho (1825-1895)⁵³. D. Maria Ana era filha dos marqueses de Loulé e casada com o duque da Terceira. Fora dama honorária de D. Maria II e recebera as honras de camareira-mor, por acompanhar D. Estefânia de Berlim até Lisboa⁵⁴, exercendo em exclusivo o serviço interino de camareira-mor, por impedimento da de Ficalho, sendo nomeada após a morte desta. A outra

⁵⁰ A 27/04/1858, *Diário do Governo (DG)*, n.º 121, 25/05/1858, 649.

⁵¹ *DG*, n.º 102, 3/05/1859, 595; *Diário de Lisboa (DL)*, n.º 202, 9/09/1861, 2507.

⁵² Nomeada a 4/03/1859, em sequência da morte da duquesa de Ficalho. *DG*, n.º 61, 14/03/1859, 325.

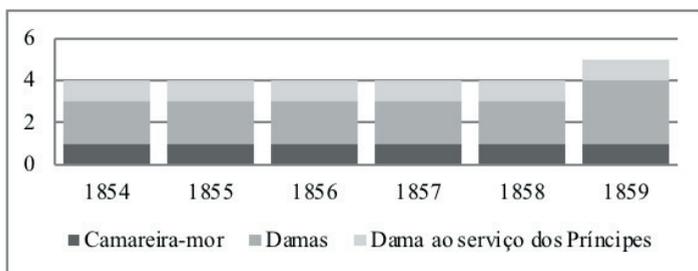
⁵³ Sabe-se encontrar-se ao serviço pelo menos desde 30/03/1859 (Estefânia, Vilhena 1930, 211).

⁵⁴ 9/06/1858. *DG*, n.º 146, 24/06/1858, 779.

agraciada era filha dos condes de Linhares. Estas nomeações não alteraram a composição da Casa. Pertenciam a famílias liberais e com tradição de serviço à Casa Real e os títulos de suas casas eram anteriores ao século XVIII (Pinto 1883, II, 91, 94, 650. Torres 1838, 108. Torres, Baena 1883, 308, 350, 792). A exceção foi a família de D. Gabriela, titulada em 1808. Nenhuma era senhora de casa e apenas a nova camareira-mor era titular, por casamento. Esta senhora era aparentada com a família real, sendo cunhada da infanta D. Maria Ana de Jesus. Era a única casada, num total de 1 viúva e 4 solteiras. Foram as não solteiras as únicas a ocupar o ofício de camareira-mor.

D. Estefânia herdou uma casa envelhecida. Casada aos 19 anos, viu-se rodeada de senhoras com mais do dobro da sua idade. A duquesa de Ficalho tinha 73 anos e D. Maria das Dores, a mais nova, 44 anos. A nomeação da duquesa da Terceira, com 53 anos, não produziu uma descida de idade significativa. A mais nova, D. Gabriela, apresentava 37 anos. A média das idades rondava os 53,8 anos e a média da diferença da sua idade com a rainha os 34,1 anos. Estas idades eram substancialmente superiores às apresentados na casa de D. Maria II. Para além das acima nomeadas damas da Real Ordem de Santa Isabel, também a duquesa da Terceira o fora⁵⁵, mercê que acumulava com a de dama da Real Ordem de Maria Luísa de Espanha⁵⁶.

Como se pode observar (**gráf. 2**), a casa da rainha durante o período que medeia as mortes de D. Maria II e D. Estefânia apresenta uma evolução regular, sofrendo um ligeiro aumento em 1859, com a nomeação de uma nova dama.



2 - Número de Senhoras, por categorias, da Casa da Rainha D. Estefânia⁵⁷. Fontes: DG, n.º 61, 14/03/1859, 325, Estefânia, Vilhena 1930, 211.

⁵⁵ 18 de Outubro de 1833, ANTT, Liv. 926, fl. 16.

⁵⁶ Criada por Carlos IV em 21/04/1792. Nomeada a 26/05/1841. *Gaceta de Madrid*, 259-268. *Guia de Forasteros*, 1850, 93.

⁵⁷ Engloba o período entre a morte de D. Maria II e o casamento de D. Estefânia. Inclusão da duquesa da Terceira após a morte da duquesa de Ficalho.

A família feminina da Casa da Rainha D. Maria Pia

Após a morte de D. Estefânia e até ao casamento de D. Maria Pia, a casa da rainha terá continuado em funcionamento, pelo menos até ao casamento da infanta D. Antónia, estando presentes a camareira-mor e as suas damas⁵⁸. A nova rainha, a cujo cargo ficavam os ordenados dos membros da sua casa⁵⁹, herdava a casa da sua cunhada, também ela responsável pelos mesmos vencimentos (Castro, 1857, 187). À data do casamento, a sua casa compunha-se da duquesa da Terceira, camareira-mor, e das damas D. Maria das Dores, Maria de Vasconcelos e Gabriela. D. Henriqueta tinha morrido em 1860.

As alterações da casa desta rainha foram marcadas pela morte dos elementos da casa ou pelos rituais de passagem dos próprios membros da família real. Para o ofício de camareira-mor foram nomeadas várias senhoras. Tal deve-se ao longo período de D. Maria Pia como rainha consorte e viúva, e por ter herdado uma casa envelhecida. À morte da duquesa da Terceira não houve uma nomeação imediata, ocorrendo em 1878, numa das damas mais antigas, D. Maria das Dores⁶⁰, que se manteve em funções até morrer, em 1883. Nos 3 anos seguintes, o ofício manteve-se vago, até à nomeação da dama D. Gabriela⁶¹. Após a morte desta senhora em 1895, o cargo manteve-se vago, sendo desempenhado interinamente por D. Eugénia Teles da Gama (1848-1931), entretanto nomeada. As duas primeiras foram escolhidas por serem as damas mais antigas em funções, o que lhes conferia precedência. D. Maria das Dores fora elevada a condessa de Sousa Coutinho, por D. Luís⁶² e D. Gabriela agraciada posteriormente à sua nomeação como camareira-mor.⁶³ D. Eugénia era também uma das damas mais antigas, nomeada no mesmo dia que D. Ana de Sousa Coutinho Mendonça (1847-1932). A preferência por D. Eugénia deve-se ao facto de D. Ana ter sido afastada do serviço à rainha, a pedido da sua mãe⁶⁴. D. Eugénia desempenhou as funções de camareira-mor

⁵⁸ DL, n.º 202, 9/09/1861, 2507.

⁵⁹ DL, n.º 223, 2/10/1862, 2430.

⁶⁰ DG, n.º 84, 13/04/1878, 925.

⁶¹ DG, n.º 59, 16/03/1886, 689.

⁶² 28/09/1863. DG, n.º 250, 5/11/1863, 3017.

⁶³ Nomeada camareira-mor a 12/03/1886, concessão do título de marquesa do Funchal a 19/05/1886, DG, n.º 59, 16/03/1886, 689; n.º 114, 22/05/1886, 1393.

⁶⁴ A 14/12/1887 falecia, após parto prematuro a infanta D. Maria Ana, em Via Viçosa. D. Ana estava de serviço, mas foi preterida pela camareira-mor, indispensável para a redacção dos autos de nascimento dos príncipes da família real portuguesa (DG, n.º 198, 23/08/1837, 960), o que desagradou à sua família. D. Ana consta nos anuários após esta data, mesmo tendo licença sem vencimento *Annuario diplomatico e consular Português*, 1888-1909. ANTT, Cx. 7334, Administração da Casa de SMR.

a partir de 1899, após ter sido titulada marquesa de Unhão⁶⁵. Premiaram-se as senhoras que já desempenhavam serviço nesta instituição, permitindo a constituição de um *cursus honorum*, facilitando a promoção das suas mais antigas servidoras e dificultando acesso à casa da rainha de outras senhoras.

Após o nascimento do príncipe herdeiro, nomeou-se aia e dama dos príncipes D. Júlia Braamcamp de Castelo Branco (1822-1878)⁶⁶. Condessa de Vila Real por casamento, era neta do barão do Sobral (Torres 1838, 226. Pinto 1883, I, 761). Também não seria indiferente, atendendo à especificidade do seu cargo, o facto de D. Júlia ter tido sete filhos, ainda que nem todos tenham chegado à idade adulta.

Após a morte de D. Maria de Vasconcelos e Sousa, foram nomeadas duas novas senhoras solteiras, uns meses antes da morte da condessa de Vila Real⁶⁷: D. Eugénia Teles da Gama e D. Ana de Sousa Coutinho Mendonça. A primeira era filha dos marqueses de Nisa e neta materna dos condes da Ponte. A segunda era filha dos condes de Linhares (Pinto 1883, II, 90-91, 168).

O casamento de D. Carlos provou alterações nesta casa. Além da promoção de D. Gabriela a camareira-mor, ofício vago desde 1883, nomearam-se a condessa de Murça e de Sabugosa e a de Rio Maior⁶⁸, senhoras herdeiras das casas paternas. D. Mariana das Dores de Melo (1856-1952) era casada com o filho herdeiro dos marqueses de Sabugosa (Pinto 1883, II, 161-162, 475-477). D. Maria Isabel de Lemos e Roxas Carvalho e Menezes de Saint-Léger (1841-1920) era filha do marquês de Bemposta e da condessa de Subserra e casada com o conde de Rio Maior (Pinto 1883, I, 247-250; II, 429-433)⁶⁹. De acordo com as suas memórias, as nomeações recaíram em “mulheres de altos dignitários”: o seu marido era mestre-sala e o conde de Sabugosa alferes-mor. O aumento do número de damas, como ocorria em Espanha e Itália, permitia espaçar o serviço destas senhoras (Colaço, Saint-Léger 1930, 149).

A 13 de Maio, duas outras senhoras foram nomeadas: D. Maria Rita de Castelo-Branco (1846-1924), marquesa de Pombal e D. Ana de Jesus Bragança (1851-1941), condessa de Bertandos⁷⁰. A primeira era neta paterna dos marqueses de Belas. Apesar de filha de mãe incógnita, D. Maria Rita foi legitimada pelo pai e isso não foi impedimento para a sua nomeação. Foi casada

⁶⁵ 26/05/1898. *DG*, n.º 142, 2/07/1898, 1673.

⁶⁶ Anterior a 15/10/1863. *DL*, n.º 266, 24/11/1863, 3166.

⁶⁷ Nomeações a 23 de Março de 1878. D. Júlia Adelaide morreu a 28/10/1878.

⁶⁸ *DG*, n.º 59, 16/03/1886, 689.

⁶⁹ O serviço à rainha durou pouco, pois pelo menos desde Maio de 1889, a marquesa apresentava uma licença ilimitada sem vencimento. ANTT, Cx. 7334, Administração da Casa de Sua Majestade a Rainha.

⁷⁰ *DG*, n.º 111, 19/05/1886, 1353.

com o marquês de Pombal e, após a morte deste, com o visconde de Asseca (Pinto 1883, I, 155, 240. II, 276-278, 298-299). De Maio de 1895 a Dezembro de 1898, esteve afastada do serviço à rainha, juntamente com outros familiares⁷¹. A segunda nomeada, casada com o conde de Bertandos, era neta paterna dos marqueses de Valença, e filha da marquesa de Arronches (Pinto 1883, I, 145-146, 257-258; II, 67-68. Torres 1838, 100). Em 1889, estava com uma licença sem vencimento ilimitada⁷², não se sabendo se terá solicitado o posterior regresso ao Paço.

A 12 de Novembro de 1886 nomeou-se D. Maria Margarida Melo Breyner (1844-1930)⁷³, casada com o conde de Mossâmedes. A sua mãe era a condessa de Sobral, de direito próprio e o pai era filho da duquesa de Ficalho (Pinto 1883, II, 77-78, 625-626). A 9 de Dezembro de 1887 nomeou-se D. Tomásia Guedes e Meneses (1850-1938)⁷⁴, filha dos viscondes do Torrão, casada com o conde de Alcáçovas (Pinto 1883, I, 16-18; II, 676-677). A última nomeação, em Dezembro de 1894, é de D. Maria da Piedade Lebrim e Vasconcelos (1857-1925), marquesa de Belas por casamento e já viúva (Pinto 1883, I, 239-240; II, 296-299),⁷⁵. O seu pai fora proprietário em S. Pedro do Sul e fidalgo-cavaleiro da Casa Real e a mãe era irmã do marquês de Reriz (Canedo 1945, vol. III, 100. Castro 1933, 171. Pinto 1883, II, 390).

Estas senhoras apresentavam características mais diversificadas, sobretudo as nomeadas após 1886. Até então predominavam aquelas oriundas de casas titulares anteriores ao século XVIII⁷⁶. Depois, as nomeações recaíram em casas mais recentes. Ainda assim, maioritariamente as casas paterna ou do marido da nomeada eram anteriores a 1826. A excepção era D. Tomásia, cujos títulos do pai e marido foram outorgados após o final da guerra civil. As condessas de Bertandos, Mossâmedes, São Miguel⁷⁷ e a marquesa de Pombal procediam de casas mais antigas, enquanto as condessas de Alcáçovas e Sa- bugosa e as marquesas de Rio Maior e Belas casaram em casas mais antigas que as suas casas de origem.

⁷¹ DG, n.º 115, 24/05/1895, 1413; n.º 295, 31/12/1898, 3561. Em causa estava a acumulação de funções do marido como membro de uma companhia e o serviço do paço (Machuqueiro 2013, 145-146).

⁷² ANTT, Cx. 7334, Administração da Casa de Sua Majestade a Rainha.

⁷³ DG, n.º 274, 1/12/1886, 3477.

⁷⁴ DG, n.º 290, 24/12/1887, 2855.

⁷⁵ *Casa Civil de Suas Majestades*, 1909.

⁷⁶ As excepções foram D. Gabriela e D. Ana de Sousa Coutinho, da casa Linhares (1808) e D. Júlia, da casa de Sobral (1813) e casada na de Vila Real (1823).

⁷⁷ A condessa fora nomeada para a casa de D. Amélia e passou ao serviço de D. Maria Pia em 1889.

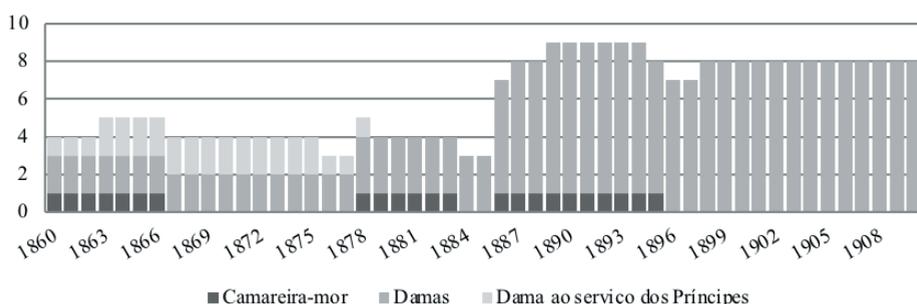
A partir de 1886, pela primeira vez entraram ao serviço senhoras descendentes ou casadas com descendentes de absolutistas. Procedendo de famílias e casadas com descendentes de absolutistas contam-se a marquesa de Pombal e as condessas de São Miguel e de Sabugosa. As marquesas de Rio Maior e de Belas casaram com descendentes de absolutistas, desconhecendo-se o posicionamento familiar dos seus antepassados. As exceções são as condessas de Bertandos e Mossâmedes, descendentes de famílias liberais. Enquanto a primeira casa numa família que se desconhece qual a facção que apoiou, a segunda era absolutista. Desconhece-se o alinhamento político dos antepassados da condessa de Alcáçovas, mas a família do marido defendeu a constituição (Pinto 1883, I, 17. Lousada, 1989, 81-110).

A tradição de serviço à casa real foi interrompida com a condessa de Vila Real. Tal como a condessa de Alcáçovas e a marquesa de Belas, não apresentava antepassados que desempenharam ofícios naquela instituição, embora as dos seus maridos os apresentassem. A condessa de São Miguel foi a única dama cuja família do marido não desempenhou serviço na Casa Real. Além da duquesa da Terceira e da condessa de Vila Real, todas as nomeadas após 1886 eram casadas, com excepção da marquesa de Belas, já viúva. É neste grupo que se encontravam senhoras de casa: a marquesa de Rio Maior e as condessas de Sabugosa e de São Miguel, as primeiras casadas com titulares. Três senhoras apresentaram ligações familiares com a família real, duas delas nomeadas anteriormente a 1886: a duquesa da Terceira, D. Ana de Sousa Coutinho e a condessa de Bertandos. D. Ana era neta materna da infanta D. Ana de Jesus Maria, e a condessa de Bertandos descendia da casa de Lafões, criada num neto de D. Pedro II.

D. Maria Pia casou com D. Luís aos 15 anos. A média de idades da casa da rainha em 1862 era de 47,5 anos, havendo por isso uma diferença média de 37,5 anos entre a idade da rainha e a das servidoras. Quando D. Maria Pia procedeu a novas nomeações, a partir de 1863, a disparidade de idades entre si e as novas damas reduziu drasticamente para uma média de 1,3 anos. Todavia, se se excluir a nomeação da condessa de Vila Real em 1863, mais velha que a rainha 15 anos, e só se tomar em consideração as nomeações de 1878 em diante, verifica-se que a diferença média de idades era negativa, apresentando a rainha mais 1,2 ano de idade. A diferença aumentou para 1,8 se se considerar as nomeações de 1886 e posteriores. Ainda que a média de idades das damas à data da sua nomeação fosse os 39,8 anos e a diferença das suas idades para a da rainha fossem superiores em 9,6, verifica-se que, a partir do

momento em que a rainha fez nomeações, procurou senhoras mais novas, o que sucedeu pela primeira vez neste período.

Para além das já mencionadas, outras duas senhoras receberam a mercê de damas da Real Ordem de Santa Isabel: D. Gabriela e D. Júlia Adelaide⁷⁸, ambas nomeadas até 1863. O número de agraciadas com a ordem das damas nobres de Maria Luísa era superior, seis em quinze senhoras⁷⁹. Para além da já mencionada duquesa da Terceira, foram-no também D. Maria das Dores, D. Gabriela, a condessa de Vila Real⁸⁰, D. Eugénia Teles da Gama e D. Ana de Sousa Coutinho⁸¹. Esta senhora recebeu também a Ordem de Leão XIII, em data incerta (Affonso, Valdez 1933, II, 104-105)⁸².



3 - Número de Senhoras, por categorias, da Casa da Rainha D. Maria Pia⁸³. Fontes: *Diários de Lisboa*, n.º 202, 9/09/1861, 2507; n.º 223, 2/10/1862, 2430; n.º 266, 24/11/1863, 3166; *Diários do Governo*, n.º 84, 13/04/1878, 925; n.º 59, 16/03/1886, 689; n.º 59, 16/03/1886, 689; n.º 111, 19/05/1886, 1353; n.º 274, 1/12/1886, 3477; n.º 290, 24/12/1887, 2855; Casa Civil de Suas Majestades, s.l., s.e, 1909.

Os primeiros anos desta casa (**gráf. 3**), apresentaram um comportamento bastante similar às das suas congéneres precedentes. A partir de 1886 registou-se o aumento significativo do número de damas, para mais do dobro nessa data e para o triplo, em 1889, ano em que estabilizou. Em 1894 sofre um pequeno declínio do número de damas. A partir de 1898, o número aumentou novamente, estabilizando em números ligeiramente inferiores aos anos de maior expressividade (1889-1894). O aumento de damas coincidiu

⁷⁸ 28/09/1863 e 15/10/1863. *DG*, n.º *DG*, n.º 251, 6/11/1863, 3025; n.º 266, 24/11/1863, 5166.

⁷⁹ Não se incluiu a condessa de Sabugosa, uma vez que esta honra foi concedida no reinado de D. Carlos. 8/12/1866. *Guia de Forasteros*. Año económico de 1872-73, 192.

⁸⁰ 20/02/1882. *Guia Oficial de España*, 1886, 169.

⁸² Medalha *Pro Ecclesia et Pontifice* – Pela Igreja e pelo Papa, instituída por Leão XIII a 17/07/1888 para comemorar o seu jubileu sacerdotal de ouro e destinavam-se aos que tinham auxiliado nas comemorações. A distinção, tornada permanente a partir/10/1898, agraciava serviços prestados à Igreja. Agradecemos as informações gentilmente concedidas pelo secretariado da Nunciatura Apostólica.

⁸³ O gráfico engloba a morte de D. Estefânia e o período da rainha D. Maria Pia como rainha-viúva.

com o casamento de D. Carlos, que implicou a constituição de uma nova casa para a duquesa de Bragança. De resto, a transformação de rainha consorte em rainha-viúva ou rainha-mãe⁸⁴ não implicou qualquer alteração, verificando-se uma manutenção do número de serviçais. Repare-se que, pelos menos desde 1889, havia três senhoras com licença sem vencimento: D. Ana de Sousa Coutinho, a marquesa de Rio Maior e a condessa de Bertandos, o que reduz o número de senhoras efectivamente ao serviço.

Pela primeira vez, o ofício de camareira-mor esteve vago em três ocasiões. É natural que, após a morte de D. Luís e a proeminência da casa da nova rainha consorte, não houvesse necessidade de uma camareira-mor para D. Maria Pia, existindo uma dama camarista que desempenhava as suas funções, D. Eugénia Teles da Gama, depois marquesa de Unhão. O mesmo havia sucedido com D. Maria das Dores⁸⁵.

Finalmente, repare-se a existência de duas damas ao serviço dos príncipes. Tal deve-se ao facto de não se saber ao certo quando D. Maria de Vasconcelos passou para o serviço efectivo da rainha. É provável que as suas funções como dama dos príncipes tenham cessado após o casamento da infanta D. Antónia em 1861. A partir desta ocasião deixavam de existir infantas a residir em Portugal e os infantes mais novos, D. Fernando e D. Augusto já estariam aos cuidados da família masculina, encarregada a partir dos 12 anos da sua educação. Em 1865 D. Maria de Vasconcelos surgia como dama efectiva ao serviço da rainha D. Maria Pia⁸⁶.

A família feminina da Casa da rainha D. Amélia

O casamento de D. Carlos implicou a criação de uma nova casa ao serviço da duquesa de Bragança. Foram-lhe nomeadas a condessa de São Miguel e a viscondessa de Seisal⁸⁷. D. Mariana da Madre de Deus José Paulina de Noronha e Brito (1844-1893) era condessa de São Miguel, de direito próprio. O

⁸⁴ Embora esta seja a denominação frequente na bibliografia estrangeira, sobretudo anglo-saxónica ou francesa, em Portugal estas denominações não eram utilizadas. Para se distinguir da nora, a rainha D. Maria Pia era denominada como a rainha, a Senhora Dona Maria Pia.

⁸⁵ Aconteceu no juramento do príncipe Real, a 14/03/1878. *Diário Ilustrado*, n.º 1806, 15/03/1878, 2. O programa previa a existência de uma “dama camarista servindo de camareira-mor”. *DG*, n.º 56, 11/03/1878, 614. Após a sua morte não foi possível documentar acontecimentos em que a sucessora, D. Gabriela, possa ter desempenhado funções antes da sua nomeação efectiva.

⁸⁶ *Almanak Industrial Comercial e profissional de Lisboa*, 63. Ainda assim, preferiu-se manter a indicação das suas funções principais.

⁸⁷ *DG*, n.º 111, 19/05/1886, 1353.

seu marido era neto paterno dos condes de Terena (Pinto 1883, I, 118-121; II, 574). A partir de 1889, D. Mariana passou para o serviço de D. Maria Pia, até à data de sua morte⁸⁸. D. Maria Germana de Castro Pereira (1860-1954) era viscondessa de Seisal por casamento e neta de D. Pedro I do Brasil com a baronesa de Sorocaba (Pinto 1883, II, 600-601. Corrêa, 1985, 534, 535, 594. Leme 1904, 496-497). É provável que, na ocasião destas nomeações, a condessa de Sabugosa e de Murça tenha passado para o serviço da princesa D. Amélia⁸⁹.

Poucos dias antes da morte do rei D. Luís, nomeou-se D. Josefa Isabel Henriqueta de Sandoval y Krus (1859-1919)⁹⁰. Filha de um parlamentar e diplomata espanhol e de uma senhora de origens dinamarquesas e espanholas, Rita Krus y Pacheco (Caro Cancela 2010, 490-493), casou com um neto secundogênito do marquês de Castelo Melhor, nomeado como vedor de D. Amélia na mesma data.

Com a subida ao trono de D. Carlos, escolheu-se para camareira-mor da nova rainha a duquesa de Palmela, de direito próprio, D. Maria Luísa de Sousa Holstein (1841-1909)⁹¹. O seu marido era filho dos viscondes de Lançada (Urbano 2008, 13-16, Pinto 1883, II, 225). Em 1890 foram nomeadas duas outras senhoras. Ao contrário das antecedentes, a escolha recaiu, a partir de então, em senhoras solteiras. A primeira foi D. Isabel Lobo de Almeida Melo e Castro (1857-1915)⁹², filha dos condes das Galveias (Pinto 1883, II, 7-11)⁹³. No mês seguinte nomeou-se D. Isabel Saldanha da Gama (1850-1918) como dama camarista ao serviço dos príncipes⁹⁴, filha dos condes da Ponte (Pinto 1883, II, 306). Em 1892 nomeou-se D. Maria Francisca de Menezes (1856-1928)⁹⁵. Os seus pais não eram titulares (Canedo 1945, vol. II, 36; Pinto 1883, II, 76).

A composição da casa de D. Amélia observou duas fases distintas: a primeira, enquanto duquesa de Bragança, idealizada pela sua sogra e a segunda quando se tornou rainha e as escolhas foram realizadas por si. Em 1886 foram seleccionadas senhoras detentoras de títulos: condessas de São Miguel, Sabugosa e Seisal. As duas primeiras eram, inclusive, herdeiras de sua casa. As

⁸⁸ *Anuário diplomático e consular Português*, 1889-90 e 1891.

⁸⁹ Nessa data, o seu marido era nomeado seu vedor, à semelhança dos cônjuges das condessa de São Miguel e viscondessa de Seisal. *DG*, n.º 111, 19/05/1886, 1353.

⁹⁰ 8/10/1889. *DG*, n.º 230, 11/10/1889, 2339.

⁹¹ Carta régia de 9/12/1889 e decreto ministerial de 12 desse mês. *DG*, n.º 282, 13/12/1889, 2891.

⁹² 19/02/1890. *DG*, n.º 42, 22/02/1890, 382.

⁹³ Deverá ter existido um interregno, entre 1896 e 1898, pela sua não inclusão nos anuários diplomáticos desses anos, desconhecendo-se se usufruiu de licença ilimitada. *Anuário diplomático e consular Português*, 1896 e 1898.

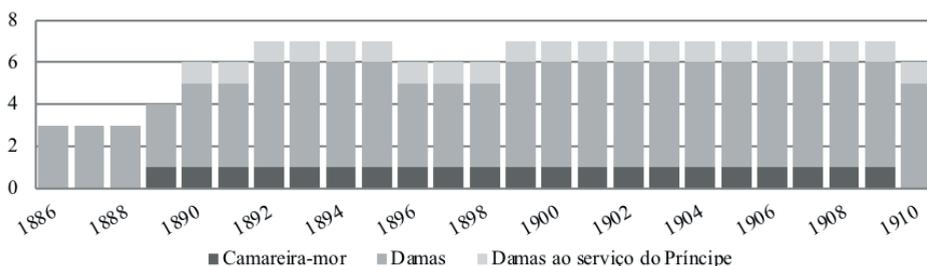
⁹⁴ 24/03/1890. *DG*, n.º 49, 3/03/1890, 454.

⁹⁵ 25/11/1892. *DG*, n.º 270, 28/11/1892, 2665.

nomeações efectuadas de 1889 em diante, à excepção da camareira-mor, recaíram em senhoras não titulares. Destas, apenas D. Isabel Galveias e Isabel Ponte eram filhas de titulares. D. Maria Francisca era neta de titulares e D. Josefa casada com um secundogénito, filho de titulares. As nomeações posteriores a 1890 recaíram em senhoras solteiras, contrariando a tendência verificada a partir de 1886, em que as nomeadas eram casadas. As origens das casas destas últimas senhoras eram anteriores ao século XVIII, tal como a condessa de São Miguel. D. Josefa e a condessa de Sabugosa casaram com senhores cujo título familiar era anterior ao século XVIII. As excepções foram a duquesa de Palmela, título outorgado em 1812 e a condessa de Seisal, título concedido em 1843, e o da sua família de origem, brasileiro, em 1812. À excepção de D. Josefa, todas descendiam de famílias cujos antepassados serviram na casa real. Das casadas, apenas as famílias dos maridos da condessa de São Miguel e da duquesa de Palmela não apresentavam antepassados que tenham exercido ofícios naquela instituição. Só a condessa de Seisal apresentava relações familiares, ainda que ilegítimas, com a casa de Bragança, sendo neta de D. Pedro IV. Três senhoras descendiam de famílias absolutistas: as condessas de São Miguel e de Sabugosa e D. Isabel Saldanha da Gama. As duas primeiras eram casadas com apoiantes de D. Miguel. Do lado liberal, apresentavam-se a duquesa de Palmela e D. Maria Francisca de Meneses, representando os condes da Cunha, e D. Josefa, por casamento. Não foi possível apurar o posicionamento dos antepassados das restantes senhoras e/ou dos seus maridos. A média de idades da totalidade das nomeadas rondava os 35,5 anos, apresentado uma diferença da idade da rainha superior a 12,5 anos. Esta diferença era menor, contabilizando apenas as nomeações anteriores à subida ao trono de D. Carlos, cifrando-se nos 10,5. Quando D. Amélia passou a escolher as suas damas, escolheu senhoras ligeiramente mais velhas, com uma diferença de 14,5 anos, se incluirmos a camareira-mor, a mais velha de todas ou de 11,3, se a excluirmos. Apenas duas senhoras foram agraciadas com a Real Ordem de Santa Isabel: a duquesa de Palmela e D. Isabel Saldanha da Gama⁹⁶. Em contrapartida, o número de agraciadas com a Real Ordem das Damas Nobres de Maria Luísa era duas vezes superior. As agraciadas foram a duquesa de Palmela; D. Josefa; a condessa de Sabugosa e D. Isabel Saldanha da Gama⁹⁷.

⁹⁶ 15/04/1863. DG, n.º 119, 29/05/1863, 1641. D. Isabel sem indicação de data (Affonso, Valdez 1933, III, 483). Esta nomeação não consta do livro de assentamento correspondente. ANTT, Liv. 926.

⁹⁷ 2/04/1871, 31/11/1892, 15/12/1903 e 10/03/1906. *Guia Oficial de España*, 1886, 169 e 1911, 181.



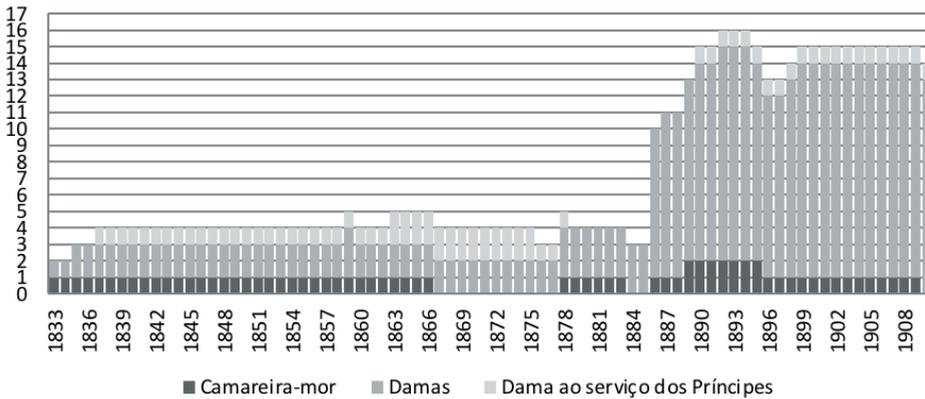
4 - Número de Senhoras, por categorias, da Casa da Rainha D. Amélia. Fontes: *Diários do Governo*, n.º 111, 19/05/1886, 1353; n.º 230, 11/10/1889, 2339; n.º 42, 22/02/1890, 382; n.º 49, 3/03/1890, 454; n.º 270, 28/11/1892, 2665.

Em termos gerais (**gráf. 4**) a casa de D. Amélia sofreu alterações quando se tornou rainha consorte, estabilizando-se a partir de 1892, e com mais do dobro das servidoras enquanto era duquesa de Bragança. As oscilações posteriores deveram-se ao afastamento de D. Isabel Melo e Castro e à morte da camareira-mor, em 1909⁹⁸.

A família feminina da Casa das Rainhas portuguesas durante a monarquia constitucional

Embora seja pertinente a análise de cada uma das casas das diferentes rainhas, para a caracterização de cada uma delas, não permite uma análise de conjunto assente na média e longa durações e avaliação da evolução desta instituição ao longo da monarquia constitucional. A análise do **Gráf. 5** permite a avaliação da relativa estabilidade do número de camaristas, sobretudo entre 1837 e 1885. Existiram algumas variações pontuais, pouco significativas. A partir de 1886 ocorreu um aumento exponencial da casa da rainha, resultante da criação de uma nova casa, ao serviço da duquesa de Bragança, e do aumento de damas de D. Maria Pia, com a ressalva, porém, de existirem, pelo menos desde 1889, 3 senhoras com licença sem vencimento.

⁹⁸ Não foi possível apurar uma nova nomeação nem identificar a dama camarista que poderá ter desempenhado essas funções. As rainhas D. Amélia e D. Maria Pia não presenciaram a aclamação de D. Manuel, o juramento do infante D. Afonso como príncipe real, nem a recepção de ano bom de 1910. *DG*, n.º 100, 5/05/1908, 1313-1314; n.º 57, 14/03/1910, 905-906, *Diário Ilustrado*, n.º 13048, 2/01/1910.



5 - Número de Senhoras, por categorias, da Casa das Rainhas ao longo da monarquia constitucional. Fontes: CCL, n.º 29, 28/08/1833, 147; ANTT, Liv. 7, fl. 77v-78; ANTT, Liv. 8, fl. 57v; ANTT, Liv. 7, fls. 125v-126; ANTT, n.º 274, Alvará de nomeação de dama, 27/06/1837; *Diários de Lisboa*, n.º 202, 9/09/1861, 2507; n.º 223, 2/10/1862, 2430; n.º 266, 24/11/1863, 3166; *Diários do Governo*, n.º 61, 14/03/1859; n.º 84, 13/04/1878, 925; n.º 59, 16/03/1886, 689; n.º 59, 16/03/1886, 689; n.º 111, 19/05/1886, 1353; n.º 274, 1/12/1886, 3477; n.º 290, 24/12/1887, 2855; n.º 111, 19/05/1886, 1353; n.º 230, 11/10/1889, 2339; n.º 42, 22 de Fevereiro de 1890, 382; n.º 49, 3/03/1890, 454; n.º 270, 28/11/1892, 2665, *Casa Civil de Suas Majestades*, 1909; Estefânia, Vilhena 1930, 211.

A média do número de damas camaristas por rainha (**Gráf. 6**) demonstra um aumento pouco significativo, de uma média de quatro com D. Maria II e D. Estefânia, para seis, ao serviço de D. Maria Pia e de D. Amélia.



6 - Número médio de damas camaristas por Rainha. Fontes: CCL, n.º 29, 28/08/1833, 147; ANTT, Liv. 7, fl. 77v-78; ANTT, Liv. 8, fl. 57v; ANTT, Liv. 7, fls. 125v-126; ANTT, n.º 274, Alvará de nomeação de dama, 27/06/1837; *Diários de Lisboa*, n.º 202, 9/09/1861, 2507; n.º 223, 2/10/1862, 2430; n.º 266, 24/11/1863, 3166; *Diários do Governo*, n.º 61, 14/03/1859; n.º 84, 13/04/1878, 925; n.º 59, 16/03/1886, 689; n.º 59, 16/03/1886, 689; n.º 111, 19/05/1886, 1353; n.º 274, 1/12/1886, 3477; n.º 290, 24/12/1887, 2855; n.º 111, 19/05/1886, 1353; n.º 230, 11/10/1889, 2339; n.º 42, 22 de Fevereiro de 1890, 382; n.º 49, 3/03/1890, 454; n.º 270, 28/11/1892, 2665, *Casa Civil de Suas Majestades*, 1909; Estefânia, Vilhena 1930, 211.

A análise exclusiva de cada casa escamoteia alguns dados pertinentes, nomeadamente a existência de senhoras que desempenharam funções a várias rainhas, por serem ofícios de nomeação vitalícia, apesar de algumas ex-

cepções pontuais já referidas. É o caso das camareiras-mores, duquesas de Ficalho (D. Maria II e D. Estefânia⁹⁹) e da Terceira (D. Estefânia e D. Maria Pia). Exclusivamente como damas, D. Henriqueta (D. Maria II e D. Estefânia); D. Maria de Vasconcelos (D. Maria II, D. Estefânia e D. Maria Pia); condessas de São Miguel e de Sabugosa (D. Maria Pia e D. Amélia). Finalmente, senhoras que, nomeadas damas, ascenderam ao ofício de camareira-mor nos reinados seguintes: condessa de Sousa Coutinho (D. Maria II, D. Estefânia e D. Maria Pia) e marquesa do Funchal (D. Estefânia e D. Maria Pia).

Embora o maior número de casos seja de senhoras que serviram duas rainhas, há duas que serviram três: a condessa de Sousa Coutinho e D. Maria de Vasconcelos. Tal deve-se não tanto ao curto reinado de D. Pedro V ou à longevidade das mesmas, mas à precocidade da sua nomeação, a primeira com 23 anos (a mais nova nomeada) e a segunda com 25 anos. Juntamente com a condessa de Seisal, nomeada com a mesma idade, constituíam o grupo das mais novas nomeadas, seguidas de D. Maria Margarida de Melo (28 anos). As restantes apresentavam idades superiores a 30 anos. A média de idades total na sua primeira nomeação cifrava-se nos 36,7 anos. A mais velha era a duquesa da Terceira, com 54 anos, seguida das duquesas de Ficalho e Palmela, e D. Henriqueta (48 anos). Repare-se que, à excepção desta última, todas foram camareira-mores. A condessa de Sousa Coutinho foi nomeada com 64 anos e a marquesa do Funchal com 60, excedendo as idades das anteriores. A senhora com mais anos de serviço foi a condessa de Sousa Coutinho (48 anos), seguida de D. Maria de Vasconcelos (38) e da marquesa do Funchal (36). A média de anos de serviço à casa das rainhas cifrava-se bastante abaixo (22,9). O menor tempo de serviço registou com D. Maria Margarida de Melo (4) e a duquesa da Terceira e condessa de São Miguel (7). À excepção da casa de D. Maria Pia, as damas eram tendencialmente mais velhas que a rainha, numa média de 10,9 anos. As senhoras com maior diferença de idade foram e por ordem decrescente, a duquesa de Ficalho (34), a duquesa da Terceira (33), D. Henriqueta (33); a condessa de Vila Real (26) e a duquesa de Palmela (24). Repare-se que, nestes casos, correspondiam às camareiras-mores e a uma das damas ao serviço do príncipe. A excepção era D. Henriqueta, mais velha que as restantes damas. As condessas de Bertandos e Alcáçovas (-4) e a marquesa de Belas (-10) eram mais novas que a rainha.

⁹⁹ No caso de D. Estefânia, a duquesa de Ficalho não terá efectuado serviço efectivo.



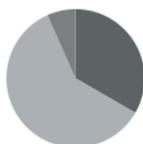
■ Solteira ■ Casada ■ Viúva

7 - Estado civil do pessoal feminino da Casa da Rainha D. Maria II



■ Solteira ■ Casada ■ Viúva

8 - Estado civil do pessoal feminino da Casa da Rainha D. Estefânia



■ Solteira ■ Casada ■ Viúva

9 - Estado civil do pessoal feminino da Casa da Rainha D. Maria Pia



■ Solteira ■ Casada ■ Viúva

10 - Estado civil do pessoal feminino da Casa da Rainha D. Amélia

Fonte: Affonso, 1933; Canedo, 1945; Castro, 1933; Corrêa, 1985; Leme, 1904; Pinto, 1883; Torres, 1838; Torres, Baena, 1883

D. Maria II deu primazia a senhoras viúvas e solteiras, estados exclusivos na casa de D. Estefânia (**Graf. 6, 7, 8, 9**). A exceção foi a camareira-mor desta, a duquesa da Terceira, casada. Com D. Maria Pia, a tendência inverteu-se a partir de 1886, predominando as casadas, em maior número que as solteiras e viúvas em conjunto. O mesmo aconteceu na casa da sua nora, onde as casadas eram em maior número, não existindo viúvas à data da sua nomeação. Isto significa que, a partir de 1886 se gratificou a agraciada e a sua casa de origem e também a casa de seus maridos, ainda que algumas destas nomeações tenham recaído em senhoras de casa. Isto permitiu a atribuição destes ofícios a senhoras tituladas, por direito próprio ou pelo casamento, dificultando o acesso ao *cursus honorum* da corte, em particular às filhas secundogénitas solteiras que, em tempos recuados, tinham no serviço à casa da rainha uma forma de ascensão social, seja através da titulação como recompensa dos serviços prestados, como aconteceu com a condessa de Sousa Coutinho e as marquesas do Funchal e de Unhão – ou com a realização de um casamento favorável, o que não se verificou, ao contrário da Idade Média (Silva, 2007, 32-33). Isto poderá ser também entendido também como um

reflexo da valorização em curso da família nuclear, sobretudo na segunda metade do século XIX (Vaquinhas, 2011, 118-151).

A marquesa de Rio Maior refere que a escolha das damas do Paço, a partir de 1886, recaiu em mulheres de altos dignitários (Colaço, Saint-Legér 1930, 147). Embora metade destes senhores fossem oficiais-mores, efectivos ou honorários da Casa Real¹⁰⁰, os restantes não apresentavam esta distinção, embora já desempenhassem, ou passassem também a desempenhar ofícios da câmara da rainha ou da casa militar do Rei¹⁰¹. Ora, os oficiais-mores continuavam a deter precedência sobre os ofícios de câmara¹⁰². Além disso, os maridos das senhoras nomeadas anteriormente, o duque da Terceira e o conde de Vila Real também eram oficiais-mores, antes das suas mulheres¹⁰³. A tónica deverá ser colocada na questão de o aumento de damas permitir maior rotatividade e um maior espaçamento de serviço (Colaço, Saint-Legér 1930, 147). Esta medida possibilitaria uma maior satisfação do serviço à casa real, que implicava o afastamento das suas famílias e um consequente descontentamento (Machuqueiro 2013, 188). A preferência por senhoras casadas permitia, nalguns casos, o serviço por parte de casais: condes de Sabugosa, Seisal, S, Miguel, Bertandos, Figueiró e viscondes de Asseca (ex-Pombal). Esta questão está directamente relacionada com o local de residência destas senhoras. Pelo menos até 1865, as damas camaristas habitavam o paço¹⁰⁴, o que indica que o serviço à semana, rotativo, ainda não estaria instituído. As alterações ter-se-iam dado, ou aquando das nomeações de 1886, ou após o afastamento de D. Ana de Sousa Coutinho do paço, altura em que D. Maria Pia terá alugado uma casa para D. Eugénia Teles da Gama (Colaço, Saint-Legér 1930, 148). Certo é que em 1909 nenhuma das camaristas residia no

¹⁰⁰ Marquês de Rio Maior, mestre-sala (1872), exoneração (1886), conservando as honras do ofício; conde de Bertandos, honras de oficial-mor; conde das Alcáçovas, honras de aposentador-mor (1881) e mestre-sala (1886); conde de São Miguel honras de oficial-mor; o duque de Palmela capitão da guarda real. DG, n.º 21, 27/01/1872, 141; n.º 67, 26/03/1886, 793; n.º 178, de 10/08/1872, 1185; n.º 118, 28/05/1881, 1303; n.º 67, 26/03/1886, 793; n.º 260, 16/11/1872, 1741; n.º 119, 29/05/1863, 1641.

¹⁰¹ Conde de Mossâmedes, veador de D. Maria Pia; marquês de Pombal gentil-homem de D. Fernando, considerado como gentil-homem de D. Luís; conde de Sabugosa veador de D. Amélia, e oficial-mor, com a nomeação como mordomo-mor daquela rainha (1891); conde de Seisal, oficial às ordens de D. Augusto, do qual foi exonerado, mantendo as honras e oficial às ordens de D. Luís; conde de Figueiró, veador de D. Amélia, oficial-mor com nomeação de mestre-sala (1905). DG, n.º 228, 9/10/1871, 1303; n.º 161, 22/07/1870, 981; n.º 94, 27/04/1871, 559; n.º 111, 19/05/1886, 1353; n.º 8, 12/01/1891, 73; n.º 164, 26/07/1876, 1418n.º 232, 14/10/1878, 2502; n.º 230, 11/10/1889; n.º 20, 25/01/1905, 305).

¹⁰² ANTT, Liv. 43, fl. 52, Carta de Augusto Gerschey ao conde de Figueiró, 8/10/1905.

¹⁰³ Duque da Terceira, copeiro-mor, estribeiro-mor, gentil-homem da câmara de D. Maria II e contestável temporário (Torres, 1838, 235-236). Conde de Vila Real, oficial-mor. DG, n.º 220, 30/09/1861, 2659.

¹⁰⁴ *Almanak Industrial Comercial e profissional de Lisboa*, 63.

Paço¹⁰⁵. Esta transformação poderá reflectir a valorização dos valores burgueses, da família e sobretudo da privacidade, mas também uma tentativa da redução de gastos, que uma aposentadoria permanente no Paço implicaria¹⁰⁶.

O serviço à casa da Rainha mostrava-se proveitoso para a ascensão social e para o acesso à titulação ou seu acrescentamento. Não se tratava apenas da aferição de um vencimento, mas da aquisição de capital simbólico (Bourdieu 1986). Para além do caso das camareiras-mores já referidas, D. Maria das Dores, D. Gabriela e D. Eugénia Teles da Gama, esta desempenhando o ofício de camareira interinamente, que ascenderam à titulação, registaram-se outros casos: os condes de Rio Maior tornaram-se marqueses e os viscondes de Mossâmedes e de Seisal, condes, após a sua nomeação¹⁰⁷. Juntava-se-lhes D. António de Vasconcelos e Sousa, e por inerência D. Josefa, recebendo o título de condes de Figueiró¹⁰⁸. Para além do título, o conde acumulava os ofícios de mestre-sala¹⁰⁹ e de mordomo-mor da rainha D. Amélia¹¹⁰.

Além da duquesa de Ficalho e da filha, encontramos outros casos de laços familiares entre estas senhoras. A condessa de Mossâmedes era neta paterna da duquesa de Ficalho e a Vila Real era prima co-irmã da mãe da condessa de Mossâmedes. A marquesa do Funchal era tia paterna de D. Ana de Sousa Coutinho, também sobrinha-neta materna da duquesa da Terceira. A condessa de Sousa Coutinho era tia materna da condessa de Sabugosa e de Murça e D. Maria Francisca de Meneses era sobrinha materna do conde de Mossâmedes. D. Josefa era prima direita, por via materna, da condessa de Ficalho, por casamento com o neto da duquesa de Ficalho. Em contrapartida, lembrando que duas das senhoras que ocuparam o lugar da filha da duquesa

¹⁰⁵ *Casa Civil de Suas Majestades*, 1909.

¹⁰⁶ Veja-se, por exemplo, a extinção em 1892, do serviço de trens secundários, destinados aos funcionários da casa real no exercício das suas funções (Machuqueiro 2013, 55).

¹⁰⁷ *DG*, n.º 114, 22/05/1886, 1393.

¹⁰⁸ *DG*, n.º 6, 9/01/1897, 57.

¹⁰⁹ *DG*, n.º 20, 25/01/1905, 305.

¹¹⁰ *DG*, n.º 6, 9/01/1908, 53. O ofício de mordomo-mor da rainha ficou vago, quando o conde de Sabugosa foi nomeado para o ofício de mordomo-mor da Casa Real. *DG*, n.º 93, de 29/04/1903, 1358.

de Ficalho eram aparentadas com o primeiro duque de Palmela¹¹¹ (Urbano 2022, 262-266), valerá a pena salientar que a esmagadora maioria destas senhoras tinha ligações à casa Palmela. Este fenómeno já fora estudado, no caso dos membros do parlamento durante a monarquia constitucional. Porém, ao contrário do que se passava nesta instituição, resultante da vasta prole do primeiro duque de Palmela e, portanto, originárias dos filhos ou genros deste (Moreira 2006, 125-143), no caso da casa da rainha deve-se essencialmente às linhagens femininas, seja no caso das suas irmãs (Vila Real, Alva e Linhares), seja por via matrimonial, da primeira duquesa (Niza) ou da segunda duquesa (Peniche). O estudo das linhagens matriarcais, tem sido recentemente desenvolvido (Duindam, 2021, 151-170) e não deve ser, por isso descurado.

Considerações finais

Ainda que as informações disponíveis acerca dos percursos biográficos das senhoras aristocratas sejam parcas, dificultando uma análise propográfica detalhada, outros indicadores permitem caracterizar o grupo de senhoras nomeadas para a casa da rainha durante o período constitucional. Pese embora as alterações que este regime provocou nesta instituição, nomeadamente a redução do número de servidoras e das categorias existentes, verificam-se algumas continuidades, nomeadamente a escolha de senhoras pertencentes à aristocracia do reino e com tradição de serviço à casa real, reafirmando os laços de amizade, fidelidade e lealdade destas famílias à família real.

¹¹¹ A duquesa de Palmela, D. Isabel Galveias e o marido da condessa de Alcáçovas eram netos do 1.º duque. A condessa de Sousa Coutinho era filha da irmã do duque, D. Mariana de Sousa Holstein e a condessa de Sabugosa sua sobrinha-neta. A marquesa do Funchal e D. Ana de Sousa Coutinho eram filha e sobrinha-neta de outra irmã do duque, D. Catarina, condessa de Linhares. Outra das irmãs do duque, D. Maria Teresa, condessa de Vila Real, também apresentava alguns descendentes: a sua nora D. Júlia, condessa de Vila Real; a sua neta D. Isabel Saldanha da Gama e as mulheres dos seus netos, a marquesa de Rio Maior e viscondessa de Asseca. Acrescem ainda outras ligações, por via da 1.ª duquesa, D. Eugénia Teles da Gama: D. Maria de Vasconcelos e Sousa, sua sobrinha materna; D. Eugénia Teles da Gama, sua sobrinha-neta e a condessa de Figueiró, casada com um seu sobrinho-neto. Finalmente, refira-se que D. Ana de Jesus Bragança era prima co-irmã da 2.ª duquesa, D. Maria Luísa, por via materna. A única excepção era D. Henriqueta, não possuindo ligações directas nem com a casa Ficalho nem Palmela. Porém, uma sua sobrinha casaria com o conde de Alva, filho de D. Mariana de Sousa Holstein, irmã do duque de Palmela. Mesmo desconsiderando as senhoras aparentadas com os Ficalho que casaram com senhores aparentados com os Palmela (as condessas de Vila Real e de Figueiró), percebe-se que grande parte das damas camaristas possuíam laços familiares à casa Palmela.

As grandes transformações ocorreram em finais do reinado de D. Luís, por ocasião do casamento do príncipe real. A justificação não se deve tanto à criação de uma nova casa, destinada à então duquesa de Bragança, mas sobretudo a modificações na própria casa de D. Maria Pia, que introduziu algumas inovações. A partir deste momento assistiu-se ao crescimento do número de damas, a nomeação de senhoras casadas com titulares e, algumas das quais, elas próprias senhoras de casa. É a partir deste momento que surgiram igualmente filhas de não titulares, apesar de grande parte delas serem netas de titulares. Além disso, a idade das nomeadas desceu drasticamente, aparecendo inclusive nomeações de senhoras mais novas que a própria rainha. A antiguidade das casas de que são oriundas tornou-se mais recente à medida que o tempo avança. A primeira nomeada oriunda de família titulada mais recente foi D. Gabriela de Sousa Coutinho, em 1859. Porém, foi a partir das nomeadas em 1878, que se assistiu a uma maior vulgarização de títulos atribuídos no século XIX, embora tendencialmente anteriores a 1826. Foi também a partir de 1886 que o apoio dos seus antepassados à causa liberal deixou de ser um factor preponderante para a sua escolha. Uma nova inversão ocorreu com a casa de D. Amélia, já rainha, surgindo novamente senhoras solteiras e mais velhas que a rainha.

Muitas destas senhoras eram aparentadas entre si, um reflexo da tradição de serviço à casa real e da eventual homogamia do grupo aristocrático no século XIX, que merece ser estudada pormenorizadamente. Contudo, é significativo que grande parte destas senhoras estivesse relacionada com a casa Palmela, não tanto por via varonil, mas pelas suas linhas femininas, fosse através das irmãs do primeiro duque ou das mulheres do primeiro e segundos duques. Isto demonstra a importância do estudo das genealogias femininas, que tem sido descuidado pela historiografia actual. Embora a agraciação destas senhoras com mercês honoríficas nacionais e estrangeiras não fosse particularmente significativa, confirma-se a existência de um *cursus honorum* na casa da Rainha, permitindo a ascensão à titulação e a ocupação do ofício mais elevado – o de camareira-mor. Para este ofício foram escolhidas senhoras tituladas, num dos casos por casamento (duquesa da Terceira), outros pelo seu próprio envolvimento na causa de D. Maria - a condessa de Sousa Coutinho e a duquesa de Ficalho, embora esta já fosse condessa por casamento. Em contrapartida, o desempenho desta função possibilitou a concessão de títulos, como no caso das marquesas do Funchal e de Unhão.

O regime constitucional reduziu o número de ofícios da Casa Real, encarnando o espírito de igualdade e a abolição dos privilégios de nascimento, trazido pela Carta Constitucional de 1826, pelo menos em teoria. A redução significativa dos efectivos femininos da Casa das Rainhas, aliada às inovações colocadas em prática por D. Maria Pia, que favoreceu senhoras titulares de direito próprio e/ou senhoras casadas, teve consequências nefastas para o grupo habitual de aristocratas passíveis de aí exercerem cargos, especialmente o das senhoras solteiras, provavelmente sem meios de subsistência própria. As vias de acesso da única carreira profissional que lhes era viável eram-lhes fechadas, ficando irremediavelmente dependentes económica e financeiramente das suas famílias de origem. Embora esta tendência se invertesse com a casa de D. Amélia, a promoção social ocorreu sobretudo nos casais que aí desempenharam funções. Muito embora as escolhidas descendessem, na sua maioria, das velhas casas aristocráticas, a família nuclear, valor caro aos novos tempos, triunfava nas fileiras da Casa da Rainha.

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

Casa Fronteira e Alorna, n.º 274, Alvará de nomeação de dama, 27 de Junho de 1837.
Casa Real, Cx. 3773, Folha das criadas do Paço que na conformidade das Reais ordens, se apresentaram em casa da Ex^a Marquesa Camareira-mor.

- Cx. 6366, Folha dos vencimentos e gratificações da Casa Civil e Militar de Suas Altezas os Príncipes Reais, Dezembro 1889.
- Cx. 3777, Relação das pessoas que compõem a Casa Real e dos seus ordenados mensais e anuais, 1834.
- Cx. 7334, Administração da Casa de Sua Majestade a Rainha, 18 de Maio de 1889.
- Mordomia-mor, Liv. 43, fol. 52, Carta de Augusto Gerschey ao Conde de Figueiró, 8 de Outubro de 1905.

Gavetas, - Gav. 22, mç. 1, n.º 1-24.

Ministério do Reino, Liv. 926.

Registo Geral de Mercês de D. Maria II, Liv. 7; Liv. 8, Liv. 14, Liv. 16.

Fontes impressas

AFFONSO, Domingos de Araújo, VALDEZ, Ruy Dique Travassos Valdez. 1933. *Livro de Ouro da Nobreza*. Braga: Tipografia da Pax.

Almanak Industrial Comercial e profissional de Lisboa, para o Ano de 1865. 1865. Lisboa: Imprensa Nacional.

Almanaque Português, Ano de 1825. 1825. Lisboa: Imprensa Régia.

Anuario diplomático e consular Português, 1888-1909. 1899-1910. Lisboa, Imprensa Nacional.

- BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas, marquês de Fronteira, ANDRADA, Ernesto de Campos de Andrada (rev. e coord). 1929. *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto ditadas por ele próprio em 1861*, vol. III. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- BLUTEAU, Raphael. SILVA, António de Moraes, 1789. *Diccionario da lingua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, Natural do Rio de Janeiro*, 2 vol. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- CANEDO, Fernando de Castro da Silva. 1945. *A Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*. 3 vols. Lisboa: Edições Gama.
- CARO CANCELA, Diego (dir.). 2010. *Diccionario biográfico de parlamentarios de Andalucía, 1819-1869*, H-Z. Sevilha: Centro de Estudios andaluces.
- Casa Civil de Suas Majestades*. 1909. S.l., s.e.
- CASTRO, Eugénio de. 1933. *Os meus Vasconcelos*. Coimbra: Coimbra Editora.
- CASTRO, José Ferreira Borges de (col.). 1857. *Collecção dos tratados, convenções, contratos, e actos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal desde 1640 até ao presente*, Tomo VII. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Chronica Constitucional de Lisboa, 1833-1834*.
- Chrónica Constitucional do Porto, 1834*.
- COLAÇO, Branca Gonta, SAINT-LEGÉR, Maria Isabel. 1930. *Memórias da marquesa de Rio Maior*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.
- CORRÊA, Manuel de Mello (dir.). 1985. *Anuário da Nobreza de Portugal*, vol. III, tomo II. Lisboa: Instituto Português de Heráldica.
- Diário de Lisboa, 1861-1863*.
- Diário do Governo, 1837-1910*.
- Diário Ilustrado*, n.º 13048, 2 de Janeiro de 1910.
- ESTEFÂNIA, Rainha, VILHENA, Júlio de (introd.). 1922. *Cartas inéditas da rainha D. Estefânia*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Gaceta de Madrid, 1792- 1911*. 1911. Madrid: Imprensa Nacional.
- Guia de Forasteros en Madrid, para el año de 1850*. 1850. Madrid: Imprensa Nacional.
- Guia de Forasteros, Año económico de 1872-73*. 1872. Madrid: Imprensa Nacional.
- Guia Oficial de España*. 1886. 1886. Madrid: Imprensa Nacional.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva. 1904. *Genealogia Paulistana*, vol. V. S. Paulo: Duprat & Comp..
- PINTO, Albano da Silveira. 1883. *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*, 2 vols. Lisboa: Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva.
- SILVA, António Delgado da (col.). 1826. *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa, desde a última compilação das ordenações, oferecida a el Rei Nosso Senhor*, Legislação de 1802 a 1810. Lisboa: Typografia Maigrense.
- TORRES, João Carlos Feio Cardoso de Castelo Branco. 1838. *Resenha das famílias titulares do Reino de Portugal: acompanhada das notícias biográficas de alguns indivíduos das mesmas famílias*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- TORRES, João Carlos Feio Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Sanches de, Visconde de. 1883. *Memórias histórico-genealógicas dos duques portugueses no século XIX*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias.

Bibliografia

- AKKERMAN, Nadine, HOUBEN, Birgit eds. 2014. *The politic of female households. Ladies-in-waiting across Early Modern Europe*. Leiden-Boston: Brill.
- BONIFÁCIO, Fátima. 2005. *D. Maria II*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Bourdieu, Pierre. 1986. "The forms of capital" In *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, edited by J. Richardson, 241-258. New York: Greenwood.
- BRAGA, Paulo Drumond. 2019. *D. Maria II, uma mulher entre a família e a política*. S.l.: Clube de Colecionadores dos Correios.
- CARDIM, Pedro. 2000. *O poder dos afectos: ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*. Tese de Doutoramento em História. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- CRUZ MEDINA, Vanessa de. 2014. "In service to my Lady, the Empress, as I have done every other day of my life": Margarita of Cardona, Baroness of Dietrichstein and Lady-in-Waiting of Maria of Austria". In *The Politics of Female Households Ladies-in-Waiting across Early Modern Europe* edited by Nadine Akkerman and Birgit Houben. 99-122 Leiden, Boston: Brill.
- CRUZ, Maria Antonieta. 1999. *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- DUIDAM, Jeroen. 2021. "Gender, succession and dynastic rule". *History and Anthropology*, 32:2, 151-170. Consultado em 17/08/2022. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02757206.2021.1905238>
- DURÃES, Margarida. 2012. *A rainha mal-amada: Amélia de Orleães*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- FRANGANILLO ÁLVAREZ, Alejandra. 2019. "Trabajadoras domésticas en palacio. Las mozas de cámara en la corte española (1579-1649)." In *Donne e lavoro. Attività, ruoli e complementarità (Secc. XIV-XIX)* a cura di Paola Avallone e Gemma Teresa Colesanti, 383-404. Cagliari: Consiglio Nazionale delle Ricerche Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea.
- LOPES, Maria Antónia. 2011. *Rainhas que o povo amou: Estefânia de Hohenzollern, Maria Pia de Sabóia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- LOURENÇO, Maria Paula. 1999. *Casa, corte e património das rainhas de Portugal (1640-1754): poderes, instituições e relações sociais*. Tese de Doutoramento em História Moderna. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- LOUSADA, Maria Alexandre. 1989. "D Pedro ou D. Miguel? As opções políticas da nobreza titulada portuguesa". *Penélope*, n°4, 81-110.
- MACHUQUEIRO, Pedro. 2013. "Nos bastidores da Corte": o rei e a casa real na crise da monarquia. 1889-1908. Tese de Doutoramento em Ciências Históricas. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- MENINO, Vanda. 2012. *A rainha Dona Beatriz e a sua casa (1293-1359)*. Tese de doutoramento em História Medieval. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- MOREIRA, Fernando. 2006. "As dinastias liberais. Relações de parentesco entre os membros do parlamento no período da monarquia constitucional (1834-1910), *Análise Social*, Vol. 41, No. 178, Elites 125-143.
- PAGÈS POYATOS, Andrea. (2017). "El Queenship como modelo teórico de poder formal e informal aplicado a la nobleza: apuntes para una propuesta metodológica". *Journal of Feminist, Gender, and Women Studies*, (5), 47-56. Consultado em 16/08/2022. <https://revistas.uam.es/revIUEM/article/view/8916>

- PERSSON, Fabian. 2021. *Women at the Early Modern Swedish Court*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- RODRIGUES, A. M. S. A. 2011. “La casa de Doña Leonor de Aragón, reina de Portugal (1433-1445): Formación y desintegración de un instrumento de poder femenino”. In *La participación de las mujeres en lo político. Mediación, representación y toma de decisiones*, coordinado por M. I. del Val Valdivieso e C. Segura Graiño, 241-279. Madrid: Almudayna.
- SAN NARCISO MARTÍN, David. 2018. “Políticas desde las cámaras de palacio. Las camareras mayores en la España Liberal (1808-1868)”. *Aportes*, nº 96, 9-31.
- SILVA, Manuela Santos, 2018. “The Portuguese Household of an English Queen: Sources, Purposes, Social Meaning”. In *Royal and Elite Households in Medieval and Early Modern Europe. More than Just a Castle*, edited by Theresa Earenfight, 271-287. Leiden-Boston: Brill.
- URBANO, Pedro. 2008. *A casa Palmela*. Lisboa: Livros Horizonte.
- URBANO, Pedro. 2021. “Educating a Constitutionalist Queen: Networks in conflict around Leonor da Câmara”. In *Redes y escritoras ibéricas en la esfera cultural de la primera Edad Moderna*, editado por María Martos, 129-147. Madrid: Iberoamericana Vervuert.
- URBANO, Pedro. 2022. “Entre donas e damas: a família feminina na formação da Casa da Rainha D. Maria II”. In *Rainhas, Princesas, Infantas. Quotidiano, ritos e cerimónias na Península Ibérica (séculos XVI-XX)*, editado por Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, 251-282. Lisboa: Temas e Debates.
- VAQUINHAS, Irene. 2000. “*Senhoras e mulheres*” na sociedade portuguesa do século XIX. Lisboa: Edições Colibri.
- VAQUINHAS, Irene. 2011. “A família, essa «pátria em miniatura»”. In *História da vida Privada em Portugal. A Época contemporânea*, coordinado por Irene Vaquinhas, 118-151. Maia: Temas e Debates / Círculo de Leitores.
- VAQUINHAS, Irene. 2021. *Coquettes, Doutoradas e outras. História das mulheres em Portugal. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri.
- WITTE, Cláudia. 2019. *Maria da Glória, uma princesa brasileira no trono de Portugal. Seus primeiros anos no Brasil, em Inglaterra e em França*. Bragança: Fundação Casa de Bragança.

Mulheres imigrantes portuguesas: presença e ocultamento (São Paulo/Br. sécs. XIX e XX)¹¹²

*Maria Izilda Santos de Matos*¹¹³

Introdução

No Brasil, o tema da imigração concentra uma produção ampla, diversificada e enriquecida por abordagens que analisam aspectos diferenciados da questão. No caso paulista, a imigração pode ser considerada uma temática eleita pela historiografia, particularmente, quando inter cruzada com outras questões privilegiadas como os estudos sobre a cafeicultura, indústria, trabalho e movimento operário. Apesar deste privilegiamento, as experiências migratórias femininas têm sido pouco consideradas, permanecendo a tendência à observação dos fluxos sob a perspectiva universal masculina. Esta investigação procura dar visibilidade à presença feminina no processo de e/imigração para o interior do estado de São Paulo, abordando aspectos diferenciados das experiências, ações cotidianas, atividades de trabalho das mulheres imigrantes portuguesas.

Tema e Historiografia: imigração, interiores e mulheres

Entre 1882 e 1934, dos quase quatro milhões de imigrantes que entraram no Brasil, cerca de 60% se instalaram no estado de São Paulo, atraídos pela demanda crescente de braços para a cafeicultura e outras possibilidades, sendo que grande parte desses imigrantes veio subsidiada e era dirigida para os interiores do estado.

Apesar da pouca atenção dada as experiências femininas nos estudos dos processos de e/imigração, mas, cabe destacar que as mulheres - par-

¹¹² Esta investigação conta com o apoio do CNPq, através da Bolsa Produtividade em Pesquisa, nível PQ 1 A.

¹¹³ Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

<https://orcid.org/0000-0002-4109-3747>

<http://lattes.cnpq.br/3818957885297532>

tissem ou não –, participavam ativamente de todos os procedimentos, bem como das decisões a serem tomadas (quem devia partir, quando, para onde e com quais recursos), incluindo sua atuação nos rituais de partida e nos preparativos para a viagem, além de vir a assumir responsabilidades que antes eram incumbência dos homens. As saídas dos homens afetavam diretamente o cotidiano feminino, ampliando o trabalho e os encargos das mulheres que, além das atividades domésticas e cuidados dos filhos, passaram a arcar com a manutenção das propriedades, comércios, negócios incluindo o gerenciamento das finanças familiares. Dessa forma, além das funções tradicionais, elas geriam bens, administravam o uso das remessas, assumiam as lides no comércio e no campo (lavravam, cavavam, colhiam, preparavam os produtos e cuidavam das criações e seus subprodutos), além de outras atividades indispensáveis para a sobrevivência, como apanhar lenha para si e para vender (a padarias e olarias) e realizar trabalhos de fiação e tecelagem (em linho e lã).

Nos interiores do estado de São Paulo, as imigrantes portuguesas tiveram seu cotidiano marcado pelo trabalho: foram atuantes no trabalho nas fazendas, núcleos coloniais, estabelecimentos comerciais, fabris e em múltiplas outras atividades, operando também através de várias estratégias de sobrevivência. Apesar de serem pouco focalizada, essa presença feminina emerge, revelando toda sua capacidade de reinvenção, essencial para o sucesso da empreitada de e/imigração.

Desvendar essas histórias torna-se um desafio de pesquisa: frente à marginalização da mulher da maior parte da bibliografia e da documentação oficial, suas experiências, vidas e expectativas necessitam ser recuperadas através de um processo constante de investigação, contribuindo para reverter enraizamentos impostos pela historiografia e transformando as mulheres em agentes históricos. Cientes de que as fontes priorizadas pela historiografia envolvem discursos universais que silenciam as mulheres, enfrentou-se o desafio de realizar uma pesquisa documental e bibliográfica, a partir de novos focos da investigação, que valorizam toda uma diversidade de referências. Assim, as fontes utilizadas na escritura dessas histórias do feminino não se resumem a documentos escritos, “guardados” ou arquivados, implicando estratégias metodológicas de questionamento de silêncios e esquecimentos encerrados nas entrelinhas.

A busca dessas fontes deu-se em arquivos de São Paulo, Rio de Janeiro e em Portugal, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Arquivo do Estado de São

Paulo DEOPS (Departamento de Ordem Política e Social), Memorial do Imigrante de São Paulo, arquivos de empresas, outros mais, e englobou fontes censitárias, cartas, prontuários, depoimentos e memórias, imprensa diária e operária, fontes empresariais, entre outras.

Mulheres e o trabalho no campo: cafeicultura, núcleos coloniais e culturas de subsistência

Na última década do século XIX, o intenso fluxo imigratório alterou-se o perfil populacional do estado de São Paulo, incluindo o crescimento da presença feminina no universo do trabalho nas cidades e no campo.

Na virada do século XIX para o século XX, 80% da força de trabalho agrícola estava empregada na cafeicultura, sob o sistema de colonato (que persistiu até os finais da década de 1950) (Stolcke 1986, p. 54). No sistema de colonato os fazendeiros contratavam as famílias imigrantes que deveriam arcar com os cuidados do cafezal (mediante pagamento pré-definido) e com as tarefas da colheita (que ocorria entre maio e agosto e era remunerada pela quantidade de sacas colhidas), o chefe da família que era quem recebia os ganhos e organizava o trabalho, mobilizava, alocava e coordenava as tarefas que eram, no entanto, fruto de um esforço conjunto de todos os membros da família, sendo o trabalho feminino de importância crucial para a subsistência e manutenção familiar.

Mesmo ocultado, nas correspondências trocadas entre imigrantes portugueses aparecem menções frequentes ao trabalho feminino nas fazendas.

Estado de S. Paulo Tieté 11 de novembro de 1916

Querida Mulher

Participo te que estou trabalhando na fazenda Capoarinha em Tieté no Estado de S. Paulo pertencente ao Sinor Osorio de Morães o qual me faz o favôr de mandarte vir para trabalhares aqui na lavoura junto comigo, por tanto é bom estares preparada para quando receberes o aviso poderes em barcar e assim juntos guilernaremos melhor a vida. Junto de nossos filhos. recebe saudades minhas deste teu marido. Manuel de Jasos Vieira (Carta Processo/maço 61759/0023, Arquivo Distrital do Porto/PT).

Nessa forma de organização de trabalho familiar, as mulheres desempenhavam papel crucial (Stolcke 1986. p. 14). Além de trabalhar no cafezal em tarefas como carpir/limpar o café e outras tarefas associadas, se fizeram presentes, sobretudo, na colheita, enfrentando as agruras da empreitada.

Oh! se trabalha. Tinha mulher lá, barbaridade. Eu tinha uma cunhada... ela desafiava qualquer homem na enxada... na colheita tem mulher que colhe mais... ela trabalha mais severa. Depoimento de um colono da fazenda de Santa Gertrudes (citado por Bassanezi, 1999, p. 289-315).

Eram ainda as mulheres as principais encarregadas das lavouras de subsistência, nas quais se plantava milho, mandioca e feijão, entre outros produtos. Também cultivavam a horta, criavam animais de pequeno porte, cuidavam das vacas e cavalos, preparavam carnes, faziam embutidos e produziam banha e sabão, farinha, conservas, doces, queijos e manteiga - o conjunto dessas ações cotidianas garantia custos mais reduzidos de manutenção e qualidade da vida familiar.

Às mulheres, no período do colonato, atribuíam-se o trabalho no cafezal, o trabalho na casa, a educação dos filhos, os cuidados com o quintal, a horta de subsistência, buscar água nas minas e buscar lenha; e aos homens o trabalho no cafezal ou como diarista, quando esse fosse o caso. As mulheres tinham, assim, uma jornada justaposta, enquanto os homens uma jornada única de trabalho (...) Nos relatos das antigas trabalhadoras da Fazenda Jatahy observou-se essa maior quantidade de trabalho, que era realizada por elas. Havia uma fusão entre espaço e tempos femininos, desaparecendo a dicotomia fora/dentro de casa (Andriolli 2006, p. 109-111).

Não era incomum que mulheres, assim como os homens, também se acidentassem no trabalho das lavouras:

São Carlos, 7 de Novembro de 1909

Tenho-lhe a dar-le a mais grande fatalidade que aconteceu na família pelo falecimento de Mamãe no dia 24 do passado, em consequência da mordedura de uma jararacussú foi mordida quando estava colhendo café no braço esquerdo durou 8 dias soffrendo muito mais o que

devemos fazer do impossível nada tem que fazer, depois que o Sr foi daqui do Brasil a família tem sido uma fatalidade, mais esta última foi a mais grande que perdamos uma mamãe. Alfredo (Carta 469 Arquivo Hospedaria dos Imigrantes/APESP, 1909).

As mulheres mantinham ainda a responsabilidade pelos afazeres domésticos (cozinhar, lavar, passar, limpar) e dos cuidados com as crianças. A importância destas funções na jornada cotidiana foi também lembrada nas cartas de chamada escritas por maridos portugueses aflitos com a ausência das esposas:

Colina 29 de Agosto de 1916

Minha estimada mulher primeiro lugar estimo tua saúde como é fim é noça filha que boa esta nuca me (ilegível) esquecidas que minha é boa graças a Deus. Para sempre enriqueça lembra que te mando cem mil reis para bires para minha companhia e mais noça filha que eu já estou cansado de cozinhar e lavar que estou sozinho... Recomendas e meu pai e mãe e tu ve se desse resposta desta carta (Carta Processo/maço 61757/18/19/20, Arquivo Distrital do Porto/PT).

Apesar de uma árdua rotina e da importância para a sobrevivência e alimentação da família, o trabalho feminino era desprestigiado também na sua conceituação, assim, as funções masculinas eram definidas como “serviço de gente” (eram remuneradas ao chefe da família apesar de serem fruto do esforço coletivo) e as atividades femininas eram denominadas de “trabalho para a gente” (Stolcke 1986).

Embora de ocultadas e até desprestigiadas, são constantes as referências de que entre as famílias migrantes nas quais as mulheres estiveram presentes, as possibilidades de saúde e prosperidade da família foram muito maiores. Tanto no caso das atividades agrícolas como nas cidades. Daí as ocasiões relativamente frequentes em que foram postumamente louvadas nas biografias construídas com o intuito de enaltecer trajetórias familiares bem-sucedidas.

Nas cidades: comerciando, hospedando, lavando, amamentando e tecendo nas indústrias do interior paulista

Além da capital, a indústria se expandiu nos interiores paulistas, arrematando um número significativo de trabalhadores, incluindo crianças e mulheres, que atuavam em diferentes setores. Merece menção alguns casos privilegiando as cidades de Sorocaba e Araraquara.

O surgimento do parque industrial têxtil de Sorocaba teve início com a implantação da Fábrica de Fiação e Tecidos Nossa Senhora da Ponte (conhecida também como Fábrica Fonseca 1881), acrescentando-se a esta outras empresas como Fábrica Santa Maria (1882), Votorantim e Santa Rosália (1890), Companhia Nacional de Estamparia (CNE, 1909) e a Fábrica Santo Antônio (1913), todas elas caracterizadas por grandes estruturas fabris, que inclusive abrigavam vilas operárias.

Na fiação e tecelagem, as mulheres perfaziam cerca de 75% do total da mão-de-obra empregada em diferentes funções (carreteleiras, fiandeiras, tecelãs, passadeiras, empacotadeiras), com expressiva participação de imigrantes e preferencialmente de jovens. O cotidiano do trabalho era árduo, em ambientes insalubres, com jornadas extensas (de 12 a 15 horas diárias), muitas vezes sem descanso semanal, sendo que eventualmente podia acontecer o “serão”, quando o trabalho era estendido até a madrugada. Outro aspecto denunciado pela imprensa operária eram os abusos que as mulheres sofriam no ambiente de trabalho, vindos dos seus administradores, mestres e contramestres.

O Jornal *O Operário* também denunciava que as mulheres trabalhavam e produziam em quantidade igual à dos homens, porém seu ordenado representava apenas 65% do masculino adulto. Assim sendo, baixos salários, tarefas rotineiras, repetitivas, monótonas e menos qualificadas na hierarquia laboral caracterizaram o emprego das mulheres nas indústrias.

Além da fiação e tecelagem (algodão, seda, juta e lã), a presença feminina foi também detectada no setor de vestuário, confecções de roupas, camisas, malharia, produção fabril de redes, fitas, bordados, meias, tamanhos, chapéus e alimentos (massas, biscoitos e chocolate), além de atuarem na manufatura de cigarros, charutos e fumos, tocador, fósforos, velas e sabão.

Pesava na opção por empregar mulheres o fato destas possuírem como atributos delicadeza, submissão, paciência, cuidado e docilidade. A imposição da disciplina de fábrica refletia a própria posição social em que estavam

inseridas as mulheres, a subordinação à autoridade do marido, pai e irmãos que se reproduzia no meio fabril numa subserviência ao mestre e ao contramestre. Esta situação cotidiana e a imagem idealizada da submissão, no entanto, não impediram momentos de combatividade e enfrentamento.

Encontram-se evidências documentais e a historiografia ressalta que as mulheres participaram ativamente nas lutas operárias e nos movimentos grevistas. Contudo, essas manifestações apresentaram formas diferenciadas e em geral, não resultavam de uma prática sindical contínua, sua organização possuía peculiaridades, era mais espontânea, circunstancial, efêmera e vulnerável. Atuaram com frequência em movimentos pela redução da jornada de trabalho e, mormente nas ocasiões de redução de salário, reagiram também às condições de trabalho que lhes eram impostas: maus tratos, repentinas diminuições de tarifas, aumentos de jornadas, multas e assédio sexual.

Trabalho domiciliar

O trabalho domiciliar, apesar da sua baixa remuneração, foi importante alternativa para as imigrantes portuguesas por permitir conciliar os encargos de mãe e de dona de casa (trabalho doméstico) com funções que lhes proporcionavam algum rendimento. Analisando o Censo de 1907, realizado no município de São Carlos, observou-se que alguns trabalhos realizados pelas mulheres residentes na área urbana ocorriam no âmbito domiciliar. Dentre as profissões desenvolvidas pelas imigrantes portuguesas, observou-se que a profissão predominante das mulheres é, em primeiro lugar, costureira, seguida de lavadeiras (Recenseamento, 1907).

O trabalho domiciliar feminino era atividade realizada nas próprias residências para empresas, oficinas ou intermediários, no regime de pagamento por peça. Este foi intensamente utilizado para os chamados trabalhos de agulha como: costura, bordados, tricô, crochê, consertos em geral, confecção de roupas, enxovais de cama e mesa, lingerie, chinelos, chapéus e flores, também para a “costura de carregação” de produtos como sacos de juta para o café e uniformes fabris.

Estas ocupações foram abraçadas por mulheres imigrantes portuguesas, não só por conta das dificuldades de inserção no mercado de trabalho, mas, por opção de não se empregar numa função regular, com horário fixo e jornada determinada. Contudo, a possibilidade de trabalhar em casa não sig-

nificava escapar às exigências de prazos e de controle de qualidade impostas pelos contratantes.

No caso da Fábrica de Meias Lupo de Araraquara (1921) além da presença feminina no espaço fabril, eram também realizadas por meio de trabalho domiciliar as tarefas de fechamento das meias e do bordado da baquete nas laterais das meias (realizado à mão). A função de baqueteira envolvia um elevado número de mulheres imigrantes, só deixando de existir, nos finais da década de 1950, quando foram incorporadas novas máquinas que também faziam esses detalhes nas meias (Santos 1997).

Mesmo pouco visível, um número expressivo de mulheres portuguesas atuava nos denominados trabalhos “de agulha”. Sua qualificação era feita através do processo de socialização e da educação, ou seja, as mulheres utilizavam no trabalho habilidades apreendidas com outras mulheres ao longo de suas vidas. Destreza, rapidez, repetição e precisão eram elementos importantes para a execução de bordados e costura, muitas dessas ocupações eram transmitidas de geração a geração.

Entre panos, sacos e cestos: a presença de portuguesas no comércio

O aumento considerável da população urbana nos interiores gerou novas oportunidades para o crescimento das atividades comerciais e de abastecimento. No setor de gêneros alimentícios, ampliaram-se os estabelecimentos de pequeno e médio porte, também o comércio de produtos variados, tecidos, utilidades, armarinhos entre outros.

Procurando trabalhar com um custo operacional mínimo, inúmeras famílias aproveitavam o quarto da frente de suas próprias casas para estabelecer pequenas lojas, armarinhos e armazéns de secos e molhados, açougues, adegas, quitanda de frutas e legumes, vendas, bar, botequins. A participação de mulheres portuguesas nesses negócios era determinante, entrecruzando o público e o privado, elas administravam o lar e o negócio, trabalhando de madrugada a madrugada no balcão, dedicando-se, junto aos maridos, aos negócios familiares, vários desses estabelecimentos eram, inclusive, conhecidos pelos nomes de suas proprietárias.

Longe de estarem recolhidas ao lar, as imigrantes portuguesas se fizeram presentes no espaço público, elas atuavam no comércio de rua como

ambulantes, comercializavam em carrocinhas e cestos produtos como: verduras, legumes, frutas, flores, ovos, batatas, cebolas, aves, carnes, peixes, leite, pão, frangos, entre outros produtos. Algumas vendas eram eventuais, como a oferta de um excedente disponível ou sobras da produção de quintal. Em muitos casos, a atividade era regular, como a das verdureiras, na sua maioria imigrantes, que vendiam em feiras livres o que produziam em chácaras existentes nos arredores das cidades.

As leiteiras percorrendo cotidianamente um roteiro determinado, visitavam a freguesia com seus animais (vacas e cabras), oferecendo leite retirado na hora. Tal prática persistiu até que passou a ser questionada pelas medidas de normatização do leite higiênico que buscavam controlar a qualidade do leite e a atividade foi se reduzindo até a extinção da prática.

Nos domicílios, exímias cozinheiras faziam doces, salgados e petiscos comercializados pelas ruas em bandejas e cestas; algumas adquiriram clientela fixa e produziam regularmente quitutes sob encomenda, havia ainda as que forneciam refeições diárias e as que transformavam suas residências em pensão. Nos acervos do DEOPS/SP, entre os imigrantes investigados foram pesquisados os prontuários de mulheres portuguesas, destacando-se entre os motivos de averiguações os pedidos de autorização para funcionamento de casa de cômodos, pensão e hotéis (32% dos casos) e querelas entre proprietárias e inquilinos (15%). Estas questões vinculam-se a significativa presença das imigrantes como proprietárias de pensão e casas de cômodo, já que esta era uma das várias estratégias de sobrevivência, uma possibilidade de fonte de renda com o aluguel de um cômodo, um quarto anexo ou pequeno imóvel.

Serviços domésticos

Os serviços domésticos eram atividades que absorviam um amplo contingente de imigrantes portuguesas, com várias possibilidades: empregadas, cozinheiras, lavadeiras, passadeiras, engomadeiras, arrumadeiras, governantas, roupeiras, copeiras, pajens, babás e amas-de-leite.

Em algumas situações, as famílias se empregavam unidas, a mulher nos serviços domésticos, enquanto os homens exerciam serviços de jardinagem e horta, faxina interna e externa, cuidados com os animais domésticos ou atuavam como cocheiros. Na maioria dos casos, moravam na casa dos pa-

trões, se livrando dos gastos com comida e aluguel, mas, mantinham-se disponíveis todos os dias e horários.

As criadas enfrentavam uma rotina doméstica árdua e cansativa, começavam a trabalhar desde a madrugada e, dependendo das necessidades, só paravam altas horas da noite, ficando à disposição para serviços eventuais. Encaravam rígido programa de afazeres, com funções estabelecidas para o dia e distribuídas pela semana. As práticas se diferenciavam de casa para casa, algumas eram dirigidas de forma rígida outras mais flexíveis. Na árdua rotina interpenetravam-se tarefas variadas e de certa forma sobrepostas, em geral realizadas longe da presença de outros membros da família, apesar do controle das patroas, como um serviço invisível e desprestigiado, apesar de indispensável.¹¹⁴

Numa residência com muitos empregados havia rigorosa hierarquia e delimitações de funções. A copeira, além do serviço de mesa, era encarregada dos cuidados com as louças, cristais e prataria. Todavia, o mais comum era uma única empregada que realizava todos os serviços: limpar, lavar, engomar, cozinhar e arrumar. As mais experientes faziam verdadeiros malabarismos para executar todas as suas obrigações, que também incluía o trato do galinheiro, horta, pomar e até vendas ocasionais de excedentes desses produtos.

Os trabalhos na cozinha eram contínuos e árduos. Cozinhava-se no fogo de lenha, o que exigia habilidades não apenas na elaboração dos pratos, mas também com o uso do equipamento. As práticas alimentares transformaram-se consideravelmente com a chegada dos imigrantes portugueses (houve a introdução de práticas, gostos e sabores), a alimentação tornou-se mais variada e, correlativamente, as tarefas de preparação tornaram-se maiores. Os serviços na cozinha ocupavam o dia todo, preparavam-se refeições completas, com cardápios variados. Além do preparo do alimento (abate, limpeza e preparação de aves e animais de pequeno porte), os serviços de cozinha incluíam o fazer pão, pilar e moer o milho e o arroz; pilar, torrar e moer o café; refinar o açúcar e o sal, preparar a banha, defumar carnes e fazer sabão.

Cabe mencionar o depoimento de D^a Irene.

¹¹⁴ A imagem difundida do trabalho de criada era de função leve, inofensiva e não especializada, o que entra em contraste com as informações fornecidas pelos Boletins do Departamento Estadual do Trabalho, que revelam elevado número de acidentes de trabalho, apesar dos dados não expressarem a totalidade das vítimas, já que muitas deixavam de ser socorridas, adoeciam e chegavam a ficar incapacitadas.

Eu me empreguei como empregada doméstica, porque quem vinha... moça que vinha lá de Portugal... serviço era em casa de família. Eu trabalhei 12 anos como doméstica, depois me casei. Trabalhei 2 anos em 2 casa e depois trabalhei 10 anos numa casa só, aí sai pra me casa, eu casei, ... eu morava na casa da família, nas folgas eu ia pro meu tio... (citado por Esteves 2000).

Parentes mais pobres ou recém-chegadas do estrangeiro eram empregadas como domésticas, algumas ainda meninas com 10 ou 12 anos.

15 de julho de 1920

Minha querida Mai

Em primeiro lugar o que eu mais dezeijo e que esta minha carta a vá encontrar de uma perfeita e felis saúde que a nossa é boa graças a Deus.

Minha mai recebi a sua carta dia 13 do corrente onde vim coanto me dizia pois onde fiquei mais satisfeito foi em me dizer que estava de saúde e com bontade e corajem de me vir vezitar e abraçar pois isso para mim será uma alegria e satisfação vira passar algum tempo de alegria e descanso se Deus quizer.

Com respeito a criada eu lhe fins siente na outra carta que lhe escrevi que seja uma rapariga seria e soçegada e trabalhadeira é para ficar empregada a qui em casa e em coanto aos rapazes se não over um rapas novo veja se pode arranjar um ou dois de uns trita a quarenta annos deçes dos lados de mega que seijão serios e respeitadores e trabalhadores se não souberem ler nem escrever não fas mal tambai são para ficar empregados com migo é para tratarem de lavoura o Alvaro sabe como eu os quero por que ele já foi meu empregado e já sabe as condições da caza e se não poder arranjar nem criada nem criados vem boçemeçe com a molher do João Marques que é a Dn^a Libramento (Carta Processo/maço A000942X, Arquivo Distrital do Porto/PT).

O tratamento dado às criadas era variado, desde patroas que pagavam regular e pontualmente, forneciam casa, comida e auxílio em caso de doença;

outras, nada recebiam, além de casa e comida; ocorrendo, ainda, situações em que as empregadas dormiam nos corredores e ladrilhos da cozinha, andavam sujas, malvestidas e subnutridas. As patroas concentravam as decisões sobre suas criadas, oscilando entre o exercício de repressão direta, exploração e paternalismo. Além do próprio serviço e horário de trabalho, chegavam a determinar se deveriam ou não sair às ruas, não sendo poucas as denúncias à polícia de confinamento e maus tratos nos espaços domésticos.

Lavadeiras e amas de leite

A lavagem de roupa era uma função essencial em qualquer moradia. As famílias de posses usavam grande quantidade de roupa branca no seu cotidiano (roupas de cama, mesa e banho), e também as vestimentas de homens, mulheres e crianças, que em geral exigiam cuidados especiais no lavar, passar e engomar. Difundiu-se assim a prática de dar roupa para lavar fora de casa, convergindo com os esforços das imigrantes portuguesas em trazer mais recursos monetários para a família.

As lavadeiras conheciam técnicas e os segredos de sua ocupação, estratégias para branquear, engomar e passar a roupa, além de produzirem elas próprias o sabão e a goma. Como a maioria das casas não possuía uma fonte direta de água, a lavagem ocorria em geral ao ar livre, ainda muitas vezes sob a interferência das condições climáticas adversas, como frio, chuva e garoa que dificultavam a execução do trabalho e da secagem, além de provocar atrasos nas entregas.

Uma das ocupações femininas que possibilitava melhores ganhos era a de ama-de-leite. Embora algumas mães não pudessem amamentar, outras não o faziam por costume, vaidade e falta de paciência. O ganho mais elevado, se comparado com outras funções, devia-se à responsabilidade de cuidados com os bebês, também porque esse serviço requeria paciência, dedicação e asseio constante, já que as amas tinham que manter a criança e a si própria limpas, requerendo constantes e generalizadas trocas de roupa, em geral toda vez que amamentavam.

Ama - oferece-se uma portugueza, moça, com abundante leite de 4 mezez, para crear na casa dos patrões... (*Diário Popular*, 02.01.1906).

Ama - oferece-se uma portuguesa, com leite de 3 mezes, 23 annos de idade, leite e sangue examinados, dando boas referências... (*Diário Popular*, 03.05.1920)

Encontram-se menções nas cartas com orientação para a vinda visando o exercício da função de ama de leite, destacando esta ser bem lucrativa. Nas missivas dizia-se que se enviava dinheiro para passagem e um excedente para comprar uma cabra, deixar o bebê com a avó e vir para São Paulo, cuidando para durante a viagem bombar o peito, para chegar com leite abundante.

Contudo, com o passar dos anos, os patrões atentavam para a possibilidade das amas infectarem as crianças, principalmente com tuberculose e sífilis. Nesse sentido, a questão do aleitamento mercenário passou a preocupar não só os pais, também as autoridades médicas que faziam advertências e tentavam regulamentar a ocupação. As ações de controle do aleitamento mercenário foram implementadas paralelamente à propagação de uma nova noção de maternidade (importância do aleitamento materno) e também pela difusão da puericultura incluindo princípios de dietética infantil que incluíam as campanhas pelo leite higienizado (pasteurizado).

Conclusão

Para rastrear as a presença das imigrantes portuguesas femininas nos processos de imigração nos interiores de São Paulo enfrenta-se dificuldades de recuperar histórias que englobaram simultaneamente processos de participação e de exclusão. As imigrantes portuguesas se fizeram presentes no controle da economia doméstica, educação dos filhos, manutenção das tradições, apesar de nem sempre exercerem uma profissão; elas trabalharam ativamente no campo e nas cidades, nas fazendas de café, nos núcleos coloniais, nas atividades fabris, comerciais e outras funções nos domicílios e nas ruas. Foram inúmeras e variadas as atividades que essas mulheres atuaram e até se destacaram, entretanto, nem todas puderam ser aqui incorporadas, como por exemplo: professoras, enfermeiras, parteiras, entre várias outras.

Buscou-se dar visibilidade às imigrantes portuguesas enquanto agentes de transformação, destacando suas formas criativas de resistências e lutas, suas estratégias de sobrevivência e capacidade de improvisação, ações na busca de melhor condição para si e para a família, enfrentando um cotidiano árduo. Apesar de mantidas nas **sombras**, elas desempenharam papel ativo

no cotidiano de trabalho e negócios, participando das decisões familiares, tornando-se fundamentais para o sucesso do projeto familiar de imigração, contribuindo para que as famílias tivessem maiores possibilidades, prosperassem e conseguissem melhor qualidade de vida e de saúde.

Não obstante os esforços de pesquisa, as experiências das imigrantes lusas se mantêm pouco focalizadas (abrindo um campo de possibilidades), mesmo frente a suas ações e importância como guardiãs das tradições (religiosidade, sabores e receitas, saberes e cuidados, canções e gestos), e das histórias de terras distantes que povoaram a infância de muitos descendentes.

Por outro lado, essa investigação não se limita ao esforço de apontar possibilidades de dar visibilidade às imigrantes portuguesas. Mais que isso se propõe a abrir horizontes metodológicos para os estudos dos deslocamentos, questionando o imigrante universal masculino e destacando a importância de se observar a experiência migratória a partir de uma diversidade de fontes e de outros olhares, inclusive o feminino.

Fontes

Boletim do Departamento Estadual do Trabalho SP (1-2): 41 e 11 trimestre de 1911-12.

Carta Processo/maço 61759/0023, Arquivo Distrital do Porto/PT

Carta 469 acervo Hospedaria dos Imigrantes/APESP, 1909

Carta Processo/maço 61757/18/19, Arquivo Distrital do Porto/PT

Carta Processo/maço A000942X, Arquivo Distrital do Porto/PT

Diário Popular, 02.01.1906.

Diário Popular, 03.05.1920.

Recenseamento de São Carlos de 1907. São Carlos, 1907.

Bibliografia

ANDRIOLLI, C. S. 2006. Nas entrelinhas da história, memória e gênero: lembranças da fazenda Jatahy. (dissertação de mestrado) São Carlos: UFSCar/PPGCSO.

BASSANEZI, M. Silvia. 1999. “Família e imigração internacional do Brasil no passado”, In *Estudos Históricos*, Franca, UNESP n. 6 v.2, pp. 289-315.

ESTEVES, Laura Leitão. 2000. *Entre duas pátrias, o mito do retorno: memória e imaginário de mulheres portuguesas em São Paulo*. Mestrado em Ciências Sociais, PUC/SP.

MATOS, M. Izilda S. 2013. *Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano SP séculos XIX e XX*. Bauru, EDUSC.

SANTOS, Luciane dos. 1997. *Trabalho domiciliar feminino nas indústrias de meias Lupo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UNESP/Araraquara.

STOLCKE, Verena. 1986. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*, SP, brasiliense.

Trabajo femenino en el Servicio de Extensión Agraria durante el franquismo: las Agentes de Economía Doméstica

*Silvia Canalejo Alonso*¹¹⁵

La creación del SEA: contexto socioeconómico y coyuntura internacional

La España de los años 50

Tras la derrota de las potencias del Eje en la Segunda Guerra Mundial, la dictadura franquista sufrió las consecuencias del aislamiento internacional. A su vez, la política autárquica, de autosuficiencia y autoabastecimiento, promulgada por el caudillo desde el inicio del régimen llevaron al país a una situación de hambre extrema, pobreza y carestía de recursos a lo que se le sumó la ausencia de ayuda internacional.

Sin embargo, los cambios en el contexto internacional con el inicio de la Guerra Fría y de la política de bloques favorecieron a la dictadura. Aunque España quedó fuera del Plan Marshall, el líder del bloque capitalista, EEUU, otorgó una compensación económica al país a cambio de establecer bases militares en suelo peninsular. De este modo, con la firma de los Pactos de Madrid en 1953 se confirma el viraje de España en la política exterior y el fin de su aislamiento internacional. Pese a no encontrarse plenamente integrado en los países del bloque occidental ni en sus instituciones, el interés de EEUU en España radicaba en encontrar un aliado en el mediterráneo occidental con el que establecer un contrapeso frente a la expansión de la influencia del bloque comunista.

En el plano económico, también se produjeron importantes cambios. En los años 50 se puso fin a la más que fracasada autarquía de posguerra. El incipiente proceso de liberalización económica, forzado por los sectores católicos del régimen (Opus Dei) y, sobre todo, por la mala situación econó-

¹¹⁵ Universidad de Granada. Departamento de Historia Contemporánea.
silviacanalejo@correo.ugr.es
<https://orcid.org/0000-0002-9466-3109>

mica del país fue lento y progresivo. Esta tendencia se afianzó en 1957 con el cambio de cargos ministeriales que llevó a cabo Franco, ocupando una buena parte de las diferentes carteras ministros tecnócratas, pertenecientes a los círculos del Opus Dei. Finalmente, la aprobación del Plan de Estabilización en 1959 marcó el definitivo cambio de tendencia económica y posibilitó el desarrollo económico en la siguiente década.

La política agraria y el mundo rural no estuvieron exentos de cambios con la evolución política y económica del régimen. En el contexto agrario, todo ello se tradujo en la creación del Servicio de Extensión agraria en 1955, una institución inspirada en el modelo extensionista americano que perseguía el aumento de la productividad a través de la tecnificación, la modernización y la capacitación profesional.

Revolución verde y extensionismo

No es posible explicar el modelo extensionista americano desligándolo del concepto de “revolución verde”. Cuando nos referimos a ella hablamos del contexto en el que se insertan el conjunto de cambios en el mundo agrario que pretendían emplear la tecnificación y la especialización agraria con el fin de aumentar la productividad y favorecer el modelo de mercado de la agricultura. Las economías neoliberales del bloque capitalista tras la Segunda Guerra Mundial, basadas en el modelo de producción post-fordista, recurrieron al “extensionismo agrario” para lograr estos objetivos. De este modo, el extensionismo no es otra cosa que el conjunto de métodos y de procedimientos que tienen como fin divulgar el conocimiento sobre la tecnificación, la especialización y la modernización del mundo agrario. Es decir, la revolución verde se valió del modelo extensionista para hacerse operativo y fomentar el modelo de libre mercado en el campo. Fue EEUU quien exportó su modelo al resto de países del bloque occidental.

La génesis del extensionismo americano surge con la creación del Servicio de Extensión Cooperativo (Cooperative Extension Service) en 1914, institución que nace a partir de la anterior Alianza de Campesinos y sus servicios de asesoramiento agrícola, así como de los programas de Extensión (promovidos a partir de 1902) dependientes del Ministerio de Agricultura. Después de la Segunda Guerra Mundial, con el fin de apoyar el desarrollo de otros países, el extensionismo norteamericano evoluciona hacia un modelo

capaz de ser exportado. Para Sánchez de Puerta esta política de ayuda destinada a países europeos y a otros menos desarrollados <<surgía como un compromiso con un área del mundo que había elegido la misma vía de desarrollo que Estados Unidos, mientras que en los segundos se trataba de llevar a dichos países por ese camino>> (Sánchez de Puerta 1996, 129).

En esta misma línea, el autor identifica cuatro tipos de frentes de actuación, áreas independientes de la influencia soviética, donde era posible intervenir:

- a) algunos países avanzados (Canadá, Australia, países escandinavos y Japón) donde la extensión es conocida de manera similar a la americana,
- b) Europa, cuyo trabajo consultivo sería mejorable con la introducción de algunas innovaciones americanas,
- c) Latinoamérica, África y Oriente Medio, donde aún no se practica la extensión tal y como es concebida por EEUU y
- d) Países asiáticos (India y Pakistán), — [tradicionalmente ligados al desarrollo comunitario] — en los que debe ser superada esta fase por la de extensión agraria (Sánchez de Puerta 1996, 132-134).

No obstante, este mismo autor señala que <<la influencia de los países desarrollados sobre aquellos en desarrollo, en materia de extensión, durante los años sesenta, no es exclusiva de EEUU. Países occidentales como Inglaterra y Holanda habían promovido acciones y organizaciones de extensión en sus colonias>> (Sánchez de Puerta 1996, 135). En el caso de la España franquista, la línea de actuación del modelo extensionista americano se encontraba en sintonía con la del resto de países europeos, pese a quedarse fuera del Plan Marshall.

En perspectiva de género, este modelo perpetuaba la división social y sexual del trabajo en el agro, ya que, como veremos más adelante, mantenía a la mujer ligada a la esfera doméstica y privada y realizando trabajos auxiliares y complementarios al varón en la explotación agropecuaria familiar. El varón continuaba llevando a cabo las tareas principales, siendo el líder de la economía familiar y de la toma de decisiones de cualquier índole y representando a la unidad familiar en el ámbito público, político, económico y social.

Las obras que aluden a este respecto son escasas y, en su mayoría, no analizan el impacto de la implantación de las nuevas técnicas de la revolución verde sobre los efectivos agrarios femeninos. A ello, es preciso sumar

que, en la mayoría de los textos, incluido el mencionado con anterioridad, no se aplica ni se tiene en cuenta la perspectiva de género.

Aun así, se deben citar algunos estudios que mencionan lo que significó el extensionismo agrario femenino en EEUU. En el caso de *Rural women, activism and identity in the Midwest, 1950-1990*¹¹⁶ (Devine 2008), la autora mantiene que la promoción de las nuevas tecnologías del hogar a través de la prensa prometió a las mujeres rurales un estilo de vida similar al de las mujeres de la ciudad, contando con una buena cantidad de tiempo libre y permitiendo desarrollar actividades productivas fuera del hogar para lograr unos ingresos extra para la familia rural (Barker Devine 2008, 106-107). También refleja el interés por parte de los servicios extensionistas de promocionar a la familia como una entidad empresarial (Barker Devine 2008, 179).

En sintonía, Irving Holt incide en la relación entre las nuevas tecnologías del hogar y el trabajo femenino fuera de casa¹¹⁷. Con la llegada de estos aparatos modernos, muchas de las mujeres rurales comenzaron a poner en práctica actividades productivas agropecuarias que, aún bajo la concepción de ayuda al trabajo masculino, mejorarían la producción familiar. La realización de labores relacionadas con el cuidado del ganado o la elaboración de productos para el consumo familiar como la mantequilla (Irving Holt 1994, 83-84). La autora sostiene la necesidad de dotar a las mujeres de conocimientos científicos para mejorar la alimentación familiar, prevenir enfermedades en el ámbito del hogar y aumentar la producción agrícola y ganadera (Irving Holt 1994, 84).

El Servicio de Extensión Agraria (SEA)

¿Qué es?

El Servicio de Extensión Agraria (SEA) fue una institución agropecuaria creada en 1955, dependiente del Ministerio de Agricultura del régimen franquista, con el principal fin de importar el modelo extensionista americano en el agro español. Se trataba de implementar el modelo de divulgación agraria de EEUU para aumentar la productividad agrícola después del fracaso de la

¹¹⁶ Jenny Barker Devine. 2008. *Ourcherised ideals: rural women, activism and identity in the Midwest, 1950-1990*. Iowa: Iowa State University.

¹¹⁷ Marilyn Irving Holt. 1994. "Farm Women, Domestic Economy and Dakota's Agrarian Press", *South Dakota State Historical Society*, vol. 24, n°2: 77-98.

autarquía y el fin de las cartillas de racionamiento (1953). Este viraje en la política agraria de la dictadura trajo consigo una incipiente liberalización del suelo sin dejar atrás una de las bases de la política agraria del franquismo: la exaltación del mundo rural que pretendía hacer más fuerte y duradera la dictadura.

De ese modo, el SEA se creó como una herramienta al servicio del aumento de la productividad agropecuaria, en relación con el contexto internacional y occidental de “revolución verde”. Sin embargo, su evolución trajo consigo no sólo la continuidad de estas orientaciones técnicas y estrictamente relacionadas con la productividad del suelo, sino que también otras muchas relacionadas con el trabajo con el entorno, la familia y todo el conjunto de agentes que componían el mundo rural.

En España su principal artífice fue el Ministro de Agricultura, Rafael Cavestany y de Anduaga que ocupó esta cartera entre 1951 y 1957. Para ello, fueron imprescindibles los viajes a EEUU de emisarios españoles del Ministerio de Agricultura, así como la recepción de especialistas estadounidenses en estas nuevas técnicas de trabajo. Además de la creación del SEA, Rafael Cavestany se ocupó de impulsar la concentración parcelaria. Su principal objetivo era el de mejorar la agricultura no sin modificar ciertos elementos del entorno, como lo era la preparación capacitante, los medios técnicos y el recelo que despertaban las nuevas formas de trabajar.

Las “cuatro patas” del SEA

Gómez Benito y Luque Pulgar acuñaron el concepto “las cuatro patas del SEA”¹¹⁸ para referirse a los diferentes ejes de acción de esta institución, entendiendo que cada uno de ellos estaba destinado a capacitar y a formar en las tareas y las labores que le son propias a cada uno de estos colectivos:

- a) *Agricultores*. La formación de los agricultores, considerados la cabeza visible de la explotación agropecuaria familiar, se desarrolló desde un punto de vista técnico, especializado y centrado en la divulgación de nuevos procesos y técnicas de modernización agraria y en el conoci-

¹¹⁸ Cristóbal Gómez Benito and Emilio Luque Pulgar. 2007. “Modernización agraria, modernización administrativa y franquismo. Modelo educativo y administrativo del Servicio de Extensión Agraria (1955-1986)”, *AREAS. Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 26: 133.

miento de otras técnicas y procedimientos como el uso de fertilizantes y productos fitosanitarios.

- b) *Jóvenes*. Para el SEA capacitar a jóvenes varones resultaba fundamental, ya que serían los futuros encargados de la explotación familiar. Por este motivo, la orientación de su propuesta divulgativa estaba dirigida al conocimiento de aspectos técnicos del mundo agrario.
- c) *Mujeres*. Formar y capacitar a las mujeres campesinas resultaba toda una innovación en la política agraria del régimen. Inspirado en el modelo extensionista americano, la formación en economía doméstica se articulaba como un mecanismo para que las mujeres ayudasen al marido en tareas auxiliares y complementarias a la misma vez que seguían siendo las referentes del ámbito doméstico y privado, para lo que resultaba fundamental su formación en economía doméstica y un correcto manejo del hogar y del cuidado de los hijos.
- d) *Comunidades*. Otro de los objetivos del SEA era el desarrollo de comunidades y comarcas desde un punto de vista colectivo. Mejorar las infraestructuras se convertía en otra de las finalidades de esta institución.

Las Agentes de Economía Doméstica

Una nueva figura de capacitación agraria

Una de las novedades que incorporaba la institucionalización del SEA fue la intervención directa con mujeres rurales, tal y como el modelo extensionista estadounidense planteaba. Para ello, el SEA se valió de una nueva figura profesional dependiente del Ministerio de Agricultura, las Ayudantes y Agentes de Economía Doméstica (en adelante AED). A diferencia de sus antecesoras, las Instructoras Diplomadas Rurales, instruidas por Sección Femenina del Movimiento Nacional, su carácter dejaba de ser ambulante. De este modo, las AED trabajan de forma permanente las Oficinas Comarcales de Extensión Agraria a partir de 1960, año de la primera promoción.

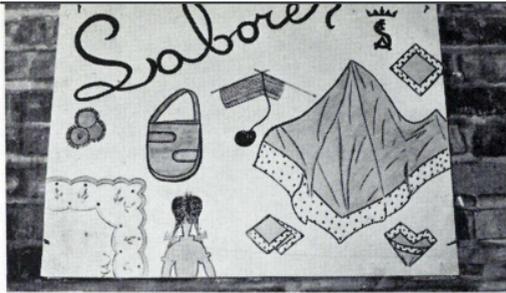
Fundamentalmente las AED se encargaban de capacitar a mujeres campesinas para realizar tareas auxiliares del varón en la explotación agropecuaria familiar, a la vez que debían conocer las técnicas y los procedimientos más óptimos para mantener el buen funcionamiento del hogar y de la familia. Así pues, se perpetuaba la división social y sexual del trabajo de la mujer¹¹⁹, ya que éstas participaban complementariamente en la economía familiar a través de su trabajo auxiliar en la explotación agraria y seguían siendo las “reinas del hogar” y estando relegadas al trabajo doméstico y al ámbito privado como campo de acción productiva principal.

Funciones

El objetivo más importante que perseguían las AED no era otro que el de formar y capacitar a las mujeres del agro español para que se convirtiesen en excelentes madres y amas de casa y fuesen productivas en la explotación agraria. Para ello, resultaba imprescindible que las AED divulgasen entre las mujeres del mundo rural el conocimiento sobre los siguientes aspectos:

- Alimentación
- Puericultura
- Cuidado e higiene del hogar
- Conservería
- Industrias lácteas
- Horticultura
- Floricultura y jardinería
- Avicultura
- Entre otras

¹¹⁹ García Ramón, M.D. 1990. “La división sexual del trabajo y el enfoque de género en el estudio de agricultura de los países desarrollados”. Barcelona: Agricultura y Sociedad, nº 55: 251-279.



1. Carteles publicados en la Revista de Extensión Agraria. Septiembre, 1962.
 URL:https://www.mapa.gob.es/ministerio/pags/biblioteca/revistas/pdf_REA/REA_1962_12B.pdf

Acceso y categorías profesionales

La primera convocatoria pública de esta figura profesional tuvo lugar en 1960 con la categoría profesional de Ayudantes de Economía Doméstica del SEA. No fue hasta 1964 cuando éstas pasaron a denominarse Agentes de Economía Doméstica, lo que supuso la dignificación de su desempeño profesional y un posicionamiento más elevado en lo que a su categoría profesional se refiere.

Uno de los requisitos más significativos para poder acceder a esta oposición era el de contar con una titulación previa, la de Instructora Diplomada Rural. Esta formación corría a cargo de la Sección Femenina y se estudiaba en la Escuela de Instructoras Rurales Onésimo Redondo de Aranjuez. Las nuevas Instructoras Diplomadas Rurales desempeñaban su labor de pueblo en pueblo, con un carácter ambulante, para formar a las mujeres del campo en aspectos relacionados con el manejo del hogar. Sin embargo, la aparición de estas nuevas figuras profesionales, las AED, otorgó al trabajo en economía doméstica de un mayor status social y laboral y enarboló un intento más

serio y profundo de formar a las mujeres del campo español, aunque bajo el paradigma de mujer del franquismo, subyugado al varón.

El proceso de oposición constaba de dos pruebas eliminatorias:

a) La primera prueba se trataba de un ejercicio escrito de 30 minutos de duración en el que era necesario responder a preguntas de cultura general.

b) La segunda prueba era un ejercicio oral en el que se debía exponer uno de los temas específicos del temario de las AED y constaba de una duración de 15 minutos.

Los requisitos de la primera convocatoria de Ayudantes de Economía Doméstica, en 1960, para poder aspirar a las 30 plazas publicadas fueron:

- 1) Edad entre los 23 y los 30 años (ambos inclusive),
- 2) Haber cumplido el Servicio Social o justificante de estar exenta,
- 3) Carecer de antecedentes penales ni haber sido expulsada de ningún cuerpo del Estado, Provincia o Municipio,
- 4) “Ser adicta” al Movimiento Nacional y
- 5) Poseer el título de INSTRUCTORA DIPLOMADA RURAL.

Sin embargo, estos requisitos no fueron siempre los mismos y fueron variando en función de las necesidades del SEA y de su propia evolución. De hecho, ante la imposibilidad de cubrir las 30 plazas anteriormente mencionadas que se ofertaron en noviembre de 1960, ya en la segunda convocatoria se amplió el rango de edad posible (entre 21 y 34 años, ambos inclusive), se incorporó una “*prueba psicotécnica*” que tenía como finalidad medir las aptitudes psíquicas y morales de las candidatas y se incluyeron un mayor número de temas para dar cabida a aspectos tan relevantes en el mundo laboral como la industrialización, el derecho laboral y aspectos relacionados con la seguridad social y seguros sociales.

MODELO DE INSTANCIA

Póliza
de 3 pesetas

Dos fotos carnet
con el apellido
al dorso.

.....
(Primer apellido)

.....
(Segundo apellido)

.....
(Nombre)

Natural de provincia de nacida el
 día de de 19..... con domicilio en
 calle
 provincia de de número
 plaza

A los efectos de tomar parte en la Convocatoria de Aspirantes al Curso de Formación de Ayudantes de Economía Doméstica del Servicio de Extensión Agrícola inserta en el «Boletín Oficial del Estado» número de fecha de del año en curso,

DECLARA reunir las condiciones siguientes (1):

- 1.ª Todas las exigidas en la citada convocatoria, siendo su profesión la de
- 2.ª Que es casada, viuda o soltera.
- 3.ª Que por giro (postal o telegráfico) número, impuesto en, envía la cantidad de 150 pesetas en concepto de compensación del material utilizado y gastos ocasionados por la realización de las pruebas, y adjunta el correspondiente resguardo de la imposición (2).

Y creyendo reunir las condiciones necesarias y comprometiéndose a aportar en su día cuantos documentos se requirieren para justificar que reúne todas las condiciones exigidas en la convocatoria,

SUPLICA a V. I. se digne admitirla a la convocatoria citada.

2. Modelo de instancia para concursas en las oposiciones
 de Ayudante de Economía Doméstica en la primera convocatoria, 1960.
 Archivo Histórico del BOE [AHB]. BOE número 264, pp. 15257-15258.
 URL: <https://www.boe.es/buscar/personal.php>

Las aspirantes que eran consideradas aptas por el tribunal calificador recibían un curso de formación de 4 meses en régimen de internado en la Escuela de Capacitación Agraria de San Fernando de Henares. Cabe destacar que el primer tribunal calificador no contó con ninguna mujer de los seis miembros que evaluaron a las candidatas. No obstante, para la segunda convocatoria se incorporó una sexta componente, una inspectora regional del SEA.

Una vez superada la fase formativa en San Fernando de Henares, se iniciaba el periodo de prácticas de 6 meses en las Agencias Comarcales de Ex-

tensión Agraria. Era frecuente que en ocasiones las recién tituladas realizaran sus prácticas en una agencia en la que no existía una AED de referencia. En cualquier caso, una vez finalizado el periodo de prácticas, las nuevas AED eran enviadas a su nuevo destino como únicas mujeres de cada una de las Agencias Comarcales del SEA.

Cada Agencia Comarcal de Extensión Agraria contaba con varios Agentes masculinos de Extensión Agraria, siendo uno de ellos el jefe de la oficina, y una o ninguna AED. Es decir, sólo algunas Agencias contaban con la presencia de figuras femeninas encargadas de capacitar a las mujeres rurales en economía doméstica. Las tareas estaban claramente diferenciadas, a la vez que, según numerosos testimonios orales de antiguas AED, a menudo sus funciones estaban invisibilizadas dentro del propio SEA. A todo ello, se debe sumar que la formación de mujeres rurales en economía doméstica contaba con un escaso valor social dentro del mundo rural y en la mayoría de las propias agencias.

Sin embargo, el trabajo de las AED con las mujeres del agro introdujo significativos cambios en algunas comarcas y comunidades, como el aumento de la participación social de éstas en núcleos y reuniones de mujeres y la lenta y progresiva incorporación de la mujer a ciertos espacios de dominio público.

Conclusión

La creación del SEA en 1955 supuso la puesta en marcha de un nuevo enfoque en la política agraria: se trataba del modelo extensionista americano que buscaba el aumento de la productividad y la modernización del mundo agrario. No obstante, la institucionalización de este modelo de divulgación y capacitación agraria se vio posibilitado por la evolución de la política agraria del régimen franquista. A su vez, a medida que los ámbitos político, económico y social iban evolucionando, el SEA iba reconfigurándose a la medida de los nuevos cambios.

En un análisis en perspectiva de género, los mecanismos de funcionamiento del modelo extensionista del bloque occidental, con una clara orientación post-fordista, perpetuaban la división social y sexual del trabajo. En este sentido, las mujeres no sólo seguían siendo las encargadas de realizar todas aquellas tareas asociadas al ámbito privado y doméstico, sino que sus

responsabilidades iban en aumento al ser necesario que realizasen tareas auxiliares en la explotación agropecuaria familiar. A su vez, las transformaciones sociales y tecnológicas de las sociedades occidentales trajeron consigo algunos cambios como la mecanización asociada a las tareas del hogar y, con ello, algunas tareas pasaron a realizarse con más comodidades (por ejemplo, electrodomésticos). Sin embargo, estas nuevas dinámicas mantenían a las mujeres en sus hogares, perpetuándolas a su desarrollo en la vida privada y alejándolas de la vida pública y sociolaboral.

Por su parte, mientras que el SEA se articulaba a la manera de los países occidentales, aunque con la presencia de las propias peculiaridades del contexto español, la incorporación de las AED a las Agencias de Extensión Agraria ponía de manifiesto una clara mejora con respecto a sus predecesoras, las Instructoras Diplomadas Rurales, en lo referente al nivel de profesionalización y de especialización y a su valor social. En este sentido, el nuevo enfoque favorecía el carácter permanente de su desempeño profesional y un mayor nivel de cualificación que las instructoras rurales, hechos que influyeron en el incremento del status sociolaboral de las AED.

Fuentes manuscritas

Fuentes Archivísticas Digitales

Archivo Histórico del BOE [AHB]. Agencia Estatal BOE (Boletín Oficial del Estado). *Diario Oficial Boletín Oficial del Estado*. Ministerio de la Presidencia, Relaciones con las Cortes y Memoria Democrática. Url: <https://www.boe.es/buscar/personal.php>

Fuentes Hemerográficas

Servicio de Extensión Agraria. *Revista de Extensión Agraria*, Ministerio de Agricultura en colaboración con la Organización de Cooperación y Desarrollo Económico, vol. I, n.º 12 (1962). Url: https://www.mapa.gob.es/ministerio/pags/biblioteca/revistas/pdf_REA/REA_1962_12B.pdf

Bibliografía

- DEVINE, Jenny Barker. 2008. *Our cherished ideals: rural women, activism and identity in the Midwest, 1950-1990*. Iowa: Iowa State University.
- RAMÓN, M.D. García. 1990. “La división sexual del trabajo y el enfoque de género en el estudio de agricultura de los países desarrollados”, In *Agricultura y Sociedad*, Barcelona, n.º 55 (1990): 131 – 149. Url:

- https://www.mapa.gob.es/ministerio/pags/biblioteca/revistas/pdf_ays/a055_08.pdf
- BENITO, Cristóbal Gómez y PULGAR, Emilio Luque. 2007. “Modernización agraria, modernización administrativa y franquismo. El modelo educativo y administrativo del Servicio de Extensión Agraria”, *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, n.º 26: 251 – 279. Url: <https://revistas.um.es/areas/article/view/118551>
- CUESTA, Cristina Gómez. 2009. “Entre la fleche y el altar: el adoctrinamiento femenino del franquismo. Valladolid como modelo, 1939-1959”, In *Cuadernos de Historia Contemporánea*, vol. 31: 297-217. Url: <https://revistas.ucm.es/index.php/CHCO/article/view/CHCO0909110297A>
- HOLT, Marilyn Irving. 1994. “Farm Women, Domestic Economy and Dakota’s Agrarian Press”, In *South Dakota State Historical Society*, vol. 24, n.º 2: 77-98. Url: <https://www.sdhspress.com/journal/south-dakota-history-24-2/farm-women-domestic-economy-and-south-dakotas-agrarian-press/vol-24-no-2-farm-women-domestic-economy-and-south-dakotas-agrarian-press.pdf>
- RUBIO, Sònia Parella. 2003. “Repasando la participación de mujeres en el desarrollo desde una perspectiva de género”, In *Papers*, n.º 69: 31-57. Url: <https://raco.cat/index.php/Papers/article/view/25723>
- LÓPEZ, T.M. Ortega y IGLESIA, A. Cabana. 2021. *Haberlas, haylas. Campesinas en la historia de España del siglo XX*. Madrid: Marcial Pons.
- ZAMORA, Sara Ramos. 2016. *Entre lo doméstico y lo público. Capacitación profesional de las mujeres rurales en España (1940-1977)*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- ZAMORA, Sara Ramos. 2016. “Tradición y modernidad. Espacio de poder de las mujeres en el mundo rural durante el franquismo”, In *Innovación Educativa*, n.º 26: 101-112. Url: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5751007>
- ZAMORA, Sara Ramos y ROMERO, Teresa Rabazas. 2007. “Mujeres e instrucción rural en el desarrollismo español”, In *Historia de la Educación. Universidad de Salamanca*, n.º 26: 221-256. Url: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2874628>
- ZAMORA, Sara Ramos y ORZAES, Carmen Colmenar. 2014. “Mujeres rurales y capacitación profesional en el franquismo a través de la prensa femenina (1939-1959)”, In *Revista d’Història de l’Educació*, n.º 24: 135-171. Url: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4993332>
- TRUJILLO, Fernando Sánchez de Puerta. 1996. *Extensión agraria y Desarrollo rural. Sobre la evolución de las teorías y praxis extensionistas*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.
- TARRÉS, María Luisa. 2013. “A propósito de la categoría de género: leer a Joan Scott”, In *Estudios Sociológicos XXI*, n.º 91: 3-26. Url: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6164482>

MULHERES ARTESÃS E OPERÁRIAS
CRAFTSWOMEN AND WORKERS



Operárias trabalhando nas máquinas de tasquinhar na Fábrica de Linho na Ribeirinha.
Fonte: *Os Açores*, n°08, Agosto de 1923, p. 18.

“O outro lado do espelho”: o papel das mulheres nos trabalhos de ourivesaria, marcenaria e fundição de ferro em Gondomar¹²⁰

*Ana Cristina Sousa*¹²¹
*Cecília Santos Cardoso*¹²²
*Diana Felícia*¹²³

Introdução

Gondomar localiza-se a escassos quilómetros da cidade do Porto, integrando a sua área metropolitana. Território de forte tradição agrícola, o município sofreu, a partir da segunda metade do século XIX, os efeitos da revolução industrial. Pela ampla disponibilidade de matéria-prima (madeira e carvão), pelas possibilidades de escoamento e transporte oferecidas pelo rio Douro, que contorna a Sul o concelho, e pela existência de uma ampla mão de obra, alimentada pelo crescimento natural e pelo êxodo migratório que se deslocou rumo ao litoral no século XIX, Gondomar tornou-se um território muito atrativo para a fixação e proliferação das mais diversas indústrias, envolvendo desde cedo o trabalho feminino. Por esse motivo, gerou-se uma organização laboral muito específica onde, em contexto oficinal ou a partir das suas habitações, as mulheres participavam ativamente na produção de peças de ourivesaria, nos trabalhos em madeira e de peças em ferro fundido, para nomear alguns dos ofícios mais produtivos nesta geografia.

No caso da marcenaria, onde o envolvimento das mulheres decorria em contexto doméstico, proliferam as “empalhadeiras” (responsáveis pela produção da técnica da palhinha), “estofadoras”, “manipuladoras de tabaco” e as “manipuladoras de fósforos”, como será demonstrado. Nos trabalhos do ouro, “enchadeiras” e “engatadeiras” trabalhavam, também, no recato das suas casas, para assegurar as etapas mais minuciosas da produção. A maior

¹²⁰ Este texto é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/04059/2020.

¹²¹ DCTP/ CITCEM, FLUP, Portugal

¹²² CITCEM, FLUP, Portugal (2020.06909.BD).

¹²³ CITCEM, FLUP, Portugal (2021.06713.BD).

parte destas mulheres são vultos anónimos nas fontes primárias, testemunhas silenciosas de uma atividade feminina que oficialmente nunca existiu. As entrevistas com as artesãs gondomarenses na atualidade são, por isso, fulcrais para o entendimento destes ofícios.

Já na indústria do ferro, e mais concretamente na Companhia Industrial de Fundição (CIF), as mulheres assumiam igualmente um papel preponderante, ocupando as funções de “carrejonas” (transportando o carvão para as diversas zonas da fábrica), de “serventes” ou de “ajudantes” nas diversas secções da fábrica. O seu estudo é possível através das Fichas de Identidade e Cadastro de Pessoal, fonte essencial para o conhecimento das dinâmicas profissionais desta unidade fabril.

O escopo deste artigo é discorrer sobre a realidade específica do concelho de Gondomar no tocante à essencial e peculiar participação da mão de obra feminina nos ofícios mais representativos deste território. Procura-se demonstrar os diversos modos em que as mulheres integravam o mercado de trabalho, as funções que ocupavam e o impacto que o exercício das suas funções ocupou no volume de produção daquela comunidade.

A ourivesaria

Conhecido atualmente como a “Capital da Ourivesaria” nacional, o concelho de Gondomar reúne um elevado número de empresas de ourivesaria. A génese deste ofício remonta, no entanto, e de acordo com os dados documentais apurados até ao momento, ao século XVIII. Através das “Listas das Companhias de Ordenanças”¹²⁴ realizadas para efeitos de alistamento militar, da centúria de Setecentos, conhecemos os nomes, moradas e descendência de algumas dezenas de ourives deste concelho. Estes indivíduos distribuía-se por várias localidades da freguesia de São Cosme (o núcleo hegemónico), verificando-se ainda, nesse século, a expansão do ofício para as freguesias limítrofes de Fânzeres, Valbom, Rio Tinto e, mais tarde, Jovim.

Os registos da Irmandade de Santo Elói, do Porto, confirmam estes dados para a mesma cronologia, estando os ourives de São Cosme integrados num ajuntamento próprio e dispondo de Procurador, o que atesta a importância em número e, consequentemente, identitária destes artesãos de Gon-

¹²⁴ AHMP – Listas das Companhias de Ordenanças do Concelho de Gondomar (1764-1797).

domar em relação aos seus colegas do Porto (Sousa, 2003: 337). O número de ourives gondomarenses continuou a crescer ao longo da primeira metade do século XIX, como demonstram os registos dos que foram examinados pelos juizes da Confraria de Santo Elói dos Ourives do Ouro, da cidade do Porto (Sousa, 2012: 28).

O maior crescimento ocorre, no entanto, ao longo da segunda metade do século XIX, fenómeno documentalmente aferido através do levantamento dos registos de Casamento efetuado entre os anos de 1861 e 1911¹²⁵. Esta fonte expõe, igualmente, as flutuações recorrentes nesta atividade, muito vulnerável às constantes crises que abalavam o mercado e que afetavam o sempre precário equilíbrio da oferta e da procura. A forte concorrência e os inúmeros escândalos de fraudes que fragilizaram a imagem da ourivesaria portuguesa no último quartel do século XIX, em muito contribuíram para a instabilidade vivida no ofício (Rocha Peixoto, 1908: 91). Mas as oscilações são contínuas, fruto das guerras, das crises económicas ou pandémicas, como a mais recente COVID 19, que sempre afetam o poder de compra e sacrificam, em primeiro lugar, o que não é considerado bem essencial. A falência de oficinas, a redução ou despedimento de operários, a diminuição de salários, o recurso à emigração, o prolongado horário de trabalho são algumas dessas consequências vividas pelos ourives de Gondomar, nos últimos duzentos anos.

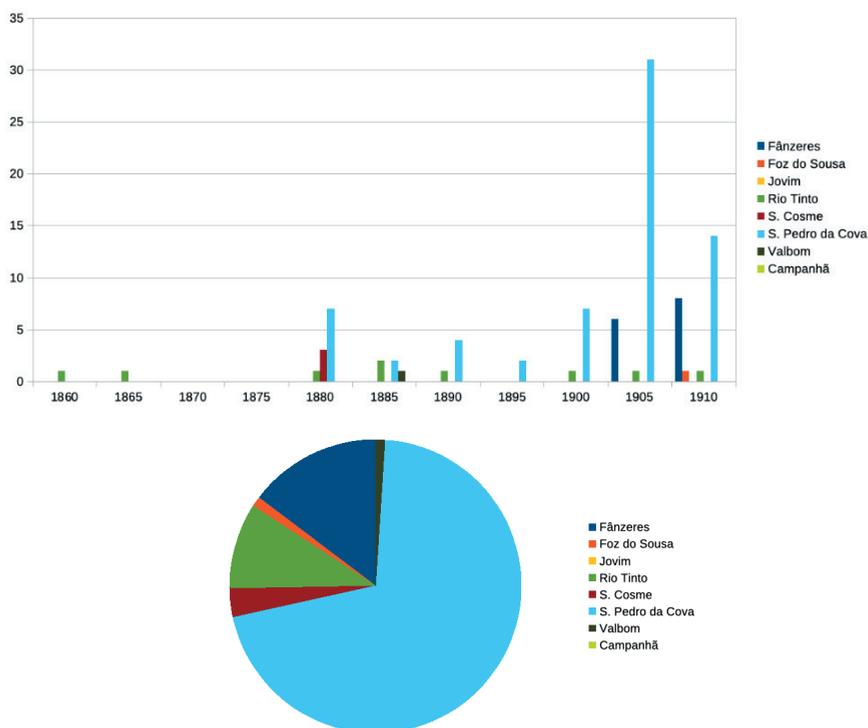
Num cenário predominantemente familiar e artesanal, dominado por oficinas com menos de cinco trabalhadores, o volume de produção e respetivo preço dependia sobretudo da exploração de uma mão de obra barata, disponível e solícita, abundante num concelho rural e pobre, com taxas de natalidade elevadas. O envolvimento de todos – homens, mulheres e crianças –, as longas jornadas de trabalho e os baixos rendimentos auferidos foram, desde cedo, a melhor resposta aos tempos de crise e à forte concorrência vivida neste ramo de produção. Os ourives de Gondomar puderam apresentar, assim, preços mais baixos e afirmar-se num mercado altamente competitivo.

Os registos paroquiais permitem corroborar a integração das mulheres no ofício da ourivesaria. A análise dos dados recolhidos entre 1861 e 1911¹²⁶, revela que o crescimento da participação feminina neste ofício acompanhou

¹²⁵ Informação constante no ADP e disponibilizada online. A partir de 1861, a indicação da profissão dos noivos é praticamente contínua, o que permite demonstrar o crescimento exponencial de ourives no concelho de Gondomar. A informação a partir de 1911 está conservada nas paróquias, tendo-se perdido muitos dos livros. Foi realizado o levantamento dos Registos de Casamento de todas as freguesias de Gondomar, no período compreendido entre 1861-1911. ADP (1861-1911) – Registos de Casamento de Gondomar.

¹²⁶ ADP (1861-1911) – Registos de Casamento.

a expansão geral desta atividade no concelho. A contagem total, por lustro, de noivas que exerciam a profissão de ourives (**fig.1**) é, no entanto, muito reduzida (95 no total), se comparada com a dos noivos que declararam exercer a mesma atividade (754), no mesmo período. Por outro lado, a sua distribuição pelas freguesias mais ativas neste ofício é muito desequilibrada (**fig. 1**), destacando-se de forma muito significativa São Pedro da Cova, com 71 registos, a vizinha Fânzeres com 15, Rio Tinto com 9, São Cosme com 3 (todas registadas no ano de 1880) e Valbom e Jovim com 1 registo. Estes dados devem ser encarados com muito cuidado pois não correspondem, de todo, à distribuição real de ourives pelas diferentes freguesias, com São Cosme a dominar a maior concentração de oficinas nesse período.



1. Noivas ourives distribuídas por freguesia por lustro [esq.] e sua distribuição por freguesias no período estudado [dir.]. Fonte:

Esta diferenciação dos números pode ser explicada por razões de ordem social e consciência de grupo. A maior parte das mulheres apresenta-se nestas fontes como “domésticas” ou “empregadas no serviço da casa”, não reconhecendo nos “serviços prestados” às oficinas a sua profissão. Esta rea-

lidade é evidente para as mulheres de São Cosme, Valbom e Jovim, e mesmo Foz do Sousa, freguesias que sabemos, por tradição oral, ser abundante o número das que se dedicavam a trabalhos de ourivesaria. O elevado número de registos em São Pedro da Cova e na vizinha Fânzeres, mais evidente a partir de 1890, pode ser explicado por razões de pobreza e de identidade laboral. A exploração do carvão das minas de São Pedro, desde os primeiros anos do século XIX, aliada ao crescimento da atividade da ourivesaria e da marcenaria no mesmo território, gerou a criação de um operariado com características muito particulares, que não teve paralelo noutras freguesias. Essa consciência de grupo refletiu-se em termos políticos e sociais, e consequentemente identitários, o que pode explicar este número mais elevado de mulheres que se identificavam como ourives na freguesia de São Pedro e, por proximidade, na de Fânzeres¹²⁷.

As rendas de ouro e de prata

As fontes impressas atestam, igualmente, a participação do trabalho feminino neste ofício, desde pelo menos o último quartel do século XIX. Todas as técnicas de ourivesaria que exigiam um trabalho moroso e minucioso, como as malhas, cordões, trancelins e filigrana, beneficiaram do labor feminino. Esta prática começou pelas mulheres e filhas de ourives, mas cedo estendeu-se a outros familiares e vizinhas, o que proporcionou o grande aumento de feitoras (**fig. 1**), como a elas se referem os ourives de Gondomar. Nas suas próprias casas, no quarto, cozinha ou varanda, mas distantes dos olhares indiscretos dos operários das oficinas, estas mulheres dedicaram as suas vidas à prática de um ofício que se tornou identitário, no concelho, até aos nossos dias. Em regime domiciliário, a trabalhar para o ofício da família ou articulando o trabalho para vários “patrões”, puderam exercer uma profissão mantendo o estatuto de “domésticas”. Em casa, para satisfação de pais e maridos, articulavam o cuidar da casa e dos irmãos mais novos, filhos e depois netos, com a arte de tecer em fios de ouro e prata, contribuindo, assim, para o rendimento familiar, apesar dos valores muito baixos que auferiam.

¹²⁷ Hipótese em estudo e que se pretende clarificar com a conclusão da recolha de dados dos registos de Batismo e de Óbito.



Figura 2 - Enchedeira de fio de ouro [esq.], ferramentas de trabalho de uma enchedeira [centro]; enchedeira de fio de prata [dir.]. Fotografias das autoras.

Na Exposição de Ourivesaria e Joalheria Nacional, presente no Palácio de Cristal (Porto), em 1883, “um grupo de filhas de ourives filigraneiros” executaram “a vista do publico”, a “renda urdida” com “lindos e reluzentes fios de metais preciosos” (Costa, 1922: 88). Tratavam-se da mulher e filhas do filigraneiro Albino Coutinho Junior, cuja qualidade de trabalho e preços “de tal modo reduzidos” impressionaram o ilustre historiador Joaquim de Vasconcelos (15.11.1883). Sabemos que este ourives emigrou para o Brasil, onde morreu com 55 anos. No entanto, a esposa, Rosa de Castro Nogueira e os filhos deram continuidade ao ofício de filigrana. Numa fotografia publicada no *Tripeiro*, em 1962 (Ribeiro, 1962: 315), podemos conhecer a viúva Rosa então com 90 anos de idade, rodeada por quatro netas todas enchedeiras, mulheres especializadas no enchimento das armações com fio de filigrana (**fig.2**).

A Casa Rosas de Portugal constitui, também, um bom exemplo da importância do envolvimento de todos os elementos da família no sucesso da produção. Esta empresa nasceu do esforço e dedicação de Domingos Martins Ferreira, natural da freguesia de Fânzeres. Como tantas outras realidades de produção, começou a trabalhar numa pequena oficina improvisada na humilde casa dos pais. O casamento com D. Ana dos Santos Rosas, filha de Mateus dos Santos Rosas, reconhecido ourives de laças e cordões, garantiu-lhe um futuro próspero neste ramo. À semelhança de tantas raparigas filhas de ourives, D. Ana aprendeu a arte na oficina do pai, dedicando-se à execução de bolsas de renda e malhas. Como tantas outras mães, ensinou estas técnicas às filhas e a dezenas de mulheres de Gondomar. Em períodos de maior procura, e apoiada pelas filhas, chegou mesmo a levar a arte de “engatar” fios e malhas às mulheres dos concelhos limítrofes como Valongo e Paredes. Deste esforço e da antiga Casa Domingos Martins Ferreira & Filhos, fundada em 1890, nasceu a empresa Rosas de Portugal, Ld^a, que funcionou na Rua 5 de Outubro em S. Cosme, “fornecedores dos maiores atacadistas das Américas e

dos principais estabelecimentos do nosso país”, como se pode ler nos anúncios publicitários desta Casa (fig.3).

**FÁBRICA DE
OURIVESARIA**

ROSAS DE PORTUGAL, L.ª

ANTIGA CASA
DOMINGOS MARTINS FERREIRA & FILHOS
(CASA FUNDADA EM 1890)

**PRATARIAS
FILIGRANAS
OURO E
JOALHARIA**

FORNECEDORES DOS MAIORES ATACADISTAS
DAS AMÉRICAS E DOS PRINCIPAIS
ESTABELECIMENTOS DO NOSSO PAÍS

IMPORTADORES DOS RELÓGIOS
LEMANIA, ARISTEX e OPUS

RUA 5 DE OUTUBRO, 27 / VILA DE GONDOMAR

Telefone 32 — GONDOMAR
Telegr.: «ROSASPORTUGAL»

Figura 3- Anúncio publicitário da empresa Rosas de Portugal.

O exemplo destas famílias repetiu-se em muitas outras, mas a maior parte não conquistou um lugar nos anais da história e o seu percurso de vida permanece no anonimato. A mão de obra feminina, meticulosa, precisa, rápida e barata, converteu-se num recurso fundamental para os ourives de Gondomar, que puderem assim impor-se num mercado altamente competitivo, apresentando obra de grande qualidade a preços baixos. Os magros rendimentos destas mulheres eram garantidos através de longas jornadas de tra-

balho, durante o dia, à luz do sol, ou prolongando-se pela noite, iluminadas pela candeia a petróleo ou, mais tarde, pelo candeeiro elétrico.

Para todas estas mulheres, o trabalho de “feitora” começou por ser uma necessidade: económica, imposta pela oferta de trabalho quando o ramo da ourivesaria dependia desta mão de obra; social, porque os pais não queriam as raparigas a trabalhar fora de casa. Embora os valores auferidos fossem muito baixos, “não se rompia roupa, não se rompia calçado, as mães aproveitavam para ter as filhas sempre debaixo do manto porque trabalhar fora era perigoso. As artes fora eram para os homens”¹²⁸.

A marcenaria

Está documentada a existência da indústria da madeira no concelho desde o século XVIII, como demonstra o contrato notarial publicado por Domingos Brandão. No referido documento, datado de 1711, foi destinada a execução do retábulo-mor da igreja de Campanhã (Porto). A elaboração da peça foi assumida pelo mestre entalhador Ambrósio Moutinho, morador na “Aldeia do Brasileiro” ou Brás Oleiro, pertencente à freguesia de Rio Tinto (Brandão, 1984-1987, p.363). Já o testamento de Maria de Castro, datado de 1838, confirma a presença da marcenaria em Gondomar no século XIX. As testemunhas, José Alves e Henrique Castro, eram ambos marceneiros e residentes no lugar de Pinheiro de Além, da antiga freguesia de Valbom¹²⁹.

O ofício da marcenaria conhece, no entanto, um crescimento muito significativo a partir da segunda metade do século XIX devido à proximidade do rio Douro e dos limites territoriais de Valbom, Fânzeres e Rio Tinto com Campanhã, freguesia pertencente ao Porto e importante centro de produção de marcenaria (Cardoso, 2019, p. 144). Por último, deve ser considerado o fenómeno da migração de trabalhadores especializados, que circulavam no próprio concelho ou que davam entrada em Gondomar oriundos de outras localidades¹³⁰. Estes fatores contribuíram para a concentração dos ofícios de produção de mobiliário nas antigas freguesias de Fânzeres, Rio Tinto, São Cosme e Valbom, distribuição geográfica perpetuada até ao século XX.

¹²⁸ De acordo com a enchedeira Maria Isabel, no testemunho constante no documentário “Eu nasci para a filigrana”, produzido pela CMG no âmbito da candidatura a PCI (ainda não disponível).

¹²⁹ AMG, Testamento de 1838, Gondomar, Liv. 4, n. °26, fl.54v.

¹³⁰ Informação resultante da investigação em curso.

Ofícios femininos na indústria do mobiliário

A mulher teve um papel fundamental na indústria do mobiliário em Gondomar. Dado o elevado volume de produção desta indústria, para além dos ofícios principais dos marceneiros, torneiros, polidores, entalhadores, etc, foram também criadas as condições propícias para o crescimento de outras atividades singulares, como o da aplicação da palhinha em distintas peças de mobiliário (Cardoso 2021, 284). Caracterizado, de facto, como um trabalho de renda em palha, as mulheres revelaram-se desde cedo mais hábeis e eficazes na sua execução, o que explica o domínio do “trabalho no feminino” desta técnica decorativa e de integração. As empalhadeiras ou feitoras, tal como eram designadas, assumiram assim um papel fundamental num tempo em que variados estilos formais e tipologias de peças de mobiliário compreendiam o uso desta técnica.

O estudo desta atividade, a definição do seu número e respetiva evolução na diacronia, o registo de nomes e volume de produção são, no entanto, muito difíceis de apurar. Na verdade, a atividade de empalhear decorria em contexto doméstico e não nas oficinas. Por trabalharem no seu próprio domicílio, intercalando esta atividade com as lides da casa e educação dos filhos, estas mulheres autointitulavam-se como “domésticas” e é assim que constam na documentação (Cardoso 2021, 284). É seguramente por este motivo que, até ao momento, apenas foram encontrados dois registos de casamento, dois registos de batismo e um registo de óbito (correspondentes à antiga freguesia de Valbom), que reportam ao ofício de empalhear (Cardoso 2021, 284). Em dois registos de casamento datados de 1900 e 1908, este ofício foi associado à profissão de duas noivas: Teresa Dias da Costa, de “vinte e dois anos, solteira, empalhadeira (...) moradora n’esta de Valbom, logar d’ Arroiteia”¹³¹ e Miquelina Teixeira, de “vinte e dois anos, solteira, palhinha (...) residente n’esta de Valbom no dito lugar do Monte”¹³², respetivamente. Já nos registos de batismo de 1907¹³³ e 1909¹³⁴, e num de óbito de 1908¹³⁵, verifica-se que Maria Teixeira, progenitora das crianças batizadas e da criança falecida, era residente no Monte (Valbom) e detinha a profissão de “palhinha”. Através do cruzamento da informação contida nestas fontes, foi ainda possível

¹³¹ ADP. Registos Paroquiais Valbom. *Registo de casamento n.º 9*, 1900, fol. 9f

¹³² ADP. Registos Paroquiais Valbom. *Registo de casamento n.º 13*, 1908, fol. 13f

¹³³ ADP. Registos Paroquiais Valbom. *Registo de nascimento n.º 286*, 1907, fol. 143v

¹³⁴ ADP. Registos Paroquiais Valbom. *Registo de nascimento n.º 72*, 1909, fol. 36v

¹³⁵ ADP. Registos Paroquiais Valbom. *Registo de óbito n.º 144*, 1908, fol. 36v

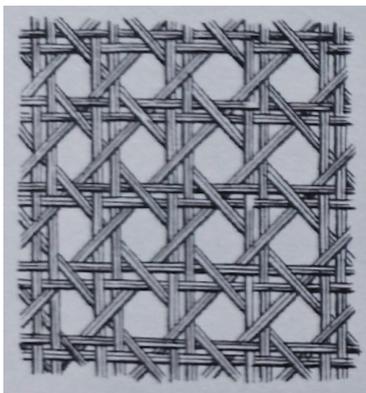
constatar que Miquelina Teixeira e Maria Teixeira eram irmãs, naturais do concelho vizinho de Paredes e filhas de Manuel Augusto Moreira Teixeira e Miquelina de Jesus Teixeira. No entanto, nesta documentação, não foi possível apurar a profissão dos progenitores, deixando em aberto o modo como estas irmãs aprenderam a trabalhar a técnica da “palhinha”.

Apesar das dificuldades sentidas pela escassez de registos e pelo facto da maioria das mulheres se assumir como “domésticas”, é possível, no entanto, reconhecer que a gondomarense assumiu um papel ativo na indústria do mobiliário. Na verdade, a grande maioria, sendo domésticas, podiam conciliar em regime de “prestação de serviços” apoio às indústrias do concelho, “usufruindo de uma remuneração complementar sem saírem praticamente do domicílio” (Cardoso 2021, 284). Esta realidade manteve-se de geração em geração até à década de ’90 do século XX, conforme testemunho das irmãs Maria Isabel Santos (**fig.4**) e Etelvina Castro, empalhadeiras a tempo parcial, residentes em Ferreirinha, localidade pertencente à freguesia da Foz do Sousa, Gondomar¹⁵⁶.

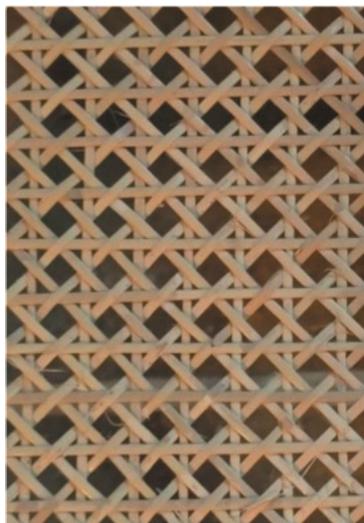


4. Artesã Maria Isabel Santos a empalheirar o assento de uma cadeira, na sua residência em Ferreirinha, Gondomar (Portugal) (2020). Fotografia de Cecília Santos Cardoso.

¹⁵⁶ Sobre o tema da técnica da “palhinha” em Gondomar consultar (Cardoso 2021)



5. Padrão francês (1751-1772). Caderno do *Ébéniste*. Imagem retirada da Encyclopédie de Diderot et d'Alembert.



6. Padrão de uma palha executado pela artesã Maria Isabel Santos (2020). Fotografia de Cecília Santos Cardoso.



7. Padrão de três palhas executado pela artesã Maria Isabel Santos (2020). Fotografia de Cecília Santos Cardoso.



8. Padrão de quatro palhas executado pela artesã Maria Isabel Santos (2020). Fotografia de Cecília Santos Cardoso.

Se o registo de mulheres empalhadeiras é raro, mais escasso é o de mulheres “marceneiras”. Porém, foram encontrados, até à data, dois registos ímpares que confirmam a atividade de duas “marceneiras”. Trata-se de dois registos, um de batismo e outro de óbito, ambos de 1903, da antiga freguesia de Fânzeres. No primeiro ficamos a saber que os padrinhos da criança

batizada, Vitorino, foram “Vitorino Coelho, e madrinha sua mulher Miquelina Vieira, marceneiros, moradores no lugar de Santa Eulália; desta mesma freguesia [Fânzeres]”¹³⁷. O registo de óbito menciona que Maria era “filha legítima de Agostinho d’Almeida da Fonseca, e de Maria Ferreira de Lima, marceneiros, naturais d’esta freguesia [Fânzeres]”¹³⁸. Ao contrário da situação das empalhadeiras, no qual existem relatos orais que confirmam o trabalho não “oficial” destas mulheres, o mesmo não acontece para as “marceneiras” gondomarenses, cuja existência depende única e exclusivamente da documentação.

Para além das mulheres “empalhadeiras” e das “marceneiras” existiam também as “estofadoras”. No entanto, para estas artesãs ainda não foram encontrados quaisquer registos documentais que comprovem a sua existência. Foi através de testemunhos orais que obtivemos conhecimento que as raparigas cujo progenitor era estofador e tinha a sua oficina própria, aprendiam o ofício e auxiliavam-no nas encomendas. Já em relação às “manipuladoras de tabaco” e as “manipuladoras de fósforos” é notória a sua presença nos registos paroquiais. De facto verifica-se um aumento significativo destes ofícios a partir da década de ’70 do século XIX, principalmente na antiga freguesia de Valbom. Este crescimento coincide com a fixação das fábricas de tabaco no Porto. No Inquérito Industrial de 1881 é referido que as «caixas de charutos para as fábricas de tabacos» constavam entre a principal produção dos marceneiros de Gondomar (Ministério da Obras Públicas, 1881, p. 48). Nos vários volumes do Anuário do Porto sobressai outro fator de grande relevância: um pequeno número de mulheres oficializa a sua ligação à indústria do mobiliário a partir de 1900.

Oficinas de marcenaria geridas por mulheres gondomarenses

Além das mulheres que executavam as tarefas de aplicar a “palhinha” e o fabrico do mobiliário, também é possível apurar a existência de mulheres que geriam oficinas de marcenaria e estabelecimentos de venda e corte de madeira.

¹³⁷ ADP. Registos Paroquiais Fânzeres. *Registo de batismo n.º 80*, 1903, fol. 40v

¹³⁸ ADP. Registos Paroquiais Fânzeres. *Registo de óbito n.º 39*, 1903, fol. 10v

A partir do *Anuário do Pôrto Santos Viseu*, entre 1942 e 1974¹³⁹, foi possível identificar oito mulheres proprietárias de oficinas de marcenaria. Das oito, quatro assumiram a gestão da oficina após o falecimento do marido. Esta constatação deriva da designação atribuída a estas mulheres, uma vez que foi usado o termo “viúva”, seguido do nome do falecido (ex. Viúva de Manuel José de Freitas). Segundo a mesma fonte, para três das quatro mulheres é possível seguir a cronologia da atividade do marido, continuada depois pela da viúva (**fig.9**). Relativamente às restantes quatro mulheres, estas usaram o nome próprio, sem qualquer alusão a antigos proprietários (**fig.9**), o que parece indiciar que estas mulheres fundaram a própria oficina de marcenaria ou, possivelmente, deram continuidade a uma paterna.

Ao longo dos anos, os nomes destas mulheres foram referidos neste anuário, nas secções de marcenarias, marcenarias e móveis, marcenarias e móveis de madeira, marcenarias e móveis de madeira (fabricantes) e, por último, marcenarias e fabricantes de móveis (**fig.9**). Destaca-se a “Viúva de Américo Pinto Costelha”, na medida em que é referida em três secções ao longo dos anos: marcenarias, marcenarias e móveis de madeira e marcenarias e móveis de madeira (fabricantes) (**fig.9**). No caso dos estabelecimentos de venda e corte de madeira, foi referida apenas a “Viúva de António Ferreira de Brito”. De 1950 a 1964, esta mulher foi mencionada anualmente em duas secções em simultâneo, nas “madeiras” e na “serração de madeiras”. O seu exemplo é singular na medida em que foi a única a publicitar a serração num anúncio, em 1950, que refere o seguinte:

Viúva de António Ferreira de Brito
Madeiras Nacionais e Estrangeiras
SERRAÇÃO
Lugar de Santa Eulália – Fânzeres – Telefone, 9 – Gondomar. (Viseu
Júnior & Guimarães 1950, 926)

Realça-se, porém, que esta documentação afere apenas os anos em que os seus nomes foram publicados no *Anuário do Pôrto* por sua própria vontade e não os limites da sua atividade. (**fig.9**) É seguro afirmar que estas oficinas já existiam antes das datas arroladas e que estiveram no ativo antes e depois destas publicações nos anuários.

¹³⁹ Segundo as obras de (Barros A. d., 1904) e (Viseu Júnior & Guimarães, 1945-1974)

Freguesia	Proprietário anterior	Cronologia de atividade	Seção no Anuário do Porto	Proprietária	Seção no Anuário do Porto	Cronologia de atividade
Valbom	x	x	x	Joana Pinto	Marceneiros	1942
São Cosme	x	x	x	Viúva de João Pereira Resende	Marcenarias e móveis	De 1945 a 1974
Valbom	Américo Pinto Costelha	1943	Marcenarias	Viúva de Américo Pinto Costelha	Marcenarias; Marcenarias e móveis de madeira; Marcenarias e móveis de madeira (fabricantes).	De 1946 a 1965
São Cosme	Manuel José de Freitas	1943 e De 1945 A 1946	Marcenarias e móveis	Viúva de Manuel José de Freitas	Marcenarias e móveis	De 1947 A 1974
Fânzeres	x	x	x	Sofia da Conceição Pereira	Marcenarias; Marcenarias e móveis	De 1956 A 1974
Foz do Sousa	x	x	x	Joaquina Alves dos Santos	Marcenarias	De 1957 A 1974
Rio Tinto	x	x	x	Ana da Silva de Castro Neves	Marcenarias e móveis; Marcenarias e fabricantes móveis	De 1958 A 1974
Valbom	Joaquim Martins Marques	1943 De 1945 A 1959	Marcenarias	Viúva de Joaquim Martins Marques	Marcenaria e móveis de madeira (fabricantes)	De 1962 A 1974
Fânzeres	António Ferreira de Brito	1943 De 1946 A 1949	Estâncias de madeira; Serrações de madeira	Viúva de António Ferreira de Brito	Madeiras; Serração de madeiras	De 1950 A 1964

9. Percurso publicitário das proprietárias mulheres das oficinas de marcenaria em Gondomar (1942-1974). Fontes: Barros, Lello & Viseu, 1942 e Viseu Júnior & Guimarães 1945-1974.

A fundição de ferro

A indústria da fundição do ferro surge em Gondomar nos finais do século XIX. O Inquérito Industrial conduzido em 1881 pela Imprensa Nacional localizava, no concelho, apenas uma fundição, na freguesia de Zebreiros, de-

dicada exclusivamente à produção de painéis de três pernas. Não tendo sido possível a visita às instalações, o inquérito regista que “a [fábrica] de Gondomar tinha uma máquina de vapor de dois cavalos para soprar o forno de fundição e empregava 8 pessoas” (Ministério da Obras Públicas, 1881, p. 43).

Anos mais tarde, entre 1931-38, Camilo de Oliveira regista o seguinte:

A indústria fabril é representada [no concelho] pela Fábrica de Fundição e Serralharia dos Srs. Paiva, Irmão & C.^a, que emprega 200 operários e é, no género, uma das de maior fama no País, não só pela sua grande produção, mas também pela perfeição dos seus trabalhos. Há neste género aqui mais três fábricas, regularmente montadas, mas estão atualmente paradas, devido à crise que esta indústria atualmente atravessa. (Oliveira, 1979, p. vol.2:486)

Sabemos, assim, que entre 1881 e 1931-38 chegaram a existir quatro fábricas de fundição de ferro em Gondomar. À data da publicação da obra de Camilo de Oliveira permanecia em funcionamento apenas uma, a Fábrica de Fundição Paiva & Irmão que, como adiante veremos, dará origem à Companhia Industrial de Fundição.

A Companhia Industrial de Fundição (CIF)

A CIF é uma das poucas fábricas de fundição de ferro do Porto do século XIX que sobreviveu aos testes do tempo, mantendo-se ainda em laboração. Apesar disso, e tal como aconteceu com muitas outras unidades industriais do nosso país, a empresa registou diversas alterações administrativas no decorrer dos seus anos de funcionamento. Tudo começou com a Antiga Fundição de Gondomar, fundada em 1895, que é anexada posteriormente pela firma Paiva & Irmão¹⁴⁰. Em 1905, a Paiva & Irmão começa a surgir nos *Anuários Comerciais* da cidade do Porto, indicando-se a localização da fábrica em Gondomar e a do depósito na Rua de São João, no Porto (Barros A. d., 1904, p. 336).

Em data que ainda não conseguimos precisar, a Paiva, Irmão & C.^a (assim renomeada em 1912) passa a integrar as Fundições Reunidas, Ld.^a, uma sociedade composta por oito sociedades metalúrgicas do Porto e de Crestuma

¹⁴⁰ De acordo com informação presente num postal ilustrado, datado de 1917, utilizado pela fundição para efeitos de correspondência com os seus clientes.

da qual era Diretor-Geral Mário de Sousa Drumond Borges (Archeevo, s.d.). Sob esta organização, a fundição participou na Exposição Industrial de 1930 realizada no Palácio de Cristal, no Porto¹⁴¹ e foi premiada com o Diploma de Honra na Primeira Semana de Material Agrícola no mesmo ano e cidade¹⁴².

Em 1931 instituiu-se finalmente a Companhia Industrial de Fundição. O presidente do Conselho de Administração era Mário de Sousa Drumond Borges, que ocupou o cargo até 1950 (Archeevo, s.d.), com Rodrigo Herculano Franco e Rodrigo Paiva Valente como administradores em exercício.

O primeiro catálogo da CIF, datado de 1931, demonstra bem o papel que esta ocupava na conjuntura industrial do ferro no norte do país e enaltece a importância do legado da Paiva, Irmão & C.^a na sua constituição:

A fábrica que a “Companhia Industrial de Fundição” explora é a maior do norte do país e goza da mais antiga reputação. Os nossos produtos distinguem-se pela constante introdução de todos os melhoramentos, provenientes da longa prática que a antiga firma Paiva, Irmão & C.^a soube aproveitar na agricultura e na indústria, pelo emprego de materiais de melhor qualidade e dos métodos de construção que a Companhia CIF considera como os mais modernos, garantindo boas marcas, boa adaptação e funcionamento (Catálogo, 1931).

A Mário de Sousa Drumond Borges seguiu-se Teófilo Augusto Fernandes das Neves na Presidência do Conselho de Administração da CIF e, em 1977, o cargo foi ocupado por uma mulher, Yvette Fernandes Martins Alves de Sousa.

Durante longas décadas¹⁴³, sob as designações de Paiva & Irmão, Fundições Reunidas e já como Companhia Industrial de Fundição, a sede da empresa manteve-se na Rua de São João, no Porto, posicionando-se numa zona comercial histórica da cidade e enquadrando-se, por isso, no mercado portuense.

Nos finais do século XIX, os terrenos onde hoje se implanta a CIF eram terrenos de lavradio, com diversas árvores de fruto e vinho, zonas de mato e com acesso a água encanada, limitados, a sul, pelo Rio Douro¹⁴⁴. O complexo

¹⁴¹ Facto comprovado pela existência de uma fotografia do stand na referida exposição.

¹⁴² O diploma integra o acervo documental da CIF.

¹⁴³ Pelo menos até ao final de 1980.

¹⁴⁴ Diversos documentos relativos ao trato sucessivo do terreno onde se implanta a fábrica foram preservados e integram o acervo.

industrial permanece até hoje no mesmo local, na Foz do Sousa (freguesia do concelho de Gondomar), a 21km do centro da cidade do Porto e é resultado de várias décadas de construção, onde se verificam diversos acrescentos ao terreno e alterações no edificado.

Esta sucessão de anos de atividade produziu um vasto acervo documental que sobreviveu até aos nossos dias. Do vasto conjunto de faturas, catálogos antigos e outros documentos administrativos, destacam-se as Fichas de Identidade e Cadastro dos funcionários da fábrica. Com registos compreendidos entre 1931 e 1988, esta fonte constitui uma rara oportunidade de conhecer de perto os rostos, nomes, habilitações literárias, funções que desempenhavam e até o número de dependentes de cada um dos operários que na CIF encontraram emprego. É uma fonte ímpar, mas muito trabalhosa devido ao volume de informação e ao amplo número de funcionários que a CIF acumulou ao longo do tempo. No âmbito do presente artigo optamos por registar somente os dados sociodemográficos (idade, estado civil e habilitações literárias) e informações relativas às ocupações (profissão, secção) das mulheres que trabalharam na CIF. As informações recolhidas reportam à data de admissão destas funcionárias. Alterações posteriores não foram registadas nem contabilizadas nas informações que apresentamos de seguida.

O trabalho feminino na CIF

Considerando o número de secções de trabalho disponíveis (acabamentos, armazém, carpintaria, escritório, forjas, fundição, gabinete de desenho, garagem, macharia, maquinaria industrial, pintura, serralharia, serviços auxiliares, tornos), facilmente se justifica o vasto número de funcionários que trabalharam, ao longo dos anos, nesta fábrica. Entre 1931 e 1938 eram já duas centenas os funcionários (Oliveira, 1979, p. vol.2:486). Com o passar dos anos, e considerando o volume de Fichas de Identidade e Cadastro de pessoal que já localizámos, foram muitos mais os operários que por ali passaram. A CIF constituiu-se, assim, como uma sólida alternativa aos restantes ofícios do concelho, como a ourivesaria, a marcenaria ou a agricultura, e apresentava-se como uma oportunidade de criação de carreira.

A mão de obra feminina foi bem representada neste contexto industrial (**fig.10**). Apesar de não termos logrado, ainda, o completo tratamento das Fichas de Identidade e Cadastro, conseguimos já identificar oitenta e

seis mulheres que foram contratadas pela CIF entre 1931 e 1974, com idades compreendidas entre os 12 e os 39 anos de idade. A maioria das funcionárias são de tenra idade e menores de 18 anos (65), verificando-se a prevalência de mulheres solteiras (77) e registando-se apenas seis casadas e duas viúvas¹⁴⁵.



10. Os rostos de algumas das mulheres que, ao longo dos anos, trabalharam na CIF, presentes nas Fichas de Identidade e Cadastro de Pessoal. Acervo CIF.

As funcionárias da CIF eram, na sua maioria, naturais do concelho de Gondomar (61) e do concelho de Vila Nova de Gaia (17). Em Gondomar destaca-se, por razões óbvias, a freguesia de Foz do Sousa (41) e em Gaia a freguesia de Lever (11), localizada do outro lado do rio, em alinhamento direto com a fábrica.

O estudo destas fontes permitiu comprovar que o trabalho na indústria constituía uma sólida alternativa em relação ao trabalho doméstico. Uma boa parte destas mulheres definem, como profissão anterior, a função de domésticas (18) e uma delas refere ser criada de lavoura. Ressalve-se, no entanto, que o modelo de Fichas de Identidade e Cadastro Pessoal foi alterado na década de 60, passando a utilizar-se um novo formulário. Apesar deste ter, grosso modo, os mesmos campos do anterior, verifica-se que o encarregado pelo seu preenchimento deixa de tomar nota das profissões anteriores. Por outro lado, existem casos pontuais (prévios a esta alteração) onde a profissão anterior também não é indicada. Assim se explica que existam tantos registos sem qualquer referência a esta informação (42).

De modo semelhante ao que aconteceu com a ourivesaria e com a marcenaria, e de acordo com a lógica familiar de Gondomar, a CIF tornou-se tam-

¹⁴⁵ Um dos registos não apresentava indicação de estado civil.

bém uma espécie de “emprego de família”. A análise que conduzimos para o presente trabalho revelou já dez famílias com duas ou mais filhas a trabalhar na CIF, verificando-se casos em que o pai e/ou a mãe também lá trabalhavam.

Habilitações literárias						
Secção profissão	analfabeta	alfabetizada	1 grau	2 grau	C.C.Ap.C.	Total Geral
acabamentos		1	2			3
cortadora cravadora		1				1
operadora			1			1
servente			1			1
advertícios	1		4	3		8
servente	1		4	3		8
armazém				1		1
auxiliar				1		1
contabilidade					1	1
telefonista					1	1
função		4	23	27		54
auxiliar		1	1	2		4
operadora				1		1
sem info				1		1
servente		3	22	22		47
servente (CT)				1		1
sem info	1					1
sem info	1					1
serviços auxiliares	4	2	10	2		18
carrejona	3	2				5
servente	1		10	2		13
Total Geral	6	7	39	33	1	86

Figura 11. Relação entre Secção/profissão e habilitações literárias das funcionárias da CIF.
Autoria de Diana Felícia.

Conseguimos, através da **fig.11**, perceber, que estas funcionárias eram letradas, tendo a grande maioria concluído o exame do 1.º (39) ou do 2.º grau (33). Existiam também casos de mulheres analfabetas (6) e algumas alfabe-

tizadas (7) e apenas um caso de formação profissional. Entre elas destaca-se Fernanda Ferreira de Carvalho Melo que tinha realizado o exame de aptidão do Curso Complementar de Aprendizagem de Comércio e que vai ocupar, na CIF, o cargo de telefonista. A leitura destes dados deve, no entanto, ser feita à luz da conjuntura do ensino nacional à época já que, cerca de 40% (9 em 13) das funcionárias analfabetas e alfabetizadas correspondem a contratações realizadas entre 1931 e 1952, período onde não se registam contratações de funcionárias letradas. A partir da década de 50 do século passado a tendência altera-se para a realidade oposta, sendo raros os casos em que as mulheres contratadas não apresentam algum grau de escolaridade.

O trabalho feminino verifica-se em seis secções da CIF: acabamentos, adventícios¹⁴⁶, armazém, contabilidade, fundição e serviços auxiliares. A secção de fundição é a que emprega maior número de mulheres ao longo dos anos (54), ocupando os cargos de serventes (48), auxiliares (4) e operadoras (1). Segue-se a secção de serviços auxiliares (18), onde se destacam novamente as serventes (13) e algumas carrejonas (5). Estas últimas representam um claro exemplo de trabalho braçal feminino, já que carregavam à cabeça amplas quantidades de carvão, matéria essencial à fundição, que distribuía pelas diversas secções da fábrica onde este era necessário. Nas restantes secções a presença feminina tem menor expressão e as funções desempenhadas correspondem a atividades que requerem alguma minúcia e cuidado na sua execução: macharia, acabamentos, rebarbagem e pintura. Pelo exposto, fica comprovada a participação ativa destas mulheres na produção das peças em ferro fundido.

A esmagadora maioria dos vínculos laborais em análise cessam nos primeiros cinco anos (57), sendo que uma boa parte desses não chega a passar do primeiro ano (31). Existem também casos de funcionárias que, por motivos vários, cessam funções, mas voltam a ser readmitidas meses/anos depois. Não obstante, o trabalho na fundição constituía uma oportunidade de emprego duradouro verificando-se casos de funcionárias que ali permaneceram por dez (12), vinte (8) ou mais anos (3). Com a passagem do tempo era possível a transferência entre secções, a alteração de profissão e a progressão na categoria profissional e estas alterações correspondiam, muitas vezes, a atualizações nos valores remuneratórios correspondentes.

¹⁴⁶ Corresponde a uma categoria que os funcionários ocupavam antes da sua admissão efetiva na fundição.

Notas finais - o “trabalho no feminino” na atualidade

Estas práticas de produção, passadas de geração em geração, estão hoje bastante ameaçadas. O trabalho das malhas e das “engatadeiras” praticamente desapareceu no concelho e o número de “enchadeiras” de peças de filigrana é cada vez mais reduzido e respeitante a uma faixa etária elevada. As máquinas e outros processos industriais mais sofisticados, como a injeção a cera perdida, têm vindo a substituir esta mão de obra feminina, muito especializada e sofisticada.

No caso das madeiras, a alteração do *design* do mobiliário, com a procura de linhas simples, retas e sem elementos decorativos e a quebra drástica da produção de mobiliário em Gondomar, a partir do ano 2000, constituem as principais causas para que as técnicas decorativas do mobiliário tenham caído em desuso. A da “palhinha”, que consiste na arte de integrar o mobiliário com fibra proveniente do ratã, foi uma das mais afetadas no concelho. Na atualidade, temos conhecimento que existem várias artesãs gondomarenses que detêm o conhecimento desta técnica, a maioria de idade avançada. No ativo, e apenas a tempo parcial quando surgem as poucas encomendas, só detectamos, até ao momento, o caso das irmãs Maria Isabel Santos e Etelvina Castro. Maria Isabel Santos (**fig.4**), a mais ativa, afirma que, nos últimos cinco anos, o seu ofício artesanal tem sido requisitado mais amiúde, principalmente em trabalhos de restauro destinados à substituição do empalhamento de cadeiras. A artesã garante ainda que tem efetuado apenas a substituição do empalhamento para particulares, já que a aplicação desta técnica em mobiliário novo, saído de fábrica, cessou com a crise do início do século XXI.

Por outro lado, a natureza da relação de trabalho, em regime domiciliário e sem registo de atividade, torna praticamente impossível conhecer o número exato de mulheres que continuam a exercer estes ofícios. Os contactos “boca a boca” e as entrevistas a estas mulheres afigura-se, atualmente, como o único meio de conhecer um passado idêntico para quase todas elas. Desde tenra idade, e em simultâneo com a breve passagem pela escola, estas mulheres aprenderam a trabalhar com o ouro, a prata ou a madeira, por vezes experimentando as duas matérias, mas fixando-se depois num dos ofícios. Em casa, observando a mãe ou as irmãs mais velhas, na rua, onde pequenos grupos se reuniam e trabalhavam ao despique nos meses mais quentes de verão, em casa de uma tia, prima ou vizinha, a aprendizagem partia primeiro da observação e depois de pequenos testes de aplicação.

Embora seja evidente o interesse gradual dos particulares na renovação da “palhinha” no mobiliário, existem dificuldades que devem ser superadas. Entre essas, destacamos a substituição dos padrões antigos e a ausência da passagem do conhecimento da técnica para as novas gerações. Os padrões antigos – francês (**fig. 5**) e teia-de-aranha – estão a ser preteridos por padrões mais simples (**fig. 6, 7, 8**) com o objetivo de economizar no tempo de execução e na redução drástica do emprego da matéria-prima, cujo preço atingiu valores exorbitantes no mercado. Já a passagem do conhecimento às jovens adolescentes encontra-se estagnada. Esperamos que renasça a procura da palhinha no mobiliário, num futuro próximo, pois só assim será possível avivar o interesse desta prática artesanal entre as mais jovens, permitindo que estas adquiram o conhecimento oralmente através das artesãs experientes, tal como no passado. Caso contrário, a “palhinha” desaparecerá em Gondomar com a partida das últimas artesãs detentoras deste ofício.

No tocante à CIF, a contemporaneidade veio alterar drasticamente as dinâmicas da participação feminina nesta fábrica. O número de mulheres a trabalhar reduziu consideravelmente e, hoje, restam apenas seis. Elas concentram-se na secção de fundição, trabalhando na macharia ou na rebarbagem. Existem ainda duas mulheres a trabalhar no escritório, cumprindo funções administrativas. Importa, no entanto, ressaltar que não foram somente as mulheres que “desapareceram” na CIF. A operação que contava com centenas de funcionários funciona hoje com cerca de trinta, demonstrando-se as drásticas alterações na procura de objetos em ferro fundido.

Na ourivesaria, grande parte das “enchedeiras” que continua a trabalhar na atualidade refere já não exercer a atividade pelo dinheiro, cuja remuneração continua a ser muito baixa. Esta realidade retira às mais jovens o interesse em aprender esta profissão e as próprias mães afastaram as filhas desta atividade, incentivando-as a exercer outro ofício: “agora uma moça quer ter um trabalho, quer ter os direitos, porque a gente não tinha direitos nenhuns”, tal como testemunha Lucinda Ribeiro¹⁴⁷. As que continuam a trabalhar afirmam que o fazem agora como um modo de se entreter, de ocupar os tempos livres ou por “paixão a esta arte”, nas palavras de Elsa, uma arte que aprenderam a amar e que agora lhes faz companhia “quando est[ão] sozinhas”, que preenche o vazio nas horas de solidão¹⁴⁸.

¹⁴⁷ De acordo com a enchadeira Lucinda Ribeiro, no testemunho constante no documentário “Eu nasci para a filigrana”, produzido pela CMG no âmbito da candidatura a PCI (ainda não disponível).

¹⁴⁸ Segundo a enchadeira Elsa.

Fontes

Arquivo Municipal de Gondomar [AMG]

AMG. *Testamento de 1838, Gondomar*, Liv.4, n.º26, fl. 54v

Arquivo Distrital do Porto [ADP]

ADP. Registos Paroquiais Valbom. *Registo de casamento n.º 9*, 1900, fol.9f

ADP. Registos Paroquiais Valbom. *Registo de casamento n.º 13*, 1908, fol. 13f

ADP. Registos Paroquiais Valbom. *Registo de batismo n.º 286*, 1907, fol. 143v

ADP. Registos Paroquiais Valbom. *Registo de batismo n.º 72*, 1909, fol. 36v

ADP. Registos Paroquiais Valbom. *Registo de óbito n.º 144*, 1908, fol. 36v

ADP. Registos Paroquiais Fânzeres. *Registo de batismo n.º 80*, 1903, fol. 40v

ADP. Registos Paroquiais Fânzeres. *Registo de óbito n.º 39*, 1903, fol. 10v

Bibliografia

ARCHEEVO. (s.d.). Nota Biográfica: Borges, Mário de Sousa Drumond. Acesso em 08 de 2022. Url: <https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=666083&detailsType=Description>

BARROS , A., & Viseu, J..1942. *Anuário do Comercio do Porto e seu Distrito*. Porto: Manuel Pinto de Sousa Lelo.

BARROS, A. d.. 1904. *Anuário do Comércio do Porto para a cidade do Porto, Gaia e demais concelhos do distrito*. Porto: Imprensa Moderna.

BRANDÃO, D..1984-1987. *Obra de talha dourada, ensablagem e pintura da cidade e na diocese do Porto*. Porto: Manuel Pinho de Sousa Lelo.

BRANDÃO, D.1984-1987. *Obra de talha dourada, ensablagem, e pintura da cidade e na diocese do Porto* (Vol. II). Porto: Oficinas Gráficos Reunidos.

CARDOSO, C. 2019. *Entalhes com tradição: Marcenaria e ofícios similares em Gondomar*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CARDOSO, C. 2021. Entrelaces artesanais: a técnica da “palhinha” [Rejilla] no mobiliário. *Res Mobilis. Revista internancional de investigación en* , 10(13), pp. 279-302.

CATÁLOGO, C. 1931. *Máquinas Industriais e Material Agrícola*. Vila Nova de Gaia: Rocha & Irmão, Sucr..

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, C. e. 1881. *Inquérito Industrial de 1881. Inquérito Direto. Segunda Parte. Visita às fábricas*. Lisboa: Imprensa Nacional.

OLIVEIRA, C. d. 1979. *O Concelho de Gondomar: apontamentos monográficos* (Vol. II). Porto: Imprensa Nacional.

ROCHA PEIXOTO, A. 2011. *As filigranas [Fac-símile da separata “As filigranas”, publicada em 1908 na revista “Portugália”*. Porto: UCE.

SOUSA, G. 2012. *Dicionário dos ourives do ouro, cravadores e lapidários do Porto e Gondomar (1700-1850)*. Porto: Universidade Católica Editora.

- VASCONCELOS, J. (15 de 11 de 1883). “Exposição de Ourivesaria e Joalheria Nacional - V.” In *O Comércio do Porto*.
- VISEU JÚNIOR, I., & Guimarães, A. 1945-1974. *Anuário do Pôrto Santos Viseu: (comercial, industrial e burocrático) para a cidade do Pôrto, Gaia e Matosinhos e restantes concelhos do distrito*. Porto: António dos Santos Guimarães.
- VISEU JÚNIOR, I., & Guimarães, A. (1950). *Anuário do Pôrto Santos Viseu: (comercial, industrial e burocrático) para a cidade do Pôrto, Gaia e Matosinhos e restantes concelhos do distrito*. Porto: António dos Santos Guimarães.

Crafting Professionalism: Victorian Women Writers and the Decorative Arts

Patricia Zakreski¹⁴⁹

By the second half of the nineteenth century, there was no question that women writers could be considered professionals. In a chapter on “Female Professions” in *A Woman’s Thoughts about Women* in 1858, the writer Dinah Craik noted how, by the late 1850s, women writers were “entering boldly on the literary profession, and pursuing it wholly, self-devotedly, and self-reliantly, thwarted by no hardships, and content with no height short of the highest” (51). The publication of Elizabeth Barrett Browning’s epic poem *Aurora Leigh* in the previous year is the proof she provides for this assertion, but the success of women writers in the literary profession was much bigger than the achievements of exceptional women or individual ‘geniuses’. Authorship was a career in which, she asserts, “we meet men on level ground—and, shall I say it?—we do often beat them in their own field” (50). Craik sets out to explain a new breed of women writers who are not the rare geniuses like Barrett Browning spurred by intellect or vocation, or women of leisure who write for amusement or fame. “The days of bluestockings are over,” she proclaims (56). Instead, Craik describes a different class of writers who, like herself perhaps, are “neither ‘geniuses’ nor ordinary women” (51). These are the professionals, the women whose names fill the library catalogues, the publishers’ lists, and the weekly and monthly periodicals. They are women who are fully engaged with the commercial side of authorship, which involves not just participation and success in the literary world, but sustained and committed work, a perception of themselves as “fair and honest competitors” (49) in the literary marketplace, and a realistic understanding of the economic value of their labour and their writing.

This chapter explores the strategies used by the type of writer Craik describes to counter what was a growing distinction in the second half of the century between the writers who were considered ‘professional’ and those that were considered ‘literary’ or ‘artistic.’ Though focussed on women work-

¹⁴⁹ Department of English and Creative Writing, University of Exeter. Email: p.zakreski@exeter.ac.uk

ing in Britain, this chapter addresses a common problem experienced by many working women in the nineteenth century and beyond - how to establish a professional and artistic identity within the demands and limitations of gendered social formations. Women writers in the nineteenth century, like many women working in any artistic field, had to contend with the association of the feminine with the domestic, the popular, and the everyday, an association that was often used to minimize their artistic and professional achievements. Take for instance Eric Robertson's claim in his 1883 collection of critical biographies entitled *English Poetesses*, where he declared that "children are the best poems Providence meant women to produce (xiv)." Bound by their "domestic mission," Robertson explains, "no woman has equalled man as a poet" (xv). This chapter focuses on one strategy used by professional writers who were primarily associated with the writing of popular, domestic fiction, but who also wanted their work to be taken seriously, to bridge the gap between the popular, the professional and the artistic. The term 'crafting professionalism' in the title of this chapter is intended to highlight the way that this strategy drew on the conventional female activity of domestic craftwork to link their work to emerging theories of the decorative arts and the forms of making associated with them. Focussing specifically on feminine craft of patchwork, this chapter demonstrates how women writers worked to transform work associated with the feminine and the everyday into forms of art.

For women working as professional writers, emphasis on the work of writing was a common strategy employed to distance themselves from the association with amateurism that had dominated discourse about women's writing in the early decades of the century. "Many women published only occasionally and were minimally paid if at all," Linda K. Hughes notes. "Professional women writers, in contrast, wrote steadily for pay, often across multiple genres, and supported themselves through their work" (2018, 56; see also Hartley 2018). Recent scholarship has sought to fill out the landscape of the literary world in which Victorian woman writers forged these professional careers (see for instance Gavin and Oulton 2020; Hughes 2018; Peterson 2015; Scholl and Morris 2020). Women writers' contribution to the periodical press has been one particular area of interest in studies of the professional woman writer because, as Joanne Shattock notes, the periodical press gave women the opportunity to gain experience in a range of types of writing, developing an "extended repertoire [that] was, in part, what made them 'pro-

fessional' in the eyes of their contemporaries" (2015, 30). Such work gave women experience in dealing with the material conditions of authorship, the negotiations with publishers and editors, considerations of wages, and the value of fame and a reputation in attracting a readership, learning lessons that taught them, as Craik (1858) counselled, to "rate ourselves at no ideal and picturesque value, but simply as *labourers*" (49).

Attention such as this to the business side of authorship became the mark of the professional author in the middle of the century, with issues of money, finance, business and professional opportunities coming to dominate women's writing by the 1870s (Gavin and Oulton 2020, 13). Women writers, the poet and dramatist Augusta Webster noted in 1879, didn't just write novels, but were engaged in "The Novel-Making Trade." At the heart of this trade is the type of novel that Webster describes as "light literature," the three-volume domestic novel that proved popular with the public and was the staple of one of the most important consumers of novels, Mudie's Circulating Library. Likening the domestic novel to the railroad and the sewing machine, Webster describes this genre as a modern invention that was transforming women's opportunities to develop a professional career and earn a living. "Women are its chief manufacturers," she argues of the domestic novel, noting that, "the novelist's career ... is undeniably a 'woman's sphere', [and], unlike 'women's spheres' generally, it is one in which money can be made" (188, 189). Domestic realism was the most successful genre of the novel by the 1870s, so much so, that it became almost synonymous with the novel in the middle decades of the century (Colby 1974). Often written by women and for a primarily female readership, it took the details and incidents of everyday middle-class life as its subject matter. "The domestic experiences which form the bulk of women's knowledge finds an appropriate form in novels," *The Westminster Review* noted in 1852 ("The Lady," 133). Such judgments encapsulate both the value of the domestic realist mode, and the primary critique levelled at it. While domestic realism was the main genre that put female experience and the female character at the centre, the sense that middle-class domestic life was merely reproduced in its pages could lead to the charge that the novel was a thoughtless mechanical copy rather than the result of a creative talent. Experiences seem to 'find form' almost accidentally in this type of novel rather than being consciously created and shaped by the 'imaginative' author.

This judgment of the domestic novel was also shared by Webster, who describes light literature as the product of the “reproductive” rather than the “creative imagination.” Like Craik, Webster distinguishes between the literary genius who is gifted and inventive and the professional writer who is engaged in the novel-making trade and making money from her work. The literary genius, Webster argues, has a special aptitude that enables her to start a “new style of novel,” while the professional has a “fluent pen” that is able to produce competent stories at a regular rate to “supply popular demand” (1879, 192). In distinguishing between the literary genius and the professional writer, Webster was participating in a broader debate around the status of the novel as a literary form that coincided with the development of the Aesthetic novel in the later decades of the century. This debate, which came to be known in the 1880s as the “Art of Fiction” debate, had been brewing since at least the middle of the century, but became more prominent after Walter Besant’s 1884 Royal Institution lecture of the same name in which he argued for the legitimacy of fiction-writing as an art form. “I desire, this evening,” Besant bluntly began his lecture, “to consider Fiction as one of the Fine Arts... worthy to be called the sister and the equal of the Arts of Painting, Sculpture, Music, and Poetry” (1884, 3). While poetry had long enjoyed elevated cultural status, the novel received little aesthetic support until the later decades of the nineteenth century when the Art of Fiction debate prompted comments from a wide range of writers of the day, including writers such Robert Louis Stevenson, Andrew Lang, Vernon Lee, and Margaret Oliphant, to name just a few, though the most famous response came from Henry James, who published his own “Art of Fiction” in *Longman’s Magazine* a few months after Besant’s lecture (see Spilka 1973). Though positions on what constituted the art of the novel differed, the debate put the aesthetics of fiction at the centre of cultural discourse and helped drive what is described by Linda Peterson (2009) as the “ever-increasing split between popular fiction and high art” (8) in the later decades of the century.

Peterson (2009) notes how two distinct authorial subjectivities emerged from this split, the “literary artist” and the “professional writer”. All fin-de-siècle authors, she notes, had to position themselves in relation to these two constructs and the aesthetic and economic sides of authorship that they represented. While all writers, whether male or female, needed to consider their authorial persona in relation to these constructs, these negotiations were particularly complex for women writers who had to simultaneously “enter

new arenas and tackle high-culture genres, but also to stake their claim to distinguished achievement” (58). Webster’s article is a good example of the complexity of this process of self-definition for women writers. As primarily a poet and a female Aesthete, Webster presumably sees a contrast between herself and the writers earning a living in the novel-making trade, but it is also the case that the essay itself is a product of Webster’s engagement in the business of the literary profession. Originally published as part of a regular series of articles that appeared in the periodical *The Examiner* from October 1876–September 1878, “The Novel-Making Trade” was later republished with a collection of these columns in a volume titled *A Housewife’s Opinions*. The sole purpose of the collection, was to make more money from them, with Webster convincing Alexander Macmillan to issue the volume against his commercial judgement (Rigg 2009, 173). Though the essays and the volume were critically well received, the volume did not sell, a situation that Webster’s biographer Patricia Rigg notes was common for Webster, who was respected by her literary colleagues but wasn’t able to achieve the popular and economic success seemingly enjoyed by the writers of light literature (2009, 29). Webster may have identified herself more as a literary artist than the professional writer, but she was also someone who was often in need of money, and while she was able to earn a little from her aesthetic poetry and drama, she often found herself needing to supplement this limited income with more popular writing. As she explained in her conclusion to “The Novel-Making Trade,” “[W]omen must live,” (1879, 192) and, like the writers of light literature, Webster was well aware of the ways in which writers might need to find a compromise between writing for art and writing for money.

In the earlier part of the century, one of the most pressing issues for women writers was the need to balance their authorial work with their domestic responsibilities. By the later decades, though, the main concern had shifted for writers like Webster and Craik, and the more difficult question became how to negotiate the split between the literary artist and the professional writer. Peterson (2009) has demonstrated how, by the later decades of the century, the conceptual category of the “woman of letters” was a model of authorship that enabled women writers to merge Romantic models of literary genius with the business side of professional authorship. But the emerging discourses of the “art of fiction” complicated access to the category of “literary artist” for women whose authorial reputation was closely connected with the popular, profitable and ubiquitous three-volume domestic novel. The

dominance of this genre, and its close association with female writers, the everyday, and the domestic led to the perception that the novel was a form that was just written, not 'designed', that it didn't have, in Henry James's words, "a theory, a conviction, a consciousness of itself behind it – of being the expression of an artistic faith, the result of choice and comparison." It conjured instead, James suggested, the "comfortable, good-humoured feeling" that "a novel is a novel, as a pudding is a pudding" (1884, 502).

The domestic novel, though, wasn't alone in its association with such homely, humble fare. When Besant opened his *Art of Fiction* lecture with comparison to the 'sister arts' of poetry, painting, sculpture and music, he highlighted not just the secondary status of the novel within the hierarchy of the post-Enlightenment aesthetic order, but also made clear the status given to painting and sculpture over other forms of the visual and plastic arts. Alongside the three-volume novel, and somewhere in between the fine arts and the non-arts was a range of other artistic activities that were known by a number of names including the applied arts, the mechanical arts, the art-industries, the minor arts, the arts not fine, and the decorative arts. Though known by this range of terms, these were all forms of creative work that the Arts and Crafts illustrator and designer Walter Crane described as "the art of the people, the art of common things and common life" ([1892] 2000, 179). I have chosen to use the term decorative arts, following Isabelle Frank, as a "shorthand way of referring to all arts that, under various labels from the eighteenth century on, were excluded from the category of the fine arts (music, poetry, architecture, painting, and sculpture) but were nonetheless seen to possess their own distinctive artistic properties" (2000, xi). What comprised these distinctive artistic properties was the subject of extensive discussion in the second half of the century. Cultural movements such as Design Reform and Arts and Crafts emerged as practitioners and critics sought to produce a coherent "theory" of the decorative arts led by figures such as John Ruskin, Henry Cole, Owen Jones and William Morris. Though opinions among proponents differed, the discussions that flourished in the second half of the century centred around questions about the function of the art object and the uses of beauty; the techniques and materials that were used to produce it; and the principles of ornamentation and the rules of good design. Taken together, these theoretical discussions were an attempt to craft a shared sense of the artistic nature of the decorative arts that recognised its

distinctiveness from the fine arts while asserting its status as a serious form of artistic creation.

This article is part of a larger project that explores the correspondences between the decorative arts and the novel in the second half of the nineteenth century as authors turned to the decorative arts as a way of negotiating their authorial subjectivities as producers of a popular and commercial object at a time when there was a growing tendency to consider the novel as a serious form of art. Writers turned to the decorative arts for the language, methods, and principles for constructing a form of professional creative labour that produced objects designed for a popular audience and commercial market while also following respectable artistic principles, countering James's depiction of the domestic novel as having no design and no theory. In exploring how these issues of form, technique, and aesthetics are reflected in and shape the Victorian novel, my approach shares much in common with other interart studies that have traced comparisons between authorship and other forms of art in nineteenth century fiction (Andres 2005; Byerly 1997; Dehn 2013; Evangelista and Maxwell 2010; Hagan and Wells 2008; Losano 2008; Yeazell 2009). Writers often looked to media such as painting, sculpture, and music as what Mack Smith (2012) terms a "reflexive tool" that they used to position their work within contemporary aesthetic debates. Taking Emile Zola as his example, Smith argues that Zola uses the painter-figure as the means through which he defines his own aesthetic principles as a novelist and asserts his own "creative vision" for literary art (244). The painter-figure in the Victorian novel, and particularly the male painter, was often used by novelists in this way to define their individual artistic principles, "articulating not simply writers' large-scale aesthetic and social opinions but their literary theories as well" (Losano 2008, 7). Depictions of the arts and the artist in the Victorian novel were often the means through which writers explored a range of aesthetic questions including discussions regarding literary style and form, the status of the author, and the nature of representation. The painter-figure's focus on aesthetics allowed authors to think about literary work in terms that ignored the material conditions of production by asserting their affinity to the ideal of the Romantic genius, a figure of the sublime visionary whose talent was supposedly inborn not learned, whose work was seen as original rather than mimetic, and whose imagination was divinely inspired. The construct of the literary genius, as David Higgins notes, positioned the artist outside mainstream bourgeois culture, emphasising an

“inevitable separation, perhaps even antagonism, between great writers and normal people” (2005, 10).

In looking at the figure of the decorative artist instead of the painter, though, I am focussing on a different model of artistic work, one that sought to explain and defend the aesthetic legitimacy of creative work that engaged with the popular, the domestic and the everyday. As the Arts and Crafts designer and theorist William Morris argued, it was the function of the decorative artist to bridge the gap between art and so-called ‘normal people’. This gap, Morris explains, was generally filled by commercially-driven manufacturers and salesmen who encouraged the public to desire novelty rather than beauty. The decorative artist, though, had the power to intervene in this degradation of popular taste by creating what Morris calls “intelligent popular art” that would make beauty the fashion rather than novelty, educating the public and shaping their taste. As Morris notes, “The decorative painter, the mosaicist, the window-artist, the cabinet-maker, the paper-hanging-maker, the potter, the weaver, all these have to fight with the traditional tendency of the epoch in their attempt to produce beauty rather than marketable finery, to put artistic finish on their work rather than trade finish” ([1889] 190, 134-5). The model Morris advances here of the mosaicist, the potter, or the weaver as an artist working in a popular medium is a clear demonstration of the importance that the figure of the decorative artist could hold for writers of light literature working in the “novel-making trade.” Though Morris speaks of, and to, the male craftsman, the figure of the decorative artist was of particular use for women writers who were interested in exploring the same range of aesthetic questions that animated the analogy between the painter and the author, but to do so in terms other than the masculine-framed high-art discourses more often associated with painterly genius.

The decorative arts were useful for women writers as more than a means of asserting the aesthetic quality of everyday art. As Frank notes, the term decorative arts “indicates an artistic activity (weaving) as well as a product of an activity (pottery)” (2000, 1). Much of the discussion around both the theory and practice of the decorative arts set out to define what this artistic activity consisted of, how it could be taught, how it differed from the mode of creative activity associated with the fine arts and the mode of creation attributed to genius. This final distinction was explained by the designer and teacher Lewis Forman Day in his textbook for pattern designers titled *The Anatomy of Pattern* in which Day writes:

The popular idea of the process of ornamental design is, that the artist has only to sit down before a piece of paper, and, like a spider, spin out the fancies that may crowd his fertile imagination. Indeed, there is scope in design for all his fancy; but he is no Zeus that ornament should spring, Athena-like, full-grown from his brain. Ornament is constructed, patiently (I will not say laboriously, for the artist loves the labour), patiently built up on lines inevitable to its consistency...” (Day 1887, 3)

The type of artistic production described by Day and contained within the model of the decorative arts was one which combined creativity with a mastery of technique, hard work and careful planning. Rather than emulating a model of the spontaneous creation that springs fully-formed from the god-like mind of the genius-artist, the creative labour needed to craft the decorative art object involved the deliberate, laborious, and perhaps even a somewhat mechanical working out of a design. As I have discussed in more detail elsewhere (Zakreski 2020), Charles Dickens famously ascribed this model of creative labour to the work of the novelist in the postscript to his last completed novel, *Our Mutual Friend*, when he used the metaphor of weaving to describe the process of writing the multiplot novel. In Dickens’s description, the novel is likened to a tapestry; the individual story lines are the threads of the tapestry; the connections between them are the design, and the author working it all together is the “story-weaver at his loom” (1865, 2: 308). For Dickens, the figure of the story-weaver was a means through which he asserted the artistry of the writer, particularly against the charges often levelled at the multiplot novel that it lacked artistic vision and coherence. It was the multiplot novel like this that Henry James famously referred to as “the large loose baggy monsters” (1908, 1:x) of Victorian fiction that lacked the sense that they were designed by a conscious artist making aesthetic choices. Like the painter for Zola, the weaver was a figure through which Dickens asserted his creative vision for his literary art, but in associating this vision with the work of the decorative rather than the fine artist, he emphasises, as Day had done, not just the object the author makes, the novel, but the process through which the aesthetic object is made. In Day’s explanation of the work of the pattern designer, he focuses on the method in which the decorative artist works. As ornament is built, patiently and laboriously, line by line into a consistent and complete pattern, so too is the story woven, sentence

by sentence, incident by incident, into, in Dickens's term, "a whole pattern" (1865, 2: 308).

The method of creative making that both Dickens and Day describe is one in which different elements, whether they are lines or forms or threads or sentences, are pieced together into a complete and harmonious art object. Dickens uses the metaphor of weaving, but a more general term for this form of making is tessellation. The term tessellation was primarily used in the nineteenth century to refer to mosaic, where the individual pieces of stone, glass or tile are known as tesserae, but more generally tessellation describes the creative method in which objects are created through the assemblage of parts and pieces. In the nineteenth century, tessellation was a type of artistic making that was closely associated with women's handicraft work. Shellwork, scrapbooking, quilling, potichomanie, filigree work, and decoupage to name just a few, were all forms of craftwork practiced primarily by women that were created by the assemblage of bits and pieces of fabric, glass, paper or other materials into an ornamental object. So common was the production of these types of crafts that tessellation itself came to be seen as a feminine aesthetic form (Classen 2005). Perhaps the most famous association between the feminine and the aesthetic of tessellation was expressed by the art and cultural critic John Ruskin in his 1865 essay "Of Queen's Gardens" when he argued "the woman's ... intellect is not for invention or creation, but for sweet ordering, arrangement, and decision" (1908, 69). Judgments such as Ruskin's pitted the creative attributes associated with fine art and high culture against the mechanical processes involved in works produced using tessellation techniques and linked tessellation with the domestic, the sentimental and the feminine ideal.

Such associations were further strengthened through the popular conception of what was one of the most common tessellated crafts, patchwork. Patchwork, or the practice of making blankets, rugs, or other decorative coverings from cuts and scraps of fabric that were pieced together to form a complete object, had long been a popular pastime for women of all classes to the extent that the art historian Mary Merrifield could make the somewhat exaggerated claim in her 1855 survey of women's handicrafts for *The Art Journal* that "there is perhaps no kind of work which has maintained its popularity for so long a period as *patchwork*" (39, emphasis in original). As a craft, patchwork was often considered one of the most haphazard, least artistic and least skilled. Patchwork, Merrifield lamented, was a form "in which

gaudy colours and variety too often supply the place of harmonious and elegant design” (1855, 39). Before 1850, patchwork was more often considered a form of plain sewing – practical rather than decorative work, the *métier* of the thrifty housewife who could refashion the scraps of used, worn out, or outmoded domestic textiles into new, if aesthetically-limited, useful objects (Ledbetter 2012, 50). Economy, Merrifield noted, was usually at odds with beauty in the majority of patchwork examples, where “the industry of the worker is more apparent than her taste” (1855, 39).

Through its historical associations with domestic economy, haphazard construction, and female labour, patchwork came to signify a complicated form of creative making for women writers. From the 18th century onwards, patchwork had often been associated with writing through forms like the miscellany. Volumes that brought together personal anecdotes, recollections, snippets, or collections of verses often included the word patchwork in the title, such as the naval captain Basil Hall’s *Patchwork* (1841), a collection of his various travel adventures, or Frederick Locker’s 1879 volume *Patchwork*, a commonplace-book of paragraphs and extracts from various authors, in prose and verse; or Jane Vaughn Pinkney’s *Patchwork Poems and Antediluvian Rhymes* (1855). Patchwork itself was also often imagined as a narrative object, with viewers able to read the story of a family’s history through the individual fabric pieces. The poet and critic Rosamund Marriott Watson, for instance, describes the narrative function of patchwork in her poem “The Patchwork Quilt,” where her aged protagonist narrates her family’s history through the squares of the patchwork she has been constructing through the whole of her married life. The quilt contains fabric from her wedding dress, the clothing of her children when they were young, the coverlet that covered her daughter’s sickbed before her death, and the dress she was wearing the day her husband, who was presumed drowned at sea, returned alive: “And there is not a patch but tells, as plain as printed line,/ Of the steps that have passed away, and the happy days long syne” (1891, 6). Similarly, in the story “A Patchwork Quilt,” published in *Bow Bells* in 1890, Olive and her fiancée Harry Martin spend hours having “lovers’ chat” while cutting out butterflies and roses from an old chintz fabric. Olive admires Harry’s skill with the scissors, while Harry cherishes any object touched by Olive’s needle. The quilt itself comes to signify their domestic happiness, and the story closes with their youngest child being entertained by the pictures that decorate the quilt. This quilt, though, tells more than the story of Olive and Harry. The fabric

had been a dress worn by Olive's Aunt in her youth, and in all patchwork quilts, the narrator suggests, one can read women's histories through the fragments and scraps of material that remain. She remembers the lessons she was taught from the patchwork quilt that sat on her bed and her mother telling her: "That's a piece of your first coloured dress; that I had when I was a girl; that was your grandmother's morning-gown; that is a piece Miss S— gave me" (M.K.D. 30). In such stories patchwork becomes a document, a type of writing that tells the story of women's lives and forms the historical record of the female, domestic and everyday life of the family. May Morris, William Morris's daughter, noted in 1893, that these quilts "form a charming and pathetic record of our grandmothers' girlhood and courtship" (63).

The analogy between patchwork and writing highlighted here makes manifest the way in which women authors in this period saw domestic handicraft as, in Talia Schaffer's terms, "one of the most immediate and naturalized metaphors for writing" (2011, 20). Schaffer's articulation of what she terms the "craft paradigm" has remarkably demonstrated how central craft and a craft aesthetic was to the mid-Victorian realist novel. For women writers specifically, it "was the standard against which women's writing was constantly compared" as readers and critics turned to the metaphors and language of handicraft in discussions of women's authorship (2011, 21). However handicraft's primary association with domestic work, with amateur and mimetic forms of creativity, and with the experiences of the everyday led many women writers to experience, in Schaffer's words, "a complicated combination of hostility and identification" when it came to this comparison (2011, 21). Such distinctions often led women writers to denounce patchwork as old-fashioned and thoughtless busy-work that represented conventional gender roles best left in the past. Urged by her mother to pick up her patchwork "like a little lady," George Eliot's Maggie Tulliver complains, "It's foolish work ... tearing things to pieces to sew 'em together again" (1: 15). Similarly, May Kendall, in her poem "Women's Future" associates handicraft, particularly patchwork, with the past and with empty and thoughtless activity. "Can patchwork atone for the mind's inanition?" she asks, before predicting that "Woman's Future" will see the end of such useless activity, warning those who practice such busy work that: "In antimacassars the world you may smother/But intellect marches o'er them and o'er you" (1887, 38, 39). Kendall's critique was one that was often levelled at handicraft in general and patchwork in particular – that it was a thoughtless enterprise completed

by rote and that it lacked, in James's words, a sense of it being designed; that it was the result of circumstance and chance rather than "choice and comparison"; and that, like the domestic novel, it was a reproductive rather than a creative activity. This is particularly true of certain forms of patchwork, such as 'crazy' patchwork, a form that Averil Colby explains "does not require great skill in stitching or in planning a piece of work" (185).

Efforts were made in the later decades of the century, though, to reconsider the artistry of patchwork. Even Merrifield, who judged that patchwork "has too frequently no other recommendation" than economy, admitted that "some very beautiful geometrical designs are *occasionally* to be seen executed in this kind of work" (1855, 39, emphasis in original). Written in the early years of the Design Reform Movement, Merrifield's article is a direct attempt to apply the theoretical discussions happening around the decorative arts to raise the aesthetic standard of women's craft work. As Merrifield explains, it is her intention to set out "in popular language the rules of Decorative Art in their application to fancy-work" (1855, 41). Though other textile arts such as weaving and embroidery were more easily redefined as art, patchwork, with its materials derived from the scraps, remnants and relics of everyday life, was more constrained by the limitations of its form. Some writers on patchwork counselled their readers to be more judicious in their use of materials. The woman's fashion magazine *Le Follett*, for instance, advised in 1886 that "[T]he patches may be collected, not promiscuously, but with a definite aim. When collected they may be *sorted*, and sewn together according to a design, not a pattern; a design worthy to take its place as 'Art Needlework'" ("Patchwork," 103). Women were also encouraged to buy new fabric that could be cut up to make artistic designs. But regardless of the source of the materials, it was crucial, the *Girls Own Paper* argued, that "in whatever we attempt to produce care should be taken that in all parts, both as to material, design, and work, harmony be considered as essential" (Laybourn 1882, 340).

The focus on harmony and design in this advice highlights how patchwork came to be discussed within decorative art discourses, with the potential to be as much a form of art as an activity of sentiment and sewing. In its materials, patchwork also served as a record of aesthetics and fashion, a function made clear in the description of Olive's chintz fabric as a beautiful piece of cloth that shimmers like silk, a testament to a manufacturing process that could create such a fine fabric, with its glazed appearance still vibrant after so many years. But in its large and naturalistic pattern it is also a remnant of a style gone out of

fashion. “Fancy wearing such large patterns,” Olive exclaims (M.K.D. 30). The main motifs of the pattern, large and realistic butterflies, branches and roses, suggest that the fabric was made sometime in the 1840s, and though the pattern is old-fashioned, the main elements of it can be cut out and reassembled into a new and tasteful design. Olive rearranges the butterflies, branches and roses in alternating patches at the centre of the quilt, relieving the pattern with plain white squares and containing them all in a wide striped border. Such care and attention is taken in the making that it becomes the prettiest quilt in the family’s very well-stocked bedding store. This quilt is very clearly designed; it is not the haphazard construction of ‘crazy’ patchwork or of patchwork solely concerned with domestic economy. This is patchwork as decorative art, with one of its key aspects being the fact that it does have a centre, that it foregrounds beauty and harmony, and that it is carefully designed. May Morris differentiated between different sorts of patchwork, distinguishing between “pretty pieces of neat stitchery” and the distinctive form of what she called mosaic patchwork that “comes into the category of things artistic” (1893, 65, 64). But even the most sentimental domestic examples, she admits, might display an “elementary sense of geometric design and colour [and] sometimes clever arrangement” (1893, 65). The constraints of the form highlighted the particular skills needed by the female crafter. To produce a patchwork that was both domestic and decorative, economical and aesthetic, required great skill, careful planning, industrious labour, and a keen and developed aesthetic sense. Patchwork signified the ability for the creative woman to work with limited materials, to be bound by the constraints of economy and domestic experience, and yet to still produce beautiful and artistic work.

It was this perception of patchwork that made it a particularly useful model of artistic creativity for professional women writers who sought to make claims for the artistic merit of their work without claiming to possess literary genius. Augusta Webster attributed the success of the professional author in the novel-making trade to her proficiency in patchworking ways of creative production. The professional author’s ability to write quickly and successfully is made possible, Webster argues, by her facility for patchworking ways of making. The professional writer, she explains, dips into the stores of everyday episodes and incidents she has collected while engaged in her routine domestic tasks, which she then fashions into “new combinations of characters and circumstances” (1879, 192) when a novel has to be written. When the professional author sits down to write, Webster explains,

She has not a chapter's difficulty in acquiring the customary methods: she can button-hole her reader with asides... she can point her sentences with pathetic epigrams and pungent platitudes, and weight them with philosophic musings; she develops a tom-tit-like aptitude for snatching up shreds and hairs of unassorted learning, and weaving them in to line her work. (1879, 190)

The language of needlecraft is threaded through this explanation with terms such as “button-hole,” “weight,” and “point” that describe not only the writing techniques that come with ease to the professional, domestic novelist, but also the needlework skills that seem to have prepared her to do this work. Bobbins of philosophical musings assist the author in weaving sentences into new designs and add weight and texture to the writing. Readers are led to imagine stitches and fabric alongside sentences and thoughts as asides, epigrams and platitudes sit ready, waiting to be joined together in new variations like the motifs of Honiton part-lace¹⁵⁰. In this writing process, the ordinary scraps of everyday life are gathered, studied and organised into new patterns for novels, stitched together from these fragments like a patchwork quilt. The resulting novels, Webster mildly notes, are “not saliently inferior” (192) to the work of the genius author. Patchwork here is more than just a metaphor for women's authorship. It also becomes the means through which women writers without supposed genius or educational opportunities can learn the skills they need to write a successful novel.

The way Webster writes about patchwork encapsulates the ideological constraints creative women workers in the nineteenth century often encountered and the strategies they developed to navigate these. Often working within structures and forms that were associated with the domestic, the amateur, the popular, and the everyday, women working in these forms often sought a path to redefine this work within professional and artistic terms. The example of patchwork demonstrates how a specific path was forged by women writers who wanted to bridge the gap between the authorial identities of literary artist and professional writer. The application of decorative art principles to this most domestic and amateur form of work created a path through which women writers could make broader claims for the aesthetic value of their work

¹⁵⁰ For a discussion of lace motifs and part-lace practices see Teresa Perdigão paper, “The first generation of lacemakers on the island of Pico: An Industry Supported by Women” in this collection.

and for redefining what were seen as popular, feminine and domestic forms of work as a serious form of art.

Bibliography

- ANDRES, Sophia. 2005. *The Pre-Raphaelite Art of the Victorian Novel: Narrative Challenges to Visual Gendered Boundaries*. Columbus: Ohio State University Press.
- BESANT, Walter. 1884. *The Art of Fiction: A Lecture Delivered at the Royal Institution on Friday Evening, April 25, 1884*. London: Chatto and Windus.
- BYERLY, Alison. 1997. *Realism, Representation, and the Arts in Nineteenth-Century Literature*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CLASSEN, Constance. 2005. "Feminine Tactics: Crafting an Alternative Aesthetics in the Eighteenth and Nineteenth Centuries." In *The Book of Touch: Sensory Formations*, edited by Constance Classen. Oxford: Berg: 228-239.
- COLBY, Averil. 1958. *Patchwork*. London: B.T. Batsford.
- COLBY, Vineta. 1974. *Yesterday's Woman: Domestic Realism in the English Novel*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- CRAIK, Dinah. 1858. *A Woman's Thoughts about Women*. London: Hurst and Blackett.
- CRANE, Walter. 1892. "The Importance of the Applied Arts, and their Relation to Common Life." Reprint, *The Theory of Decorative Art: An Anthology of European & American Writings, 1750-1940*, edited by Frank, Isabelle, 2000. New Haven: Yale University Press: 178-83.
- DAY, Lewis. 1887. *The Anatomy of Pattern*. London: B.T. Batsford.
- DICKENS, Charles. 1865. *Our Mutual Friend*. 2 vols. London: Chapman Hall.
- ELIOT, George. 1860. *The Mill on the Floss*. 3 vols. Edinburgh and London: William Blackwood and Sons.
- EVANGELISTA, Stefano and Catherine Maxwell. 2010. "The Arts in Victorian Literature." *The Yearbook of English Studies* 40, no. 1/2.
- FRANK, Isabelle, ed. 2000. *The Theory of Decorative Art: An Anthology of European & American Writings, 1750-1940*. New Haven: Yale University Press.
- GAVIN, Adrienne E., and Carolyn Oulton, eds. 2020. *British Women's Writing from Brontë to Bloomsbury. Volume 2: 1860s and 1870s*. Cham: Palgrave Macmillan.
- GILMORE, Dehn. 2013. *The Victorian Novel and the Space of Art: Fictional Form on Display*. New York: Cambridge University Press.
- HAGAN, Sandra, and Juliette Wells. 2008. *The Brontës in the World of the Arts*. Aldershot, Hants, England: Ashgate.
- HALL, Basil. 1841. *Patchwork*. London: Edward Moxon.
- HARTLEY, Lucy. 2018. "Introduction: The 'Business' of Writing Women." In *The History of British Women's Writing 1830-1880*, edited by Lucy Hartley, 1-20. London: Palgrave Macmillan.
- HIGGINS, David. 2005. *Romantic Genius and the Literary Magazine: Biography, Celebrity and Politics*. London: Routledge.

- HUGHES, Linda K. 2018. "The Professional Woman Writer." In *The History of British Women's Writing 1830-1880*, edited by Lucy Hartley, 56-70. London: Palgrave Macmillan.
- JAMES, Henry. 1884. "The Art of Fiction." *Longman's Magazine* 4, no 23 (September): 502-21.
- JAMES, Henry. (1890) 1908. "Preface." In *The Tragic Muse*, 2 vols. New York: Scribner.
- KENDALL, May. 1887. "Woman's Future," In *Dreams to Sell*, 38-9. London: Longmans, Green, and Co: 38-9.
- "The Lady Novelists." 1852. *The Westminster Review*, 58, no 113 (July): 129-141.
- LAYBOURN, Mary. 1882. "A Chat about Quilts." *The Girls' Own Paper*, 3, no 113 (25 Feb): 340-1.
- LEDBETTER, Kathryn. 2012. *Victorian Needlework*. Santa Barbara: Praeger.
- LOCKER, Frederick. 1879. *Patchwork*. London: Smith, Elder and Co.
- LOSANO, Antonia. 2008. *The Woman Painter in Victorian Literature*. Columbus: Ohio State University Press.
- MERRIFIELD, Mary. 1855. "On Design as Applied to Ladies Work." *The Art Journal* (1 Feb): 37-41.
- M.K.D. 1890. "A Patchwork Quilt." *Bow Bells* 11, no 132 (11 July): 30-1.
- MORRIS, May. 1893. *Decorative Needlework*. London: J. Hughes.
- MORRIS, William. (1889) 1901. "The Arts and Crafts of Today. Being an Address Delivered in Edinburgh in October 1889." In *Arts and Its Producers, and The Arts and Crafts of Today: Two Addresses Delivered before the National Association for the Advancement of Art*. London: Longmans & Co.
- "Patchwork." 1886. *Le Follet: Journal du Grande Monde, Fashion, Polite Literature, Beaux Arts* & 40, no 483 (1 November): 103-4.
- PETERSON, Linda H. 2009. *Becoming a Woman of Letters: Myths of Authorship and Facts of the Victorian Market*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- PINKNEY, Jane Vaughn. 1855. *Patchwork Poems and Antediluvian Rhymes*. London: Charles H. Clarke.
- RIGG, Patricia Diane. 2009. *Julia Augusta Webster: Victorian Aestheticism and the Woman Writer*. Madison, N.J.: Fairleigh Dickinson University Press.
- ROBERTSON, Eric. 1883. *English Poetesses: A Series of Critical Biographies*. London: Cassell and Co.
- RUSKIN, John. (1865) 1907. *Sesame and Lilies*. London: J. M. Dent.
- SCHAFFER, Talia. 2011. *Novel Craft: Victorian Domestic Handicraft and Nineteenth-Century Fiction*. New York: Oxford University Press.
- SCHOLL, Lesa, and Emily Morris, eds. 2020. *The Palgrave Encyclopedia of Victorian Women's Writing*. Cham: Palgrave Macmillan.
- SHATTOCK, Joanne. 2015. "Becoming a Professional Writer." In *The Cambridge Companion to Victorian Women's Writing*, edited by Linda H. Peterson, 29-42. Cambridge: Cambridge UP.
- SMITH, Mack. 2012. *Literary Realism and the Ekphrastic Tradition*. University Park, PA.: The Pennsylvania State University Press.
- SPLILKA, Mark. 1973. "Henry James and Walter Besant: 'The Art of Fiction' Controversy." *NOVEL: A Forum on Fiction* 6, no. 2: 101-19.

- YEAZELL, Ruth Bernard. 2009. *Art of the Everyday: Dutch Painting and the Realist Novel*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- WATSON, Rosamund Marriott [Graham R. Thomson]. 1891. *The Patchwork Quilt*, London: Ernest Nister.
- WEBSTER, Augusta. 1879. "The Novel-Making Trade," In *A Housewife's Opinions*. London: Macmillan and Co.
- ZAKRESKI, Patricia. 2020. "The Writer and the Couturière: Authorship and Creative Industry in the 1870s." In *Fashion and Authorship: Literary Production and Cultural Style from the Eighteenth to the Twenty-First Century*, edited by Gerald Egan, 207-30. Cham: Palgrave Macmillan.

Mulheres trabalhadoras, Movimentos Operário e Feminista em Portugal (1850-1926)¹⁵¹

*Joana Dias Pereira*¹⁵²

Introdução

Este artigo resulta de uma investigação centrada na emergência do associativismo e dos movimentos sociais durante o longo século XIX, ou seja, desde o alvorecer da modernidade, com a revolução liberal, à crise do liberalismo, com a ascensão de um novo regime autoritário e corporativo. É neste quadro, e com as ferramentas teóricas próprias dos estudos sobre a evolução dos repertórios de ação coletiva, que se analisa o ativismo feminino. Para além da destacada participação no protesto popular contemporâneo, as mulheres trabalhadoras estiveram envolvidas em associações e movimentos vocacionados para a emancipação feminina. No entanto, no que respeita ao caso de estudo português, o seu papel é pouco conhecido em comparação com o ativismo das classes médias e das elites letradas. Ou seja, as mulheres trabalhadoras, duplamente subalternizadas pelo seu género e estatuto social, permanecem sub-representadas na investigação científica portuguesa.

Torna-se assim necessário compreender a ação coletiva feminina como um fenómeno conexo, procurando identificar e explorar as concatenações entre movimentos transgressivos – como greves ou levantamentos populares – e os repertórios mais institucionalizados – como o mutualismo, o cooperativismo, o sindicalismo ou o feminismo. Este artigo explora as ligações entre os movimentos operário e feminista desde meados do século XIX até 1926. Na esteira de outras investigações, como a de Selina Todd para o caso inglês, procurarei identificar as relações entre classe e género (Todd 2014).

Desde a tese seminal de Michelle Perrot (Perrot 1988), que apontava a exclusão das mulheres e da classe trabalhadora como temas históricos, tanto as mulheres trabalhadoras como as relações de género na esfera do trabalho

¹⁵¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (CEECIND/00764/2017)

¹⁵² Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. <https://orcid.org/0000-0002-4898-7073/joanapereira@fch.unl.pt>

(Scott 1993) tornaram-se um tema importante nos debates historiográficos à escala internacional. Procurando dar visibilidade aos repertórios de ação coletiva femininos, para além do movimento sufragista das classes médias, as historiadoras feministas têm analisado a ação política das mulheres trabalhadoras na esfera da produção e do consumo (Hunt 2000), bem como a relação tensional entre o movimento operário e as vagas de feminismo (Blewett 2019).

Para o caso português, no entanto, a ação coletiva das mulheres trabalhadoras tem sido largamente subestimada. Procurando elencar os principais vetores da história das mulheres e do género em Portugal, na impossibilidade de cobrir toda a produção historiográfica, Irene Vaquinhas opta por distinguir dois campos de estudo, o associativismo e a mobilização social. Divide-os, todavia, em duas tipologias estanques: “uma centrada em movimentos organizados, sobretudo feministas, com o objetivo de obtenção da cidadania e conquista de direitos cívicos e políticos; uma outra focada em manifestações informais e que se expressam sob diferentes formas de intervenção e de mobilização” (Vaquinhas 2019, 40).

A investigação sobre a primeira destas vertentes tem sido frutífera, privilegiando as organizações das mulheres das classes médias urbanas e das elites intelectuais. A mulher trabalhadora surge raramente como protagonista da ação informal ou transgressiva (Pereira 2014) e mais raramente em estudos sobre a sua participação no movimento associativo, destacando-se os trabalhos de Dulce Simões (Simões 2017) e Virgínia Baptista (Baptista 2014).

Muito recentemente foi elaborada a *História do Centro Nacional das Mulheres Portuguesas*, integrado no feminismo de primeira vaga, e designadamente membro do International Council of Women e da International Women Suffrage Alliance, liderado por mulheres na sua maioria das elites letradas, republicanas e maçónicas. Segundo Rosa Costa, as mulheres operárias e camponesas estavam ausentes do CNMP, escasseando ao longo da sua história as reivindicações relativas ao trabalho (Costa 2021). Verifica-se, contudo, que do primeiro congresso feminista, em 1924, para o segundo, em 1928, o trabalho feminino surge com crescente destaque, consagrando-se ao tópico cinco conferencistas neste último, o que denuncia uma inovação e conexões que é necessário compreender.

Por outro lado, globalmente, a reação conservadora à ofensiva dos movimentos sociais que marca o período entre guerras dirigiu-se simultaneamente aos trabalhadores e às mulheres (Hughes 2010). Nos contextos em que

esta reação deu origem a regimes autoritários, como Portugal, foi interrompido e reprimido um processo de crescente mobilização e reconhecimento das mulheres na esfera pública (Pereira 2020).

Em suma, a importância desta investigação reside no facto de o estado atual dos conhecimentos sobre a ação coletiva das mulheres trabalhadoras estar confinado por evidentes fronteiras de género, de classe e de escala, obscurecendo conexões entre diferentes movimentos e protagonistas, essenciais para compreender o seu papel nos processos complexos de mobilização que empoderaram as mulheres e a classe operária como sujeitos políticos durante a crise do liberalismo.

A mulher na emergência do movimento operário em Portugal

As evidências empíricas recolhidas revelam a precoce participação das mulheres no associativismo e a presença da reivindicação de igualdade salarial desde a emergência do movimento operário. Virgínia Baptista já estudou o protagonismo feminino na emergência do movimento mutualista, recuando a primeira tentativa de fundar uma associação exclusivamente feminina a 1852. Recorrendo aos inquéritos de Costa Goodolphim, em 1889, e de Guilherme Augusto de Santa Rita, em 1898, revelou-se que as mulheres somavam cerca de 20% dos associados a nível nacional, ascendendo o seu peso na capital a 31,42%. (Baptista 2014).

Não obstante, o associativismo popular teve o género como um dos principais fatores de exclusão. Segundo Costa Goodolphim, autor do primeiro levantamento das associações populares, em 1876, a principal razão para a exclusão das mulheres do movimento mutualista residia no facto das “moléstias” associadas à condição feminina, determinarem custos avultados para as associações (Goodolphim 1889). Por outro lado, mesmo quando aceites, as mulheres eram excluídas das assembleias gerais¹⁵³ ou não podiam eleger nem ser elegíveis¹⁵⁴. Eram raras as associações que asseguravam socorros nos partos, muito embora muitas os previssem relativamente às moléstias prove-nientes dos mesmos¹⁵⁵.

¹⁵³ Estatutos do Montepio Filantrópico Viseense, 1858

¹⁵⁴ Estatutos da Associação Fraternal Taboense, 1867

¹⁵⁵ Estatutos do Montepio de Nossa Senhora da Piedade, Tomar 1858.

No que respeita ao movimento sindical, não existindo dados estatísticos fiáveis, sabemos que as associações de classe de mulheres surgem logo após a legalização desta tipologia associativa, nomeadamente nas profissões tipicamente femininas, como as costureiras, lavadeiras ou parteiras¹⁵⁶. A imprensa operária, que precede a lei, dá conta que antes disso as mulheres já estavam presentes nas associações de resistência fundadas desde a década de 1870, no setor têxtil, tabaqueiro ou conserveiro, onde a mão-de-obra se tornou predominantemente feminina. Segundo *O Pensamento Social*, em 1872, “as operárias do fabrico do tabaco estão quase todas, senão todas, associadas. A classe de fiação e tecidos, também conta grande número de sócias!”¹⁵⁷.

A questão da discriminação salarial relativa ao trabalho feminino esteve presente desde o surgimento das primeiras associações artesãs fundadas no período liberal. No pioneiro *Ecco dos Operários*, em 1850, representante das primeiras associações mutualistas fundadas na capital, o dirigente histórico Francisco de Sousa Brandão insurgiu-se por:

uma mulher que trabalha o dia inteiro que tem as mesmas necessidades de sustento, de vestuário, de habitação que qualquer homem e ganhe a metade, um terço, um quarto, do seu salário é mais atroz do que quantas altas e baixas tem tido as mercadorias ou os fundos¹⁵⁸.

O Pensamento Social, órgão da Fraternidade Operária, a primeira federação de associações de resistência, fundada em 1872, veiculava profusamente as notícias relacionadas com a participação feminina no movimento operário internacional, na constituição de associações e na organização de greves¹⁵⁹. É também neste jornal que se noticiam as greves de mulheres no quadro do primeiro grande surto grevista em Portugal. Em outubro de 1872 relatava-se a greve das *aspadeiras* da Fábrica do Olho de Boi, em Almada, para reivindicar melhores salários e contra os maus tratos dos seus superiores, a qual foi secundada pelos operários tintureiros da mesma fábrica, que abandonaram o trabalho até as exigências das suas companheiras se-

¹⁵⁶ Associação de Classe das Costureiras de Lisboa (1895), Associação de classe das Costureiras e Ajudadeiras de Lisboa (1896), Associação de classe das Lavadeiras (1896), Associação de Classe das Parteiras (1897)

¹⁵⁷ “As operárias de Portugal”, *O Pensamento Social*, 8 de dezembro de 1872, p2.

¹⁵⁸ *Ecco dos Operários*, 6 de setembro de 1850.

¹⁵⁹ “Alemanha”, *O Pensamento Social*, julho de 1872; “Movimento de resistência: Inglaterra” *O Pensamento Social*, 14 de julho de 1872

rem respondidas¹⁶⁰. Em janeiro de 1873, no movimento vitorioso da classe de manipuladores de tabaco, que se inicia com o pedido ao dono da fábrica de Xabregas para admitir companheiros e companheiras sem trabalho, as mulheres desempenharam um papel de destaque, integrando uma comissão representativa¹⁶¹. Desde logo, destacava-se a questão da igualdade salarial, uma vez que “as companheiras da fábrica de Xabregas recusaram-se a manipular charutos por menos preço do que os homens”¹⁶².

No ocaso de oitocentos, quando se começa a debater a legislação protetora do trabalho feminino, os dirigentes operários contestam as propostas que apenas limitam os horários não interferindo na regulação salarial, argumentando-se que a proibição do trabalho noturno das mulheres apenas concorria para piorar a sua situação social enquanto se mantivesse a desigualdade salarial¹⁶³.

Não faltam exemplos, é certo, declarações e conflitos ao nível da base que espelham o receio da concorrência feminina na indústria e a conceção de que as mulheres não deveriam ingressar no trabalho fabril. No entanto, o discurso oficial dos dirigentes é no sentido de evitar a redução salarial através da reivindicação da igualdade salarial. O papel da mulher na família e enquanto trabalhadora independente era debatido nestes contextos, denunciando a participação feminina e a negociação destas conceções, revelando-se a necessidade da sua integração nas lutas reivindicativas e a eleição da exigência de melhores salários femininos como uma prioridade da ação coletiva. O Partido Socialista Português, fundado em 1875, inclui no seu projeto de programa transitório a exigência de “igualdade do tempo de trabalho e dos salários das mulheres e dos homens”¹⁶⁴.

A igualdade salarial era reivindicada também pelos dirigentes de diferentes classes em que dominava mão-se-obra feminina, como forma de combater a sobre-exploração e a redução salarial, como no caso da mobilização dos tecelões do Porto em 1882, que argumentavam:

A burguesia vale-se da fraqueza das mulheres introduzidas na arte, para as explorar imensamente e prejudicar os operários. Não digo

¹⁶⁰ “Fraternidade Operária em Almada”, *O Pensamento Social*, 6 de outubro de 1872.

¹⁶¹ “Movimento de resistência da classe de manipuladores de tabaco”, *O Pensamento Social*, ... 19 de janeiro de 1873, p1.

¹⁶² *O Pensamento Social*, 15 de fevereiro de 1872, p2.

¹⁶³ “Trabalho das Mulheres”, *O Protesto: periódico socialista*, 30 de agosto de 1885

¹⁶⁴ “Projeto de programa transitório do Partido Socialista em Portugal”, *O Protesto: periódico socialista*, outubro de 1876

isto porque seja de opinião que se negue o trabalho às mulheres mas porque prestando-se elas mais à exploração desmedida dos industriais, dá em resultado que o prejuízo é nosso. Se a mulher tem a competência, como tem, de trabalhar igual ao homem, pague-se-lhe como ao homem. A desigualdade do salário da mulher e do homem dá o desequilíbrio constante do mercado e a crise na indústria¹⁶⁵.

Ecos do “Socialismo Feminino” em Portugal

É também no seio da Fraternidade Operária, na sequência dos primeiros contactos portugueses com o movimento operário internacional, que o tema da emancipação feminina assumiu um lugar de destaque, graças às conexões entre o movimento operário e feminista à escala internacional. *O Pensamento Social*, que estabelecia a permuta com o jornal *A Esperança*, publicado em Genebra pelo comité central da Associação Internacional das Mulheres¹⁶⁶, defende a necessidade de

reconhecer a mulher como um ente ativo e inteligente, arrancá-la do vil abatimento em que a tem lançado os devassos e demagogos, dando-lhe a máxima liberdade, dispensando-lhe ao mesmo tempo a devida instrução, eis um dos elevados fins da Associação Internacional dos Trabalhadores¹⁶⁷.

Com efeito, já em maio de 1872, debatia-se no seio do movimento operário internacional o papel social da mulher, contrariando-se as teses segundo as quais esta deveria estar cingida ao espaço doméstico. No Congresso de Saragoça de 4 a 11 de abril de 1872, o conselho federal da AIT aprovou um parecer que criticava a tese apresentada no anterior congresso de Barcelona. Publicado em *O Pensamento Social*, este parecer veiculava que a proposta original era “inspirada de um sentimentalismo tradicional”, na medida em que defendia a emancipação da mulher do trabalho fabril, para que esta se dedicasse exclusivamente ao doméstico e à família. Pelo contrário, o conselho federal defendia que era o trabalho fora de casa o único meio de “pôr a mulher em condições de liberdade” e que não era a “concorrência das mulheres” que

¹⁶⁵ “À classe dos tecelões”, *O Protesto: periódico socialista*, 7 de setembro de 1882

¹⁶⁶ *O Pensamento Social*, abril de 1872

¹⁶⁷ *O Pensamento Social*, 5 de janeiro de 1873,

“perturbava as relações entre o capital e o trabalho”, mas o “monopólio que exerce a classe exploradora”. Os internacionalistas punham em causa a concepção de família tradicional, que relacionavam com a propriedade¹⁶⁸. Numa série de cinco artigos publicados entre maio e julho de 1872, é desenvolvidamente criticado o papel conferido à mulher na sociedade, designadamente a noção da exclusiva vocação para a esfera doméstica e o casamento, a legislação do casamento, a regulamentação da prostituição, entre outros tópicos do discurso feminista, sempre em relação com a sobre-exploração das mulheres na indústria¹⁶⁹.

É de realçar a crítica elaborada nas páginas deste jornal de inspiração socialista às concepções veiculadas pelo republicanismo contemporaneamente emergente, que continuavam a conferir à mulher um papel social distinto do homem, vocacionado para a família e a educação e que virá a marcar o feminismo de primeira vaga em Portugal. Entre outros exemplos, destaca-se um artigo não assinado em que o jornal operário critica um *Estudo Económico-social* de Magalhães Lima, por o grão-mestre da maçonaria não fugir, nesta questão da mulher, “à influência das ideias geralmente aceites, que assignam à mulher um lugar especial nas relações sociais”¹⁷⁰. A noção que no movimento operário a mulher assumia um protagonismo inédito era valorizada pelos socialistas, que reivindicavam para si o pioneirismo na promoção da igualdade de género. Sobre o projeto e as concretizações do jovem partido, realçava o editorial de o *Protesto Operário*: “Quem proclamou a igualdade humana, entregando, pela primeira vez, a presidência das assembleias a uma mulher?”¹⁷¹.

Mais tarde, os ativistas do jovem Partido Socialista assumem um largo conjunto de reivindicações comuns ao movimento feminista – o abolicionismo, com a condenação da regulamentação da prostituição¹⁷², os direitos políticos e civis¹⁷³, o sufrágio das mulheres¹⁷⁴, as leis da família e do casamento¹⁷⁵. Na sua perspetiva, os movimentos feminista e operário complementavam-se. Nas páginas do órgão socialista são traduzidas e publicadas as

¹⁶⁸ *O Pensamento Social*, maio de 1872.

¹⁶⁹ “A Mulher na Sociedade Atual”, *O Pensamento Social*, maio a julho de 1872.

¹⁷⁰ *O Pensamento Social*, 26 de janeiro de 1873.

¹⁷¹ “O programa socialista II”, *O Protesto: periódico socialista*, 17 de agosto de 1884

¹⁷² “O Feticídio”, *O Protesto: periódico socialista*, 17 de outubro de 1886

¹⁷³ *O Protesto: periódico socialista*, 12 de dezembro de 1886

¹⁷⁴ “Sufrágio das mulheres”, *O Protesto: periódico socialista*, 6 de junho de 1886

¹⁷⁵ “O Casamento Moderno”, *O Protesto: periódico socialista*, 6 de janeiro de 1889

posições dos seus congêneres além-fronteiras, como o *Le Socialiste*, nas quais se distinguia que:

Enquanto as burguesas emancipadas economicamente reclamavam a sua libertação política, acumulando-se contra elas rumas de citações ocas dos padres da igreja e provas anatómicas e fisiológicas deduzindo a sua inferioridade, as esposas e filhas dos proletários entravam nas oficinas, demonstrando que em face do trabalho social não havia já diferença de sexo¹⁷⁶.

Comparando o movimento operário com outros “movimentos coletivos em elaboração”, os socialistas afirmavam, contudo, que o primeiro saíra já do seu “período sentimental”, apoiando-se numa sólida organização e articulando as reivindicações políticas e económicas das mulheres, nomeadamente o sufrágio universal com a regulamentação e a igualdade do trabalho feminino¹⁷⁷. A ideia de um “Socialismo Feminino” defendida nas páginas dos jornais operários, afirma que “a mulher tem direito a emancipar-se dos que exploram o seu trabalho”, e que “não é só nos arranjos internos da casa” em que as mulheres são exploradas, uma vez que “em todas as oficinas o elemento feminino constitui hoje uma força e é mais explorado de que o operário, seu companheiro”¹⁷⁸.

Muito embora com menos destaque do que as mulheres “burguesas” e a par da luta laboral, as mulheres trabalhadoras criam também organizações especificamente vocacionadas para a emancipação feminina, contando com o apoio das hostes socialistas. Logo em 1895, é relatado:

Ficou constituído o Centro Promotor da Emancipação da Mulher, agremiação exclusivamente composta de mulheres e orientada pelo ideal do socialismo contemporâneo defendendo a tese que a distinção dos sexos não levanta barreiras às aptidões nem deve excluir membro algum da sociedade do direito de participar na legislação e nos negócios públicos”¹⁷⁹.

¹⁷⁶ “O problema da mulher”, *O Protesto: periódico socialista*, 9 de outubro de 1887

¹⁷⁷ “Ao talhar de foice”, *O Protesto: periódico socialista*, 17 de agosto de 1890

¹⁷⁸ “Socialismo Feminino”, *O Protesto: periódico socialista*, 30 de julho de 1893

¹⁷⁹ *A Federação*, 29 de setembro de 1895, p4

Paralelamente, a imprensa operária dá notícias de pontuais tentativas de dinamizar organizações destinadas a contestar o papel social reservado às mulheres na sociedade patriarcal. Em 1897, é constituída a Liga para a Defesa dos Direitos da Mulher:

Convidam-se as companheiras das freguesias de Belém e Ajuda a reunir (...) a fim de constituir o grupo feminino desta liga, nas referidas freguesias. Sendo altamente conveniente para sua educação intelectual e para a defesa dos seus justos interesses e direitos; Mais uma vez os socialistas tentam, no nosso país, um movimento característico, tendente a secundar os esforços que há muito se fazem nas nações cultas (...). Os trabalhos seguem com regularidade e entusiasmo nos centros dos Anjos e de Belém¹⁸⁰.

Conexões entre movimentos operário e feminista

A relação destas associações operárias com o movimento feminista das elites era ténue e indireta, mas não deixam de se verificar conexões. Entre estas destaca-se, pela sua popularidade e estreita relação com o movimento operário e popular, a poetisa Angelina Vidal, mas outras protagonistas femininas assumiram desde logo um destacado papel no associativismo operário, onde puderam denunciar a situação das mulheres portuguesas. Beatriz Neves sublinhava em *O Operário*:

A mulher, hoje escrava das instituições vigentes, escrava da família e na sociedade, a mulher que hoje jaz na ignorância, terá amanhã, impreterivelmente que despertar, compreendendo a grande parte que lhe cabe na luta para a regeneração da sociedade¹⁸¹.

Por outro lado, o movimento feminista entre as elites ilustradas defendia a igualdade jurídica, mas conservava concepções segundo as quais as mulheres têm um papel social distinto dos homens, empurrando as mulheres para a esfera doméstica e familiar e oferecendo-lhes um espaço privilegiado na área da educação e instrução infantil. Não é de desconsiderar, todavia, a intervenção da *intelligentsia* feminina na sua atividade publicista no âmbito da qual, ainda

¹⁸⁰ *A Federação*, 6 e 13 de junho de 1897

¹⁸¹ "A Instrução", *O Operário*, 13 de Fevereiro de 1881, p1

que se privilegie a reivindicação de direitos civis e políticos, não deixa de se denunciar a sobre-exploração e a desproteção social da mulher trabalhadora. Deverá destacar-se ainda o livro *Às Mulheres Portuguesas*, publicado em 1905, por Ana de Castro Osório, que dedica um capítulo às emergentes lutas das operárias, neste caso da Covilhã, no qual pugna “Por igual trabalho, igual paga – tal deve ser o princípio fundamental do labor feminino”¹⁸².

A conjuntura de transformação do regime potencia o surgimento de novas tipologias associativas, que abrem caminho a uma participação ativa das mulheres na arena política. Em 1906, é fundado o Grupo de Estudos Feministas, que está na origem da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1908), que em outubro de 1910 entrega ao governo provisório um manifesto com diversas reivindicações, entre as quais o direito, para todas as trabalhadoras e não apenas as professoras, ao descanso com vencimento no último período de gravidez e no primeiro depois do parto¹⁸³.

No mesmo período, a questão feminina está cada vez mais presente na imprensa operária. São vários os artigos e cartas de trabalhadoras que focam o horário de trabalho das mulheres, a lei do divórcio, da prostituição, o sufrágio feminino, etc. São ainda traduzidos textos da imprensa operária estrangeira, de teóricos socialistas, e ainda teses aprovadas em congressos operários com referência à proteção do trabalho feminino ou em congressos de mulheres socialistas além-fronteiras.

Em 1912 é noticiada a fundação da União das Mulheres Socialistas de Portugal, tendo por fins estatutários: “reclamar pelo sufrágio feminino pleno a partir dos 21 anos, e intervir no movimento associativo e junto dos poderes públicos na defesa de legislação protetora dos direitos da mulher trabalhadora”¹⁸⁴ e, no mesmo ano, a *Liga de Defesa de Direitos da Mulher* reuniu várias associações, como *A Voz do Operário*, *a Junta Federal do Livre Pensamento*, *O Socialista* e algumas associações de classe femininas, para uma representação conjunta ao parlamento em defesa do abolicionismo¹⁸⁵.

¹⁸² Osório, A. C. – *Às mulheres Portuguesas*.

¹⁸³ Representações/Reivindicações Feministas. In: Dicionário da República e do Republicanismo. vol. II, p592-594

¹⁸⁴ “A Questão da prostituição”, *A Voz do Operário*, 3 de novembro de 1912, p1

¹⁸⁵ “O problema da prostituição”, *A Voz do Operário*, 16 de fevereiro de 1913, p2

Defesa dos Direitos das Mulheres nos congressos associativos

É também de destacar a presença e a evolução dos debates e resoluções em torno deste tópicos — trabalho e emancipação feminina — na primeira onda de congressos associativos. Desde o I Congresso das Associações Portuguesas, de 1882, reunindo sobretudo mutualidades, que o movimento associativo defende a equipação de direitos nas associações, “banindo restrições odiosas, incongruentes, e conseguindo por esta reforma indireta a sua emancipação civil e política”¹⁸⁶. Os congressos sindicais, desde a década de 1890, desenvolvem esta premissa, defendendo a sua organização com os mesmos direitos dos homens (Fonseca 1979). Os sindicalistas de tendência revolucionária, na alvorada do século XX, deram também uma importância significativa ao trabalho das mulheres e menores nas fábricas, pugnando para que estes se associem nas suas respetivas associações de classe e possam intervir junto dos industriais no sentido de que as mulheres e os menores sejam tratados com humanidade¹⁸⁷.

Paralelamente, as mulheres das elites letradas colocavam a questão feminina nos congressos de outros movimentos sociais, como os congressos pedagógicos, nos quais a educação da mulher,¹⁸⁸ e a coeducação¹⁸⁹ foram temas em voga. As feministas marcaram também presença em todos os congressos do livre pensamento, defendendo “os direitos civis, políticos e profissionais das mulheres”¹⁹⁰, reivindicando “a inteira liberdade de trabalho e a elevação moral para a consciência do dever e do respeito por si própria e seus semelhantes”¹⁹¹.

No final da Grande Guerra, Ana de Castro Osório defendia no IV Congresso do Livre Pensamento:

A entrada das mulheres no mundo do trabalho só veio comprovar a verdade e a justeza das premissas, aspirações e reivindicações do movimento feminista: “Sob o ponto de vista prático, a guerra, tendo

¹⁸⁶ Junta do Departamento do Sul – Trabalhos Complementares do Primeiro Congresso das Associações Portuguesas realizado na Câmara Municipal de Lisboa desde 10 a 15 de junho de 1883. Relatórios das secções da Junta Departamental do Sul.

¹⁸⁷ “Congresso Sindical e Cooperativista”, *A Voz do Operário*, 26 de outubro de 1909, p1

¹⁸⁸ Ver congressos das Instituições Femininas e dos Direitos das Mulheres, ambos realizados em Paris, durante a exposição universal de 1889.

¹⁸⁹ Liga Nacional de Instrução – Terceiro Congresso Pedagógico. Lisboa: Imprensa nacional, 1913

¹⁹⁰ Associação propagadora da lei do Registo Civil – Regulamento, Relatórios e Dissertações sobre as Teses ao Congresso Nacional do Livre Pensamento.

¹⁹¹ Junta Federal do Livre Pensamento – Rapport: october 1913, p3

impelido a mulher para a luta económica, obrigando-a a trabalhar e dando-lhe pela pressão mecânica das circunstâncias, deveres e direitos, que na sua maioria não compreendia nem desejava, foi um grande passo para o triunfo da ideia feminista, ou melhor, humanista, pois que esta é que é a verdadeira palavra definidora do movimento que há um século se vem esboçando lentamente em prol da verdadeira justiça social”. No mesmo sentido pronunciava-se Virgínia Santos, defendendo a necessidade de assegurar uma educação e instrução completas e suficientes para a emancipação feminina, com direitos civis e políticos iguais aos do homem¹⁹².

Maria Clara Correia no I Congresso Cooperativista, em 1921, apresentou a tese *A Mulher e o Cooperativismo*, na qual defendeu que:

a mulher deve ser chamada a colaborar com o homem em todos os trabalhos de carácter cooperativista (...) pela influência que o concurso da sua presença pode exercer no espírito de outras mulheres, levando-as a interessarem-se, também, por tão justa causa¹⁹³.

É também no após-guerra que as mulheres portuguesas iniciam o seu movimento congressista autónomo, que se debruça agora exclusivamente sobre a questão feminina e nos quais a questão do trabalho foi um tópico com crescente importância. No Congresso Internacional de 1923, no qual Adelaide Cabete foi representar o governo português, foi defendida uma idêntica preparação profissional para rapazes e raparigas; que as mulheres possam ascender, como os homens, às profissões administrativas, judiciais, profissionais, etc., e que as condições de acesso sejam independentes do sexo; que nenhum entrave seja posto ao trabalho da mulher pelo facto do seu casamento; que o salário da mulher seja igual ao do homem para trabalho igual. O congresso internacional de 1925, no qual mais uma vez Portugal está representado, pugnou novamente pela correspondência entre trabalho igual e salário igual, bem como pela proteção à maternidade¹⁹⁴.

¹⁹² IV Congresso Nacional do Livre Pensamento em 4, 5, 6 e 7 de outubro de 1918: teses e sub-teses a discutir.

¹⁹³ Teses aprovadas no 1º Congresso Nacional das Cooperativas em 1921

¹⁹⁴ “Congresso Internacional Feminista de Washington”, *Alma Feminina*, Quarto Trimestre de 1925, p1-2

Em 1924, quando organizam o seu primeiro congresso, as mulheres portuguesas defendem os seus direitos políticos¹⁹⁵, designadamente eleger e ser elegível e participar nos negócios públicos, mas discutem igualmente outras questões relativas à instrução, aos direitos da mulher no casamento e ao seu papel social, em que se privilegia a vocação para a assistência e a educação. As mulheres trabalhadoras estiveram relativamente silenciosas neste fórum, surgindo apenas na terceira pessoa, designadamente na tese apresentada por Adelaide Cabete, *Proteção à Mulher Grávida e à Criança*, na qual pugna pela licença e subsídios de gravidez para as empregadas em fábricas, a par da criação de maternidades, creches, mutualidades maternas, etc., desde logo nos estabelecimentos dependentes do Estado, sem desvalorizar a mais relevante reivindicação operária: *trabalho igual, salário igual*.

É de sublinhar que a Confederação Geral do Trabalho enviou uma nota oficial ao Congresso Feminista onde sublinha que a “emancipação moral e política da mulher depende da libertação económica dos povos”¹⁹⁶ e até os sindicalistas revolucionários presos por questões sociais enviaram uma mensagem da prisão do Limoeiro, na qual desejam que se concretize “a emancipação integral da mulher”, que acreditam ser apenas possível numa:

sociedade nova onde a mulher seja livre na terra livre (...) e por assim o compreendermos é que nós combatemos por todos os meios esta sociedade procurando destruí-la até aos alicerces (...). Podeis ficar certas que na luta terrível que ides travar, encontrareis a vosso lado todos os revolucionários sociais, porque a vossa causa é justa além de justa, é a nossa¹⁹⁷.

Em 1926, o CNMP colabora, em conjunto com a Liga Portuguesa Abolicionista, na organização do Congresso Nacional Abolicionista. Na memória da sua secção moral, apresentada naquela assembleia, sublinha-se que de-

¹⁹⁵ Reivindicações políticas da mulher portuguesa; bibliotecas infantis, as pensões de estudantes, a mulher nas administração dos municípios, assistência e educação à infância desvalida, nacionalidade da mulher casada, assistência às delinquentes, educação de anormais, assistência e trabalho, influencia da mulher na extinção da mendicidade, luta antialcoólica na escola, escolas ao ar livre, a mulher como educadora, situação da mulher casada nas relações matrimoniais dos bens do marido, educação dos indígenas nas colónias e suas vantagens, abolicionismo, educação sexual, ligas de bondade, a influencia dos espetáculos públicos na educação, proteção à mulher grávida e à criança, a mulher e a alimentação vegetariana, a mulher naturista, liga de defesa dos direitos femininos, solução biológica do problema educativo.

¹⁹⁶ Primeiro Congresso Feminista e de Educação. [Lisboa?] : s.n., [1924]

¹⁹⁷ Primeiro Congresso Feminista e de Educação. [Lisboa?] : s.n., [1924]

fender o abolicionismo vai ao encontro dos debates internacionais no seio do movimento feminista, os quais adotaram como recomendação:

uma bem orientada educação profissional no sentido de que a mulher possa manter-se convenientemente pelo seu próprio esforço, e, como princípio justo e salutar para os assalariados de ambos os sexos foi adotada a fórmula reivindicadora de – igual trabalho, igual pago¹⁹⁸.

Não é possível dissociar esta constante reivindicação de igualdade salarial nos congressos feministas do aumento sustentado das teses em defesa dos direitos das mulheres nos inúmeros congressos sindicais organizados no período do pós-guerra, nas quais se reivindicou, invariavelmente, que o salário da mulher se equivale ao do homem sempre que o trabalho de ambos seja equivalente”¹⁹⁹.

Concluindo, estas evidências permitem afirmar que as mulheres trabalhadoras estiveram envolvidas em repertórios de ação coletiva transgressivos, mas não deixaram de se apropriar de instituições formais e canais de participação oficial para promover e reivindicar mais justiça social e igualdade de género. Não obstante, as limitações impostas pela condição económica e a realidade sociopolítica, a voz da mulher trabalhadora portuguesa fez-se ouvir na esfera pública nacional e internacional, graças à crescente articulação dos movimentos sociais (Pereira 2020).

Especificamente no que se refere à relação entre género e classe, as fontes analisadas revelam que, durante o processo de industrialização, as mulheres trabalhadoras desafiaram a divisão sexual do espaço que as empurrava para o mundo doméstico e as relações de vizinhança, invisibilizando-as num mundo do trabalho e associativo altamente masculinizado. As mulheres não só recorreram ao trabalho assalariado para equilibrar as economias domésticas, como participaram e organizaram protestos laborais e criaram as suas organizações próprias. Estas dinâmicas são particularmente visíveis desde a revolução republicana, sendo a inédita participação das mulheres nas ondas de greves de 1910-1913 e 1917-1920, conferindo-lhes uma natureza de massas (Pereira 2011).

¹⁹⁸ Teses abolicionistas enviadas pelo Conselho Nacional das Mulheres portuguesas ao primeiro Congresso Nacional Abolicionista, Lisboa 1926. Lisboa : [s.n.], 1926.

¹⁹⁹ “A defesa das mulheres e menores no trabalho”, *A Batalha*, 20 de agosto de 1925, p2

Esta investigação permite também dizer que as mulheres trabalhadoras, em Portugal, se desdobraram entre um papel subsidiário no apoio às lutas masculinas — mobilização para as greves, filiação associativa e partidária — e as suas próprias lutas, e que se destaca a questão da igualdade salarial. A mobilização das mulheres trabalhadoras antecede e acompanha a primeira vaga do feminismo à escala nacional. Esta precocidade parece relacionar-se essencialmente com as transferências transnacionais no seio do movimento operário emergente.

Concluindo, os estudos desenvolvidos em Portugal têm invisibilizado a ação coletiva das mulheres trabalhadoras, assegurando uma maior atenção às ativistas das elites letradas, que dirigiram as organizações feministas, e aos homens das cúpulas sindicais. É assim necessário procurar e explorar novas fontes e visões do (des)encontro entre as mulheres trabalhadoras e os movimentos operário e feminista, em diferentes escalas, considerando os indícios já conhecidos e outros que a investigação empírica revelará.

Fontes

.....

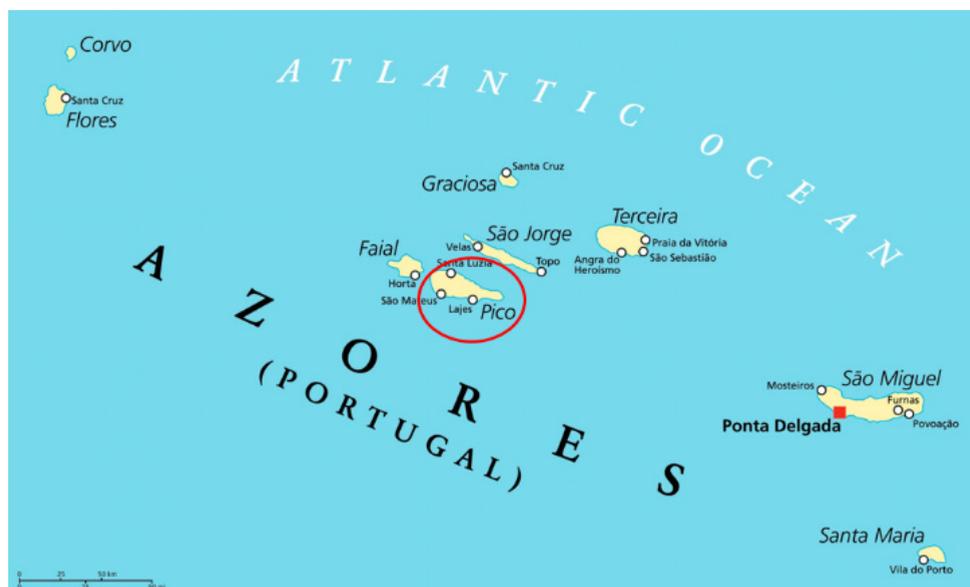
Bibliografia

- BAPTISTA, Virgínia. 2014. “As Mulheres e o Mutualismo – do final da Monarquia ao Estado Novo”. Em *Percursos Feministas: Desafiar os Tempos*, editado por Eduarda Ferreira et al. Lisboa: UMAR.
- BLEWETT, Mary H. 2019. *We Will Rise in Our Might: Workingwomen’s Voices from Nineteenth-Century New England*. Cornell: Cornell University Press.
- COSTA, Rosa C. 2021. *História do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)*. Lisboa: Tinta-da-China.
- FONSECA, Carlos. 1979. *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas: Os primeiros congressos operários*. Vol. II. Lisboa: Publicações Europa-América.
- GOODOLPHIM, José Costa. 1889. *A Previdência: Associações de Socorros Mútuos, Cooperativas, Caixas de Pensões e Reformas, Caixas Económicas*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- HUGHES, Annmarie. 2010. *Gender and Political Identities in Scotland, 1919-1939*. Edinburgh University Press. <https://doi.org/10.3366/edinburgh/9780748639816.001.0001>.
- HUNT, Karen. 2000. “Negotiating the Boundaries of the Domestic: British Socialist Women and the Politics of Consumption”. *Women’s History Review* 9 (2): 389–410. <https://doi.org/10.1080/09612020000200247>.

- PEREIRA, Joana Dias. 2011. *Sindicalismo revolucionário: a história de uma idéia*. Tese. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- . 2014. “O ciclo de agitação social global de 1917-1920”. *Ler História*, n. 66 (outubro): 44–55. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.720>.
- . 2020. *Associativismo livre: uma história de fraternidade e progresso (1834-1926)*. Coimbra: Almedina.
- PERROT, Michelle. 1988. *Os excluídos das histórias*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SCOTT, Joan W. 1993. “A mulher trabalhadora”. Em *Histórias das mulheres*, editado por Michelle Perrot e Georges Duby. Porto: Editora Afrontamento.
- SIMÕES, Dulce. 2017. *Memórias, Sociabilidades e Resistências: O caso da Cooperativa de Consumo Piedense*. Lisboa: Caleidoscópio.
- TODD, Selina. 2014. “Class, Experience and Britain’s Twentieth Century”. *Social History* 39 (4): 489–508. <https://doi.org/10.1080/03071022.2014.983680>.
- VAQUINHAS, Irene. 2019. “História das mulheres e de género em Portugal: horizontes temáticos e desafios atuais”. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* 1 (número extra): 37–55.

Trabalho Feminino na Ilha do Pico. De Tecedeiras e meeiras a rendeiras

Teresa Perdigão²⁰⁰
Norberta Amorim²⁰¹



1 - Mapa dos Açores. Ilha do Pico assinalada com um círculo. Domínio Público

A indústria caseira das rendas do Pico e do Faial²⁰² (Açores) tem mais de um século.

Mãos anónimas deram forma à linha de algodão e transformaram-na em toalhas, naperons, luvas e blusas, com a ajuda da agulha, localmente designada por *farpa* (Fig.3).

²⁰⁰ Instituto de Estudos de Literatura e Tradição, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

²⁰¹ Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal.

²⁰² Usamos a designação “Rendas do Pico e do Faial”, pois embora a grande maioria das rendas fosse feita na Ilha do Pico, eram vendidas a partir do Faial. Tempos houve em que se designavam apenas por rendas do Faial, precisamente por essa razão.



2 - Rendeira de S. Mateus. T. Perdigão.



3 - Farpas e coberturas. T. Perdigão.

Mãos femininas foram o sustento das casas da Ilha do Pico, especialmente de S. Mateus, freguesia onde esta indústria se consolidou a partir do início do século XX (Fig.4).



4 – Mapa do Pico. Localização de S. Mateus. Domínio Público

Até aí, as mulheres trabalhavam a lã, tanto no tear, como nas agulhas. Faziam as grosseiras roupas de cama e a indumentária dos homens baleiros - meias, gorros e casacos (Fig.5,6,7).



5 – Cobertor tecido em lã. T.Perdigão.



6 – Casaco em lã. T.Perdigão.



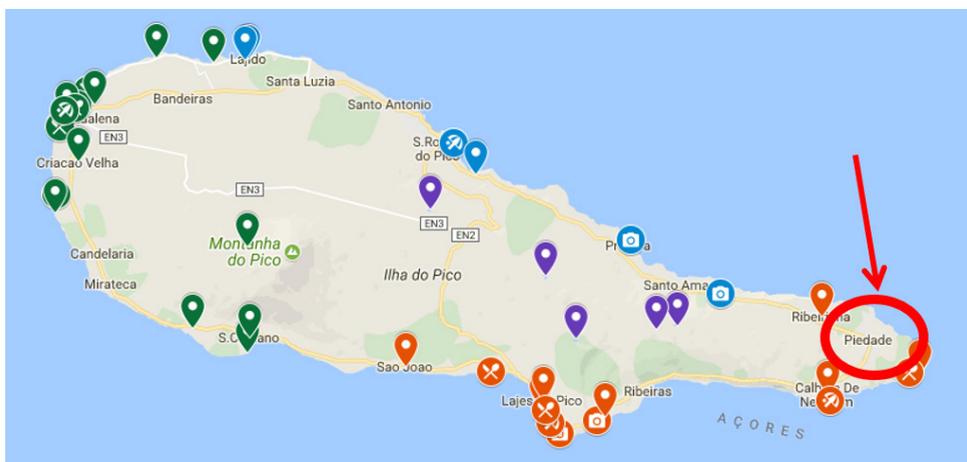
7 – Lãs tecidas ao tear e tricotadas. T. Perdigão

Eram chamadas e designadas *meeiras*. Todas estas mulheres seriam apenas rendeiras do Pico, do Faial, da Piedade ou de S. Mateus, mas passaram a ter nome graças ao trabalho de campo feito no início deste século (Perdigão 2004, 33-74). Hoje sabemos quem rendilhava, para quem rendilhava, quem encomendava e quem vendia. É essa saga que este trabalho pretende dar a ver.

Dado que a maioria das actividades das mulheres se passavam dentro do espaço doméstico, eram com frequência assimiladas ao trabalho de casa, sendo desvalorizado e não-dito, apesar de ter sido um pilar do sustento do núcleo familiar. No caso específico que tratamos, as rendeiras, não só, tiveram esta função, como também contribuíram decisivamente para o erguer das casas, para a compra do barco de pesca, para pagar consultas e medicamentos e, já nos anos 60-70, para darem estudos aos seus filhos.

O trabalho doméstico feito *intra* portas, não era valorizado pelo que só a partir de 1836, e mais particularmente de 1838, é que o Governo Liberal decidiu mandar elaborar estatísticas sobre o estado da população açoriana, freguesia por freguesia (Amorim 2008, 64-66). Apesar desta directriz bem precisa, nem sempre a tarefa foi executada com grande rigor, nem prevaleceram os mesmos critérios no que diz respeito à profissão das mulheres. É disso prova e testemunho, o comentário do pároco da freguesia da Piedade, em 24 de Agosto de 1838:

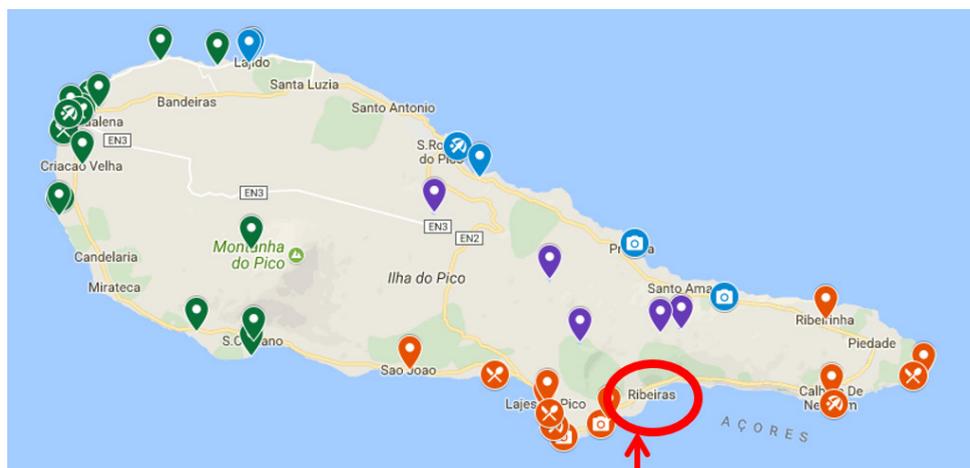
Não deve causar admiração haver nesta freguesia tantas fiadeiras porque nesta profissão estão anexas outras; quais são de agulha, de esteiras e de rendas, sendo porém a mais comum o uso do fuso como tão bem a maior parte das pobres mulheres para poderem subsistir e suas tristes e pobres famílias gastão a maior parte do tempo na traficancia do trabalho do campo (*sic*). (Amorim 2008, 64-66)



8- Mapa do Pico. Localização da freguesia da Piedade. Domínio Público.

De facto, esta freguesia, Piedade, (Fig.8) dispunha de boas lavouras, o que exigia mais intensamente a intervenção feminina nos trabalhos do campo. Apesar disso, praticamente a todas as mulheres entre os 12 e os 85 anos foi atribuída uma profissão, contabilizando-se 1034 casos. A profissão dominante indicada foi de facto a de fiadeira, a abranger 93% desses casos, seguindo-se a de tecedeira com 4%. Os 3% restantes englobavam 8 costureiras, duas rendeiras, uma estanqueira e uma professora e ainda 18 rendeiras, número este não depreciável. Admitimos que a renda em causa fosse de bilros, uma das rendas tradicionais portuguesas. Portanto, as mulheres trabalhavam no campo, cuidavam dos filhos e da casa, do bolo diário, da lenha e da água que era preciso ir buscar, por caminhos difíceis, ao poço de maré. Além disso, fiavam, teciam, costuravam e bordavam.

As profissões, no que diz respeito ao trabalho feminino, diversificam-se, de acordo com a maior ou menor fertilidade do campo; com o predomínio ou não do trabalho masculino; com o facto de existir ou não uma comunidade de pescadores, como acontecia, por exemplo na freguesia das Ribeiras (Fig.9). Aqui, foram escrutinadas 749 mulheres, entre os 10 e aos 90 anos, das quais, 48% foram identificadas como fiadeiras, 10% como tecedeiras e 35% como costureiras. Nos restantes 7% incluíam-se, entre outras, 28 meeiras, 8 cardadeiras, 6 esteireiras e 3 bordadeiras. É de realçar a grande quantidade de costureiras, em detrimento das tecedeiras, mas também, o grande número de meeiras, dado que se trata de uma forte comunidade de pescadores que precisavam, obviamente, de ter indumentária própria para a pesca o que incluía camisolas e meias em lã.



9- Mapa do Pico. Localização da freguesia das Ribeiras. Domínio Público.

Ainda para o mesmo ano de 1838, se nos debruçarmos sobre as ocupações femininas de S. Mateus/S. Caetano ficamos ainda mais surpreendidos com a percentagem de costureiras. Em 1002 mulheres a quem é indicada profissão, 708 eram costureiras, o que equivale a 71%. As fiadeiras eram 26% e as tecedeiras 3%. Apenas uma bordadeira de 16 anos foi identificada, além de 4 lavadeiras, de duas amas de crianças e de uma cardadeira.

Somos levados a admitir que, enquanto na Piedade a ocupação de fiadeira era ainda considerada a ocupação feminina por excelência, em S. Mateus/S. Caetano teria havido uma evolução relativamente recente, passando a costura a actividade identificadora da mulher. A favor da nossa hipótese há o facto da maior concentração de costureiras se encontrar entre raparigas jovens. De facto, 78% das mulheres com essa ocupação, tinham menos de 40 anos, enquanto no caso das fiadeiras a percentagem correspondente se colocava nos 28%. As fiadeiras eram, de facto, as mulheres mais velhas.

Admitimos que a mulher de S. Mateus, mais desligada da vida do campo do que as suas contemporâneas da Ponta da Ilha, teria maior capacidade para adaptar a sua actividade artesanal às necessidades do mercado.

Porém, toda esta especificação de profissões e actividades femininas passa, de novo, ao não-dito, pois, os registos paroquiais englobam na profissão de domésticas, todas as outras. Apenas nos casos de uma actividade artesanal mais especializada, como eram a tecelagem e a costura, encontramos referência a profissões femininas. Admitimos que o uso do fuso fizesse parte da cultura feminina de então, mas, sendo uma componente da domesticidade, como cozinhar ou lavar, terá perdido direito a referência nos documentos coevos, como dissemos anteriormente. Na realidade, testemunhos de mulheres com quem falámos, nascidas nos anos 30 do século XX, recordam as suas avós e mães, como tecedeiras e meeiras.

A já referida capacidade da mulher de S. Mateus de adaptar a sua actividade artesanal às inovações, de acordo com as solicitações do mercado, documenta-se no final do século XIX com a produção de colchas, de valor médio unitário de 4\$800 réis. De facto, de todas as freguesias do Faial e Pico era em S. Mateus onde se produzia um maior número de colchas, 150, em 1884. Há testemunhos, nesta freguesia, que contam que os seus antepassados, andavam de freguesia em freguesia a vender as colchas pela ilha.



10- Exemplo de colcha tecida na ilha do Pico. T. Perdigão

Ainda no ano de 1907, segundo as estatísticas do Governo Civil, produziram-se 70 colchas em S.Mateus/S. Caetano, cerca de metade das colchas de todo o concelho da Madalena, mas com um valor médio de apenas 3\$500 réis (Fig.10). O valor dos bordados feitos pelas mulheres de S. Mateus era então de 30\$000 réis. Na Madalena essa actividade havia sofrido uma evolução mais favorável, com 100\$000 réis de valor das peças, referindo-se agora também a freguesia das Bandeiras, freguesia contígua à Madalena, a cujo concelho pertence, com 25\$000 réis.

Trabalhar a lã era uma tarefa muito morosa, que exigia muito esforço físico e significativa mão-de-obra. Dadas as contingências climatéricas, nem sempre era possível proceder à sua execução – ou porque havia excesso de calor ou demasiada humidade. A lã tinha de ser lavada durante o Verão, para poder secar ao sol. Nessa altura, como havia muito trabalho no campo, punha-se a lã de lado, mais ou menos, até finais de Outubro.

Em 1937, Manuel Dionísio já apresentava esta actividade como em abandono, em *Costumes Açoreanos*:

A lã depois de «tosquiada» era lavada para lhe extrair o suor, depois «verdascada» com uma vara para separar a terra, «crameada» à mão para a abrir, e enzeitada com um ramo de urze aspergindo sôbre ela o cheiroso azeite de louro para a tornar escorregadia na «cardadura».

Depois de cardada era fiada na roda ou no fuso e «ensarilhada» no sarinho, (...) a-fim-de ser convertida em meada para ser «desinfundida em decoada» quente, para lhe extrair o azeite.

Era depois tinto em água fervente com urzela ou com raiz de ruiva esmagada, e «dobada» na dobadoira, a fim do fiado ser convertido em novelos. Depois, a dona da teia ia urdi-la a casa da tecedeira, presenteando-a nesse dia com uma merenda grande «para o fiado se não embrulhar» (Dionísio 1937, 24)

Era um trabalho muito penoso e moroso, como vemos.

Entretanto, as fazendas vindas do estrangeiro e do continente, embora menos duradoiras, eram mais baratas e, conseqüentemente, passaram a substituir os panos em lã e em linho. Já em 1926, a publicidade do jornal *Eco Cedrense* evidencia estas mudanças: “Castro Meirinho & Xavier Ld^a. Vendem fazendas de lã e algodão das melhores fábricas nacionais e estrangeiras: Especialidade em cortes de fato de última moda”

Muitos teares foram desarmados e arrumados em lugares onde ficaram esquecidos, até que foram destruídos, muitos deles queimados.

A aprendizagem das rendas de farpa

Estamos, pois, num tempo de mudança, propício à difusão das rendas, para o que as filhas de grupos sociais mais diferenciados tiveram um papel decisivo. As memórias recolhidas em S. Mateus, nomeadamente junto de Silvina Garcia (1908-2004) recuam a duas senhoras que ensinavam a fazer rendas, D. Jesuína Lemos (1876-1947), filha de família abastada, e a sua cunhada, D. Raimunda (n.1877) casada com o seu irmão José de Lemos, que introduziu a arte da baleação em S. Mateus.

Silvina Garcia vivia em frente às suas residências, o que lhe facilitava um convívio amistoso e lhe proporcionou aprender a manejar a farpa e a fazer algumas das rosetas que caracterizam a renda do Pico. Note-se que Silvina foi uma das pessoas que se especializou a fazer farpas, pois não eram adquiridas no mercado, mas feitas artesanalmente.

Com o impulso das duas cunhadas, as mulheres de S. Mateus, já com grande tendência à adaptação fácil a novas actividades, como vimos, foram abandonando as agulhas e a lã e substituíram-nas pelo algodão e pela farpa.

As rendeiras de S. Mateus, durante mais de quatro décadas, reproduziram, criaram e recriaram modelos de rendas que, passando pelo Faial, foram difundidas por todas as outras ilhas dos Açores, por Lisboa e pelo Porto, pelo Brasil, pela Argentina e pelo México, entre outros destinos (Fig.11).



11 - Trabalho em renda de grande complexidade. T. Perdigão e N. Amorim.²⁰⁵

S. Mateus, a freguesia mais oriental do concelho da Madalena e muito populosa, sobressaiu, de facto, nesta actividade artesanal, pela qualidade e pela quantidade produzida.



12, 13 e 14 – Amostras e renda com rosetas já ligadas entre si. T. Perdigão.

Assim nasce a indústria de rendas, hoje designada por rendas do Pico e do Faial. Não é de subestimar um outro factor que terá favorecido o rápido florescer desta indústria, que é a situação demográfica. No virar do século XIX para o XX, a emigração para os Estados Unidos atingiria o seu auge, situação que se inverteu apenas nos anos de 1920, com as restrições impostas

²⁰⁵ As fotos 11, 15, 16 e 17 foram retiradas do livro de que as autoras são co-autoras: Rendas do Pico e do Faial.

à emigração para aquele país (Amorim 2004, 21-31). O aumento do volume de nascimentos é notório a partir dessa data. Simultaneamente, cerca de 30% das mulheres ficavam solteiras, o que fazia com que a mão de obra feminina fosse abundante e o que, naturalmente, coincidiu com o incremento da actividade das rendeiras, como forma de trazer algum contributo às dificuldades de sobrevivência das famílias, agora sem a mesma possibilidade de fazer sair a mão de obra excedentária. Diga-se, para confirmar a importância que teve, nesta ilha e, especialmente, nesta freguesia, a indústria caseira das rendas que, a abertura, na década de 1960, dos caminhos da emigração para destinos americanos, afectou a sua produção, reduzindo-a drasticamente.

As mulheres nascidas na última década do século XIX e na primeira do século XX constituíram a primeira geração de rendeiras de farpa de toda a ilha. Para reconstituir as suas histórias de vida e daquelas que participaram da história das rendas, especialmente nesta freguesia, recorreremos aos testemunhos das rendeiras, desde a mais idosa, Silvina Garcia (1908-2004), passando por Liduína Goulart (n.1913) e Teresa Margarida (n.1916), até às empresárias da actualidade²⁰⁴.

Das tecedeiras e *meeiras*²⁰⁵ que as antecederam não existe muita informação, pelo que se torna oportuna a transcrição do que escreveu, em 1907, Marcellino Lima, no seu artigo “Indústrias Caseiras”, publicado na obra *Álbum Açoriano*, que, em certa medida, dá a dimensão da dedicação da mão-de-obra feminina, de S. Mateus, à indústria caseira dos tecidos:

E não esqueça apontar também, n’esta resenha estreita dos nossos productos caseiros, alguns outros igualmente apreciáveis, embora de divulgação escassa: os pannos grosseiros de linho e de lã, cujo fabrico, dia a dia, mais frouxo se vae tornando; as piugas e as camisas da mesma materia, essas fartas e agasalhadoras camisas, a ponto de meia, que nos vêm da freguezia de S. Matheus, na ilha do Pico; e as colchas de retalho; e as esteiras de junco; e as pesadas colchas de lã urdidadas n’aquella ilha, valiosas colchas, fortes e duradouras como um apertado tecido de trama de aço, de uma original singelesa nas variadas combinações, em geral aos quadradinhos, das suas garridas cores – o verde, o vermelho, o branco, o azul, o roxo, o amarello, o carmesim, toda uma gamma de tons festivos, inalteráveis. (Lima 1907, 36)

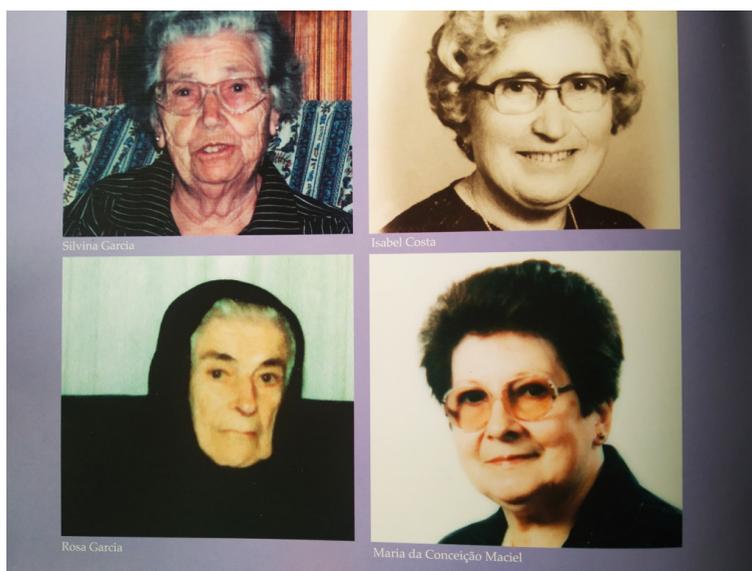
²⁰⁴ Vide <http://www.ghp.ics.uminho.pt/genealogias.html>, consultado 03.10.2022.

²⁰⁵ Designação dada às mulheres que tricotavam, ou porque o faziam em ponto de meia, ou porque faziam meias.

Note-se que não há qualquer referência à produção de rendas pois ela não tinha, à data desta publicação, visibilidade para o exterior. No entanto, Marcellino Lima dá-nos conta da especialização da freguesia de S. Mateus na produção de peças de lã, que embora não especificado, eram tricotadas, tecidas e até bordadas. Esta especialização denuncia um mercado exógeno a S. Mateus que, de algum modo, contribuiu para a constituição do mercado das rendas, numa relação que fica por esclarecer em todos os seus contornos, mas que não se pode ignorar, tanto mais que são frequentes os relatos das mulheres mais velhas de S. Mateus sobre a venda que faziam para os Estados Unidos e para outras ilhas.

Primeira Geração de Rendeiras de Farpa

As meninas nascidas nos primeiros anos do século XX começaram a manejar a farpa, desde crianças. Antes de irem para a escola faziam os pontos e os motivos mais fáceis, como irlandas, cós, folhas ou rosinhas de amora. Ter filhas era uma mais valia para os pais.



15 – A Primeira Geração de rendeiras da ilha do Pico.

Um dos muitos exemplos, é Silvínia Garcia (1908-2004), filha de uma família numerosa de 12 irmãos, que inicia em criança, juntamente com as

suas 5 irmãs, a aprendizagem das rosetas mais simples da renda que virá a denominar-se, renda do Pico e do Faial. O mesmo acontece com Teresa Margarida da Silva (n.1916) e com a irmã mais velha, nascida em 1900. A mãe de ambas, nascida em 1876, nunca fez rendas. Era meeira e fazia o escoamento das mantas tecidas em tear, vendendo-as na ilha ou no Faial.

De facto, as mulheres, que nós designamos por *primeira geração de rendeiras de farpa*, disseram nunca terem visto as avós, as tias ou as mães a fazer rendas. Faziam, segundo testemunhos que foi possível colher em 2003-2004, meias e camisas em lã. Mas, algumas das que se tornaram profissionais das rendas ainda foram tecedeiras e meeiras. Destes testemunhos podemos concluir que da primeira geração de rendeiras fazem parte as mulheres nascidas a partir de 1900 que, certamente aprenderam com Jesuína de Lemos²⁰⁶. As que nasceram mais tarde, já aprenderam em casa, com as mães e com as irmãs.

Vejamos um exemplo, apenas. Maria Adelaide da Silva (n.1929) já é filha dessa geração. Aprendeu com a mãe, Francisca da Conceição, nascida em 1890. Eram quatro irmãs e todas faziam renda a tempo inteiro.

As introdutoras desta produção, Jesuína e a sua cunhada, Raimunda, residiam em S. Mateus e, como vimos, eram pessoas abastadas, cultas, e com contactos muito influentes, no Faial, onde criaram uma rede organizada de comercialização. As casas de comércio locais faziam a exportação para o continente português e para outras ilhas, enquanto elas satisfaziam as encomendas que vinham dos Estados Unidos e do Canadá.

Jesuína, órfã desde muito cedo (ficou sem o pai aos nove anos) e doente, tornou-se numa benemérita e humanista. Segundo testemunhos de pessoas que a conheceram, nomeadamente o de Lucília Adelaide Goulart Pereira (n.1924) que trabalhou em sua casa, dos 11 aos 14, era uma senhora muito habilidosa e doente, que passava o tempo no seu escritório, trabalhando em rendas e bordados. Era possuidora de livros e revistas que, muito provavelmente, a terão influenciado e inspirado.

²⁰⁶ Jesuína Lemos, de nome completo Jesuína Margarida Garcia de Lemos, nasceu em S. Mateus a 11 de Março de 1876, onde viria a falecer solteira, a 11 de Janeiro de 1947. Era a filha mais nova dos nove filhos registados pelo casal Manuel Inácio Garcia de Lemos e Rosália Margarida, proprietários relativamente abastados.



16 - Rosetas ligadas. T. Perdigão



17 - Amostras. T. Perdigão

Na ilha do Pico, Jesuína foi pioneira na organização de uma estrutura que cimentou a actividade das rendeiras, mediando a relação das executoras das rendas com o mercado, papel que, a partir, sensivelmente, de 1922/23, passou a ser da responsabilidade de Rosa Garcia e, por volta de 1932/33, também de Isabel Costa, ambas nascidas em S. Mateus.

Rendas, um ganha-pão

S. Mateus era um campo propício ao florescimento de uma actividade que ocupasse a mão de obra feminina. Era um lugar onde a terra era escassa, devido à terra queimada provocada pela lava da erupção em 1718, um lugar onde os homens não tinham ocupação suficiente para os seus dias, embora trabalhassem nos matos e no mar. Era uma comunidade pobre que procurava melhor nível de vida, emigrando. Quando esta hipótese se fechava, a penúria aumentava. Não havia, pois, nem dinheiro nem trabalho.

A acção das mulheres que davam rendas a fazer foi, pois, determinante. Elas tinham dinheiro para comprar as linhas, possibilidade de se movimentar na ilha e fora dela, conseguindo, assim, estruturar uma rede de comercialização das mesmas. Além de Jesuína de Lemos, Rosa Garcia, nascida em 1897, teve uma importância fundamental na sustentação dessa estrutura. Era de família

abastada²⁰⁷, proprietária de terras e de vacas. Ela própria tinha, juntamente com o marido, alguns *prédios*²⁰⁸, o que reunia as condições para adquirir o algodão em novelos, mandar fazer os trabalhos e ter à-vontade económico para os pagar, antes mesmo de os vender. Foi bordadeira e aprendeu a fazer renda com 15/16 anos. Aos 23 anos já detinha um significativo negócio de rendas, o que até aí, só Jesuína de Lemos e sua cunhada eram detentoras. Dava rendas a fazer, como se diz localmente, quer dizer, entregava a linha necessária às rendeiras para desempenharem as suas tarefas que não tinham possibilidade económica de o fazer, percorria a ilha, de camioneta, até à Piedade, onde pernoitava, para entregar linhas e recolher o trabalho; fazia viagens consecutivas ao Faial onde deixava a mercadoria para venda e, como todas as mulheres foram unânimes em dizer, pagava sempre a horas, e muitas vezes, antecipadamente. Num tempo de penúria, de falta de dinheiro e de alimentos, esta atitude era fundamental para satisfazer a comunidade, o que confirma terem sido as rendas um sustento para toda a comunidade. S. Mateus não era terra farta em milho, o que fazia com que as pessoas tivessem de o comprar, normalmente no Faial, aquando das colheitas, altura em que se notava maior movimento na procura de rendas, por parte das rendeiras a quem Rosa Garcia adiantava, frequentemente, dinheiro para obstar a essa dificuldade.

Além disso, Rosa Garcia contribuía para a socialização das mulheres, convidando-as para fazerem serão, em sua casa. Na verdade, os relatos destes encontros são de boas memórias e incluem referência ao facto de assim se evitar o gasto de petróleo ou azeite de baleia para a iluminação.

Rosa Garcia era uma verdadeira empresária e muito rigorosa na entrega das linhas, dos trabalhos terminados e nas contas. Tinha um caderninho, onde apontava o nome das rendeiras, o número e o tipo de novelos que levavam, bem como o trabalho que lhes era encomendado. Quando o entregavam, elas próprias confirmavam a baixa dos novelos. Sempre activa, aos 92 anos ainda foi figurante em *O Mau Tempo no Canal*. Faleceu a 12 de Janeiro de 1994, em vésperas de completar 98 anos.

Isabel Costa (n.1909) tornou-se, tal como Rosa Garcia, o que hoje se designaria por mulher empresária. Terá aprendido a fazer rendas, com a mãe, Maria do Céu Pimentel (n.1884), actividade a que se dedicou a tempo inteiro.

²⁰⁷ O avô materno de Rosa Garcia, José Bernardo Silveira, em 1884 teria de rendimento colectável a quantia de 14\$415 réis o que o colocava entre os proprietários mais desafogados da freguesia. Faleceu em 2 de Abril de 1892 e sua mulher, Brígida Antónia, em 25 de Outubro de 1910.

²⁰⁸ Designação local para propriedade rústica.

Ainda muito nova começou a fazer para a D. Jesuína que, aliás, a incentivou a iniciar-se no negócio, pois, havia muito trabalho. Do Faial vinham constantemente pedidos de rendas. Embora não tivesse dinheiro disponível para se iniciar no negócio, terá pedido ajuda a alguém e assim se iniciou na aventura de *dar rendas a fazer*, por volta de 1932/33. Tal como Rosa Garcia, estendeu a sua acção por toda a ilha do Pico e do Faial. Tornou-se exímia e hábil rendeira. Inventava, segundo palavras da sua neta Esméria, muitos motivos florais e ligava-os a preceito. Ainda segundo a mesma fonte, *foi convidada pelo Presidente da Câmara da Madalena, José Inácio Garcia de Lemos, para fazer uma blusa em crochet com malmequeres para oferecer à esposa do General Carmona. Foi ainda convidada pelo mesmo Presidente a fazer uma almofada com o emblema da Câmara para oferecer ao General Craveiro Lopes*²⁰⁹. Porém, conforme relato da filha, Conceição não chegou a ter um grande negócio e, talvez desiludida pelo facto de nem sempre ver os devedores cumprirem com as suas obrigações, decidiu, em 1969, após a morte do seu pai, satisfazer o sonho dos seus filhos, indo reencontrá-los no Brasil e nos Estados Unidos. Maria da Conceição ficou, pois, com o negócio, aguardando o seu regresso.

Era sua intenção regressar, o que aconteceu, de facto, por várias vezes, mas nunca mais se dedicou às rendas. Veio a falecer no Brasil, em 1981, com 72 anos. A sua filha, Maria da Conceição, é hoje uma cuidadosa guardiã de trabalhos antigos e de memórias das rendeiras.



18 – Lucília, rendeira que trabalha actualmente. Fonte: T.Perdigão.

²⁰⁹ Informação dada, por escrito, por Esméria Serpa.

Outras empresárias se lhes sucederam até à actualidade (**Fig.18**), mas a sua acção não será contemplada neste escrito, dadas as balizas temporárias pelas quais nos guiamos. Contudo, é de toda a importância relevar o trabalho das mulheres rendeiras, nascidas posteriormente, que continuaram a usar a farpa e o algodão para o sustento imediato e doméstico.

Conclusão



19 – Transmissão do saber através de amostras. T.Perdigão.

Verificamos que, desde o início do século XX até 1960, a indústria das rendas se tornou na actividade feminina dominante. As mulheres de S. Mateus organizavam as suas tarefas caseiras, de forma a dispor do maior número possível de horas, para dedicar às rendas, roubando muitas horas ao sono e ao descanso necessários.

Os seus dias eram ocupados a tratar da casa, dos filhos e das rendas. Sendo já uma tarefa ciclópica a lide caseira, que incluía a deslocação aos poços de maré²¹⁰ por trilhos estreitíssimos e íngremes, a ida ao mato buscar lenha, a subida às pastagens, tirar leite ou fazer *a muda das vacas*, somada

²¹⁰ Um poço de maré distava poucos metros da costa, podia atingir 14/15 metros de profundidade e enchia quando a maré subia. A água era filtrada naturalmente por uma extensão de rocha e areia, quando a maré se elevava lentamente. A água salobra, era tirada por um balde e acarretada em *canecos* de madeira, de 14 litros, para uso doméstico. Descer até ao poço de maré e subir pelas veredas, com o caneco cheio, à cabeça, era um exercício de perícia e uma tarefa feminina.

aos cuidados que era necessário dispensar à prole, geralmente numerosa, ela tinha ainda de arranjar tempo para transformar o mais depressa possível, um novelo, em delicados trabalhos de renda.

Com os tempos as rendas foram tendo novas funções e, se ainda hoje se executam naperons e tiras de lençol, por encomenda, as rendas respondem a novas solicitações, enriquecendo-se em colorido, por exemplo, e tornando-se em elementos de adereço feminino, fundamentalmente.



20 – As rendas adaptam-se a novas solicitações. T.Perdigão

Bibliografia

- AMORIM, Maria Norberta. 1999. *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- AMORIM, Maria Norberta. 2004. “Artesanato Feminino – Tradição e Inovação” in *Rendas dos Açores, Ilhas do Pico e Faial*, Edição da Secretaria Regional da Economia, Centro Regional de Apoio ao Artesanato, Adeliçor, Alvião, 21-32.
- AMORIM, Maria Norberta. 2008. *O Pico. A abordagem de uma ilha*. Vol. I. *As Famílias*. Tomo VII. *As Famílias de São Mateus nos finais do século XIX*, Município da Madalena.

- AMORIM, Maria Norberta; CORREIA, Alberto; PERDIGÃO, Teresa. 2004. *Rendas dos Açores, Ilhas do Pico e Faial*, Edição da Secretaria Regional da Economia, Centro Regional de Apoio ao Artesanato, Alvião: Adelição.
- LIMA, Marcellino. 1907. "Indústrias Caseiras". In *Álbum Açoriano*, Fascículo n.º 58, 455 - 458, Lisboa: Antiga Casa Bertrand, José Bastos.
- MAGALHÃES, M.M. Calvet de.s/d. - "Rendaria". In *A Arte Popular em Portugal*, dir. de Fernando de Castro Pires de Lima, vol.III, Lisboa, Editorial Verbo, 109-167.
- PERDIGÃO, Teresa. 2004. "A primeira Geração de Rendeiras de Farpa". In *Rendas dos Açores, Ilhas do Pico e Faial*, Edição da Secretaria Regional da Economia, Centro Regional de Apoio ao Artesanato, Alvião: Adelição, 33-76.

Da reivindicação à Autogestão: uma análise do Caso da Fábrica Sogantal a partir do *Jornal Combate* e do *Jornal da Sogantal*, no contexto do período revolucionário em curso do século XX

*Carolina Nascimento De Oliveira*²¹¹

O desenvolvimento do capitalismo português conhece uma aceleração significativa após a II Guerra Mundial, que se caracteriza pela “concentração e centralização do capital e pelo aumento do operariado” (Santos, Lima e Ferreira, 267). O regime político português é criador das principais condições para que se dê esta alteração do tecido económico do país, na medida em que dele brota, por um lado, o conjunto de documentos legais que possibilita a concentração e centralização dos lucros e favorece a assunção de monopólios (*Ibidem*), e, por outro lado, se trata de um regime de representação das elites, na medida em que as contradições dentro das classes sociais mais altas encontram nas instituições do Estado Novo, com particular destaque para a União Nacional, o seu “espaço de discussão interna” e gládio.

A demografia da paisagem laboral portuguesa afirma-se como consequência das condições políticas que se impõe sobre a economia e o mundo do trabalho. Uma elevada orientação da produção para as colónias e o mercado europeu são características estruturais que se impõem num país de baixos salários.

O aumento da classe operária não é somente um indicador para a avaliação da realidade económica deste Portugal. Pelo contrário, a esta mudança fica associado o aumento da contestação dos assalariados, expressão que nos parece mais apropriada ao conter o largo volume de trabalhadores de diferentes sectores que no exaspero final do Estado Novo orientam parte da sua vida para a contestação direta às condições e remunerações do seu trabalho, e, nesta via, para a contestação indireta ao regime.

Se a nível estrutural o Estado Novo já estava munido de mecanismos legais que preconizavam a exploração da classe trabalhadora e a sua condição subordinada, aquando da governação de Marcelo Caetano surgem ainda

²¹¹ HTC – NOVA FCSH, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8109-2810>. E-mail: carolinaoliveira0599@gmail.com

mais normas gravosas, nomeadamente ao nível dos salários, dos horários de trabalho e da organização sindical livre (*Ibidem*, 277). As condições para a construção de formas de luta dos trabalhadores nos locais de trabalho não sofrem propriamente melhorias para além daquilo que as profundas alterações económicas, que já observamos sinteticamente, vieram trazer. Sintoma disto mesmo é aquilo que nos diz o artigo *As lutas sociais nas empresas e a revolução do 25 de Abril: da reivindicação económica ao movimento político — I. a fase* (*Ibidem*), acerca da duração das greves, algo profundamente ligado à proibição da greve que vigorou até ao 25 de abril. Ao nível do conteúdo, os aumentos salariais são a reivindicação mais constante associada a um leque diversificado de formas de contestação que iam desde a apresentação de cadernos reivindicativos, às baixas de produção e à greve, em alguns casos neste sentido “gradual” à medida que o passar do tempo não era sinónimo de um aliviar da intransigência dos patrões.

A expressão na imprensa que tiveram estes momentos de luta foi alvo de forte apagamento pelas estruturas de repressão do regime, nomeadamente a censura. Este aspeto é preponderante na medida em que, no período que sucede a este, de grande abertura e liberdade associada ao Processo Revolucionário, é frequentemente contextualizar as lutas operárias em função da entrada em cena dos novos partidos políticos e outras estruturas que apenas surgem depois do 25 de abril de 1974. O período imediatamente anterior a este, bem como, aliás, todo o Estado Novo, conheceu a contestação operária, e seria um erro caracterizar as lutas sociais nas fábricas e locais de trabalho como incipientes apenas na medida em que não têm expressão jornalística. Abril veio, primeiro que tudo, permitir a organização dos movimentos e atribuir-lhes um peso ao nível da opinião pública que foi política e historiograficamente determinante.

A explosão de abril

Todo o Processo Revolucionário em curso está preenchido com lutas operárias, tomada de controlo de empresas e outras unidades produtivas por parte dos trabalhadores, e estruturas de organização popular de vários âmbitos, na educação, habitação, entre outros. Tendo em conta a relativa antecipação do caso da Sogantal, em que a luta se inicia logo em março de 1974, a breve síntese descritiva do que foram os movimentos e momentos

de agitação e contestação nas fábricas portuguesas, em particular na cintura industrial de Lisboa, apenas abarcará os primeiros meses da revolução. Phil Mailer descreve da seguinte forma a situação nas fábricas a meio do verão de 74: “Every factory of any size is being reorganised. The workers are making demands which in most cases include a minimum wage and the saneamento (purging) of former managers. No group has called for workers’ control but workers have virtually seized control themselves” (Mailer 1977, 90).

Nesta primeira fase, as empresas públicas e privadas, de várias dimensões e sectores, onde a contestação se eleva, partem para a greve ainda de forma isolada, através da decisão interna dos trabalhadores. Paradoxalmente, as greves não são “fechadas”, ou seja, não se concluem nas reivindicações concretas dos próprios grevistas, mas espraiam-se em reflexões e afirmações mais ou menos elaboradas sobre a situação do país, nomeadamente acerca das relações laborais que tinham até ali sido dominantes, acrescentando-lhes um sentido político para o futuro. Este aspeto fica patente em múltiplos comunicados das comissões de trabalhadores. A greve, ou melhor dizendo, o alcance das reivindicações é entendido como passo para a concretização de uma sociedade democrática sem exploração. Entre as comissões de trabalhadores, presença de oficiais do MFA, e o modelo autogestionário, a reorganização é uma realidade em todas as unidades fabris, ainda que, por esta altura, a Junta de Salvação Nacional faça do exército instrumento para reativar unidades de produção ou serviços, ou limitar as consequências das greves (*Ibidem*, 95 a 98).

Falamos de greves, pois é a forma de luta dominante neste processo, somando-se frequentemente a ocupação. A ocupação das unidades produtivas surge em alguns casos como sequela da greve, mas este circuito pode dizer-nos mais sobre a entidade patronal do que propriamente sobre os trabalhadores, dado que a insistência vincada nas reivindicações determina que, caso as administrações cedam total ou parcialmente aos grevistas a paralisação cesse, enquanto a determinação em não ouvir os reivindicantes é um passo para que os trabalhadores forcem a gestão própria da fábrica.

Autogestão: breve conceptualização

“A autogestão é uma mudança radical da situação dos trabalhadores. Os trabalhadores não serão mais subordinados a um poder exterior; porquanto de simples vendedores da sua força de trabalho ao patronato, se tornarão, coletivamente, os seus próprios patrões, isto é, senhores e proprietários do produto do seu trabalho e da sua utilização no quadro da planificação democrática” (Confederação Francesa Democrática do Trabalho, 1976, 13).

A afirmação acima transcrita é a fórmula mais concisa, se bem que pesadamente literária, para definir o conceito de autogestão. Definir tal conceito empiricamente pode ser um risco quiçá maior do que deixarmos-nos embalar pelo poderoso teor ideológico que este tema contém na bibliografia, na medida em que o próprio tema do trabalho é, inevitavelmente, uma história de como conceitos ideologicamente comprometidos alavancaram os acontecimentos a que este trabalho presta atenção.

A autogestão afirma-se, em primeiro lugar, contra a heterogestão da empresa, expressão que designa o modelo capitalista aplicado às unidades produtivas. Os vários planos nos quais os agentes humanos que constituem a empresa têm presença (momentos de decisão, momento de execução do que foi decidido ou da produção, consequências das decisões tomadas ou consequências de acontecimentos e dinâmicas exteriores à empresa) são na empresa heterogestionada, caracterizados pela desigualdade e pela hierarquia. As decisões e a palavra não valem, em primeiro lugar, o mesmo para todos os agentes, na medida em que a propriedade dos meios por parte de uns, e não por parte de outros, é a chave para tomar decisões. A execução, o trabalho propriamente dito também se afirma desigual, na medida em que situações de maior precariedade fruto de um salário mais baixo, por exemplo, ou fruto de discriminações que somem, noutro exemplo, o género, também se afirmam como determinantes durante o dia-a-dia do trabalhador. As consequências da decisão são provavelmente o fator mais flagrante deste panorama de desigualdade, na medida em que aqueles que não tiveram nenhuma capacidade para decidir são também quem mais pesadamente sofre as consequências das decisões tomadas (Comissão Coordenadora das Empresas em Autogestão, 1981, 55 a 148).

De uma maneira geral, a empresa autogestionada mantém uma comissão de trabalhadores que dirige a empresa, e que recolhe a sua legitimidade de plenários ou assembleias de todos os trabalhadores, podendo também verificar-se rotatividade no órgão de Direção por parte de todos os trabalhadores. O âmbito das decisões que recaem sobre o órgão “representativo” (a comissão) ou o órgão de democracia direta (plenário/assembleia) varia também de unidade para unidade (Chauvey 1976, 183).

O processo revolucionário em curso, em Portugal, está repleto de casos em que os trabalhadores impuseram, a partir de baixo, um sistema autogestionário do seu local de trabalho. O caminho até aí chegarem não é uniforme, ou seja, não comporta para todos os casos as mesmas características. Segundo Phil Mailer, no início de agosto estima-se que 380 empresas tivessem já passado para autogestão (*selfmanagement*), mas José Medeiros Ferreira cita estimativas que alargam para um milhar o número de empresas nessa situação (Mattoso, Ferreira 1993, 111).

Percurso da Luta na Fábrica da Sogantal

Localizada no Montijo e inserida na Cintura Industrial de Lisboa, a Sogantal é uma das fábricas que se destacaram no plano nacional, por ser uma das primeiras empresas a entrar em autogestão após o 25 de Abril de 1974. Esta empresa de capital francês empregava um total de quarenta e oito operárias, entre os treze e os vinte e quatro anos, onde apenas o segurança e o diretor constituíam elementos do sexo masculino, uma particularidade marcante da época (Cabreira, Mão de Ferro, Madeira 2020, 167).

Nos primeiros anos, esta unidade fabril têxtil produzia somente luvas, tendo convertido a sua produção, depois de meados de 1973, para a produção de fatos de treino. Esta transição acabará por se refletir num degradar das condições de trabalho das quarenta e oito operárias que integravam a malha operária da Sogantal. A agudização da exploração e a diminuição progressiva dos salários das trabalhadoras terá um impacto significativo no percurso da própria fábrica têxtil, mas também no modo como aquelas dezenas de mulheres irão enfrentar as suas dificuldades e lutas, dentro e fora da Sogantal.

É no pós 25 de abril, ainda em 1974, que as trabalhadoras da Sogantal, pela natureza da sua luta e forma de organização, se aproximam progressivamente do Movimento da Esquerda Socialista, que as apoiou, de forma ex-

terna, durante todo o processo que antecedeu a autogestão e nacionalização da fábrica, bem como o fizeram com tantas outras unidades fabris em Portugal (*Ibidem*, 168). Ainda assim, e apesar deste apoio e força que se somava ao apoio da população local e que chegava de outras fábricas em situações semelhantes, a Direção da Sogantal tomou a decisão de recusar o caderno reivindicativo das operárias apresentado logo no início do seu processo de luta, alegando que tais medidas conduziriam a fábrica a uma situação financeiramente precária, e, em último caso, à falência.

Confrontadas com estas adversidades, as operárias da Sogantal reúnem e tomam a iniciativa de entrar em baixa de produção, como nos dirá a primeira edição do jornal *Combate*. Na sequência dos desentendimentos entre a entidade patronal e as trabalhadoras, e tendo em conta o próprio contexto que se vivia em Portugal, o diretor da fábrica acaba por anunciar o encerramento da fábrica. Este foi um ponto de viragem no percurso da Sogantal, uma vez que a partir daquele momento, a luta das operárias materializou-se num processo de autogestão e auto-organização da fábrica, dependendo exclusivamente das quarenta e oito operárias que ali trabalhavam, e da sua coordenação dos trabalhos e administração, garantindo o pleno funcionamento da unidade produtiva.

Com o nascimento de uma Assembleia Geral, que acabou por se transformar no órgão soberano de decisão da Sogantal, foram traçados passos fundamentais de afirmação da força e luta das mulheres (*Ibidem*, 169). Este processo revolucionário e radical, libertou as operárias da Sogantal da sua condição de exploradas e concorreu para uma tentativa de emancipação da própria mulher. Após momentos de maior dificuldade e tensão, mesmo depois do abandono da fábrica por parte dos patrões, aquilo que se vai verificar é exatamente uma maior união entre as trabalhadoras, uma crescente consciencialização das mesmas, acompanhada de um reforço da luta.

É então no *Jornal da Sogantal* que todas estas questões serão abordadas e reportadas, enquanto um coletivo que lutou pela definição de horários obrigatórios, pela abolição das hierarquias, pela rotatividade do trabalho, mas também pela igualdade salarial e por uma mão cheia de direitos que nunca deixaram escapar.

Os reflexos da luta da Sogantal no jornal *Combate*

Numa tentativa de tornar público o caso da fábrica da Sogantal, mas também de recolher apoio externo para a sua causa, as operárias iniciam aquilo que se pode considerar uma campanha de divulgação da sua situação junto da população local, mas também nos meios de comunicação que lhes estavam disponíveis. Surge a oportunidade de partilhar a experiência das operárias que trabalhavam na Sogantal, num jornal que “nasce e viverá segundo a evolução das lutas das massas trabalhadoras”²¹².

Na primeira edição do jornal *Combate*, lançada a 21 de junho de 1974, a luta da Sogantal teve direito a uma peça dedicada ao seu percurso reivindicativo, que contou com a publicação de uma entrevista às operárias da fábrica, onde diversas mulheres contaram a sua história coletiva. Traçando brevemente o percurso da Sogantal, as operárias entrevistadas falam acerca das respostas que obtiveram pela parte do diretor francês, dos problemas e dificuldades que enfrentaram durante anos naquela unidade fabril. Contam nesta peça que iniciaram a sua luta nos fins de maio do ano da Revolução de Abril, com a entrega de um caderno reivindicativo à Direção da fábrica de fatos de treino.

A redação de um caderno reivindicativo, a 20 de maio de 1974, apresentado à administração patronal, dá-se após a eleição de “uma comissão e uma delegada sindical” que as representasse de forma democrática²¹³. Este primeiro passo de luta das operárias da fábrica conta com uma vasta lista de reivindicações que traduzem os problemas sentidos. Desde um pedido das representantes sindicais eleitas por parte do patrão, ao pagamento de todos os salários em atraso, passando pelas mudanças nas próprias infraestruturas do local de trabalho, e ainda pelo aumento dos salários em 1250 escudos o caderno levantava uma série de questões e problemas que necessitavam de resposta, tendo sido redigido pelas próprias operárias. Pouco tempo depois da apresentação deste caderno reivindicativo, as operárias recebem a notícia de que a Direção da fábrica não estava disposta a negociar com as trabalhadoras, chegando a abrir um processo contra as trabalhadoras, alegando, como explicitam na peça jornalística, que tal decisão culminaria no fecho da unidade fabril.

²¹² Jornal *Combate* 1974, número 1, Editorial.

²¹³ Jornal *Combate* 1974, número 1, 1.

Na sequência desta decisão tomada pelo patrão francês, as operárias voltaram a reunir e decidem entrar em baixa de produção, enquanto simultaneamente ocupam a fábrica e os seus escritórios, ainda em maio do mesmo ano. No final do mês, o diretor da fábrica anuncia o encerramento da fábrica, declarando que os salários em falta não seriam pagos, afirmando que a produção estipulada pelos responsáveis não teria sido atingida pelas trabalhadoras, como nos indica a edição número 1 do jornal *Combate*, “Entretanto, na sexta-feira, dia de pagamento da quinzena eles disseram-nos que não nos pagavam pois quem não trabalhava não recebia o que era mentira pois nós estávamos a trabalhar, mas num ritmo mais lento.”²¹⁴

Confrontadas com esta situação, aquelas 48 mulheres tomam a iniciativa de vender os itens produzidos, “Então começamos a vender os fatos em vários locais”²¹⁵, conseguindo garantir o pagamento dos seus salários, decisão que afastará definitivamente os patrões da administração da Sogantal.

Tendo uma mão firme na administração e gestão da fábrica, como nos indica a própria entrevistada, “Estavam sozinhas a trabalhar na fábrica. Começámos a trabalhar com mais força e material que havia em armazém (...)”, as operárias fabris passam a recorrer a uma Assembleia Geral, que rapidamente se transforma num órgão soberano de decisão da Sogantal. Deste modo, traçam algumas linhas fundamentais orientadoras que se traduzem no rotativismo entre operárias em sede de Assembleia Geral, definindo esta como um local de discussão dos problemas identificados na unidade fabril, mas também como um local de discussão de soluções para essas dificuldades levantadas. Assim, imediatamente após o início da autogestão, é convocada uma Assembleia Geral, onde marcaram presença a esmagadora maioria das trabalhadoras, sem a participação da Direção anterior, para discutir o futuro da Sogantal enquanto uma fábrica em autogestão e auto-organização, gerida por um coletivo exclusivamente constituído por mulheres, e muitas destas menores de idade. Dessa Assembleia partem indicações relativas ao processo de transição da fábrica para uma unidade em autogestão, nomeadamente no que diz respeito ao despedimento de membros ligados à última Direção, e à distribuição de tarefas administrativas pelas diversas operárias, anteriormente desempenhadas pelo gerente e encarregadas, que haviam sido despedidos, à exceção de uma encarregada que estabeleceu um acordo para con-

²¹⁴ Jornal *Combate* 1974, número 1, 2.

²¹⁵ *Ibidem*.

tinuar a trabalhar na Sogantal com a contrapartida de passar a ocupar uma função igual às restantes operárias, recebendo o mesmo que estas.

Todo o processo de mudança de que a fábrica da Sogantal foi alvo, transformou significativamente as dinâmicas internas da unidade fabril, chegando a ser referido pelas próprias operárias que o ano de 1974, após o afastamento por parte da Direção francesa, foi um dos anos mais ativos, de liberdade e integração entre as trabalhadoras, destacando-se também a capacidade de trabalho e auto-organização do coletivo de operárias (Cabreira, Mão de Ferro, Madeira 2020, 169).

É no verão de 1974 que os patrões franceses interrompem este processo de libertação das operárias, invadindo a fábrica em agosto. Com o propósito de transportar para França a maquinaria e a produção fruto do trabalho das operárias, o diretor francês contratou catorze mercenários que assaltaram à mão armada a fábrica de madrugada. Esta situação gerou uma enorme confusão nas proximidades da Sogantal, havendo registos do aparecimento da população local que cercou as infraestruturas, numa tentativa de proteger a fábrica e o trabalho de muitas conhecidas e companheiras, como é mencionado no jornal *Combate*. Apenas com a intervenção da Guarda Nacional Republicana e do Comando Operacional do Continente foi possível terminar com esta operação invasiva encomendada.

A partir deste momento em particular, Pamela Cabreira faz ainda um paralelo com exemplos de outras empresas que entraram, nesta altura, em autogestão, seguindo uma via violenta que conta com apoio da população local para proteger os interesses das unidades fabris. Este apoio chegava de diversos modos, sendo que no caso da Sogantal, a população auxiliou a empresa também a nível financeiro, como é possível ler na entrevista do Jornal *Combate* “A população tem-nos apoiado, havendo até pessoas que compram fatos sem precisar deles.”²¹⁶. Aquilo que se verifica após este episódio é exatamente um reforço da unidade entre as operárias, mas também um reforço da sua luta perante a hierarquia do sistema capitalista, perante os seus antigos patrões, e perante os próprios valores opressivos característicos desse mesmo sistema. Como nos indica a terceira edição do jornal *Combate* que lançou o primeiro comunicado da fábrica da Sogantal, as operárias experienciaram de forma direta aquilo que era uma gestão feita e organizada pelas

²¹⁶ *Jornal da Sogantal* 1974, número 1, 1.

suas próprias mãos, tomando consciência de que não necessitavam de quem as explorasse para conseguirem produzir e assegurar a venda do produto.

A resistência das operárias ecoa no Jornal da Sogantal

Sob o lema “o nosso jornal é pequeno, mas é grande a nossa luta”, nasce o *Jornal da Sogantal*, já depois do início do processo de autogestão e controlo operário. A voz das quarenta e oito trabalhadoras ecoa nas páginas do jornal que não durará muitos meses, mas que se destaca como uma peça fundamental da luta das operárias da Sogantal numa fase introdutória. Com o propósito de divulgar as suas reivindicações, conquistas e vendas, as trabalhadoras redigem um primeiro comunicado para “explicar à população, principalmente à que vive perto da Sogantal, o que se passou e passa na nossa fábrica”, afirmando com convicção a justeza das suas lutas, “Estamos a lutar pelos nossos direitos e ninguém nos pode censurar por isso.”²¹⁷.

Recordam ainda na primeira página da primeira edição do *Jornal da Sogantal* todo o percurso que atravessaram, desde a apresentação do caderno reivindicativo, às decisões que tomam quando a entidade patronal lhes recusa uma melhoria das condições de trabalho, nomeadamente a entrada em baixa de produção e a ocupação da totalidade da fábrica, como mencionado anteriormente. Nesta edição, as operárias explanam ainda os diversos passos tomados em Direção a uma fábrica sob o seu controlo, destacando reuniões convocadas pelas mesmas, onde marcaram presença a “Comissão de trabalhadores, os representantes do Sindicato das Costureiras, a entidade patronal e um representante do Ministério do Trabalho (Delegação de Setúbal)”²¹⁸, onde foram informadas acerca do fecho da fábrica, informação que se confirma no dia seguinte, através de ordens que chegavam de França. Sem melhores notícias da parte do Ministério do Trabalho e do Ministério da Coordenação Económica em Lisboa, face a esta situação, as operárias procuram apresentar as suas principais reivindicações, já presentes no caderno apresentado anteriormente, recebendo uma contraproposta que não colmatou as suas dificuldades.

Aproveitando-se da máxima “quem não produz não ganha”, a entidade patronal nega o pagamento dos últimos salários às trabalhadoras que ha-

²¹⁷ *Ibidem.*

²¹⁸ *Ibidem*, 2.

viam adotado a baixa de produção como forma de protesto perante as precárias condições laborais a que eram sujeitas. A instalação das infraestruturas da empresa francesa na Cintura Industrial de Lisboa não é fruto do acaso, esta fábrica de capital estrangeiro que fazia parte de uma maior empresa, a *Lamont*, instala-se exatamente neste local com o objetivo de “aproveitar as condições altamente lucrativas que a exploração dos trabalhadores portugueses oferecia. E isto devido aos salários de miséria que podia pagar, e devido também à «docilidade» dos trabalhadores garantidas por toda uma repressão que, começando no local de trabalho se estendia até à bem conhecida ação das várias polícias.”²¹⁹. Esta análise feita pelas operárias é particularmente interessante, e demonstra também que de facto as trabalhadoras estavam conscientes da situação em que se encontravam e do próprio contexto de repressão e exploração em que se inseriam, como as próprias afirmam no jornal, “Não podemos ser despedidas e lançadas na miséria, só porque alguns capitalistas franceses nos explorarem desenfreadamente, não querem agora satisfazer as nossas justas reivindicações.”²²⁰.

Face a este cenário, as operárias fazem então ecoar no seu jornal as duas alternativas de resposta por parte da entidade patronal: Ou os diretores da empresa *Lamont* correspondiam às expectativas das trabalhadoras no que diz respeito às condições laborais, pagando salários e mantendo a fábrica de portões abertos, ou somente a garantia de uma oportunidade de trabalho numa unidade fabril que garantisse o pagamento dos salários. Ainda assim, as operárias acreditavam que era imperativo, independentemente da resposta dada pela *Lamont*, que a situação fosse levantada junto do “Governo Provisório e particularmente os Ministros do Trabalho, da Coordenação Económica e dos assuntos Sociais”²²¹, para que sejam capazes de assumir “as suas responsabilidades para com a classe trabalhadora portuguesa.”

Conscientes da importância e dimensão da sua luta, as trabalhadoras da Sogantal participam então neste, e noutros espaços de discussão durante este período, por uma representação digna dos seus interesses e resposta às suas reivindicações, sabendo que como a sua luta, existiriam outras semelhantes pelo país fora. Na sequência do apelo à solidariedade apresentado na Assembleia pela representante da Sogantal, surge na última página da primeira edição do jornal um novo apelo - “Apoiem a nossa luta” - que se faz

²¹⁹ *Ibidem*.

²²⁰ *Ibidem*.

²²¹ *Ibidem*.

acompanhar por um breve resumo daquilo que foi o processo de transformação da administração da fábrica no contexto do processo revolucionário, bem daquilo que foram as dificuldades atravessadas, e que vai também ao encontro do conteúdo presente na entrevista feita pelo jornal *Combate* às operárias.

Esta primeira edição do *Jornal da Sogantal*, publicada também com o intuito de angariar fundos, escrita e ilustrada pelas operárias da fábrica, constituiu uma forte ferramenta de luta das quarenta e oito trabalhadoras que, determinadas a lutar pela garantia dos seus direitos e pelas respostas às suas maiores dificuldades, terminam a peça afirmando com convicção que “Nós não somos ladras; simplesmente precisamos de nos sustentar e aos nossos filhos. Esperemos que a população compreenda e apoie.”²²².

É já na segunda edição do *Jornal da Sogantal* que as operárias exploram e publicitam as suas formas de luta, reivindicações e retratam a organização interna. No início do próprio editorial afirmam que “Nos tempos que decorrem, a informação é uma forma de comunicação indispensável.”²²³, demonstrando mais uma vez que reconhecem o valor da divulgação da sua luta junto da restante classe trabalhadora portuguesa, procurando afastar-se de um isolamento no combate à precariedade. Bem como afirma o editorial, “as operárias da Sogantal, cientes da importância que o exemplo da sua luta devia ter a nível nacional, sobretudo da importância da divulgação dessa mesma luta.”²²⁴, servem-se do jornal que fizeram nascer, para servir de exemplo e encorajar outras fábricas e operárias. Esta segunda edição é publicada já depois das trabalhadoras terem avançado com a ocupação da unidade fabril e com a venda dos fatos de treino por iniciativa própria, abordando ambas as questões no jornal, e fazendo um breve resumo daquilo que era a sua linha de atividade e luta na Sogantal.

As operárias esclarecem ainda os leitores acerca da questão da autogestão, no caso particular da fábrica no Montijo, que causou algum burburinho junto da população local e de outras unidades fabris nas proximidades, sublinhando que “sabemos que a autogestão (...) é impossível manter por muito tempo numa sociedade capitalista.”²²⁵, acusando diversas vezes o Governo de “cruzar os braços”. As operárias, num segundo comunicado, afirmam acre-

²²² *Ibidem*.

²²³ *Ibidem*, 1.

²²⁴ *Ibidem*.

²²⁵ *Ibidem*, 2.

ditar que “o Estado deve tomar conta dessas fábricas para evitar os despedimentos e pô-las a funcionar depois de um estudo, pois a maior parte delas são rentáveis.”²²⁶, reforçando mais uma vez a intenção de tornar a autogestão e o controlo operário numa situação temporária, apesar das melhorias nas condições de trabalho que verificaram. É na sequência desta tomada de posição que as trabalhadoras se fazem representar junto do Ministério do Trabalho e do Ministério da Coordenação Económica, após o encerramento da fábrica, propondo a “manutenção do funcionamento da fábrica pela qual o Estado passa a tomar conta da Sogantal, e pela qual deixaremos de fazer fatos de treino (pois o mercado de venda é pequeno em Portugal).”²²⁷. Com esta sugestão de reestruturação, que se faz acompanhar por medidas concretas, as operárias procuram, através do *Jornal da Sogantal*, uma maior divulgação da situação, num contexto ainda instável para as quarenta e oito mulheres.

Por último, nesta segunda edição do jornal das trabalhadoras da Sogantal, as operárias divulgam uma campanha dinamizada com o propósito de vender, antes do início de agosto, o milésimo fato de treino por elas produzido. Apesar de todo o apoio recebido pela população, bem como mencionado anteriormente, as trabalhadoras organizam esta iniciativa que simboliza o sucesso do controlo operário, que lhes permitiu garantir salários após o anúncio do encerramento da fábrica no Montijo. Assim, esta campanha tem também como fim “uma maior divulgação da luta entre os trabalhadores, e também o conseguirmos alargar a venda, atingindo outras zonas do país.”²²⁸. Esta campanha culminaria numa festa de solidariedade trabalhadora, na própria fábrica, para celebrar todo o apoio que receberam ao longo dos meses e que foi essencial para reforçar a luta das operárias, e que foi sendo abordado ao longo do presente trabalho.

No fundo, o *Jornal da Sogantal*, nasce como uma ferramenta essencial na luta por melhores condições laborais, local de publicação de reivindicações, preocupações e propostas de resposta, mas também de poesia, cartoons e ilustrações que espelhavam as suas visões e ações, fazendo deste espaço fulcral um molde de luta por si só. À semelhança daquilo que foi o jornal *Combate*, o *Jornal da Sogantal* “nasce e viverá segundo a evolução das lutas

²²⁶ *Ibidem*.

²²⁷ *Ibidem*, 3.

²²⁸ *Ibidem*, 8.

das massas trabalhadoras. Em todos os campos em que a luta de classes se manifeste.”²²⁹.

A Sogantal em autogestão

A autogestão não constituiu, em qualquer momento, uma reivindicação propriamente dita das quarenta e oito operárias da Sogantal. Na realidade, reivindicar uma gestão coletiva do espaço e frutos do trabalho é quase totalmente paradoxal, na medida em que o termo reivindicação depreende uma entidade institucionalmente incumbida de satisfazer necessidades expressadas por quem não detém esse poder - Uma Direção de fábrica, por exemplo, mas também um governo, uma estrutura do poder local, qualquer pessoa ou grupo em posições de poder, no fundo. Assumir que o poder já está nas mãos de quem reivindica é também afirmar o poder para dar uma resolução às reivindicações.

A autogestão da fábrica têxtil, surge, então, como uma proposta para resolver o impasse das reivindicações não correspondidas. No momento em que a Direção da fábrica de capital francês é intransigente face às reivindicações apresentadas em forma de caderno pelas trabalhadoras, afirmando que, em resposta às suas reivindicações e à baixa de produção, a fábrica fecharia, o que está em causa são os postos de trabalho das quarenta e oito mulheres. Com isto, quer-se dizer que a preferência pelo fecho total da empresa ao invés da aceitação das reivindicações fez escalar a situação, colocando de forma muito simples, dado que o problema das remunerações mais ou menos elevadas se transforma num problema de ter ou não ter qualquer rendimento/trabalho.

A autogestão trouxe a necessidade de mudar quase inteiramente as formas de trabalhar e gerir a produção, e fez aumentar o número de tarefas. As trabalhadoras explicam que, a somar às tarefas associadas à confeção dos factos de treino, surgiu a necessidade de se organizarem para pensar e executar estratégias de venda. Entre estas, encontramos a venda direta do material produzido, por quem tinha carro, em Lisboa, no Porto e em Braga. “Participaram em eventos, gravaram cantigas e criaram peças de teatro” (Figueiredo, Cabreira 2020, 130), dinâmicas que potenciaram os contactos

²²⁹ Jornal *Combate* 1974, número 1, 1.

com outras empresas dos quais se pode deduzir um nível de solidariedade com a luta das trabalhadoras da Santogal, e também ajudaram a aumentar as vendas. O próprio *Jornal da Sogantal* foi em si mesmo um instrumento de divulgação da luta operária que se travava, ao mesmo tempo que apontava muito concretamente os meios de apoiar as trabalhadoras: “Apoiem a nossa luta, divulgando o nosso jornal e comprando fatos de treino”.

O vocabulário utilizado pelas trabalhadoras, confirma que o modelo autogestionário não é um fim em si mesmo, na medida em que ao longo dos meses que se seguiram a situação da fábrica continuou a ser considerada como “a luta da Sogantal”, ou seja, uma situação de grande debilidade para as trabalhadoras. De facto, assumem frontalmente a utopia que, naquelas condições, é considerarem a manutenção da autogestão: “sabemos que a autogestão (...) é impossível manter por muito tempo numa sociedade capitalista.”

Da Sogantal para um país em revolução

Podemos identificar duas estruturas políticas a quem as operárias da Sogantal se dirigem: O sindicato e o governo, nomeadamente o I Governo Provisório.

O sindicato das trabalhadoras da Sogantal inseria-se num grupo de sindicatos de têxteis, lanifícios, costureiras e alfaiates, que no final de junho de 1974 decidem em assembleia em Lisboa fundir-se no Sindicato dos Têxteis e Vestuário do Sul do Portugal. As trabalhadoras da Sogantal argumentam que a fusão do sindicato fortalece a sua capacidade para defender os direitos das trabalhadoras. A fusão será aprovada por “unanimidade e aclamação”, fortalecendo também assim a luta das operárias da Sogantal, que apresentaram na reunião cartazes onde se lia “SOGANTAL, SIM À FUSÃO”, reproduzido em desenhos no primeiro número do *Jornal da Sogantal*. A presença das trabalhadoras nesta Assembleia e a sua ação dentro do sindicato remete para o objetivo de aprofundar a solidariedade entre os trabalhadores, como forma de sustentar a própria luta e aliviar a situação das próprias trabalhadoras.

As operárias mantêm também um elevado nível de crítica à atuação do Governo Provisório que se agudiza entre o primeiro e o segundo número do *Jornal da Sogantal*. Enquanto no primeiro comunicado afirmam ser responsabilidade do governo cumprir os compromissos com a classe trabalhadora

portuguesa, ainda sem tecer comentários sobre a atuação, no segundo comunicado o que fica patente é uma crítica mordaz à atuação do governo, que caracterizam com um “cruzar de braços” perante a situação da Sogantal. O que sugerem ao governo é a efetiva nacionalização (“tomar conta”) com o objetivo de evitar despedimentos e rentabilizar a produção (*Ibidem*, 2).

A forma de encarar estruturas de maior dimensão vêm em grande medida afirmar a mesma premissa que já tínhamos verificado ao olhar para a situação autogestionária. O sindicato enquanto grande estrutura de unidade para defender os direitos dos trabalhadores, e o Estado enquanto garante do emprego e da produção, leal à classe operária. Embora, na prática, as trabalhadoras da Sogantal tenham, através do governo próprio do seu trabalho, encontrado um conjunto de respostas não desfavoráveis à situação laboral em que se encontravam, nomeadamente o aumento dos salários, a diminuição dos horários e o usufruto de atividades de tempo livre, as operárias só encontram a sustentabilidade da sua situação através da intervenção de “poderes” exteriores à fábrica.

Conclusão

A Sogantal é sem dúvida um caso peculiar das lutas travadas nas empresas durante o Processo Revolucionário. A sua trajetória contém vários paralelismos com outras unidades fabris, mas a rapidez e urgência com que a autogestão se colocou como uma realidade para as trabalhadoras, e numa altura tão precoce da revolução, é um elemento original determinante para a histórica desta fábrica e destas operárias.

Concluimos que as operárias estavam dotadas de um nível de consciencialização política, ou pelo menos, em contacto com os meios para tal, que lhes permitiu, desde muito cedo, tecer amplas considerações acerca do funcionamento e estrutura económica do país, e articular esse aspeto com a sua própria situação, como demonstrado pelos temas que abordam no *Jornal da Sogantal*.

Foi também possível perceber que associavam a precariedade da sua situação, incluindo a precariedade do sistema autogestionário, à necessidade de se articularem com outras empresas, sindicatos e população do Montijo, concorrendo para isto a dinamização de eventos, a participação em assembleias, e o próprio jornal por elas produzido. No que toca à autogestão pro-

priamente dita, as operárias dão mostras de uma extraordinária criatividade ao nível da capacidade de organização, que lhes permitiu somar ao trabalho de confeção dos fatos, momentos de venda em locais longínquos, grupos de trabalho de dinamização cultural e políticas, e estratégias de venda articuladas com a estratégia de divulgação da luta.

O que o caso da Sogantal vem demonstrar é que a conteúdos e formas reivindicativas iguais não correspondem sempre os mesmos resultados. A ação, ou melhor dizendo, a reação da entidade patronal a estes conteúdos e formas, foi, no caso da Sogantal, determinante para gerar, da parte das operárias, a resposta verificada. Com isto, depreende-se que para além do que a politização ou instrumentalização das lutas operárias pode ter de conseqüente, a posição que as entidades patronais optam por assumir é determinante para os caminhos que a luta laboral acaba por tomar.

Fontes

Combate. 1974. Ano I. Número 1.

Combate. 1974. Ano I. Número 6.

Jornal da Sogantal. Número 1.

Jornal da Sogantal. Número 2.

Bibliografia

ÁNGEL, M. 2020. A autogestão no processo revolucionário português de 1974-75. Em *Atas do III Congresso História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*. Parte I. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 201-224.

CABREIRA, P. P. 2020. *História do Movimento Operário e Conflitos Sociais em Portugal: Congresso História do Trabalho, do Movimento Operário*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea.

CABREIRA, P. P. 2020. Trabalho como resistência: luta operária de mulheres durante o período revolucionário português. Em *Atas do III Congresso História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*. Parte I. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 201-224.

CABREIRA, P.; MÃO DE FERRO, F.; MADEIRA, J. 2020. A autogestão das trabalhadoras da Sogantal, durante o período revolucionário português: uma análise segundo o *Jornal Combate* (1974-1975). In Pamela Cabreira, *As esquerdas radicais ibéricas entre a ditadura e a democracia: percursos cruzados*. Lisboa: Edições Colibri, 165-172.

CHAUVEY, D. 1976. *O que é a Autogestão*. Lisboa: Edições 70.

- COMISSÃO COORDENADORA DAS EMPRESAS EM AUTOGESTÃO. 1981. *A realidade da autogestão em Portugal*. Lisboa: Perspectivas e Realidades.
- CONFEDERAÇÃO FRANCESA DEMOCRÁTICA DO TRABALHO. 1976. *Autogestão e Sindicalismo*. Lisboa: Base.
- FERREIRA, J. M. 1994. Autogestão na Sogantal. Em Francisco Martins Rodrigues. *O Futuro era agora: o movimento popular do 25 de Abril*. Lisboa: Edições Dinossauro.
- FIGUEIREDO, J. F.; CABREIRA, P. P. 2020. Entre a autogestão e o controlo operário: os casos da Setenava e Sogantal durante o período revolucionário português (1974- 1975). In *Cadernos do Arquivo Municipal: A Indústria e Operários nos séculos XIX e XX*. Série II, (Número 13), 123-136.
- MAILER, P. 1977. *Portugal, the Impossible Revolution?* Universidade de Michigan: Solidarity.
- MATTOSO, J.; FERREIRA, J. M. 1993. *História de Portugal. Portugal em Transe*. Volume XVIII. Lisboa: Estampa.
- SANTOS, M. L.L.; LIMA, M. P.; FERREIRA, V. M. As lutas sociais nas empresas e a revolução do 25 de Abril: da reivindicação económica ao movimento política – 1º fase. *Análise Social*. Volume XI, 266-335.

Why do we need gender archaeology when studying factories?

*Susana Pacheco*²³⁰

Introduction

The Working class has frequently been analysed as a whole, in historiography and archaeological studies, especially in Portugal. It is also common to see investigations that divide it according to geographical regions. This analysis leads us to believe that all the members of a certain region's working class (for example Lisboa) were the same, had the same problems, the same concerns, and backgrounds (Rosas 1994, 91). In most cases, gender divisions are non-existent, as if a man and a woman working in a determined industrial place were equals, had the same privileges, or concerns, and unfortunately, such assumptions remain today (Varela and Pereira 2021).

When it comes to Portuguese Industrial Archaeology discussion of people is mostly non-existent. When they happen, they usually are done in the same general way, referring to them as a collective entity. They are referred to only as workers as if they are emotionless machines, part of a chain of commands, or as mere numbers, percentages, or dots in maps.

More recently, some attention has been given to women (although we are still far from what we should be doing), but once again these people are mostly reduced to numbers (Baptista and Alves 2019, 524). It is (or it should be by now) known that women had an important role in Portuguese industry. So, why are they not been given the rightful attention, by historiography and archaeological research? Being remembered and historically studied should not be a women's right like it is for men?

It can be argued that the sources are scarce and that women had constantly been silenced by legislation (Guimarães 1986). However, we have other resources which could allow us to better understand these people's lives and deconstruct these narratives, but they keep being ignored by most historians and archaeologists. One of those alternative sources of material-

²³⁰ CFE-HTC, Universidade Nova de Lisboa
<https://orcid.org/0000-0002-5503-8845>. E-mail: susanalfsdpacheco@hotmail.com

ity is photographs, which should be looked at both as objects and as images (Edwards and Hart 2004, 9). Being both images and objects, they are present in social and cultural experience, entangled with the subjective, provoking different sensations in the ones who contact with them (*ibidem*, 1).

Although, as helpful as they can be in the process of deconstructing certain ideas or narratives, we can never forget they were frequently used as propaganda. This means we should not assume that if something is represented in a photograph that it was necessarily true or happened exactly that way. Obviously, it does not mean that they lose importance, it just means that we should be careful when analysing and interpreting them. Of course, not every industrial photograph was staged, but it is important to know that several of them were. These are the issues this paper aims to debate.

Where are women in Portuguese industrial archaeology?

Portuguese industrial archaeology, with a few exceptions (Sequeira and Casimiro 2021), usually ignores the individuals (Santos, Sequeira, Texugo 2022²³¹). The ones who worked in industrial places, the unknown citizens who performed the hard work are the main “victims” of that. Studies about the employers or the owners of the factories have been developed (Custódio 1994; Cordeiro 1996; Ventura 2007; Faria and Mendes 2011; Guimarães 2019; Amaro 2021 only as examples), but we cannot say the same about the rest of the people who were present in industrial environments. Most of the time workers are mentioned in these studies, they usually appear as mere numbers or percentages in graphics or tables, which is problematic.

Besides economical historiography, we can see mentions of the working class in historiographical studies with a theoretical Marxist orientation, as for social conflicts (Varela 2010; Patriarca 1978; Paço et al 2013 only as examples), but even then, they are barely treated as human beings, let alone as individuals. Although concerning, these silenced or excluded people still have a few mentions in historiography, which is more than working class women ever had. Usually, they are just included as part of the “package” of workers, as if all their lives were just the same.

²³¹ https://www.youtube.com/watch?v=fKiQvc5gyr8&ab_channel=Associa%C3%A7%C3%A3odosArque%C3%B3logosPortugueses (Consulted in 23/07/2022)

But leaving economical historiography aside for a while, and focusing on archaeological studies, it is possible to verify that the situation is not so different, if not even worse. Most of the studies being developed over the years are focusing essentially on industrial architecture, engines, tools, products, surveys, and barely care about the people (Custódio 1998; Folgado 2004; Costa and Cordeiro 2013 as examples). Even studies about working class houses focus more on architectural and construction aspects than how were the lives of the people who lived there (Ramos 2010). The differences between people of different genders residing there together are completely left out.

As mentioned above, the situation for women who were part of the working class is even more concerning. It can be argued that the sources are scarce to study anonymous women in those periods, especially in those realities (industrial places). However, is it not the case for other times as well? Archaeologists usually (at least recently there has been an effort to do it) consider women in their studies, through the materiality they find. So, why not do the same for industrial places as well? If written sources are so important for archaeologists who dedicate their work to these realities, and if to study women they are clearly insufficient, why do not we, archaeologists, look for other sources or materiality, such as photographs, for instance?

In my research, I could not find a single paper specifically about women in any kind of industrial place from an archaeological perspective in Portugal. Should we not be worried about this? Should we not try to change this scenario instead of insisting on presenting similar papers repeatedly? Should we not, as archaeologists, who argue to have (at least in theory) as the main concern understanding past and present societies, ask different questions about the evidence we have in front of us? Should we not be more concerned about trying to know how those people's lives were instead of understanding why the architect X projected the building Y that way?

How can photographs help us to deconstruct narratives?

The relationship between people of different genders inside a working place is a topic that has not been properly discussed by archaeologists yet. However, it is (or should be, by now) widely known that inside an industrial place men and women had always (at least until recently, if not in the pres-

ent as well) had different treatment, different rights, and different salaries. Knowing these aspects, as I believe archaeologists who dedicate to these areas do, how is it possible that it continues to be ignored?

It can be argued that the typical sources archaeologists use are scarce. What can be found in an abandoned industrial place can give us an idea of some aspects of the daily lives of the people who worked there, but then it is necessary to complement that with other sources, such as documentation, photographs, or even the recollection of testimonies from those people. And that is precisely here, in my opinion, that the problem begins.

Portuguese historical documentation barely mentions these women, except to indicate how many of them worked in a certain industry or in a specific factory. Quick research in the *Inquéritos Industriais* or *Boletins do Trabalho Industrial* shows us the number of women working in a particular place or the regulation of female work, but the information practically ends there. While this seems to be enough for several historians and archaeologists, there are still other sources at our disposal, and they should be taken into consideration.

One of them, and that some archaeologists usually turn to, is the recollection of testimonies, but the “important” questions are constantly left out. As mentioned by Jörgen Skågeby and Lina Rahm, “when ‘faced with an unfamiliar machine’, do we ask ‘how was it used?’ or ‘what can it do?’” (Skågeby and Rahm 2018, 7). Unfortunately, when faced with the opportunity to talk to someone who worked in an industrial place, most Portuguese archaeologists still ask questions such as those about the factory equipment. They are constantly more concerned with the number of machines existent, or the production capacity of that factory, instead of trying to understand how workers’ daily lives were, let alone how people of different genders interacted there, those aspects are still considered secondary (or irrelevant) to study an industrial place.

But what is the purpose of knowing everything about the products and the machines that once existed in an industrial place if then we do not know a single aspect of how an ordinary (or not-so-ordinary) day in that place was? If we keep ignoring the kind of adversities those people had to face? Unfortunately, that is not just a problem of past times, and different forms of oppression are still present in our society nowadays (including towards women). We, as archaeologists, could use our studies as a form of activism (Kiddey

2020). By ignoring aspects such as these ones, we simply are choosing not to and to be complacent with them.

I know that it is often hard for people to talk about those times, especially if they were tough. So, it is understandable that people who suffered more at work in industrial places have more trouble in giving testimonies for archaeologists to study. This may constitute another challenge for archaeologists who work on these themes. Nevertheless, other sources are still available, like photographs, which can be extremely useful if looked at correctly. Sadly, archaeologists tend to ignore them. When analysed, usually it does not happen in the proper way, using them only to confirm something they already assume to know. Archaeologists believe (more often than they should) that if something appears in a photograph it is necessarily true and happened exactly like that.

Most archaeologists still look at photographs as an objective source of knowledge, as if no kind of manipulation existed. Sometimes even stating that paintings are subject to a client's will, who chooses what should or not be included, while photography serves merely as a way of recording reality just the way it is²⁵². This idea could not be farther from the truth, as I will try to show in the next section of this paper.

But let us take a step back and focus on the real importance of photographs. They can be especially helpful in the process of understanding the daily lives of factory workers, particularly women. For them, documentation is even more scarce, and (at least in my experience) usually, they are the ones who feel more uncomfortable talking to some stranger (i.e., archaeologist or anthropologist) about their past lives as factory workers. This difficulty they feel is probably related to the fact they suffered quite a lot while working there, even more if we keep in mind how catholic and conservative Portugal has always been. If they are not rightfully mentioned and represented in the documentation and they feel uncomfortable giving testimonies, photographs are one of the few remaining sources to study them. So, it is important to look at them and analyse them in the proper way, using them to deconstruct pre-established narratives instead of assuming they will just serve to prove what we already know.

One of the most flagrant ideas that photographs can help us deconstruct is the importance and role of women inside an industrial place. It is

²⁵² Arqueoclass – Lição nº 2: Parte II Arqueologia Industrial. Available in: https://www.youtube.com/watch?v=d-OeD83SzjU&t=515s&ab_channel=ArqueoExplorers (Consulted in 21/07/2022).

often assumed by archaeologists that women's place in a factory is limited to light work, and documentation is not usually useful to review these ideas. So, unless we find someone willing to give us their testimony (assuming their memory is not playing them tricks), photographs (and sometimes moving images too – which is not the focus of this paper) are our only source to understand each people's place in a factory unit or other kind of industrial place. The following example shows exactly how far from the truth is the idea that women executed only light tasks in industrial places.



1 – Photograph of São Pedro da Cova Coal Mines, by Maria Lamas, in “As Mulheres do Meu País”, pág. 375. Not covered by Copyright (available at https://alexandrepomar.typepad.com/alexandre_pomar/2008/09/maria-lamas-nr-iii.html).



2 - Photograph of Robinson Factory in Portalegre, by Mário Novais. Not covered by Copyright (available at <https://www.flickr.com/photos/biblarte/23074737012/in/album-72157606220845802/>).

In the first photograph, taken by Maria Lamas, we see a group of two women pushing a wagon full of coal over rails in São Pedro da Cova Coal Mines. In the second photograph, taken by Mário Novais, we see a similar task (but instead of coal, the wagon is full of cork) being executed by a group of two men. There are several aspects relevant to analyse in these two photographs, as we will see. But perhaps the first thing we need to understand, to examine them, is who their authors are, what is their background, what are their motivations, or what led them to capture these moments with their cameras. Only after identifying these issues, we will be able to comprehend these photographs and why they are the way they are.

Maria Lamas (1893-1983) was a Portuguese writer and journalist. Between 1948 and 1950 she wrote and illustrated a book that is considered “the first systematic use of photography to oppose Estado Novo propaganda: a counter-discourse” (Cabral 2021, 234), entitled *As Mulheres do Meu País* (that included the photograph in analysis). With this book, her intentions were to record how Portuguese women were at the time, in different regions of the country, with different occupations according to their social background, as

a result of the author's opinion and ideology through the Portuguese political situation, which also gives her a certain biased approach to these women (Cabral 2021, 234-235).

Mário Novais (1899-1967), on the other hand, was a photographer that did not oppose the regime at all (he even got to photograph Salazar in what seems to have been a private session – which certainly was not something that just any photographer could “achieve”). He was a photographer that owned a studio and worked on commission, which meant he had to please his clients if he wanted to keep them happy and get paid. In fact, in 1941, this photographer gave an interview where he confirmed to work with photo-montage (there go all the arguments of photography being always objective) (André 2018, 229). He certainly was not the only one to do it. Even photographers who opposed the regime could have done it, we do not know.

Knowing who these photographers were, it is easy to conclude how distinct their motivations were, which helps to explain how different these two photographs also are (even if they look similar at first sight). In the first, the intent was to show us women's work in an industrial place. At least it was not made with the intention of pleasing a client that would pay for it, it is just the author's vision of that situation. In the second one, the photographer was getting paid to shoot the camera and capture that moment according to the client's wishes. The first photograph also includes a caption, where the author exposes her motivations “This photograph helps to evaluate the violence of coal wagon's transportation services (...). This effort is repeated dozens of times a day, always the same, always crushing. It is surprising the women's resistance, that executes it without any help, solely at the expense of their sore muscles.” (Lamas 2002, 375). The second one does not have any caption by the author, or at least I could not find it in my research.

Analysing these two photographs more closely, it is possible to notice a few aspects. In the first one, neither of the women is wearing a jacket, and their sleeves are rolled up on their elbows. The woman in the foreground uses what seems to be a scarf on her head (possibly to protect from the sun), and we cannot see any signs of clouds in the sky, which leads us to infer it was a hot day (certainly making the job tougher). In the second one, although clouds in the sky are still not seen, the men are wearing long sleeve (not rolled up) shirts, and a jacket with a hood on their heads, leading to believe the day was not that warm. Showing us these tasks had to be completed no matter the external conditions. As for the rest of their clothes, women are

wearing skirts and tights which, as a woman, let me tell you, is not the most comfortable outfit for a working day. But in a conservative and catholic country in the late forties, as Portugal was, it was almost mandatory to wear a skirt preferably with tights (no matter how hot the day was, a woman not wearing tights would be considered to have deviant behaviour), even if you worked in the industry. We can also verify they were wearing slippers which, once again, certainly were not the most comfortable type of shoes to push a wagon for who knows how many kilometres, over several hours. The men's shoes are not visible, since their long pants are covering them, but it is doubtful they were wearing slippers. Those were not so common for men to wear back then. Even these aspects, that at first sight could be considered secondary or even ignored, show us the differences that women and men had to deal with in their workplaces. While the first ones had to obey society's customs and norms, the seconds could wear comfortable outfits, more adequate for the tasks they were performing.

Another aspect of these photographs, that immediately called my attention, is the fact that in the women's photograph a white man (wearing what seems to be a hat) can be seen in the right corner. This indicates the presence of a supervisor, while in the men's photograph that does not happen. Can this mean that women were believed to need more supervision than men? Or that, since the second photograph was clearly taken as propaganda, supervision was not welcomed (as we will see next)? This is just one (among hundreds or maybe even thousands) example(s) of how helpful photographs, when looked at carefully and in detail, while asking the right, more humane, questions, can be. They can be a powerful source to better understand how those people's lives were, especially (in this case) concerning gender differences in the workplace.

Can photographs still be interpreted as objective sources?

As Roland Barthes stated, "photograph is a message" (Barthes 1977, 15). If that is so, we can infer that they are never neutral and must have some sort of "connotation, the imposition of second meaning on the photographic message" (Barthes 1977, 20). Assuming this is the truth (as I will try to exemplify later), how can we keep saying that photographs are faithful, true, and objective representations of reality?

Several techniques exist that can manipulate an image (even without using recent technological tools like *Photoshop*), such as framing, layout, posing of objects, and so many other “tricks”. Photographers have always resorted to them to transmit messages to viewers. Being that easy to create and manipulate an image, taking significantly less time to make than paintings did, it is not surprising that photography had such a fast, huge, and global acceptance. Some can even say it became a powerful weapon to spread a message, after all, how many times have we heard the expression “a picture is worth a thousand words”?

If we recognize the power of images and being photography the easiest and fastest way to obtain them, it is not surprising that governments have often used them to spread their ideas. 20th Century dictatorial regimes are the perfect example of that. Hitler, Mussolini, Stalin, Mao, Franco, or Salazar, all used them to spread their messages to the people. Besides, illiteracy rates were still quite high back then, making photography the simplest way to reach everyone. Knowing all of this, how can so many social science researchers keep saying and using photographs as objective sources that (as they defend) are telling us the truth exactly the way it was?

Let us now take focus on Portuguese reality. In his inaugural speech of the National Propaganda Secretariat (SPN), on 26 October 1933, Salazar emphasised that SPN should “use the image and the number as the most striking expressions, most eloquent facts of public life”. In fact, it certainly was the reason why the first propaganda exhibition of Estado Novo used statistics, advertising, and photography in a massive way to present the facts of Salazar’s governance (Serra et al 2021, 26). In order to spread the messages, the government wanted to propagate, hundreds or thousands of photographs were taken by the regimes’ “favorite” photographers of all aspects of public life. But governments were not the only ones using photographs as advertising or propaganda. Company owners used them too, and industrial photography was a way to show the greatness and quality of those companies and their products. Obviously, this does not mean that all industrial photographs were staged.

But certainly, the dirty and worrying aspects of the industrial sector were to be left out. That is probably why we have so many clean photographs of industrial places. Does someone really believe that a factory was supposed to be a clean (sometimes almost immaculate) place? Well, we may have that conscience now (or at least the ones of us who accept photographs are not

always faithful to reality), but back then the situation was different. Portugal was mostly a poor country where illiteracy rates were high (in fact, in 1970 almost 26% of the population was still illiterate, with even higher rates for women²³³), so it is understandable that most people believed those images to be real or had bigger problems to even care about that. If industrial work was so clean and easy as some photographs suggest, who would not want to work there? Besides, by doing so, people were being patriotic by helping the country to develop.

As for women, the situation was a bit different. In this conservative and catholic country, women did not have many rights and were supposed to stay at home, taking care of their husbands, children, and household duties, but that was not always possible. The small salaries of their husbands or fathers often made them had to leave the household chores for a secondary plan or abandon school to go work in the factories, otherwise they (and their entire families) would probably starve. Besides, believed to be inferior creatures, they had lesser rights, which also meant smaller salaries, being more profitable for factory owners to hire them. But even those who worked in industry had to keep a certain image, and for the government that was important too. Women certainly could not be seen as strong and independent people, they should be kept in their places, even when they had to work outside of their homes because they had no other alternative. In the following examples, questions such as those of women's appearance and the importance of photography as propaganda will be discussed.

²³³ <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela> (Consulted in 25/07/2022).



3 - Photograph of Braço de Prata Factory in Lisboa, by Mário Novais. Not covered by Copyright (available at <https://www.flickr.com/photos/biblarde/5204007306/in/album-72157606220845802/>).

Looking at this photograph, we can immediately acknowledge several of the aspects mentioned above. However, before addressing them, it is important to mention the fact that this photograph was taken by Mário Novais (sometime during Estado Novo). This means that it was a commissioned photograph, most certainly taken as an order by the owner(s) of the factory. So, he/they had to be pleased, otherwise, the photographer would risk not getting paid.

This was taken in Braço de Prata factory in Lisboa, a factory specialised in military equipment. Here we see women working in the sewing workshop, producing what looks like to be shoes or boots. According to society's norms of the time, a military equipment factory was certainly not the best place for a woman to work on. Though, in this photograph, they are portrayed in front of sewing machines, equipment traditionally associated with this gender. Nevertheless, other photographs exist of women working in other sectors of this factory, all taken by the same photographer. A common aspect of all of them is cleanliness. No matter what kind of machines women are working with or the type of objects they are producing. In fact, of all the ones I could

find, this is the messier one. There are several objects on the floors, while in some of them, the floors are so clean that one could be led to believe the industry is a clean and easy sector to work on, after all. Besides, for society, women should take good care of their homes, keeping them always presentable and clean, so it would be better propaganda for the government's values to show they did the same in their workplaces.

Taking a closer look at this photograph, some aspects immediately come to mind. The first is that the supervisor is a man (on top of the working bench, wearing a tie under his uniform). Let us not forget that women were considered inferior beings when compared to men. So, they could not assume positions of power as one of supervisors, let alone that if they did, it could mean a woman supervising a man's work, which surely was unacceptable. But if we really look closely, we will notice the only supervisor is on the women's working bench, while there are several men minding their jobs. Why are they not being supervised as well? As mentioned above, women could not be seen as independent people, and they needed a supervisor, while men did not. This is one possible explanation. Another is that the owner(s) did not consider women to be trustworthy to develop their jobs correctly and efficiently without any supervision.

Another issue that deserves attention is the fact that besides the aforementioned supervisor, who is looking directly at the camera, no one seems to even notice the photographer's presence. This leads us to believe the photograph is not staged or is it? Most photography of industrial places had to please the clients. It meant they had to represent the owner's idea of the factory, because without them they would not even exist. Entering factories were completely forbidden without their authorisation. This frequently meant portraying clean workplaces, focused employees, minding their tasks without any distractions, happy workers, and always busy (Monteiro 2013, 581). No owner would want to show (and therefore pay for) a photograph where his employees are seen taking breaks or talking to their colleagues instead of minding their own work, or even a dirty workplace. What image would that give of the factory? Definitely not one that would please the company's clients. Thus, it would be preferable to take photographs that looked like the workers were all so pleased with their jobs, that they would not even notice the photographer's presence. In the next example this question will be analysed in more detail.

In this photograph, every woman is wearing the same uniform, showing how organized this factory was. They even provided similar uniforms for every employee, or at least that's what the owner(s) and consequently the photographer wants us to believe. This was not the reality of most Portuguese factories. In this photograph not a single woman has messy hair, leading us to believe their tasks were so easy that nothing would get messy. Women of different ages are portrayed here, including the elderly. Another proof of how easy women's work in industrial places was, or at least that was the idea these photographs wanted to transmit to society. Earlier in this paper, I discussed that it was not always the situation.



4 - Photograph of Couraça Factory in Lisboa, by Mário Novais. Not covered by Copyright (available at <https://www.flickr.com/photos/bibllarte/5342206227/in/album-72157606220845802/>)

This photograph, also taken by Mário Novais, during Estado Novo at Couraça Factory in Lisboa, was also commissioned. This factory specialised in soap, toothpaste, skin cream, perfume, and some makeup. So, it was certainly considered by society a more adequate place for women to work, than a military equipment factory. Most of these products were largely associated with the female gender. Once again, several aspects can be discussed from this photograph. But first let us notice how much this woman must have loved her job, that not even a photographer almost on top of her would distract her from it. While I cannot know how much of the previous sentence is true, it can be inferred that this was the idea the owner(s) wanted the photographer to transmit to the “outside world”. Once again, to be pleased, the client had to see focused employees in a clean environment, but it was technically impossible not to notice the photographer’s presence. To take a photograph with the quality of this one, especially in an interior place, proper lighting was necessary, and the photographer could not be that far from the subject. Zoom lenses exist since the 19th century, however, it was only in 1959 that a version of a zoom lens with good image sharpness and a minimum of optical anomalies was produced²³⁴. So, unless this photographer was one of the first in the world to have one of those, and even if he was, he would still need proper lighting. This means that in an interior space, it was impossible for this woman not to notice his presence while being photographed.

Once again, this woman is wearing a skirt below the uniform (although it is not noticeable if she is wearing tights or not), but an interesting aspect is that she is wearing high heels, and although the totality of the shoes are not seen, they look like sandals. This certainly was only possible because her job was easy, or was it? Often in factories, a person performed the same task for the entirety of their shift. If it was the case for this woman, it meant she would spend several hours standing on her feet, so heels were not the best option, but women had always to appear a certain way to be respected, even if that caused them tremendous pain, which meant that using heels was probably a habit on this woman’s life, no matter the situation or place she was in. In this photograph, the woman is working with an unidentified paste that probably contained chemical components. However, she is not wearing any sort of protection, which is a common aspect of all the photographs analysed in this paper. Since most of the photographs analysed here are com-

²³⁴ <https://mikeeckman.com/2021/06/keplers-vault-94-the-history-of-zoom-lenses/> (Consulted in 13/09/2022).

missioned, it shows that those were not concerns of the society. Otherwise, owners would be careful to only allow photographers to shoot their cameras when all the security measures were assured.

The previous examples show us just a few issues (much more could be addressed) that prove photographs are not always as trustworthy as some researchers want to believe, which does not mean they are not extremely helpful sources, in fact, is quite the opposite, as long as they are analysed carefully.

Conclusion

Portuguese industrial archaeological research still lacks studies about the working class, and for women, the situation is even more concerning. Sometimes researchers argue that since sources are scarce, it becomes difficult to change this scenario, and most are yet to recognise photographs as the powerful source they can become if looked at and analysed carefully.

Hundreds or maybe even thousands of photographs from Portuguese industrial places survived until our days. But for sure many others disappeared over time, so why did these survive instead of others? Although I do not have the answer to this question, I believe that, as for almost everything, that is related to the photographer's name, the more famous he/she is, the higher the probability of his/her photographs being kept safe, thus surviving longer. Sure, we do not have access to all the surviving photographs as, although smartphones and digital cameras have not always existed, for sure thousands of other photographs were taken in industrial places across the world over decades, by the owners, the employees in some special events, or even others. And since they were taken by anonymous people they are not of public knowledge (and several did not survive for sure), thus they cannot be found as easily as the ones taken by recognised photographers. But even so, we still have thousands of photographs that we can use in our research, not only for industry, but almost for every sector of society, since their appearance, and their full potential is yet to be generally accepted. Only through photographs, we can analyse some issues that are not visible anywhere else, besides they can help us deconstruct narratives that are often assumed to be undeniable truth, even if that is not necessarily the case.

Ideas such as the work developed by women being light and easy are still present in archaeologists' minds nowadays. Photographs are extremely helpful to deconstruct that, as we could verify through the previous examples. However, that is not the only myth that occupies archaeologists' minds. There is still an idea that photographs are objective sources that will show us exactly how things happened. That is another aspect that this paper tried to deconstruct. Besides, they can also help us to better understand the relationships between different genders inside a workplace. Also, the way society saw or imagined those people, since those ideas were conditioned by photography, was quickly realised by governments across the world.

Governments had no problem recognising that and took as much advantage of it as they could, by manipulating photographs for their own good. However, some researchers seem to have yet to realise that photography is not always a truthful, and objective image, that needs to be analysed carefully. As for social scientists, especially archaeologists, how is it possible to keep saying that if something is represented in a photograph is because it happened just like that? Photography has always, since its appearance, had a significant role in society, in fact there several expressions exist that prove exactly that, like the famous "pics or didn't happen". This proves that even nowadays, despite all the staging *Instagram* looks, several people still assume photographs to be the most faithful representation of reality, meaning they have (and will always have) a tremendous influence on the way they see and interpret some event or object portrayed on it. This means photography holds a huge part in the way our memories are constructed, both as individuals and as a collective society. So, as archaeologists or social scientists, we should start addressing these issues more often and more carefully.

Some of the issues debated in this paper are still (unfortunately) a reality today, at least in some societies. So, we should go further with our research. Instead of addressing the same issues repeatedly, as is flagrant for Portuguese industrial archaeology, is important to start using the tools we have available to lead more humane and activist research. By doing this, we will be helping present societies to deal with these issues, so they do not keep happening in the future. Recognising photographs as a source to study issues such as gender, racial, ethnic, religious, social, or sexual discrimination, which can also help us to better communicate our investigations to society is a good start. They are more appealing than statistics, spreadsheets, percentages, charts, or maps. Governments, advertising, and commerce have

quickly realised the power of photography to spread a message, so why are we (researchers) yet to recognise that?

Bibliography

- AMARO, António Rafael. 2021. “Teoria Económica e História Empresarial: Empresário e Capitalista em Joseph Schumpeter”. In *História, Empresas, Arqueologia Industrial e Museologia*, edited by Irene Vaquinhas, et al., 33-58. Coimbra: Coimbra University Press.
- ANDRÉ, Paula. 2018. “O valor patrimonial da fotografia impressa enquanto campo discursivo da metaimagem em Portugal (1934-1948)”. In *interFACES* 28 (2): 218-251.
- BAPTISTA, Virgínia and ALVES, Paulo Marques. 2019. “As Mulheres trabalhadoras em Portugal (1890-1970): as representações sobre o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado numa perspectiva feminista”. In *Actas de las XIV Jornadas Nacionales de Historia de las Mujeres y IX Congreso Iberoamericano de Estudios de Género*, edited by Vázquez Lorda, L., 523-531. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata.
- BARTHES, Roland. 1977. *Image Music Text*. London: Fontana Press.
- CABRAL, Manuel Villaverde. 2021. “As Mulheres do Meu País”. In *Fotografia Imprensa e Propaganda em Portugal no Estado Novo*, edited by Filomena Serra, 234-237. Lisboa: Muga.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes. 1996. “Empresas e empresários portuenses na segunda metade do século XIX”. In *Análise Social* XXXI (136-137): 313-342.
- COSTA, Francisco da Silva and CORDEIRO, José Manuel Lopes. 2013. “Património Hidráulico e Arqueologia Industrial: O Caso do Rio Ave no Noroeste de Portugal”. In *Actas do II Congresso Internacional de Engenharia Civil e Território “Água, Cultura e Sociedade”*. Colegio de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos de Galicia.
- CUSTÓDIO, Jorge (Coord.). 1994. *Empresariado Português: uma abordagem às suas realizações*. Porto: Associação Industrial Portuense.
- CUSTÓDIO, Jorge 1998. *A Máquina a Vapor de Soure. Um Património Industrial da Fundação Belmiro de Azevedo*. S.l.: Fundação Belmiro de Azevedo.
- EDWARDS, Elizabeth and HART Janice. 2004. *Photographs Objects Histories. On the materiality of images*. New York: Routledge.
- FARIA, Miguel Figueira de and MENDES, José Amado. 2011. “Grupos empresariais portugueses, da República ao Estado Novo (1910-1974). Balanço historiográfico e novos dados”. In *X Congreso Internacional de la AEHE*. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide Carmona.
- FOLGADO, Deolinda. 2004. “Fábrica Nacional de Munições. Salvaguarda de uma caldeira Babcock & Wilcox”. In *Pedra & Cal* 21: 18-19.
- GUIMARÃES, Elina. 1986. “A mulher portuguesa na legislação civil”. In *Análise Social* XXII (92-93): 557-577.
- GUIMARÃES, Paulo Eduardo. 2019. *Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960)*. Évora: Publicações do CIDEHUS, Edições Colibri.

- KIDDEY, Rachael. 2020. “I’ll tell you what I want, what I really, really want! Open Archaeology that is Collaborative, Participatory, Public, and Feminist”. In *Norwegian Archaeological Review*, 53 (1): 23-40.
- LAMAS, Maria. 2002. *As Mulheres do Meu País*. Lisboa: Editorial Caminho.
- MONTEIRO, Bruno. 2013. “Natureza-morta com máquinas. A política de representação do espaço fabril na fotografia industrial nas décadas de 50 e 60 no Porto”. In *De Pé Sobre a Terra. Estudos sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal* edited by MONTEIRO, Bruno and PEREIRA, Joana Dias, 573-592. [s.l.]: [s.n.].
- PAÇO, António Simões do et al (Coord.). 2013. *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- PATRIARCA, Maria de Fátima. 1978. “Operários Portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974”. In *Análise Social XIV* (56): 695-727.
- RAMOS, Fernando Manuel Amaro Barata. 2010. *O Bairro Operário de Portimão. História e Património*. Masters diss., Universidade Aberta.
- ROSAS, Fernando. 1994. *O Estado Novo (1926-1974). História de Portugal* (dir. José Mattoso), Vol. VII. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SEQUEIRA, João Luís and CASIMIRO, Tânia Manuel. 2021. “Humanizing Industrial Archaeology”. In *Historical Archaeology* 54, 1: 45-48.
- SERRA, Filomena et al. 2021. “A Fotografia Impressa e a Propaganda no Estado Novo”. In *Fotografia Impressa e Propaganda em Portugal no Estado Novo*, edited by Filomena Serra, 23-39. Lisboa: Muga.
- SKÅGEBY, Jörgen and RAHM, Lina. 2018. “What is Feminist Media Archaeology?”. In *Communication +1*, 7 (1): Article 7.
- VARELA, Raquel. 2010. “Os Operários da Lisnave – do conflito à negociação (1967-1987)”. In *Cadernos AEL Trabalho e Política*, 17 (29): 337-363
- VARELA, Raquel and PEREIRA, Luísa Barbosa. 2021. “O Mundo é Um Moinho” *História Económica e Social de Albergaria-a-Velha no Século XX*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus e autores.
- VENTURA, António. 2007. “Para uma Cronologia da Fábrica Robinson (1848-1966)”. In *Publicações da Fundação Robinson* 0: 8-23.

Webgraphy

- https://alexandrepomar.typepad.com/alexandre_pomar/2008/09/maria-lamas-nr-iii.html (Consulted in 21/07/2022)
- <https://www.flickr.com/photos/biblarte/23074737012/in/album-72157606220845802/> (Consulted in 21/07/2022)
- https://www.youtube.com/watch?v=fKiQvc5gyr8&ab_channel=Associa%C3%A7%C3%A3odosArque%C3%B3logosPortugueses (Consulted in 23/07/2022)

<https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela> (Consulted in 25/07/2022)

<https://www.flickr.com/photos/biblarte/5204007306/in/album-72157606220845802/> (Consulted in 25/07/2022)

<https://www.flickr.com/photos/biblarte/5342206227/in/album-72157606220845802/> (Consulted in 25/07/2022)

<https://mikeeckman.com/2021/06/keplers-vault-94-the-history-of-zoom-lenses/> (Consulted in 13/09/2022)

MULHERES NA ÁREA DA SAÚDE
WOMEN IN HEALTHCARE

ANNUNCIOS DIVERSOS.

Jacinta de Jesus, partei-
Jra examinada, previne
a todas as pessoas, que se
queirão utilizar dos seus
prestismos, que tem a sua
residencia na rua da Ca-
lheta, proximo á Cadeia.

Mulheres na Medicina: o exemplo da micaelense Maria Joana de Freitas Pereira (1880-1965). Notas para a sua biografia²³⁵

*Susana Serpa Silva*²³⁶

Introdução

Ao longo do século XIX e ainda durante décadas do século XX, a imagem feminina persistia associada ao mundo da domesticidade e da vida privada. Poucas eram as mulheres que optavam por uma carreira profissional, ousando penetrar, como podiam, na esfera masculina da sociedade. Apesar de serem pouco numerosas, ainda assim, em contexto urbano, registaram-se várias exceções em áreas como a educação, as artes e a saúde.

Sendo certo que já na Antiguidade se encontravam mãos femininas nas artes de curar, apenas em finais do século XVIII e em países como os EUA, algumas mulheres passaram a ter a atividade profissional de parteiras prestando, assim, cuidados de saúde. No século XIX, o trabalho feminino persistia circunscrito a cuidados de enfermagem e a profissionalização da medicina ficou associada ao universo masculino, levando ao surgimento de casos excepcionais, como o do britânico Dr. James (Miranda) Barry, que assumiu uma identidade masculina para poder exercer medicina (Jefferson; Bloor; Maynard 2015). Coube, pois, à norte-americana Elizabeth Blackwell (1821-1910), lutar contra tudo e contra todos, até conseguir ser admitida no curso de Medicina, do Geneva Medical College, em 1847. Com uma tese de licenciatura sobre a febre tifoide, ainda hoje é considerada a primeira médica dos EUA e do mundo, tendo exercido e aberto uma escola de enfermagem e publicado estudos pioneiros sobre a abertura da profissionalização da medicina às mulheres²³⁷.

²³⁵ Este texto integra-se nos trabalhos do Projeto DRCT (Governo Regional dos Açores) – Programa PRO SCIENTIA: Eixo 1, Ref.^a M.1.1.C/C.S./022/2019/01, intitulado “Trabalho (no) Feminino (1850-1926) – Histórias dos Açores.

²³⁶ Investigadora integrada do CHAM – Centro de Humanidades (FCSH - Universidade Nova de Lisboa/ Universidade dos Açores). Professora Associada da FCSH – Universidade dos Açores. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1357-4196>. E-mail: susana.pf.silva@uac.pt

²³⁷ Cf. <https://www.womenshistory.org/education-resources/biographies/elizabeth-blackwell>

Em Portugal, só em finais de oitocentos e particularmente durante a Primeira República vieram a distinguir-se três nomes femininos na prática da medicina: Domitila de Carvalho (1871-1966), Adelaide Cabete (1867-1935) e Carolina Beatriz Ângelo (1877-1911) (Samara, 2007: 59-73; 97-111; 133-137). Domitila de Carvalho foi um caso excecional, pois não só entrou na conservadora Universidade de Coimbra, após autorização do Ministro da Instrução Pública e Belas Artes, como em 1894 concluiu o curso de Matemática e, em 1904, o de Medicina. Adelaide Cabete foi incentivada pelo próprio marido e entrou na Faculdade de Medicina, em 1896, concluindo o curso em 1900, na área de ginecologia. Carolina Ângelo ingressou na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e embora tenha concluído o curso em 1902, por ser mulher nunca obteve o título de doutora, como acontecia com os demais colegas. Não obstante, foi a primeira médica a operar no Hospital de S. José e a trabalhar com Miguel Bombarda no Hospital de Rilhafoles. Apesar de serem estas as mais conhecidas médicas pioneiras nacionais, crê-se que a primeira médica portuguesa terá sido Elisa Augusta da Conceição Andrade, cuja data de matrícula na Escola Politécnica de Lisboa remonta a 1880, não havendo, porém, registo conhecido do seu “Acto Grande”. Sabe-se que abriu consultório, em 1889, para atendimento de senhoras e crianças²⁵⁸.

Nos Açores, região periférica e insular, em que se podia pressupor uma profunda clivagem relativamente ao todo nacional, também se notabilizaram algumas mulheres na área da medicina, como a pioneira terceirense Maria Teodora Pimentel (1864?-1948) e a micalense Maria Joana de Freitas Pereira (1880-1965), a quem dedicamos este texto exploratório. Maria Teodora Pimentel foi a primeira médica açoriana. Segundo Cristina Moscatel, nasceu em Angra do Heroísmo por volta de 1864 e começou por fazer o Magistério Primário, tornando-se uma conceituada professora a ponto de, em 1885, integrar o júri dos exames para o curso complementar. Pelo seu mérito, vocação e determinação, obteve apoio da Câmara Municipal, da Misericórdia de Angra e de alguns conterrâneos e foi cursar medicina na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, terminando o curso em 1895. No ano seguinte, de regresso à cidade natal, seria nomeada médica do partido da Câmara e, mais tarde, subdelegada de saúde da ilha Terceira, vindo a falecer em 1948 (Moscatel, 2021). Se Teodora Pimental foi a primeira médica açoriana, Maria Joana de Freitas Pereira foi a primeira médica micalense e é considerada uma pioneira na área da radiologia em Portugal. Apesar do seu

²⁵⁸ <http://news.medicina.ulisboa.pt/2019/03/29/dia-internacional-da-mulher-8-de-marco/>

notável percurso como profissional de saúde, marcante entre a sociedade micaelense, é uma figura feminina ainda muito pouco estudada.

A primeira médica micaelense

Maria Joana de Freitas Pereira nasceu em Ponta Delgada, a 13 de abril de 1880. Natural da freguesia de S. Sebastião, era filha de António Pereira e de Maria Amália d’Oliveira Freitas Raposo. Em conformidade com o seu registo de batismo, era neta paterna de André Pereira de Medeiros e de Margarida dos Anjos e materna de Januário Fortunato de Freitas Raposo e de D. Flora Hermínia d’Oliveira²³⁹. Outras fontes compulsadas permitiram-nos confirmar que Joana Pereira era sobrinha da esposa de Manuel Jacinto da Ponte²⁴⁰ e prima de Albano da Ponte, gerente da Agência da Empresa Insulana de Navegação e figura de relevo da sociedade micaelense de então²⁴¹. Não só estivera ligado à Sociedade Propagadora de Notícias Micaelenses, fundada em 1899, como fora um dos fundadores da Sociedade *Terra Nostra*, juntamente com Vasco Bensaúde, sócio-gerente da Empresa Bensaúde & Companhia, Lda. O pai de Maria Joana era funcionário “muito considerado” da Empresa Insulana em Lisboa²⁴², o que nos leva a pressupor que ou o pai passaria períodos do ano na capital ou a família Pereira terá mesmo vivido no continente, motivos que terão facilitado a prossecução dos estudos de Maria Joana.



1 – Assinatura da médica micaelense. Url: <https://debategraph.org/Details.aspx?nid=379470>

De facto, a jovem micaelense tirou o curso de medicina na então Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa que antecedeu a atual Faculdade de Medicina. Nessa altura, residiu na Rua do Calhariz em Benfica. Terminou o curso com 25 anos de idade, defendendo o “Acto Grande” de clínica cirúrgica e obste-

²³⁹ Registos de Batismo da Freguesia de S. Sebastião – Matriz (1880-1884). Disponível em: http://culturaacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/SMG-PD-SAOSEBASTIAO-B-1880-1884/SMG-PD-SAOSEBATIAO-B-1880-1884_item1/index.html?page=53. Junto do registo de batismo encontra-se o registo do óbito ocorrido a 3 de julho de 1965.

²⁴⁰ *A Folha*, n.º 143, 2 de julho de 1905.

²⁴¹ *O Açoriano Oriental*, n.º 3.662, 8 de julho de 1905.

²⁴² *A Folha*, n.º 143, 2 de julho de 1905; *O Açoriano Oriental*, n.º 3.717, 28 de julho de 1906.

trícia a 12 de julho de 1905, com a dissertação intitulada *Contribuição para o estudo bacteriológico das metrites*²⁴³.

A conclusão do curso, com distinção, foi destacada pelo jornal *O Açoriano Oriental*, que não só sublinhou o pioneirismo de Joana de Freitas Pereira como “primeira dama micaelense que se formou em medicina”, como também relevou o facto da jovem médica se dedicar ao tratamento de doenças do sexo feminino, por ser “o que mais se coaduna com a profissão de uma médica pelas evidentes necessidades que as senhoras muitas vezes têm de lhe dar preferência em dadas circunstâncias, que bem óbvias são de reconhecer”²⁴⁴. À luz dos valores da época seria esta a grande mais-valia associada ao exercício da medicina por mulheres: socorrer e tratar pacientes do sexo feminino, nas doenças que lhes eram próprias, a fim de evitar que as senhoras tivessem de ser examinadas ou cuidadas por um médico.

O regresso da jovem formada, a Ponta Delgada, deu-se em agosto de 1906²⁴⁵ e a imprensa voltou a registar a importância deste acontecimento pois, como era sabido, havia casas “em que as enfermas preferem antes ser vítimas da doença do que sujeitar-se à cura ou ao tratamento pela ação dos médicos”²⁴⁶. Era então convicção de que não faltariam ocasiões para a novel médica evidenciar o seu talento e conquistar o seu triunfo. Se de facto a Dr.^a Joana de Freitas Pereira escolheu a área de especialização que, na época, era tida como a mais apropriada para uma médica, na realidade ela irá estender a sua atividade ao campo da radiologia, no qual, como já referimos, foi uma pioneira na região e no país.

Na fase de regresso à ilha, Joana Pereira terá estabelecido residência, temporariamente, na casa dos pais sita à Rua do Carvão, mas com intenção de se mudar, o mais brevemente possível, para uma das ruas centrais da cidade, com o intuito de abrir consultório médico²⁴⁷, o que não terá demorado muito.

Porém, um desafio viria colocar-se a Maria Joana Pereira com a criação do Gabinete de Radioscopia do Hospital da Misericórdia. Em fevereiro de 1911, o Dr. Raúl Bensaúde (1866-1938), médico gastroenterologista residente em Paris, fez uma doação de 500.000 reis à Misericórdia de Ponta Delgada, com o objetivo de implementar um Gabinete com esta valência. Em maio do

²⁴³ Dados recolhidos em: “Portuguese Women Scientists: Historical Overview” / Medicine. <https://debategraph.org/Details.aspx?nid=379470>. Metrites são infeções, da parede uterina, de origem bacteriana.

²⁴⁴ *O Açoriano Oriental*, n.º 3.662, 8 de julho de 1905.

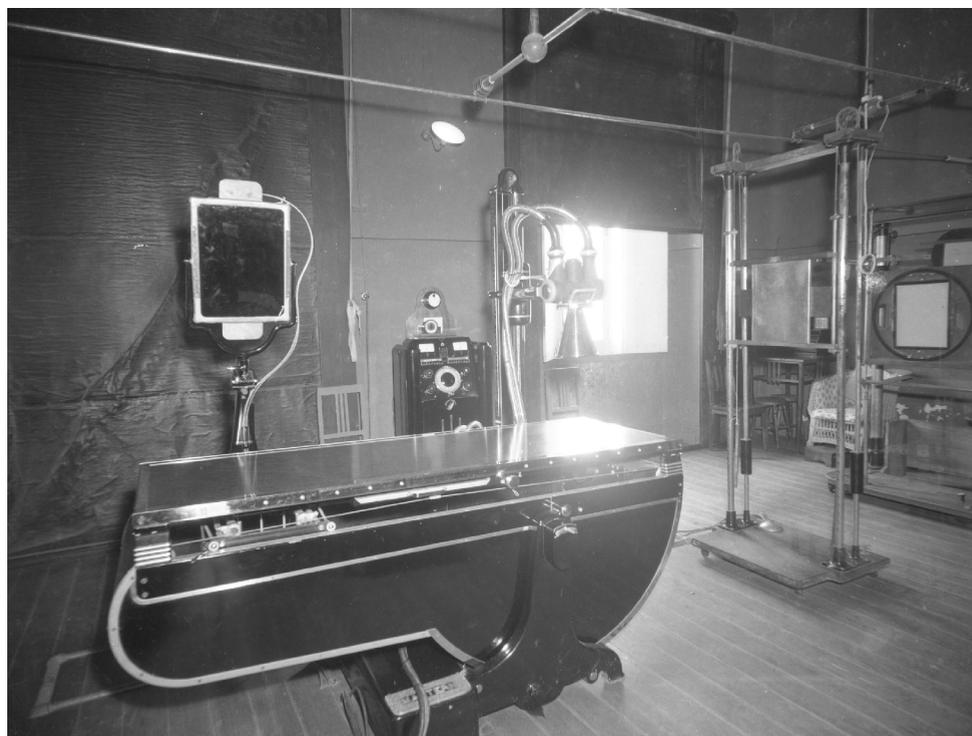
²⁴⁵ *O Peregrino de Lurdes*, n.º 896, 25 de agosto de 1906.

²⁴⁶ *O Açoriano Oriental*, n.º 3.717, 28 de julho de 1906.

²⁴⁷ *A Folha*, n.º 199, 29 de julho de 1906.

mesmo ano, a mesa da irmandade, face à competência técnico-científica da Dr.^a Joana de Freitas Pereira, bem como à sua experiência prática no Laboratório do Hospital de S. José, em Lisboa, deliberou convidá-la para o cargo de diretora (Aguiar, 2010: 105-107).

Anos mais tarde, a 3 de novembro de 1921, a Junta Geral do Distrito em conjunto com a Misericórdia de Ponta Delgada e beneficiando de doações de vários particulares, fundou então o Instituto de Radiologia, sendo eleitos os órgãos dirigentes. A finalidade era assegurar serviços de radioscopia, radiografia e radioterapia²⁴⁸, decorrendo a inauguração oficial a 31 de dezembro de 1924. De acordo com Gil Mont'Alverne de Sequeira²⁴⁹, os aparelhos foram montados no verão de 1923, sob supervisão da Comissão Delegada da Classe Médica, constituída por Tomás de Borba Vieira, Manuel Machado Macedo e Maria Joana de Freitas Pereira.



2 – As modernas instalações do Instituto de Radiologia, em Ponta Delgada (por volta dos anos 20).

²⁴⁸ *Estatutos do Instituto de Radiologia de Ponta Delgada*. Ponta Delgada: Tip. do Açoreano Oriental, 1921, p. 1.

²⁴⁹ *Os Açores*. 2.^a série. N.º 8 (ago. 1928), pp. 10 e 11, cit. In https://bparpd.azores.gov.pt/livros_mes/documento-do-mes-20/

Fonte: Col. do ICPD - CFN.FT-IMG.Cx.455_(147).

Uma vez mais, e face ao seu desempenho no Gabinete de Radioscopia, a Dr.^a Joana, além de fundadora do novo Instituto (sendo a única mulher), foi nomeada sua diretora²⁵⁰.



3 – A Dr.^a Maria Joana de Freitas Pereira a exercer no Instituto de Radiologia de Ponta Delgada (data incerta). Fonte: Col. do ICPD - CFN.FT-IMG.Cx.455_(148).

Em 1931, também se tornou numa das sócias fundadoras da Sociedade Portuguesa de Radiologia Médica, criada a 6 de junho do mesmo ano e atualmente designada por Sociedade Portuguesa de Radiologia e Medicina Nuclear. A Sociedade tinha a seguinte finalidade: fomentar o estudo da radiologia (Raios X, Rádio e Radiações afins) tanto nos seus aspetos puramente científicos, como nas suas aplicações práticas à Medicina²⁵¹. De

²⁵⁰ BPARPD - Arquivo do Instituto de Radiologia de Ponta Delgada “Dr. Raúl Bensaúde”, Lv. 1, fl.s 26 a 29. In https://bparpd.azores.gov.pt/livros_mes/documento-do-mes-20/

²⁵¹ <http://dicionario.sensagent.com/Sociedade%20Portuguesa%20de%20Radiologia%20e%20Medicina%20Nuclear/pt-pt/>

entre os 56 fundadores contavam-se apenas duas senhoras: Maria Joana de Freitas Pereira e Maria José Ventura de Ávila Brasil.

Em 1939, por proposta de Lúcio Agnelo Casimiro, o Instituto passou a denominar-se Instituto de Radiologia Dr. Raúl Bensaúde, em homenagem ao médico e cientista que falecera, em Paris, um ano antes, e que durante a sua vida desenvolvera e inovara os exames radiológicos. De acordo com Henrique de Aguiar, a Dr.^a Maria Joana viria, então, a ocupar definitivamente o lugar de diretora do Instituto de Radiologia Dr. Raúl Bensaúde, por concurso público, auferindo um vencimento de 240.000 reis anuais, acrescidos de uma percentagem da receita bruta dos exames pagos. A complexa manutenção desta instituição de utilidade pública foi possível graças aos apoios da Junta Geral do Distrito, da Misericórdia, do Banco Micaelense e de muitos particulares, entre eles a viúva e os filhos (Jacques e Alfredo) do seu impulsionador, que, no final dos anos trinta, ofereceram novos e modernos equipamentos, tendo a deflagração da Segunda Guerra Mundial atrasado o processo. Os minuciosos relatórios da diretora, acrescidos da sua preocupação em garantir serviços de qualidade, foram outros dos elementos essenciais ao seu bom funcionamento (Aguiar, 2010: 105-106).

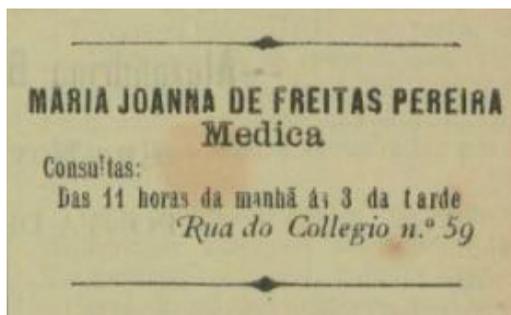
Dedicada ao Instituto (depois de serviços prestados no laboratório de análises do Hospital), a Dr.^a Joana de Freitas Pereira estenderia ainda a sua ação aos cuidados da maternidade e da infância. De acordo com Urbano de Mendonça Dias, a Assistência Materno-Infantil era uma instituição há muito desejada no distrito de Ponta Delgada para “atalhar” a elevada mortalidade de parturientes e recém-nascidos. Segundo este estudioso, o empreendimento concretizou-se por iniciativa desta médica micaelense, coadjuvada por D. Beatriz do Canto que se formara, em Paris, em enfermagem e puericultura. A 14 de janeiro de 1914, nas instalações do Gabinete de Radioscopia, organizaram a primeira reunião com vista a delinear os serviços assistenciais e a futura criação de uma maternidade, nas instalações do Hospital da Misericórdia, para parturientes carenciadas (Dias, 1940: 292-293). Logo no mês seguinte, foi aberta uma consulta gratuita a mães e recém-nascidos, oferecendo os seus serviços as médicas Joana de Freitas Pereira, Leonilde Rego Costa (que terminara há pouco a sua formatura) e, ainda, o médico Filipe Álvares Cabral.



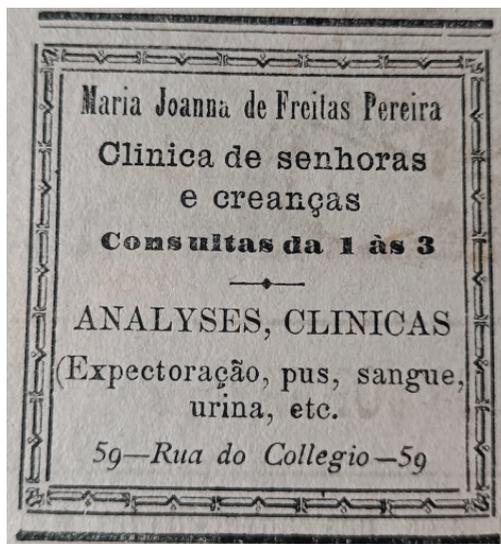
4 - A médica micalense (ao centro) nas instalações da Assistência Materno-Infantil de Ponta Delgada. Fonte: Col. Particular.

A Assistência Materno-Infantil começava a ser uma realidade em Ponta Delgada e em 1926, por alvará do Governo Civil, foram aprovados os estatutos desta associação, que rapidamente granjeou muitos sócios que pagavam uma cota variável entre 50 a 500\$00. Estatutariamente previa, além da assistência médica aos mais desfavorecidos, o exercício de uma ação pedagógica de noções de puericultura e higiene infantil através de folhetos, conferências e outras intervenções. Acrescia a manutenção de lactários, o auxílio e pagamento a parteiras nas freguesias rurais, a manutenção de maternidades e a distribuição, graciosa, de vestuário, alimentos e medicamentos a mulheres e crianças pobres (Dias, 1940: 293-294). Por meados de 1927 ainda não existia a maternidade propriamente dita, mas a mesma Associação, com o apoio da Misericórdia local, instalou uma enfermaria numa dependência do Hospital, destinada exclusivamente a serviços desta natureza. Em setembro do mesmo ano, as obras da maternidade prosseguiram e, pela mão de Maria Joana Pereira, a Assistência Materno-Infantil entregou 460\$00 como segundo donativo para alcançar este desiderato. Em 1928, a Maternidade já era uma realidade funcionando de forma independente e com pessoal próprio, sob responsabilidade da Associação (Aguiar, 2010: 372-373).

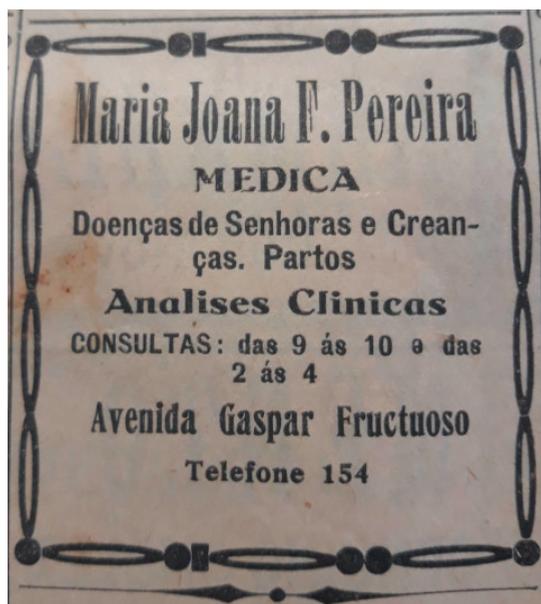
Além de toda esta intervenção polivalente, a Dr.^a Joana Pereira dava as habituais consultas, a senhoras e crianças, primeiro na Rua do Colégio, n.ºs 50 e 59 e mais tarde, na sua residência, na Avenida Gaspar Frutuoso. Multifacetado e impressionante foi o seu percurso profissional: formada em cirurgia e obstetrícia, não só se tornou responsável pelo Instituto de Radiologia, como colaborava com a Assistência Materno Infantil e, ainda, atendia no seu consultório, realizando análises clínicas (incluindo expectoração, pus, sangue e urina). Vejam-se, a título de exemplo, alguns anúncios das consultas de Maria Joana Pereira:



5 – Anúncio, in *O Debate*, n.º 38, 19 de março de 1906.



6 – Anúncio, in *O Açoriano Oriental*, n.º 3.754, 13 de abril de 1907.



7 – Anúncio, in *Correio dos Açores*, n.º 3.493, 11 de junho de 1932.

Entre 1912 e 1916, por exemplo, sabe-se que exercia prática cirúrgica (tendo operado uma fístula a uma paciente da Lagoa)²⁵²; encontrámo-la a substituir o Dr. Clemente Pereira da Costa, que se encontrava doente, desempenhando funções na 5.ª enfermaria do Hospital de Ponta Delgada²⁵³; e há notícias de que anestesiou (usando clorofórmio) doentes que foram operados, nomeadamente um indivíduo da ilha Graciosa que extraiu o apêndice²⁵⁴, uma senhora que amputou um seio²⁵⁵ e um paciente micaelense a quem foi amputada uma perna²⁵⁶.

Por inícios dos anos 30, e na sequência do seu labor, mandou construir uma magnífica moradia, na nova artéria da cidade (Avenida Gaspar Frutuoso), sendo o projeto da autoria do arquiteto António da Silva Júnior (1868-1937). O projeto encontra-se depositado no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Cascais, possivelmente porque este arquiteto não só concebeu o edifício dos Paços do Concelho desta localidade, como muitos outros edifícios da zona do Estoril, incluindo a estação Termal e o grande Casino.

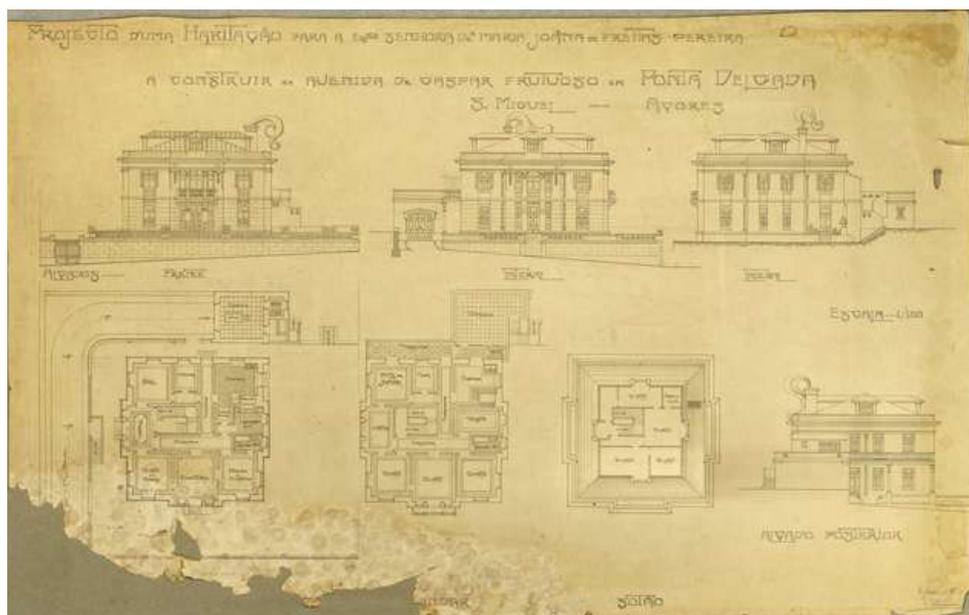
²⁵² *O Açoriano Oriental*, n.º 4.084, 9 de agosto de 1913.

²⁵³ *A Folha*, n.º 589, 5 de abril de 1914.

²⁵⁴ *idem*.

²⁵⁵ *A República*, n.º 331, 16 de maio de 1912.

²⁵⁶ *O Açoriano Oriental*, n.º 4.241, 26 de agosto 1916.



8 - Planta e alçados da casa da Dr.^a Joana de Freitas Pereira (1927 – Arquiteto Silva Júnior). Fonte: Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Cascais. Ref.^a PT/CMCSC-AHMCSC/APSS/ASJ/J-001/043
 Url: <https://arquivodigital.cascais.pt/>

Desconhecemos se a construção da casa obedeceu rigorosamente ao plano que o arquiteto desenhou, pois a que existe, no mesmo local, parece ser de traçado diferente... Quando Joana Pereira mandou construir a sua residência, distavam poucos anos da passagem do IV centenário do nascimento de Gaspar Frutuoso, comemorado em 1922, ano em que se rasgou a nova avenida da cidade de Ponta Delgada, com o nome do cronista/historiador (Dias, 1996:34) e cuja fotografia, aérea, podemos observar na imagem seguinte.



9 - Vista aérea do Jardim do Colégio e da Avenida Gaspar Frutuoso, vendo-se a casa da Dr.^a Joana (a 2.^a, à esquerda quem sobe a avenida) – Anos 30. Fonte: Col. do ICPD – LBA-Diversos.Imagem.008-TIF.

Dedicada à carreira, pouco se conhece da sua vida privada. Sabe-se que nunca casou, nem teve filhos, mas recebeu, em sua casa, uma família oriunda da Ribeirinha. A progenitora, que ficara viúva muito nova, mudara-se para Ponta Delgada tornando-se governanta da Dr.^a Joana, que acolheu igualmente os filhos, ainda crianças. Um deles, que ainda é vivo, guarda excelentes memórias desta médica micaelense, afirmando que ela sempre o tratou, e aos irmãos, com muito carinho²⁵⁷.

Maria Lamas, outro grande vulto feminino com destacadas funções no jornalismo nacional, dedicou a esta médica micaelense as seguintes palavras que muito nos apraz registrar:

Simple, de uma simplicidade verdadeira que encanta desde o primeiro momento, a Dr.^a Maria Joana de Freitas Pereira vive inteiramente para a ciência e para a prática do Bem. É um exemplo admirável de inteligência, trabalho e bondade, que honra não somente a linda ilha

²⁵⁷ Testemunho oral de João Pedro Garcia, neto de um dos filhos da governanta da Dr.^a Maria Joana.

que lhe foi berço, mas também a sua classe e o seu sexo, provando à evidência quanto podem valer um cérebro e um coração de mulher²⁵⁸.

A 22 de junho de 1950, por ocasião da memorável visita do então Ministro das Obras Públicas, Eng. José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich, acompanhado de extensa comitiva, a ilustre micalense foi condecorada, por decisão governamental, com a comenda da Ordem de Benemerência, em cerimónia que decorreu no Palácio do Governo Civil de Ponta Delgada.



10 – A Dr.ª Maria Joana de Freitas Pereira com a Condecoração da Ordem de Benemerência, recebida em junho de 1950. Fonte: Col. Particular.

Na presença de diversas entidades oficiais e de numerosos convidados, entre eles muitos colegas de profissão, vários representantes de instituições de beneficência, familiares e amigos, o então Governador Civil Aniceto dos Santos fez o elogio da homenageada e, em seguida, o Ministro entregou as insígnias. O outro médico igualmente homenageado, no salão nobre da Câ-

²⁵⁸ *O Distrito*, n.º 223, 30 de janeiro de 1936.

mara Municipal de Vila Franca do Campo, foi o Dr. Augusto Botelho Simas. Na imprensa da época, e com honras de primeira página, podemos vislumbrar o regozijo sentido pelas distinções atribuídas, rasgando-se numerosos elogios à profissional de saúde agraciada. Pode ler-se n’*O Açoriano Oriental*:

A Sr.^a Dr.^a D. Maria Joana de Freitas Pereira, alma da “Assistência Maternal e Infantil” e que no “Instituto de Radiologia” tem dado provas do seu magnânimo coração merecia, de há muito, esta consagração pública à sua proficiência e ao seu zelo²⁵⁹.

Nas colunas do *Correio dos Açores* enalteceram-se os excepcionais dotes de bondade e todos os esforços desenvolvidos, pela médica, em prol dos mais desfavorecidos, acrescentando-se que:

Foi um preito de justiça à ilustre micalense, a que jubilosamente se associa a população local, congratulando-se com esta distinção que repõe no seu devido lugar o alto conceito de caridade filho do coração bondoso, dos caracteres ímpolutos dirigidos pela dedicação e zelo. [...]

O “*Correio dos Açores*” que há muito consagra à ilustre médica micalense a consideração e estima que lhe são decididas, associa-se à homenagem oficial que veio apenas corroborar os sentimentos da população desta ilha, para com a ilustre Diretora do Instituto de Radiologia, Dr. Raúl Bensaúde²⁶⁰.

Considerações finais

Deixando um legado notável, a Dr.^a Joana de Freitas Pereira faleceu, na sua cidade natal, num sábado, 3 de julho de 1965. No final da sua vida, passava muito tempo na sua casa, rodeada dos seus cães. Curiosamente, o seu falecimento não mereceu destaque de maior nas páginas do semanário *O Açoriano Oriental*. Integrada na habitual necrologia, a modesta notícia recordava, porém, a brilhante carreira da médica que muito prestigiara a classe clínica nacional na “especialidade de radiodiagnose”; a estudante de eleva-

²⁵⁹ *O Açoriano Oriental*, n.º 5.940, 1 de julho de 1950.

²⁶⁰ *Correio dos Açores*, n.º 8.811, 24 de junho de 1950.

das classificações no “ensino liceal e universitário”; a “veneranda octogenária” portadora de uma “delicada sensibilidade humana”, comprovada pela estima de todos os doentes pobres que acorriam às suas consultas²⁶¹.

Muito recentemente, em jeito de homenagem póstuma, o seu nome foi atribuído a uma rua da freguesia de S. Pedro, em Ponta Delgada.

Fontes

BPARPD - Arquivo do Instituto de Radiologia de Ponta Delgada “Dr. Raúl Bensaúde”, Lv. 1, fl.s 26 a 29.

Estatutos do Instituto de Radiologia de Ponta Delgada. Ponta Delgada: Tip. do Açoreano Oriental, 1921,

Registos de Batismo da Freguesia de S. Sebastião – Matriz (1880-1884). Disponível em: http://culturaacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/SMG-PD-SAOSE-BASTIAO-B-1880-1884/SMG-PD-SAOSEBATIAO-B-1880-1884_item1/index.html?page=53.

Açoriano Oriental (O)

Açores (Os)

Correio dos Açores

Distrito (O)

Folha (A)

Peregrino de Lurdes (O)

Bibliografia

DIAS, Urbano de Mendonça. 1940. *A Assistência Pública no Distrito de Ponta Delgada*. Estudo sobre as Casas de Beneficência das Ilhas de Santa Maria e São Miguel, do Arquipélago dos Açores, desde a sua colonização. Vila Franca do Campo: Empresa Tip., Lda.

JEFFERSON, Laura; BLOOR, Karen; MAYNARD, Alan. 2015. “Women in medicine: Historical perspectives and recent trends”. In *British Medical Bulletin*, March, 114. DOI: 10.1093/bmb/ldv007

“Maria Joana de Freitas Pereira”. Disponível em: “Portuguese Women Scientists: Historical Overview” / *Medicine*. <https://debategraph.org/Details.aspx?nid=379470>.

MICHALS, DEBRA. 2015. Elizabeth Blackwell (1821-1910), *National Women’s History Museum*, in <https://www.womenshistory.org/education-resources/biographies/elizabeth-blackwell>

MOSCATEL, Cristina. 2021. “Teodora Pimental”, rubrica Mulheres Singulares, in *Correio dos Açores*, 11 de abril.

²⁶¹ *O Açoriano Oriental*, n.º 6,714, 10 de julho de 1965.

RODRIGUES, Henrique de Aguiar Oliveira. 2010. *Notas Históricas. Assistência e Saúde Pública*. Ponta Delgada: Edição do Autor.

SAMARA, Maria Alice Samara. 2007. *Operárias e Burguesas. As Mulheres no Tempo da República*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Mulheres, Parteiras e Anjinhos

*Piedade Lalanda*²⁶²

Introdução

Este texto aborda o impacto da enfermagem no final da década de 50 na região Açores, quando um em cada cinco bebés morria antes do primeiro ano de vida. A vinda de um grupo de enfermeiras ao abrigo do programa materno infantil, do então Instituto Maternal, fez a diferença na saúde comunitária, com resultados evidentes na redução das mortes precoces e na melhoria da saúde materno-infantil.

Mas, para se compreender esta realidade, importa aprofundar o significado da maternidade na vida das mulheres, quando a morte de um recém-nascido era um acontecimento frequente, objeto de um ritual precoce de batismo que o transformava num “anjinho” e evitava que ficasse “mouro” ou “pagão”.

Esta é uma reflexão que cruza saberes, da história, sociologia e antropologia, e homenageia as enfermeiras do projeto materno-infantil, que fizeram nascer a Escola de Enfermagem e antecederam a criação dos atuais centros de saúde, protagonizando a prestação de cuidados nos Dispensários, implementados em vários concelhos dos Açores.

Mulheres, parteiras e anjinhos é uma reflexão no feminino, onde a realidade da maternidade, acontecimento natural, outrora vivido longe dos cuidados de saúde e partilhado entre parturientes e curiosas, passou a ser objeto de cuidados de saúde, prestados por enfermeiras-parteiras antes, durante e após o parto.

²⁶² Centro Interdisciplinar de C. Sociais – CICS-Nova-UAc, Escola Superior de Saúde/Universidade dos Açores, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/1963-8111-9364-4196>

Email institucional – maria.pl.mano@uac.pt

A mortalidade infantil em Portugal, nas primeiras décadas do séc. XX

Os dados sobre a mortalidade infantil, entre 1950 e 1970, refletem um decréscimo significativo, particularmente a partir da segunda metade da década de 50, quando comparados com a realidade vivida até então.

A morte precoce sempre tinha feito parte do quotidiano, até porque a esperança média de vida era muito baixa.²⁶³ Segundo Barreto & Correia (2014, 19) até ao séc. XVII “a mortalidade infantil era elevada e transversal a toda a população”. Nessa época, refere o autor, “a criança ocupava um lugar secundário na sociedade” (...) sendo frequente “a prática do infanticídio, que fazia disparar o já elevado número de mortes infantis. (...) Não raras vezes ocorria o abandono de crianças por serem portadoras de malformações congénitas, doenças incuráveis ou baixo peso à nascença (cit. Imítiaz Jumaz, in Barreto & Correia 2014, 20).

Referem ainda estes autores que, à época, a morte de uma criança era encarada com uma certa naturalidade, um acontecimento que ocorria no domicílio, acompanhado por “mulheres curiosas”, longe do olhar clínico dos profissionais de saúde. Nas palavras de Marília V. Freitas (2011), pouco se sabe sobre as parteiras que exerceram essa atividade até ao século XIX. Eram “mulheres que aprenderam com outras mulheres (2011,11) “gente humilde de baixa condição; (...) havia parteiras diplomadas e parteiras curiosas a exercer a profissão e que desde 1592 existia um exame de habilitação da responsabilidade do físico da cidade. As candidatas tinham de apresentar um atestado de bom comportamento, passado pela câmara da cidade onde residiam” (2011, 29)

Ao mesmo tempo que a formação das parteiras era básica e rudimentar, do lado das instituições de saúde a resposta era muito precária.

Só no séc. XVIII é criada em Portugal a primeira enfermaria destinada a puérperas (Barreto & Correia, 2014, 21), no entanto, os avanços na área assistencial não impediam que a mortalidade no final do século XIX fosse muito elevada, atingindo particularmente as crianças. De acordo com Pereira (1969), Portugal regista graves carências económicas e “são as classes trabalhadoras as que mais sacrificam a prole. A miséria é um terrível inimigo das crianças” (Cit. Jorge R. in Pereira 1969, 99).

²⁶³ Coelho & Nunes (2015:8) “Em 1950, a expectativa média de vida da população portuguesa era de 58,48 anos, sendo de 55,79 anos para homens e 61,03 anos para mulheres”.

Portugal viria a construir maternidades nos primeiros anos do séc. XX, primeiro no Porto (1910), depois em Coimbra (1911) e mais tarde em Lisboa (1930), com a maternidade Magalhães Coutinho e em 1932 com a maternidade de Alfredo da Costa. (Barreto & Correia).

No domínio da formação surgem os primeiros cursos para a instrução de parteiras nas Escolas médico-cirúrgicas, em Lisboa e Porto²⁶⁴, criadas nos anos trinta do séc. XIX, cujo diploma era atribuído pelo Lente de Partos (Freitas, M. V. 2011, 39).

Chegados ao século XX, e apesar de o Estado Novo exaltar o valor da natalidade, os partos continuavam a ser realizados por pessoas não diplomadas, longe das estruturas hospitalares, porque a formação das parteiras, entretanto criada, não cobria as necessidades do país. Para além disso, a ideologia política que vigorava não reconhecia o papel da mulher mãe, nos seus direitos sociais, como acontecia em outros países europeus.

É a partir da década de 40, com a criação do Instituto Maternal (1943) que nasce um “plano de proteção à mulher e à criança com vocação preventiva” (Barreto & Correia 2014, 25). No entanto, os valores da mortalidade infantil permanecem elevados, e apesar do alargamento das infraestruturas hospitalares, a percentagem de partos realizada nos hospitais era muito reduzida. Conforme refere Baptista (2016, 369)

até à década de 40, do século XX, a maioria dos nascimentos ocorria em casa, acompanhados, por vezes pela parteira, pela curiosa ou por mulheres mais experientes na “arte de dar à luz”. Esta prática era o reflexo da ideologia política e social dominante. [...] o nascimento deveria ocorrer no lar, o “santuário familiar” adequado, evitando-se os desvios familiares dos maridos e o abandono dos filhos. Para as maternidades ficavam os casos das mulheres das classes mais humildes, sem domicílio, abandonadas, ou as mulheres cujos partos se previam complicados.

A transferência do parto para os estabelecimentos hospitalares foi progressiva e, no caso dos Açores, iniciou-se com as Casas da Natividade, durante os anos 60. As parturientes resistiam à ideia de terem os filhos no Hospital, até porque estabeleciam com as enfermeiras-partadeiras, uma relação de confiança.

²⁶⁴ Segundo M. V. Freitas (2011:39) terá existido uma Escola Médico-cirúrgica em Ponta Delgada, que funcionou até 1844.

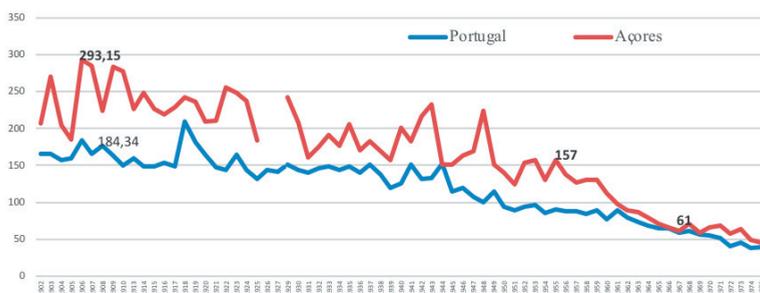
A presença destes profissionais, não apenas durante o parto, mas sobretudo na vigilância da gravidez e nos cuidados ao recém-nascido, contribuiu de forma evidente para a redução da mortalidade infantil. E, esse facto, impactou nos valores da mortalidade geral, a partir da década de 50.

O declínio da probabilidade de óbito neste grupo de idades, em Portugal, deriva sobretudo da vitória extraordinária sobre a mortalidade no primeiro ano de vida. Portugal está atualmente no conjunto de países com menores taxas de mortalidade infantil (Coelho & Nunes 2015, 12).

A generalização do parto hospitalar teve, sobretudo, impacto na redução da mortalidade materna e neonatal, ao mesmo tempo que correspondia a um processo de medicalização do corpo feminino e ao reforço da tecnologia, retirando protagonismo às “parteiras” e à relação de proximidade que se estabelecia no domicílio.

A mortalidade infantil nos Açores

Quando se olham os dados sobre a mortalidade infantil em Portugal (fig.1), os Açores destacam-se com valores muito acima da média nacional (Carrilho 1977) conforme registam as Estatísticas do Movimento Fisiológico da População de Portugal (1902-1925), os Anuários Demográficos (1929-1966) e as Estatísticas demográficas (a partir de 1967).



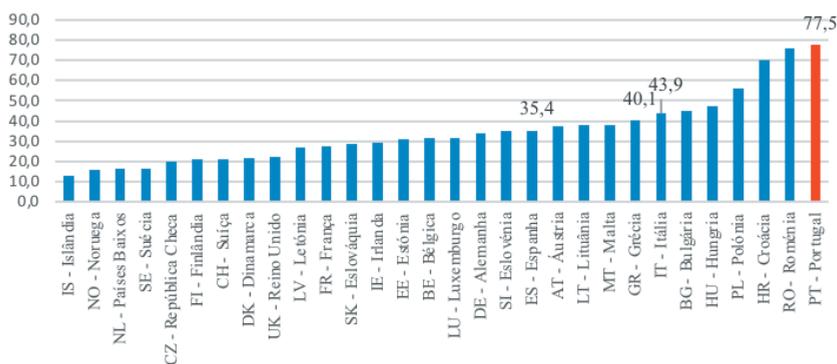
1 – Mortalidade Infantil – Açores e Portugal – 1902-1975 (%).

Fontes: INE - Estatísticas do Movimento Fisiológico da População de Portugal (entre 1913 - 1925); Anuários Demográficos (entre 1929 e 1966) e Estatísticas Demográficas (entre 1966 e 1975). Nota: não existem dados para os Açores entre 1910 e 1912 e entre 1926 e 1928.

O desenvolvimento de Portugal é assimétrico e, no que toca à mortalidade infantil, era evidente, no início do século XX, que as regiões não possuíam as mesmas condições de acesso à saúde. Segundo J. M. Nazareth (1978) as assimetrias existentes no país deviam-se mais aos níveis de fecundidade e ao fenómeno da emigração, do que ao impacto da mortalidade. Ainda de acordo com Nazareth (1978, 768), há uma clara ligação entre os níveis de fecundidade e os valores da nupcialidade.

As sociedades tradicionais dispunham de um mecanismo muito mais subtil, que permitia a cada momento adaptar os recursos disponíveis à respetiva população existente numa determinada região do país. Esse mecanismo era a idade média no casamento. Quando a pressão populacional se tornava muito grande, pondo em risco as estruturas económicas existentes através de uma excessiva repartição da terra, a idade média do casamento aumentava. Quando, pelo contrário, a seguir a uma peste ou a uma guerra, se tornava urgente recuperar o volume populacional perdido, a idade média do casamento baixava.

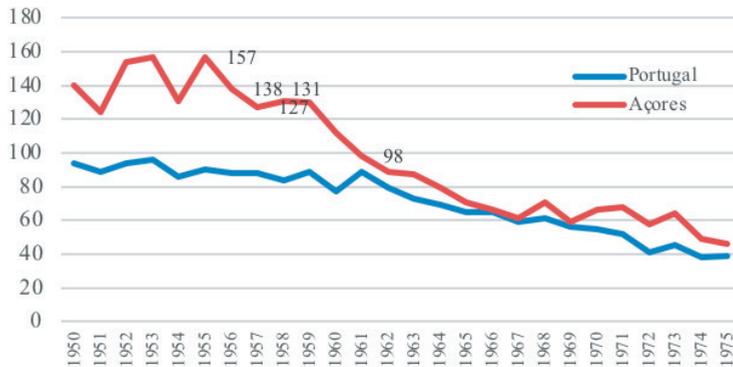
Enquanto o indicador da mortalidade bruta nem sempre reflete as condições gerais de saúde de uma região, a taxa de mortalidade infantil “permite obter uma imagem muito exata dos progressos realmente observados na luta contra a mortalidade” (Nazareth, 1978, 770). A título de exemplo, e recuando ao período entre 1930 e 1970, mais concretamente ao ano de 1960 (fig.2), Portugal registava o valor mais elevada na mortalidade infantil, quando comparado com outros países, incluindo os do Sul, como Espanha, Grécia ou Itália, e bem longe dos valores registados nos países do Norte, como a Islândia, Noruega, Países Baixos ou Suécia.



2 – Mortalidade Infantil na Europa de 1960. Fonte: Pordata.

Entre 1929-32 e 1969-72, todos os distritos acompanharam a tendência global do País, ou seja, no sentido de uma diminuição bastante acentuada dos níveis de mortalidade infantil²⁶⁵ mas, como refere Nazareth, este processo não foi idêntico em todas as regiões e não aconteceu ao mesmo ritmo, e acompanhou a melhoria registada nas condições gerais de saúde das populações. Se tivermos em conta as causas de morte, podemos verificar a significativa redução entre os anos 30 e os anos 60, particularmente nas doenças ligadas ao aparelho digestivo, como as diarreias, que matavam muitas crianças na década de 30²⁶⁶.

No ano em que chegou aos Açores ao projeto materno-infantil e as enfermeiras que o protagonizaram (1956), a mortalidade infantil nos Açores era ainda muito elevada, 138‰, muito acima da média nacional. (Ver fig. 3).



3 – Mortalidade Infantil – Açores e Portugal – 1950-1975.

Fontes: INE - Estatísticas Demográficas (entre 1975 e 1966); Anuários Demográficos (entre 1929-1966) e Estatísticas do Movimento Fisiológico da População de Portugal (entre 1913-1925); não existem dados para os Açores entre 1912 e 1910 e entre 1926 e 1928)

ANEXO 1

Taxas brutas de mortalidade por distritos em diversas épocas, no período 1900-70 (permilagem)

Distrito	1900-10	1910-20	1920-30	1930-40	1940-50	1950-60
Aveiro	148	152	150	109	104	104
Braga	144	149	142	100	112	112
Bragança	174	184	166	113	109	109
Castellano	241	192	160	105	105	105
Coimbra	164	151	150	102	114	114
Évora	184	152	142	102	102	102
Faro	174	142	117	110	111	111
Fez	174	142	117	110	111	111
Guarda	174	142	117	110	111	111
Lamego	174	142	117	110	111	111
Lisboa	136	128	106	97	101	101
Lisboa (L)	136	128	106	97	101	101
Leiria	149	143	107	103	103	103
Pontevedra	191	161	154	120	120	120
Porto	142	121	100	98	117	117
Santarém	174	142	117	110	111	111
Saúde	174	142	117	110	111	111
Vila do Conde	190	184	149	110	119	119
Vila Real	174	142	117	110	111	111
Vila Rica	190	184	149	110	119	119
Vila Verde	174	142	117	110	111	111
Algarve do Interior	192	165	143	110	109	109
Algarve	192	165	143	110	109	109
Beja	192	165	143	110	109	109
Flora da Madeira	301	181	119	116	103	103

Causa	Região Norte	Região Centro	Região Sul	Região Alentejo	Região Algarve	Portugal
Tuberculose	9,0	7,1	6,9	6,8	5,5	7,4
Cancro	2,4	2,3	2,0	1,8	3,1	2,3
Cardiovasculares	12,7	12,7	12,4	7,6	11,2	11,0
Morbidade e mortalidade perinatais	3,8	4,9	5,2	5,0	5,5	4,3
Brônquios e pneumonia	7,1	6,8	2,1	2,4	6,5	5,8
Doenças do aparelho digestivo	20,0	15,0	11,3	6,6	23,0	13,7
Nefrite e nefrose	2,2	1,2	0,8	0,9	1,4	1,3
Sexualidade	5,7	8,3	6,7	2,0	5,0	5,4
Suicídio	0,2	0,4	1,1	0,4	0,1	0,4
Outras doenças, envelhecimento e violência	2,6	3,4	2,9	1,5	2,2	2,4
Outras causas	29,1	31,9	45,2	67,0	31,9	44,0
Toda as causas	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

265 Nazareth, J.M (1978, 795)

cancro e das doenças cardiovasculares e grupo em importância de um outro tipo de causas de morte que era praticamente inexistente em 1930: os acidentes com veículos a motor.

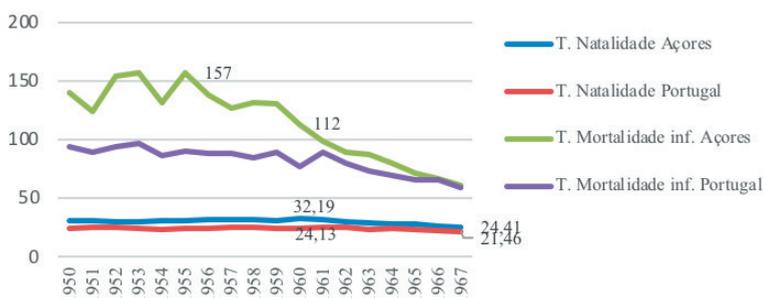
Morbidade por causas em Portugal e nas regiões no período 1950-70

Causa	Região Norte	Região Centro	Região Sul	Região Alentejo	Região Algarve	Portugal
Tuberculose	9,0	7,1	6,9	6,8	5,5	7,4
Cancro	2,4	2,3	2,0	1,8	3,1	2,3
Cardiovasculares	12,7	12,7	12,4	7,6	11,2	11,0
Morbidade e mortalidade perinatais	3,8	4,9	5,2	5,0	5,5	4,3
Brônquios e pneumonia	7,1	6,8	2,1	2,4	6,5	5,8
Doenças do aparelho digestivo	20,0	15,0	11,3	6,6	23,0	13,7
Nefrite e nefrose	2,2	1,2	0,8	0,9	1,4	1,3
Sexualidade	5,7	8,3	6,7	2,0	5,0	5,4
Suicídio	0,2	0,4	1,1	0,4	0,1	0,4
Outras doenças, envelhecimento e violência	2,6	3,4	2,9	1,5	2,2	2,4
Outras causas	29,1	31,9	45,2	67,0	31,9	44,0
Toda as causas	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

266 Nazareth, J. M. (1978:775)

(continua p. 14)

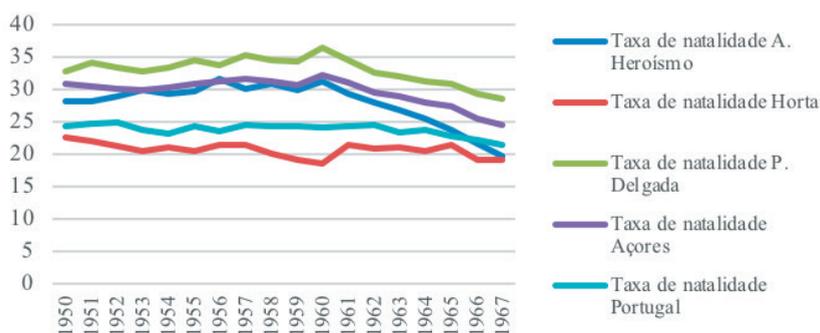
Esta realidade não pode ser dissociada das condições de vida das populações, como refere o texto de Lalande & alter (2009, 13): “Nos anos 50 do século XX, o Arquipélago dos Açores, e mais especificamente o Distrito de Ponta Delgada (S. Miguel e Sta. Maria), era uma região com más condições sanitárias.” Para compensar o dramatismo da morte precoce, os Açores registavam níveis bastante elevados de natalidade (fig.4) o que, segundo Nazareth, enquadrava as ilhas entre as regiões com maior proporção de jovens (0-19 anos) e menor percentagem de pessoas no grupo dos 60 e mais, o que contribuía para um menor envelhecimento populacional, integrando os Açores na região portuguesa, que o autor designa, como modelo do Norte do país.



4 – Taxas de natalidade e Mortalidade (Açores e Portugal) 1950-1967 (%).

Fontes: INE – Estatísticas Demográficas (entre 1966 e 1975); Anuários Demográficos (entre 1929 e 1966) e Estatísticas do Movimento Fisiológico da População de Portugal (entre 1913 e 1925); não existem dados para os Açores entre 1910 e 1912 e entre 1926 e 1928)

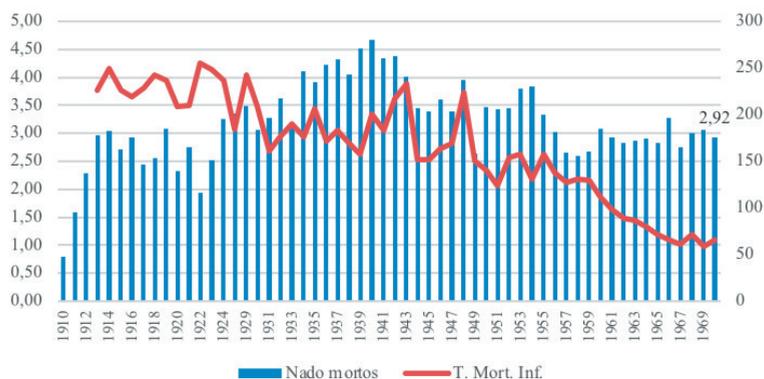
Na leitura de Nazareth (1978, 761), o distrito da Horta (fig.5) não se enquadrava nesse modelo, antes integrava um “grupo de transição”.



5 – Taxas de natalidade nos Distritos dos Açores e Portugal 1950-1967 (%).

Fontes: INE - Estatísticas Demográficas (entre 1975 e 1966); Anuários Demográficos (entre 1966 e 1929) e Estatísticas do Movimento Fisiológico da População de Portugal (entre 1925 - 1913); não existem dados para os Açores entre 1912 e 1910 e entre 1926 e 1928)

Paralelamente ao elevado número de nascimentos e de mortes antes do 1º ano de vida, os dados demográficos revelam-nos ainda um número muito significativo de nados-mortos (fig.6). No caso dos Açores, esse valor foi diminuindo ao longo dos anos, mas a um ritmo mais lento, mesmo depois de a taxa de mortalidade infantil baixar.



6 – Açores - Nados mortos (%) e mortalidade infantil (%).

Fontes: INE – Estatísticas Demográficas (entre 1966 e 1975); Anuários Demográficos (entre 1929 e 1966) e Estatísticas do Movimento Fisiológico da População de Portugal (entre 1913 e 1925); não existem dados para os Açores entre 1910 e 1912 e entre 1926 e 1928)

Os dados da mortalidade infantil remetem-nos para as condições de vida das populações. E, nesse domínio, podemos afirmar que, ao contrário de outros países europeus, Portugal levou mais tempo a reconhecer a ligação entre saúde e condições de vida, particularmente no que à maternidade diz respeito. No entanto, segundo Baptista (2016), no final do séc. XIX já se debatia a relação entre trabalho das mulheres e maternidade, mais por receio do impacto que os problemas de saúde da grávida pudessem ter na queda da natalidade e no aumento da mortalidade infantil²⁶⁷.

Quando se procura conhecer os fundamentos do que hoje se designa por Sistema Nacional de Saúde, é no Reino Unido e desde o séc. XIX, que surgem iniciativas reformistas, com vista ao combate de doenças endémicas e crónicas, “causadas por malnutrição e precárias condições de vida, levando a uma intervenção junto das populações, com uma ênfase particular em

²⁶⁷ Data de 1900, a dissertação de Adelaide Cabete, onde a autora propõe “a promulgação de uma lei que estabelecesse o descanso de um mês antes do parto, com um subsídio, para as mulheres a trabalhar em fábricas e estabelecimentos do Estado ou de particulares, a criação de maternidades, nomeadamente na capital, e a implementação de mutualidades maternas, com o fim de apoiarem as mulheres pobres durante a gravidez e prestarem-lhe os devidos cuidados no domicílio” (Baptista, V., 2016, 367)

medidas de prevenção.” (Duarte, V.L. 2016, 10). Mais tarde, esta tendência é globalizada, desde logo através de organizações internacionais como as Nações Unidas, primeiro designada por Sociedade das Nações.

Em Portugal, apesar do atraso verificado, há a assinalar nos anos 40 (1943) “a criação do Instituto Maternal, que introduziu as consultas de ginecologia, pré-natais e pediátricas, assim como os lactários”, estrutura de saúde pública, relevante para a transformação da proteção à maternidade nos Açores. Um outro avanço relevante, no domínio da saúde pública foi a introdução do Plano Nacional de Vacinação em 1968 (Duarte, V. L. 2016).

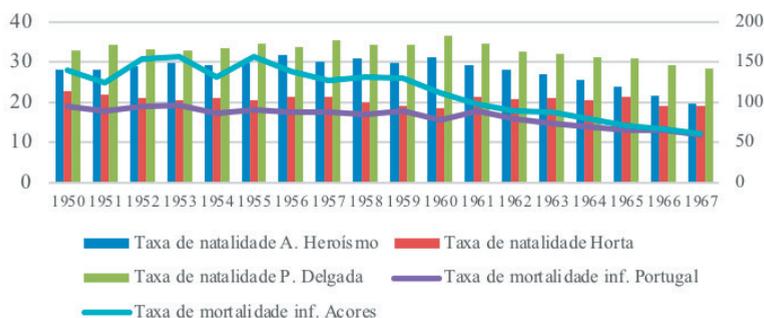
Antes da chegada do programa de saúde materna, eram raros os profissionais diplomados em saúde materna nos Açores, como refere R. Gregório num estudo sobre a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (Gregório, R. 2015):

Tanto quanto se apura, em 1891 já uma parteira diplomada em Lisboa exercia funções no Hospital. No ano de 1899, Guilhermina Aboim Tavares, com formação em obstetrícia (Lisboa), era também ali nomeada parteira (Rodrigues 2003: 128). Este tipo de serviços, geralmente associado a partos de risco, decorria na enfermaria feminina de cirurgia (Rodrigues 2010: 371). (...) Posteriormente, no quadro da superintendência da Delegação do Instituto Maternal em Ponta Delgada (1956), o serviço de Maternidade e o de Pediatria (1959) enquadrou-se no programa de saúde pública «Protecção Materno-Infantil». (Gregório, R. 2015, 68).

Foi no quadro da ação do Instituto Maternal, que foi criado o Programa de Proteção Sanitário Social, conhecido como Programa de Proteção Materno-Infantil

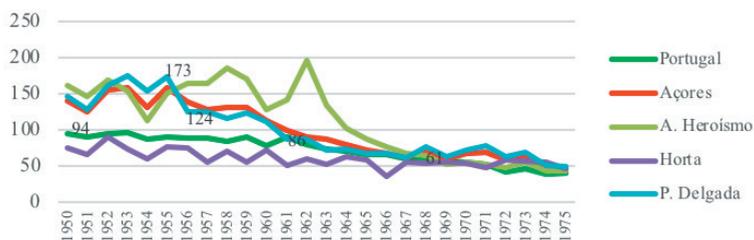
baseado “numa rede de dispensários de Proteção Materno-Infantil (extensões dos centros de saúde); a assistência ao parto era realizada por enfermeiras obstetras, no domicílio, ação que mais tarde veio a ser substituída pelas “Casas de Natividade” e, posteriormente pelas maternidades de alguns hospitais concelhios (mais tarde Centros de saúde) e maternidade do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (posteriormente designado Hospital Distrital de P. Delgada (Lalanda, M. & alter 2009, 13).

Da análise do gráfico seguinte (fig.7) é possível confirmar o impacto que a vinda do programa materno-infantil teve, particularmente, na redução da taxa de mortalidade infantil, mas também em termos da natalidade²⁶⁸. Comparando os três distritos, P. Delgada regista a taxa de natalidade mais elevada.



7 – Taxas de natalidade e de mortalidade (Distritos A. H., Horta e P. Delgada) e Portugal - (%).

Quando comparamos os valores da mortalidade infantil, verifica-se que foi no Distrito de P. Delgada que o impacto da redução verificado a partir do final da década de 50 foi mais significativo, contribuindo para a redução da taxa regional (fig.8).



8 – Mortalidade infantil nos distritos dos Açores e em Portugal - 1950 e 1975 - (%).

²⁶⁸ A partir dos anos 60 intensificou-se a emigração açoriana. De acordo com um documento publicado no portal do Governo Regional dos Açores, terão saído da Região, 82126 residentes, com destino aos Estados Unidos, Canadá e Bermuda, sobretudo para o primeiro país. Só no ano de 1969 foram 13125 pessoas que rumaram aos E. UA. (8027) e Canadá (4684). Estávamos no período da guerra do Ultramar com mobilização de muitos homens jovens, o que também explica a opção pela emigração, aliada à falta de condições de vida e sobrevivência. <https://portal.azores.gov.pt/documents/36350/3088773/Tabela+dados+emigra%C3%A7%C3%A3o+2016.pdf/5dcfb933-a631-f6c7-2e4d-bb34cabc4a6e?t=1615984336358>.

De acordo ainda com os estudos de J. M. Nazareth (1978), A taxa de emigração nos distritos açorianos, entre 1961 e 1970 triplicou, quando comparada com a década anterior (1951-1960), passando de 4,1 para 16,7 em A. Heroísmo; de 12,5 para 20,4, na Horta e de 9,3, para 29,7 em Ponta Delgada. Valores muito superiores aos registados no todo nacional (4 em 1951-60 e 7,8, em 1961-70).

Paralelamente à elevada taxa de mortalidade infantil, registada em Portugal, particularmente nos Açores, há ainda a considerar os valores da Mortalidade materna que, segundo a análise estatística de Neves & Ayres-de-Campos (2012), sofreu uma forte regressão nas décadas de 30 e 40 devido, na opinião dos autores, à “generalização dos antibióticos e ao aparecimento de transfusões sanguíneas seguras”, bem como à “crescente acessibilidade e melhoria da qualidade dos cuidados de saúde obstétricos” (Neves & Ayres-de-Campos 2012, 99).

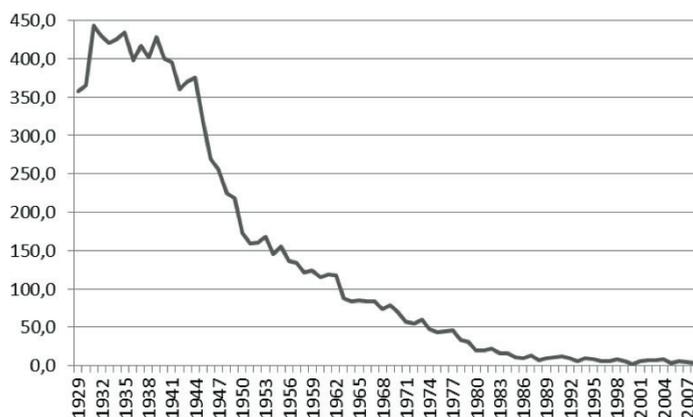


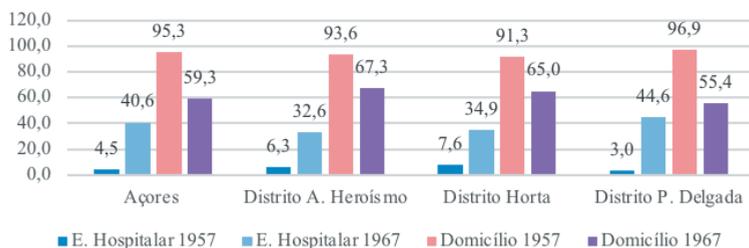
Figura 1: Evolução do rácio de mortalidade materna em Portugal entre 1929 e 2008
 fonte: Neves & Ayres-de-Campos, (2012:95)

No entanto, como se pode verificar no gráfico elaborado pelos autores, a quase eliminação das mortes no parto só acontece na década de oitenta, com a generalização do parto hospitalar e o alargamento do programa de saúde materno-infantil no âmbito da criação do Sistema Nacional de Saúde. Recuando aos anos em análise (1940-1960), a grande mudança provocada foi a implementação de uma prática de cuidados de saúde, não apenas no parto, mas incluindo uma maior proteção da mulher grávida e do recém-nascido.

No dizer de Baptista²⁶⁹, “até 1943, ideologicamente o nascimento deveria ocorrer no lar, “santuário” familiar adequado, evitando à mulher o abandono da família”, uma realidade que perdurou nos Açores, dez anos após a implementação do plano de intervenção e da criação e generalização dos dispensários, como se pode constatar nos dados referentes ao local do parto

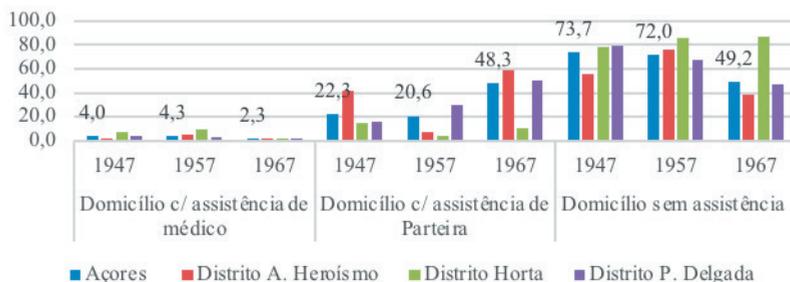
²⁶⁹ Baptista V. A assistência materno-infantil em Portugal e os Direitos das Mães trabalhadoras (1880-1943) - texto inserido na dissertação de doutoramento - ISCTE, consultado em: http://aphes32.cehc.iscte-iul.pt/docs/s27_1_pap.pdf

(fig.9). Em relação aos partos em estabelecimento hospitalar, são quase inexistentes antes da década de 50.



9 – Partos segundo o Local - Estabelecimento Hospitalar ou Domicílio (1957 e 1967) - Açores (%).
Fonte: INE - Anuário estatístico - 1957 e 1967

Quando se analisam os dados referentes ao tipo de assistência ao parto prestada no domicílio (fig.10), é evidente o impacto que teve a presença das enfermeiras-parteiros, sobretudo nos distritos de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, ultrapassando os 50% dos partos realizados em 1967. No distrito da Horta, o número de partos sem assistência, manteve-se bastante elevado.



10 – Mortalidade infantil nos distritos dos Açores e em Portugal - 1950 e 1975 - (%).
Fonte: INE - Anuário estatístico - 1957 e 1967

Quando se refere “sem assistência”, significa a ausência de um profissional de saúde acreditado/formado. No entanto, muitos desses partos foram assistidos por “curiosas”, as comadres, vizinhas ou mulheres “experientes” que nas comunidades ajudavam a nascer.

Enquanto a Europa implementava modelos de assistência, inspirados no Relatório de Beveridge (1942), e surgiam respostas da responsabilidade do Estado, com caráter universal e acessíveis a todos, Portugal recusava implementar um Estado de bem-estar, fosse segundo o modelo de Beveridge ou de Bismark (Campos & Simões 2011).

Estávamos nos anos 50, Portugal vivia sob um regime ditatorial. Conforme refere Almeida (2018, 58), citando o discurso de tomada de posse de Joaquim Trigo Negreiros, ministro do interior (Agosto de 1950), “o papel do Estado na área da assistência era meramente acessório, enfatizando o papel das Misericórdias. Nas palavras do responsável pela Direção Geral da Assistência, “atribuir ao Estado o monopólio de toda a assistência hospitalar, se não chega a ser comunizante, é acentuadamente socialista. Há que combatê-lo em nome dos preceitos da verdadeira civilização cristã” (...) “sempre na terra haverá pobreza e, sobretudo, sempre haverá quem sofra e quem chore” (cit. Almeida 2018, 60).

Apesar da criação em 1943 do Instituto Maternal, que visava centralizar as medidas de intervenção no domínio da saúde materno-infantil, “para o Estado Novo a ação pública na assistência maternal, para além das maternidades, devia ser reduzida ao mínimo, devendo aquele tipo de assistência ser dinamizada, na medida do possível, por instituições particulares, como as misericórdias e a previdência que estava em fase de organização (Caixas de Previdência, Casas do Povo, Casas dos Pescadores). A preocupação principal do Estado Novo dirigia-se, na realidade, para a moralização das classes populares, dada a ênfase colocada nos objectivos de ensino e educação das mães, focalizando-se no papel da célula familiar como entidade básica da sociedade e nos comportamentos higiénicos e morais das mães.” (Almeida 2018, 60)

Em 1960, Lobo da Costa realiza um estudo sobre a saúde em Portugal e conclui que o País investia montantes pouco significativos nos serviços de segurança social, não conseguindo por esse motivo uma cobertura médico-social comparável a outros países da Europa (cit. in Almeida, 2018). Segundo o mesmo autor “Portugal era uma nação mal assistida na doença, com um número elevado de óbitos verificados em meio rural, sem a presença do médico, de um povo empobrecido por uma das mais elevadas taxas de mortalidade infantil europeias” (cit. in Almeida 2018, 99)

No início da década de 50, os responsáveis não escondiam que, por exemplo, a Direção Geral de Saúde não conseguia combater a mortalidade infantil, a par da tuberculose ou da lepra. No entanto, o discurso mantinha-se orientado para a visão supletiva do Estado, “estimulando os sentimentos de solidariedade, os pilares da assistência privada” (Almeida 2018, 62).

No entretanto, “em 1954 Portugal aprovava o Regulamento nº 1 da OMS, referente à nomenclatura das patologias e suas causas, de forma a es-

tandardizar as publicações estatísticas e, no ano seguinte passava a integrar o Conselho Executivo daquela organização. “(Almeida 2018, 53).

Em 1956, Portugal era visitado oficialmente pelo Diretor Geral da OMS, que reconheceu a falta de uma saúde preventiva e a carência de profissionais, médicos e sobretudo, enfermeiras, parteiras e visitadoras.

Nas palavras da Enf^a Santos Cordeiro:

A Organização Mundial de Saúde, diplomaticamente, teve interferência junto do Governo Português e foi montado aqui o Sistema de Proteção Materno-Infantil. Viemos nós, a primeira leva de 16 enfermeiras (31 de Dezembro 1955), depois em Março (1956) vieram outras e mais tarde outras tantas²⁷⁰.

Parteiras e Dispensários - a experiência inicial nos Açores

A criação de dispensários começou no final do séc. XIX, por iniciativa da Rainha D. Amélia (1º dispensário - Alcântara) e visava assistir as crianças pobres. (Baptista, V.) Com a criação do Programa Materno-Infantil nos Açores, o Instituto Maternal proporcionava uma “assistência ao parto realizada por enfermeiras obstetras, no domicílio, ação que, mais tarde veio a ser substituída pelas Casas de Natividade e, posteriormente pelas maternidades de alguns hospitais concelhios e maternidade do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada.” (Lalanda, M. & alter 2009, 13). No âmbito deste Programa vieram, do continente, equipas de Enfermagem diplomadas, já que, “os raríssimos elementos que localmente praticavam atos de enfermagem não eram enfermeiros diplomados e encontravam-se a trabalhar na área dos cuidados hospitalares” (Lalanda & alter 2009, 13). Este é o retrato da realidade que encontraram:

Chocou-me muito porque não pensava que houvesse tanta criança a morrer. Depois chocou-me um bocado, hoje em dia compreendo, que as mães, que choravam pelo seu filho, sem dúvida, ao mesmo tempo davam graças porque era um anjinho que ia para o céu. Estes

²⁷⁰ <http://correiodosacores.pt/NewsDetail/ArtMID/383/ArticleID/28899/%E2%80%9CChocou-me-o-cen225rio-quando-cheguei-a-S227o-Miguel-porque-n227o-pensava-que-houvesse-tantas-crian231as-a-morrer%E2%80%9D>

conceitos, na minha cabeça e na das minhas colegas, baralhavam-nos um bocado. Estávamos a lutar pela vida das crianças. As mães tinham muitos filhos. Uns iam morrendo e outros iam nascendo. A mortalidade era elevada e a natalidade também ²⁷¹.

Esta é também a imagem que Aurélia Ramires, enfermeira-parteira, que trabalhou na freguesia de Rabo de Peixe, onde as condições de “as mães não tinham como alimentar, não tinham leite”.

A parteira - comadre ou matrona

De acordo com Ribeiro (1990, 124) “o nome parteira ocorreu a par de *comadre*, como é possível documentar desde o séc. XVII.” No entanto em muitas regiões, incluindo nos Açores, a mulher que ajudava a nascer era designada de “curiosa” para a destrinçar daquelas que tinham formação e estavam habilitadas oficialmente para assistir aos partos. Interessante é registar o facto de, segundo Ribeiro (1990), a posição adotada pelas mulheres, inclusive em testemunhos recolhidos nas ilhas Graciosa, Flores e Corvo era de joelhos ou de cócoras, acompanhadas pela curiosa que “aparava” a saída do bebé. Citando a propósito um texto sobre obstetrícia popular, Ribeiro refere uma máxima das curiosas “na cama é para os fazer, no chão é para os ter” (cit. Costa-Sacadura & Saavedra 1945, in Ribeiro, M. 1990, 57). Este é um traço relevante que distingue o parto no domicílio do hospitalar, já que tradicionalmente as mulheres não permaneciam deitadas durante o parto (Kitzinger, S. 1978, 92). O facto de a mulher poder movimentar-se, no período de dilatação foi admitido, por alguns profissionais, como sendo favorável, nomeadamente ao nível das contrações. No entanto, a investigação de S. Kitzinger registou situações de conflito, entre parteiras e parturientes, as primeiras insistindo na posição deitada e as segundas querendo ficar de pé ou agachadas, uma posição espontânea, que favorece o relaxamento da musculatura pélvica. De acordo com Barbaut (1991, 174), “a posição deitada, ou semi-deitada, usada hoje na maior parte dos casos nas salas de parto, foi lentamente imposta pelos médicos, na Europa, a partir do séc. XVIII.”

Quando se procura conhecer a história das “parteiras”, em Portugal, confrontamo-nos com a representação negativa que esta designação proje-

²⁷¹ idem.

tava, ao estar associada às curiosas ou comadres, ou seja, às mulheres sem formação técnica.

Segundo a investigação de Marinha Carneiro (2007), que remonta aos anos 20 do século XIX, remete a parteira para a base da pirâmide dos então designados «empregados da saúde», subordinada ao cirurgião, que era quem lhe conferia formação.

Embora prevendo penalizações para as parteiras não legalizadas, as famílias continuavam a recorrer às curiosas, uma vez que não existiam parteiras “examinadas” em número suficiente. O parto e as parteiras continuavam a ser elementos de um mundo feminino, subalterno, ainda distante das preocupações dos governantes. (2007, 320). Um mundo de mulheres que aprendiam com outras mulheres e que, segundo refere Ribeiro (1990, 126), não cobravam pela prática, porque a parteira “não vive da clientela, assistindo graciosamente.” A parteira era uma mulher experiente, que os médicos obstetras menosprezavam. No entanto, como refere Arlette Farge (cit. Joaquim, 1983, 84), o saber médico não tinha em conta a função, que essas mulheres tinham, próximas das parturientes, conhecedoras das angústias que as assolavam no momento do parto. A “aparadeira”, como eram designadas as parteiras sem formação, agiam na base de um conhecimento empírico, da experiência, daí a importância da idade no reconhecimento social por parte da comunidade, e a própria designação de “comadre” e “matrona”, que lhes conferiam uma condição social prestigiante.

Com a afirmação da formação médica nos anos trinta, foi criado um “curso de partos” ministrado no âmbito das escolas médicas, que incluía uma componente teórica e a prática. O Estado, “com este novo modelo de formação, que passava por um processo de escolarização, certificava uma nova forma de acesso à profissão, e passou a denominar «parteira diplomada», aquelas que recebiam como documento final a «carta de parteira».” (...) Ao assegurar os cursos de partos, a nova medicina passou a tutelar definitivamente a formação de mais um segmento das tradicionais artes de curar, em nome da urgência social e a favor da saúde das mães e recém-nascidos” (Carneiro, 2007, 330).

Ao fazer entrar as mulheres “parteiras” no universo de formação médica, os médicos procuravam controlar a sua prática, mas remetiam o papel da “parteira” a uma condição menor, descrita como “ignorante”. Apesar de sujeitas a um exame para obtenção da “carta de parteira”, (...) “a qual continha

uma clausula proibitiva quanto ao uso de instrumentos cirúrgicos” (Carneiro, 2007, 332).

As curiosas de partos eram mulheres experientes e mães, consideradas nas sociedades rurais como “das pessoas mais importantes do grupo social formado pelas mulheres” (Kitzinger, 1978:100), uma posição que contrasta com aquela que a medicina e a igreja, no mundo ocidental industrializado, foi difundindo, associando a prática das curiosas à bruxaria/feitiçaria.

As parteiras, formadas nas escolas médicas, eram jovens, com um perfil moral atestado, bastando saber ler e escrever. A formação ficava a cargo de um professor de partos e acontecia de forma separada dos restantes estudantes de medicina. A este propósito, a Enf^a-Parteira Aurélia Ramires, hoje com 86 anos e que, à época (1956) tinha vinte anos, sentiu dificuldade em se “impor” como parteira, por ser muito jovem e por aparentar essa juventude.

Carneiro (2007) destaca o facto de estes cursos serem gratuitos, para atrair candidatas, de meios sociais mais desfavorecidos, uma vez que esta atividade era “pouco atraente” para pessoas com estatuto social elevado, remetendo para a condição de parteira um estatuto menor, “solução de recurso, perante a impossibilidade de chamar um médico parteiro” (Carneiro, 2007, 335). A formação das parteiras, no quadro das escolas médicas, não tinha como dimensão central o bem-estar da parturiente e do recém-nascido, mas antes a preocupação de retirar das mãos de “curiosas” o ato técnico de partejar, capacitando estas parteiras “encartadas” para tratar e detetar complicações durante o parto, excluídas socialmente e profissionalmente das “nobres” profissões médicas, onde não entravam as mulheres.

Apesar desta tentativa de controlo sobre o saber tradicional, o número de parteiras diplomadas nas escolas médicas não foi elevado, por fraca adesão das mulheres aos cursos de partos, não tendo por isso o impacto que se esperava, junto das comunidades. Daí que, como refere a autora, “os velhos métodos tinham de persistir perante as necessidades sociais e a incapacidade de o sistema sanitário em assegurar, com eficácia, o novo modelo (...) As populações rurais mais afastadas das grandes cidades ou inseridas no interior profundo tinham de continuar com as suas devoções tradicionais e socorrem-se de “mulheres curiosas”.

É já no século XX que emerge uma perspetiva integrada dos cuidados à mãe e ao recém-nascido, enquadradas na importância atribuída, não apenas à obstetrícia, mas à puericultura, fazendo convergir a prática das parteiras com a formação em Enfermagem.

A investigação de Marinha Carneiro (2003), remonta-nos ao debate que ocorreu no país, na década de quarenta, com destaque para o discurso da médica e Deputada à Assembleia Nacional, Maria Luísa Van Zeller, onde se “reconhecia que, enquanto não fossem resolvidas as deficiências do agregado familiar no que respeitava à salubridade da habitação, problemas económicos, educação cívica, moral e higiénica, o «lindo edifício das obras da assistência infantil» não teria alicerces” (Carneiro, 2003, 366). Mais tarde, Maria Luísa Van Zeller seria nomeada vice-presidente da direção do Instituto Maternal. Nesse contexto, fez questão de introduzir a designação “enfermeira-puericultora”, para substituir a de “parteira”, por esta estar associada, à época, a práticas abortivas.

Sendo uma realidade feminina, durante décadas vivida pelas mulheres, entre mulheres, não foi sem conflito que a medicina, inicialmente dominada por homens, se apropriou dessa ação. Na década de 40, coexistiam em Portugal os cursos de parteiras, ministrados nas Faculdades de Medicina e os novos cursos de enfermeiras-parteiras-puericultoras, criados no quadro do Instituto Maternal. “A nova designação de enfermeira puericultora inseria-se, assim, num processo não apenas técnico, mas também político e ideológico que se propunha conferir uma formação às novas profissionais, tomando-as discípulas das posições natalistas” (Carneiro: 2003, 387).

A formação em Enfermagem esteve, durante várias décadas, desligada do sistema educativo, mas antes ligada aos Hospitais civis, de Lisboa e Coimbra. Inclusive, “o Instituto Português de Oncologia criou a sua própria Escola Técnica de Enfermeiras, com a colaboração da Fundação Rockefeller, norte-americana, para a formação de técnicas naquela área (Dec. 30447 de 17 de Maio de 1940)” (Carneiro, 2003, 388) da qual viria a grande maioria das Enfermeiras que integraram o primeiro grupo do projeto Materno-Infantil nos Açores.

Ser enfermeira e parteira, era uma profissão com exigência ética elevada. De acordo com textos do Instituto Maternal (1946) (cit. Carneiro, 2003, 388), “tratava-se de formar uma legião de mulheres dedicadas e beneméritas, educadas no culto da profissão», que deveria ser encarada como «uma espécie de sacerdócio com espírito de abnegação e sacrifício». Segundo as regras do Instituto Maternal, (Carneiro, 2003), as candidatas ao curso de Enfermeira-Parteira, deveriam ter entre 18 e 25 anos, boa condição física, comportamento moral (comprovado por três pessoas idóneas que não fossem da famí-

lia” e o 2º ciclo dos liceus (5º ano) ou equivalente. Caso a candidata apenas tivesse o 1º ciclo, seria sujeita a um exame de aptidão.

Uma das grandes diferenciações registadas na formação destas enfermeiras, foi o facto de o Instituto Maternal ter afastado os médicos da docência e, por essa via, retirado o protagonismo das faculdades de medicina na formação das “novas parteiras”, (...) “o que parece elucidativo de um certo fechamento e seletividade ideológica que o Instituto Maternal promovia na admissão de especialistas na formação dos seus profissionais” (Carneiro, 2003, 397), numa clara posição por parte deste Instituto contra a formação de “parteiras” que ocorria nas faculdades, que acabaria por ser encerrada na década de 60.

De acordo com a investigação de Carneiro (2003), esta conflitualidade entre entidades formadoras refletia visões distintas do lugar da mulher na prática do parto, no caso do Instituto Maternal com maior exigência de formação de base, integrada na enfermagem, o que não acontecia nos cursos patrocinados pela faculdade, cuja função se limitava à prática do partejar, e integrava mulheres com baixa formação de base, cujo objetivo era apenas o de substituir as “curiosas” e “empíricas”, disseminando a cultura médica e controlando a sanidade pública. A este propósito Sheila Kitzinger (1978, 98) refere que “era do interesse dos médicos limitar o poder das parteiras e restringir os seus conhecimentos. Os livros que escreveram para as parteiras omitiam grande quantidade de informações importantes, a pretexto de que só os médicos deveriam saber certas coisas.”

A formação das enfermeiras-parteiras instituída pelo Instituto Maternal não estava subjugada ao poder médico e tinha outros objetivos e preocupações, relacionadas com a família, a maternidade e a natalidade. Daí, a formação das enfermeiras-parteiras ser bastante diversificada, o que lhes permitia uma ação não apenas ao nível dos partos, mas durante a vigilância da gravidez e no acompanhamento dos recém-nascidos.

Para isso a estrutura curricular do curso deveria incluir estudos relativos à enfermagem geral, puericultura e partos, noções de higiene social e técnica de serviço social, procurando preparar as novas enfermeiras para a assistência especializada às mães e às crianças, antes, durante e depois do parto, tanto no meio hospitalar como no domicílio. (Carneiro, 2003, 388).

O parto hospitalar levou algum tempo a se impor, quer por força da ação das enfermeiras-parteiras, que se deslocavam ao domicílio, quer pelo receio das mulheres em ter os filhos no contexto hospitalar. Esta relutância

justificava-se em parte porque “parir no hospital se traduzia, antes das descobertas microbiológicas e das práticas de assepsia, em grande insucesso, na medida em que a mãe e o recém-nascido corriam riscos acrescidos de infecção.” (Carneiro, M. 20103, 321).

Para além disso, as orientações políticas, no Portugal de 1940 a 1970, reforçavam a ideia que o “domicílio” era o local adequado para nascer. A casa, era o lugar onde se nascia, vivia e morria. E, no caso dos meios rurais açorianos, o “quarto de estado”, era o lugar da casa reservado ao nascer, à doença, ao morrer e ao acolhimento dos romeiros.

Nas palavras de Teresa Joaquim, o parto nos meios tradicionais, envolvia todas as mulheres, que ajudavam a “livrar” e a “aliviar”, quer através de orações, quer pela ajuda direta, inclusive cuidando da alimentação do resto da família (Joaquim, T. 1983).

A parteira que batiza

As crianças que nasciam em casa e que davam sinais de não sobreviverem não eram batizadas pelo padre, mas sim pelas parteiras. Uma tarefa que também era pedida às enfermeiras-parteias, e, como refere Aurélia Ramires, as mães agradeciam, porque isso permitia que o filho “fosse guiado para o céu”.

De acordo com Almeida (2014, 22-23), a igreja criou o batismo de extrema-necessidade que, segundo as constituições sinodais do séc. XVI (a exemplo das da Diocese de Angra citadas pela autora), deram protagonismo especial às parteiras, já que elas assistiam à maioria dos partos.

Independentemente do local onde se encontravam, as parteiras deveriam batizar as crianças por aspersão porque estava em causa a sua salvação, ao que não podia faltar água limpa. Se a criança não conseguisse nascer do ventre da mãe, deveriam batizá-la no primeiro membro que surgisse (...) aconselhando que derramasse a água sob a forma de cruz num dos membros do bebé que surgisse no imediato. Da mesma forma, e na ausência das parteiras, as constituições sinodais permitiam que o batismo de extrema-necessidade fosse ministrado pelos pais e até por hereges, pagãos e excomungados, desde que soubessem a fórmula batismal: *Eu te baptizo em nome do padre e do filho e do spirito sancto. Amen.* Se melhorasse de saúde, o recém-

-nascido deveria ser levado à igreja, passados oito dias, para aí receber o batismo solene. (Almeida, 2014, 22,23).

Citando a investigação de Françoise Loux, Teresa Joaquim (1983, 149) refere que a “morte rodeia a criança e a sua entrada na vida” e faz-se sobretudo pelo rito do batismo, daí a preocupação com as crianças que nascem em estado de morte aparente: “nesse caso a “aparadeira” apronta-se a “encher” o anjinho, para que no caso de não chegar a “fôlego vivo” a sua alma “veja a Deus”

Os anjinhos

O facto de as crianças facilmente morrerem nos primeiros anos de vida contribuía para que, a criança que sobrevivia era vista mais como um adulto em miniatura. Nesse contexto, e isso até ao século XIX, como refere Philippe Ariès (1973, 57), quando nascia uma criança, a probabilidade de sobrevivência era baixa e não se acreditava que “contivesse a personalidade de um homem”. Logo,

as pessoas não se podiam apegar a algo que era considerado uma perda eventual. (...) Essa indiferença era uma consequência direta e inevitável da demografia da época. Persistiu até ao séc. XIX, no campo, na medida em que era compatível com o cristianismo, que respeitava na criança batizada a alma imortal. Consta que, durante muito tempo, se conservou no País Basco, o hábito de enterrar em casa, no jardim, a criança morta sem batismo. (...) A criança era tão insignificante, tão mal-entrada na vida, que não se temia que após a morte ela voltasse para importunar os vivos.

A figura de “anjinho” surge fortemente associada aos elevados índices de mortalidade infantil registados até meados do século XX. Um anjinho era todo o recém-nascido que, não tendo sobrevivido, era batizado, de forma a que pudesse “entrar no reino dos céus”. De outra forma, ficariam relegadas para o “limbo”, “local no além confinado às almas por batizar”, implicando também que não lhes fosse dada sepultura à parte, sem o acompanhamento de qualquer oração. (Almeida, F. 2015). De acordo ainda com F. Almeida (2014, 16),

Excluídas do Céu por Santo Agostinho, as almas das crianças mortas sem batismo foram encaminhadas para o Limbo das crianças (*limbus puerorum*) a partir do século XIII.

O estatuto de “anjinho” contrariava o destino de ficar um “pagão”, e esses eram remetidos para o “limbo”, “lugar marcado pela monotonia da igualdade do tempo, lugar sombrio e tranquilo” (Santos, C. 2012, 5). Nas palavras de Joaquim (1983, 139), “o período que vai do nascimento ao batismo é extremamente arriscado para o corpo da criança: há imensas ameaças que pesam sobre a sua vida, o seu futuro, por isso é costume batizá-la o mais depressa possível após o nascimento”. Também é referido que as crianças por batizar eram designadas de “moiros.” (Joaquim 1983, 140).

A presença do batismo precoce vem desde a idade média quando Santo Agostinho terá considerado como incontornável a condenação ao inferno das crianças não batizadas.

Ao salientar, a partir da obra *De peccatorum meritis*, que sem o batismo as crianças não obtinham a salvação e a vida eterna, o bispo de Hipona (Santo Agostinho) deu um novo sentido e rumo ao primeiro sacramento. (Almeida, F. 2014, 3).

“Esta doutrina, que ganhou adeptos, obrigou a Igreja Católica a alterar o ritual do batismo, até então maioritariamente aplicado em adultos e a introduzir-lhe novos elementos - exorcismos e preces - que sugeriam e insistiam na salvação do bebé” (Almeida, F. 2015, 45). De acordo com os estudos de F. Almeida (2015), o ritual do batismo, revisto no séc. XVII era composto de três momentos. Um primeiro, à porta do templo, onde se aplicava o sinal da cruz e se punha sal na boca dos meninos para afugentar o diabo; numa segunda etapa, era colocada saliva do padre nas orelhas e nas narinas, para que se lhe abrissem os sentidos e receberem Deus, ungindo-se o peito e as omoplatas com óleos sagrados para que adquirissem a vida eterna; eram depois imergidos ou era derramada por cima a água para que ressuscitassem em Cristo. Finalmente, já como membro da Igreja, era-lhes entregue a touca e o círio batismal, materiais associados à entrada no céu.

Aqueles que, batizados, morriam até aos sete anos eram considerados “inocentes”, denominados “anjinhos” ou “angelios”. (Almeida 2015, 47). Os sinos repicavam festivamente, porque como refere o texto da autora, “não havia razões para lamúrias.” Segundo descrições etnográficas, refere-se que

as crianças pagãs que não tinham sido batizadas eram enterradas em casa, debaixo da porta do forno, para daí receberem calor e luz (Joaquim, T. 1983, 149). De outro modo, os “bebés pagãos” eram enterrados sem exéquias, em lugares “à parte” nos cemitérios.

Notas Conclusivas

O tempo altera as representações sociais, enterra umas e constrói outras. No caso da mortalidade precoce que ocorria frequentemente nas famílias portuguesas até meados do século XX, a criança não tinha o valor simbólico que hoje lhe atribuímos. Era um sobrevivente e, em muitos casos, devia aprender um ofício desde tenra idade.

Nos Açores, a morte precoce era dramática, fruto do isolamento, da falta de infraestruturas de saúde e, sobretudo da inexistência de recursos humanos especializados.

Até aos anos 50, em muitas comunidades rurais, o parto estava nas mãos de curiosas, não sendo de estranhar o elevado número de mortes antes do primeiro ano de vida. A vinda de um grupo de profissionais de enfermagem em 1956 para a região, proporcionou um aumento da assistência no domicílio, atividade que permaneceu para além da criação das “casas da natalidade”. Mais do que ajudar da nascer, as enfermeiras-parteiros trouxeram a prática da puericultura e exerceram um papel fundamental na educação das famílias, agindo ao nível dos hábitos e práticas diárias, em contextos de grande carência económica e baixo nível escolar.

O testemunho de uma dessas parteiras, Enf^a Aurélia Ramires, permitiu-nos sentir as dificuldades que estas jovens profissionais de enfermagem enfrentaram, num tempo em que escasseavam os médicos, as curiosas eram chamadas com frequência e as mães recebiam ir para o hospital ter os filhos, aliás uma prática não recomendada no Estado Novo.

O nascimento e até a morte de um recém-nascido eram vividos entre mulheres, apoiadas por outras mais velhas e experientes. O sofrimento que as mães podiam sentir, e que expressavam de forma ruidosa, no dizer da Enf^a Ramires, era depois sublimado pelo discurso da igreja, que considerava os “anjinhos”, uma bênção e proteção das famílias, afastando as influências negativas associadas aos “não batizados”, mouros ou pagãos que ficavam “retidos” no limbo e não tinham, por esse motivo, direito à vida eterna.

Estas parteiras que iam aos domicílios só muito tardiamente deixaram de o fazer, porque nestas ilhas a implementação dos cuidados hospitalares foi mais lenta e menos homogénea. No entanto, a excelência da formação que as caracterizava permitiu dar mais segurança às mães e assegurar os cuidados às crianças nos dispensários que, mais tarde, dariam lugar aos centros de saúde.

Na história de uma mulher-mãe contavam-se os filhos mortos e vivos e os números da natalidade e da fecundidade são expressivos nesse sentido. Ao mesmo tempo que morriam muitos bebês, também nasciam muitos outros, num equilíbrio que J. M. Nazareth atribui relevante, se considerarmos a nupcialidade e a emigração, como estabilizadores do volume populacional. Os Açores viveram esses fenómenos de forma intensa entre a década de 40 e 60, registando valores elevados tanto na natalidade e fecundidade, como mortalidade infantil e na emigração, sobretudo a partir dos anos 60.

Por muitas décadas os Açores seriam uma das regiões mais jovem do país.

Fontes

INE – Estatísticas Demográficas (entre 1966 e 1975); Anuários Demográficos (entre 1929 e 1966) e Estatísticas do Movimento Fisiológico da População de Portugal (entre 1913 e 1925); não existem dados para os Açores entre 1910 e 1912 e entre 1926 e 1928). Anuários estatísticos – 1957 e 1967

Bibliografia

ALMEIDA, F. 2014. “O ritual do batismo em Portugal, na baixa Idade Média e nos inícios do séc. XVI”, in *Revista Medievalista online*. Nº 161. Julho-Dez. pp .1-28, consultado em 14 maio de 2022. <https://journals.openedition.org/medievalista/1423m>

ALMEIDA, F. 2015. “Felizes os que morrem «anjinhos»: batismo e morte infantil em Portugal (séculos XVI-XVIII)”. In *Erasmus - Revista de História Bajomedieval y Moderna*. Pp.43-53. Consultado em 18 maio 2022. Url: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5143287>.

ARIÈS, P. 1973. *História social da criança, da família da infância*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara (2ª edição). Consultado em 14 maio 2022. Url: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5525040/mod_resource/content/2/ARI%C3%88S.%20Hist%C3%B3ria%20social%20da%20crian%C3%A7a%20e%20da%20fam%C3%ADlia_text.pdf

- ARIÈS, P. 1988. *Sobre a História da morte no ocidente - desde a idade média*. Lisboa: Ed. Teorema.
- BAPTISTA, V. 2016. “Os partos e as maternidades em Portugal (1889-1943) - os casos nas cidades de Lisboa, Porto e Coimbra”. In *Revista História Regional*, nº 21(2), pp364-388. Consultado em 28 de maio 2022. Url: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>
- BARBAUT, J. 1990. *O nascimento através dos tempos e dos povos*. Lisboa. Ed. Terra-mar.
- BARRETO, X. & CORREIA, J.P. 2014. *Mortalidade infantil em Portugal - evolução dos indicadores e factores associados de 1988 a 2008*. Lisboa: Ed. Da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Consultado em 10 de maio 2022. Url: <https://www.ffms.pt/FileDownload/65639fd4-b3a3-462b-98fc-d0c61160915c/mortalidade-infantil-em-portugal>
- CARNEIRO, M. (2003). *Ajudar a nascer - parteiras, saberes obstétricos e modelos de formação - séculos XV-XX*. Dissertação de Doutoramento em C. da Educação, Porto: Universidade do Porto/Fac. De Psicologia e Ciências da Educação. Consultado em 23 maio 2022. Url: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/108390>
- CARNEIRO, M. 2007. “Ordenamento sanitário, profissões de saúde e cursos de parteiras no séc. XIX”, in *Revista da Faculdade de Letras - História*. Porto, IIIª série, vol. 8, pp. 317-354. Consultado em 23 de maio 2022 <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3360.pdf>.
- CAMPOS, A.C. & SIMÕES, J. 2011. *O percurso da Saúde: Portugal na Europa*. Coimbra: Ed. Almedina.
- CARRILHO, M. J. 1977. “A mortalidade infantil em Portugal – 1950-1975”. INE. *Estudos*, nº 52. Consultado em 20 maio 2022. Url: https://www.google.com/search?q=Carrilho+1977+mortalidade+infantil&rlz=1C5CHFA_enPT917P-T917&ei=yCEoY7r1KI2Sa9TUHMAI&ved=0ahUKEwi6-
- COELHO, E. & NUNES, L. C. 2015. “Evolução da mortalidade em Portugal desde 1950.” In *Revista de Estudos Demográficos*, nº55, INE, (pp. 5-30). consultado em 20 de maio 2022. Url: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=256404825&att_display=n&att_download=y.
- DUARTE, V. L. 2016. *Caminhos para a Diminuição da Mortalidade Infantil: O Caso de Sucesso Português*. Dissertação de Mestrado, em Estudos de Desenvolvimento. Instituto Universitário de Lisboa - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Consultado em 20 maio 2022. Url: [https://repositorio.iscte-iul.pt › bitstream › dissertação](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/dissertaçao)
- FREITAS, M.P. V. 2011. *Comadres e matronas - Contributo para a história das parteiras em Portugal*. Lisboa: Ed. Lusociência.
- GREGÓRIO, R. 2015. *O arquivo da Misericórdia de Ponta Delgada - estudo para a implementação de um modelo de organização integrada da informação*. Ponta Delgada: Ed. CHAM - Centro de História Além-Mar (coleção Teses). Consultado em 18 de maio 2022. Url: https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/5835487/TESES_09_Arquivo_Miseric_rdia.pdf
- JOAQUIM, T. 1983. *Dar à luz - ensaio sobre as práticas e crenças da gravidez, parto e pós-parto em Portugal*. Lisboa: Ed. Dom Quixote.

- KITZINGER, S. 1978. *Mães - Um estudo antropológico da maternidade*. Lisboa: Ed. Presença.
- LALANDA, P. 2006. “A população feminina e as transições familiares através da demografia”. In *Revista de Estudos demográficos*, n.º 38, pp.5-29. Url: https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_estudo_det&menuBOUI=13707294&contexto=es&ESTUDOSest_boui=106257&ESTUDOSmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554
- LALANDA, P. 2015. *Encruzilhadas e construção da identidade das mulheres*. Lisboa: Ed. ICS.
- LALANDA, M. E., MACHADO, M. G. MACEDO, M. & RAPOSO, M. M. 2009. *Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada: sua História e Estórias*. Ponta Delgada. Ed. Nova Gráfica/Governo dos Açores.
- NAZARETH, J. M. (1978). “A dinâmica da população portuguesa no período 1930-70”. *Revista Análise social*, vol. XIV (56) 4º, pp.729-800. Consultado em 21 maio 2022 <https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223989360K9qCJ1j-z1Iv91FH7.pdf>
- NEVES, J. P. & AYRES-DE-CAMPO, D. 2012. “Mortalidade materna em Portugal, desde 1929”, in *Ata Obstétrica e Ginecológica Portuguesa*, vol.9. pp.94-100 consultado em <http://www.fspog.com/pt/revistas/2012-9/>
- OLIVEIRA, I. T. 2005. “Indicadores demográficos nas Regiões portuguesas entre 1890 e 1981”. In *Revista de Estudos demográficos*, n.º 38. Pp. 141-154, consultado em 21 maio 2022. Url: <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/indicadores-demograficos-nas-regioes-portuguesas-entre-1890-e-1981/12507>
- PEREIRA, M.H. 1969. “Demografia e desenvolvimento em Portugal, na segunda metade do séc.XIX”. In *Revista Análise Social*. Vol.VII, n.º.s 25-26, pp.85-117 Lisboa: Ed. ICS. Url: http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=7
- RIBEIRO, M. 1990. *Temas de Etnologia - maternidade*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SANTOS C. 2012. “Os usos das narrativas orais no terreno delicado da pesquisa histórica: o caso dos cemitérios de anjinhos no Ceará”. Consultado em 14 de maio de 2022. Url: https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340419093_ARQUIVO_Artigo.osusosdasnarrativasorais.pdf
- SANTOS, C. (s.d.) “Notas sobre a mortalidade infantil nos séculos XVIII e XIX.” Consultado a 21 maio 2022. Url: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7858.pdf>
- VENDRÚSCULO, C.T. & KRUEL, C. S. 2015. “A História do Parto: do domicílio ao hospital, das parteira ao médico: de sujeito a objeto”. In *Disciplinarum Scientia*, série Ciências Humanas, Sta. Maria, v. 16, n.º 1, pp.95-107, consultado em 21 maio 2022. Url: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumCH/article/view/1842>

Políticas da maternidade e cidadania: **Trabalho feminino** **no governo de Getúlio Vargas (1930-45)²⁷²**

Elisa Fauth²⁷³

O processo sociocultural de divisão dos espaços sociais femininos e masculinos afeta diretamente a construção da percepção de cidadania e participação política dos indivíduos, conforme apontam Carole Pateman (2005) e Nira Yuval-Danis (2006). Relegadas muitas vezes ao espaço privado através dos discursos de estereótipos de gênero e do contrato sexual, as mulheres foram repetidamente excluídas das decisões políticas que definiram os rumos dos seus países pois estas decisões costumavam ser discutidas na perspectiva da esfera pública. Em muitos casos, foram afastadas também das discussões de temas que afetavam diretamente suas vidas, como as questões laborais, de natalidade e educação, somente para citar alguns exemplos. Este debate torna-se ainda mais complexo quando são analisados os discursos dos Estados autoritários surgidos no período entre guerras e a percepção do papel dos cidadãos nestes países. A tomada de poder desses regimes fez com que muitas mulheres fossem colocadas a parte do debate civil, ainda que em muitos casos fossem elas as mais afetadas pela imposição de novos códigos civis²⁷⁴. Mais do que isto, os corpos passaram a ser utilizados como um símbolo para representar a nação. Conforme destaca Canning (2006), nas ditaduras e regimes autoritários instaurados durante o período entre guerras, os corpos masculinos foram associados com a proteção da nação contra os inimigos externos, enquanto os corpos das mulheres estiveram relacionados com as ideias de proteção contra os perigos internos das doenças, fraqueza e, principalmente, imoralidade. De acordo com a historiadora Gisela Bock (2001), nestes regimes as mulheres foram diretamente associadas ao papel repro-

²⁷² Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projecto Estratégico do Centro de História da Universidade de Lisboa – UIDB/04311/2020 - UIDP/04311/2020 e do projecto da Bolsa de Investigação de Doutoramento – UI/BD/152084/2021.

²⁷³ Centro de História da Universidade de Lisboa, Portugal. ORCIDiD: <https://orcid.org/0000-0002-9783-7100>. E-mail: elisa_fauth@hotmail.com.

²⁷⁴ Ainda que muitas mulheres tenham se dedicado à militância a favor dos regimes ditatoriais, como apontam as pesquisas de MORANT I ARIÑO (2013, 2019).

duto²⁷⁵, ainda que essa concepção não tenha sido exclusividade dos Estados autoritários (Bock, Thane 1996). Essas associações aconteceram também no Brasil durante o Vargasismo, fosse através de discursos oficiais, fosse através da legislação implementada, inclusive aquela relativa ao trabalho.

Este ensaio busca analisar de maneira explanatória os discursos sobre o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, os direitos laborais e as políticas implementadas pelo governo Vargas a partir do que a investigadora Carole Pateman designou como *Políticas da Maternidade*²⁷⁶. De acordo com a autora, a capacidade de engravidar seria o que teria feito com que as mulheres fossem colocadas a parte da política, devido a sua condição *natural* elas teriam sido remetidas ao espaço privado e do cuidado²⁷⁷. Por sua vez, seria através da maternidade que as mulheres prestariam o papel de cidadãs para o Estado, o que lhes concederia um status político. Para compreender as relações entre as políticas trabalhistas e as relações com a maternidade, serão analisadas reportagens da imprensa feminina e da imprensa associada ao governo Vargas, discursos médicos e a legislação trabalhista no Brasil acerca do trabalho feminino, durante o período de 1930 a 1945.

Antes de adentrar na seara de análise das fontes, é necessário apontar ainda o que se considera como trabalho feminino. Apesar de no período ter havido uma distinção entre o que era considerado um “ofício”, ou seja, uma atividade remunerada que requer conhecimento e treinamento específico para ser realizada, e um “serviço”, atividades que não exigiam formação (Marques 2016, 671), nesta análise propõe-se refletir de maneira mais ampla sobre as atividades femininas. Conforme aponta a historiadora Teresa Cristina Marques,

no pensamento e na ação política de feministas ativas nos anos 1930 e 1940, o trabalho feminino compreendia as numerosas atividades, remuneradas ou não, que as mulheres desenvolviam no lar e em espaços públicos, as quais as ativistas desejavam ver reconhecidas e valorizadas socialmente (Marques 2016, 671).

²⁷⁵ Parece importante destacar que, como apontou Bock (1991), a suposta dicotomia entre *natureza* e *cultura* associada a homens e mulheres refere-se às hierarquias sociais e aos significados culturais de interdependência entre os termos.

²⁷⁶ Tradução nossa. No original a autora utiliza o termo *politics of motherhood* (Pateman 2005, 151).

²⁷⁷ Gisela Bock salienta que é preciso ter cuidado ao refletir sobre as esferas públicas e privadas e a influência dessa percepção nos seus usos políticos, uma vez que as barreiras foram muitas vezes transposta, inclusive por governos na tentativa de regular os comportamentos dos cidadãos e cidadãs.

Dado que a historiografia nos mostra como diversas atividades exercidas pelas mulheres foram historicamente desconsideradas como trabalho por estarem vinculadas ao cuidado, aos *serviços* exercidos no ambiente rural e familiar, ou por não possuírem registros e contratos²⁷⁸, a opção pelo termo *trabalho feminino* parece ser a mais acertada por englobar todas estas atividades. Destaca-se ainda como o foco desta investigação centra-se, principalmente, nas trabalhadoras dos centros urbanos. Sem excluir a importância das atividades realizadas por trabalhadoras do espaço rural, parece importante salientar que as fontes aqui analisadas principalmente tratam do espaço urbano e maioritariamente daquelas que exerceram profissões regulamentadas, uma vez que a legislação produzida dedicava-se justamente a essas mulheres e ao fato de a preocupação do Estado estar associada diretamente à saúde da população brasileira como se verá a seguir.

As trabalhadoras brasileiras no começo do século XX

O perfil das trabalhadoras brasileiras nas primeiras décadas do século XX possui algumas características distintas da realidade de outros países devido à manutenção da mão de obra escravizada no país até 1888. Como consequência, os centros urbanos, apresentavam uma divisão dos espaços de trabalho de acordo com as origens e raça das trabalhadoras. Enquanto grande parte da mão-de-obra fabril era representada pela participação imigrantes de origem europeia (principalmente de Itália, Alemanha, Portugal e Polónia), as mulheres negras e pardas ocupavam os postos menos valorizados na sociedade brasileira, como empregadas domésticas, lavadeiras e cozinheiras. As jornadas de trabalho das mulheres poderiam atingir mais de 12 horas diárias e em inúmeros casos não existiam dias de descanso (Boreli e Matos 2013). Apesar das duras condições laborais, o salário das funcionárias no espaço fabril representava apenas dois terços do que um homem recebia nas mesmas funções. As trabalhadoras informais ou do ambiente doméstico, recebiam salários ainda inferiores pois seus *serviços* eram considerados de menor importância. Devido a estas circunstâncias, as brasileiras reivindicavam melhores condições de trabalho desde meados do século XX. Conforme aponta a historiadora Gláucia Fraccaro (2018) em sua tese de doutoramento,

²⁷⁸ Ver mais em Baptista e Alves 2016.

as greves dos trabalhadores fabris na cidade de São Paulo contavam fortemente com a presença das mulheres desde pelo menos 1917. No entanto, nem sempre elas obtinham apoio dos seus colegas ou das associações de trabalhadores que muitas vezes viam nesta presença uma ameaça às vagas de trabalho dos homens, acompanhados de discursos morais sobre os papéis das mulheres no lar.

A regulação moral e social nas primeiras três décadas do século do XX foi construída através das prescrições médicas e científicas, que tentavam enquadrar as mulheres ao espaço doméstico. Baseados na concepção de que seu papel social estava diretamente associado com a função biológica de gerar vidas, médicos do período justificavam que elas deveriam voltar-se para o lar e cuidados dos filhos e abandonar o mundo do trabalho (Maluf e Mott 1998, 373). Um dos grandes especialistas no assunto, o médico português Egas Moniz, apontava que “o homem é essencialmente sexual, a mulher é essencialmente mãe” (Moniz 1931, 5). Seu discurso foi apropriado também por médicos brasileiros para justificar como as funções atribuídas ao sexo biológico estariam diretamente atreladas aos espaços sociais que deveriam ser ocupados por homens e mulheres.

O interesse em regular os comportamentos femininos parece dever-se justamente ao fato de as mulheres – brancas - estarem a conquistar o espaço público. Conforme aponta a historiadora Karen Offen, esse movimento não seria necessário se elas estivessem se “contentado em permanecer no “lugar” de subordinação que lhes era atribuído” (Offen 2008, 33). Como se verá a seguir, a legislação trabalhista buscava controlar quais os ambientes adequados de trabalho para as mulheres, uma vez que elas ocupavam cada vez mais posições dentro da sociedade. Baseada em discursos moralistas médicos e religiosos, a legislação trabalhista brasileira durante o período de 1930 a 1945 iria vincular seu papel de cidadã associado à sua principal contribuição para o fortalecimento do Estado: gestar filhos saudáveis.

Legislação trabalhista e as reivindicações feministas no governo de Getúlio Vargas

O estabelecimento do governo de Getúlio Vargas gerou grandes transformações para a sociedade, com o recrudescimento dos direitos civis e à liberdade e manifestação de ideias contrárias ao governo recém instaura-

do, por sua vez, uma das grandes mudanças realizadas por Vargas no período de 1930 a 1945 foram as diversas leis que versavam sobre a situação dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Segundo Ângela de Castro Gomes (2010), o Estado Novo brasileiro não buscou um controle total dos meios de comunicação, mas utilizou-se de estratégias de desmobilização da sociedade. Isso não significa que não tenha havido censura durante este período, através da regulação da imprensa, da publicação de livros e da educação o governo de Getúlio Vargas buscou criar novas mentalidades e formar “um novo homem”. E para isto, teria papel fundamental a mulher.

Em 1942 uma reportagem na revista *Cultura Política*, publicação oficial de propaganda do Estado Novo brasileiro, destacava: “A moderna legislação brasileira tem procurado, por todos os meios, amparar a mulher que trabalha fora do lar. Sua situação em virtude dessa legislação melhorou sensivelmente desde 1932” (Callage 1942, 30). Mas que mudanças seriam estas?

Desde o começo do governo, Vargas e seus dirigentes sabiam que para poder desenvolver o Brasil e torná-lo um país industrializado e economicamente sólido seria preciso uma população forte, saudável e disposta a trabalhar. E para isso seria necessário que as mulheres tivessem condições de gestar filhos saudáveis (Ostos 2009, 29). Os discursos do período discutiam a necessidade de a mulher manter-se em casa e dedicar-se aos cuidados da família para poder mantê-la sadia. Além disto, sabia-se dos grandes abusos sofridos pelas trabalhadoras no ambiente fabril e em outros serviços (Rago 2004, 579). No entanto, os dirigentes do país tinham consciência de que devido a conjuntura econômica não seria possível afastar de fato as mulheres do ambiente de trabalho devido às dificuldades financeiras enfrentadas por grande parte da população brasileira. Proteger as cidadãs era também proteger o futuro da nação, por esta razão, a legislação deveria evitar que estivessem em ambientes insalubres e garantir que teriam gestações saudáveis.

Logo após a implantação do Governo Provisório já era possível observar na imprensa o quanto a questão trabalhista era importante, os jornais estavam recheados de notícias e comentários sobre a importância de regulamentar a situação feminina e melhorar suas condições. O caso de Maria-Dorival, publicado no *Jornal do Brasil* em 1931 era dos mais emblemáticos e serve para ilustrar algumas das reivindicações femininas no período. A trabalhadora, que vivia com outra mulher, *vestia-se como homem* para trabalhar numa alfaiataria pois “sendo mulher, quase nada ganharia, enquanto que, sendo homem, teria bons salários”. O jornalista enfatiza que o problema estava no

fato de que as mulheres viviam em situação de desigualdade relativamente aos seus colegas e “só por não pertencerem ao sexo masculino, têm o seu trabalho desvalorizado. E ganham por um officio qualquer, salários muito menores do que os dos homens, mesmo quando sejam muito mais capazes do que eles”²⁷⁹. Após idas e vinda do caso, Dorival-Maria havia conseguido manter seu salário *apesar de ser mulher*, no entanto a notícia reforçava que tratar apenas este caso de era o mesmo que nada fazer: “o que é necessário é resolver todos os casos. O que é preciso é garantir no paiz, á mulher que trabalha como operário ou de qualquer outra forma, uma situação inteiramente idêntica á do homem”²⁸⁰.

As associações feministas do país representadas na figura deputada Bertha Lutz, presidente da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (doravante FBPF), também buscavam utilizar sua visibilidade para reclamar diversas questões relativas aos direitos das trabalhadoras. Destacavam que a situação económica do país não permitia que vivessem como nos tempos antigos em que apenas o homem trabalhando seria capaz de sustentar uma família. Apontavam que o trabalho feminino não era apenas uma questão de subsistência, uma vez que o avanço do feminismo teria feito com que as mulheres tivessem mais acesso à educação, elas teriam também “compreensão da necessidade de introduzir modificações nas leis e costumes de uma sociedade baseada no predomínio do elemento masculino”²⁸¹. Portanto, reivindicavam os “direitos civis e políticos, considerando-os, entretanto, como instrumentos aptos a nos assegurarem uma intervenção mais directa em benefício da própria humanidade”²⁸².

Neste mesmo ano o Departamento Nacional do Trabalho elaborou um anteprojeto de regulamentação do trabalho feminino após terem sido realizadas investigações nas fábricas e empresas.

Cumprindo as determinações do Sr. Lindolpho Collor, Ministro do trabalho, os technicos daquele Departamento procuraram estudar o problema feminino não somente sob o ponto de vista social, que é o mais importante, considerando o papel da mulher na sociedade, mais ainda sob o seu aspecto ethnologico atendendo ao papel da mulher na formação da *raça*, e, portanto, da própria nacionalidade.

²⁷⁹ Leão, Mucio. Trabalho Feminino. Jornal do Brasil. 19 de setembro de 1931. Pág. 5.

²⁸⁰ Leão, Mucio. Trabalho Feminino. Jornal do Brasil. 19 de setembro de 1931. Pág. 5.

²⁸¹ Lutz, Bertha. Segundo Congresso Internacional Feminino. Jornal do Brasil. 19 de Junho de 1931. Pág. 8.

²⁸² Lutz, Bertha. Segundo Congresso Internacional Feminino. Jornal do Brasil. 19 de Junho de 1931. Pág. 8.

Foi também considerado o ponto de vista *hygienico e physiologico* sem descuidar das funções domésticas da mulher na família²⁸³.

A proposta visava não só proteger os direitos trabalhistas da mulher, como proteger as próprias mulheres das condições que pudessem afetar sua saúde e conseqüentemente a manutenção de uma população saudável. As associações feministas, no entanto, ficaram apreensivas com as restrições que seriam colocadas ao trabalho feminino.

Através de correspondência enviada para a Assembleia Nacional Constituinte entre 1932 e 1934, a FBPF informava o quanto era necessária uma revisão na legislação trabalhista pois consideravam que, apesar de terem conquistado a emancipação política através do sufrágio, as leis laborais representavam

uma tentativa de privar a mulher de um direito muito mais fundamental – o direito de subsistência.

Diariamente multiplicam-se tentativas de afastar a mulher do trabalho por medidas legislativas, administrativas ou praticas, inspiradas pelos concorrentes receiosos da capacidade feminina, revestindo-se, ora de forma de proibições, de restrições e mesmo de medidas protectoras, como sejam a exclusão das professoras e funcionárias casadas, proibição ao trabalho nocturno, etc, etc (FBPF, 1932-1934)²⁸⁴.

Cientes das dificuldades enfrentadas pelas brasileiras para serem capazes de manter sua própria subsistência e das suas famílias muitas vezes numerosas, as feministas demandavam a igualdade salarial e que não houvesse restrições devido ao estado civil ou ao sexo para as profissões. Pediam que não fossem incluídas proibições e limitações ao trabalho das mulheres e que as medidas não fossem igualadas ao trabalho dos menores. Em resumo “que as referencias ao trabalho feminino na Constituição [fossem] sejam, apenas de proibir que se lhe recuse o direito ao trabalho em virtude do estado civil e ao sexo” (FBPF, 1932-1934). Ainda que a Constituição vigente até 1934 indicasse que todos eram iguais perante a lei e que era garantido o livre exercício

²⁸³ Mais uma lei de caracter social. Jornal do Brasil. 07 de outubro de 1931. Sem grifos no original.

²⁸⁴ Carta da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e associações femininas encaminhada à Assembleia Constituinte solicitando a inclusão, no anteprojeto da Constituição, de questões especiais que se relacionam às mulheres. 1932-1934.

de qualquer profissão²⁸⁵, o texto não representava as trabalhadoras pois o Código Civil, considerava a mulher casada relativamente incapaz, fazendo com que precisasse ter a autorização do marido para poder trabalhar fora de casa²⁸⁶.

Em discurso realizado na Assembleia Constituinte em 1933, Vargas explicava que

o Brasil, como signatário do Tratado de Versalhes, assumira a obrigação de observar e executar as normas nele estabelecidas para regulamentar as condições do trabalho, subordinando-as, embora, às necessidades e costumes, tradição industrial e oportunidade econômica do país²⁸⁷.

A Constituição aprovada em 1934 seguia as recomendações do Tratado de Versalhes e apresentava grandes transformações relativamente à situação das trabalhadoras e trazia avanços às suas reivindicações. No Artigo 121, que ditava as condições laborais femininas, o primeiro parágrafo proibia a diferença de salário “para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil”²⁸⁸. Estabelecia ainda: um salário mínimo, a carga horária de oito horas diárias, a proibição de trabalho a menores de 14 anos, e de “trabalho noturno a menores de 16 e em indústrias insalubres, a menores de 18 anos e a mulheres”²⁸⁹. Diferente do que requisitavam as trabalhadoras, o trabalho noturno foi proibido para mulheres. Por sua vez, outros direitos foram conquistados: o direito ao repouso, as férias remuneradas e também a assistência médica.

Como uma das grandes mudanças estava a assistência aos trabalhadores e às gestantes

²⁸⁵ Constituição da República dos Estados Unidos Do Brasil (De 24 De Fevereiro De 1891), Art. 72 da EMENDA CONSTITUCIONAL DE 3 DE SETEMBRO DE 1926.

²⁸⁶ *Código Civil Brasileiro*, 1916: artigos 6º; 233 a 380.

²⁸⁷ Vargas, Getúlio. Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de Novembro de 1933. A NOVA POLÍTICA DO BRASIL III. A Realidade Nacional em 1933. Retrospecto das realizações do Governo, em 1934. LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA Rua do Ouvidor, 110 RIO DE JANEIRO.

²⁸⁸ Constituição Da República Dos Estados Unidos Do Brasil (De 16 De Julho De 1934). Artigo 121, Parágrafo Primeiro, Alínea a).

²⁸⁹ Constituição Da República Dos Estados Unidos Do Brasil (De 16 De Julho De 1934). Artigo 121, Parágrafo Primeiro, Alínea d).

assegurando a esta descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte²⁹⁰.

A Constituição de 1934 iria prever ainda que as empresas com mais de 10 trabalhadores deveriam fornecer a alfabetização dos seus funcionários quando não existissem instituições de ensino disponíveis.

O elo entre os direitos e deveres das mulheres seria apresentado através de *políticas da maternidade* aplicadas na legislação implementada nos primeiros anos de governo e o papel das cidadãs brasileiras no governo Vargas tornar-se-ia bastante evidentes a partir de então. Se a Constituição previa a defesa do trabalho feminino, ela dedicava-se também à defesa da saúde feminina e dos cuidados com a família. Tornava-se dever dos poderes públicos amparar a maternidade e a infância, auxiliar famílias numerosas, proteger a juventude e adotar medidas de higiene social que impedissem a propagação de doenças e afetassem a saúde da população²⁹¹.

Políticas da maternidade e cidadania

Apesar de apresentar avanços no que diz respeito aos direitos femininos, havia ainda um longo caminho a ser trilhado. A Constituição de 1934 não respondia às reivindicações trabalhistas femininas, entre elas a questão das restrições exclusivamente devido ao seu sexo biológico. Além disso, conforme mencionado anteriormente, o Código Civil em vigência ainda previa que a mulher casada deveria possuir autorização do marido para poder trabalhar. Movida por essas questões, a FBPF, decidiu propor a criação do Estatuto da Mulher. Este estatuto, encaminhado para a Comissão Constituinte de 1937, propunha cobrir essas e outras lacunas na legislação brasileira. No texto da proposta de lei é possível encontrar as razões que motivaram sua escrita

Impedindo que a mulher exerça profissão lucrativa sem o consentimento do esposo, o legislador esquece que se faltar pão em casa, ou

²⁹⁰ Constituição Da República Dos Estados Unidos Do Brasil (De 16 De Julho De 1934). Artigo 121, Parágrafo Primeiro, Alínea h).

²⁹¹ Constituição Da República Dos Estados Unidos Do Brasil (De 16 De Julho De 1934). Artigo 138.

se a manutenção da família for superior às forças do marido, bem intencionado e probo, a mulher terá forçosamente que aceitar trabalho remunerado. Tais medidas nada mais fazem do que reflectir o desejo instintivo do homem de sequestrar a mulher para seu uso e gozo, mesmo quando incapaz de prover seu sustento²⁹².

O projeto demonstrava como o status da mulher casada era de inferioridade e dependência em relação ao marido. Argumentava que uma intelectual “capaz de fazer recuar as fronteiras da ignorância, necessita da outorga marital para abrir uma conta corrente em banco ou para obter um passaporte que lhe permita levar o renome do seu paiz ao estrangeiro”²⁹³. A proposta previa a abolição das restrições jurídicas da mulher “baseadas no sexo ou no estado civil” e versava sobre temas como nacionalidade, direitos políticos, educação, trabalho e outros temas, no entanto, nunca chegou a ser votada.

O governo Vargas reconhecia a importância de regularizar a situação das trabalhadoras devido à conjuntura socioeconômica do país que empurrava mulheres para o mercado de trabalho e assim o havia feito. Contudo, acreditava que isso só devia acontecer quando fosse de extrema necessidade para a subsistência da família. Em qualquer outra circunstância era considerado que o papel principal da mulher devia ser o de mãe e esposa.

Um dos fenômenos que mais caracterizam a decadência da sociedade contemporânea por imposição de uma economia injusta é o abandono do lar pela mulher. Felizmente é lícito afirmar que a mulher não é responsável exclusiva por esse fenômeno, mas sim a própria sociedade materialista desta civilização da máquina em que vivemos (Callage 1942, 30).

Por esta razão, era necessário legislar em favor das mulheres. A legislação trabalhista implementada no Brasil a partir dos anos 1930 e firmada através da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943 foi considerada internacionalmente como das mais protetoras das trabalhadoras no período. Ao compilar as diversas leis implementadas desde a tomada de poder de Getúlio Vargas, o Estatuto do Trabalho das Mulheres visava proteger o trabalho feminino e as trabalhadoras.

²⁹² Lutz, Bertha. *Proposta de criação do Estatuto da Mulher*. 01 de Novembro de 1937. Página 2.

²⁹³ idem.

O papel reprodutor das mulheres seria reforçado através de políticas eugenistas como o Decreto de lei nº 7.967, que versava sobre as políticas migratórias no Brasil previa, no artigo nº 2, “Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia (...)”²⁹⁴. O artigo em questão aponta para a importância de que os imigrantes que chegassem ao país deveriam ser brancos. A ideia de branqueamento da população brasileira pode ser associada também às políticas de proteção ao trabalho feminino. Como se tentou mostrar até aqui, as reivindicações feministas do período e a legislação implementada se dedicaram principalmente às trabalhadoras fabris e do comércio que eram em sua maioria brancas, deixando em segundo plano a proteção das trabalhadoras domésticas, que em sua maioria eram mulheres pretas²⁹⁵. Era importante criar um Estado com população forte e saudável, mas privilegiava-se que essa população fosse branca.

Essas políticas mostram como as noções entre o público e o privado se diluíram durante o governo Vargas. Diferente do que acontecia em períodos anteriores, essa diluição permitia uma percepção diferente da noção de cidadania exercida pelas mulheres. Os estudos feministas apontam como não foi unicamente o direito ao sufrágio que permitiu às mulheres exercerem sua cidadania (Epstein, Fuchs 2017, 5). A proteção da saúde reprodutiva adquirida através das leis trabalhistas, mas não só, permitia também uma forma de agência feminina uma vez que mostrava que elas deveriam ser protegidas para ter sua *principal* contribuição para a sociedade garantida.

Se a cidadania pode ser percebida não só como um status político, mas também como um conjunto de práticas que definem as relações entre as pessoas e os estados (Pateman 2005), então é possível afirmar que no governo Vargas a cidadania feminina foi definida através da contribuição das mulheres em gerar filhos saudáveis para a população. Seus direitos foram protegidos para que pudessem exercer seu mais importante dever político: o da maternidade.

²⁹⁴ Decreto-Lei Nº 7.967, de 18 de Setembro de 1945.

²⁹⁵ Não sendo possível desenvolver toda a cronologia da legislação de proteção ao trabalho das mulheres neste estudo, torna-se importante ressaltar o trabalho da historiadora Teresa Cristina Marques (2020) que investigou a regulação do trabalho doméstico e o quanto essas trabalhadoras foram preteridas tanto pela legislação quanto pelas reivindicações feministas.

Considerações finais:

Neste ensaio buscou-se debater, de maneira explanatória, como os direitos das mulheres estiveram intrinsecamente relacionados com seus deveres da maternidade durante o período Vargas, através da análise da imprensa e da legislação sobre o trabalho feminino.

Os discursos médico-científicos a respeito da saúde das mulheres do começo do século XX foram apropriados pelos legisladores e políticos para sugerir que suas cidadãs deixassem de ocupar postos de trabalho e se dedicassem exclusivamente aos cuidados do lar e da família, sendo o papel de mãe o principal contributo da mulher para o crescimento da nação. Para os discursos oficiais, as mulheres apenas se voltavam para o mercado de trabalho devido às dificuldades económicas enfrentadas por suas famílias. Afinal, “se o barco manobrasse em mar livre, sem escolhos e sem perigos de sobrar, certamente nem o homem consentiria nesse auxílio, nem a mulher se abalçaria a viver uma existência extra-doméstica, cheia de ‘imprevistos perigosos”²⁹⁶. Como não era possível impedir esse movimento, tornava-se imperioso protegê-la dos maus tratos dos patrões, dos ambientes insalubres e dos diversos assédios ocorridos no espaço fabril, afinal ela era responsável por garantir o futuro forte e saudável da nação. Para tal, foram aprovadas uma série de leis que visavam garantir a segurança física e moral das trabalhadoras, mesmo que isso não seguisse as suas próprias manifestações.

Fontes

- CALLAGE, Fernando. O Trabalho da mulher em face da legislação social brasileira. *Revista Cultura Política*, 1942, p. 30. Consultado em 30 de maio de 2022. Url: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cultura-politica/163538>
- Carta da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e associações femininas encaminhada à Assembleia Constituinte solicitando a inclusão, no anteprojeto da Constituição, de questões especiais que se relacionam às mulheres. 1932-1934. Consultado em 05 de junho de 2022. Url: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/colecao-bertha-lutz>
- Código Civil Brasileiro*, 1916. Consultado em 20 de maio de 2022. Url: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm

²⁹⁶ Vidal, Ademar. *A posição político-social da mulher*. In *Revista Cultura Política*, 1943, nº 26, p. 36-43.

- Constituição Da República Dos Estados Unidos Do Brasil* (De 16 De Julho De 1934). Consultado em 20 de maio de 2022. Url: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm
- Constituição dos Estados Unidos do Brasil* (10 De Novembro De 1937). Consultado em 20 de maio de 2022. Url: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.html
- LUTZ, Bertha. *Proposta de criação do Estatuto da Mulher*. 01 de Novembro de 1937. Disponível em: Projeto de Lei 736/1937 que cria o Estatuto da Mulher. Consultado em 05 de junho de 2022. Url: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/colecao-bertha-lutz>
- LUTZ, Bertha. Segundo Congresso Internacional Feminino. *Jornal do Brasil*. 19 de Junho de 1931. Pág. 8. Consultado em 21 de maio de 2022. Url: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_05&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=0
- Mais uma lei de caracter social. *Jornal do Brasil*. 07 de outubro de 1931. Consultado em 21 de maio de 2022. Url: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_05&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=0
- MONIZ, Egas. *A vida sexual: fisiologia e patologia*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes. 1931.
- LEÃO, Mucio. Trabalho Feminino. *Jornal do Brasil*. 19 de setembro de 1931. Pág. 5. Consultado em 21 de maio de 2022. Url: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_05&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=0
- VARGAS, Getúlio. Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de Novembro de 1933. A NOVA POLÍTICA DO BRASIL III. A Realidade Nacional em 1933. Retrospecto das realizações do Governo, em 1934. LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA Rua do Ouvidor, 110 RIO DE JANEIRO.
- VIDAL, Ademar. A posição político-social da mulher. *Revista Cultura Política*, 1943, nº 26, p. 36-43. Consultado em 30 de maio de 2022. Url: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cultura-politica/163538>

Bibliografia

- BAPTISTA, Virgínia; ALVES, Paulo Marques. 2019. “As Mulheres trabalhadoras em Portugal (1890-1970): as representações sobre o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado numa perspetiva feminista”. In: *XIV Jornadas Nacionales de Historia de las Mujeres. IX Congreso Iberoamericano de Estudios de Género*, 523-531.
- BOCK, Gisela. 2001. *La mujer en la historia de Europa. De la Edad Media a nuestros días*. Madrid: Editorial Crítica.
- BOCK, Gisela. 1991. “Challenging Dichotomies: Perspectives on Women’s History”. In: *Writing Women’s History: International Perspectives*. Editado por Karen Offen, Ruth Roach Pierson and Jane Rendall on behalf of The International Federation for Research in Women’s History, 1-23.

- BOCK, Gisela; THANE, Pat. 1996. Maternidad y políticas de género. La mujer en los estados de bienestar europeos. 1880-1950. Madrid, Ediciones Cátedra.
- CANNING, Kathleen. 2006. Gender history in practice: historical perspectives on bodies, class, and citizenship. New York: Cornell University Press.
- EPSTEIN, Anne R.; FUCHS, Rachel G. 2017. Gender and citizenship in Historical and Transnational Perspective: Agency, Space, Borders. Palgrave, Macmillan Publishers Limited: Londres.
- FRACCARO, Glauca. 2016. Os Direitos das Mulheres – Organização Social e Legislação Trabalhista No Entreguerras Brasileiro (1917-1937). Tese de doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- GOMES, Ângela de Castro. 2010. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina. Volume II. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 36-70.
- MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. 1998. Recônditos do mundo feminino. IN: SEVCENKO, Nicolau. História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 367-422.
- MARQUES, Teresa Cristina Novaes; MELO, Hildete Pereira de. 2008. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962. Ou como são feitas as leis. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(2): maio-agosto, 463-488.
- MARQUES, Teresa Cristina Novaes. 2016. A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943. Estudos Históricos *Rio de Janeiro*, vol. 29, no 59, setembro-dezembro, 667-686.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. 2020. Anatomia de uma injustiça secular. O Estado Novo e a regulação do serviço doméstico no Brasil. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 36, n. 70, jan/abr: 183-216. Consultado em 03 de fevereiro de 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752020000100007>
- MATOS, Maria Izilda de; BORELLI, Andrea. 2013. Trabalho. Espaço feminino no mercado produtivo. In: Pinsky, Carla Bazzanessi e Pedro, Joana Maria. Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 63-73.
- MORANT I ARIÑO, Toni. 2013. Estado totalitario y género. El referente alemán para la Sección Femenina de Falange, 1936-1945. *Revista de Historia Contemporánea*, 2012, Alcores, nº 13. Estado, política y feminismos. Perspectivas comparadas.
- MORANT I ARIÑO, Toni. 2019 Uma primeira aproximação ao fascismo feminino na Espanha e no Brasil, 1932-1937. **Locus - Revista de história**, Juiz de Fora, v.25, n. 2, 121-137. ISSN: 2594-8296 E-ISSN: 2594-8296 - ISSN-L: 1413-3024
- OFFEN, Karen. 2008. “Erupções e fluxos”: Reflexões sobre a escrita de uma história comparada dos feminismos europeus, 1700-1950. In: COVA, Anne (dir). História comparada das mulheres: Novas abordagens. Lisboa: Livros Horizonte, 29-45.
- OSTOS, Natascha Stefania Carvalho. 2009. Terra adorada, Mãe gentil: Representações do feminino e da natureza no Brasil da Era Vargas (1930-1945). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais.
- PATEMAN, Carole. 2005. Equality, difference, subordination: the politics of motherhood and women’s citizenship. In: Beyond equality and difference: citi-

zenship, feminist politics, and female subjectivity. Editado por Gisela BOCK e Susan James. USA & Canada: Routledge, 14-27.

RAGO, Margareth. 2004. Trabalho feminino e sexualidade. In: História das mulheres no Brasil. Coordenado por Mary Del Priore. São Paulo: Contexto, 578-604.

YUVAL-DAVIS, Nira. 2006. Gender & Nation. London: Sage Publications.

MULHERES NA ACADEMIA
WOMEN AT THE ACADEMY



Alunos do primeiro ano da Escola do Magistério Primário, antes das férias da Páscoa, acompanhados dos seus professores: D. Maria Emilia Salvador Benevides e Dr. Luiz Alves Pereira.

Fonte: *Revista Insula*, n.º 3, Março de 1932, s/ p.

Women in academia in Canada: the trajectory of Hilda Baynes (1884-1959)^{297***}

Geneviève De Viveiros^{298*}

Born in Montreal in 1884, Hilda Baynes was the first female faculty hired to teach at Western University in London, Ontario, Canada²⁹⁹. She was appointed in 1914 just a few months after the break of the first World War. Despite being the figure at the core of this remarkable historical fact, too little is known about this woman who paved the way for other women faculty and led the French Studies program during difficult times. In 1988, in her pioneering study on the history of women at the University of Toronto, Anne Rochon Ford laments that “[I]n the histories of the University of Toronto which have been written to date³⁰⁰ women are conspicuous by their absence” (Ford, 1988 (2016), vi). As highlighted in the theme explored in this conference, this statement still holds in our current context as the lives and work of women have not yet received as much attention as the contribution of their male counterparts. Following the integration of gender and women studies theoretical frameworks and more recently, care ethics theories³⁰¹, in connected fields of research such as in literature, art, science, history, sociology, the influence and involvement of women in these areas have been the subject of diverse studies, but the role of women in education and academia remains a field that needs further investigation. In her recent publication on the topic, Sara Z. Macdonald explains that “women’s history in higher education cannot be seen as a linear and progressive narrative” (MacDonald 2021, 272). This is partly due to the fragmented or anecdotal documentation available and the deeply rooted assumption that with coeducation in universities

²⁹⁷ This research project was funded by Western University Research.

²⁹⁸ Western University, Faculty of Arts, Études françaises, Canada. E-mail: gdevivei@uwo.ca.

²⁹⁹ This event was noted by Constance Backhouse in her ground-breaking research regarding Western University equity policies in BACKHOUSE, C., “An Historical Perspective: Reflections on the Western Employment Equity Award”, *Canadian Journal of Women and the Law*, 1990, p. 36-65. Her work appeared also in The Chilly Collective, *Breaking anonymity: The chilly climate for Women Faculty*, Waterloo, Wilfrid Laurier University Press, 1995. Backhouse donated her personal research notes and archives to Western University (fonds AFC-198-2). Our research project on Hilda Baynes follows her legacy.

³⁰⁰ Prior to her work published in 1988.

³⁰¹ Based on Carol Giligan’s research and theories (*In a Different Voice. Psychological Theory and Women’s Development*, 1982) the ethics of care have, in recent years, benefited from a re-evaluation and resurgence in many fields of research to address gender, social, cultural practices, and discourses.

and colleges, women automatically gained equal access to higher education. As other several studies have shown, the admission of women in universities did not bring a renewal of the educational system but rather the preservation of the *status quo* of campus culture: “designed by men for men, the structural and cultural features [of universities] reflect, reinforce, and perpetuate patriarchal and increasingly managerial forces” (MacDonald 2021, 273). In their efforts to adapt and “fit in” successfully in the educational system, women students and professors have become the unfortunate silenced victims of collective memory, the “unsung heroines who went unnoticed” (Rochon Ford, 1988 (2016), vii). Focusing on a pioneering figure such as Hilda Baynes allows us to revisit discourses and cultural assumptions that often act as barriers to change.

The aim of the present article is to shed light on Baynes’s career and her contribution to Western University in Canada and other colleges during a period when post-secondary coeducation was newly accessible to women. Throughout her life, Baynes traveled to France and the United States and was at the forefront of transatlantic cultural networks assuming the invisible but crucial role of *passeur culturel*³⁰² -- or cultural ambassador--sharing her knowledge with female students and faculty.

Women in academia in Canada

In Canada, the end of the 19th century up until the Great Depression, constituted a crucial time in the history of the suffragette’s movement: indeed, it is only in 1918 that Canadian women were able to vote. It is also at this time, that women gained increased access to higher education. During the 19th century, Canada experienced an economic boom as its population doubled and the country adopted a competitive position on international markets due to the exploitation of its natural resources. The urbanization of the country, since the Confederation, thanks to an expanded railway system, contributed to the growth of its major cities and increased demand for educational institutions and cultural products³⁰³. Technological advances in

³⁰² Diane Cooper-Richet defines this concept as an act of cultural transfer or mediation, see Cooper-Richet, J.-Y Mollier, A. Silem, *Passeurs culturels dans le monde des médias et de l’édition en Europe (XIX^e et XX^e siècles)*, Villeurbanne, Presses de l’Enssib, 2005.

³⁰³ See Frager, Ruth and Patrias, Carmela, *Discounted Labour: Women Workers in Canada, 1870-1939*, Toronto, University of Toronto Press, 2005, p. 19.

several industries shaped new working methods that included mechanization and a reorganisation of labour. Industrial capitalism forced employers to create more competitive business models that profited from lower producing costs. This was made possible by transforming the labour process by deskilling. Frager and Camela explain that:

Employers often increased the division of labour: instead of one or two people making an entire product from start to finish, the steps involved in making that product would be broken down and divided among a group of less skilled – hence less expensive – workers, each of whom would specialize in a particular task. (Frager, Camela 2005, 20)

This was an important moment in the history of women's labour in Canada as it provided new opportunities for work, other than homemaking, and earning income. Although this situation favoured mostly young and unmarried women and often did not bring financial independence and stability, it still facilitated their integration in the active workforce in a modern capitalist system. It also gave women the chance to develop new skills or benefit from existing knowledge that could be applied or transferred in the public sphere.

Most prominent Canadian Universities were also founded during this time. McGill and Dalhousie were the earliest colleges created in 1821 and 1818, followed by King's College in 1827 and later became the University of Toronto in 1850. Western University was established in 1878.

As Herrero and Jule explained in their case study of women in academia at the turn of the 19th century in Canada and Spain, during this period, “[m]ost wage-earning women were in “feminine work”: domestic service; low-paying factory jobs; teaching; or nursing. Women's presence in higher education in the late-19th century was also very low and it had only become possible in the mid-19th century when public high schools opened their doors to female students (Herreo, Jule 2021, 217). In her research MacDonald argues that “coeducation at established men's universities in the 19th century was perceived to be far more subversive of gender relations than education at women's college. That women might study the same subjects and might contend with men for scholarships and class standing, raised the possibility that women could compete successfully with men in public life. Coeducation was tied not only to the much larger issue of women's work, but also more explicitly to competition with men for employment” (MacDonald 2021, 2). In

Canada, coeducation in universities started in the late 19th century. Women students were admitted first at Mount Allison in 1872, Queen's 1876, Toronto, McGill, 1884 and at Western in 1895.

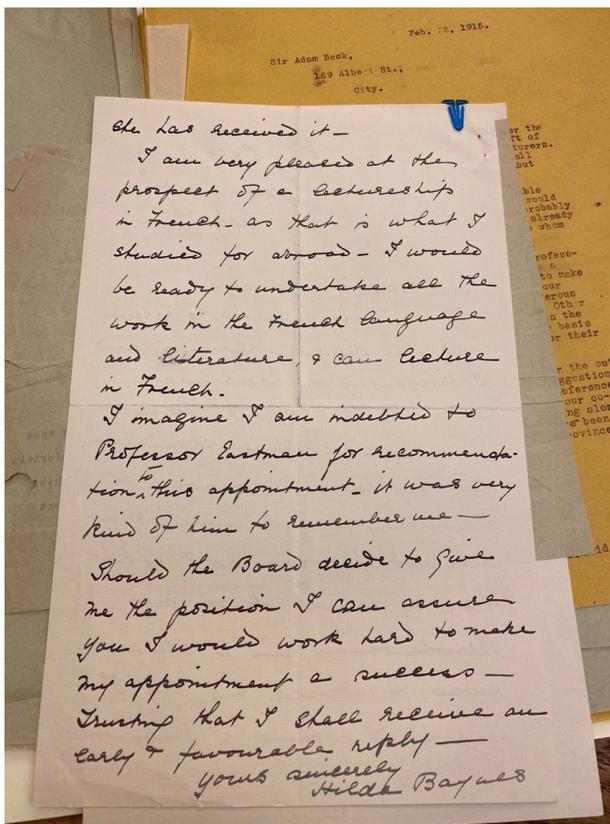
Hilda Baynes: a trajectory

Hilda Baynes first graduated from the Victoria College for Women affiliated to McGill University in 1899. She was part of the early cohorts of female students affiliated to McGill. Baynes's ties to McGill are important: her grand-father, W. G. Baynes, acted as the first secretary and registrar of the University. Her father, O'Hara Baynes, student at McGill Law School, played in the first McGill football team. He then worked as a notary with Félix-Gabriel Marchand, a French-Canadian dramatist who would later become Quebec's Prime Minister³⁰⁴. McGill was only the first step in Hilda's journey in higher education. After her time in Montreal, she spent three years (1908-11) in France studying at the Sorbonne where she completed her *licence ès lettres*.

Baynes dedicated her life to teaching French: she started her career at Halifax' Ladies College and at the Women's College of the University of Calgary³⁰⁵. On September 19, 1914, the Toronto *Globe* announces that she had been hired as a faculty member of Arts and Humanities at Western to teach French. In her letter of acceptance, Baynes writes: "I am very pleased at the prospect of a lectureship in French, as that is what I studied for abroad. I would be ready to undertake all the work in the French language and literature and I can lecture in French. [...] I can assure you I would work hard to make my appointment a success" (Hilda Baynes's letter to President Braithwaite 1914, see **fig. 1**).

³⁰⁴ Reported in "A leader of liberals", *The Daily British Whig*, March 12, 1894.

³⁰⁵ Reported in *The Lethbridge Daily Herald*, September 23, 1914.



1 - Hilda Baynes's letter to President Braithwaite.
Source: Western University Archives, Office of the President, Sept. 14, 1914, AFC-40-1.

It is certainly no coincidence that this remarkable event happened at this specific moment in history. During the first two decades of the 20th century, Western University had great expansion plans: the Faculty of Arts increased its library collections and commissioned a new building to accommodate a greater number of students. The University also planned to hire new staff⁵⁰⁶. Unfortunately, the break of the war impeded immensely these expansion efforts as students and faculty members, in majority male, were

⁵⁰⁶ The letters and documents contained in the Office of the President fonds in the Western University Archives, AFC-40-1, mention these expansion plans. On the history of Western University, see also Gwynne-Timothy, J. R., *Western's First Century*. University of Western Ontario, UWO, 1978 and Talman, R. D., *The Beginnings and Development of the University of Western Ontario, 1878-1924* (MA thesis). University of Western Ontario, 1925.

called to serve overseas³⁰⁷. As in many other countries impacted by the war, women in Canada participated more actively in the workforce during this time, replacing men in various capacities. As noted by this Canadian soldier serving in Europe during the Great War, women were taking important leadership roles and changing the culture of the country. In 1919, Jack Hudgins writes to his sister:

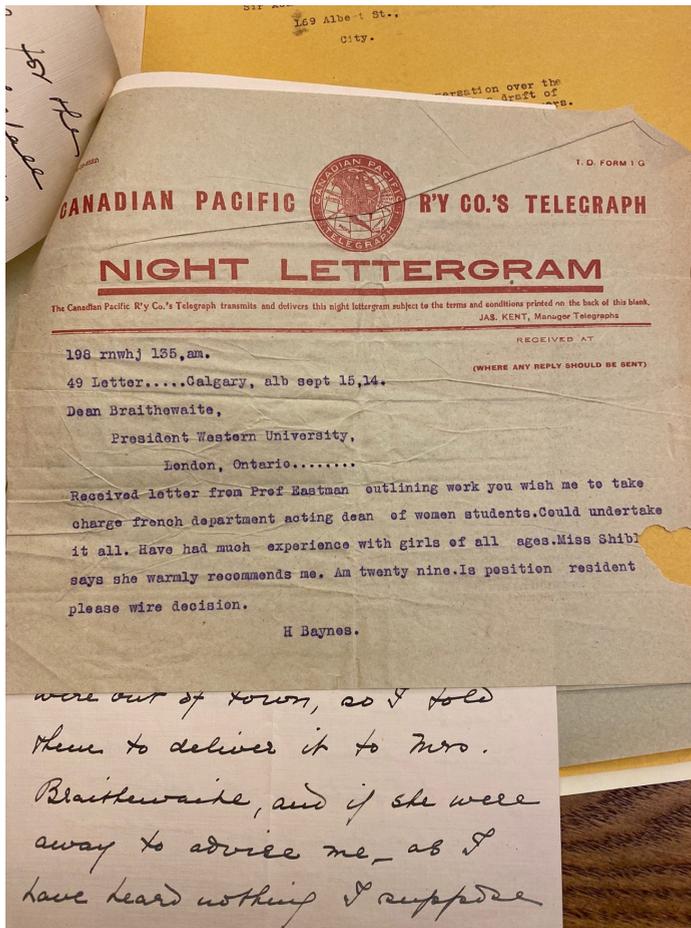
Reckon the next thing I hear you will be wanting to vote. By the way we had an old professor give us a lecture on Canada the other night and he says we are going to see a different Can. to what we left when we get back. Remember I used to say when women got a vote I would go so far out of civilization that it would cost 7c to send me a card. Well that still stands good. I always was a savage and am afraid am worse now. And the good Lord deliver one from a country run by women. That professor made my hair stand you bet. First thing we know they will be wanting us to do the housework and they will run the country as it should be run. Fools. (Hudgins 1919).

Baynes's appointment at Western at 1000\$ a year (half of a full-time professor's salary) was renewed until 1918. As this telegram (**fig. 2**) with her acceptance notice highlights, she was entrusted with the charge of the French Studies program and acting dean of women students. Although she assumed important responsibilities, she remained a lecturer and was never promoted to a higher academic rank. The fact that she did not hold a doctorate limited her ascension up the academic ladder. While at Western she introduced students to the works of authors such as Voltaire, Chateaubriand, Hugo, Dumas, and Labiche³⁰⁸, — bringing forth the knowledge gained from her studies abroad and ensuring the dissemination of a French curriculum in an English-speaking institution. The choice of including these authors in the curriculum show her commitment to liberal teaching values. Indeed, the works of Voltaire, Hugo, Dumas, Labiche, although extremely popular

³⁰⁷ During the Great War, Western University founded the N°10 Stationary Hospital in Calais, France, commanded by Dr. Edwin Seaborn. The volunteers were Canadian students, Faculty members and nurses from Western. See Western University Archives, fonds AFC-4-3.

³⁰⁸ Western University Archives, Arts Department's Calendars for 1914-1918.

amongst readers of the time, were also often victims of censorship³⁰⁹. Soon after the end of the First World War, we find her in Massachusetts where she was the Chair of the French Department at Abbot Academy from 1918-1920. The reasons of her departure from Western University remain a mystery, but the minutes from the Faculty of Arts council do mention her dedication and hard work as the head of the French program³¹⁰.



2 - Hilda Baynes's Telegram to President Braithwaite, Western University Archives, Office of the President, Sept. 15, 1914, AFC-40-1.

³⁰⁹ Most French authors from the 19th century were listed on the *Index Librorum Prohibitorum* established by the Catholic church. Some theatrical works by Hugo and Labiche were censored in France up until 1907 when censorship was finally abolished after the creation of new legislation. See Krakovitch, Odile, *Censure des répertoires des grands théâtres parisiens (1835-1906)*, Paris, Centre historique des archives nationales, 2003.

³¹⁰ Western University Archives, AFC-182-12.

After settling in New York for a few years, she returned to Abbot in the verge of the second World War until her retirement from this institution in 1949. The Abbot Academy calendars offer a glimpse of what might have been some of her personality traits. Although highly anecdotal, these testimonials frame the context of her work and offer a social perspective on the values and discourses of the time. She is often described through the lens of her cultural association with France. It is in this manner that the Abbot Academy Bulletin in 1950, recalls her professionalism and dedication: “Miss Baynes’s teaching was enriched not only by her excellent training but also by long periods of residence in France, and her devotion to her subject and enthusiasm and s[k]ill in imparting it were untiring and will be gratefully remembered by her pupils” (Abbot Academy Bulletin, 1950, 8). Her coiffure and fashion flair were often designated in the remarks appearing in the school’s calendars and yearbooks referencing her work³¹¹. In the photographs from the Abbot Academy Archives, she presents herself in a simple black dress (**fig. 3**). Noticeable is her short pinned wavy hair and the elegant pearl necklace and brooch that adorns her petite figure in almost all the portraits found (**fig. 4**). MacDonald notes that during the early days of coeducation in universities, the identities of women attending and working at these institutions were closely tied to their physical appearance. For female graduates, for example, she mentions that the “right to wear the academic dress was an outward sign of the new status of University women” (MacDonald 2021, 276).

³¹¹ See, for example, *The Circle*, 1944, p. 9. This is also true for other French instructors at the Academy such as Helene M. Crooks, whose notice in the yearbook includes the denomination “hair styles”. Hilda’s sister, Jean Hope Baynes who worked at Abbot as a financial officer, is also presented with the title “coiffure and clothes”. *The Circle*, 1941, p.15.



3- Portrait of Hilda Baynes (1940-49). Abbot Academy Collection. "From The Trustees of Phillips Academy." Digital Commonwealth Massachusetts Collections Online. Url: <https://ark.digitalcommonwealth.org/ark:/50959/gt54n687k>



4 - Abbot Faculty picture. Hilda Baynes, second row, left. Abbot Academy Collection. "From The Trustees of Phillips Academy." Digital Commonwealth Massachusetts Collections Online. Url: <https://ark.digitalcommonwealth.org/ark:/50959/gt54ng745>

In Baynes's situation, the association with fashion can be interpreted as both a cultural and a gendered categorization. As evidenced by fashion historian Valerie Steele, France has a longstanding tradition of dominance over the fashion industry. Although the connection between fashion and French culture as well as the branding of Paris as the "capital of fashion", is deeply enrooted in "the splendor of France's royal and aristocratic past", the 19th century, she explains, as "the era of high capitalism and urbanization, has played an equally important role" in contributing to this collective myth (Steele 2019, 26). "Yet London was perceived, then and later, as the metropolis of men and work, while Paris seemed to be the capital of women and pleasure", she argues (Steele 2019, 26). Magazine articles published in the late 19th century acknowledged the feminine quality of French hairdressing and dress styles by citing the innate fashion sense of the "Parisienne". A vision that continued to be perpetuated at the beginning of the 20th century when the rise of *haute couture* favored the establishment of designers in the French capital thus further enhancing the prestige of French fashion (Steele 2019, 21). Even though Baynes was born in Montreal, not Paris, her association with French culture and presumably her training at the Sorbonne contributed to draw these assumptions about her character. Her appreciation of politics and debates is also highlighted in these scarce testimonials. The Abbot Academy Yearbook for 1943 describes Baynes as knowledgeable in "politics, war and movies" (*The Circle* 1943, 10). The graduates of 1942 remember the lively discussions led by Hilda at mealtimes with students: "Comments on the weather and emphatic "si's" or "oui's" are the most audible parts of the conversation, although Miss Baynes' table lays claim to interesting discussions of politics and the news!" (*The Circle* 1942, 39) Perhaps the most interesting part of this quote, is the subtle but unequivocal exclamation mark, expressing the prejudices of the time regarding women and stressing Baynes's exceptional attitude on politics and social issues. These topics were not often associated with what was considered traditional or socially acceptable feminine interests and concerns. It is remarkable that in all these statements, Baynes's academic role or contributions are not explicitly discussed: she is never presented as a scholar. Her work is always alluded to in terms of her cultural background, her moral qualities, and her physical appearance. As other researchers have highlighted, from the 18th century onward the scholar as a cultural and symbolic model gained more visibility as education became more institutionalised (Holenstein, Steinke,

Stuber, Rogger 2013, 11). The expansion of mediums and networks of knowledge in early modernity paved the path to scholarly representations that favoured activities perceived as “useful contribution[s] to enhancing common good and advancing the intellectual and civilisatory progress of humanity” (Holenstein, Steinke, Stuber, Rogger 2013, 11). Associated with the development of science, intellectual careers were considered during Baynes’s time best fitted for men; women’s most prized contribution to society being their maternal roles. A discourse that feminist historians have shown continue to permeate bias in academic settings³¹².

Baynes also taught at Russell Sage College in Troy, New York, in the 1920s and later at Mary C. Wheeler School in Providence, Rhode Island. Founded in 1889, by Mary C. Wheeler, artist, educator and activist, this school offered a unique and unprecedented setting for female students. Divided in two campuses, one rural and one urban, students had the opportunity to study botany, biology, astronomy, sports, and art, subject matters not always accessible to women in other colleges. Wheeler also created a summer painting school in France, taking her students to the other side of the Atlantic to study with renowned impressionist Claude Monet³¹³. Unfortunately, no archival traces remain of Baynes’s years at Wheeler School. One can presume that Baynes’s knowledge of French language and culture could have been considered an asset by this institution due to its strong ties to France and its mission to adopt a more rigorous and intercultural approach to education. A document found in Baynes’s file in the Abbot Academy’s Archives Collection that seems to bear Hilda’s handwriting lists South Carolina State College in Rockhill, South Carolina, as one of her employers³¹⁴. Counting this last reference and including a summer term in McGill, in a career that spanned over 30 years, Baynes taught in 8 different institutions.

After an accomplished teaching career and numerous travels, Hilda Baynes passed away in St-Petersburg, Florida, on August 24, 1959. During her life, she studied and worked in Canada, France, and the United States. Her career trajectory, perhaps surprising, allowed her to travel East and West as well as North and South.

³¹² In their study on how life stages affect genders, Michelle A. Massé and Nan Bauer-Maglin identify infantilisation and motherhood as themes in discourses that encourage sexism in academia. See *Staging Women’s Lives in Academia: Gendered Life Stages in Language and Literature Workplaces*, edited by Michelle A. Massé, and Nan Bauer-Maglin, State University of New York Press, 2017.

³¹³ The school still exists today. See: <https://www.wheelerschool.org/about-wheeler/history/>.

³¹⁴ Unfortunately, we were not able to locate any archival fonds regarding Baynes’s employment at South Carolina State College.

As many feminist approaches have explored, the concepts of space and gender are often linked. As Theda Wrede explains: “Feminist spatial readings propose that space itself can offer resistance to gender hierarchies” (Wrede, 2015, 10). It seems especially potent in the case of Hilda Baynes’s career to consider geography. Her many travels across several territories seem to indicate that mobility constituted a strategy to occupy space in areas and institutions traditionally reserved for men and granted her the opportunity to participate actively in the dissemination of knowledge. Despite the instability that a life spent travelling might have caused, this strategy allowed her to pursue a long and continuous career. The fact that she has taught mostly in women’s colleges shows her dedication to improve women’s education. By keeping close ties with France, Baynes was also at the core of a transatlantic network, acting as a voice and agent in the dissemination of culture, language, and educational philosophies. Hilda Baynes’s trajectory reflects the agency of space. Traveling to different cities to earn a living, outside of the boundaries of the home often associated with the domesticity of the feminine experience projects the desire to exist in the public realm and free oneself from gender and social conventions. Women’s narratives do not always follow models of written history as it is the case here with Baynes: the paucity of reliable documentation does not allow to convey the richness of her exceptional experience as one of the first appointed women lecturer in higher education institutions. By incorporating geography and movement in the account of her life, the researcher makes visible and tangible a trajectory that could not otherwise exist as an historical account. Parts of Baynes’s life remain an unsolvable mystery. Apart from the rare examples cited, personal papers and archives giving voice to her own interpretation of events were unfortunately not found to echo the testimonials mentioned above.

In terms of heritage and memory, studying figures such as Hilda Baynes, constitutes a difficult methodological challenge due also to the peculiar context in which archival depositories took shape during her era: resources are often scattered, fragmented or non-existent. This especially holds true in researching women’s archives in Canada. Morra and Schagerl explain that “since archival papers that were considered worth keeping usually related directly to the official process of nation-building, with which women could only have had a limited part, the material retained tended to perpetuate women’s marginalization” (Morra, Schagerl 2012, 2). The gaps and disparities in women’s archives bring us the opportunity to re-evaluate interpreta-

tive approaches to such documents: perhaps comparing groups and communities rather than individual's stories would facilitate other alternatives and outcomes. This case study shows us that the many roles that women have played and continue to play in academia must be examined through multiple lenses. Beyond archival research and traditional historical approaches, the issues of geography, space, concepts of mobility and networks, seem to be essential in understanding and uncovering more thoroughly the contributions of trailblazers such as Baynes.

Sources

Archives

Abbot Academy Archives Collection

The Circle, Abbot Academy Yearbooks Collection: <https://digitalheritage.noblenet.org/phillips/abbot-circle>

The Circle, Abbot Academy Yearbook, 1941

The Circle, Abbot Academy Yearbook, 1942

The Circle, Abbot Academy Yearbook, 1943

The Circle, Abbot Academy Yearbook, 1944

Letter from John (Jack) Hudgins, March 1st, 1919, The Canadian Letters and Images project: <https://www.canadianletters.ca/document-62409>.

Western University Archives, AFC-40-1, AFC-198-2, AFC-4-3, AFC-182-12.

Western University Archives, Arts Department's Calendars for 1914-1918.

Press

"A leader of liberals", *The Daily British Whig*, March 12, 1894.

The Globe, September 19, 1914.

The Lethbridge Daily Herald, September 23, 1914.

Abbot Academy Bulletin, Feb. 1950

Bibliography

Mary C. Wheeler School: <https://www.wheelerschool.org/about-wheeler/history/>
The Chilly Collective, *Breaking anonymity: The chilly climate for Women Faculty*, Waterloo, Wilfrid Laurier University Press, 1995.

BACKHOUSE, C.. 1990. "An Historical Perspective: Reflections on the Western Employment Equity Award", *Canadian Journal of Women and the Law*, p. 36-65.

COOPER-RICHET, D., J.-Y MOLLIER, A. SILEM. 2005. *Passeurs culturels dans le monde des médias et de l'édition en Europe (XIX^e et XX^e siècles)*, Villeurbanne, Presses de l'Enssib.

- FORD, Anne Rochon. 2016. *Path not strewn with roses*, Toronto, University of Toronto Press.
- FRAGER, Ruth, and PATRIAS, Carmela. 2005. *Discounted Labour: Women Workers in Canada, 1870-1939*, Toronto, University of Toronto Press.
- GWYNNE-TIMOTHY, J. R. 1978. *Western's First Century*. University of Western Ontario, UWO.
- HERRERO Pérez, S. A., & JULE, A. 2021. *Some room for us: Women in academia as seen through the lives of Canada's Eliza Ritchie (1856-1933) and Spain's María Goyri (1873-1954)*. *Historia y Comunicación Social*, 26(1), 215-224. Url: <https://doi.org/10.5209/hics.75710>
- HOLENSTEIN, A., STEINKE, H., STUBER, M, and ROGGER, P. 2013. "Introduction: practices of knowledge and the figure of the scholar in the eighteenth century", *Scholars in Action (2 vols): The Practice of Knowledge and the Figure of the Savant in the 18th Century*, Brill, p. 1-42.
- KRAKOVITCH, Odile. 2003. *Censure des répertoires des grands théâtres parisiens (1835-1906)*, Paris, Centre historique des archives nationales.
- MACDONALD, Sara Z. 2021. *University Women. A History of Women and Higher Education in Canada*, McGill-Queen's University Press.
- MASSÉ, Michelle A. and BAUER-MAGLIN, Nan. 2017. *Staging Women's Lives in Academia: Gendered Life Stages in Language and Literature Workplaces*, New York, State University of New York Press.
- MORRA, Linda M. and SCHAGERL, Jessica. 2012. *Basements and Attics, Closets and Cyberspace: Explorations in Canadian Women's Archives*, Waterloo, Wilfrid Laurier University Press.
- STEEL, V. 2019. "Paris, "Capital of Fashion"" in V. Steele (Ed.). *Paris, Capital of Fashion*, London, Bloomsbury Visual Arts, p. 10-49. Url: <http://dx.doi.org.proxy1.lib.uwo.ca/10.5040/9781350102972.ch-001>
- TALMAN, R. D. 1925. *The Beginnings and Development of the University of Western Ontario, 1878-1924* (MA thesis). University of Western Ontario.
- WREDE, Theda. 2015. "Introduction to Special Issue "Theorizing Space and Gender in the 21st Century." *Rocky Mountain Review*, vol. 69, no. 1, pp. 10-17. *JSTOR*, Accessed 8 Sep. 2022. Url: <http://www.jstor.org/stable/24372860>.

Arquitetura e amnésia social: em busca das primeiras arquitetas formadas no Brasil

*Camila Almeida Belarmino*³¹⁵

Mesmo em um panorama superficial, é possível observar a entrada massiva de mulheres nos cursos de arquitetura e urbanismo e a constituição de salas de aula majoritariamente femininas em instituições públicas e privadas no Brasil. Ainda, segundo dados do Conselho de Arquitetura e Urbanismo³¹⁶ no ano de 2016, 62% dos profissionais da área registrados no Brasil eram mulheres. Em todos os estados do Brasil as mulheres superavam o número de homens em exercício. Os maiores exemplos eram Alagoas e Rio Grande do Norte, onde 73% dos profissionais registrados eram mulheres e 27% eram homens. Por outro lado, dos 54 representantes de estados no Conselho, apenas nove eram mulheres e 13 dos 67 dirigentes dos Conselhos Estaduais eram mulheres. Em 2019³¹⁷, a mesma entidade constatou que dos 167.060 profissionais registrados e ativos, 63,10% eram mulheres, assim como 67% dos estudantes de arquitetura e urbanismo também eram mulheres.

Demonstrada que a conjuntura vigente da arquitetura e do urbanismo no Brasil é preeminentemente feminina, cabem então pesquisas que acompanhem e evidenciem como uma área de superior presença masculina se abriu para a participação da mulher. Estas pesquisas, situadas nos âmbitos das ciências humanas e sociais, têm por tarefa aquela que corresponde à importância destas áreas: questionar as realidades, tornar tangível os problemas sociais e assim auxiliar na promoção de meios para que as condições desiguais e funestas possam ser superadas.

Diante deste cenário, a consciência histórica é um instrumento necessário para evidenciar as origens e os porquês da hierarquização dos papéis de gênero, pois, de acordo com Le Goff:

³¹⁵ Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil.

³¹⁶ Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, dados do Anuário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – Brasil 2016 disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/anuario-final-0301-web150.pdf>. Acesso em: agosto de 2022.

³¹⁷ Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, dados da pesquisa realizada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – Brasil em 2019 disponível em: <https://www.caubr.gov.br/inedito-visao-completa-sobre-a-presenca-da-mulher-na-arquitetura-e-urbanismo/>. Acesso em: agosto de 2022.

A memória, na qual cresce a História, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (Le Goff 1972, 475).

Importante incluir nesta citação, a título de representatividade, o vocábulo “mulheres”. Portanto, considera-se que a análise histórica é um dos possíveis mecanismos para o esclarecimento, mas também para superação de condições postas através de uma conscientização da relação entre presente e passado, por exemplo. Recuperar a historicidade da mulher na arquitetura e urbanismo pode ser uma das formas de questionar a persistência das desigualdades de gênero. Nestas condições, segundo Rago e Veiga Neto: “É preciso deslegitimar o presente, desfazendo os fios da continuidade histórica, que sustentam as noções de identidade e de natureza humana. É preciso reler o passado e construir novas narrativas históricas.” (Rago e Veiga Neto 2009, 257). Estas são as razões desta proposta de trabalho, que não só busca apontar quantitativamente a presença da mulher na arquitetura e urbanismo, mas visa também demonstrar as experiências de algumas delas enquanto estudantes e profissionais.

O que importa nesta seleção não é a singularidade das trajetórias, mas como elas representam os comportamentos, as ações e atuações da mulher na arquitetura e no urbanismo no recorte definido para que assim, se possa compreender sua introdução na área e sua atual expansão profissional. Logo, se sustenta como hipótese que mecanismos utilizados na época, tais como a gradativa presença no ambiente educacional, possibilitada pela estruturação do ensino de arquitetura e de urbanismo, as reformas educacionais da década de 1930, a ação coletiva com pautas feministas e a busca pela oportunidade de carreira pública sejam fatores que podem ser considerados em conjunto para o entendimento do processo de feminização dos campos da arquitetura e do urbanismo nas décadas mais recentes.

As lutas e os movimentos sociais são estudados na dimensão da história social como processos, ou seja, não são eventos estáticos ou isolados. São formas organizativas que se desenrolam no tempo gerando impactos para além do seu recorte ou permanência. Sob este ponto de vista, a atuação em movimentos de lutas feministas por parte de mulheres estudantes da Escola Nacional de Belas Artes e atuantes na Prefeitura do Distrito Federal (antes localizada no Rio de Janeiro) nas décadas iniciais do século XX, pôde ter como resultado a paulatina entrada da mulher na arquitetura e no ur-

banismo nas décadas subsequentes. Cabe, para verificação desta hipótese, examinar as trajetórias de algumas delas para que se concebam os pormenores da ascensão inicial da mulher na arquitetura e no urbanismo, os fatores que estiveram envolvidos e qual a representação que se tinha sobre o papel da mulher nesses campos naquele contexto. Além desta preposição, pode-se admitir que a mulher foi peça chave na consolidação dos campos da arquitetura e do urbanismo. O fato pode ser demonstrado se esquadrihando as experiências das profissionais da área.

Sobre o tema das mulheres na história da arquitetura e do urbanismo, se pode afirmar que boa parte da bibliografia consultada não trata períodos anteriores aos anos 1960 e 1970 e, com certa frequência, elenca as trajetórias de Lina Bo Bardi e Carmem Portinho, figura que será explorada mais adiante. Estudos, como os de Rubino, revelam a dimensão da produção de Lina Bo Bardi, registrada na obra “Lina por escrito” (2009). Rubino também fez uma comparação das obras de Lina e Charlotte Perriand (2016). As pesquisas de Rubino e Grinover versam sobre a casa moderna pensada por arquitetas e a persistência do discurso doméstico.

Portanto, percorrendo a trajetória de arquitetas e urbanistas, é possível compreender, conforme salientou Rubino a relação entre a domesticidade, a própria elaboração da narrativa histórica sobre a casa moderna e expansão do capitalismo. Tais aspectos são elementos importantes para percepção dos liames entre a representação da mulher enquanto usuária do espaço moderno quanto como aquela que também o concebe. Para além do espaço privado da casa, a questão pode ser ampliada para que se possa perceber o papel e o lugar associados à mulher na cidade moderna e quais os mecanismos utilizados pelas profissionais para ultrapassar as barreiras impostas por tais limitações.

Apesar de muitos trabalhos trazerem a relação entre arquitetura e domesticidade, o presente texto pretende seguir uma proposta alternativa indicando novos atores como a Escola Nacional de Belas Artes, a Associação Brasileira e Engenheiras e Arquitetas e o funcionalismo público, além de personagens pouco conhecidas. O exercício de cargos no serviço público como arquitetas e urbanistas, a representação em uma entidade de classe e a luta pela igualdade de direitos podem ter sido elementos imprescindíveis para que elas ultrapassassem a lógica domesticidade ou de produção da arquitetura doméstica no Brasil.

Há também a produção historiográfica internacional sobre as mulheres na arquitetura e urbanismo a partir dos anos 1970 nos Estados Unidos. “Women in Architecture: an Historical and Contemporary Perspective” foi uma publicação e exposição organizada em 1977 por Susane Torre nos EUA e evidenciou este processo de reconhecimento da ocultação feminina no campo. Gwendolyn Wright publicou no mesmo ano o texto “On the fringe of the profession: Women in American Architecture”, na coletânea “The Architect. Chapter in the history of the profession” de Spiro Kostof. Na Inglaterra, a professora e arquiteta Francesca Hughes, lançou o livro “The Architect: Reconstructing her practice” em 1996. Nestas obras, as autoras buscaram recuperar trajetórias de profissionais ao longo do tempo e rediscutir a posição que elas ainda ocupavam em suas sociedades.

Algumas das primeiras arquitetas e urbanistas nos primeiros anos do século XX no Brasil

No Brasil, o ensino de arquitetura era ofertado por poucas instituições no início do século XX. As mais antigas eram a Escola Nacional de Belas Artes e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que possuía uma especialização em arquitetura para engenheiros. Ambas foram fundadas no período Imperial. A Escola Nacional de Belas Artes surgiu em 1816 e iniciou suas atividades em 1826 a partir da atuação da chamada Missão Artística Francesa no período Joanino, isto é, momento em que a Corte Portuguesa se estabeleceu no Brasil. A instituição começou sua trajetória como Academia Imperial de Belas Artes e, no período republicano, passou a se chamar Escola Nacional de Belas Artes ofertando o único curso de arquitetura do país até 1930. A escola foi incorporada à Universidade do Rio de Janeiro em 1931 e o curso de arquitetura se configurou de forma autônoma em 1945 como Faculdade Nacional de Arquitetura.

No estado de São Paulo também havia o curso de arquitetura da Escola de Engenharia do Mackenzie College e da Politécnica. Em outros estados existiam cursos de arquitetura como o caso das escolas de Belas Artes e Politécnica na Bahia e na Politécnica do Rio Grande do Sul. O único curso independente teria sido o da Universidade de Minas Gerais, fundado em 1930 (Salvatori 2008, 53). Todos estes foram posteriores ao curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes.

Os cursos de arquitetura ganharam força a partir das transformações ocorridas com o aumento populacional e o desenvolvimento urbano de algumas áreas do país. Um novo impulso foi dado ao setor de construções através da ação dos novos profissionais da Escola Nacional de Belas Artes e da Escola Politécnica que eram oriundos de estratos economicamente favorecidos e mantinham relações no circuito estatal e nas obras implementadas pelo governo. A partir da consolidação do modernismo na década de 1930 que o papel do arquiteto foi acentuado como divulgador de um modelo arquitetônico, interpretado como sinônimo de progresso (Durand 1989, 70 - 72).

Destarte, ao mesmo tempo em que as atribuições destinadas à mulher sofreram alterações nas primeiras décadas do século XX, a arquitetura, em seus quesitos relacionados ao ensino, formação e atuação, também passou por modificações. Esta foi uma das áreas que incorporou paulatinamente as mulheres, deixando de ser uma profissão predominantemente masculina, tal como podemos constatar atualmente.

É possível identificar a presença feminina no curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes no início do século XX e antes da desvinculação da arquitetura desta escola em 1945. A partir das fontes, entre os anos de 1920 e 1930, se constata a presença de mulheres matriculadas no curso de arquitetura da instituição. Conforme levantamento realizado através da documentação da Escola Nacional de Belas Artes, disponível no Arquivo do Museu D. João VI / EBA / UFRJ, entre 1916 e 1936 ocorreram 1004 matrículas, onde constam 27 mulheres matriculadas no curso de arquitetura. Destas, averiguou-se que 25 foram diplomadas entre 1914 e 1945³¹⁸.

O primeiro diploma de arquitetura expedido para uma mulher encontrado até o momento data de 1914 e traz o nome de Arinda da Cruz Sobral. O próximo dado ocorre em 1929 com o diploma de Danúzia Palma Dias Pinheiro que se matriculou em 1923 quando o número total de alunos matriculados foi de 33, sem distinção de curso, e a estudante representava a única mulher da turma. Até o ano de 1945, quando ocorre a desvinculação do curso de arquitetura da escola, os dados demonstram uma média de 2 a 3 mulheres matriculadas em arquitetura por ano.

Desta forma, ficou comprovada a existência delas bem como a possibilidade de se escrever a história da arquitetura e do urbanismo com a presença

³¹⁸ *Livro de Títulos, Premiações e Diplomas expedidos entre 1903/1970*, fls 1 - 403.

de mulheres nos anos anteriores a 1960 e 1970. Porém, a fim de tentar entender como que foi a ausência destas personagens nas narrativas de história da arquitetura e do urbanismo no Brasil, aponta-se o conceito de amnésia social. Para Russel, a amnésia social consiste no “esquecimento e a repressão da atividade humana e social que faz e pode refazer a sociedade” (Russel 1977, 19). Segundo Menezes, identificar a amnésia social é um exercício importante, pois “não é suficiente apenas dar voz aos silenciados. É imperioso detectar e entender as multiformes gradações e significados do silêncio e do esquecimento e suas regras e jogos.” (Menezes 1992, 18). De acordo com o entendimento de Motta: “operar com a construção da amnésia social é uma chave de leitura importante para se compreender os porquês dos esquecimentos” (Motta 2012, 39).

Considera-se que a ideia de amnésia social é uma das formas viáveis para se explicar o porquê do esquecimento. Diante desta proposta, é sugerido que a amnésia social se estabeleceu a partir das relações de gênero e da prática da violência simbólica, categorias que esta pesquisa pretende contemplar a partir de um aparato teórico de autoras como Joan Scott e do autor Pierre Bourdieu. A opção pelo uso da categoria gênero tem como objetivo elucidar não somente uma história da arquitetura e do urbanismo sob o ponto de vista feminino, tampouco apenas evidenciar trajetórias de personagens ausentadas, mas, sobretudo, fornecer uma análise que coteja mulheres, trabalho, saberes e relações sociais e como isto constituiu aportes simbólicos, conceituais e estruturais de pensamento e comportamento para um campo profissional em seu desenvolvimento histórico. É através da categoria gênero que se pretende compreender teoricamente o processo de feminização da arquitetura e do urbanismo em sua complexidade, como um campo de embates que hoje se observa pela contradição entre quantidade e igualdade. Já Bourdieu aponta a dominação masculina como uma forma de submissão naturalmente acatada como

violência simbólica, violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (Bourdieu 2002, 3)

Tal acepção contribui para a elucidação dos mecanismos sociais e institucionais que fazem perpetuar a dominação masculina em arquitetura e

urbanismo e, mais uma vez, a compreensão da persistência das desigualdades em diferentes conjunturas. Sob o aporte bourdiesiano, a intenção é identificar quais as relações e mecanismos específicos da área de arquitetura e urbanismo revelam as hierarquias de gênero. Tais mecanismos podem ser traduzidos por meio de práticas profissionais próprias da área e não declaradas, isto é, as práticas que configuraram a invisibilidade feminina. Considera-se importante observar não só a conformação das práticas, mas as formas de resistência a elas.

Tendo em vista tais pressupostos, foram elencadas algumas profissionais como objetos de estudo para este trabalho. Arinda da Cruz Sobral que, até o momento da pesquisa, pode ser entendido como primeiro registro de figura feminina no curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes, é a primeira a ser destacada. Segundo registros publicados em jornais e no livro de diplomas e certificados expedidos do acervo do Museu D. João VI, ela realizou o Curso Geral e Especial de Arquitetura na referida escola a partir de 1907 recebendo o título em arquitetura no ano de 1914. Arinda, que nasceu no ano de 1883 e faleceu no ano de 1981, também foi professora da Prefeitura do Distrito Federal dos primeiros anos de escolaridade. A profissional foi anunciada como a primeira arquiteta da Escola Nacional de Belas Artes no periódico *O Paíz* :

Futura architecta

Em architectura, porém, nenhuma senhora se havia matriculado até 1907, quando se matriculou a primeira e única que foi a Exma. Sra. D. Arinda da Cruz Sobral, normalista pela Escola Normal do Distrito Fedral e professora adjunta effectiva de 1ª classe no mesmo Districto. (...) Trata-se de uma futura architecta brasileira, a primeira que na especialidade se diplomará no Brazil. Dependerá dela e somente dela esse diploma, mas quem com tanta aplicação e louvável aproveitamento se mostrou, durante cinco anos seguidos de estudos, saberá corresponder nos concursos da pratica vindouro. (...) A sua vida escolar que tem sido modelo de modéstia, circunspecção e trabalho, é um documento valioso de esperanças. (...) Em 1904, Londres anunciava os trabalhos da primeira architecta inglesa Miss Mac Clelland diplomada pelo Instituto Polytechnico Britannico, (...) Em 1905, revistas

francezas de architectura noticiavam a formatura da architecta ingleza.(...)³¹⁹.

A fonte é bastante elucidativa no que diz a respeito a Arinda, ao contexto e à Escola Nacional de Belas Artes. Além de apontar a primeira mulher formada em arquitetura, expressava valores típicos da conjuntura tais como, a lógica liberal, a crença no progresso da nação, no futuro, na modernidade e na educação enquanto como chave para o progresso individual. É um texto composto por 13 parágrafos. Os 7 parágrafos iniciais abordam da Escola Nacional de Belas Artes e suas realizações, enquanto os demais versam sobre Arinda e sua trajetória escolar. Esta organização textual pode ser interpretada como uma estratégia de vinculação da imagem da primeira arquiteta à instituição e como demonstração do quanto a escola era um ambiente moderno e não mais arcaico, conforme as críticas recebidas na época. Era um momento de transformações sociais e urbanas na capital e a instituição passava por uma crise sendo julgada como um bastião da monarquia e do tradicional ensino acadêmico no Brasil.

Arinda, enquanto estudante de arquitetura, projetou em 1911 uma edificação situada na estrada que segue para o Corcovado, ponto turístico do Rio de Janeiro na Floresta da Tijuca: a capela São Silvestre. Foram encontrados 8 artigos de periódicos que relacionam Arinda à Capela entre 1911 e 1912 e 22 artigos entre 1912 e 2020 que tratam somente da edificação. Assim, ela foi mencionada em uma destas fontes:

S. Silvestre” “Oratorio do Silvestre

Lançamento da pedra fundamental

Primeiro projecto da primeira architecta brasileira – Festejos no dia 31, á meia noite. (...) No domingo ás 9 horas da manhã, como a imprensa noticeou, foi lançada a pedra fundamental, na presença do Senhor Marechal Presidente da República, do chefe de sua casa militar e de muitas pessoas. (...) O desenho do projecto foi elaborado pela

³¹⁹ Biblioteca Nacional – Hemeroteca, Periódico *O Paíz*, 16 de novembro de 1911, 2.

Sra. D. Arinda da Cruz Sobral, a primeira brasileira a diplomar-se em *architectura*³²⁰.

É possível indagar sobre a escolha da estudante para a realização deste projeto: por que Arinda foi escolhida para fazê-lo? Talvez por que fosse a única mulher na Escola Nacional de Belas Artes no curso de arquitetura? As redes de relações sociais que envolvem a personagem podem sugerir respostas. Tal consideração não consiste em uma tentativa de diminuição do papel ou da capacidade da futura arquiteta. Ao contrário, o que se pretende demonstrar é a importância das redes de relações na realização dos projetos em arquitetura.

A construção da capela foi comemorada entre o ano de 1911 e 1912 com a presença de figuras importantes como o presidente Hermes da Fonseca. Além da capela, o artigo enfatiza o fato de Arinda ser a primeira arquiteta do Brasil. Arinda atuava como funcionária da Prefeitura do Distrito Federal junto ao coronel João Victorino, que teve a iniciativa para construção da capela. O fato revela a importância das relações sociais no campo da arquitetura. A experiência de Arinda indica a possibilidade de se desenhar explicações para além da genialidade vinculada às narrativas sobre os agentes em arquitetura e urbanismo.

Danuzia Palma Dias Pinheiro foi outra arquiteta que se formou na Escola de Belas Artes entre os anos de 1923 e 1928. O periódico *Gazeta de Notícias* salientou a vitória da estudante no III Congresso Panamericano de Arquitetura e pelo fato de ser a primeira arquiteta a se diplomar em arquitetura:

III Congresso Panamericano de architectos

É assim que surge a primeira mulher patricia conquistando, no cenário de renhida competição acadêmica, entre outros já profisionaes, a medalha de ouro, por trabalhos apresentados, na 3ª Exposição daquele Congresso, realizado em Buenos Aires. Essa illustre concorrente foi a senhorita Danuzia Palma Dias Pinheiro, filha do coronel do Exercito Dr. Francisco Jorge Pinheiro e alumna do 4º anno, ao tempo da Exposição. (...) E verdade é que a senhorita Danuzia Pinheiro firmou nos bancos escolares um prestígio – o verdadeiro prestígio dos que se distinguem pela inteligência e amor dos livros – que lhe valeu,

³²⁰ Biblioteca Nacional – Hemeroteca, Periódico *A Notícia*, 28 – 29 de dezembro de 1911, 3.

durante todo o seu curso, a encerrar-se este anno, a admiração e a estima dos mestres. E' assim também a primeira brasileira que se diploma em arquitetura (...) ³²¹.

O que ocorreu entre as lembranças e memórias de Arinda e Danúzia? Indica-se a possibilidade da não naturalização do esquecimento como apenas um equívoco de dados, mas como prática de amnésia social orientada pela violência simbólica. Desta forma, ao já citado questionamento de Le Goff: *Que memórias não alimentaram esta história?* Entre 1914, ano de formação de Arinda, e 1934, ano de formação do reconhecido arquiteto Oscar Niemeyer, é possível destacar uma série de outros nomes que compuseram as narrativas da história da arquitetura no Brasil, dentre eles: Adolfo Morales de Los Rios Filho, Archimedes Memória, Atílio Correa Lima, Lucas Mayerhofer, Marcelo Roberto, Carlos Leão, Saturnino Brito etc. Podem fazer parte desta lista os nomes de Arinda da Cruz Sobral e Danúzia Palma Dias Pinheiro, como devidamente comprovado pelas fontes. A ideia de questionar os esquecimentos ou amnésias pode ser estendida para tantos outros nomes da arquitetura e urbanismo no Brasil. É importante questionar sobre as motivações pelas quais se escreveu uma história da arquitetura sem considerar as duas. O questionamento sobre a escrita dessa história e como ela, a seu modo, invisibiliza mulheres pode ser esclarecida a partir das reflexões de Pedro:

Convém lembrar que “entrar para a história” tem sido um valor disputado. A antiga forma de escrever a história, costumeiramente chamada de “positivista”, ou às vezes “empirista”, dava destaque às personagens, em geral masculinos, que tinham de alguma forma participado dos governos e/ou de guerras. Para muitas pessoas, esta era uma forma de “imortalidade”. Pertencer a esta grande narrativa significava, e ainda significa, prestígio (2005, 83).

Como terceira e última chave de análise, apresentam-se três trajetórias que, mais uma vez exemplificam as redes de relações estabelecidas, que podem se tornar um viés de análise para história da arquitetura e urbanismo.

Um nome bastante mencionado em pesquisas é o da engenheira e urbanista Carmen Velasco Portinho. Ao lado desta personagem estiveram outras ainda não reveladas pela historiografia da arquitetura e do urbanismo

³²¹ Biblioteca Nacional – Hemeroteca, Periódico *Gazeta de Notícias*, 15 de abril de 1928, 2.

no Brasil. Participante ativa na luta pela emancipação da mulher, Carmen atuou desde 1922 na Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino e criou, em 1932, a União Universitária Feminina, a fim de defender e estimular a formação intelectual e profissional da mulher. Carmen apresenta uma extensa produção: se formou engenheira pela Escola Politécnica em 1929, como urbanista em 1939 pela Universidade do Distrito Federal e atuou na Diretoria de Obras do Distrito Federal. Participou ativamente da criação, em 1932, da *Revista da Diretoria de Engenharia* da Prefeitura do Distrito Federal, onde também publicou artigos. Em 1944, recebeu uma bolsa do Conselho Britânico a fim de conhecer as obras de reconstrução das cidades inglesas no pós-guerra. Assumiu a chefia do Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal em 1948, onde implementou projetos marcantes como o Conjunto Habitacional Prefeito Mendes de Moraes, conhecido por Pedregulho, junto ao seu companheiro, o arquiteto Affonso Eduardo Reidy. Foi também diretora do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e da Escola Superior de Desenho Industrial.

Além da atuação profissional, Carmen criou e colaborou com a constituição de entidades de classe. Envolveu-se na fundação da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Rio de Janeiro em 1935 e criou a Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas em 1937. A experiência de Carmen Portinho foi vital para a condução das atividades desta associação. Considerada a primeira entidade de classe composta por mulheres, a Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas objetivava congregar estudantes e profissionais das áreas de engenharia e da arquitetura a fim de “auxiliarem-se mutuamente na carreira, facilitando o intercâmbio de ideias de profissionais de uma ou outra carreira, colaborarem na solução dos problemas relacionados com o progresso” (Portinho 1999, 63).

Na lista de presença da reunião de fundação da Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas constam 11 nomes, dentre os quais registram-se 3 arquitetas, 6 engenheiras e duas mulheres ainda não identificadas. As 3 arquitetas foram alunas recém-formadas pela Escola Nacional de Belas Artes: Lúcia Prado Lopes, Ila Schueler de Araripe Macedo e Déa Torres Paranhos. A diretoria era composta pela presidente Carmen Portinho, a vice-presidente Elza Pinho, a 1ª secretária Déa Torres Paranhos, a 2ª secretária Ila Schueler de Araripe Macedo e a tesoureira Marina Miranda. Segundo Portinho “desenvolveu-se entre as associadas o espírito de cooperação, procurando abrir

caminhos mais fáceis para as futuras profissionais, criando ambientes, assegurando direitos e demolindo preconceitos” (Portinho 1999, 63).

A engenheira e urbanista descreveu que, na prática, havia um auxílio para que recém-formadas iniciassem sua carreira profissional pública, vista por ela como um ambiente menos resistente ao trabalho feminino.

As três arquitetas identificadas como fundadoras da Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas, junto a Carmen Portinho, possuem trajetórias singulares: são formadas pela Escola Nacional de Belas Artes, atuaram na primeira entidade de classe feminina e na Prefeitura do Distrito Federal. Illa Schueler de Araripe Macedo foi a primeira das três a ingressar na Escola Nacional de Belas Artes no ano de 1929. Além de participar da fundação da Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas, consta em *Diário Oficial* que exerceu cargos na Prefeitura do Distrito Federal. Déa Torres Paranhos se formou em 1934 e em 1935 filiou-se ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Escreveu artigos para a *Revista da Diretoria de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal*. Em 1941, participou em comissão das discussões no 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo promovido pelo Centro Carioca. Lançou junto ao engenheiro Fernando Nascimento Silva o livro “Rio de Janeiro e seus quatrocentos anos”, publicado pelo governo do antigo estado da Guanabara em 1965. Já Lúcia Prado Lopes se formou em arquitetura em 1937. Era filha do engenheiro Antônio Prado Lopes Pereira, um dos profissionais que participou do projeto urbanístico para Belo Horizonte. Consta que foi estagiária da Secretaria de Obras do Distrito Federal.

Ila, Déa e Lúcia, juntas a Carmen Portinho, estabeleceram trajetórias próximas em termos de estudo, trabalho e na reivindicação pelos direitos das mulheres no que diz respeito ao acesso à profissionalização. Portanto, percebê-las em conjunto demonstra a força das ações coletivas demarcando a luta pelo lugar da mulher em arquitetura e urbanismo. À vista disso, é possível observar, através da análise de trajetórias específicas, da problematização das experiências e da combinação entre interesses individuais e elementos sociais, quais foram as vinculações estabelecidas entre sujeitos, instituições e organismos de atuação e como, tendo em vista o contexto valorativo do pensamento e do imaginário da época, arquitetas e urbanistas se definiram e foram definidas como profissionais participantes da consolidação dos campos da arquitetura e do urbanismo.

Conclusões:

Segundo Thébaud o século XX:

[...] é igualmente o século em que mulheres, cada vez mais mulheres, tomam a palavra e o controle das suas identidades visuais; sublinhando o desafio político da representação, elas tentam quebrar os estereótipos e propõem múltiplas vias de realização pessoal (Thébaud 1991,11).

Neste sentido, entre as transformações vivenciadas no século XX, uma das maiores foi a inserção paulatina da mulher no mercado de trabalho. O estudo das arquitetas e urbanistas no Brasil pode ser uma das formas de constatar como a transformação citada se consubstanciou. Aqui foram assinaladas algumas das possíveis agentes dessas mudanças com relação ao papel da mulher na área em questão.

Considera-se significativo o exame de como as narrativas oficializadas se constituíram. De forma crítica, Colomina (1999) e Stratgacos (2009), evidenciaram os formatos monográficos das narrativas e acentuaram a importância das redes de sociabilidade na constituição de projetos e saberes em arquitetura e urbanismo. Perceber estas áreas como baseadas no exercício coletivo pode ser fundamental para que outros agentes históricos sejam identificados, desconstruindo formas de amnésia social. Assim, esta é uma tarefa que se destina a preencher, através de análise aprofundada das fontes primárias e bibliografia disponível, uma lacuna histórica.

Ao fazer alusão à presença da mulher na história, Perrot afirma que: “No jogo de interações que tecem a sociedade, pode-se reconhecer no mínimo o seu papel na modernização das relações entre os sexos que marca a história contemporânea” (Perrot 2013,162). É possível citar como exemplos deste “papel de modernização” não somente as ações diretas dos movimentos feministas, mas também a luta pela educação formal e pela profissionalização quebrando gradualmente barreiras cotidianas. Entende-se que os exemplos aqui demonstrados revelam este caráter de superação de limites estabelecidos pelas hierarquias de gênero. Conforme ressalta Engel (2009) em seus estudos sobre mulheres, é essencial compreendê-las como agentes históricas em atividade.

Espera-se desta pesquisa uma contribuição para a área de história da arquitetura e do urbanismo no que diz respeito às relações de gênero sob

um olhar para as narrativas consolidadas. É fundamental que se observe a mulher na história não como um objeto isolado ou como apenas participante de uma lógica já definida. Também cabe ressaltar que salientar unicamente sua excepcionalidade pode corroborar relações socialmente apoiadas numa hierarquização dos gêneros. Não é o caso de criar uma historicidade paralela, tampouco condenar e dispensar o que já foi concebido, mas uma tentativa de integração problematizando o que já existe. É importante reavaliar as formas como as grandes narrativas da história da arquitetura e do urbanismo foram construídas e demonstrar a presença da mulher no conjunto das relações humanas para que se possa compreender rupturas e continuidades no presente.

Isto posto, já existem razões para revelar quem foram as mulheres na história da arquitetura e do urbanismo. Basta então saber como trazer à tona suas memórias, quais os métodos e o que se pode intuir sobre elas. Como e o que se pode afirmar sobre estas mulheres é crucial por algumas razões: pelo cuidado para que não se observe a mulher apenas como apêndice da historiografia sobre grandes mestres e pela tarefa de definição do papel desempenhado por elas em momentos paradigmáticos para o campo da arquitetura e do urbanismo. Vale citar, o caso da reforma da Escola Nacional de Belas Artes, dirigida por Lúcio Costa, na regularização da profissão de arquitetura em 1933, na consecução de propostas, planos e eventos urbanísticos, dentre outros. É necessário ultrapassar as barreiras que podem ser enfrentadas quando a mulher é tomada como objeto de pesquisa a partir da indagação dos métodos mais comuns e dos arcabouços teóricos que podem não dar conta das especificidades que envolvem questões relacionadas aos gêneros.

Enfim, a pesquisa, em sua configuração mais ampla, também busca revelar que foi a relação entre agentes e a luta coletiva que possibilitou a maior entrada da mulher na arquitetura e no urbanismo e que promoveu as bases para que elas chegassem a números ascendentes nos dias atuais. A realidade, porém, nos mostra que as condições para paridade entre homens e mulheres ainda precisam ser repensadas. Se essa desigualdade tinha presença marcante há quase cem anos, ela persiste a partir de outros desenhos. Mesmo levando em consideração os avanços destas relações, podemos definir que em muitos termos ela persistiu, ultrapassou um século e chega até nós numa época em que ainda cremos estar em posição de progresso com relação às gerações passadas. Sem enxergar aquilo que ainda se perpetua ao longo do tempo nos processos históricos não será possível identificar e derrubar o que limita o aprimoramento das relações humanas e sociais.

Fontes

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil [CAU/BR]

- “1º Diagnóstico de Gênero na Arquitetura e Urbanismo”. Realizado on-line, de julho de 2019 a fevereiro de 2020. Consultado em 28/10/2021. <https://www.caubr.gov.br/diagnostico-revela-o-perfil-da-desigualdade-de-genero-na-arquitetura-e-urbanismo/>
- Dados sobre a participação das mulheres arquitetas e urbanistas, 2021. Consultado em 28/10/2021. <https://www.caubr.gov.br/dia-da-mulher-participacao-das-mulheres-arquitetas-e-urbanistas-cresce-a-cada-ano2/>

Biblioteca Nacional [BN]

Hemeroteca, Rio de Janeiro,

- Periódico O Paiz, 16 de dezembro de 1911, ano 28, n. 9232, fls.2.
- Periódico Gazeta de Notícias, 15 de abril de 1928, ano 28, n. 35, fls.36.
- Periódico A Notícia, 28-29 de dezembro de 1912. fls.3.

Arquivo do Museu D. João VI/EBA/UFRJ

- *Livro de Títulos, Premiações e Diplomas Expedidos entre 1903/1970*, fls 1 - 403.

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre. 2022. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- COLOMINA, Beatriz. 1999. “Couplings.Rearrangements, A Smithson’s Celebration” *OASE*, 51: 20–33. Consultado em 28/10/2021. Url: <https://www.oasejournal.nl/en/Issues/51/Couplings>
- DURAND, José Carlos. 1972. *Arte, privilégio e distinção. Artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855/1985*. São Paulo: Editora Perspectiva/EDUSP.
- ENGEL, Magali Gouveia. 2009. “Júlia Lopes de Almeida (1862-1934): uma mulher fora de seu tempo?”. *La manzana de la discórdia* 8:25-32. Consultado em: 20/02/2022. https://manzanadiscordia.univalle.edu.co/index.php/la_manzana_de_la_discordia/article/view/1449
- HUGHES, Francesca. 1996. *The Architect. Reconstructing her practice*. Cambridge, Massachusetts/London, England: The MIT Press.
- LE GOFF, Jacques. 1990. *História e memória*. São Paulo: Editora da Unicamp.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. 1992. “A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais”. In *Revista Instituto de Estudos Brasileiros* 34:9-23.
- MOTTA, Marcia Maria Menendes. 2012. “História, memória e tempo presente”. In *Novos domínios da história* editado por Ciro Flamarion Cardoso. Rio de Janeiro: Elsevier.
- PEDRO, Joana Maria. 2005. “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. In *Revista História*. 1:77-98.
- PERROT, Michelle. 2013. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto.

- PORTINHO, Carmen. 1999. *Por toda minha vida: depoimento a Geraldo Edson de Andrade*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- RAGO, Margareth.; VEIGA NETO, Alfredo. 2009. *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- RUBINO, Silvana. 2016. "A casa moderna: modos de usar". In *Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, Porto Alegre: UFRGS, 4:1-15.
- RUBINO, Silvana; GRINOVER, Marina. 2009. *Lina por escrito. 1. ed. Textos escolhidos de Lina Bo Bardi*. São Paulo: Cosac Naify.
- RUSSEL, Jacoby. 1977. *Amnésia social. Uma crítica à psicologia conformista de Adler a Laring*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SALVATORI, Helena. 2008. "Arquitetura no Brasil: ensino e profissão". In *Arquitetura Revista* 2:52-77.
- SCOTT, Joan. 1989. "Gênero, uma categoria útil de análise histórica". In *Revista Educação e Realidade* 2:71-99.
- STRATIGAKOS, Desprina. 2016. *Where are the women architects?* New Jersey: Princeton University Press.
- THÉBAUD, Francesca. 1991. "A grande guerra: o triunfo da divisão sexual" In *História das mulheres no ocidente: o século XX*, editado por Georges Duby, Michelle Perrot. São Paulo: Ebradil.
- TORRE, Suzane. 1977. *Women in American Architecture: a historic and contemporary perspective*. USA: Watson-Guption Publications.
- WRIGHT, Gwendolyn. 1977. "On the fringe of the profession: Women in American architecture" In *The Architect. Chapters in the history of the profession*, editado por Spiro Kostof. New York: Oxford University Press.

MULHERES E EMPREENDEDORISMO
WOMEN AND ENTREPRENEURSHIP

A proprietaria do Café Bra-
zileira participa aos
seus Ex.^{mos} freguezes que
adquiriu o Café Paraiso e que
a sua abertura é no dia 10.

Serviço de Restaurant ser-
vido por meninas vindas re-
centemente de Lisboa, Paris
e Madrid.

A Proprietaria
Guilhermina Augusta Mello

Donas de bens e de gentes: propriedade e empreendedorismo feminino na Capitania da Parahyba – Brasil (1727-1820)

Luíra Freire Monteiro³²²

Introdução

A proposta desta pesquisa nasceu há cinco anos, durante uma atividade de extensão a que me dediquei, com uma equipe de pesquisadores, a converter os arquivos judiciais em arquivos digitais, na intenção de preservar um acervo riquíssimo que jaz, insepulto, nos arquivos dos fóruns do estado da Paraíba. Na ocasião, nosso foco era salvaguardar os processos de inventários *post mortem* ainda existentes, datados dos tempos coloniais até o período do império brasileiro, por serem os mais danificados. Somente após o processo de formação do arquivo entrar na fase de catalogação, verificamos haver um grande número de processos com um cariz especial e que quebrava um paradigma estabelecido: a não-presença de mulheres na vida pública, especialmente como impetrantes de ações no sistema judicial.

A produção historiográfica sobre a mulher de elite no Período Colonial do Brasil centraliza-se, principalmente, no eixo São Paulo – Rio de Janeiro – Minas Gerais. Em contrapartida, a produção regional acerca das mulheres de posses na América portuguesa, em especial na Paraíba, ainda se encontra em fase inicial. Isso se tornou um desafio para os pesquisadores em virtude da dificuldade em selecionar documentos, muitas vezes dispersos e em precário estado de conservação.

³²² Universidade Estadual da Paraíba.

Doutora em História pela Universidade de Coimbra, Pesquisadora associada do Centro de História da Cultura e da Sociedade da Universidade de Coimbra. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em História Local (NUPEHL) da Universidade Estadual da Paraíba, atuando à frente do Laboratório de Conservação e Digitalização Documental (CDD Lab). Coordenadora do curso de pós-graduação (lato sensu) Estudos em História local: sociedade, educação e cultura, vinculado ao PRPGP da UEPB. Coordenadora do programa de extensão PROEXT/ME, 2016: Proposições de reconhecimento, preservação e consumo do patrimônio cultural, a partir de ações educativas, em cidades da Paraíba. Líder do grupo de pesquisa História, Memória e Identidade local, do CNPQ. <https://orcid.org/0000-0002-7502-0917>.

Assim, a presente pesquisa volta-se para integração das mulheres nos estudos coloniais da Paraíba, especificamente, e do Brasil, por extensão. As dificuldades de acesso aos documentos, a falta de debate sobre a temática, a concentração de trabalho em outros estados, tudo isso contribui para uma conjuntura de escassas produções historiográfica sobre a questão. Pretende-se não somente apontar que é possível construir a história das mulheres coloniais em nossa região, como também investigar as ações que esquivam ao esperado pela historiografia tradicional. De acordo com Maria Odila da Silva Dias, “integrar mulheres de classes dominantes na história social do Brasil pressupõe estudos de conjunturas regionais” (Dias 1984, 105-106), o que contribui para compreender as suas multiplicidades e seus cotidianos.

É necessário ressaltar que não se pretende tratar de um “assunto de mulheres para as mulheres, falando de mulheres” (Algranti 1993, 58). Alguns trabalhos destacam a independência das mulheres partindo da exclusão aos homens. Nesta pesquisa, porém, pretende-se estudar as mulheres na sua interação com os diversos sujeitos em seu meio social, sejam como gestoras de negócios, empreendedoras e profissionais, num período em que são reconhecidas, em passant, como meras “sinhas”, “mulher de fulano” ou “filha de sicrano”, em seus recônditos domésticos, ocupadas em atividades de “prendas domésticas”, especialmente entre os séculos XVIII e XIX.

A escolha do sertão do rio Piranhas – nominado inicialmente como Arraial de Bom sucesso e depois Vila Nova de Pombal, em 1711 (**Fig. 1**) e do sertão dos Bultrins ou Vila de Laranjeiras e Alagoa Nova, a partir de 1943 (**Fig. 2**) como recortes espaciais desta pesquisa se deve a questões distintas. A primeira é o mais antigo aldeamento do sertão do Piancó, fundado em 1711, tão logo os portugueses dominarem a capitania. Na outra comarca, um reduto comum nos brejos da Paraíba, resultou de um gentil convite do juiz local e o gerente do arquivo judicial para que realizássemos um trabalho de conservação do acervo ali existente.

Enquanto a primeira comarca tem representatividade de alargada porção do território do semiárido paraibano, a segunda se insere num contexto mais amplo de comunidades locais que, em seu conjunto revelam aspectos regionais sem, contudo, estabelecer-se como determinantes de um padrão.

A escolha do recorte temporal entre 1727 a 1820 justifica-se primeiro pela sobrevivência do acervo documental por nós trabalhado e, para os que conhecem os acervos judiciais brasileiros, especialmente os da Paraíba, em dois lugares díspares climaticamente: os de Pombal, submetidos ao calor in-

clemente do semiárido, que craquela os papéis. Os de Alagoa Nova, imersos no mofo e na podridão da umidade dos brejos. Utilizamos, portanto, os documentos remanescentes, ainda possíveis de serem manuseados e que conseguiram ser digitalizados.

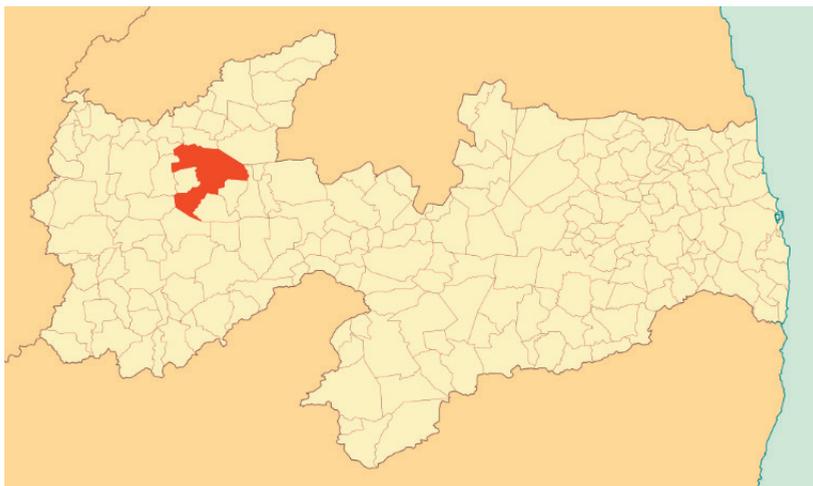
Também destacamos que a escolha de 1727 é a data mais antiga de um inventário resgatado, sendo possível que dezenas de outros processos o antecedessem, mas que não se mostraram aptos para a formação do acervo digital pretendido. Por sua vez, 1820 é a data dos únicos inventários que antecederam o processo de Independência, quando o Brasil deixou de ser Colônia de Portugal, tornando-se um império. O país, a partir de então, passou por transformações no conceito de propriedade, na definição do poder patriarcal sobre a prole e na estrutura familiar, que deixou de ser o núcleo de uma iniciativa bem-sucedida para ser uma entidade diferente dos negócios da família (Nazzari 2001, 266).

Dos lugares - Os sertões da capitania real do (rio) Paraíba

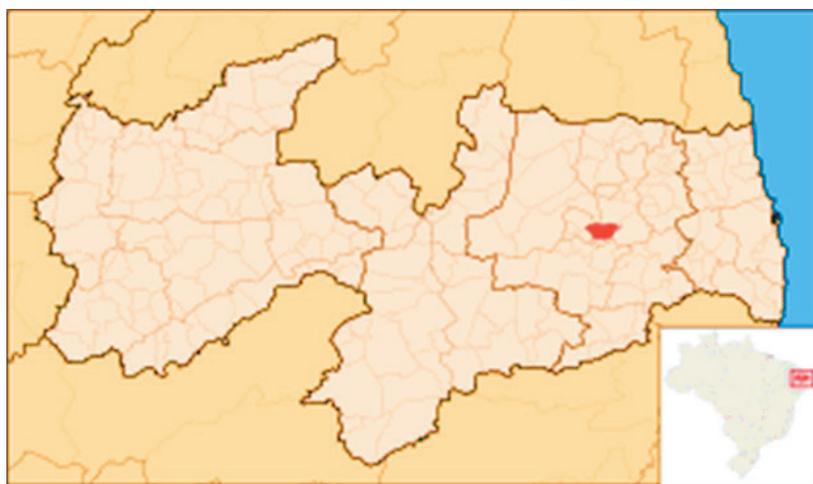
A partir das entradas realizadas em busca de metais preciosos, indígenas e em busca de terras para criação de gado, pós-conflito com os holandeses, ocorreu a conquista dos sertões das capitanias do Norte. O violento combate aos habitantes nativos permitiu uma comunicação terrestre entre os Estados do Maranhão e do Brasil que, em conjunto com as doações de sesmarias, garantiu a fixação dos colonos nas regiões abertas com a passagem do gado. Assim, no período de 1680 a 1720, as concessões de sesmarias e o combate aos indígenas foram constantes e, com isso, a administração colonial exerceu a política de mercês aos serviços prestados, distribuindo, em pagamento, terras e patentes militares aos colonos (Alveal & Barbosa 2015, 58). A expulsão do gado das áreas de lavouras açucareiras da faixa litorânea resultou no desbravamento do interior da capitania, levando as boiadas a marcharem em direção aos sertões áridos em busca de maiores espaços. Sem o comprometimento direto da Coroa Portuguesa, a iniciativa do desenvolvimento da pecuária nos sertões foi legada às mãos de particulares.

Necessário registrar que o termo Sertão foi usado amplamente para designar as terras fora do território da cultura canavieira e da produção açucareira. O desvendamento do território da capitania, dos grupos indígenas ali existentes, bem como da nomenclatura dada por esses povos aos acidentes

geográficos locais, especialmente os rios e fontes de água, facultou aos colonizadores a prática de nominar os variados sertões sob sua posse. Em decorrência, naturalizou-se os topônimos como sertão do (rio) Piancó, do (rio) Piranhas, dos (índios) Cariri e dos (índios) Bruxaxá, do (rio) Pajeú e do (rio) Seridó, todos em territórios desconhecidos que foram largamente povoados somente ao longo do século XVIII. Por sua vez, estes “sertões” tinham subdivisões e, conseqüentemente, outras nomenclaturas.



1 - Localização da comarca de Pombal, no alto sertão paraibano (Sertão do Piranhas e do Piancó). Url: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pombal_\(Para%C3%ADba\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pombal_(Para%C3%ADba)) - Acesso em 13 de Junho de 2022.



2 - Localização da comarca de Alagoa Nova, na região do Brejo paraibano (Sertão de Bruxaxá e dos Bultrins). Url: https://pt.wikipedia.org/wiki/Alagoa_Nova - Acesso em 13 de Junho de 2022

O período de interiorização da capitania e do povoamento desses espaços, então coloniais, coincidiu com o reconhecimento da falência das atividades produtivas açucareiras da capitania, ocasionada pela guerra contra os holandeses e pela devastação de canaviais e engenhos. Os sertões abriram-se assim, à nova atividade, a pecuária especialmente, recebendo exclusivamente colonos portugueses (ao contrário do litoral, desde o início marcado por forte presença de franceses, espanhóis e, mais depois, holandeses).

Enquanto a região de Pombal foi demarcada por fazendas de gado, o brejo dos indígenas Bultrins diversificou sua produção na agricultura de subsistência e nos engenhos produtores de farinha de mandioca, que em muito serviu para a compra de escravos africanos que viriam habitar aqueles espaços sociais (Monteiro e Santana 2020, 30).

O povoamento desses espaços pelos portugueses foi estudado por Soares e Moura Filha (2013, 84-99), e as representações constituídas a partir do século XVIII acerca das relações sociais ali havidas os colocam como uma antítese da sociedade litorânea. Esta dualidade percebida na colonização da Paraíba foi comum, também, ao Brasil, sendo o litoral compreendido como “espaço da civilização”, e o interior como “inculto, infértil e bárbaro”.

Da famílias locais e sua estrutura

Na historiografia nacional, até a década de 1970, predominava uma visão de família patriarcal e clânica, típica do Período Colonial, descrita tanto nos trabalhos de Gilberto Freyre como nos de Alcântara Machado, deixando à margem outras formas possíveis de família, a exemplo da nuclear. Como símbolo de poder central, a família colonial “englobava todos os que eram ‘gente da casa’, podendo ser criados, parentes, afilhados e até os moradores e vaqueiros, etc.” (Faria 1997, 242), formando uma verdadeira unidade familiar.

Alcântara Machado reforçou a representação da mulher, dentro da família, como “acostumada à sujeição e à obediência, pupila eterna do homem, (que) não muda de condição ao passar do poder do pai para o do marido. Vive enclausurada em meio às mucamas” (Machado s/d, 145). Este papel de ser “resguardada” parece ter atingido todas as mulheres brancas da sociedade colonial brasileira, independentemente de sua condição social e econômica, sendo a exceção a mulher escravizada e a índia.

Investigando as mulheres sertanejas, Miridan Falci registrou o mundo feminino nos seguintes termos:

Entre as mulheres, a senhora, dama, dona fulana ou apenas dona, eram categorias primeiras; em segunda, ser “pipira”/“cunhã” ou roceira e, finalmente, apenas escrava e negra. O princípio da riqueza marcava o reconhecimento social. O princípio da cor poderia confirmá-lo ou era abafado; o princípio da cultura o preservava. Ser filha de fazendeiro, bem alva, ser herdeira de escravos, gados e terras era o ideal da mulher naquele sertão (Falci 2008, 242).

Às brancas, graças aos atributos herdados de seus parentes que as identificavam como mulheres “de qualidade”, foi reservado o tratamento de “dona”, termo ainda largamente utilizado no nordeste brasileiro nos dias atuais. “Dona” destinava-se à condição de mulheres brancas, fossem filhas, netas, viúvas ou esposas, distinguindo-as das demais mulheres livres, as negras e as índias.

Assim, cristalizou-se entre nós a percepção da mulher branca enquanto um não-sujeito ou a “dona ausente”, imersa na sujeição protetiva do patriarcado. Seus papéis sociais restringiam-se, se assim fosse, a ser mãe e a administrar o lar em atividades que não seriam do interesse masculino, como a lavagem e o cuidado de roupas, o cozinhar e a organização doméstica. Num mundo eminentemente rural, natural seria pensar no isolamento formal de todas as mulheres, fossem brancas, negras ou caboclas, na imensidão das grandes fazendas, onde nasciam, viviam e morriam.

Contudo, necessário se faz destacar que, se esta “sujeição protetiva” foi permanente em determinados casos, tornando-se regra, existiram também as exceções. A vicissitude parece-nos ter sido elemento determinante para a quebra do paradigma patriarcal, muitas vezes obrigando mulheres (fossem de classe abastada ou mais humilde e até as alforriadas) a buscarem seu próprio sustento e de sua prole, assim como a defenderem (e muitas vezes multiplicarem) os bens por ela administrados, em favor de si e de sua família. A *sinhá* (**Fig. 3**), em determinadas situações existenciais, parece-nos ter sido forçada a assumir o papel de provedora e administradora que, normalmente, não era “coisa de mulher”. Em alguns casos, muitas vezes até mais ousados, encontramos a mulher simples, sem marido ou herança, também envolvida em atividades produtivas, como forma de “ganhar a vida”, já que não tinha quem a sustentasse, como veremos mais adiante.



3 - “Uma senhora de algumas posses em sua casa”.

Aquarela sobre papel, Jean-Baptiste Debret, Rio de Janeiro, 1823.

Fonte: <https://ensinarhistoria.com.br/contrastes-sociais-brasil-colonia-debret/>

Acesso em 26/09/2022. Domínio público.

O escopo legal do período em relação às mulheres, famílias e propriedade

A questão da propriedade feminina de terras nos sertões da Paraíba, em pleno século XVII, é uma realidade que merece destaque, considerando-se o modelo de sociedade patriarcal, calcado na “sujeição protetiva” da mulher. Em 1664, quando os portugueses passaram a dominar a capitania da Paraíba, encontramos a primeira sesmária doada a uma mulher, dona Maria Barbosa Barradas, vinculada ao clã dos Oliveira Ledo. Como nos mostra Alveal & Barbosa (2015, 81), a política sesmarial levada a efeito pela Casa da Torre nos sertões paraibanos beneficiava também as mulheres, especialmente se comprovassem estar na posse das terras há muitos anos e nelas haver construído benfeitorias. Assim, já se constituía a personalidade jurídica feminina, no escopo da colonização portuguesa.

Lyra Tavares (1989, 215) demonstrou que não raras foram as mulheres que solicitaram sesmarias à Casa da Torre, sendo atendidas. Contudo, muitos historiadores interpretam esta realidade como uma estratégia masculina de alargamento de domínios, tomando as mulheres como simples prepostas, que em nada mandavam, passando as terras auferidas por elas a integrarem o domínio masculino. Tal interpretação, contudo, é ten-

denciosa, já que, *de per si*, consagra a mulher como um ser sem vontade e desprovida de capacidade, utilizada também politicamente para sanear as necessidades e desejos masculinos. Tanto o é que há relatos de sesmarias requeridas (e recebidas) por mulheres sozinhas, muitas vezes após enviuvarem, além de inúmeros pedidos de registros de sesmarias por viúvas e solteiras nos ditos sertões paraibanos.

Mesmo que assim fosse, é inegável que, naquela temporalidade e por força de lei, muitas mulheres tivessem patrimônio, oriundos de processos sucessórios e até mesmo por desenvolverem atividades produtivas, ou ambas as situações. Aqui destacamos que o corpus documental pesquisado revelou não apenas mulheres economicamente ativas, por direito de sucessão do pai ou marido, mas também de mulheres que legavam patrimônio sem que este fosse proveniente de herança anterior que o justificasse.

Sobre as normas que orientavam as relações entre mulheres e patrimônio, destacamos as Ordenações Filipinas, que perduraram no Brasil de 1603 até 1912, destacando-se até hoje como a base do direito civil brasileiro. Naquele ordenamento, então vigente em Portugal, no Livro IV instituíam-se o direito de sucessão da viúva em relação aos bens do marido, assegurando também às filhas a herança paterna, como assegura Vainfas (2000, 43): “[...] os bens de qualquer indivíduo deveriam ser divididos em partes iguais por todos os herdeiros, homem ou mulher”.

Destacamos, contudo, as restrições atribuídas às mulheres, que se refletiram nos discursos de inferioridade feminina no período. A respeito, Del Priore (1995, 128) destaca os discursos da Igreja, da Medicina e das normas jurídicas, que definiam as mulheres como seres incapazes de ter uma vida independente. Para a Igreja, necessário era focar a sexualidade feminina e no casamento; na Medicina, propagava-se a natureza feminina típica de “um ser inferior, débil, mais propenso a doenças, menos inteligente, de musculatura escassa” (Amaral 2011, 167), além de terem o cérebro menor que o do homem; e nas leis civis, representadas pelas Ordenações Filipinas, alegava-se a “fraqueza do entendimento das mulheres” diante da sociedade.

Diante do discurso de incapacidade feminina pregada nas leis e perseguida pela sociedade de então, as mulheres tiveram grandes dificuldades em adquirir a sua liberdade acerca dos seus atos da vida civil, pois, quando solteiras, estavam sob o jugo de seu pai e, quando casadas, passavam para o jugo do marido. Neste contexto, a mulher era inferior ao homem e devia

obedecer a ele. Um exemplo disso foi o acesso à herança pelas mulheres, que foi orientado de acordo com o estado civil delas; se solteiras, casadas ou viúvas, a norma ditou a sua conduta sempre baseada no controle de seus atos. O acesso à herança em relação às mulheres solteiras, menores de 25 anos e ainda morando sob a tutela paterna, tinha na figura paterna o administrador natural e legal de seu patrimônio, que a ela deveria ser repassado em forma de dote, uma das mais relevantes formas de transmissão de riqueza para as mulheres no Brasil colonial.

O dote tinha diferentes funções que poderiam mudar de acordo com a posição social da família. Se a mulher dotada pertencia à família pobre, o dote representava um adiantamento da herança a que tinha direito as filhas e que o pai doava para ajudar o futuro casal na nova unidade familiar. Já para as mulheres abastadas, também representava uma antecipação da herança feminina; porém, o dote tinha a função de possibilitar a mulher encontrar um marido de igual condição social (Silva 1996, 23). Em relação às mulheres casadas frente ao direito a heranças, também passavam por restrições, devido ao poder marital consumado com o casamento. A maioria dos matrimônios realizado no Brasil Colônia era por carta de meação, ou seja, marido e mulher ficavam meeiros dos seus bens, prática equivalente ao casamento em comunhão universal hodierno.

Sobre a partilha dos bens, a viúva poderia passar por situações diversas. Quando todos os filhos eram maiores de 25 anos, realizava-se a partilha e a entrega de bens referentes à herança paterna aos filhos, e estes decidiam se deixava a viúva na posse dos bens enquanto fosse viva, evitando a quebra de um possível negócio familiar ou se era partilhando todos os bens entre eles e a mãe ou madrasta. Outra situação que poderia ocorrer era, não havendo filhos, a viúva ficaria com a meação (metade dos bens), enquanto a outra metade que pertencia ao marido era repassada aos pais dele ou era deixada para quem o finado escolhesse em testamento. Na maioria das vezes, era a esposa a beneficiada. Ainda havia a situação em que, sendo os filhos menores de 25 anos, obrigava-se o Juiz de órfãos a realizar o inventário, escolhendo-se um tutor, se no testamento não houvesse nomeação de parente para tal função. A viúva poderia ser tutora dos filhos e administrar o quinhão deles, caso não houvesse nenhuma oposição masculina. Encontramos, nesta disposição legal, a brecha necessária para que as mulheres saíssem da “sujeição protetiva” do patriarcado, e pudessem gerir seus bens e de sua prole, caso tivessem capacidade e disposição para tanto. Tal por-

menor é deveras importante, uma vez que muitas eram analfabetas, não tinham vivência com o mundo dos negócios e/ou se achavam incapazes para assumir o empreendimento e, por opção, escolhiam repassar a atividade “masculina” para algum membro ou amigo de confiança da família.

De todo modo, é possível vislumbrar a existência de mecanismos legais permissivos de acesso aos bens pelas mulheres e da possibilidade de se tornarem administradoras dos quinhões havidos por sucessão. Tais normas legais, entretanto, não referenciam casos concretos de mulheres que adquiriram patrimônio a partir de seus próprios esforços, como encontrados nos inventários analisados. Estes casos são mais surpreendentes, já que quebram a percepção legal, historicamente construída, de que a mulher proprietária “ganhava” bens oriundos do trabalho masculino apenas, obnubilando as exceções das que trabalhavam e ganhavam seu próprio sustento.

Contudo, necessário se faz considerar as dificuldades dessas mulheres em assumir o negócio do pai ou do marido, aventando-se que tenham passado boa parte de seus dias sob a “sujeição protetiva” comum às mulheres da época. Mais especial o é, porém, revelarmos a existência de mulheres que nunca gozaram de tal proteção e que foram capazes de ganhar o próprio sustento no seio de uma sociedade patriarcal.

Revelar a existência de mulheres que, nos sertões da Paraíba colonial, eram detentoras de bens e que trouxeram outros caminhos, para além da mulher frágil, apenas preparada para “cerzir e bordar”, tão presente no imaginário da nossa sociedade sobre o período em tela parece-nos mais que relevante, no contexto local e geral. É para isto que se volta nossa pesquisa, ainda em caráter exploratório, e que se ancora nas questões seguintes: Quem eram essas mulheres? Quais atividades realizavam que lhes possibilitaram um destaque num contexto tão adverso e tão pouco propício a elas?

Sobre os empreendimentos e os comércios de “donas” e nem tão donas

Os inventários descobertos nos acervos já informados nos chegaram com excrescências, considerando-se a onipresença masculina naqueles termos. Aqueles processos nos possibilitaram conhecer o patrimônio de

mulheres proprietárias, fossem “donas” ou não, compreendendo o significado da posse de determinados artefatos, bem como o destino dado a eles durante a sua administração. Do mesmo modo, permitiram conhecer informações valiosas sobre suas dinâmicas familiares ao cruzar os inventários de pessoas da mesma família.

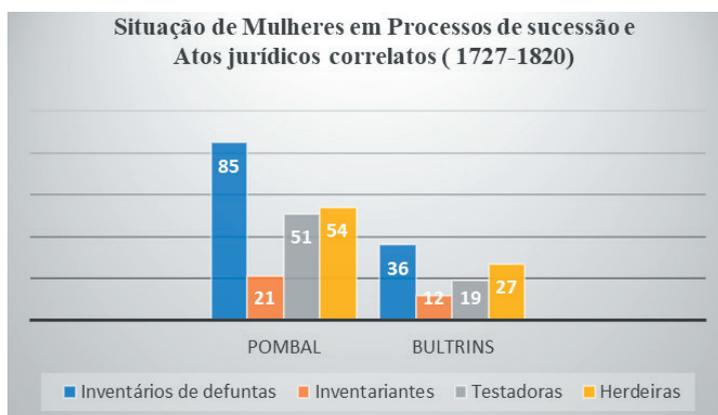
Em alguns dos processos de inventário, haviam também, como anexos, testamentos feitos pela “de cujas”, como ato de última vontade. Estes testamentos diferem dos inventários por apresentar um cunho mais subjetivo em relação ao destino do patrimônio da falecida e dos seus beneficiários. Ali encontra-se a vontade da testadora (inventariada), relativas às obras pias em favor da sua alma, cerimônia de seu funeral, sua naturalidade, estado civil e listagem de filhos e alguns legados especiais, possibilitando conhecermos outras informações, como nomes dos pais, naturalidade, predileções com algum filho ou parente, etc., expondo situações que não caberiam no processo legal do inventário. Daí a importância de sua análise para perceber as vicissitudes e singularidades das ações das mulheres proprietárias e administradoras naquela sociedade. Passemos a eles, então.

No gráfico abaixo (**Fig. 4**), busca-se demonstrar o número de mulheres envolvidas nos processos de sucessão pesquisados, fosse na qualidade de *defuntas* cujos bens constam no processo de inventário (no qual é tratada como “inventariada” ou “de cuja”) e de mulheres *inventariantes*, seja, aquela que assume legalmente a administração do processo sucessório de outrem (geralmente pai ou marido). Elencamos, nestes processos, um notável número de mulheres que ali constam como herdeiras, ancoradas nas disposições das Ordenações Filipinas.

Também identificamos, no rol das inventariadas, alguns testamentos, em número inferior aos dos processos de inventário, a comprovar que muitas mulheres não faziam seu testamento, por razões diversas (valor a ser gasto, não preparação para a morte, pouca preocupação com o destino de seus bens, grandes distâncias entre sua residência e o julgado, etc.). Este dado é deveras interessante, especialmente se considerarmos as devoções

e religiosidade bem presentes nos sertões paraibanos, e a contínua instigação dos párocos a seus fiéis sobre a prática da “Boa morte”³²³.

O gráfico infra inaugura, neste texto, a demonstração do recorte do acervo trabalhado, que nos rendeu a mudança de compreensão acerca da vida incomum de algumas mulheres paraibanas, empreendedoras e administradoras de bens. A despeito de havermos identificado 121 processos de inventários, nos quais as mulheres eram as inventariadas, nossa pesquisa se deu a partir da escolha de 25 processos, priorizando-se os de melhor estado de conservação e que, quando digitalizados, permitiram a apreensão total de seus dados, por não conter danos estruturais que inviabilizassem a compreensão do manuscrito original e dos dados neles contidos.



4 - Situação de mulheres em processos inventariais e atos jurídicos correlatos nas comarcas de Pombal e Alagoa Nova/Bultrins (1727-1820). Fonte: Acervo pesquisado pela autora.

Nos inventários da comarca de Pombal, identificamos 85 processos em que as inventariadas eram mulheres e, na temporalidade que informa nossa pesquisa (1727-1820), trata-se de um número notável. Porém, destacamos, a comarca

³²³ A chamada “Boa morte” foi uma prática disseminada na Paraíba colonial, em que se fazia necessário testar para se conseguir uma morte tranquila. O medo de morte acidental, sem os ritos sacramentais do catolicismo (Confissão e Extrema unção) levava boa parte de pessoas de posses a registrarem o que seria sua última vontade, entrelaçando-se, no âmbito jurídico, aspectos mais comezinhos da vida material com sentimentos devocionais. As informações da vida civil, como nome completo, filiação, naturalidade, data de nascimento, número de filhos maiores e menores e seus respectivos nomes, fossem legítimos, naturais ou adotivos, precediam às súplicas da ordem religiosa, com invocações, encomendando a própria alma aos seus santos de devoção. Vislumbramos a existência de um “modelo” entre os tabeliões locais, uma vez que todos os textos tinham a mesma organização, chegando-se a repetir frases inteiras. A respeito ver MONTEIRO, L. F. (2017). *Preparações para o encontro com Deus; experiências da “Boa morte” na Paraíba oitocentista*. João Pessoa, Ideia.

abrangia grande parte dos territórios do semiárido (o atual extremo Oeste da Paraíba), composto – em grande parte – por extensos latifúndios e fazendas de gado, nominados pelos colonizadores como “O imenso interior”. Dos 85 inventários de mulheres, apenas 51 tinham anexado o respectivo testamento da defunta. Da mesma forma, no acervo da comarca de Alagoa Nova foram identificados 36 processos de inventários de defuntas. Nestes, encontramos apensados 19 testamentos, perfazendo 52,7% do total de inventários.

Para compreendermos o entorno dessa produção, precisamos entender algumas distinções entre os dois sertões. Em Pombal, nicho da chamada “civilização do couro”, predominavam os grandes latifúndios, marcados pelos currais de gado bovino (Fig. 5). As dimensões das sesmarias ali existentes intensificavam a solidão das mulheres, muitas vezes desprovidas de vida social e de outros contatos além dos familiares e vizinhos de compadrio, no mais das vezes ocorridos uma vez por ano (Abreu 2021, 63).



5 - Núcleo habitacional da Fazenda Acauã³²⁴, representativa das fazendas dos sertões do Piancó e do Piranhas, datada de 1760. Fonte: Foto da autora.

O isolamento facultava relativo afastamento das normas jurídicas e da falada “sujeição protetiva” feminina, modelar na sociedade açucareira do litoral, mas em não uso nos sertões em razão de inúmeras variáveis (escri-

³²⁴ A Fazenda Acauã é uma das mais antigas do Nordeste. Na foto acima temos, à esquerda, a primeira casa grande e ao centro, a capela. Com torre sineira, a capela é decorada internamente com talhas e pinturas de delicado acabamento. A casa térrea foi protegida contra o sol nascente por alpendre nas fachadas, permitindo sua ventilação e temperatura mais amena. No início do sec. XIX foi construído o sobrado e, à direita, as senzalas. O sobrado passou a servir como armazém e casa de apoio, sendo interligada com a capela. Tanto a capela quanto o sobrado, tem beirais em cimalha de boca de telha, com a conhecida “tribeira”.

vatura quantitativamente menor, vida mais livre nos campos, produção de subsistência nas fazendas de gado entre outras realidades) que davam ao sertão a pecha de “espaço bárbaro e sem lei” (Soares e Moura Filha 2013, 93). A religiosidade sertaneja se marcava nas capelas domésticas e nos oratórios e imagens sacras dentro das casas (Abreu 2021, 41) onde, normalmente, ocorriam missas e batizados em datas festivas, com párocos especialmente convidados para este fim.

Por sua vez, a vida nos sertões dos Bultrins (Vila de Alagoa Nova ou Laranjeiras), pareceu ser mais permissiva aos contatos sociais, em razão da maior proximidade entre as propriedades, também de menor extensão que as do semiárido. Paradoxalmente, nestes brejos abundavam pujante escravatura, o que exigia que se tirasse de circulação as mulheres, para que não corresse riscos. Concomitantemente, nos engenhos de Alagoa Nova somente em alguns é possível encontrar capelas, o que sinaliza que as datas sacras eram comemoradas na matriz da vila, proporcionando um contato social maior que as do semiárido.

Esta religiosidade de cunho social se refletiria na necessidade de testar os bens, precavendo o direito dos herdeiros da má gestão do patrimônio familiar por tutores desonestos, bem como do desalento da morte súbita, já que os atos de última vontade eram regiadamente estimulados pelos párocos aos fiéis de maior cabedal, como já falamos anteriormente.

Contraditoriamente, em Pombal, encontramos um maior número de testamentos femininos, em números relativos, do que em Alagoa Nova. Todavia, é preciso considerar que a inexistência de testamentos apensos aos processos de inventários pode-se dever à decrepitude do acervo, já bastante danificado pelas intempéries, e não apenas como o *não fazer* de ato de última vontade das mulheres.

Por outro lado, quando a mulher aparece como inventariante no processo de sucessão, constata-se a qualidade de viúva, e que ela assume a administração jurídica dos bens do marido. Contudo, encontramos dois processos em que a filha e a irmã foram trazidas à colação, na qualidade de inventariante dos bens de mãe e de irmã, respectivamente. Tal situação só era possível sendo a defunta viúva ou solteira, não havendo homens na família ou sendo os filhos homens de menor idade, ou sem indicação de cidadão pelo juiz, para assumir o cargo. Por óbvio, quando se tratava de mulheres oriundas de famílias poderosas, o juiz temia quebrar sua vontade, evitando trazer um desconhecido para o seio dos interesses familiares.

Outros dados coletados nos testamentos nos pareceram assaz importantes para se compreender até onde o paradigma de exclusividades das “donas” coadunava com a questão da cor da pele, já que as de “tez alva” eram fi-dalgas, “de família”, alijadas do trabalho porta afora, típico dos homens (Fig. 6).

Dentre as que tiveram seus testamentos analisados, 83% eram brancas, enquanto que 15% eram pardas e 2% eram de negras. Este dado reforça a força do catolicismo na vida prática das mulheres dos sertões da Paraíba, influenciando duas mulheres pretas a registrar em vida sua última vontade. Destaca-se, também, que estes testamentos, vinculados a um processo de inventário, demonstram que negras e livres possuíam bens e que os legavam, o que nos faz descartar a ideia de que o *status* de administradora de bens e proprietária era exclusivo de brancas, o que põe por terra a definição da “dona”, tal qual era usado na colônia.



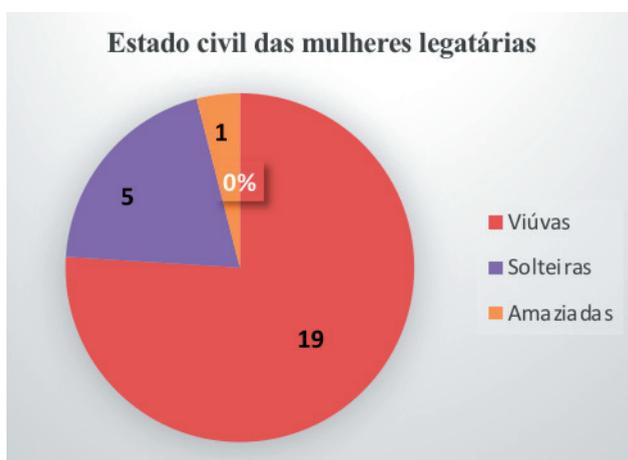
6 - Identificação da etnia de mulheres testadoras. Fonte: Acervo pesquisado pela autora.

Sendo o testamento um ato jurídico perfeito realizado em vida, o inventário resultava de um processo jurídico disciplinado pelas Ordenações Filipinas. Nele figurava, especialmente, o rol de bens da falecida, as dívidas existentes e os nomes dos credores, assim como os créditos e os nomes dos devedores, para serem cobrados e trazerem à colação da herança o devido. Do mesmo modo ocorria em relação aos débitos, deduzindo-se do montante do quinhão o necessário para a quitação. Consoantes as Ordenações, competia à mulher viúva a recepção dos bens da meação do finado com que fora casada, já que as filhas solteiras receberiam do pai sua herança sob a forma de dote, a ser repassado para o marido, assegurando às mesmas a proteção do ma-

trimônio. Assim, haveria um modelo praticamente perfeito de transmissão da riqueza e de bens entre pais e filhos e cônjuges, sem grandes embaraços. Morta a esposa, herdava seus bens o marido que, por sua vez, os repassava aos filhos, quando atingissem a maioridade, no caso dos homens. Às moças, a herança viria em forma de “dote”. De outra forma, uma mulher enviuvada, receberia por meação os bens do marido, administrando a parte dos filhos menores, quando o caso. Optando por segundas núpcias, os bens herdados passariam de imediato para a administração do novo cônjuge, consolidando uma pretensa incapacidade de administração dos tais pela mulher.

Esta “fórmula” parecia tirar da linhagem de sucessão situações à margem da sociedade, como os filhos adulterinos, as mulheres solteiras – que deviam obrigatoriamente se casar – e as relações espúrias de concubinato e amasiamento. A despeito de ser comum entre nós, até hoje, a figura da concubina e da amásia, estas sempre foram vistas como situações depreciativas da natureza feminina, saindo do âmbito da proteção que o patriarcado impunha, embora não fugisse da sujeição natural do sistema em relação às mulheres.

Mas como em toda regra há exceções, mais uma vez nos deparamos com casos de mulheres com bens, constando em inventários como legatárias (portanto, já defuntas), das quais se desvendou um patrimônio a ser dado em herança (Fig. 7). Destaca-se o número de mulheres solteiras (que nunca casaram) com patrimônio em processo de sucessão e de amasiadas, que são aquelas que tinham vida matrimonial em comum com outrem, sem que o casamento religioso tenha ocorrido.



7 - Estado civil das mulheres “De cujas”, que legaram bens inventariados.

Fonte: Acervo pesquisado pela autora.

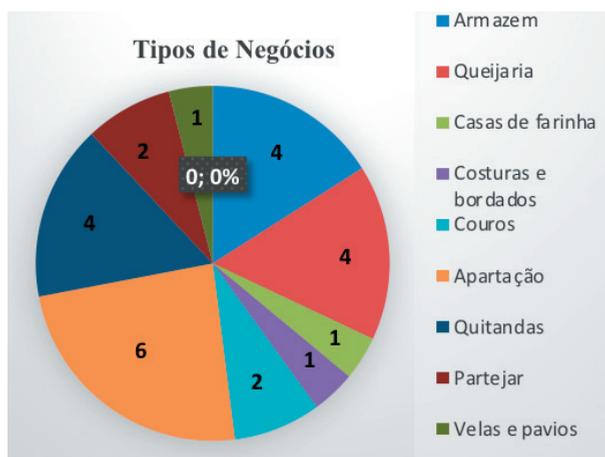
O amasiamento foi comum no Brasil colonial, como sabemos. As dificuldades para realização da cerimônia, além das altas taxas cobradas pelos párocos, condenavam os mais pobres a uma vida de desprestígio, por não obter os sacramentos do matrimônio. Embora as cerimônias coletivas de batismo e de casamento fossem comuns nos sertões de Piancó (Pombal), como nos assegura Abreu (2021, p. 94), as mulheres amasiadas não eram raras, pelos motivos já expostos anteriormente. E como o processo de inventário corrobora os dados dos testamentos a eles apensados, verificou-se que os casos de testadoras na condição de amásia são de mulheres pardas. Portanto, mulheres de classes subalternas, que conseguiram bens sem herança anterior, como mostraremos mais adiante.

Em relação às solteiras com bens, chama a atenção o grande número de defuntas neste estado civil, o que nos obriga – futuramente – a voltar à documentação para verificar a idade das defuntas, e se na data de seu falecimento ocorria alguma epidemia na região. Os “cemitérios dos bexiguentos” presentificam-se em todo os sertões da Paraíba, e um grande número de mulheres mortas na qualidade de solteiras pode denunciar outras situações daquelas sociedades (ausência de homens, epidemias, doenças individuais e até a cultura do não casar, o que não é de todo improvável).

A condição de mulher solteira também nos leva a outra realidade: a do concubinato, quando a solteira se relacionava com um homem casado. Infelizmente, os testamentos perscrutados não trazem informações a respeito e chama a atenção que mulheres de maior idade (não se trata de meninas, a quem era proibido testar) tenham tido a preocupação de organizar sua ausência da Terra, antecipando-se à morte e apontando a quem deixaria seus bens.

Este dado é revelador de, talvez, alguma estratégia de fuga das formulações do direito das sucessões existentes nas Ordenações, o que nos impõe um estudo circunstanciado e específico desta situação, no futuro próximo.

A despeito desses dados, buscamos entender o que, especificamente, era administrado pelas mulheres estudadas e, mais uma vez, constatamos que as tais quebravam paradigmas nos ermos daqueles sertões. No elenco de atividades desenvolvidas por mulheres legatárias, portanto proprietárias e administradoras, temos uma gama de negócios variados, bem típicos das atividades que fugiam da “sujeição protetiva” que os modelos estudados do patriarcado cristalizaram (**Fig. 8**).



8- Tipologia dos negócios administrados de mulheres cujos bens foram inventariados.
 Fonte: Acervo pesquisado pela autora.

Dos negócios administrados pelas mulheres dos sertões estudados, destacaram-se a atividade de “apartação”³²⁵ (6 casos), a queijaria (4), as quitandas (4 casos), as costuras e bordados (1 caso) e o comércio de secos e molhados em armazéns (4 casos). Em número menor temos negócios de Casas de farinha (1%), Curtume (1), Partejamento (1) e produção de velas e pavios (1). De pronto identificamos algumas atividades como essencialmente masculinas, como é o caso da Apartação, o comércio em armazéns e bodegas, a produção de farinha de mandioca e a produção de couros e tanantes, nos quais, historicamente, a ação masculina é perene.

Sobre a atividade de Apartação, que referencia a criação de gado, nos termos em que é apresentada, pode-se julgar que o grosso do trabalho era realizado pelo vaqueiro. Contudo, à fazendeira cumpria ser firme para lidar nas negociações, saber escrever e contar para dominar a contabilidade do negócio, conhecer o tamanho real de seu rebanho, assim como negociá-lo

³²⁵ A apartação é a atividade de criação e cuidados de gado nos sertões nordestinos do Brasil, num simulacro de sociedade de capital e indústria entre o dono do rebanho e o vaqueiro. Enquanto o primeiro fornecia o gado e o pasto, além dos apetrechos necessários, competia ao vaqueiro a guarda e conservação do rebanho, fazendo a coleta de leite e, podendo também transformá-lo em queijos, desde que se tivesse acordo a respeito. Geralmente o leite era do fazendeiro, podendo o vaqueiro ficar com parte da produção diária, já que o leite e seus derivados integrava a dieta do sertanejo. Para consumo da carne, salgada e seca ao sol, poderiam estabelecer o abate de uma ou duas reses por semestre, ficando as melhores porções para o fazendeiro e sua família, sendo o restante dividido com o vaqueiro e, às vezes, com outros moradores da fazenda, em dias de festa. Competia ao vaqueiro a facilitação ao cruzamento dos touros e os cuidados com os bezerros. Numa data pré-estabelecida (geralmente no Natal), o vaqueiro prestava conta do número de bezerros nascidos ao longo do ano, competindo – como pagamento por seu trabalho – ficar com metade deles. A partilha se dava em dia que se consumia aguardentes e carne, e se chamava de “festa de apartação”.

posteriormente nas feiras de gado. Mesmo com a ajuda de vaqueiro de sua confiança, não era uma atividade fácil para donzelas submissas e enclausuradas e, nos sertões da Paraíba, ficava em primeiro lugar nas atividades econômicas locais. Muito provavelmente trata-se de negócio “herdado” de pai ou maridos, com o qual a esposa tinha bastante vivência para assumir.

Do mesmo modo se dava em relação à presença de mulheres nos armazéns e bodegas, e no comércio de víveres. Efetivamente, se cogitarmos como era a vida das mulheres entre o século XVIII e o XIX, dificilmente pensaremos em encontrar uma mulher no comércio, como revelado nos inventários pesquisados, embora isso fosse comum, especialmente ao se tratar de bodegas na extensão da casa, geralmente com atendimento de criados e escravos, administrado com mão de ferro pela dona. Menos ainda vislumbramos mulheres à frente de um fétido curtume ou na lida da produção da farinha pois, sendo ambientes de trabalho composto pelo braço masculino, tratava-se de atividade grosseira, díspar da natureza feminina construída para as mulheres daquela temporalidade. Mesmo que fosse natural que essas “donas” tivessem homens de sua confiança para ajudá-las a resolver situações mais complexas, especialmente no trato com a escravaria que, com a entrada dos séculos, chegou também aos sertões do semiárido, não é despiciendo tratar-se de situações extremas, muitas vezes assumidas por viúvas como alternativa única de sobrevivência sua e de seus filhos diante do falecimento do *pater familiae*.

Atividades de cunho mais doméstico, que não exigia que a mulher deixasse seu lar, ali se ocupando na produção de queijos, de panos e bordados, de velas e pavios para lamparinas e no comércio de frutas e verduras e de gêneros de sua produção, são surpreendentes, especialmente se pensarmos nas viúvas e filhas de fazendeiro. Mas, como já dissemos, os inventários não falam apenas de mulheres brancas, pretensamente enclausuradas nos quartos de caritó, mas de mulheres em situação extrema de vida que, a despeito de sua cor, assumiram novos papéis sociais, ressignificando a própria existência e, assim, transformando a própria sociedade com seu empreendedorismo incomum.

Destacamos, por fim, a atividade de partejar de apenas duas inventariadas. A despeito de se tratar de prática essencialmente feminina, verificamos tratar-se de um “serviço prestado”, com retribuição de pagamentos ou de dádivas, que renderam mais que o custeio de despesas cotidianas, mas permitiram amealhar razoável patrimônio herdado pelos sucessores, quando da morte daquelas trabalhadoras. Afinal, não nos esqueçamos, mesmo que o

partejar fosse atividade de “comadres”, que atendiam comunidades inteiras e se deslocavam por léguas em seu mister, a gratidão da ajuda na difícil hora de parto por mulheres abastadas poderia se dar na forma de presentes vistosos (vestidos de seda, talheres de prata e até cavalos).

Os bens e as gentes dessas “donas”

Os inventários analisados desvendaram também as posses dessas mulheres e o que deixaram para seus herdeiros. A análise do espólio a ser transmitido revela também, para além do que as ditas mulheres tinham, seu modo de vida e como faziam para se distinguir, em meio a uma sociedade marcada pela precariedade das habitações e da ausência de conforto, mesmo nas casas mais abastadas. Naqueles sertões, replicando o modelo de civilização ocidental, o principal argumento da história da civilização material poderia ser identificado pela relação dos homens com as coisas e com os objetos, já alertara Roche (2000, 211).

Não à toa, no rol de bens amealhados pelas inventariadas ao longo de suas vidas (seja por herança, seja pelo próprio esforço), encontramos determinados itens que se replicam naturalmente, e que podem ser identificados como objetos de distinção social, a partir de outros estudos. As indumentárias, os utensílios domésticos e os objetos religiosos, além da posse de escravos, parecem ter sido bens de alto valor para aquelas mulheres, posto constarem na relação patrimonial das mesmas em seus inventários.

A relação de peças de roupa ou enxoval (colchas, toalhas, fronhas e redes de dormir) parece-nos banal no contexto de bens a serem herdados. Porém, faz-se necessário conhecer as condições materiais daquela sociedade para que se compreenda a razão desses itens serem bem presentes em todos os inventários analisados. Mulheres ricas ou remediadas legaram vestimentas e enxoval, como bens de valor considerável, especialmente as mantilhas.

O estudo das peças de vestuário permite aproximarmos da vida cotidiana e material dessas mulheres, uma vez que, na colônia, os níveis de riqueza feminina poderiam ser sentidos através das peças de vestuário, sendo elas um dos diferenciais entre as senhoras e as escravas (Silva 1996, 231), para além da cor da pele. É importante destacar que, no Período Colonial no Brasil, o acesso a bens manufaturados era restrito e por isso o legado de bens usados, como as roupas, era muito comum. Justifica-se, assim, a presença de peças de roupas e de enxovais nos inventários, recebendo a descrição de “pouco usadas” ou “velhas”, o que alterava o seu valor final. Assim, a posse de uma vestimenta não tornava uma mulher abastada, pois a peça poderia

ter sido recebida de herança, doada ou negociada. Fazia-se necessária uma análise de todo o conjunto dos bens.

As grandes distâncias a serem enfrentadas pelas embarcações até chegar ao Brasil faziam com que os produtos vindos da Europa, como os utensílios domésticos, remédios, tecidos, armas, entre outros, chegassem às vilas depois de vários meses e em quantidades insuficientes para suprir a demanda desses produtos. Não à toa, tornou-se necessário o fabrico das próprias roupas, fosse por encomenda ou pelo desenvolvimento de saberes específicos para tanto. A roda de fiar se presentificou nas casas sertanejas, assim como o tear, para tecer toalhas e as desejadas “camas de vento”, além do preciosismo dos bordados efetuados por muitas mulheres em companhia de mucamas, que lhes proporcionavam algumas rendas, como vimos em alguns dos inventários analisados, dos quais, em um único, conseguimos identificar as seguintes peças no rol de bens:

1 toalha de mesa de Guimarães 1\$920, 6 guardanapos de Guimarães, 4 patacas [apagado] 1 toalha de Guimarães [?]\$400 , 1 toalha de Bretanha de agoar as mãos, já usada \$200 , 4 redes de fio e uma rede de tanga co pouco uso 300\$000, 1 colcha de Damasco Carmesim já usada 10\$000, 2 lençóis de Bretanha arrendados já usado [12 patacas] 3\$840, 4 fronhas de travesseiros de Bretanha, já usada \$9690, 1 vestido preto com a casaca de baeta e vestia de galla e calção de crepe em bom uso 10\$000, 1 vestido de pano fino pardo, casaca e calção, 8\$0009, 1 saia preta de pinholle nova 16\$000, 1 saia de seda carmesim nova 30\$000, 1 manto de seda 15\$000, 1 timão de seda com pouco uso 12\$000. (Inventário de dona Maria Cristina Cirino Borges de Moraes, Comarca de Alagoa Nova, 1787).

Miudezas em geral e objetos de uso doméstico também foram encontrados nos inventários paraibanos, o que nos permite compreender que simples artefatos domésticos, como os talheres e pratos, também eram símbolos de distinção social. Exibidos para ostentar requinte, estavam presentes nos inventários das mulheres sertanejas, como parte do espólio da falecida, junto com pequenas joias:

1 par de botões de ouro 2\$600, 1 pentes de armar coberto de ouro 14\$000, 1 pares de cadeados de ouro 7\$000, 2 voltas de conta de ouro 5\$600, 1 pentes de chapa 5\$500, 2 cocos de cobre \$600, 3 pratos fi-

nos de Macau, 7 pratos finos de Veneza 1\$680, 12 pratos de estanho fundo em bom uso 3\$360, 4 pratos de estanho: 1 grande e 3 pequenos 2\$160, 22 colheres de prata 22\$350, 1 saleiro de prata 15\$350, 2 galhetas de prata 18\$80097 (Inventário de Zulmira de Sant’Anna, comarca de Pombal, 1801).

Ao analisar os bens deixados por essas mulheres, nota-se que poucas possuíam talheres, e quando existiam, geralmente se dava em número incompatível com o número de herdeiros elencados no inventário. Nos sertões, era comum que as refeições se realizassem em esteiras no chão, com as pessoas servindo-se com as mãos, sem o uso de talheres. Segundo Algranti (1993, 54), os garfos eram raros no Reino e em quase toda a Europa e na Colônia praticamente não existiam.

É importante destacar que a posse desse objeto não correspondia, obrigatoriamente, ao seu uso diário. Algumas pessoas poderiam possuí-los apenas para disponibilizar para um visitante ilustre ou simplesmente para exibi-los. Não obstante, o elenco desses bens revela certos hábitos e costumes familiares, assim como a própria cultura local.

Entendendo os artefatos domésticos como objetos de distinção, natural seria que as casa sertanejas dispusessem de mobiliário para garantir-lhe o conforto e aformoseamento apropriados. Contudo, no rol de grande parte dos espólios analisados, poucas peças de mobiliário foram elencadas como herança, a despeito da necessidade dos mesmos em qualquer casa. Tal ausência é reveladora do desconforto existente na casa dessas mulheres e da precariedade da organização doméstica, cujo mobiliário se limitava aos baús, as arcas e as caixas de madeira, que serviam tanto para acondicionar os alimentos (especialmente queijos e farinha) como para guardar as peças de roupas. O oratório, de variadas dimensões, por sua vez, firmou-se como mobília onipresente naquelas habitações, constando de forma quase isolada nos bens deixados em herança, acompanhados por imagens de santos devocionais. Somente em dois inventários observamos constar no rol de bens uma mesa de dois bancos, além de uma cômoda de Jacarandá, “sem espelho”, como destacado pelo inventariante.

Os bens deixados por mulheres surpreendem mais ao se observar que a propriedade de semoventes e de escravaria, em muitas vezes, superava a propriedade de outros bens, tais como vestuário e enxovais ou artefatos domésticos. Dos 25 inventários analisados, afirmamos haver em quase todos a presença desses bens e de escravos, mesmo que poucos. Tal presença se

explica por ser o escravizado um patrimônio de extrema necessidade para as mulheres sozinhas, além de essencial para a sobrevivência delas, em atividades que não eram capazes de fazer sozinhas. A distinção se dava mais pela quantificação da escravaria, já que esta denunciava a fortuna de suas senhoras, do que pelo uso de cativos (Silva 1996, 141), já que há casos de mulheres de pequeno patrimônio que detinham a propriedade de uma única “peça”, mesmo que com notável valor de mercado, como mostramos abaixo.

Os animais também aparecem em todos os inventários pesquisados, mesmo que, em alguns casos, em pequenas quantidades. Uma vaca leiteira, no valor de 1\$600 e 1 preto de ganho, valendo 90\$500, constava no inventário de Laurinda Maria da Conceição, “mulher virgem que morava nas Ribeiras do Piancó, fazedora de velas”, e cujos dois bens, somados à pequena quantia em dinheiro, perfaziam seu espólio. Outra, mais afortunada, dona Domingas de Gusmão Figueiras, tinha maior volume de bens dessa natureza:

1 preta Ignácia 60\$000, 48 vacas 76\$800, 36 novilhas 52\$480, 24 garrotes fêmeas 19\$20, 27 garrotes macho 19\$200, 23 bezerros 11\$260, 12 bestas 38\$400, 3 potrinhos 3\$000, 2 cavalos 10\$000, 1/2 légoa de terras na ribeira do Piancó, chamado de Gado Bravo, 350\$000, 63\$000 em dinheiro.

Embora a propriedade de gente escravizada fosse, em termos, um símbolo de distinção social, há que se considerar as dificuldades em tê-los e mantê-los nos sertões paraibanos, especialmente na temporalidade analisada.

O século XVIII foi o século do ouro e a atividade mineira exigia, de *per si*, grande número de braços para o eito. Nos engenhos do litoral paraibano, em franca reconstrução, havia maior necessidade da escravaria, frente às atividades ali desenvolvidas, especialmente a do cultivo das canas, em terras arrasadas pelas guerras contra os holandeses. Nos sertões, por sua vez, o cultivo de gêneros alimentícios e da diversificação da produção derivada da pecuária (curtumes, queijos, carnearia, moveis e utensílios de couro, entre tantos outros) apresentava uma demanda reprimida do braço escravo, embora mais facilmente substituída pelos nativos que, pós-Guerra dos Bárbaros, foram se adequando à vida nas fazendas.

Tais demandas, entretanto, foram refreadas pelo aumento vigoroso do preço dessa importante mão de obra, uma vez que o ouro das minas pagava rápido o carregamento de africanos, servindo também para comprar escravizados de outras regiões da colônia.

Outra questão foi a disciplinarização do mercado interno de escravos na capitania, após 1755. Naquele ano foi reconhecida a falência das atividades alfandegárias e a impossibilidade de o governo local cumprir seus compromissos financeiros e administrativos (apetrechar a artilharia, pagar o soldo das milícias e a quintação da Coroa, por exemplo). Em 1755, foi determinada pela Coroa portuguesa a subordinação da capitania da Paraíba ao poderoso Pernambuco que, de imediato, racionou a entrada de novos escravos para a capitania falida, forçando a demanda interna, doravante, a se resolver com os escravos existentes. Na literatura há descrição de casos de oferta governamental de cativos, totalmente recusada pela ausência de cabedal que permitisse a negociação (Oliveira 2007, 94). Não à toa, receber escravos em herança parecia ser uma vistosa recompensa, mesmo considerando a multiplicação dos quilombos, formados durante a Guerra holandesa, e que acenavam como possibilidade de fuga e vida livre aos cativos.

A presença de escravizados nestes sertões reafirma, por sua vez, a cultura da escravidão que se estabeleceu no Brasil, especialmente se observarmos o espólio das mulheres e dos empreendimentos que desenvolviam enquanto mulheres sozinhas (Fig. 9). Das 25 mulheres cujos inventários foram escrutinados, identificamos que a maioria (42%) detinha em seu espólio ao menos uma “peça”, muitas vezes descrita como “doente”, “fujão”, “velha” ou “prejudicada”. Considerando os limites do texto, o cruzamento das atividades econômicas desenvolvidas por estas mulheres e o uso de escravizados nas ditas atividades é revelador da angustiante dependência delas em relação aos cativos, inclusive entre as reconhecidas como pardas e negras.



9- Identificação do número de escravizados no espólio de mulheres em atividades produtivas na Paraíba (1727-1820).
Fonte: Dados coletados pela autora.

A quantidade de escravos naqueles espólios também é indicativa da dependência formal e da dificuldade de renovação do quadro de cativos, no mais das vezes já recebidos de antepassados, como se depreende nos adjetivos aplicados à condição dos mesmos e anteriormente citados. E nesse sentido surpreendeu-nos o ato de última vontade de dona Leonor Fernandes (1797), em seu testamento, ordenou que “sua preta velha fosse mantida na fazenda até morrer”, como parte dos atos piedosos por ela indicados, para salvação de sua alma. Sabidamente, os escravizados da Paraíba eram “peças” de trabalho, e seu uso poderia impor uma rotação entre fazendas de familiares e amigos, quando necessário (Abreu 2021, 129). Contudo, o pior para eles era, quando repassados em herança, serem levados para locais mais distantes, separados de seus arranjos familiares.

Na **Fig. 9** acima, um último dado permite abstrair a solidão e o isolamento dos sertões da Paraíba. Das 25 mulheres, apenas 2 delas (9%) detinham uma considerável força de trabalho cativa, contando com mais de 7 escravos nas atividades por elas administradas. Estas duas eram pecuaristas, envolvidas nas atividades de “apartação”. O uso de escravos nos latifúndios da pecuária, porém, parece-nos paradoxal, uma vez que a criação de gado solto exigia uma mão de obra especializada e de confiança, pois que estaria livre nos campos, a cavalo, podendo se evadir quando quisesse. Infelizmente a questão do uso do escravo nestas fazendas prescinde de outras informações em novas fontes.

À guisa de conclusão

O empreendedorismo dessas mulheres, assim como seu tino administrativo, nos revela uma sociedade que ainda não se conhece no todo. Falta-nos maiores estudos e outras fontes que nos proporcione informações mais seguras acerca da vida social e do mundo do trabalho na Paraíba colonial, gestada, a seu modo, por mulheres que quebraram um padrão estabelecido.

O direito de usufruir de uma propriedade, ou de um negócio, dispendo dela à sua forma, fazia das mesmas “senhoras e possuidoras”, pois ostentavam em seu meio uma capacidade de auto sobrevivência que era a exceção, e não a regra. Tal poder poderia ter sido adquirido na partilha dos bens de seus falecidos maridos, quando elas recebiam, dentre outros bens, a posse de fato e direito sob as propriedades que herdavam, na qualidade de cabeça de casal daquela família (as “donas”), ou pelo próprio desespero da sobrevivência, marcada pelo desamparo e pela capacidade de trabalho. O papel dissonante com seu entorno deve ter sido demasiado doloroso para estas 25 vidas aqui

escrutinadas, marcadas pela solidão, pelo isolamento, pela necessidade de tirar de dentro si as forças necessárias para tocar suas vidas, endurecidas na labuta e na criação dos filhos, além de consideradas como fracas e de baixa capacidade cognitiva.

A despeito da luta cotidiana de todas, foi pungente descobrir no testamento de dona Inocência Júlia, uma jovem mãe de quatro filhos menores, com apenas 39 anos, enviuvada precocemente, o registro vigoroso de uma de suas últimas vontades: “O desejo eterno de quedar-se nos braços do Pai”, para descansar das durezas da vida distanciada das rendas e dos bastidores e à frente do comércio de gado, preocupada com o futuro seu e dos filhos.

Fontes manuscritas (digitalizadas)

Acervo digital de inventários e testamentos da Vila de Pombal, de propriedade do NUPEHL-UEPB (à época da pesquisa, ainda não catalogado).

Acervo digital de inventários e testamentos da comarca de Alagoa Nova, de propriedade do NUPEHL-UEPB (à época da pesquisa, ainda não devidamente catalogado).

Bibliografia

- ABREU, W. E. 2021. *Senhores e escravos do sertão da Paraíba*. Campina Grande: Nativa.
- ALGRANTI, L. M. 1993. *Honradas e Devotas: mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750 a 1822*. Rio de Janeiro: José Olímpio.
- ALVEAL, C. M., & BARBOSA, K. B. 2015. *A legitimidade da graça. Os impactos da tentativa de reforço da política sesmarial sobre as terras da Casa da Torre na Capitania da Paraíba (Século XVIII)*. *TOPOI*, 16, 78-100. DOI:<https://doi.org/10.1590/2237-101X016030003>.
- AMARAL, I. G. 2011. *Inferiorizando mulheres no período imperial brasileiro: a influência do direito*. Em ANPUH, *XXVI Simpósio Nacional de História-Anpuh: 50 anos*, 1-17. São Paulo: ANPUH. Consultado em 14 de Outubro de 2021. Url: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300298141_ARQUIVO_ArtigoparaANPUH-IsabelaGuimaraes.pdf
- DEL PRIORE, M. 1995. *Ao sul do corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olímpio.
- DIAS, M. O. 1995. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense.
- FALCI, M. K. 2008. Mulheres do sertão nordestino. Em M. DEL PRIORE, & C. BASSANEZI, *História das mulheres no Brasil* 241-277. São Paulo: Contexto.

- FARIA, S. d. 1997. História da família e demografia histórica. Em C. F. CARDOSO, & R. VAINFAS, *Domínio da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*, 241-258. Rio de Janeiro: Campus.
- FURTADO, J. F. 2012. A morte como testemunho da vida. Em C. B. PINSK, & T. R. LUCA, *O historiador e suas fontes*, 93-118. São Paulo: Contexto.
- MACHADO, A. s/d. *Vida e morte de um bandeirante*. São Paulo: Livraria Martins.
- MONTEIRO, L. F. 2017. Preparações para o encontro com Deus - Experiências da “Boa morte” na Paraíba oitocentista. Em F. C. SANTANA, & L. F. MONTEIRO, *História - Tramas do tempo, impressões do vivido*, 269-284. Joao Pessoa: Ideia.
- MONTEIRO, L. F., & SANTANA, F. C. 2020. *O passado ao nosso redor - Histórias pela Paraíba*. Brasília: Rosseto.
- NAZZARI, M. 2001. *O desaparecimento do dote: mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600 - 1900*. São Paulo: Companhia das letras.
- ROCHE, D. 2000. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XVIII*. Rio de Janeiro: Rocco.
- SILVA, M. B. 1996. Mulheres e patrimônio familiar no Brasil no fim do. *Revista Acervo do Arquivo Nacional*, 9. Consultado em 17 de agosto de 2020. Url: <http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/317>
- SOARES, M. S., & MOURA FILHA, M. B. (2013). O sertão da paraíba no século XVIII: representações espacial e imagética. *InterScientia*, 1, pp. 84-99. Consultado em 28 de maio de 2022. Url: <file:///C:/Users/Dell/Documents/AAAPARA%-C3%8DBA/BIBLIOGRAFIA/As%20representa%C3%A7%C3%B5es%20do%20sert%C3%A3o.pdf>
- TAVARES, J. L. 1989. *Apontamentos para a história territorial da Parahyba*. Brasília: Senado federal.
- VAINFAS, R. 2000. *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Bertha Rosa-Limpo (1894-1981): música, culinária e cosmética em Portugal³²⁶

Isabel Drumond Braga³²⁷

Estado da arte

Em Portugal, parece não haver grande empenho no estudo das marcas e das lojas que se destacaram e se impuseram no quotidiano dos nossos antepassados. Se se podem encontrar obras, da maior relevância, sobre a história de hotéis, restaurantes, pastelarias, cervejarias e casas vitícolas no que se refere à área da higiene e beleza, encontramos um campo praticamente por explorar. Duas exceções devem ser assinaladas, no que se refere ao nosso país, pensemos nos trabalhos dedicados às marcas *Confiança*, da autoria de Nuno Coelho (2017), e *Nally* e *Benamôr*, da responsabilidade de Isabel Drumond Braga (no prelo).

Neste texto, embora não se pretenda traçar a história dos cosméticos *Thaber*, estes não deixam de estar presentes, uma vez que fizeram parte integrante da vida de uma figura que desenvolveu uma atividade laboral polivalente, sempre pautada pelo sucesso, em áreas como a música, a culinária e a cosmética. Referimo-nos a Bertha Rosa-Limpo³²⁸, cuja atuação não têm passado despercebida entre historiadores e jornalistas. Mário Moreau foi autor de uma pequena entrada num dicionário, na qual se focou nas questões musicais e lamentou que a cantora e compositora fosse mais conhecida por ter escrito um livro de culinária do que pela sua atividade musical (Moreau 2005, 177). Por ocasião da publicação de *O Livro de Pantagrue: de garfo e faca à volta do mundo* (2012), da autoria de Manuela Limpo Caetano, Maria João Alves Caetano e Nuno Alves Caetano, filha e netos da autora,

³²⁶ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/00057/2020.

³²⁷ Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, CIDEHUS-UE e CH-ULisboa. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7035-6497>. Email: isabeldrumondbraga@gmail.com

³²⁸ A escrita dos diferentes textos que dediquei a Bertha Rosa-Limpo teria sido impossível sem a disponibilidade do Dr. Nuno Alves Caetano, seu neto. As conversas que mantivemos e a cedência de muitas fontes, escritas e iconográficas, que digitalizei e fotografei, consoante os casos, permitiram dar a conhecer um pouco mais de uma Senhora cuja vida foi um exemplo relevante de empenho e empreendedorismo, em várias áreas. Consequentemente, ao Dr. Nuno Alves Caetano, expressei os meus sinceros agradecimentos.

saíram diversas reportagens sobre a família, designadamente da autoria de Sara Belo Luís (2012) e de Cláudia Alegria (2012). Em 2015, a Rádio Televisão Portuguesa dedicou-lhe um episódio da série documental, *À Porta da história: Bertha Rosa-Limpo*, realizado por Jorge Paixão da Costa³²⁹. Na perspetiva da história, Isabel Drumond Braga e Inês de Ornellas e Castro, escreveram um artigo, no qual abordaram a dedicação à atividade culinária, designadamente em relação à articulação entre *O Livro de Pantagruel* e a coluna “Correio de Pantagruel”, publicada na revista *Modas e Bordados* (Braga, Castro 2013, 45-66). Mais recentemente, a publicidade relativa à marca de cosméticos *Thaber*, anagrama de Bertha, e da propriedade da empresária, mereceu um trabalho desenvolvido (Braga 2022). Neste texto, o principal objetivo é, retomando as investigações já desenvolvidas, dar a conhecer as diferentes atividades profissionais de Bertha Rosa-Limpo e a maneira como foi avançando de uma para outra, sem nunca abandonar totalmente a anterior, com exceção da música.

Para uma biografia

Escrever sobre Bertha Rosa-Limpo significa dar atenção a uma figura que desempenhou diversas atividades profissionais, a saber, cantora, compositora, autora de um *best-seller* de culinária, criadora de uma marca de cosméticos e, finalmente, ligada à moda feminina. Esta senhora nasceu em Quelimane (Moçambique), em 1894, filha de mãe algarvia e de pai alentejano, viveu os primeiros anos no Algarve, casou pela primeira vez, em 1909, aos 15 anos, com Salvador Manuel Brum do Canto (1885-1918), de quem se divorciou por volta de 1915 (Feio 1981, 15). Seis anos depois, contraiu segundas núpcias com Armando de Araújo Sena, sobrenome da futura firma de cosmética: *Araújo Sena, Lda*. Faleceu em Lisboa, em 13 de abril de 1981 (Braga 2022).

Bertha recebeu uma educação esmerada, da qual fizeram parte o conhecimento de música, de canto e de várias línguas, nomeadamente francês, inglês, castelhano e italiano – tendo chegado a traduzir para português, em

³²⁹ Cf. *À porta da história: Bertha Rosa-Limpo*. Realização de Jorge Paixão da Costa. Disponível em: <http://www.rtp.pt/play/p2097/a-porta-da-historia>.

1944, *O Meio-Maluco*, de Gino Saviotti³³⁰. O canto foi a sua primeira atividade profissional, mas as pressões familiares e, eventualmente, o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), fizeram virar a sua atenção para o ensino musical informal e, sobretudo, para a culinária e para a cosmética. A participação regular, com uma coluna, na revista *Modas e Bordados: vida feminina*, intitulada “Correio de Pantagruel”³³¹, dedicada às artes de cozinha, desde 15 de novembro de 1944, e com outra denominada “Consultório Thaber”, a partir de 1 de dezembro de 1948, assegurar-lhe-iam enorme notoriedade, especialmente entre o público feminino.

Bertha Rosa-Limpo e a música

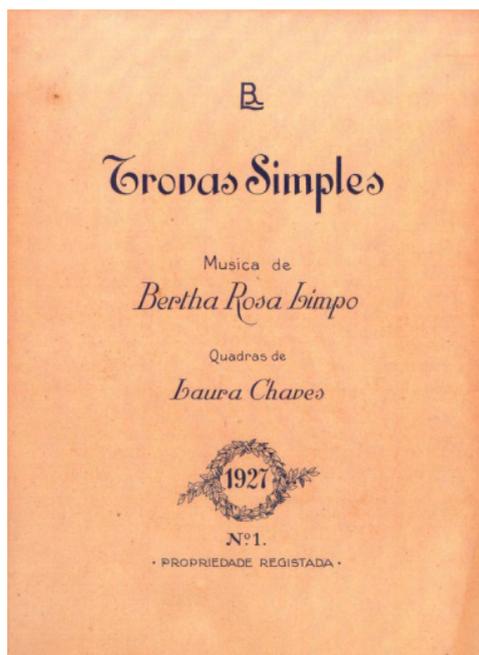
Principiando por ser conhecida como cantora lírica, compositora e professora de canto, a carreira artística de Bertha Rosa-Limpo começou cedo. Iniciou os estudos de música aos dez anos, com o mestre David de Sousa, terminando o curso cinco anos depois, em 1909. Em 1916, já era objeto de notícia no *Eco Mundial*. Ali se publicou um retrato da cantora e da professora de canto, considerada possuidora de “excelente voz, volumosa e de belo timbre [...], discípula do professor Artur Trindade, de cuja escola é uma propagandista inteligentíssima e cheia de confiança”³³². Em 1920, compôs a sua primeira obra que, como outras, integrou a coletânea *Trovas simples*, de Laura Chaves (1921), publicada no ano seguinte. Essas composições foram apreciadas pelo maestro Fernandes Fão, que desconhecia a autoria das mesmas. Entre as que mais lhe agradavam, a compositora destacou “Crepuscular” sobre versos de Camilo Pessanha, que obteve muito êxito em Milão³³³.

³³⁰ Gino Saviotti. (1944). *O Meio-Maluco*, tradução de Bertha Rosa Limpo. Lisboa: Editorial Gleba. A primeira edição (Milão, 1934) recebeu o prêmio Viareggio. O autor (1891-1980) era amigo de Bertha Rosa Limpo e escreveu uma das apresentações à obra *O Livro de Pantagruel*.

³³¹ A coluna coexistirá com outras matérias não assinadas de culinária mantidas ao longo dos anos, ao contrário do que afirma Maria Luiza Fouto Prates, que entendeu ter acontecido uma mera mudança de designação cf. Prates 2003, 62.

³³² *Eco Mundial*, Lisboa, 23 de junho de 1916.

³³³ *Modas e Bordados*, n.º 1860, Lisboa, 01 de outubro de 1947.



2

Quizêra têr-te na bôca.

Allegretto

CANTO

PIANO

p

Suizê-ra têr-te na

bo - ca. Trai estas consovinhas

o - ra

S. raa-u-ica ma-nei - ra

raiz

Di-te de-se jo abrandar.

Mas coo na misêra

at. comp.

dim. p

1 e 2 – Frontispício e folha de uma partitura da autoria de Bertha Rosa-Limpo com texto de Laura Chaves. Coleção de Nuno Alves Caetano.

Em vários momentos, a sua atividade foi objeto de referência em crónicas mundanas. Por exemplo, em abril de 1927, *O Jornal da Mulher* noticiou que a professora Bertha Rosa-Limpo d’Araújo Sena dera um concerto em casa, o qual terminara pelas 20 horas. Seguirá-se um “profuso e magnífico chá”. Foram cantadas composições inspiradas em versos de poetas portugueses e franceses por Maria Amélia Cid Pereira Coutinho e Ema Romero dos Santos Fonseca e originais da anfitriã que “foi encantadora e interessantíssima”. Todos os números foram precedidos de explicações pelo poeta Herculano Pimentel Levy (1889-1969)³³⁴.

³³⁴ *O Jornal da Mulher*, n.º 172, Lisboa, 1927, p. 241.



3 – Bertha Rosa-Limpo ao piano, ainda muito jovem, presumivelmente na década de 1910.
Coleção de Nuno Alves Caetano.

Momentos relevantes da carreira de cantora foram passados em Itália. Residiu em Milão, estudou com o professor maestro Raffaele Tenaglia (Braga 2022) e ali atuou durante algum tempo. A estada naquele país permitiu-lhe cantar em diversas cidades, integrando nos programas composições da sua autoria. Em 29 de dezembro de 1929, atuou num concerto promovido pela *Associazione Italiana di Amici della Musica*, na sala do *Regio Conservatorio Giuseppe Verdi*, em Milão. Foi acompanhada ao *pianoforte* por Gianandrea Gavazzeni. Algumas das composições foram apreciadas pelo público pela primeira vez. Desta faceta artística foram escassos os testemunhos que chegaram ao presente (Moreaux 2015, 177), além dos depoimentos prestados em entrevistas e em comentários seus escritos a propósito de outros assuntos³³⁵.

³³⁵ Curiosamente, sua filha, D.^a Maria Manuela Limpo Caetano, negou que Bertha Rosa-Limpo tivesse tido qualquer carreira na área musical, em declarações prestadas na entrevista concedidas a Isabel Drumond Braga e Inês de Ornellas e Castro, em 23 de setembro de 2011.



4 – Cartaz em que se anuncia um concerto de Bertha Rosa-Limpo, promovido pela *Associazione Italiana di Amici della Musica*, a ter lugar em 29 de dezembro de 1929, na sala do *Regio Conservatorio Giuseppe Verdi*, em Milão. Coleção de Nuno Alves Caetano.

Foi autora de diversas composições, com texto de portugueses e de estrangeiros, de entre os quais Archag Tchobanian, Laura Chaves, Maurice Vaucaire, sem esquecer o seu filho, Jorge Brum do Canto (1910-1994). Em entrevista à revista *Modas e Bordados*, em 1947, a cantora referiu ter sido a primeira portuguesa a cantar em Itália no nosso idioma, além de ter composto sobre versos de autores estrangeiros e valorizado as audições das suas alunas.



5 – Bertha Rosa-Limpo com o filho, o cineasta Jorge Brum do Canto, em momento de cumplicidade. Coleção de Nuno Alves Caetano.

Em 1962, já com um percurso profissional consolidado, declarou com nostalgia: “hoje sou industrial, fabrico produtos para a beleza feminina, mas sim... tenho a certeza de que, se não me têm contrariado, teria seguido a carreira lírica, onde estava realmente a minha vocação”³³⁶. A contrariedade, pressupõe-se familiar, porventura por parte do segundo marido, acabou por se impor, mesmo a alguém com um carácter forte e determinado³³⁷. Não obstante, declarações de Jorge Brum do Canto, após a morte da mãe, aduziram outra explicação, deixara de cantar por volta dos 50 anos, quando ainda estava em forma, “porque achava que o mais importante de tudo era não ter de assistir à sua própria decadência” (Feio 1981, 15). À medida que se dedicou cada vez mais à culinária, Bertha Rosa-Limpo deixou o canto e depois o ensino do mesmo.

Bertha Rosa-Limpo e a culinária

Recorde-se que Bertha Rosa-Limpo havia casado muito jovem, desconhecendo como se cozinhava, apesar de, em criança, gostar de praticar culinária durante as brincadeiras. Aparentemente sentiu-se vexada com a ignorância de tão requisitada habilidade feminina e, segundo as suas próprias palavras, tratou de perguntar a toda a gente como se preparavam diversos pratos, observou tudo o que uma velha criada cozinhava, tendo também comprado um dos clássicos da cozinha de então, o livro de António Bento da Maia³³⁸. Três meses depois, esteve em condições de receber convidados num jantar em que se combinaram dois dos seus saberes: a culinária e a música. Segundo a própria, no prefácio à 1.ª edição de *O Livro de Pantagruel*,

ofereci em casa um opíparo jantar, dirigido por mim e com várias coisas, além dos doces, feitas por mim! Estava inchada de presunção! E, naturalmente, depois do jantar – já não me lembro bem – devo ter tocado alguma valsa de Chopin e cantado alguma *romanza* de Tosti. Comecei assim as minhas duas carreiras artísticas³³⁹.

³³⁶ *Mamãs e Bebés*, Lisboa, 01 de dezembro de 1962.

³³⁷ Essa característica bem vincada pelas suas ações e pelos testemunhos escritos da sua autoria. Cf. Braga, Castro 2013, 56-57. Foi igualmente corroborada pelas declarações de D. Maria Manuela Limpo Caetano e do Dr. Nuno Caetano, em entrevista prestada a Isabel Drumond Braga e Inês de Ornellas e Castro, a 23 de setembro de 2011.

³³⁸ Trata-se de um clássico da cozinha portuguesa. Cf. Maia 1903.

³³⁹ *Modas e Bordados*, n.º 455, Lisboa, 25 de outubro de 1944. Cf. também as declarações em Limpo 1945, XI.

Muito empreendedora, Bertha Rosa-Limpo dedicou-se a compilar receitas de família, desde os 14 anos, a que foi acrescentando outras da sua autoria e de amigas. Nascia, assim, *O Livro de Pantagruel*, terminado em 1944, impresso em 1945, mas cuja primeira edição só seria comercializada em janeiro de 1946. Foi desde logo um sucesso, pois esgotou-se em 34 dias³⁴⁰. À data da morte da autora, em 1981, as vendas tinham ultrapassado os 120.000 exemplares. A obra – atualmente com 80 edições, desde a 23.^a contou com a participação dos filhos da autora, o cineasta Jorge Brum do Canto e a empresária Maria Manuela Limpo Caetano (1922-2012), e, a partir de 2012, com revisão e atualização de Maria João Caetano e Nuno Alves Caetano – tornar-se-ia, desde cedo, um clássico.

Em 1944, em declarações prestadas à *Modas e Bordados*, Bertha Rosa-Limpo expressou o seu entendimento relativamente à realização de *O Livro de Pantagruel*, mostrando a divisão de interesses que a animavam desde criança:

fazer um livro de cozinha é uma tarefa difícil, acreditem. No entanto, achei graça em meter ombros à empresa, não apenas para dar largas à minha paixão culinária, mas também por calcular que as pessoas que me conhecem vão achar graça à minha ideia: ‘Mas afinal ela é cantora ou cozinheira? Compões músicas ou refogados?’. Pois podem crer que faço ambas as coisas e com o mesmo entusiasmo. Porque a boa cozinha também tem a sua arte e, diga-se de passagem, bastante requintada! Chega, por vezes, a ser mais melindroso acertar num tempero do que sustentar um sí agudo no final de gorjeada melodia!³⁴¹.

O Livro de Pantagruel, obra ímpar no panorama editorial culinário português, ao contrário da maioria das obras de cozinha portuguesa da primeira metade do século XX, não foi escrito a pensar nos pobres e nos remediados, tónica que marcou as publicações em tempo de guerra e entre as duas guerras mundiais (Braga 2008, 117-141; Braga 2015, 1-23; Braga 2022a; Braga, Pilla 2018, 1-28). Pelo prefácio da primeira edição, escrito em tom confessional, sabemos que a paixão pela culinária, nascida na infância, desenvolvera-se com o contacto direto com chefes cozinheiros franceses e italianos dos dife-

³⁴⁰ Segundo declarações prestadas em 1964. Cf. *Mamãs e Bebés*, n.º 44, Lisboa, 15 de janeiro de 1964. Também em *Modas e Bordados*, n.º 2760, de 30 de dezembro de 1964.

³⁴¹ *Modas e Bordados*, n.º 455, Lisboa, 25 de outubro de 1944.

rentes hotéis europeus por onde passava em digressão, interlocutores *inter pares* a quem pedia receitas.

Na obra, é notória uma admiração pela cozinha italiana, talvez fruto da sua estada temporária em Milão, embora na época a alta cozinha francesa, mais divulgada em Portugal, constituísse o padrão vigente entre os privilegiados. Assim se compreende o apreço pelas massas, patente quer nas respostas da coluna quer na própria obra, onde lhes dedicou inúmeras receitas, sem esquecer que gostava bastante de as preparar, como provam as suas observações e a lembrança de seus familiares³⁴². Poderemos considerar Bertha Rosa-Limpo a introdutora da *pasta* e da divulgação das diversas massas trabalhadas nas mesas portuguesas – um tipo de receitas raro fora dos livros de alta cozinha –, que gerava curiosidade por parte das donas de casa, porventura vislumbrando a preparação de pratos económicos, preocupação alheia à autora. Ou, pelo menos, o seu conceito de prato económico era diferente como se depreende por este excerto de “Algumas palavras” da 1.^a edição do seu livro:

Porém economia não significa cozinha burguesa e monótona, semelhante á das pensões provincianas. A nossa mesa deve ser ao mesmo tempo variada, elegante e económica [...]. Devemos aproveitar tudo, até o que parece não ter utilidade; de quaisquer restos se pode fazer um bom prato. Nisto e noutros pequenos pormenores se resume o segredo da cozinha fina e económica de uma casa particular (Limpo 1945, XIV).

Quando a primeira edição de *O Livro de Pantagruel* foi posta à venda, Bertha Rosa-Limpo vinha desde há muito alimentando as expectativas das leitoras através da coluna “Correio de Pantagruel”. A mesma estratégia seria adotada com as sucessivas edições, à medida que se iam esgotando. Não obstante, em entrevista concedida em 8 dezembro de 2003, por Maria Cândida Caeiro, filha de Maria Lamas – diretora da revista feminina *Modas e Bordados*, a partir da década de 1930 até o n.º 1845, de 18 de Junho de 1947 – pode ler-se que Bertha Rosa-Limpo, em momento de algum aperto económico, resultante de ter deixado de cantar, recebera uma proposta de Maria Lamas,

³⁴² Tal informação foi fornecida pelo Dr. Nuno Caetano, na citada entrevista. Por seu lado, Jorge Brum do Canto referira que Bertha Rosa Limpo havia deixado de cozinhar cerca de 20 anos antes de morrer, por se ter aborrecido. A exceção era constituída por massas de padeiro fermentadas, bolas, savarins e tranças de que sempre gostara”. Cf. Feio 1981, 15. Ou seja, depois da *pasta*, as massas doces.

sua amiga, para escrever uma secção de culinária na referida revista, sugerindo que o livro publicado em 1946 nascera desta proposta inicial³⁴³. Na realidade, foi o contrário. O livro, já no prelo³⁴⁴, deu origem ao convite para iniciar a coluna de conselhos e receitas “O Correio de Pantagruel”, a 15 de novembro de 1944. A escolha do nome “Pantagruel” atesta a relação de “paternidade” entre o livro e a coluna de culinária, uma opção de Jorge Brum do Canto. Em 1964, Berta Rosa Limpo confirmou: “a minha colaboração na *Modas e Bordados* foi inicialmente orientada como preparação de ambiente para a saída do livro”³⁴⁵ e, em 1981, o filho lembrou que fora Armando Araújo Sena o autor da iniciativa de se publicar a obra (Feio 1981, 15).

Desde que iniciara o “Correio de Pantagruel”, Bertha Rosa-Limpo, ciente do poder que esta *tribuna* lhe conferia, fez dela um eficaz meio de publicidade, apelando sistematicamente à compra da obra ainda no prelo, intento facilitado pela Editorial O Século publicar tanto a revista como o livro. Dado o manancial de dúvidas e pedidos de receitas, verificado desde o início da coluna, a autora avaliou o potencial económico de consultas particulares – a preços significativos – e, pelo menos ao longo de 1945 e de 1946, isto é, antes da edição do livro, enquanto não recebia direitos de autor, empenhou-se nesta lucrativa atividade. Em meados do ano seguinte, abandonou esta vertente da correspondência (Braga, Castro 2013, 54).

Bertha Rosa-Limpo e a cosmética

Paralelamente aos êxitos decorrentes da publicação de *O Livro de Pantagruel* e da coluna “Correio de Pantagruel” na revista *Modas e Bordados*, Bertha Rosa-Limpo dedicou-se à indústria de cosméticos, lançando, em 1945, os produtos de beleza *Thaber*, cuja fórmula lhe pertencia. A motivação e o percurso que a levaram para este novo rumo não são totalmente claros, uma vez que se conhecem diversas versões da própria empresária. Numa, a manipulação caseira, iniciada pelo avô materno, farmacêutico³⁴⁶, foi ampliada e objeto de produção em larga escala, abrangendo quer produtos de tratamen-

³⁴³ Cf. Lembranças de Maria Lamas 20 anos após a sua Morte: entrevista com Maria Cândida Caeiro <http://historiaeciencia.weblog.com.pt>. Consultado a 7 de junho de 2021.

³⁴⁴ *Modas e Bordados*, n.º 1707, 25-10-1944.

³⁴⁵ *Modas e Bordados*, n.º, Lisboa, 30 de dezembro de 1964.

³⁴⁶ Segundo informações prestadas por D. Maria Manuela Limpo Caetano, filha, e pelo Dr. Nuno Caetano, neto, em entrevista prestada a Isabel Drumond Braga e Inês de Ornellas e Castro, em 23 de setembro de 2011.

to para o rosto e para o corpo quer toda uma vasta gama de maquilhagem. Em outra versão, que se pode encontrar em entrevista à revista *Mamãs e Bebés*, concedida a Alice Ogando, em 1964, quando Manuela Limpo Caetano, sua filha, já se encarregava dos produtos *Thaber*, Bertha Rosa-Limpo esclareceu que, pouco após a publicação de *O Livro de Pantagruel*, ao atender um telefonema deu uma queda da qual resultou uma fratura que a fez ficar imobilizada durante quatro meses. Para se entreter, tratou de vasculhar certa caixa deixada pelo pai: “meu pai tinha-me legado uma caixa hermeticamente fechada, onde guardava fórmulas de produtos de beleza. Sem poder sair da cama, pedi papel, caneta, a caixa...abri-a finalmente e assim começou a minha indústria”³⁴⁷. Eis uma outra versão. Em 1951, em entrevista ao jornal *República*, confessou:

uma outra emoção, talvez mais minha, mais de carácter pessoal, foi a que senti ao abrir o cofre selado, que meu pai me deixara. Meu pai, que estudara em França e ali se formara em química, legou-me fórmulas preciosas de produtos de beleza feminina. Essa emoção tem-se prolongado por toda a minha vida, até através do carinho e do entusiasmo com que tenho realizado e aperfeiçoado as fórmulas que meu pai me legou³⁴⁸.



6 – Publicidade a um tónico, o *Formiol Rosa Limpo*, da autoria do pai de Bertha, que possuía farmácia na Rua da Escola Politécnica, n.º 57, em Lisboa. *Tiro e Sport*, n.º 315, Lisboa, 30 de setembro de 1905³⁴⁹.

³⁴⁷ *Mamãs e Bebés*, n.º 44, Lisboa, 15 de janeiro de 1964.

³⁴⁸ *República*, n.º 7419, de 05 de agosto de 1951.

³⁴⁹ Agradeço ao Colega, Prof. Doutor Pedro Urbano, a indicação deste documento.

Efetivamente, o pai de Bertha era, tal como o avô, farmacêutico e chegara a vender um tónico da sua autoria, o *Formial Rosa Limpo*, destinado ao robustecimento corporal, o qual foi publicitado nas páginas da revista *Tiro e Sport*, como se pode ver pela imagem supra. Bertha reforçava, deste modo, o que sempre fora afirmando. Os produtos, caracterizados por serem concebidos a partir de ingredientes naturais, deixariam de ser comercializados em 1975, no rescaldo da revolução do ano anterior³⁵⁰.

Bertha Rosa-Limpo começou a manipulação na sua residência, situada na rua Padre António Vieira, n.º 28, em Lisboa. Em agosto de 1946, a sede da empresa *Araújo Sena L.da*, já se localizava na rua de Campolide n.º 162, r/c dto., em Lisboa³⁵¹. Recorde-se que tinha a produção de cosméticos *Thaber* cerca de três anos, em 1 de dezembro de 1948, teve início a coluna de beleza intitulada “Consultório Thaber”, da responsabilidade da empresária. Destinava-se a ensinar às leitoras alguns tratamentos de beleza e a responder às consulentes que desejassem “tratar-se com os seus produtos”. Ficou de imediato esclarecido que aqueles “que vou aconselhar, em cuja composição entram matérias escrupulosamente selecionadas e puríssimas, são por mim manipulados. Por eles me responsabilizo e respondo, garantindo os resultados”³⁵². Posteriormente, Bertha enfatizou a necessidade de combater as rugas a partir dos 20 anos, quando aquelas inimigas da beleza começavam a aparecer. Em seguida, num texto em caixa, um conselho sobre a necessidade de limpar a pele antes de dormir, usando o desmaquilhante e a loção adstringente adequados, neste caso para as mulheres com pele oleosa. No final da coluna, apareceram indicações acerca do tipo de produtos e dos preços³⁵³.

Na revista *Modas e Bordados*, a publicidade aos produtos *Thaber* começara em 1945, sem qualquer ligação ao nome de Bertha Rosa-Limpo³⁵⁴. Nesse ano, anunciou-se um aparelho vibratório manual contra as rugas, cujos pedidos deveriam ser feitos para os escritórios da revista. Além da cosmética, o aparelho poderia ser utilizado também para aliviar dores reumáticas, pés ou mãos torcidos e torcicolos. Numa época, em que a eletricidade estava em ex-

³⁵⁰ De entre diversos problemas sentidos pela família, saliente-se que um dos netos de Bertha, Nuno, filho de Manuela Limpo Caetano, sobrinho de Marcello Caetano, Presidente do Conselho, foi preso sem acusação nem mandado de captura durante 53 dias, em 28 de setembro de 1974, quando contava apenas 17 anos. Cf. Caetano 2015.

³⁵¹ *Modas e Bordados*, n.º 1796, Lisboa, 10 de julho de 1946; n.º 1803, Lisboa, 28 de agosto de 1946.

³⁵² *Modas e Bordados*, n.º 1921, Lisboa, 1 de dezembro de 1948.

³⁵³ *Modas e Bordados*, n.º 1921, Lisboa, 01 de dezembro de 1948.

³⁵⁴ Sobre a maquilhagem europeia do período pós Segunda Guerra Mundial, cf. Marsh 2009, 137-168.

pansão, fazia notar-se que não era necessária corrente elétrica³⁵⁵. Claramente identifica-se a quem se destinava, isto é, a mulheres adultas não jovens, uma vez que as rugas e as dores eram alvos a combater. E, sintomaticamente, juntavam-se saúde e beleza nestes tratamentos corporais.

Em 1 de outubro de 1947, ia *O Livro de Pantagruel* já na quarta edição, foi revelado que a autora era também a criadora dos cosméticos *Thaber*, anunciados com alguma frequência na revista, não raro na mesma página do “Correio de Pantagruel”. Bertha soubera criar um clima de mistério antes de revelar esta faceta profissional: “Brevemente, depois do regressar do estrangeiro para onde parto dentro de dias, darei em *Modas e Bordados*, uma notícia sensacional às minhas caras leitoras que, além de muito interesse, lhes causará grande surpresa. Verão então quanto eu trabalho e como tenho o tempo absolutamente ocupado”³⁵⁶.

Em entrevista concedida à revista *Modas e Bordados*, preparando a futura coluna “Consultório Thaber”, que lhe permitirá esclarecer as leitoras e aumentar consideravelmente as vendas de cosméticos – indicavam-se os produtos, os preços, os locais de venda e a possibilidade de entrega via postal – as declarações acerca da sua relação com àquela atividade foram esclarecedoras:

É mais uma coisa para que tive tempo e, vamos lá, passe a modéstia, jeito. Durante os anos que vivi com meu pai em Paris aprendi com ele, químico sempre apaixonado com a ciência e pelos seus trabalhos, uma série de preparações da sua invenção, para a conservação da beleza da pele, formulário que ele me entregou ao morrer. E um dia, quase não sei como começou. Meti-me aqui neste gabinete [em casa], manipulei, fiz experiências e tenho obtido os melhores resultados no rosto de algumas das minhas amigas. Hoje já não dou braços a medir [...] se não fosse o acolhimento que teve *O Livro de Pantagruel*, eu nunca teria tido a coragem de me apresentar agora em público autora de produtos de beleza³⁵⁷.

Nas décadas seguintes, as sucessivas edições de *O Livro de Pantagruel*, a manutenção das colunas de culinária e de cosmética na revista *Modas e Bor-*

³⁵⁵ *Modas e Bordados*, n.º 1753, Lisboa, 12 de setembro de 1945. Já há algum tempo que os aparelhos de electromassagem eram considerados muito eficazes. Este, por seu lado, não necessitava de eletricidade. Cf. Barreira 1994, 119.

³⁵⁶ *Modas e Bordados*, n.º 1854, Lisboa, 20 de agosto de 1947.

³⁵⁷ *Modas e Bordados*, n.º 1860, Lisboa, 01 de outubro de 1947.

dados e a produção dos cosméticos *Thaber*, a que se juntou Manuela Limpo Caetano na redação da coluna “Consultório Thaber”, em 1954 – esta, desde os anos de 1940, colaborava com a *Modas e Bordados*, na condição de redatora de artigos sobre beleza feminina e na de figurinista³⁵⁸ – preencheram profissionalmente Bertha Rosa-Limpo, que, na década de 1960, colaborou ainda em diversos jornais e revistas femininas, publicando receitas, caso, por exemplo do *Diário de Notícias*³⁵⁹ e da *Ela – Donas de Casa*³⁶⁰. O canto e a composição ficaram definitivamente para trás. A vida familiar e as viagens completavam o quadro de quem gostava de receber e de participar na vida social, mostrando-se sempre ativa.

Em março de 1954, surgiu uma novidade, o *Gabinete de Estética Thaber*. Localizado em Lisboa, na avenida António de Serpa, n.º 19, tinha como diretoras Bertha e a filha. A massagista era Maria Fernanda e a ajudante Belita. Ofereciam-se nove tratamentos, a saber, para peles cansadas e desvitalizadas, acne e seborreia, rosácea e irritações, peles secas, peles secas com borbulhas, rugas, duplo queixo e flacidez, renovação celular e maquilhagem. A cada tipologia referida correspondia a designação do tratamento e numa outra coluna caracterizavam-se sucintamente os resultados que se poderiam esperar³⁶¹. Faça-se notar que, no Portugal de então, ainda não havia esteticistas. As primeiras serão estrangeiras e só em 1971, a *Modas e Bordados* aludiu à profissão, referindo em que consistia o seu trabalho e dando conta da primeira escola em que se poderiam formar, fundada por Maria de Lurdes Sousa e Silva. Ou seja, no início da década de 1970 ainda nem todas as pessoas estavam familiarizadas com o termo, referindo-se apenas as massagistas para designar as mulheres que administravam tratamentos de beleza³⁶².

Nas décadas de 1950 a 1970, os produtos *Thaber* foram utilizados para maquilhar as mulheres que participavam nos concursos de beleza, dando assim ainda mais visibilidade à marca, quer em Portugal quer no estrangeiro. O investimento nesta atividade foi significativo. Bertha Rosa-Limpo e Manuela Limpo Caetano mostravam-se incansáveis. A cada uma das participantes era entregue uma carta, escrita em francês ou em inglês, consoante os casos,

³⁵⁸ *Modas e Bordados*, n.º. 2760, Lisboa, 30 de dezembro de 1964.

³⁵⁹ *Diário de Notícias*, Lisboa, 04 de dezembro de 1964; 18 de dezembro de 1964.

³⁶⁰ *Donas de Casa*, outubro de 1966, pp. 104-105.

³⁶¹ *Modas e Bordados*, n.º 2199, Lisboa, 31 de março de 1954.

³⁶² “A Beleza também se aprende. Esteticista: uma profissão à procura de lugar”, *Modas & Bordados*, n.º 3085, Lisboa, 24 de março de 1971, pp. 5-7. Nos primeiros institutos de beleza, as referências eram sempre a massagistas. Veja-se, o caso do espaço de Madame Barretto, em 1906, plasmado na publicidade. Cf., *Biblioteca Silva...* 2018, 13.

com indicações precisas acerca do uso dos produtos *Thaber* adequados ao tipo de pele de cada uma e ao modo de os usar. Existem cópias dessas cartas para os anos de 1959 (Miss Dinamarca, Miss Elegância de Paris, Miss Europa, Miss Finlândia e Miss França)³⁶³ e de 1965 (Miss Alemanha, Miss Finlândia, Miss França, Miss Islândia e Miss Reino Unido)³⁶⁴.

Em 1964, a correspondência guardada permite verificar a gratidão do diretor técnico do Escritório Nacional de Orientação Publicitária e Editora, Lda. (Enope), “pela magnífica colaboração e ajuda prestadas, quando da visita das *misses* Nações Unidas, França, Noruega, Finlândia e Irlanda, integradas no Comité Français de l’Élégance”³⁶⁵. Manuela Limpo Caetano retribuiu os agradecimentos e mostrou-se reconhecida pelas “inúmeras amabilidades que lhe merecemos e pelas atenções que dispensaram à nossa *esthéticienne* Mlle. Anne-Marie”³⁶⁶.



7- Diane Westbury, miss Reino Unido 1965, a ser objeto de um tratamento de beleza pela esteticista Anne Marie, da *Thaber*, no instituto de beleza. Na parede fotografias de diversas atrizes que utilizaram e fizeram publicidade aos produtos. Coleção de Nuno Alves Caetano.

³⁶³ Lisboa, Arquivo de Nuno Alves Caetano, conjunto de cartas datilografadas e assinadas por Manuela Limpo Caetano (1959).

³⁶⁴ Lisboa, Arquivo de Nuno Alves Caetano, conjunto de cartas datilografadas e assinadas por Manuela Limpo Caetano (1965). Numa reportagem publicada na *Modas e Bordados*, n.º 2279, Lisboa, 12 de maio de 1965, pp. 6-7 e 33 referiu-se que algumas das modelos estantes em Portugal, em 1965, tinham sido aconselhadas a conhecer e usar os produtos *Thaber* por outras modelos que tinham passado pelo país nos anos anteriores.

³⁶⁵ Lisboa, Arquivo de Nuno Alves Caetano, Carta de Paulo Cardoso, diretor técnico da Enope, dirigida à empresa *Thaber* (Lisboa, 4 de fevereiro de 1964).

³⁶⁶ Lisboa, Arquivo de Nuno Alves Caetano, Carta de Manuela Limpo Caetano a Paulo Cardoso (Lisboa, 10 de fevereiro de 1964).

Estas efemérides davam visibilidade internacional à marca que presenteava as concorrentes e que as maquilhava nos eventos públicos em que compareciam, ao mesmo tempo que também aparecia anunciada nos cartazes que divulgavam os espetáculos. E todas estas oportunidades acabavam por funcionar como publicidade gratuita à marca, cada vez mais conhecida no país e no estrangeiro.

A *Thaber* optou por diversas estratégias no sentido de publicitar os seus produtos (Braga 2022). Enquanto meio privilegiado temos a revista *Modas e Bordados*, onde se publicaram alguns anúncios e *coupons*³⁶⁷ para as leitoras preencherem e receberem os cosméticos ou, em alguns casos, amostras e diversas reportagens sobre vida mundana, nas quais se apresentou Bertha Rosa-Limpo, a sós ou com a filha, na qualidade de anfitriã em sua casa recebendo artistas que presenteava com os cosméticos da sua fábrica. Por exemplo, em 1946, uma crónica noticiava que Bertha recebera em casa, duas atrizes, a portuguesa Leonor Maia (1921-2010) e a italiana Paola Barbara (1912-1989), aquando da estada desta em Lisboa para filmar cenas do filme *O Espelho de Três Faces*³⁶⁸. No ano seguinte, num artigo de três páginas inteiras com fotografias de Bertha Rosa-Limpo, na infância, na juventude e na atualidade, e outras onde se apresentaram um conjunto de frascos de perfumes e de cosméticos *Thaber*, esclareceu-se basicamente a trilogia ocupacional desta empreendedora numa frase como “entre um bolo, um perfume e uma canção”. Estava-se num momento em que importava dar a conhecer a nova atividade, isto é, a manipulação de produtos em casa com o intuito de produzir cosméticos, através de fórmulas trazidas de França e de Itália. No final da peça, informam-se as leitoras de que na página 15 da revista se encontram indicações para a aquisição da “coleção-reclame”, posta à disposição das interessadas³⁶⁹.

Sob o título “Bertha Rosa-Limpo e as irmãs Meireles”, em 1949, a revista *Modas e Bordados* publicou uma página inteira com quatro fotografias do trio na companhia da empresária. O texto e as imagens poderiam ser facilmente entendidas como crónica social. Uma senhora outrora ligada ao meio musical, que recebeu três cantoras, bem conhecidas do público português e já com uma carreira internacional. Porém, o conteúdo da peça remete para

³⁶⁷ Essa estratégia era comum na época. Cf., por exemplo, a publicidade ao *Creme d'Argy*, publicada na revista *Eva*, dos anos de 1940 e 1941, em *Biblioteca Silva...* 2018, 166-167.

³⁶⁸ *Modas e Bordados*, n.º 1809, Lisboa, 09 de outubro de 1946.

³⁶⁹ *Modas e Bordados*, n.º 1860, Lisboa, 01 de outubro de 1947.

os cosméticos *Thaber*. Explicitou-se que a manipulação se realizava em casa da anfitriã, que as convidadas tinham experimentado alguns produtos e recebido outros de presente, tendo deixado uma fotografia autografada na qual se pode ler: “A nossa admiração pelos produtos *Thaber* da amiga Bertha Rosa-Limpo. Lisboa, 1947. Irmãs Meireles”. A peça termina com alusões ao facto de as três irmãs conhecerem os Estados Unidos da América “tudo o que se tem feito em matéria semelhante” e terem ficado rendidas aos cosméticos *Thaber*, mais esclarecendo que nem se tratava de mudar de marca pois “jamais quiseram usar quaisquer produtos, visto a sua juventude lhes exigir apenas simplicidade de maquilhagem”³⁷⁰. Eis uma interessante alusão e uma eventual tentativa de diversificar as consumidoras, visando as mais jovens. Na *Modas e Bordados*, em maio de 1954, a atriz Laura Alves fez-se fotografar com Bertha Rosa-Limpo e com os produtos *Thaber* em pano de fundo, para declarar que não concebia a ideia de mulheres que não se arranjavam, ao mesmo tempo que declarou abominar as maquilhagens carregadas. A sua preferência ia para os produtos *Thaber*, pois eram os mais naturais de todos os que havia experimentado, usando-os no palco e no dia-a-dia³⁷¹. Tenha-se presente que, inicialmente, foram sobretudo as mulheres casadas e com algum poder de compra, as visadas pela publicidade aos cosméticos. Então, recomendava-se o seu uso, mas de modo a exibir uma maquilhagem suave, a qual não deixava de incluir batom, embora de cores discretas.

A participação nos já referidos concursos de beleza e de elegância, amplamente divulgados nos meios de comunicação generalistas e nas revistas femininas, eram outra forma de divulgar a marca, sempre ligada à moda, à beleza e ao requinte. A publicação de desdobráveis e de pequenas brochuras em português e de folhas soltas em inglês com indicações precisas acerca dos diferentes tipos de produtos e, em alguns casos, dos seus preços, no caso dos documentos em português, foram recursos igualmente utilizados.

O uso de artistas como testemunhal em publicidade a cosméticos está presente desde 1910 continuando nas décadas seguintes (Codeluppi 2015, 49-54, 92-94)³⁷². Visava estimular-se a criação de um ambiente e de um contexto favoráveis à aquisição, uma vez que se associam os bens a determinadas pessoas e a significados sociais, tais como fama, sucesso, poder, beleza,

³⁷⁰ *Modas e Bordados*, n.º 1969, Lisboa, 02 de novembro de 1949.

³⁷¹ *Modas e Bordados*, n.º 2207, Lisboa, 26 de maio de 1954.

³⁷² Nos Estados Unidos da América, em 1896, já a atriz Sarah Bernhardt (1844-1923) fazia publicidade a bombons. Cf. Pincas, Loiseau 2008, 26.

saúde, etc. É, no entendimento de Vanni Codeluppi, uma forma de estetizar os produtos, dotando-os de qualidades desejáveis para os consumidores (Codeluppi 2015, 47). Deste modo, a aquisição permite a transferência das qualidades do produto para aquele que o usa, tornando a pessoa mais desejável. E o que mais poderiam desejar as mulheres portuguesas em termos de beleza, do que assemelhem-se às artistas nacionais e estrangeiras?

No caso dos produtos *Thaber*, a prática de recorrer a atrizes, cantoras e concorrentes vencedoras de concursos de beleza para publicitar os diferentes cosméticos ficou amplamente documentada, desde o início, e teve continuidade até à extinção da marca, em 1975. Este recurso esteve presente quer nas revistas, em especial na *Modas e Bordados*, quer em outros suportes, como pequenas brochuras que explicavam e aconselhavam o uso de determinados produtos de acordo com o tipo de pele, incluindo, em alguns casos, as fotografias e algumas palavras das autoras dos testemunhos. Provavelmente em consequência da carreira musical, Bertha Rosa-Limpo, após ter-se retirado, continuou a manter contactos com diversas personalidades do meio artístico quer nacional quer estrangeiro. Recorde-se que o facto de o seu filho ter sido cineasta, também terá ajudado. Na publicidade aos produtos *Thaber* encontram-se estrelas de várias gerações, tais foram, por exemplo, os casos de cantoras como Amália Rodrigues (1920-1999) e as três irmãs Meireles – Cidália, Rosário (Quinhas) e Milita – e, sobretudo, de atrizes de cinema como Beatriz Costa (1907-1996), Brunilde Júdice (1898-1979), Julieta Castelo (1914-1996), Irene Cruz (1943-20--), Laura Alves (1921-1986), Leonor Maia (1921-2010), Milú (1926-2008), Teresa Casal (1915-?) entre as portuguesas, e Anita Farra (1905-2008), Betty Bell (?-?), Eva Todor (1919-2017) e Paola Barbara (1912-1989), entre as estrangeiras.



8 e 9 – Publicidade aos produtos *Thaber* pela atriz Paola Barbara (1946) e *coupon* publicitário da *Thaber* com a imagem e a assinatura da atriz Betty Bell (1946). *Modas e Bordados*, n.º 1784, Lisboa, 22 de dezembro de 1946 e n.º 1787, Lisboa, 08 de maio de 1946.

As artistas, além de participarem nos anúncios, costumavam oferecer fotografias autografadas. Em entrevista concedida pela empresária à revista *Modas e Bordados*, publicada em outubro de 1947, já era evidente o conhecimento dos cosméticos *Thaber* por parte de diversas estrelas nacionais e estrangeiras, que endereçaram a Bertha Rosa-Limpo exemplares das referidas fotografias com palavras de reconhecimento³⁷³. Tais foram os casos de Anita Farra, Brunilde Júdice, Julieta Castelo, Leonor Maia e Paola Barbara³⁷⁴.

A prática de utilizar as atrizes como ideais de beleza não foi uma iniciativa de Bertha Rosa-Limpo, já era comum no estrangeiro. Estas apareciam com peles cuidadas, luminosas, sem manchas. Se as louras começaram a ser valorizadas na década de 1930, as estrelas dos anos de 1950 apareceram como mulheres desenvoltas, livres e sensuais, sendo exemplos relevantes Marilyn Monroe (1926-1962) e Brigitte Bardot (n. 1934) – que, inicialmente, foi vista como menina-mulher –, caracterizadas por uma beleza provocante, selvagem, felina e bastante erótica³⁷⁵. O cinema divulgou a imagem da mulher fatal que,

³⁷³ A ligação entre beleza, cosmética e cinema foi sempre próxima. Cf. Marwick 2004, 161-189; Nahes, 2007, 150-152; Pilla, 2016, 381-397.

³⁷⁴ *Modas e Bordados*, n.º 1860, Lisboa, 1 de outubro de 1947.

³⁷⁵ Sobre estas questões, cf. Vigarello, 2004, 209-226; Sant'Anna 2014, 107.

não obstante as críticas, conheceu sucesso imediato³⁷⁶. No Portugal de então não se chegou tão longe. Na publicidade encontram-se atrizes louras e morenas, mas não exatamente mulheres que chocassem com a imagem mais idílica e tradicional das funções femininas, eventualmente a exceção terá sido Teresa Casal. De qualquer modo, a *Thaber* nunca manifestou expressamente o embelezamento como uma forma de agradar ao marido ou um meio para o conseguir³⁷⁷. Com o passar dos anos, será dada ênfase à imagem de mulher prática e moderna, através da promoção da roupa *Linha 20*, que abordaremos em seguida, e de cosméticos *Thaber Linha 20*, para jovens. Aliás, o vestuário parece ter sido sempre a base do cuidado com a aparência, em oposição ao desmazelo e ao luxo³⁷⁸.

Vejamos alguns exemplos de publicidade na qual a marca recorreu a cantoras como Amália Rodrigues, e atrizes como Julieta Castelo, Milú e Teresa Casal. Se no caso de Amália, a informação foi generalista, referindo os produtos da marca sem especificar nenhum, Julieta Castelo anunciou máscaras para peles secas e para peles oleosas, aparentemente sem ninguém notar a contradição, pondo em causa a credibilidade do testemunho. Uma dessas máscaras, a *Orangette*, para peles oleosas, também funcionava como uma injeção de beleza, no testemunho de Teresa Casal. Nestes cartazes e brochuras aliam-se discursos imagéticos e textuais, procurando esclarecer as mulheres e incentivá-las à compra, de modo a conseguirem assemelhar-se a um determinado tipo de artista de sucesso e de reconhecida beleza.

³⁷⁶ Recorde-se que, em 1914, a *Max Factor* aperfeiçoou a maquilhagem para cinema, e, em 1932, criou maquilhagem adequada para televisão. Cf. Sant'Anna 2014, 50.

³⁷⁷ Sobre este tipo de posições, cf. Campos 2009, 135-136.

³⁷⁸ Sobre o vestuário e os cuidados com a aparência, cf. Sant'Anna 2012, 106; Sant'Anna 2014, 14; Pinsky 2014.



10 e 11 – Uma página inteira com a fotografia e a assinatura de Amália (s.d.), na qual se refere que a artista de fama internacional usava e preferia os produtos *Thaber*. Ao lado, imagem de diversos produtos da marca. Coleção de Nuno Alves Caetano. Fotografia de IDB.



Milú, gentilíssima vedeta de Rádio e do Cinema usa e prefere, entre todos, os Produtos de Beleza Thaber, quer seja para tratamento de pele, quer seja para maquiagem. Segundo o que ela própria afirma, são os seus companheiros inseparáveis.

Pele seca, áspera e esfarelada:
1 vez por mês—Creme, mistura de limpeza
2 vezes por mês—Hormonal, máscara nutritiva
Todos os dias—Creme n.º 1, «Açaí Tratado»
(de lavanda e morango), bálsamo Hormonal (de lavanda e morango) e Creme n.º 2
(para limpeza noturna).

Pele oleosa:
1 vez por mês—Óleo, máscara regeneradora
1 vez por mês—Orangeite, máscara de limpeza.
Todos os dias—Loção Adstringente (à base de geras de ovos), Creme n.º 2, «em casa de tudo», Creme n.º 1 «Orange Cream» (de laranja e arco de laranja).

Rugas—Pés de galinha:
1 vez por mês—Citronele.
2 vezes por mês—Hormonal.
Todos os dias—Creme n.º 1, Hormonal, Creme n.º 2 e Galeia Anti-Rugas (ou Bêta).

Pele sujeita a acne ou seborréia:
2 vezes por mês—Uma aplicação de Óleo, seguida de máscara de Orangeite.
Todos os dias—Loção Adstringente.

◊
QUALQUER QUE SEJA O SEU TIPO DE PELE,
MAQUIE-SE COM PRODUTOS «THABER».



12 e 13 – Pequena brochura com recurso à atriz Milú, que considera os produtos de tratamento e de maquiagem *Thaber* “companheiros inseparáveis”. A marca publicita as diversas linhas de tratamento. Ao lado, imagens de embalagens de alguns produtos referidos. Coleção de Nuno Alves Caetano. Fotografia de IDB.



14 – Batom, sombras e pincéis da *Thaber*. Coleção Nuno Alves Caetano. Fotografia de IDB.

Ao analisarmos o vocabulário utilizado na publicidade aos produtos *Thaber*, verificaremos que a gramática da beleza não incluiu termos relacionados com o imaginário da mulher-flor, tais como desabrochar e murchar, privilegiou-se o direito ao embelezamento através da aquisição de produtos dispendiosos, de qualidade e com embalagens luxuosas. Eram cosméticos para mulheres que podiam investir em si mesmas e a quem o seu uso poderia aperfeiçoar ou alterar a imagem³⁷⁹.

Bertha Rosa-Limpo e a moda feminina

Em 1971, abriu em Lisboa o primeiro centro comercial do país, designado por *drugstore*, o qual se manteve em funcionamento até 2021³⁸⁰. O estabelecimento, de nome *Apolo 70*, localizado na avenida Júlio Dinis, n.º 10, ocupava 8.000 metros quadrados, distribuídos por dois pisos, apresentava diversas lojas e cinemas, estava aberto 16 horas por dia e era considerado “a última palavra no género quer pelo arrojo quer pela conceção³⁸¹. Manuela Limpo Caetano abriu a *Linha 20*, uma *boutique* de roupa feminina que, como muitas outras lojas, ofereceu peças às concorrentes do concurso *Teenagers Portuguesas*, de 1971³⁸². A loja foi remodelada em 1985, apresentando uma decoração muito moderna, e

³⁷⁹ Sobre este tipo de estratégias, cf. Pegoraro 2011, 1-26.

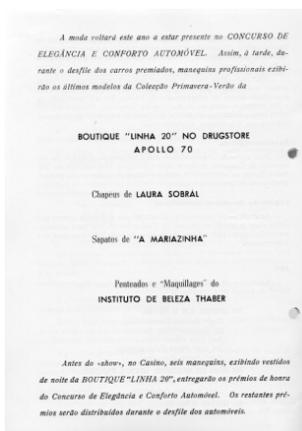
³⁸⁰ Cf. *Apolo 70*. https://www.rtp.pt/noticias/pais/apolo-70-e-o-mais-antigo-centro-comercial-em-lisboa_v803531. Consultado a 26 de junho de 2016; O fim do *Apolo70*. https://ionline.sapo.pt/artigo/739867/o-fim-do-apolo-70-o-centro-comercial-que-modernizou-um-pais-a-preto-e-branco?seccao=Portugal_i. Consultado a 12 de outubro de 2021.

³⁸¹ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 29 de junho de 1971, p. 2.

³⁸² O concurso foi uma iniciativa do *Diário de Lisboa*, realizada no Casino Estoril, apresentada por Carlos Cruz. Contou com participantes de 15 países, bilhetes a 600\$00 e escasso público. *Modas e Bordados*, n.º 3101, Lisboa, 14 de junho de 1971.

fechou as portas anos depois. Dedicada à moda jovem, importava roupa a par da confeção própria e investia na passagem de modelos, a sós ou em colaboração com outras marcas, como fez logo em 1971, por ocasião da inauguração do *Apolo 70*. Não se conhece a participação de Bertha Rosa-Limpo neste empreendimento de sua filha. Porém, é muito claro que a opção por associar os cosméticos à loja de roupas, criando a *Linha 20 Thaber*, foi mais uma interessante e bem sucedida estratégia de venda, a que dificilmente a empresária estaria alheia. Os modelos comercializados eram regularmente publicitados na revista *Ela – Donas de Casa*, na secção de moda, a par dos de outras marcas³⁸³. Inclusivamente, em junho de 1971, na coluna “Consultório Thaber”, onde habitualmente aparecia publicitado algum cosmético, chegou a ser publicada uma fotografia de uma modelo com roupa inglesa comercializada na loja, a qual fora maquilhada com os cosméticos *Thaber*, todos devidamente identificados³⁸⁴.

A partir de 1971, com a loja *Linha 20* juntaram-se os modelos à maquilhagem. As marcas participaram em diversos certames mundanos frequentados pela sociedade. Veja-se, como exemplo o *Concurso de Elegância e Conforto Automóvel*, de maio de 1973, realizado no Estoril, uma organização da Estoril-Sol com o patrocínio do Automóvel Club de Portugal, no qual as modelos desfilaram peças da loja e foram penteadas e maquilhadas pelas profissionais do agora designado Instituto de Beleza Thaber.



15, 16 e 17 – Frente e verso da brochura sobre o *Concurso de Elegância e Conforto Automóvel*, realizado no Estoril em maio de 1973 e fotografia das modelos vestidas com roupa *Linha 20* e maquilhadas com cosméticos *Thaber*, junto de um dos carros. Coleção de Nuno Alves Caetano.

³⁸³ Vejam-se, por exemplo os números de 1976.

³⁸⁴ *Modas e Bordados*, n.º 3095, Lisboa, 02 de junho de 1971.

Balanço final

Enquanto empresária de sucesso, Bertha Rosa-Limpo destacou-se na produção e comercialização dos cosméticos Thaber. Não obstante, não podem deixar de ser referidas as outras atividades em que se envolveu. Se a promissora carreira musical acabou por ser interrompida e o ensino informal do canto e da música não lhe granjearam destaque especial nem lhe asseguraram os rendimentos de que necessitava, o gosto pela música permaneceu e acabou por constituir um predicado apreciado em termos sociais, quando recebia em casa.

A culinária catapultou-a para a fama. Primeiro com a coluna “Correio de Pantagruel” e, em seguida, com o livro *O Correio de Pantagruel*. O receituário e as respostas às leitoras asseguraram-lhe notoriedade e, seguramente, desafogo financeiro, atendendo ao sucesso editorial da obra. A interligação entre a coluna e o livro permitiram criar expectativas às leitoras e assegurar a venda de sucessivas edições. Os acrescentos à obra, mostraram o quanto a mesma era relevante para Bertha Rosa-Limpo e para a família.

Foram, contudo, os cosméticos que a celebrizaram internacionalmente. Se Elizabeth Arden e Helena Rubinstein referiam tratamentos de pele, a primeira propôs três gestos estéticos que continuam a ser a base de qualquer cartilha de cuidados da pele: limpar, tonificar e hidratar (Sant’Anna, 2014, 28), Bertha Rosa-Limpo, no início, insistiu especialmente na cosmética destinada ao tratamento da pele e menos na de mero embelezamento, se excetuarmos o caso dos produtos bronzeadores. Porém, nas décadas de 1960 e 1970, batons e sombras foram tendo um peso mais significativo na publicidade. O uso de géneros naturais, tais como clara de ovo, lanolina, laranja, limão, morango, de entre outros, permitia embelezar, mas e, em especial, limpar, hidratar, proteger, purificar, regenerar, renovar e tonificar a epiderme, de acordo com o vocabulário que utilizou nos vários suportes em que deu a conhecer os cosméticos. Como sinal de requinte, bem à moda de então, optou-se pelo francês, para designar alguns produtos. Posteriormente, o inglês deu um toque mais jovem e moderno. Então, a junção das linhas de vestuário feminino, para jovens e adultas, completaram o quadro.

A revista *Modas e Bordados*, como outras publicações, procurava informar e transmitir conhecimentos, difundindo de forma acessível um conjunto

de dados a letrados e iletrados³⁸⁵, ensinando e tentando disciplinar os leitores, e em especial os do sexo feminino, formando opiniões e gostos, fornecendo normas de comportamento e incentivando ao consumo de bens e serviços das mais variadas áreas, através dos artigos e da publicidade, que constituía, certamente, uma relevante fonte de receita. A leitura deste tipo de publicações permitia a obtenção de referentes para, desse modo, as mulheres exercerem mais corretamente as suas funções sociais³⁸⁶. Ao ensinar, aconselhar, sugerir e tentar impor comportamentos disciplinando as leitoras, a *Modas e Bordados* conduzia-as num determinado sentido. Ora, em matérias como o corpo e a beleza, a culinária, a cosmética e, subsidiariamente, a moda, o peso da ação de Bertha Rosa-Limpo terá feito sentir-se – provam-no a troca de correspondência e as vendas –, ou não fosse a empresária uma empreendedora de reconhecido sucesso, como acontecera em outros espaços com Helena Rubinstein (1870-1965), Estée Lauder (1906-2004) ou Elizabeth Arden (1908-2004), suas contemporâneas.

Fontes manuscritas

Arquivo de Nuno Alves Caetano - Lisboa

Carta de João Marques da Silva Filho (Joka) a Rafaella, da equipa de costura da *Linha 20* (Rio de Janeiro, 31 de julho de 1977).

Carta de Manuela Limpo Caetano a Paulo Cardoso (Lisboa, 10 de fevereiro de 1964).

Carta de Paulo Cardoso, diretor técnico da Enope, dirigida à empresa *Thaber* (Lisboa, 4 de fevereiro de 1964).

Conjunto de cartas datilografadas e assinadas por Manuela Limpo Caetano (1959).

Conjunto de cartas datilografadas e assinadas por Manuela Limpo Caetano (1965).

Fontes impressas

CAETANO, Manuela Limpo, CAETANO, Maria João Alves, CAETANO, Nuno Alves Caetano. (2012). *Livro (O) de Pantagruel: de garfo e faca à volta do mundo*. Lisboa: Esfera dos Livros.

CAETANO, Nuno Alves (2015). *Prisioneiros de Caxias*. 2.^a edição. Lisboa: Chiado Editora.

CHAVES, Laura. (1921). *Trovas simples*. Lisboa: s.n.

Diário de Lisboa, Lisboa, 29 de junho de 1971.

³⁸⁵ Sobre esta temática, já para o século XIX, cf. Cascão 2011, 229.

³⁸⁶ Sobre esta matéria, cf. os considerandos de Pinsky 2014, 10, 46, *passim*.

Diário de Notícias, Lisboa, 04 de dezembro de 1964; 18 de dezembro de 1964.
Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1960.
Donas de Casa, outubro de 1966.
Eco Mundial, 23 de junho de 1916.
Jornal (O) da Mulher, n.º 172, Lisboa, 1927.
LIMPO, Bertha Rosa (1945). *O Livro de Pantagruel*. Lisboa: Editorial O Século.
MAIA, Carlos Bento da. (1903). *Tratado completo de cozinha e de copa*. Lisboa: Livraria Guimarães.
Mamãs e Bebés, Lisboa, 01 de dezembro de 1962; 15 de janeiro de 1964.
Modas e Bordados, Lisboa, 1944-1949, 1964, 1965.
República, n.º 7419, Lisboa, 05 de agosto de 1951.
SAVIOTTI, Gino. (1944). *O Meio-Maluco*. Tradução de Bertha Rosa Limpo. Lisboa: Editorial Gleba.
Tiro e Sport, n.º 315, Lisboa, 30 de setembro de 1905.

Fontes orais

Entrevista a D. Maria Manuela Limpo Caetano e ao Dr. Nuno Caetano, realizada por Isabel Drumond Braga e Inês de Ornellas e Castro, em 23 de setembro de 2011.

Fontes filmicas

À porta da história: *Bertha Rosa-Limpo*. Realização de Jorge Paixão da Costa. Url: <http://www.rtp.pt/play/p2097/a-porta-da-historia>

Bibliografia

ALEGRIA, Cláudia. 2012. “Família Pantagruel: receitas de sucesso unem três gerações”. In *Caras* 885. Lisboa, 28 de julho.
BARREIRA, Cecília. 1994. *História das nossas avós: retratos da burguesia de Lisboa*. 2.ª edição. Lisboa: Edições Colibri.
“A Beleza também se aprende. Esteticista: uma profissão à procura de lugar”. *Modas & Bordados* 3085: 5-7. Lisboa, 24 de março de 1971.
Biblioteca Silva, o sonho desliza perfumado: publicidade ilustrada 1895-1971. Lisboa: Arranha Céus, 2018.
BRAGA, Isabel Drumond. 2008. “Culinária no Feminino: Os Primeiros Livros de Receitas Escritos por Portuguesas”. In *Caderno Espaço Feminino* 19-1: 117-141.
BRAGA, Isabel Drumond. 2015. “A Culinária Portuguesa no Tempo da II Guerra Mundial: as Receitas, o Racionamento e as Soluções Alternativas”. In *Revista de História Helikon* 2-3: 1-23.

- BRAGA, Isabel Drumond. 2022. *Vida familiar à mesa: Portugal 1914-1945*. Lisboa: CTT- Clube de Colecionadores dos Correios.
- BRAGA, Isabel Drumond. 2022a. “Empreendedorismo no feminino: Bertha Rosa-Limpo e os cosméticos Thaber no Portugal dos anos de 1940 a 1970”. In *O Corpo Feminino em Revista: Alimentação, Higiene e Cosmética em Portugal e no Brasil (séculos XIX-XX)*, coordenação de BRAGA, Isabel Drumond Braga e Maria Cecília Barreto Amorim Pilla. Évora: Publicações do Cidehus Url: <http://books.openedition.org/cidehus/18532>
- BRAGA, Isabel Drumond. 2023. “Naturalidade ou artificialidade? a publicidade dos cosméticos *Nally* e *Benamôr* na revista *Fémina* (1933-1938)”, no prelo.
- BRAGA, Isabel Drumond, CASTRO, Inês de Ornellas e. 2013. “Saberes e Fazeres de Berta Rosa Limpo: a construção de um êxito: *O Livro de Pantagrue*”. In *Faces de Eva* 29: 45-66.
- BRAGA, Isabel Drumond, PILLA, Maria Cecília Amorim. 2018. “Rosa Maria para a elite, Rosa Maria para o povo: culinária brasileira e culinária portuguesa na primeira metade do século XX”. In *Revista de História* 177: 1-28.
- CAMPOS, Raquel Discini de. 2009. *Mulheres e Crianças na Imprensa Paulista (1920-1940): educação e história*. São Paulo: Editora Unesp.
- CASCÃO, Rui. 2011. “Em Casa. O Quotidiano Familiar”. In *História da Vida Privada em Portugal*, direção de José Mattoso. vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CODELUPPI, Vanni. 2015. *Che cos'è la pubblicità*. 11.ª edição. Roma: Carocci Editore.
- COELHO, Nuno. 2017. *Uma história de Confiança: a indústria da saboaria e perfumaria no século XX português*. Lisboa: Tinta-da-China.
- FEIO, Lurdes. 1981. “Bertha Rosa Limpo: uma diva do palco e da cozinha”. *O Jornal* 322:15. Lisboa, 30 de abril a 7 de maio.
- LUÍS, Sara Belo. 2012. “A deliciosa história da família Pantagrue”. In *Visão* 1009: 71-77. Lisboa, 5 a 11 de junho.
- MARSH, Madeleine. 2009. *Compacts and Cosmetics: beauty from victorian times to the present day*, Barnsley: Remember When.
- MARWICK, Arthur. 2004. *A History of Human Beauty*. Londres e Nova Iorque: Hambleton, London.
- MOREAU, Mário. 2005. “Bertha Júdice Rosa Limpo”. In *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, coordenação de António F. de Sousa, Ilda Abreu e Maria Emília Stone. 177. Lisboa: Livros Horizonte.
- NAHES, Semiramis. 2007. *Revisita Fon Fon: a Imagem da Mulher no Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Arte & Ciência.
- PEGORARO, Éverly. 2011. “Elas, silenciosas ou ousadas: a publicidade e as diferentes percepções da mulher (1940-1950)”. In *História, Imagem e Narrativas* 12: 1-26.
- PILLA, Maria Cecília Amorim. 2016. “Mente Sã em Corpo São: exercícios, alimento e saúde nas páginas do *Anuário das Senhoras* durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945)”. In *Revista Portuguesa de História* 47: 381-397.
- PINCAS, Stéphane, LOISEAU, Marc. 2008. *A history of advertising*. Colónia: Taschen.
- PINSKY, Carla Bassanezi. 2014. *Mulheres dos Anos Dourados*. São Paulo: Contexto.
- PRATES, Maria Luíza Fouto. 2003. *O Jornalismo Feminino nas décadas de 30 e 40 na Revista Modas e Bordados e a Personalidade de Maria Lamas*. Lisboa: Dissers-

tação de Mestrado em Cultura Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. 2012. "Sempre Bela". In *Nova História das Mulheres*, organização de Carla Bassanezi Pinsky, Joana Maria Pedro. São Paulo: Contexto.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. 2014. *História da Beleza no Brasil*. São Paulo: Contexto.

Webgrafia

Apolo 70. Consultado a 26 de junho de 2016. Url: https://www.rtp.pt/noticias/pais/apolo-70-e-o-mais-antigo-centro-comercial-em-lisboa_y803531

Fim (O) do Apolo 70. Consultado a 12 de outubro de 2021. Url: https://ionline.sapo.pt/artigo/739867/o-fim-do-apolo-70-o-centro-comercial-que-modernizou-um-pais-a-preto-e-branco?seccao=Portugal_i

Lembranças de Maria Lamas 20 anos após a sua Morte: entrevista com Maria Cândida Caeiro. Consultado em 7 de junho de 2021. Url: <http://historiaeciencia.weblog.com.pt>

Política e História de Mulheres brasileiras: Protagonismos contemporâneos

*Angela Virginia Brito Ximenes*³⁸⁷

*Fernanda Léo Flôres*³⁸⁸

*Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti*³⁸⁹

Percorrendo História e histórias

Em pleno alvorecer do “longo” século XIX, processos contemporâneos intensificam as eras das revoluções, do capital e dos impérios (Hobsbawm 2012abc), já anunciam marcadores para almejar práticas para obtenção de Liberdade e Justiça Social: a consciência de classes, juntamente com a organização e o desenvolvimento de movimentos sociais, “hierarquicamente determinados pelas relações de poder”, sejam de caráter político e econômico (Sen 2011 e 2017). Entretanto, também encobriram silêncios e exclusões profundas. Movimentos internacionais e contextos de transformações constantes compõem o panorama temporal escolhido.

No processo bi-secular observam-se processos consubstanciados pela incorporação paradoxal e contraditória, para além da lentidão temporal de efetivar-se, no que se refere à inclusão de grupos específicos nesta cruzada insurrecional e de resistências, em destaque os invisíveis sujeitos femininos. Os nomeados “excluídos da História” - esquecidos na historiografia mais tradicional e conservadora e registrados para além de fontes oficiais – estando atrelados às esferas do trabalho e de movimentos sociais no período. São mulheres, prisioneiros e operários (Perrot 2008).

Podemos estabelecer recortes através de testemunhos e investigações sobre o papel e as relações que as mulheres foram definindo ao longo da História Contemporânea e do Tempo Presente. Em que pese os silêncios histó-

³⁸⁷ Economista. Doutoranda em Estudos Feministas da Universidade de Coimbra. angelaximenes67@gmail.com - orcid.org/0000-0003-1249-2172

³⁸⁸ Historiadora e Advogada. Doutoranda em História pela Universidade Federal da Bahia. fernanda.ledo@ufba.br - <https://orcid.org/0000-0001-8090-7240>

³⁸⁹ Investigadora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Docente no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismos pela Universidade Federal da Bahia. vanessa.cavalcanti@ufba.br - orcid.org/0000-0002-5689-8206

ricos de vozes e identidades feministas que ecoaram sobre o apagamento de importantes experiências, há constantemente a necessidades de “combates da História” (Febvre 2011) e de escovar a História a contrapelo (Benjamin 2014), evidenciando participação e contributos das mulheres.

As mulheres foram deixadas na sombra da História. O desenvolvimento da Antropologia e a ênfase dada à família, a afirmação das “Mentalidades”, mais atenta ao cotidiano, ao privado e ao individual, contribuíram para as fazer sair dessa sombra. E mais ainda o movimento das próprias mulheres e as interrogações que suscitou. “Donde viemos? Para onde vamos?”, pensavam elas; e dentro e fora das Universidades levaram a cabo investigações para encontrarem vestígios das antepassadas e, sobretudo, para compreenderem as raízes da dominação que suportavam e as relações entre sexos através do espaço e do tempo. (Duby & Perrot 2013, 7).

Não somente uma historiografia para descortinar documentos, registros e análises sobre mulheres, mas epistemologias feministas revelaram sujeitos protagonistas, militantes e resistentes, eixo central desse artigo. Essa nova historiografia exigiu revisão na produção e circulação de conhecimento interdisciplinar e abriu vertentes historiográficas que vasculhou fontes, problemas de investigação, e objetos de estudos.

As mulheres foram colocadas no centro referencial, empreendendo mais do que algumas manifestações reivindicatórias; construíram, mesmo que na contramão, caminhos em busca de autonomia e real transformação em suas condições de vida e de trabalho. Passaram, efetivamente, de sujeitos excluídos a sujeitos imprescindíveis para fomentar várias frentes de inserção social.

Das reivindicantes às resistentes d’além mar

O processo emancipatório e de conquistas de direitos (dimensões políticas, civis, econômicas e sociais) específicos para mulheres não deve ser observado e interpretado como uma consequência natural, evolutiva e simplificada. A complexidade, os movimentos transitórios e as intensidades componentes da realidade social contemplam o delinear de longa duração também sinalizam para a urgência e a necessidade de tomar a conscientização - de e para

si - como sujeitos da própria História e de um determinado momento experimentado coletivamente.

No decorrer desse processo praticamente criam-se dicotomias de classe, sendo detectado elemento crucial de tensões. Afinal, parte da população, em contexto ocidental e especialmente na consolidação dos impérios europeus, foi deliberadamente subalternizada e excluída, tanto em suas ações quanto no fomento e na organização de relações de produção e de trabalho. “No entanto, a cronologia contemporânea traz já assinalados momentos de resistência e de tomada de consciência por parte das mulheres, seja através de pequenas causas e localidades, seja em grandes e concretas ações revolucionárias como veremos a seguir” (Cavalcanti 2013, 1).

Precursoras do feminismo na Europa, Olympe de Gouges (1748-1793) e Mary Wollstonecraft (1759-1797), produziram textos audaciosos em defesa da vida, da cidadania e da democracia. A primeira, representante na luta revolucionária francesa, redigiu a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã” (1791). Em meio a um cenário onde os lemas de liberdade, igualdade e fraternidade não se estendiam amplamente às mulheres, Wollstonecraft publicou artigos emblemáticos e promotores de construção de uma teoria política feminista. Sua escrita ganha o título de “Uma Reivindicação pelos Direitos da Mulher” (1792), servindo como fonte de inspiração às sufragistas no século seguinte. Seu trabalho consistiu em um dos primeiros argumentos escritos sobre os valores estabelecidos pela sociedade de sua época, que por si só também já se matizavam como atos políticos.

Após essa inauguração, a tendência incorporada em outros textos frisava a luta pelo voto e pelo início da “insurreição feminista”. Nas declarações de Harriet Taylor Mill (1804-1858) houve reconhecimento e influência a partir da obra “A emancipação das mulheres” (1851), seguido pela obra “A subordinação das mulheres” (1869), escrito com seu marido. Fruto ainda de uma onda revolucionária mais extensa que se alastrava pela Europa, a Revolução Industrial reconduziu à ideia de produção e divisão de trabalho, conferindo às mulheres a ocupação do trabalho doméstico e reprodutivo, além de determinar o espaço público e o trabalho remunerado para os homens (Taylor Mill 2015; Tong 2009).

Em nível global, o século XIX marcou momento decisivo em relação aos movimentos sociais, com destaque aqueles contrários à expansão da ideologia liberal.

Estão enquadrados movimentos com abordagem feminista, antiescravista e de cunho político, cujos elementos basilares e constitutivos

apresentaram forte tendência a promover debates sobre cidadania representativa, em primeira instância. Destarte, a ampliação para construção de cidadania social será incorporada nas bandeiras de grupos excluídos e nas resistências frente às condições precárias extremadas, tanto na vida quanto nas redes laborais e experiências políticas.

Rumo ao sufrágio: sem representação não haverá porvir

De escritoras reivindicantes às sufragistas que ocuparam as ruas, a ação foi relevante na exigência pelo sufrágio para mulheres, abrindo expressões e manifestações relativas especificamente ao campo político e às decisões de caráter coletivo. Não obstante as lutas e as bandeiras desfraldadas, os dois séculos aqui analisados são caracterizados pela incorporação de mulheres na dimensão pública sempre se configurou de forma lenta, subalternizando experiências e acesso nas instâncias públicas (Spivak 2010). Por isso, um dos objetivos desse artigo é “trazer à tona”, distanciando de contextos coloniais e tomando como ponto de partida experiências de várias mulheres intelectuais e militantes, incluindo contextos e territórios geográficos, políticos e simbólicos que não costumávamos considerar, anteriormente, como associados a esta realidade.

Emergir biografias de mulheres que incitaram lutas no contexto brasileiro desde o século XIX, portanto, é a composição sequencial. As pistas podem ser encontradas na lápide de Leolinda Figueiredo Daltro (1859-1935), onde estão inscritas conquistas: “precursora do verdadeiro feminismo pátrio”. Foi uma das pioneiras sufragistas e fundadora do Partido Republicano Feminino, em 1910, além de três jornais dedicados às temáticas (Kavawejczyk 2014).

Em 1885, o direito ao voto feminino foi pleiteado pela primeira vez no Brasil pela cirurgiã-dentista gaúcha Isabel de Sousa Matos. Com base na Lei imperial nº 3.029 de 9 de janeiro de 1881, conhecida como Lei Saraiva, que declarava como eleitoras as portadoras de títulos científicos, a cirurgiã-dentista conquistou o direito ao voto na segunda instância judicial. No entanto, Isabel não chegou a exercer o direito em razão das novas mudanças legais e interpretativas com os primórdios republicanos (Ceva; Schumacher 2015).

Com o advento da Constituição Republicana de 1891, a proibição ao voto feminino não estava expressa no texto legal. No entanto, a interpretação jurídica masculina relegava às mulheres subalternidade em sua condição

de “relativamente incapazes” para o ato de votar e os interesses pessoais deveriam estar representados através das vozes dos seus maridos - esses, capazes, para o mundo civil e político. Para que as mulheres pudessem exercer seus direitos como eleitoras no país um longo caminho repleto de altos e baixos foi percorrido.

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), fundada no Rio de Janeiro em agosto de 1922, centrava-se na luta por igualdade jurídica entre mulheres e homens, com destaque ao pleito eleitoral. As sufragistas brasileiras da FBPF eram lideradas pela feminista Bertha Lutz, intelectual brasileira e ativista para a conquista ao voto feminino. Teve valiosa participação na luta pela educação, proteção à maternidade, à infância e na inserção dos direitos das mulheres no mercado de trabalho (Cavalcanti 2007).

O Decreto nº 21.076 de 24 de janeiro de 1932, editado durante o governo Vargas, instituiu o Código Eleitoral Brasileiro. Tornou-se o primeiro documento legal a trazer expressamente previsto o voto feminino. Dentro da FBPF e com liderança de Bertha Lutz, as sufragistas almejavam e conseguiram colocar Almerinda Farias Gama como representante das causas femininas na Assembleia Constituinte de 1933. Destarte, introduziram pautas específicas e inserção na elaboração da nova Carta Constitucional, promulgada em 1934 (Brazil & Schumacher 2000).

Mesmo antes da legalização do voto feminino, seja no Código Eleitoral de 1932, seja na Constituição de 1934, duas brasileiras se destacaram por romper as limitações impostas ao solicitarem seus registros eleitorais em 1927: Júlia Alves Barbosa e Celina Guimarães Viana, ambas professoras (Ceva; Schumacher 2015; Soihet 2012 e 2013).

Ao alegar que a proibição ao voto feminino contrariava o disposto no art. 70 da Constituição de 1891, vigente na época, outra voz defendeu o sufrágio: Maria Ernestina Carneiro Santiago Manso Pereira, conhecida por Mietta Santiago. Como advogada, impetrou mandado de segurança (1928) e adquiriu o direito eleitoral para votar e disputar candidatura como deputada federal. Tal atuação jurídica abriu caminho para que o Partido Republicano do Rio Grande do Norte elegeesse a primeira prefeita do país: Alzira Soriano. Eleita pela cidade de Lages, Alzira tornou-se a primeira prefeita da história da América Latina (Ceva; Schumacher 2015).

Ao obter, em 25 de novembro de 1927, parecer favorável da justiça para o seu alistamento, Celina Guimarães Viana, professora da Escola Normal de Mossoró, município do estado do Rio Grande do Norte, tornou-se a primeira

eleitora do Brasil. Pioneira em esfera local, nacional e no contexto latino-americano, incentivou outras mulheres a percorrerem o mesmo caminho e muitas delas computaram seus votos nas eleições de 5 de abril de 1928.

Já votamos? E agora? Permanecem lutas e conquistas

Um projeto envolvendo eixo básico da trilogia revolucionária – a igualdade entre mulheres e homens – foi incorporada em discursos, práxis e nas ideias divulgadas nesse período. “Apesar dos avanços a passos largos que quase todos os países procuram incorporar tanto em suas ações públicas e quanto diretamente apreciadas pela sociedade civil” (Cavalcanti 2013, 6), muitos também foram os retrocessos e, com recorte temporal dos últimos cinquenta anos, percebidos em várias etapas da História e da Política brasileiras.

Para consolidação e criação de instituições e base democrática, o cerne de discursos e ações promovidos internamente nos movimentos sociais que ocupam o território nacional veiculam, concomitantemente, ideais por igualdade e Estado de direito. A meta era não haver restrições, mas sim expansão do exercício efetivo de direitos (sejam civis, políticos, econômicos e socioculturais). Qualquer ação de combate, atentando para agendas internacionais, à discriminação e à desigualdade foram colocadas em pauta, garantindo, sobremaneira, a promoção e resguardo de direitos humanos e fundamentais, inscritos na Constituição Federal.

Se democracia e igualdade se confundem (deixando as premissas reais e teóricas já estudadas anteriormente da concepção de cidadania de representação, cidadania de direito e cidadania social), como eliminar a discriminação? Essa é uma questão fundamental em face do cenário brasileiro, de forte padrão discriminatório, seja como referência ao gênero, raça ou classe. Ainda mais quando a temática versa sobre questões de mulheres, torna-se evidente a constatação de que, embora representem mais da metade da população nacional (Sen 2017), sua participação nas esferas decisórias ainda esteja muito longe do desejável. (Cavalcanti 2013, 8).

Seguindo essa vertente, tópicos relativos às comunidades negras, quilombolas, tradicionais e ribeirinhas – cuja representatividade demográfica é

grande – enfrenta-se um dos paradoxos do acesso à justiça e à cidadania. Por isso, ampliar a diversidade para promover igualdade assinala para uma atenção maior àqueles grupos vulnerabilizados, excluídos historicamente, agem em duas frentes: movimentos organizados e atenção internacional através de planos de ações, conferências e recomendações no direito internacional, vinculados à ONU, para incentivar e acompanhar ações de desenvolvimento e crescimento socioeconômico. A finalidade última se traduz em inclusão de eixos nos planos nacionais, em políticas públicas e legislação especializada. Isso resulta no mínimo, em estimular, promover e garantir justiça social. Neste sentido, as tomadas de decisão perpassam combates e proibição veementes em relação às ações discriminatórias e quaisquer “processos violadores ou que estejam enquadrados nas violências sobrepostas” (Cavalcanti 2018). Ademais, corroborando com ações consistentes e eficazes, com a experiência em tempos pandêmicos – de forte matiz econômico, político e sanitário – recobram as urgências e as emergências de políticas especializadas e atentas não a minorias, mas grupos em suas particularidades e interseccionalidades.

Desde a década de 90, o Brasil tem buscado formas de corrigir o problema de sub-representatividade das mulheres com criação de regras eleitorais que visam a aumentar a quantidade de mulheres candidatas e eleitas em eleições proporcionais, isto é, aquelas para as casas legislativas (Câmara Municipal, Assembleia Estadual e Congresso Nacional) (Matos 2011 e 2015).

A Lei Federal nº 9100, de 1995, direcionando atenção para ações afirmativas relativas a tal situação de desvantagem e inequidade, foi tida como avanço no incentivo à integração de candidaturas e garantias frente à participação igualitária de mulheres, ademais, de abrir atuações em diversas esferas do poder. Nomeada como “Lei das Cotas”, tinha já alguma iniciativa fomentada em contextos latino-americanos como Argentina, Paraguai e Uruguai. No caso nacional, a legislação eleitoral ganha arremates específicos e exige o mínimo de candidaturas femininas em torno de 20%.

Foram inúmeras tentativas e ações incentivadoras, ganhando até campanha nacional cujo lema era “mulheres sem medo do poder”. Exemplo de projeto que reunia instituições governamentais, além de não-governamentais e apoio amplo das eleitas e da formação já ocupante de assentos nas duas casas que compõem o Congresso Nacional. Foi uma estratégia essencial e trazia como substrato caráter suprapartidário. O incentivo direto à integração tanto de quadros quanto instâncias de decisão dentro e nos partidos políticos do período também foram elementos básicos da campanha. A ideia

era de filiação ampla de grande percentual de candidaturas femininas para chegarem ao poder. Isso também implicava num movimento já desde as convenções partidárias e uma influência para garantir a cota consensuada. Os reflexos seriam sentidos, inclusive, no apoio e incentivo às múltiplas formações e capacitações especializadas para mulheres.

Em referência ao sistema de cotas (garantindo mínimos de razoabilidade não só quantitativa, mas qualitativamente) há que se exigir mais do que descrição simplificada de proposta e funcionamento. Existe, desde os anos 90 e entrando no segundo milênio, certo “reconhecimento de dívida social”, inscrito no Guia Prática da Mulher Candidata, organizado para o estado de São Paulo e dentro do Conselho Estadual da Condição Feminina. Na defesa dos itens reivindicados e na busca de garantias a todas as recomendações ratificadas em convenções internacionais pelo Estado brasileiro, os documentos e as diretrizes foram elucidativos.

Os primeiros resultados demonstraram mudanças tênues. Revelaram que as cotas poderiam ir crescendo – com destaque aos pleitos municipais - entre as eleições de 1998 (25%) e 2000 (30% e mantendo-se até a atualidade). Desde sua proposta e implementação, a definição de uma política de cotas sofreu resistências imensas. Entretanto – e novamente em longas jornadas e períodos até ser colocada em vigor – também contribuiu para inserir e incluir situações nas quais mulheres e homens estivessem no fomento para atingir o poder. “Em 1994, tivemos 791 candidatas (...). Em 1998, esse número cresceu para 1768 candidatas sendo: 102 a deputadas do distrito, 1275 a senadoras, 14 a governadoras e 1 a presidente da República” (CECF, 2000). Para o ano de 2020, mesmo em contexto de pandemia, ainda giram em torno de 15 a 20% de candidaturas, como veremos a seguir.

A esfera internacional impulsiona a composição constituinte e a elaboração da Constituição Federal de 1988. De caráter inédito e delineado em perfil democrático, em sua estrutura preza e estabelece fundamentais dispositivos para a promoção da igualdade material. No texto, podemos ressaltar o Art. 7º, inciso 20, quando traz abordagem sobre a proteção do mercado de trabalho para mulheres. Entre esfera pública e privada, o tópico laboral e registro em letras jurídicas também foi registrado no Plano Nacional de Direitos Humanos (1996), estabelecendo diretrizes signatárias acerca de políticas compensatórias da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ações afirmativas, promoção da igualdade objetivando o alcance de oportunidades e consolidação do regime democrático que se desenhava desde finais da década de 80 se configuraram como eixos de trinômio indissociável e a ser constantemente exigido como fundamental e enquadrado no campo dos Direitos Humanos. Deste modo, tais ações protetoras e promotoras também facilitariam a segurança e efetivação da democracia brasileira. Se considerada como invenção histórica e auto-evidência (Hunt 2009), a igualdade ocuparia o primeiro artigo constitucional e orientaria todas as políticas a partir dali. Atentando para os pactos e os consensos possíveis entre os finais dos anos 90 e início dos 2000, seriam sustentáculos de orientações de medidas combatentes de qualquer forma de discriminação e exclusão, direcionado especificamente aos grupos sociais mais vulnerabilizados, sejam integrantes da população negra e indígena, mulheres, pessoas idosas e deficientes, LGBT, crianças e juventudes. No entanto, as letras jurídicas traduziram parte da diversidade brasileira e lançaram olhares sobre a urgência de patamares mais equitativos e e, prol da justiça social e acessibilidade à cidadania integral.

O enfrentamento e a organização – desde responsabilidades, instituições e políticas e planos nacionais – retrataram a vontade de futuro e de consolidação do estado democrático. Foram essenciais para acompanhar e realizar pautas advindas de práticas cotidianas e de experiências sociais em Tempo Presente. Com intuito de dinamizar a experiência democrática, participativa e de grupos específicos, criação de base educacional ampliada e reforçada, são integradoras a partir dos anos 2000, citando, inscrevendo e instaurando conscientização para e entre agentes sociais. Neste campo e com reforço inclusive de criação de instituição de caráter ministerial, as mulheres ganharam espaços, planos e incentivo à legislação com lentes de gênero, como foi o caso da Maria da Penha e do Feminicídio. Não obstante, aspectos relacionais da vida íntima, familiar, social e laboral, bem como aproximações com todo aparato internacional sobre recomendações e ações dos direitos humanos das mulheres e meninas, bem como observância para acessibilidade e proteção foram eixos incorporados em todos os documentos, campanhas educativas para atingir a sociedade civil massivamente e marcos legais-institucionais do período.

No Brasil segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas eleições municipais de 2016 a representatividade estava assim disposta:

Candidaturas de mulheres (Cargos eletivos em geral)	31,60 %
Candidaturas de homens (Cargos eletivos em geral)	68,40 %
Candidaturas de mulheres (Vereadoras)	32,79 %
Candidaturas de homens (Vereadores)	67,21 %
Candidaturas de mulheres (Prefeitura)	12,57 %
Total de candidaturas de homens (Prefeitura)	87,43 %

1 - Candidaturas para gestão local (2016).

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, adaptação elaborada pelas autoras, 2020.

O quadro revela que mesmo diante dos avanços na legislação eleitoral - a Lei nº 9.504/1997 e Lei n.º 12.034/2009 - no que tange a cota mínima de 30% das candidaturas destinadas para mulheres, o poder público ainda é marcadamente masculino.

Não há como negar que, apesar das muitas resistências de cunho político, econômico e social, pouco a pouco a luta feminina em busca da emancipação obteve avanços concretos. As mulheres conquistaram o reconhecimento mundial a uma Década da Mulher no ano de 1975, luta essa que foi liderada e celebrada pelas mulheres que atuavam junto à Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), organismo que surgiu no seio da luta antifascista em Paris no ano de 1945 e funciona até os dias atuais com sede em El Salvador, atuando amplamente com *status* de conselho consultivo em relação as causas femininas junto a ONU.

No contexto da Guerra Fria, foi a FDIM, funcionando na Berlim Oriental, que acolheu mulheres da América Latina que, fugindo dos seus contextos ditatoriais, atuaram durante as décadas de 60, 70 e 80 do século passado, nos processos de descolonização da África e da Ásia e na luta intelectual anti-imperialista através dos seus artigos publicados na revista “Mulheres do Mundo Inteiro” (Haan 2015).

Com o encerramento da Década da Mulher (1975-1985), a ocupação das mulheres em altos postos e carreiras, onde era veladamente proibido o seu ingresso - como no caso da magistratura, e sua presença é maior no Congresso Nacional ou mesmo em cargos executivos ao nível federal, estadual e municipal. É de lembrar também o engajamento expressivo das mulheres na campanha pelas eleições diretas (Silva & Wright 2015).

A participação feminina ampliava espaços e apontava para reconhecimento social, seja adstritos à sua participação incondicional na vida pública e privada, na produção da existência cotidiana e nas relações de trabalho.

Deste modo, vislumbram “participar da transformação, de modo a conceber esperanças sobre a igualdade humana” (Evans 2007, 220-221).

Importa, para que prossigamos no entendimento da árdua caminhada das mulheres brasileiras na ocupação de seus espaços sociais e políticos, re-visitamos alguns avanços na construção jurídica em prol da igualdade nas últimas décadas.

ANO	DESCRIÇÃO
1932 - 1934 Novo Código Eleitoral Constituição Federal do Brasil	Ambos garantiram direitos políticos e contemplaram o voto feminino. Permitiram que as mulheres ocupassem o espaço público com poder decisório manifestado pelo voto.
1962 Lei 4.121 Estatuto da Mulher Casada	As mulheres passaram a figurar como colaboradoras na administração da sociedade conjugal, assim devolveu-se a plena capacidade a mulher. A necessidade da autorização marital para o trabalho foi dispensada e instituído o que se chamou de “bens reservados”, que se constituía do patrimônio adquirido pela esposa com o produto de seu trabalho.
1977 Lei 6.515 Lei do Divórcio	Regulou a dissolução da sociedade conjugal garantindo que o fim do casamento não mais restringe direitos civis das mulheres, eliminou as obrigações da mulher junto ao ex-marido, garantiu seus direitos sobre os filhos, direitos a bens e a possibilidade de mais uma nova união. Fixou a prioridade de guarda dos filhos à mãe e o direito de reaver seu nome de solteira.
1988 Constituição Federal do Brasil	Trouxe importantes avanços para as mulheres: pela primeira vez foi enfatizada a igualdade entre homens e mulheres, em direitos e obrigações e o reconhecimento das uniões estáveis. A licença maternidade foi ampliada para 120 dias e estabilidade provisória à gestante foi garantida.
1989 Lei 7.841	Revogou o art. 38 da Lei do Divórcio (1977), eliminando a restrição à possibilidade de divórcios sucessivos.
1997 Lei nº 9.504	Institui a cota de mulheres em partidos políticos, exigindo que nenhum dos sexos possua mais de 75% ou menos de 25% das vagas
2002 Lei 10.406 Novo Código Civil	As mulheres ganham poder familiar, capacidade civil plena e igualdade de direitos civis.
2006 Lei 11.340 Lei Maria da Penha	Trouxe a criminalização específica da violência contra a mulher, previu mecanismos de apuração e punição, além de apoio e assistência às vítimas.
2015 Lei 13.104 Lei do Femicídio	Alterou o Código Penal ao inserir mais uma modalidade de homicídio qualificado feminicídio: quando crime for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

2 - Legislação, características e especificidades (Século XX e XXI)

Em 29 de agosto de 1985 foi criado, pela Lei nº 7.353, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), órgão que, desde o seu surgimento atuou garantindo às mulheres que suas demandas integrassem a Assembleia Nacional Constituinte e, por conseguinte, fossem inseridas na Carta Constitucional de 1988.

Mulheres como Ana Montenegro e Benedita da Silva (única deputada negra no Congresso Nacional à época), representaram os direitos das mulheres no CNDM e lutaram para que cerca de 80% das reivindicações femininas fossem incluídas no novo texto legal (Flôres 2017). A articulação do CNDM, do movimento feminista e da bancada feminina, representou “uma quebra nos tradicionais modelos de representação vigentes até então no país, na medida em que o próprio movimento defendeu e articulou seus interesses no espaço legislativo sem a intermediação dos partidos políticos” (Costa 2005, 18).

Do ponto de vista constitucional, há uma igualdade jurídica entre homens e mulheres prevista no art. 5º, I da Constituição Federal de 1988, cabendo ao Estado promover o bem social, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outra forma que se manifeste à discriminação (Art.3º, IV). Não obstante, na Carta de 1988, também está prevista a punição para atos que discriminem contra os direitos fundamentais – vida, dignidade, saúde, educação, trabalho e moradia (Art.5º, XLI).

Gap de gênero: quais nós temos que desatar?

O processo de autonomização feminina demonstra que as duas últimas décadas – no tocante às representações do movimento - foram moldadas a partir de uma evolução da situação das mulheres em diversos campos de atuação – desde as recentes descobertas científicas à constante ampliação de direitos específicos, da integração em setores “masculinizados” até a formação de representações e organizações capazes de buscarem equilíbrio nas relações sociais (classe, sexo/gênero, raça/etnia/cor, geração, religião, etc.).

Nesse contexto, reforçam-se produções historiográficas que assinalam a existência de um gender gap entre mulheres e homens e entre brancos e negros no campo econômico-material, desdobrando-se para o campo político (Matos 2009ab, 2011).

O Global Gap Report 2020 - em sua 14ª edição - comparou o progresso de 153 países em direção à paridade de gênero em quatro dimensões: participação e oportunidade econômicas, desempenho educacional, saúde e sobrevivência e empoderamento político. Os resultados do Brasil foram desoladores se tomarmos o ritmo de 2006 até 2020 como parâmetro. Vejamos por exemplo: A paridade quanto à representação política entre gêneros somente chegará no ano de 2115, enquanto a paridade salarial entre gêneros tem previsão de ser atingida em 2277 (World Economic Forum 2019).

Consoante o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o percentual de domicílios brasileiros comandados por mulheres saltou de 25%, em 1995, para 45% em 2018. A participação das mulheres no mercado de trabalho cresceu e suas rendas cada vez mais foram absorvidas pelas famílias. No entanto, desigualdades salariais permaneceram elevadas e chances de ascensão profissional continuaram menores quando comparadas a de homens. Há também uma tendência a uma maior convergência na igualdade de gênero, embora a complexidade das situações mostre que o Brasil está distante de alcançar a equidade de gênero e a justiça social nas relações entre mulheres e homens (Cavenaghi & Alves 2017, 14).

Ocupando territórios distintos, em quase todo mundo, foi nos serviços que as mulheres se fixaram com maior predominância, revelando ainda discriminações e subalternidades. Desde salários menores e diferenciados à não ocupação de cargos e postos de liderança, fatores agravados quanto à maternidade e acompanhamento de filhos/as.

O movimento de mulheres alcançou nas últimas décadas enormes transformações em todo o mundo, alterando as condições de vida das mulheres, o imaginário social e o comportamento da sociedade. Essas mudanças foram fruto da luta das mulheres frente a flagrante desigualdade em direitos e oportunidades entre os sexos. Buscando condições de vida mais dignas, igualitárias e justas, as mulheres desbravaram territórios masculinos, conquistando definitivamente espaços de participação política e no mercado de trabalho (Libardoni 2002, 9).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), importante instrumento para formulação, validação e avaliação de políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico da população e a melhoria das condições de vida no país, iniciado em 1967 revelava fortemente o hiato de gêne-

ro na análise da chefia das famílias brasileiras. As metodologias começam a ser alteradas e relacionadas ao gênero já na entrada do século XXI, passando a usar, nos anos 1990, o critério “pessoa responsável”, de modo a evitar a associação entre cônjuge (homem) e chefe de família. Tal abordagem elucida análises e modifica instrumentos de coleta de dados, reconhecendo as mulheres como responsáveis na ética e na economia do cuidar, com ou sem cônjuge (Oliveira, Saboia & Cobo 2002).

O chefe do domicílio, na maioria dos casos, é o cabeça do casal e principal arrimo da família. Havendo um casal, o marido será sempre o “chefe”. Entretanto, nos casos em que o domicílio é constituído de um grupo de pessoas sem qualquer laço de parentesco, o chefe é a pessoa considerada como tal pelos demais membros do domicílio” (IBGE 1971, 22-23).

A mulher não poderá ser considerada chefe quando o seu cônjuge for morador do domicílio” (IBGE 1977, 24).

De acordo com pesquisas PNAD (2019) e publicadas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) subsistem as grandes discrepâncias entre o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas brancas (R\$ 2.999), pardas (R\$ 1.719) e pretas (R\$ 1.673). Também perduram as diferenças de gênero: o rendimento de todos os trabalhos dos homens (R\$ 2.555) é 28,7% mais alto que o das mulheres (R\$ 1.985).

Uma abordagem teórica-reflexiva se fortalece com a análise de dados empíricos, tais como o Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG), divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em 2019, aponta que as mulheres no Brasil estudam mais, porém possuem renda 41,5% menor que os homens. Também revela que as brasileiras estão em melhores condições de saúde e educação que os homens, apesar de no quesito renda bruta ficarem abaixo. Justamente, nesse último item, a Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, medida anualmente, da mulher equivale a US\$ 10.432 contra US\$ 17.827 do homem, com base em números de 2018. O IDG do país fica atrás da Argentina e Colômbia, no mesmo contexto latino-americano, supera o Uruguai e a Venezuela.

O IDG aponta as desigualdades em três dimensões: saúde reprodutiva, empoderamento e atividade econômica. O Brasil ocupa a 89ª posição entre 162 países pesquisados. Tomando o quesito empoderamento - que é medido

pela parcela de assentos no Parlamento ocupada por mulheres e pelo ensino médio e superior completos relativos a cada gênero - ficamos em desconsiderável ainda desvantagem: em 2018 o valor foi de 15%. O índice é menor até que o da Nigéria, país com menor IDH no panorama mundial, onde as mulheres ocupam 17% dos assentos.

As vulnerabilidades e as desigualdades são acentuadas e, acrescidas de fatores como faixa etária, escolaridade, trabalho/renda e filiação, a manifestação abissal se configura. Por isso, a observação da “feminização da pobreza” (Sen 2011) e as “violências sobrepostas” (Cavalcanti 2018), além de interseccionalidades (Crenshaw 1991) podem auxiliar na descrição, crítica e indicação de políticas e agendas potentes. A associação entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável assinalava dados e demonstrativos de forte exclusão. Buscando autonomia e emancipação, a integração, acessibilidade à justiça social e à cidadania de meninas e mulheres têm sido registradas em agendas políticas e econômicas, com ênfase no último quartel de século. Passou a exigir e ser observada, exigindo regimes democráticos, participação de movimentos sociais e produção de “conhecimento decente para uma vida prudente” (Santos 2004).

Com aspecto integrador e coadunando com ações globais, o tema do desenvolvimento encontra também na literatura acadêmica esforços de análise. Afinal, a expansão das liberdades – em suas múltiplas dimensões, quais sejam econômicas, políticas e sociais – devem regular e preservar vidas e garantir que pessoas – em suas experiências diárias – possam desfrutar de pleno acesso, proteção e promoção de direitos. Destarte, alcançar igualdade entre mulheres e homens encontra discursos, práticas e incremento legal, ademais de demonstrar processo de conscientização, “pois incentivar poder às mulheres é o fator mais importante na direção do poder econômico” (Sen 2011, 227).

Direitos humanos e democracia: das lutas femininas à promoção da igualdade de gênero

Entre desenvolvimento social e crescimento econômico, ainda restam promoção de e para os Direitos Humanos. Se as desigualdades se mantêm, as violências se manifestam e são naturalizadas, isso impõe uma leitura sobre as violações múltiplas e de longa duração. Entretanto, reflexos concomi-

tantes também de idas e vindas rumo à democracia brasileira, as conquistas indicam tendências de crescimento econômico e mudanças significativas na esfera política e social. Sem letras jurídicas, organização de instituições democráticas, agendas em prol de políticas públicas e ações específicas, respondendo às diretrizes internacionais e das quais o Brasil é signatário, os dados seriam ainda piores.

Em Pequim, comendo a Conferência Mundial Sobre a Mulher (1995), o compromisso para realização e intensificar ações foi assinado por diversas nações presentes. Na primeira etapa dos Objetivos do Milênio (ONU, 2015) e, na atual projeção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2030), se reforçam e priorizam atenção e incremento na promoção de direitos e cidadania para meninas e mulheres. Entre elas: dotações específicas e relacionadas com os objetivos; analisar o campo do trabalho doméstico e indicativos para reestruturação dos regimes de emprego para que seja possível uma divisão mais justa das responsabilidades familiares; erradicar a pobreza e redução de desigualdades; fomentar acesso à educação e conscientizar através da educação para e pelos Direitos Humanos; diversificar formação profissional e técnica, bem como abrir para as jovens campos das engenharias, ciência exatas, tecnologias e gestão de empresas (Libardoni 2002).

As duas expressões de desigualdade e não consolidação democrática - “feminização da pobreza” e das violências de gênero (Costa & Neves 2017) – entraram como eixos prioritários. Isso porque cada vez mais ocupam resultados e indícios de serem causas para entraves. Posto isso, as relações entre direitos humanos, democracia e acesso à justiça social são tripés essenciais na passagem para políticas, legislações e esforços de presente-futuro. A educação passa a ocupar prioridade máxima, desde a trajetória escolar aos mundos do trabalho e de integração social (Estevão 2011ab).

Se nos séculos XIX e XX, as reivindicações das mulheres sinalizavam para as lutas por sufrágio e por reconhecimento para além da subalternidade ao masculino; nas eleições de 2020, serão elas resistências e escolhas possíveis? Já houve o salto em prol de liberdades e igualdades? Percorrendo a História Contemporânea e do Tempo Presente, é possível indicar grandes avanços, mudanças e ampliação de direitos, com agendas especializadas. Atualmente, para o contexto municipal brasileiro, ainda apontamos índices baixos, entre 12% e 13,5% (TSE 2016), respectivamente, ocupam cargo efetivo de vereadoras e prefeitas.

Dentre as gerações dos Direitos Humanos, os direitos políticos sempre estiveram como etapa basilar. Mas, ao retornar às “pioneiras”, as lutas foram intensas e longas. As candidaturas já constam e são reforçadas pela presença das cotas, estabelecidas desde os anos 90, mas não alcançam a “política de presença” mínima. Em tempos incertos, acentuados pela crise sistêmica, teremos que observar e apreender também sobre candidaturas, representatividade e pessoas comuns. Voltemos às Olympes, Marys, Leolindas, Marias e Alziras.

As nomeadas e as que estavam na labuta pela construção de um mundo mais justo e equitativo, foram mulheres “comuns”, em suas diversidades territoriais, de experiências, de classes, de raças/etnias que confrontaram as dominações e as permanências patriarcais. Vivenciamos altos e baixos nas fases republicanas, dualismos e rivalidades que não asseguraram promoção de direitos, mas ampliaram as desigualdades. Mulheres que enfrentaram e se colocaram nas resistências e nas lutas coletivas. Saíram de lugares de subalternidade e se posicionaram na vida política.

Protagonistas e, muitas vezes, insurgentes mulheres que decidiram tomar assento, fundamentar uma proposta que seja compatível entre público e privado. O bem comum depende do enfrentamento das desigualdades – somadas pelas questões interseccionais -, da reunião de pessoas em sua diversidade para tratar de temas centrais que assolam o cotidiano. Mulheres com saberes e distintas vivências podem realizar a utopia da emancipação em política do presente.

Entre a conquista política e a busca de promoção da equidade, dois séculos se matizaram como de permanências e rupturas, de resistências e protagonismos de mulheres. Ressalte-se que a política brasileira enfrentou mudanças radicais, incluindo inovações democráticas e mobilizações em massa. Tal processo incluiu a organização de associações civis, desde finais dos anos 1970 (etapa de redemocratização) até meados da década de 1980 (Mendonça & Lavalley 2019).

Após a liberalização do regime político, o Brasil organizou Assembleia Constituinte que levou à ratificação da Constituição de 1988. Portanto, a associação entre direitos humanos e democracia só tende a proporcionar rumos menos críticos e perversos. A Constituição garantiu uma grande variedade de direitos (por exemplo, um sistema de saúde gratuito e universal), incluindo o direito de participar na tomada de decisões políticas. Os últimos foram de intensificação de pautas para ter ordenamento jurídico, criação de

organismos fiscalizadores, bem como de redes de atuação interinstitucional e forte planejamento em prol da educação cidadã e promoção ampliada.

No percorrer desses dois séculos, delineados para este artigo, observamos protagonismos, marcos legais e institucionais, agendas que, independente do compasso e ritmo, anunciaram tempos de acessibilidade, respondendo às esferas internacional e nacional. Não obstante, mesmo com ações afirmativas e inúmeros programas, serviços e campanhas especializadas, a baixa representação feminina em âmbito político demonstra um percurso histórico que se mantém ativo. Tanto no campo político quanto nas dimensões econômicas e sociais, nas relações domésticas e de intimidade ainda se avizinham intensos debates e firmes planejamentos, sem interrupções quando de mudanças mandatárias. Afinal, há sub-representação de caráter mais pluralista e a participação de cidadãs permanece limitada na “política de presença”.

Se as “pioneiras” correram solitárias quase e podem ser nomeadas para seus tempos; na atualidade, as candidaturas coletivas e individuais, fortalecendo conexões inclusive através da diversidade - são negras, quilombolas, indígenas, em situação de rua, LGBTQIA+, rurais ou urbanas, optantes ou não pela maternidade, revelam que em país de dimensões continentais e enraizadas em uma cultura machista e racista, as bandeiras não devem ser guardadas.

A práxis relativa às lutas por direitos humanos específicos nos aponta para a assertiva de que a participação das mulheres, dentro da política institucional, aparece envolta em fragilidades e obstáculos comuns e que afetam, sobremaneira, a sua inclusão efetiva. Vale frisar que existem barreiras não apenas para que as mulheres adentrem as instituições, mas também para sua permanência e ascensão a cargos mais altos, equilíbrios salariais, condições de vida familiar e na intimidade sem medos de violências de quaisquer tipos (já assinaladas e traduzidas na Lei Maria da Penha, por exemplo). Tais ações dependem de tomadas de decisão e de escolhas éticas.

Não obstante, as negativas não encobrem também os avanços conquistados pelas gerações passadas. Uma das maiores contribuições dentro das epistemologias feministas é justamente - com produção e difusão de conhecimento - reconhecer o passado. Nas temporalidades longas, é preciso valorizar as que vieram antes, mas também olhar para o presente e fomentar soluções para um futuro em que a igualdade de gênero seja uma realidade em todas as esferas da sociedade (política, social, econômica etc.).

Bibliografia

- BENJAMIN, W. 2014. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- BRAZIL, Ê.V.; SCHUMAHER, S. 2000. *Dicionário Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CAMPS, V. 1998. *El siglo de las mujeres*. Madrid: Ediciones Cátedra/Instituto de la Mujer. (Coleção Feminismos, 45).
- CAVALCANTI, V.R.S. 2013. “Cidadania negada, cidadania conquistada: mulheres, política e histórico do Brasil contemporâneo”. In: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina: ANPUH. Url: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206572_b19479e40584de8154701ce2a3bcf799.pdf
- CAVALCANTI, V.R.S. 2018. “Violência(s) sobreposta(s): Contextos, tendências e abordagens num cenário de mudanças”. In: DIAS, I. (Org.). *Violência doméstica e de gênero*. Lisboa: Pactor, 97-122.
- CAVALCANTI, V.R.S. 2007. “Memórias femininas: tempo de viver, tempo de lembrar”. In *Revista Brasileira de História*, 27 (54), 59-82. Url: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000200005>
- CEVA, A.; SCHUMAHER, S. 2015. *Mulheres no poder*. Rio de Janeiro: Ed. Janeiro.
- CAVENAGHI, S.; ALVES, J.E. 2018. *Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios*. Rio de Janeiro: ENS-CPES.
- CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA/GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2000. *Guia Prático da Mulher Candidata*. São Paulo.
- COSTA, A.A. (2005). O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, v. 5, n. 2, 9-35.
- COSTA, D.; NEVES, S. (orgs.). 2017. *Violência de gênero*. Lisboa: CIEG/UL.
- CRENSHAW, K. 1991. “Mapping the Margins. Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color”. In *Stanford Law Review*, vol. 43, July, 1241-1299.
- DUBY, G.; PERROT, M. 2013. “Escrever a História das Mulheres”. In: THÉBAUD, F. *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento.
- ESTÊVÃO, C.A.V. 2011a. “Democracia, Direitos Humanos e Educação. Para uma perspectiva crítica de Educação para Direitos Humanos”. In *Revista Lusófona de Educação*, n. 17, 11-30. Acesso em 19 novembro 2022. Url: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/2361>.
- ESTÊVÃO, C.A.V. 2011 b. “Direitos humanos e educação para uma outra democracia”. *Ensaio: aval. pol. públ. educ.*, v. 19, jan./mar., n.º 70, 9-20. Acesso em 10 novembro 2022. Url: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n70/v19n70a02.pdf>.
- EVANS, M. 2007. *Mundos diferentes? Introducción al pensamiento feminista contemporáneo*. Madrid: Minerva.
- FLÔRES, F. 2017. “Ana Montenegro: trajetória política e intelectual 1915-2006”. In CARDOSO, C.C.; Cardoso, L. *Ditaduras: Memória, Violência e Silenciamento*. Salvador: Edufba, 461-476.

- HAAN, F. 2018. *The Women's International Democratic Federation (WIDF): History, Main Agenda, and Contributions, 1945-1991*.
- HOBSBAWM, E.J. 2012a. *A Era das Revoluções*. São Paulo: Cia das Letras.
- HOBSBAWM, E.J. 2012b. *A Era do Capital*. São Paulo: Cia das Letras.
- HOBSBAWM, E.J. 2012c. *A Era dos Impérios*. São Paulo: Cia das Letras.
- HUNT, L. 2009. *A invenção dos direitos humanos*. São Paulo: Cia das Letras.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico – 1999*. São Paulo, 2000.
- IPEA. Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada. *Indicadores sociais – Trabalho X Gênero*. São Paulo, 2000.
- KARAWEJCZYK, M. 2014. “Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltró”. In *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 40, jan./jun., n.º 1, 64-84.
- FEBVRE, L. 2011. *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença.
- LIBARDONI, M. 2002. “Apresentação”. In AGENDE/SEDIM. *Direitos Humanos das mulheres... em outras palavras: subsídios para capacitação legal de mulheres e organizações*. Brasília: Agende, dezembro.
- MATOS, M. 2011. “A subrepresentação política das mulheres na chave de sua subteorização na ciência política”. In: PAIVA, D. (Ed.). *Mulheres, política e poder*. Goiânia: Canône Editorial, 22-54.
- MATOS, M. 2015. “Democracia, sistema político brasileiro e a exclusão das mulheres: a urgência em aprofundar estratégias de descolonização e despatriarcalização do Estado”. In: BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. *Revista Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Brasília, 24-36.
- MATOS, M. 2009a. “Desdobramentos das agendas dos feminismos contemporâneos: a quarta onda”. In: MATOS, M. (Org.). *Enfoques feministas e os desafios contemporâneos*. Belo Horizonte: Fafich/DCP, 13-43.
- MATOS, M. 2009b. “Em busca de uma teoria crítico-emancipatória feminista de gênero: reflexões a partir da experiência da política na ausência das mulheres”. In: Matos, M. (Org.). *Enfoques feministas e os desafios contemporâneos*. Belo Horizonte: Fafich/ DCP, 59-112.
- MENDONÇA, R.; LAVALLE, A. 2019. “Brasil, 40 anos de lutas pela legitimidade política pelas lentes da representação”. In *Representação*, 55: 3, 239-250. DOI: 10.1080 / 00344893.2019.1679241
- MONTENEGRO, A. 1985. *Mulheres: participação nas lutas populares*. Salvador: M&S.
- OLIVEIRA, S.; SABOIA, A.L.; COBO, B. 2002. *Dimensões preliminares da responsabilidade feminina pelos domicílios: um estudo do fenômeno a partir dos censos demográficos 1991 e 2000*. Rio de Janeiro: IBGE. Url: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66197.pdf>
- PERROT, M. 2008. *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- SANTOS, B.S. 2004. *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez.
- SEN, A. 2017. *A condição de agente das mulheres e a mudança social. Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras.
- SEN, A. 2011. *A ideia de justiça*. Coimbra: Almedina.

- SILVA, S.M.; WRIGHT, S.J. 2015. “As Mulheres E O Novo Constitucionalismo: Uma Narrativa Feminista Sobre a Experiência Brasileira”. In *Revista Brasileira de História do Direito*, n.º 1, vol. 1. Url: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-009X/2015.v1i1.666>
- SOIHET, R. 2012. A conquista do espaço público. In: PEDRO, J.M.; PINSKY, C. *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- SOIHET, R. 2013. *Feminismos e antifeminismos. Mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- SPIVAK, G.C. 2010. “Can the Subaltern Speak?": Revised Edition, from the 'History' Chapter of Critique of Postcolonial Reason.” In MORRIS, R. (Ed.). *Can the Subaltern Speak?: Reflections on the History of an Idea*. Columbia University Press. Acesso em 19 maio 2022. Disponível em www.jstor.org/stable/10.7312/morr14384
- TAYLOR MILL, H. 2015. *The Complete Works of Harriet Taylor Mill*. Bloomington: University of Indiana Press.
- THE WORLD BANK 2001. *Engendering Development: Through gender equality in rights, resources and voice*. Washington.
- TONG, R. 2009. *Feminist Thought: A More Comprehensive Introduction*. [S.l.]: Westview Press (Perseus Books).
- WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). 2019. *Global Gender Gap Report 2020*. Geneve. Available at <http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2020>

MULHERES NA IMPRENSA
WOMEN IN THE PRESS



Comissão iniciadora da celebração do 75º aniversário do jornal *Açoriano Oriental*, em Ponta Delgada, a que pertenciam Maria Evelina de Sousa (em pé) redatora da *Revista Pedagógica* e Alice Moderno (sentada) redatora d'*A Folha*.

Fonte: *Revista Serões*, nº61, Julho de 1910, p. 76.

“Por preços módicos” - mulheres, trabalho e publicidade nos Açores de 1850 a 1926

Bruna Valério³⁹⁰

Este artigo tem como objetivos, através da recolha e análise de publicidade e de anúncios de diversos jornais publicados nas ilhas de São Miguel e Terceira, dar a conhecer algumas das mulheres que faziam uso dos periódicos para publicitar as suas profissões e serviços ou venda de produtos e, conseqüentemente, mostrar em que áreas e profissões as mulheres estavam presentes no mundo do trabalho, no espaço temporal entre 1850 e 1926.

Para este efeito, enunciam-se quais as publicações e os respetivos anos consultados nos quais se encontraram anúncios. Para a ilha Terceira: *O Angrense* (1850 - 1900), *A Terceira* (1865 - 1910), *O Atleta* (1879 - 1911), *A Independência* (1871 - 1876), *A Ideia Nova* (1876 - 1878), *O Progresso* (1876 - 1878), *O Direito do Povo* (1877 - 1878), *A Ronda* (1878), *Diário da Terceira* (1878), *Os Açores* (1879 - 1880), *O Peregrino de Lourdes* (1887 - 1908), *O Commercio* (1890 - 1893), *A Opposição* (1890 - 1892), *O Luctador* (1884 - 1893), *O Tipographo* (1894 - 1896), *A Evolução* (1884 - 1895), *O Imparcial* (1883 - 1901), *Gazeta de Notícias* (1885 - 1902), *Almanaque dos Açores* (1904 - 1917) e *O Dia* (1904 - 1908). Para a ilha de São Miguel: *O Clamor Artístico* (1867 - 1869), *O Cosmopolita* (1874 - 1875), *A República Federal* (1880 - 1888), *A Época* (1881 - 1885), *O Binóculo* (1882 - 1884), *Diário de Anúncios* (1885 - 1895), *O Recreio das Salas* (1888 - 1889), *Autonomia dos Açores* (1893 - 1897), *O Preto no Branco* (1896 - 1899), *Actualidade* (1896 - 1897), *A Actualidade* (1897 - 1904), *O Localista* (1900 - 1902), *Heraldo* (1903 - 1904), *A Folha* (1902 - 1917), *A República* (1904 - 1911), *O Domingo* (1904), *O Arauto* (1905), *O Globo* (1905 - 1907), *San Miguel* (1905 - 1911), *O Debate* (1905 - 1907), *A Defesa* (1906), *O Estímulo* (1907), *O Liberal* (1907 - 1908) e *Açoriano Oriental* (1850 - 1926)³⁹¹. Importa referir que este é um projeto que se encontra, ainda, em curso, pelo que futuramente

³⁹⁰ Colaboradora não doutorada do CHAM - Centro de Humanidades (FCSH - Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores). Este texto integra-se nos trabalhos do Projeto DRCT (Governo Regional dos Açores) - PRO SCIENTIA: Eixo 1, Ref.^a M.1.1.C/C.S./022/2019/01, intitulado “Trabalho (no) Feminino - Histórias dos Açores (1850-1926)”.

³⁹¹ Excetuando os anos de 1908, 1909 e 1910, por se encontrar este volume em restauro.

serão consultados mais periódicos, estando esta lista em constante atualização.

A publicidade, tão presente nas nossas vidas e no nosso quotidiano, era uma realidade nos periódicos do século XIX e XX. Aliás, foi no século XVIII, na *Gazeta de Lisboa* em 1715 (Silva 2009, 384) que a publicidade, em jornais, teve o seu início em Portugal, aumentado a sua presença ao longo do tempo em diversos meios (Braga e Oliveira 2008, 415). Se, por um lado, os anúncios eram uma fonte de receita para os jornais (Braga e Oliveira 2008, 416), por outro, eram uma forma vantajosa, por parte dos anunciantes, de chegar a mais gente e atrair mais clientes e negócio. No entanto, os altos números de analfabetismo nos Açores, não podendo ficar por referir, seriam um fator que reduziria o alcance dessa mesma publicidade. Por exemplo, no concelho de Ponta Delgada, em 1890, a percentagem de analfabetismo era de 75,8%, ou 38.334 pessoas; em 1900, essa percentagem mantém-se nos 73,5%, ou 38.333 pessoas; e em 1911, tem uma descida para os 69,3%, ou 34.676 pessoas. Os que sabiam ler representavam uma pequena parte da população: 12.424 pessoas (24,2%) em 1890, 13.787 pessoas (26,5%) em 1900 e 15.387 pessoas (30,7%) em 1911 (Machado 2009, 428). Não obstante, isso não foi impedimento para que a população fizesse uso da publicidade nos jornais para seu proveito e sucesso, usando as mais diversas técnicas para apelar ao consumidor. Daí se retirou parte do título deste artigo, sendo a expressão “por preços módicos” muito comum nos anúncios, apenas um exemplo das técnicas utilizadas. Ao longo deste artigo irão ser mencionadas outras utilizadas pelas anunciantes, apelando ao bom preço dos produtos ou serviços e à qualidade dos mesmos, entre outras, as quais ainda são utilizadas atualmente.

Passando, agora, para o foco deste trabalho: as mulheres e o seu trabalho. Segue-se, por ordem alfabética, uma lista das profissões ou produtos vendidos por mulheres encontrados nos anúncios:

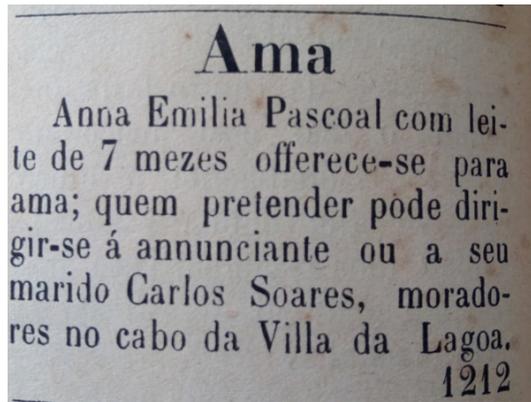
- Agente/represente de negócios
- Ama
- Ama de Leite
- Bens imóveis: venda e aluguer/arrendamento.
- Bordadeira
- Cabeleireira
- Colchoeira
- Costureira
- Criada
- Decoradora
- Diretora de Colégio
- Diretora de Revista

- Doceira
- Dona de estabelecimento
- Engomadeira
- Escritora
- Empalhadeira
- Enfermeira
- Florista
- Impressão de fotografias
- Jornalista
- Lavadeira
- Médica
- Modista
- Mulher a dias
- Padeira
- Parteira
- Professora
- Tintureira
- Venda de géneros
- Venda de objetos diversos

Esta lista resulta de um total de cerca de 700 anúncios, não contabilizando os anúncios que se repetiam ao longo de vários números do mesmo jornal. É possível notar, desde logo, a grande variedade de profissões desempenhadas e divulgadas, motivo pelo qual se torna impossível falar de todas as profissões e mulheres presentes de forma aprofundada. Ressaltam à vista os anúncios relacionados com a “vida doméstica e, portanto, a um universo estritamente feminino” (Silva 2007, 24), dos quais se tratam em seguida. Relativamente às amas de leite, mais comuns que as amas (4 anúncios), encontraram-se 48 anúncios. Nestes, as mulheres que se propunham ser amas de leite faziam referência à sua higiene, como se pode ler, por exemplo, num anúncio do jornal *O Imparcial* - “nas condições hygienicas as mais satisfatorias para o fim a que se propõe”³⁹², informavam de quantos meses seria o seu leite³⁹³ e, por vezes, informavam os nomes dos seus maridos e a sua morada (fig. 1).

³⁹² *O Imparcial*, nº 71, 8 de março de 1885.

³⁹³ *Diário de Anúncios*, nº 920, 15 de fevereiro de 1888.



1- *Diário de Anúncios*, n.º 1135, 05/11/1888. Coleção de periódicos da BPARPD.

No entanto, era muito comum estes anúncios serem curtos, sem nome ou outras informações identificativas, com a possibilidade de oferecer mais informação na tipografia do jornal aos interessados³⁹⁴. As lavadeiras e engomadeiras, ocupação para as quais se encontraram cerca de 24 mulheres (14 engomadeiras, 2 lavadeiras e 8 lavadeiras e engomadeiras), nos seus anúncios chamavam a atenção do público para os seus preços acessíveis³⁹⁵ e, também, para a qualidade e perfeição dos seus serviços³⁹⁶; outras, informam que lavavam e engomavam roupa branca³⁹⁷ ou que engomavam camisas, colarinhos e punhos³⁹⁸.

Um total de 39 anúncios foram encontrados para o serviço de criadas ou mulher a dias. Estes anúncios eram geralmente curtos, com pouca informação, dando apenas conta da disponibilidade para trabalhar, como se pode ler na *Gazeta de Notícias*: “Ha uma boa creada, que deseja collocação. Rua de cima de S. Pedro, n.º41.”³⁹⁹. No entanto, por vezes, havia informação adicional, desde a idade, que ia dos 14 anos⁴⁰⁰ aos 40 anos⁴⁰¹, ou que serviço pretendiam desempenhar (fig. 2).

³⁹⁴ *Por exemplo*, *A Terceira*, n.º 973, 10 de Novembro de 1877 ou *O Angrense*, n.º 2293, 11 de abril de 1889.

³⁹⁵ *Por exemplo*, *Açoriano Oriental*, n.º 1524, 16 de abril de 1864 ou *O Progresso*, n.º 26, 19 de maio de 1877.

³⁹⁶ *Por exemplo*, *A Terceira*, n.º 1012, 31 de agosto de 1878 ou *A Ideia Nova*, n.º 47, 05 de julho de 1877.

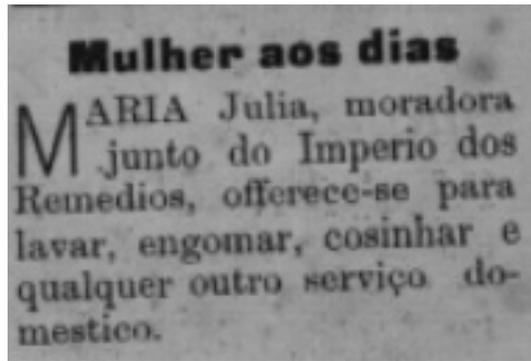
³⁹⁷ *Por exemplo*, *A Terceira*, suplemento ao n.º 1081, 10 de janeiro de 1880.

³⁹⁸ *Gazeta de Notícias*, n.º 2448, 31 de maio de 1901.

³⁹⁹ *Gazeta de Notícias*, n.º 1530, 31 de março de 1898.

⁴⁰⁰ *Diário de Anúncios*, n.º 873, 17 de dezembro de 1887.

⁴⁰¹ *Açoriano Oriental*, n.º 1480, 13 de junho de 1863.



2- *O Dia*, n.º 142, 23/05/1905. Disponível no Website da Rede de Conhecimento dos Açores.

Dá-se o exemplo, também, de duas irmãs que desejavam trabalhar juntas numa casa, uma para cozinha e outra para serviço fora de casa⁴⁰². E, ainda, o de uma criada que pretendia trabalhar no serviço de fora e não no de cozinha⁴⁰³.

As padeiras encontradas, num total de 9, publicitavam a diversidade dos seus produtos e informações adicionais para os seus clientes. Por exemplo, Alexandrina Brandão Palha informava que fazia bolos de massa sovada de diversos preços, bolos lêvedos, costas e biscoitos para chá, aceitando encomendas grandes com 24 horas de antecedência, e que tinha às quartas-feiras e domingos bolos de massa sovada e, nos restantes dias da semana, tinha bolos lêvedos, costas e biscoitos, feitos com perfeição e asseio⁴⁰⁴. Por outras padeiras também era cozido pão alvo e de milho⁴⁰⁵. Uma delas era Lucrecia da Conceição que cozia pão de milho com asseio (fig. 3).

⁴⁰² *Diário de Anúncios*, n.º 1224, 21 de fevereiro de 1889.

⁴⁰³ *Diário de Anúncios*, n.º 1184, 04 de janeiro de 1889.

⁴⁰⁴ *O Debate*, n.º 15, 16 de novembro de 1905.

⁴⁰⁵ *Gazeta de Notícias*, n.º 1484, 01 de fevereiro de 1898.



3- *Açoriano Oriental*, n.º 3280, 12/03/1898. Coleção de Periódicos da BPARPD.

Noutro anúncio, Emília Augusta Neves tinha ainda pão de “trigo, farinha americana, dita da ilha, rolão, se mea fina e grossa, farinha de milho e todos os géneros próprios do seu estabelecimento de padaria”⁴⁰⁶. Continuando em bens alimentares, contabilizaram-se 8 doceiras. Maria José Pitta anunciava que fazia toda a qualidade de doces e “por encomenda amendoa de laranja, de cabaça, de limão e de pevide, com todo o esmero e a preços muito commodos”⁴⁰⁷. Uns meses mais tarde, a mesma senhora anunciava novamente os seus produtos: doces secos ou de compota, cavacas, pudins, leite creme, geleia, etc, tudo por preços acessíveis⁴⁰⁸. Já Maria Clara anunciava que satisfazia todas as encomendas de alfenim, com perfeição e modicidade de preço⁴⁰⁹. As restantes doceiras não especificavam que doces faziam, mencionando apenas que os faziam de qualquer qualidade⁴¹⁰.

Bordadeiras, costureiras, modistas e colchoeiras são profissões também presentes, totalizando aproximadamente 70 mulheres com um grande leque de trabalhos oferecidos. Nos bordados, a oferta variava entre bordados a

⁴⁰⁶ *A Terceira*, n.º 1384, 31 de outubro de 1885.

⁴⁰⁷ *Açoriano Oriental*, n.º 3594, 19 de março de 1904.

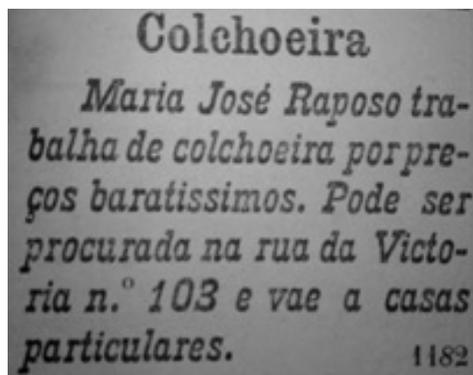
⁴⁰⁸ *Açoriano Oriental*, n.º 3624, 15 de outubro de 1904.

⁴⁰⁹ *O Dia*, n.º 420, 05 de maio de 1906.

⁴¹⁰ Por exemplo, *Diário de Anúncios*, n.º 873, 17 de dezembro de 1887.

branco, a matiz, a ouro⁴¹¹, ou “bordados finos em plúcia, setim, e Ottomana, fio de Varsovia, metelicide Varsovia, crochets, filoselle, flanelle torçal, seda frouxa e outros fillamentos modernos em baixo e alto relêvo”⁴¹². As costureiras disponibilizavam-se para talhar e fazer quaisquer vestidos de senhora⁴¹³ ou calças e fatos inteiros e arranjo de capotes⁴¹⁴. As modistas ocupavam-se de fazer e arranjar chapéus de senhora e menina, seguindo os modelos franceses, recebidos nos paquetes⁴¹⁵, para fazer vestidos para senhoras e crianças de ambos os sexos e de fazer roupa branca⁴¹⁶, enfeitar chapéus e fazer “capotas para creanças”⁴¹⁷.

Há também o caso de uma colchoeira que anuncia os seus serviços (fig. 4).



4- *Diário de Anúncios*, n.º 865, 07/12/1887. Coleção de Periódicos da BPARPD.

Continuando dentro dos trabalhos manuais, encontrou-se uma senhora, Ludovina Amélia d’Ávila que “enfeita corôas do Espirito Santo, na rua D. Maria Amélia n.º 8, com toda a perfeição e mais barato que em qualquer parte”⁴¹⁸. E duas que se ocupavam de fazer flores artificiais, como se lê no jornal *O Localista*, n.º 31, de 04/04/1901, e no jornal *A Terceira*, n.º 1290, de 12/01/1884. Senhoras dedicadas às ditas obras de cabelo também marcaram lugar na publicidade, para as quais se encontraram 4 anúncios como, por

⁴¹¹ *O Angrense*, n.º 2223, 13 de dezembro de 1887.

⁴¹² *O Imparcial*, n.º 316, 08 de fevereiro de 1890.

⁴¹³ *Diário de Anúncios*, n.º 1124, 22 de outubro de 1888.

⁴¹⁴ *Diário de Anúncios*, n.º 1533, 10 de março de 1890.

⁴¹⁵ *A Independência*, n.º 245, 27 de janeiro de 1876.

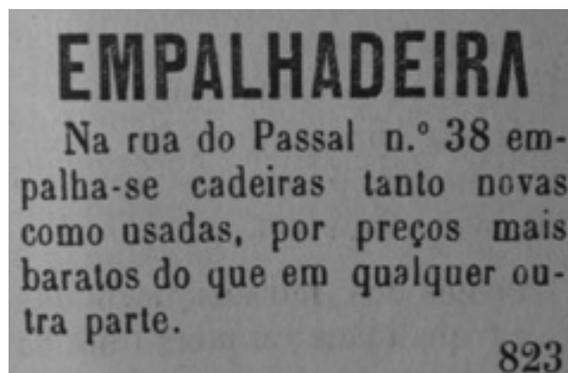
⁴¹⁶ *Diário de Anúncios*, n.º 1994, 01 de outubro de 1891.

⁴¹⁷ *Diário de Anúncios*, n.º 2468, 08 de maio de 1893.

⁴¹⁸ *O Dia*, n.º 653, 20 de fevereiro de 1907.

exemplo, o de Margarida Borges de Bettencourt que anunciava “fazer pen-tiados de todas as modas, endireita cabelo e faz obras de cabelo de toda a qualidade”⁴¹⁹.

Outras profissões encontradas, embora menos frequentes, foram em-palhadeira, impressora de fotografias e tintureira.



5- *Diário de Anúncios*, n.º 2933, 30/11/1894. Coleção de Periódicos da BPARPD.

A figura 5 representa o único anúncio do género encontrado. A impres-são de fotografias era publicitada por Bárbara Constantina da Silva que, na Rua do Botelho, n.º 4, se encarregava de todos os processos fotográficos, des-de o revelar de chapas até à impressão⁴²⁰, sendo, também, o único exemplo encontrado. Na tinturaria, Maria Jorge da Silva informa que é “residente na travessa de S. Pedro, n.º 3, tinge toda a qualidade de roupa tanto de homem como de senhora”⁴²¹. Por sua vez, Maria Teresa de Andrade Raposo, da Rua do Desterro, n.º 7, tinge “em todas as cores, vestidos de lã e seda e fatos para homem. Também tingem ornamentos para igrejas e para sallas; como damas-cos, reposteiros bambinellas, tapetes, e bem assim peças de fazenda maria-das, pelo melhor processo adoptado em Lisboa e preços comodos garante a perfeição do trabalho”⁴²².

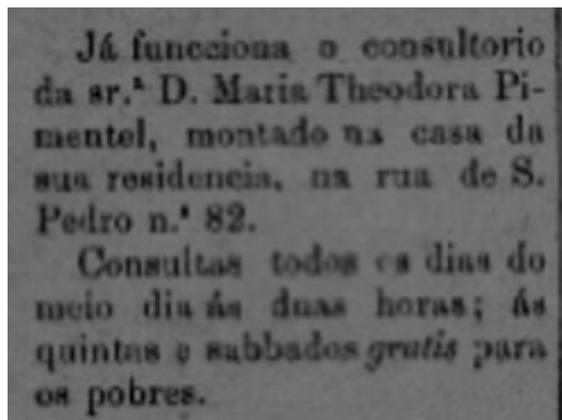
Na área da saúde, também se encontraram mulheres a exercer profis-sões, nomeadamente as de enfermeira, parteira e médica, apesar da pouca expressão.

⁴¹⁹ *A Independência*, n.º 91, 13 de fevereiro de 1873.

⁴²⁰ *A Folha*, n.º 50, 13 de setembro de 1903.

⁴²¹ *Gazeta de Notícias*, n.º 1851, 03 de maio de 1899.

⁴²² *Autonomia dos Açores*, n.º 46, 14 de janeiro de 1894.



6- *O Imparcial*, n.º 589, 14/12/1895. Disponível no Website da Rede de Conhecimento dos Açores.

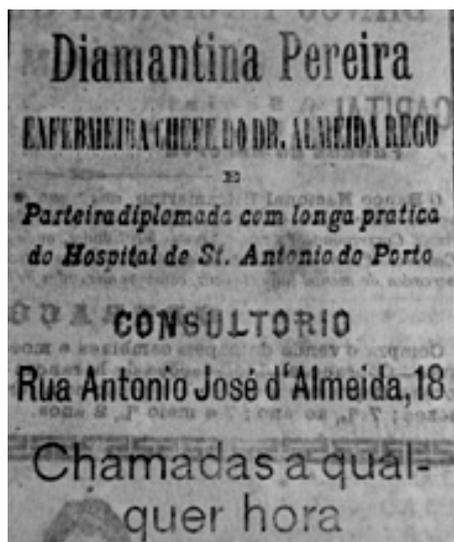
Destaca-se Maria Teodora Pimentel, natural da ilha Terceira, a primeira mulher açoriana a formar-se em medicina, em 1895, não faltando jornais a congratular-se pelo facto⁴²³. A médica abriu, nesse mesmo ano, um consultório na sua casa (fig. 6). Outra médica presente em anúncios de periódicos é Maria Joana de Freitas Pereira, a primeira mulher micaelense a formar-se em medicina. Esta publicitava, em 1907, uma clínica situada na Rua do Colégio, n.º 59, dedicada a senhoras e crianças, com consultas da 1 às 3h, onde se realizavam análises clínicas (expetoração, pus, sangue, urina, etc)⁴²⁴. Também se encontram nestes anúncios algumas parteiras, aparecendo em número semelhante ao das médicas.

Jacinta de Jesus informava, em 1868, que era “parteira examinada, pre-vine a todas as pessoas, que se queirão utilizar dos seus prestismos, que tem a sua residencia na rua da Calheta, junto á Cadeia.”⁴²⁵. Ainda dentro da área da saúde surgem anúncios da enfermeira e parteira Diamantina Pereira, que exercia a sua profissão a partir do consultório do Dr. Almeida Rego, sendo a sua enfermeira chefe (fig. 7).

⁴²³ Por exemplo, *Autonomia dos Açores*, n.º 23, agosto de 1895; *O Tipographo*, n.º 45, 05 de dezembro de 1895; *A Terceira*, n.º 1898, 07 de dezembro de 1895; *O Peregrino de Lourdes*, n.º 384, 07 de dezembro de 1895.

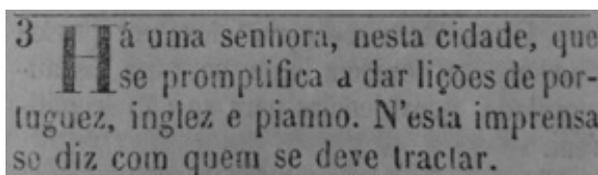
⁴²⁴ *Açoriano Oriental*, n.º 3754, 13 de abril de 1907.

⁴²⁵ *Açoriano Oriental*, n.º 1759, 05 de dezembro de 1868.



7- *Açoriano Oriental*, n.º 4596, 08/09/1923. Coleção de Periódicos da BPARPD.

O ensino — profissão mais associada ao feminino — estava, pois, bem presente nos anúncios, encontrando-se uma centena de mulheres que se propunham a lecionar uma grande variedade de matérias e artes. Cerca de 15 mulheres ocupavam-se do ensino de instrução primária, como por exemplo Maria da Conceição Vasconcelos Moniz e Guiomar de Vasconcelos Moniz, que lecionavam na Rua Pedro Homem e em casas particulares⁴²⁶. Ensinava-se a ler, escrever, gramática e ortografia, dedicando-se ao ensino do português mais de 30 mulheres, e diversas línguas estrangeiras, sendo o inglês, francês as opções mais comuns, havendo 23 e 30 mulheres dedicadas, respetivamente, ao seu ensino. Três mulheres dedicavam-se ao ensino do italiano e, outras três, do alemão. Importa referir que era comum o ensino de várias línguas pela mesma pessoa (fig. 8).



8- *A Terceira*, n.º 518, 30/01/1869. Coleção de Periódicos da BPARLSR.

⁴²⁶ *Diário de Anúncios*, n.º 1400, 30 de setembro de 1889.

Nos trabalhos manuais, cerca de 30 mulheres prestavam-se a ensinar a costurar, diversos tipos de bordado, a fazer flores de diversos materiais ou obras de cabelo como, por exemplo, se lê no jornal *O Clamor Artístico*, onde uma senhora “se propõe ensinar meninas, bordar a ouro, prata matizes, missanga, lães, ensina a fazer obras de cabelo, flores, luvas mantas, toucas, etc”⁴²⁷. Ensinava-se, também, música, piano, guitarra, dança e canto. Dedicavam-se ao ensino musical cerca de 30 mulheres, mas apenas uma ao ensino de guitarra⁴²⁸. Oito dedicavam-se exclusivamente ao ensino de piano⁴²⁹ e as restantes ao ensino de várias disciplinas nesta área, em exclusivo ou em parceria com outras áreas. É o caso de uma senhora que ensina Inglês e Francês a meninas e meninos até sete anos e Português, piano, canto e “as mais prendas próprias de uma senhora”⁴³⁰. Não ficava atrás o ensino de várias técnicas de desenho e pintura, contabilizando-se 12 mulheres, como Amélia Ernestina Chaves que dava “lições de desenho linear, desenho de paisagem a lapis, dito de paisagem a óleo, desenho de figura a crayon e óleo e também desenho a oiro em vidro”⁴³¹. Menos comuns eram o ensino de Geografia, Literatura, História e Matemática. A exceção parece ter sido Alice Moderno, única mulher a anunciar o ensino de Geografia, Literatura e História (dedicando-se também ao ensino de Português e Francês)⁴³². Já Maria Augusto Pacheco era a única a anunciar que ensinava Matemática⁴³³. Destaca-se, ainda, Maria Evelina de Sousa, que se dedicava ao ensino e era diretora da *Revista Pedagógica*, fundada em 1906, que tinha por objetivo defender os interesses do professorado açoriano⁴³⁴.

Várias destas mulheres abriram os seus próprios colégios e escolas, encontrando-se cerca de 15 anúncios, com um leque variado de disciplinas a lecionar. Alguns exemplos: Rosa Auta da Silva Favilla tinha uma escola de meninas, aberta em 1862, onde se ensinava primeiras letras, piano, costura, bordados, flores artificiais, e outros trabalhos delicados⁴³⁵. O Colégio de Meninas de Maria da Conceição Senra, que abriu em 1867, oferecia o ensino de “portugues incluindo gramatica, historia patria, sagrada doutrina christã,

⁴²⁷ *O Clamor Artístico*, nº 18, 03 de março de 1868.

⁴²⁸ *O Localista*, nº 19, 10 de janeiro de 1901.

⁴²⁹ Por exemplo *Diário de Anúncios*, nº 1930, 17 de julho de 1891.

⁴³⁰ *O Angrense*, nº 1676, 12 de abril de 1877.

⁴³¹ *Açoriano Oriental*, nº 2532, 27 de outubro de 1883.

⁴³² *Diário de Anúncios*, nº 2051, 07 de dezembro de 1891.

⁴³³ *O Angrense*, nº 2578, 04 de outubro de 1894.

⁴³⁴ *O Debate*, nº 32, 05 de abril de 1906.

⁴³⁵ *O Angrense*, nº 1190, 20 de novembro de 1862.

contabilidade, systema metrico, principios de frances, ingles, toda a qualidade de costura e bordados, inclusive matiz”⁴³⁶. O Colégio Britânico, aberto em 1899 por Maria Inês Dulan, oferecia as disciplinas de francês, português, inglês, italiano, canto, piano, dança, ginástica e bordados⁴³⁷.

Algumas mulheres escreviam e publicavam livros, encontrando-se anúncios de obras de Mariana Belmira de Andrade, tendo o jornal *Açoriano Oriental* publicitado no n.º 2065, de 17/10/1870, o seu volume de versos intitulado *Phantasias*, ou de Aurora de Morais, autora dos livros *Flores d’Alma*⁴³⁸ e *Espinhas e Flores*, este uma coleção de versos⁴³⁹.

No que toca a estabelecimentos, também se encontraram mulheres, nestes anúncios, à frente dos mais variados negócios. A Livraria e Papelaria Viúva Gil & C^a, único estabelecimento do género da propriedade de uma mulher, vendia livros - de ciências, literatura, religiosos e de ensino; papel e outros artigos de escritório e desenho; jogos variados, tabaco, brinquedos para crianças, quinquilharias, etc⁴⁴⁰. Donas de lojas ou mercearias havia, por exemplo, uma senhora que vendia na sua loja bacalhau da noruega, nozes de lisboa, açúcar e outros géneros⁴⁴¹. Outros estabelecimentos vendiam bolacha da marca Sympathica e Maria, outras bolachas fabricadas na ilha de São Miguel, vinho da Caloura⁴⁴², vinho branco e tinto⁴⁴³ e ervilha Vitória⁴⁴⁴. Na área têxtil, destaca-se a Viúva Veloso e C.^a que vendia um grande sortimento de produtos: sombrinhas de verão, golas para senhora, gravatas para homem, lenços bordados em branco e em renda, echarpes, cortinas, etc⁴⁴⁵. No mesmo número do jornal *O Globo*, Ângela Moniz Arruda publicita a sua Casa de Chapéus com chapéus vindos de Lisboa, e Leopoldina Cordeiro convidava as freguesas a visitar o seu salão pois tinha recebido um sortimento de chapéus vindos de França⁴⁴⁶. Já Madame Lejeune, gabava-se de ser a proprietária da única fábrica açoriana de guarda-sóis (fig. 9).

⁴³⁶ *Açoriano Oriental*, n.º 1712, 30 de novembro de 1867.

⁴³⁷ *O Preto no Branco*, n.º 161, 26 de janeiro de 1899.

⁴³⁸ *O Preto no Branco*, n.º 09, 27 de fevereiro de 1896.

⁴³⁹ *O Preto no Branco*, n.º 84, 05 de agosto de 1897.

⁴⁴⁰ *A Evolução*, n.º 03, 31 de dezembro de 1885.

⁴⁴¹ *Gazeta de Notícias*, n.º 149, 01 de janeiro de 1890.

⁴⁴² *O Arauto*, n.º 01, 01 de janeiro de 1905.

⁴⁴³ *Diário de Anúncios*, n.º 366, 01 de abril de 1886.

⁴⁴⁴ *Açoriano Oriental*, n.º 1463, 14 de fevereiro 1863.

⁴⁴⁵ *Açoriano Oriental*, n.º 3976, 15 de julho de 1911.

⁴⁴⁶ *O Globo*, n.º 07, 12 de abril de 1905.



9 – *O Arauto*, n.º 1, 01/01/1905. Disponível no Website da Rede de Conhecimento dos Açores.

Na restauração e alojamento também se encontraram mulheres, como é caso de Ana de Jesus Moniz que abriu em 1895 um estabelecimento para servir jantares, e onde vendia tabaco e bebidas⁴⁴⁷ ou restaurante de Catarina Emília com bons petiscos todos os dias e jantares⁴⁴⁸. No alojamento, por exemplo, Maria da Glória Botelho de Gusmão na sua Hospedaria servia jantares e também recebia hóspedes⁴⁴⁹. E Florinda Cândida e sua irmã saíram de São Miguel para a Terceira onde abriram uma hospedaria⁴⁵⁰.

Para além de tudo o que foi mencionado até agora, verifica-se também a venda de géneros, de produtos variados e de bens imóveis por parte de mulheres.

⁴⁴⁷ *O Tiphografo*, n.º 11, 13 de fevereiro de 1895.

⁴⁴⁸ *Açoriano Oriental*, n.º 2105, 24 de julho de 1875.

⁴⁴⁹ *Diário de Anúncios*, n.º 37, 16 de fevereiro de 1885.

⁴⁵⁰ *Gazeta de Notícias*, n.º 2168, 06 de junho de 1900.

1 - Venda de géneros, objetos variados e bens imóveis

Anúncios de venda de géneros	Anúncios de venda de produtos variados	Anúncios de venda e arrendamento de bens imóveis
- Galinhas e ovos frescos	- Lancha e gasolina	Vendas: - Casa com 3 alqueires de terra lavradia
- Vegetais / hortaliças	- Sabão	- 3 casas
- Fruta	- Cheques	- 3 moios de campo de pasto
- Biscoitos, doces e bolachas	- Publicações literárias	- Propriedade de 10 alqueires de pomar e terra lavradia
- Cascus [sic] ao kilo	- Fibra de madeira	- 1 casa e pensão anual
- Marmelada branca, vermelha, escarlatina e geleia	- Fitas animatográficas	- 1 casa
	- 2 kg de âmbar	- Parte de 1 casa
	- Papel	- 1 casa
	- Máquina de costura Singer	- 1 casa
	- Um fole, uma safra, um torno e um malho	Arrendamentos: - 10 alqueires e 174 varas de terra
	- Máquinas de escrever	- 13 alqueires de terra
	- Máquinas para lavar roupa	- 1 casa
	- Bicicletas; máquinas fotográficas; gramofones e discos; candeeiros; relógios de parede; móveis e pianos; fogões de cozinha e sala; louças, talheres e serviços de mesa; artigos de eletricidade; artigos de fotografia, desenho e pintura; tapetes, cortinas, reposteiros, colchas e panos, ampliações de retratos em platina	- 1 escritório
		- 1 loja
		- 1 casa
		- 1 quinta com 30 alqueires
		- 1 casa e estufa
		- 1 armazém
		- 5 alqueires de terra
		- Armazéns
		- Permuta de propriedade de pomar e terras com casa, lojas, casa de Quinteiro e cisterna

A tabela mostra a variedade do que era anunciado. A par de produtos alimentares mencionados anteriormente, como pão ou doces, há também de outros produtos como a venda de marmelada⁴⁵¹ ou de galinhas e ovos frescos⁴⁵². A venda de vegetais, hortaliças e fruta era anunciada por Alice Mo-

⁴⁵¹ Açoriano Oriental, nº 2170, 21 de outubro de 1876.

⁴⁵² O Dia, nº 781, 02 de agosto de 1907.

derno no jornal *A Folha*, do qual era proprietária e para onde escrevia regularmente. Por exemplo, no dia 03 de julho de 1910, anuncia “Repolho pão de assucar, Nabo inglez, Nabo rosa, Acelgas, Alfices, Azedas, Batata rim e roxa, Espinafres, Pimpinellas, Couve nabo, Couve lombarda, Couve penca, Couve do Algarve, Alcachofras, Tomates, Mogango, Morango”⁴⁵³; em Outubro, a seleção envolvia “Ananazes para presentes, Couvinhas de Bruxellas, Feijão branco e amarello, Mogango, Couve Nabo, Tomates, Melões, Batata rim e roxa, Couve lombarda, Batata para semente, Melancias, Abobora, Azedas, Alhos”⁴⁵⁴. A venda de biscoitos, doces e bolachas, também publicitada no jornal *A Folha*, eram da Fábrica Santo Cristo, com a seguinte variedade: biscoito Conde da Praia da Vitória (costas), bolacha *chracknell*, bolacha *Chaos*, sendo os pedidos feitos a Alice Moderno⁴⁵⁵. Na venda de objetos variados era mais uma vez Alice Moderno responsável pela maioria dos anúncios encontrados. Excetuando a venda da máquina de costura da Singer⁴⁵⁶ e do fole, safra, torno e malho⁴⁵⁷, os restantes anúncios são dela, todos recolhidos naquele periódico.

Alice Moderno é, sem dúvida, o nome que mais vezes se repete nestes anúncios, merecendo destaque. Importa referir que era dona da Tipografia Alice Moderno, fundada em 1903⁴⁵⁸, e representante dos mais diversos negócios em São Miguel como, por exemplo, da Equitativa de Portugal e Colónias (empresa de seguros de vida)⁴⁵⁹, Fomento Agrícola (Companhia Internacional de Seguros)⁴⁶⁰, Vinícola d’Anadia⁴⁶¹, Cowdrey and Co (empresa de géneros e outros objetos)⁴⁶² e Caixa do Crédito Nacional Francesa⁴⁶³.

Na venda de bens imóveis, a maior parte destes negócios são situações pontais, destacando-se Maria Teodora Sequeira Morais, responsável por vários destes, desde vendas a arrendamentos⁴⁶⁴.

Em conclusão, a consulta de anúncios ao longo do tempo e em diversos jornais mostra-se uma fonte extremamente rica em informação. Viu-se

⁴⁵³ *A Folha*, n.º 402, 03 de julho de 1910.

⁴⁵⁴ *A Folha*, n.º 416, 09 de outubro de 1910.

⁴⁵⁵ *A Folha*, n.º 480, 21 de janeiro de 1912.

⁴⁵⁶ *Diário de Anúncios*, n.º 1781, 10 de janeiro de 1891.

⁴⁵⁷ *Açoriano Oriental*, n.º 2677, 07 de agosto de 1886.

⁴⁵⁸ *A Folha*, n.º 224, 20 de janeiro de 1907.

⁴⁵⁹ *A Folha*, n.º 246, 23 de junho de 1907.

⁴⁶⁰ *A Folha*, n.º 333, 28 de fevereiro de 1909.

⁴⁶¹ *A República*, n.º 24, 11 de janeiro de 1911.

⁴⁶² *A Folha*, n.º 440, 16 de abril de 1911.

⁴⁶³ *A Folha*, n.º 454, 23 de julho de 1911.

⁴⁶⁴ Por exemplo, *Açoriano Oriental*, n.º 2571, 26 de julho de 1884; *Diário de Anúncios*, n.º 94, 29 de abril de 1885; ou *Diário de Anúncios*, n.º 505, 20 de setembro de 1886.

serem publicitados um número variado de habilidades e serviços de cariz doméstico, bem como o ensino das mais variadas disciplinas, artes e trabalhos manuais, sendo aqui que se verifica a maior concentração de anúncios. A par destes, vemos, também, outras áreas, como a saúde, com as primeiras mulheres a formarem-se em medicina nos Açores, começando a abrir portas em profissões dominadas por homens. Atendendo ao elevado número de anúncios encontrados e suas especificidades, torna-se complicado dar a devida atenção a todos. Fica-se, no entanto, com uma imagem do panorama das profissões, serviços e produtos publicitados por mulheres, tornando-se é impossível negar a expressão do trabalho (no) feminino na sociedade açoriana dos séculos XIX e inícios do XX.

Fontes

Açoriano Oriental: nº1463, nº1480, nº1524, nº1712, nº1759, nº2065, nº2105, nº2170, nº2532, nº2571, nº2677, nº3594, nº3624, nº3754, nº3976.

A Evolução: nº03.

A Folha: nº50, nº224, nº246, nº333, nº402, nº416, nº440, nº454, nº480.

A Ideia Nova: nº47.

A Independência: nº91, nº245.

A Terceira: nº973, nº1012, suplemento ao nº1081, nº1290, nº1384, nº1898.

A República: nº24.

Autonomia dos Açores: nº23, nº46.

Diário de Anúncios: nº37, nº94, nº366, nº505, nº873, nº920, nº1124, nº1184, nº1224, nº1400, nº1533, nº1781, nº1930, nº1994, nº2051, nº2468.

Gazeta de Notícias: nº149, nº1484, nº1530, nº1851, nº2168, nº2448.

O Angrense: nº1676, nº1190, nº2223, nº2293, nº2578.

O Arauto: nº01.

O Clamor Artístico: nº18.

O Debate: nº15, nº32.

O Dia: nº420, nº653, nº781.

O Globo: nº07.

O Imparcial: nº71, nº316.

O Localista: nº19, nº31.

O Peregrino de Lourdes: nº384.

O Preto no Branco: nº09, nº84, nº161.

O Progresso: nº26.

O Tipographo: nº11, nº45.

Bibliografia

- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; Oliveira, Ricardo Pessa de. 2008. “Seduzir para vender: para o Estudo da Publicidade em São Miguel no século XIX”. In *Actas do Coloquio O Liberalismo nos Açores: do Vintismo à Regeneração. O Tempo de Teotónio de Ornelas Bruges (1807 - 1870)*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano da Cultura: 415-436.
- MACHADO, Joaquim. 2009. “A Imprensa Micaelense (1890/1910)”. In *A História da Imprensa e a Imprensa na História: o Contributo dos Açores*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra: 407-432.
- SILVA, Susana Serpa. 2009. “Publicidade na imprensa açoriana nos tempos da Monarquia para a República”. In *A História da Imprensa e a Imprensa na História: o Contributo dos Açores*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra: 383-406.
- SILVA, Susana Serpa. 2007. “Damas da elite e mulheres do povo - a figura feminina na história dos Açores (século XIX)”. In *Violante: 450 anos do nascimento de D. Violante do Canto*. Angra do Heroísmo: Presidência do Governo Regional dos Açores, Direção Regional da Cultura: 21-30.

Jornalismo no feminino: o contributo de Alice Moderno

*Adriana Mello Guimarães*⁴⁶⁵

Em Portugal olham-se de revés as senhoras que escrevem. Cuida muita gente, aliás boa para amanhar a vida, que uma mulher instruída e escritora é um aleijão moral. (Castelo-Branco 1858, 21)

Desde 1641, altura em que a imprensa começou em Portugal, com as denominadas “Gazeta da Restauração” (Tengarrinha 1989, 35), que a história do jornalismo tem sido dominada pelo universo masculino. De facto, a profissionalização feminina no jornalismo só aconteceu séculos depois da primeira *Gazeta* ter circulado, já no século XX. Até então, poucas mulheres ousaram enveredar pelas redações⁴⁶⁶. Uma destas vozes que se atreveu a ultrapassar os limites do espaço privado foi a açoriana⁴⁶⁷ Alice Moderno⁴⁶⁸ que com as suas narrativas modificou mentalidades desde o final do século XIX.

Mas o que significa ser jornalista no último quartel do século XIX e no início do século XX? Antes de mais, concordamos com Correia que afirma: “o jornalismo não pode ser analisado apenas como um fenómeno comunicacional [...] não pode ser estudo como uma realidade estática no tempo” (Correia 1997, 35). Ou seja, é importante assinalar que na altura em que Alice Moderno começou nas redações há uma grande comunhão entre o campo literário e o jornalístico e a açoriana também experimentou a dualidade de narrativas.

É importante destacar que o jornalismo é, e sempre foi, acima de tudo, uma atividade intelectual determinante na democratização do conhecimen-

⁴⁶⁵ Instituto Politécnico de Portalegre/ CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa), Portugal, orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3547-2257/adrianamello@ippportalegre.pt>

⁴⁶⁶ Uma das pioneiras no jornalismo foi Antónia Gertrudes Pusich (1805) que, em 1849, fundou e dirigiu o jornal intitulado *A Assembleia Literária*.

⁴⁶⁷ Alice Moderno nasceu em Paris, mas viveu nos Açores toda a sua vida.

⁴⁶⁸ “Nasceu a 11 de agosto de 1867. Os seus pais, Celina Pereira de Mello Maulaz e João Rodrigues Moderno, eram filhos de imigrantes no Brasil (interior do Rio de Janeiro), onde nasceram e se casaram. A ascendência paterna localiza-se na ilha da Madeira, e o avô materno, Auguste François Joseph Maulaz, era de origem francesa. Nascida em Paris, ainda criança acompanhou a sua família na mudança para os Açores, onde sempre viveu e faleceu (20/02/1946, Ponta Delgada). Acima de tudo, Alice Moderno foi um espírito independente e pioneiro. Considerando-se o papel da mulher no século XIX, circunscrita ao espaço familiar, a escritora ultrapassou todos esses limites, sempre com a mesma finalidade: mudar o conceito do feminino tanto do ponto de vista mental quanto emocional. (Mello 2013, 52-53).

to. Cabe, então, averiguar qual foi a formação e instrução que Alice conquistou ao longo da sua vida.

Como se sabe, Alice Moderno nasceu em 1867 e aprendeu a ler com a sua mãe (Vilhena 1987, 186), Celina Maulaz Moderno, que nasceu no Brasil, no interior do estado do Rio de Janeiro, no seio de uma família francesa abastada que morava, temporariamente, no Brasil. Nesta altura, a educação feminina ainda seria um privilégio das classes mais altas e era necessário contrariar atitudes conservadoras:

Ler era, pois, para muitos um acto arriscado: um elixir de mágica transformação mental ou um propulsor de acções moralmente perigosas. A instrução, a formação intelectual do sexo feminino estaria, assim, associada à possível perda de virtude, pelo acesso que dava a histórias que podiam influenciar negativamente a vida da mulher [...] Tudo isto fazia parte de uma velha concepção de que o sexo feminino era um ser fraco, facilmente influenciável e corruptível, dominado pelo sentimento e imaginação (Lopes 2005, 324).

Alice morou até aos nove anos em Paris, onde fez os seus primeiros anos de escolaridade e, como era normal no século XIX, continuou muito ligada à cultura francesa⁴⁶⁹.

Atente-se ainda nos seguintes dados: “85,4% das mulheres eram analfabetas em 1890; 81,2% em 1911; 76,8% em 1920” (Pimentel e Melo 2015, 181). De facto, é interessante notar o papel vanguardista que Alice desempenhou:

A.M.⁴⁷⁰. foi, deste modo, uma pioneira de estudos, pois, antes dela, ainda nenhuma jovem tinha tido a audácia de frequentar o liceu, instituição até então expressamente reservada a rapazes. Em cartas escritas a Joaquim de Araújo, A.M. diz que entrou para o liceu aos 18 anos de idade, afirmação que não é confirmada por Eduardo Pacheco, no seu artigo A frequência do liceu no primeiro século da sua existência (Ínsula, vol.II, 1952, nº1 e 2, p.154). Segundo as estatísticas que aí se apresentam, foi no ano letivo de 1887/88 que, pela primeira vez, uma rapariga frequentou o liceu; e essa era A.M. Ora, nesta altura, ela tinha já 20 anos. Com 18 ou com 20, o que é certo é que A.M.,

⁴⁶⁹ Durante o século XIX, Paris era considerado o “centro do mundo” e a capital do mundo civilizado.

⁴⁷⁰ “A.M.” é a abreviatura utilizada por Maria da Conceição Vilhena para designar Alice Moderno.

pelo seu grande desejo de saber, teve a coragem de enfrentar sozinha uma sociedade masculina, que, nesse ano de 1887/88 era formada por 77 rapazes, no ano seguinte era de 88, tendo a partir de então ultrapassado, por vezes a centena (Vilhena 1987, 187-188).

Apesar das dificuldades que as mulheres tinham para entrar no mundo intelectual, Alice encaminhou-se pelas letras tendo publicado, em 1883, o seu primeiro poema “Morreu” no periódico *Açoriano Oriental*. Este foi apenas o seu primeiro passo: a partir daí a jovem nunca mais parou. Foi professora, escritora, jornalista e mulher de negócios. Insubmissa, desafiou as regras, foi ativista do feminismo e da proteção dos animais. De facto, Alice ultrapassou os limites do espaço familiar e abriu portas para a entrada da mulher no espaço público:

Um dos principais méritos de A. M, está na sua atitude relativamente ao trabalho feminino, por cuja dignificação tão eficazmente lutou. Em Ponta Delgada, e até à sua época, a mulher da classe média não trabalhava fora de casa, salvo uma ou outra professora primária. A mulher vivia habitualmente a expensas do pai, enquanto solteira, do marido, a partir do casamento, de um irmão ou de um cunhado se não vinha a casar (Vilhena 2001, 63).

A sua obra literária abarca vários géneros — poesias, crónicas, contos, romance, ensaios, textos teatrais e traduções. Na sua longa carreira de profissional das letras, Alice Moderno usou pseudónimos e criptónimos: Encília, Gyp, Da Janela do Levante e Dominó Preto. Alguns dos seus versos foram traduzidos em alemão, francês, inglês, italiano e sueco.

A intervenção de Alice Moderno na imprensa

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a imprensa em Portugal registou inúmeras transformações, nomeadamente a passagem da chamada “imprensa romântica ou de opinião” para a denominada “imprensa industrial”: “as redações «artesaniais» de dois ou três elementos, que escreviam, maioritariamente, artigos políticos deram, gradualmente lugar a redações com várias dezenas de profissionais. (Sousa 2008, 102). Alice Moderno acompanhou esta mudança. No entanto, devemos lembrar que a imprensa

insular açoriana sempre esteve “condicionada pela distância a que se encontra dos centros de decisão do continente” (Tengarrinha 2013- 99). Ou seja, nos principais periódicos onde a jornalista escreveu (*Recreio das Salas* e *A Folha*), encontrámos um cruzamento entre a imprensa de opinião e a industrial. Ou seja, uma amálgama de jornalismo, opinião e literatura.

Na distância do reportório crítico de hoje, devemos, em primeiro lugar assinalar que “no princípio de Oitocentos, quer a colaboração, quer a direcção das revistas por parte das mulheres era escassa” (Lopes 2005, 175).

A colaboração de Alice Moderno com a imprensa foi vasta e multifacetada. No jornalismo local, onde a proximidade era fundamental, a jornalista publicou no “*Diário dos Açores, Correio Micaelense, A persuasão, Diário de Anúncios, Revista Micaelense, Revista Pedagógica*” (Vilhena 1987, 203) e também no *Correio dos Açores* (1922) e no *Almanaque dos Açores* (1905).

A imprensa nacional também contou com muitos artigos, críticas e poesias de Alice Moderno: “colaborou, desde muito cedo, nas *Novidades, no Século, na Revista de Portugal, Novos, Sociedade Futura, Alvorada, Alma Feminina e o Instituto, Primeiro de Janeiro, etc*” (Vilhena 1987, 204), sendo de destacar a sua participação no *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, onde publicou diversas poesias entre 1885 e 1909, tendo também publicado algumas poesias em jornais brasileiros, como foi o caso do jornal carioca *Portugal Moderno*, em 1912.

Dada a riqueza e abundância dos textos publicados nos jornais, vamos centrar a nossa atenção em apenas dois periódicos onde Alice atuou como diretora e principal responsável: *O Recreio das salas* e *A Folha*.

O primeiro número d’*O Recreio das salas* surgiu em novembro de 1888. Pretendia ser uma publicação mensal «noticiosa, científica, histórica, literária, biográfica, bibliográfica e recreativa.» Na indicação de colaboradores, destacam-se, entre outros, os nomes de Albertina Paraíso, Antero de Quental, Xavier da Cunha e Maria Amália Vaz de Carvalho. Logo na primeira página vem anunciado no “Programa” que a ambição era conseguir que o periódico «instrua, moralize e recreie» (Moderno 1888, 1) e que consiga atingir toda a família sendo “chique, elegante, impresso com bom tipo, em ótimo papel, preservado das intempéries da estação por uma capa de cor vistosa e alegre que agrade aos olhos dos nossos leitores” (Moderno 1888, 1).

Sublinhe-se, ainda, que o primeiro número do periódico teve início com uma crónica que divulgava a notícia de que uma jovem mulher tinha efetuado a matrícula no Liceu Nacional de Angra do Heroísmo:

É faustoso o acontecimento cuja notícia estreia a nossa primeira crónica. Vimos memorar mais um passo dado a bem da instrução, do progresso e da civilização. Acaba de matricular-se no Liceu Nacional de Angra do Heroísmo a Ex.^a Sr.^a. D. Maria Teotónia dos Santos e Sousa. É grande o prazer que experimentamos ao registar semelhante notícia, já porque nos parece que o nosso exemplo e os nossos conselhos não são alheios a semelhante determinação (Moderno 1888, 1).

Neste primeiro número, assinalamos também a presença de notícias internacionais, poesias e uma crónica sobre a cidade de Chicago. Recorde-se, no entanto, que *O Recreio das salas* só foi publicado durante sete meses.

No início do século XX, em 1902, a jornalista fundou um novo periódico: *A Folha*, que teve de uma vida longa - sobreviveu 15 anos. No primeiro número, *A Folha* distingue o seu propósito de informar a população e assegura um compromisso modesto com o público leitor - demonstrar o seu valor nos atos: “Na imprensa como na vida, os atos são mais sinceros do que as palavras. É, pois, pelo decorrer da sua existência que um jornal se levanta ou rebaixa na opinião” (Moderno 1902, 1). A variedade temática do periódico é grande, mas a ênfase é, sem dúvida, apostar na divulgação dos problemas locais e regionais:

Tem prioridade tudo o que diz respeito a interesses locais, mesmo os de menor repercussão, como seja a falta de higiene num determinado local, ou o mal cheiro que se evola de algumas cavalariças; a velocidade com que andam os primeiros automóveis pelas ruas, sem respeito pelos peões; certa falta de zelo na distribuição do correio, etc. O projecto do caminho-de-ferro, em S. Miguel foi aprovado na Câmara dos Deputados e Senadores? A.M. regozija-se. O nome do Dr. Bruno Tavares Carreiro vai ser dado a uma rua? A.M. apoia o ato de gratidão. E é a sementeira do milho. E é a indústria do tabaco. E é a exportação do ananás. E é tudo o que representa interesse para o progresso económico, social e cultural dos Açores (Vilhena 1987, 211-212).

Através das páginas deste jornal, Alice defendeu os animais, posicionou-se a favor do divórcio, da educação feminina e debateu temas políticos, louvando a República. De facto, na edição do dia 9 de outubro de 1910

(primeiro número publicado depois de consagrado o regime republicano⁴⁷¹), na primeira página, Alice Moderno defende o novo regime e a participação feminina no movimento:

E viu-se, ainda, caso virgem em Portugal, aderir a mulher portuguesa ao movimento libertário, constituindo comissões municipais, regendo escolas, fazendo conferências, formando benemérita Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, sobre a presidência ilustre da distinta escritora Ana de Castro Osório, cujo espírito viril e qualidades cívicas moveram pelo exemplo centenas de criaturas, ansiosas por verem reivindicados os seus direitos de ser humano, consciente e racional, por verem equiparadas as suas garantias, sequiosas por entrarem na posse do seu livre arbítrio, na livre administração dos seus bens, na conquista definitiva e absoluta da sua independência e autonomia! (Moderno 1910, 1).

N’A *Folha*, Alice Moderno atuou como redatora, diretora e proprietária. Ou seja, controlava todos os processos de edição e seleção de informação. Nesta perspetiva, julgamos ser importante destacar o artigo assinado por Maria Evelina de Sousa, seguramente com o aval da diretora, publicado no dia 1 de abril de 1917, intitulado “Indústrias femininas”, onde consta um mapa com o nome de todas as mulheres que trabalham em Ponta Delgada. Evelina chega à conclusão de que há poucas mulheres a trabalhar no comércio e que a maior parte são viúvas, sendo Alice Moderno a única exceção, pois dirige um escritório e, além disso, é representante de uma importante firma comercial americana.

Pelo apresentado, estamos em condições de reconhecer que Alice Moderno rompeu os limites do espaço privado ao publicar e dirigir jornais e revistas no final do século XIX e no início do século XX. Através do seu exemplo abriu portas para que outras jovens continuassem a estudar como comprova a notícia publicada no primeiro número d’ *O Recreio das salas*, onde foi assinalado que uma jovem teria sido admitida no Liceu de Angra do Heroísmo. Afinal, a escolarização abriu à mulher oitocentista uma oportunidade para aceder à vida pública. De facto, a luta e o empenho, pela emancipação feminina foi uma constante no percurso jornalístico de Alice Moderno.

Cabe ainda constatar que é necessário um olhar inclusivo para a história das mulheres pioneiras no jornalismo.

⁴⁷¹ Recordamos que a República se inicia a 5 de outubro de 1910.

Bibliografia

- BOLÉO, Luísa Viana de Paiva e MULLER, M. Margarida Pereira. 2019. *As Primeiras – Pioneiras Portuguesas num Mundo de Homens*. Aqualva-Cacém: Esfera dos Livros, 33-35.
- CASTELO-BRANCO, Camilo. 1858. Album. *Mundo Elegante*, 11 de dezembro, 1858. Porto: Villa Nova & Emydgio (.21) Consultado em 20/5/2022. <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=realgabobrasraras&pagfis=24325>
- CORREIA, Fernando. 1987. *Os jornalistas e as notícias*. Lisboa: Caminho.
- LOPES, Ana Maria Costa. 2005. *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos*. Lisboa: Quimera.
- PIMENTEL, Irene e MELO, Helena Pereira. 2015. *Mulheres Portuguesas*. Lisboa: Clube do Autor.
- MODERNO, Alice. 1992. “Cancioneiro da Revista”. In *Revista de Portugal*. Volume IV. Porto: Editores Luga & Lioux, 617-618.
- MODERNO, Alice. 1902. *A Folha*. 5 de outubro de 1902. Ponta Delgada: Tipografia Alice Moderno.
- MODERNO, Alice. 1910. *A Folha*. 9 de outubro de 1910. Ponta Delgada: Tipografia Alice Moderno.
- MODERNO, Alice. 1917. *A Folha*. 1 de abril de 1917. Ponta Delgada: Tipografia Alice Moderno.
- MODERNO, Alice. 1888. *O Recreio das salas. Publicação mensal, científica, literária, biográfica e recreativa*. nº 1, 1º ano, novembro, 1888. Ponta Delgada: s/n.
- MODERNO, Alice. 1912. *Portugal Moderno*, nº 627, 28 de setembro de 1912, Rio de Janeiro: RJ
- MELLO, A. 2013. “Alice Moderno”. In João Esteves e Zília Osório (direção). *Feminae Dicionário Contemporâneo*. Lisboa: Comissão para Cidadania e Igualdade de Género, 52-53.
- SOUSA, J.P. 2008. “Uma História do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974”. In José Marques de Melo et all, *Jornalismo, História, Teoria e Metodologia*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 93-118.
- SUBTIL, Filipa. 2009. “Anotações sobre o processo de feminização da profissão de jornalista na década de 90”. In GARCIA, J.L. (org.) *Estudos sobre os jornalistas portugueses*. Lisboa: ICS, 93-108.
- TENGARRINHA, José. 1989. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- TENGARRINHA, José. 2013. *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das Origens a 1865*. Lisboa: Círculo Leitores.
- VILHENA, Maria da Conceição. 1987. *Alice Moderno: a mulher e a obra*. Angra do Heroísmo: Dir. Regional dos Assuntos Culturais.
- VILHENA, Maria da Conceição. 2008. *Joaquim de Araújo diálogo epistolar com Alice Moderno: da literatura ao amor frustrado*. Penafiel: Edições Cão Menor.
- VILHENA, Maria da Conceição. 2001. *Uma mulher pioneira. Ideias, Intervenção e acção de Alice Moderno*. Lisboa: Edições Salamandra.

Dos periodistas que abrieron caminos en la prensa española del siglo XX: Magda Donato (1898-1966) y Margarita Landi (1918-2004)⁴⁷²

Víctor J. Ortega Muñoz⁴⁷³

María Dolores Ramos Palomo⁴⁷⁴

Introducción

Los “felices veinte” y sobre todo los años treinta representaron la Torre de Babel de las emancipaciones, las transgresiones, las paradojas, los significados ambiguos, los deslizamientos y los equívocos, unas veces ligados a la construcción del sujeto femenino/masculino, otras vinculadas a la creación de conceptos. Este proceso produjo reglas plurales -emergentes, difusas, consolidadas-, nuevos modelos de género y estereotipos, así como prácticas sociales que incidieron en la prensa y la opinión pública. Algunas periodistas de perfil inconformista, rebelde, cuando no heterodoxo, en claro contraste con el modelo de feminidad dominante en su época, jugaron un importante papel a la hora de difundir, entre otras cuestiones, la polémica desarrollada sobre la igualdad política, social y sexual producida en diferentes países europeos.

Magda Donato y Margarita Landi, nuestras protagonistas, cubrieron con sus reportajes y escritos, incluso con los avatares de sus vidas, la práctica totalidad del siglo XX. Desde las sucesivas crisis de la Monarquía borbónica (1898, 1909, 1917) a la llegada de la República, la Guerra Civil y sus consecuencias: las vivencias del exilio, el franquismo y la Transición a la democracia. Donato, nacida en el cruce de los siglos XIX-XX, fue una mujer moderna cuya trayectoria biográfica refleja los ideales, las experiencias, las considera-

⁴⁷² Proyecto *¿Humanidades sin media humanidad? Estrategias para la visualización de las mujeres en los Planes de Estudio Universitarios*. PIE 19-177. Vicerrectorado de Personal Docente e Investigador. Universidad de Málaga.

⁴⁷³ Víctor J. Ortega Muñoz. Departamento de Historia Moderna y Contemporánea. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Málaga, España. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-8472-4414>. E-mail: vjortega@uma.es

⁴⁷⁴ María Dolores Ramos Palomo. Departamento de Historia Moderna y Contemporánea. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Málaga, España. ORCID id: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0001-6189-1941>. E-mail: mdramos@uma.es

ciones éticas y las manifestaciones estéticas del prototipo de mujer representado por la *garçonne*, que significó una nueva forma de entender la feminidad y plasmar las relaciones entre los sexos (Aresti 2001; Ramos 2014). Respecto a Margarita Landi, veinte años más joven, vivió su adolescencia y primera juventud en los politizados años treinta, en los que se llevaron a cabo, entre otras reformas del primer bienio republicano, la secularización de la sociedad, el sufragio femenino, el matrimonio civil, el divorcio y la coeducación (Aguado y Ramos 2002). El hecho de vivir este proceso modernizador dejó huellas en Landi proporcionándole un sentido de la libertad impropio del modelo hegemónico de feminidad del franquismo. En este sentido, la reportera se situó en numerosas ocasiones a contracorriente de las normas establecidas por la Sección Femenina de Falange y Acción Católica de la Mujer, los dos grandes núcleos socializadores que el Régimen utilizó para encuadrar a las mujeres.

Por otra parte, es necesario recordar que las dos redactoras forman parte de una genealogía de escritoras de prensa que, desde la publicación del *Repertorio Bio-Bibliográfico* de María Carmen Simón Palmer (1991), se ha ido haciendo cada vez más visible (Angulo Egea y León Gross 2011; Díaz Nosty 2019; Ramos Palomo y Ortega Muñoz 2020). Una genealogía que se inauguró, de manera sistemática, en las primeras décadas del siglo XIX gracias a los artículos de Cecilia Böhl de Faber (*Fernán Caballero*) y otras románticas, a las aportaciones de las socialistas utópicas que editaron los periódicos “Los Pensiles” a mediados de siglo y las escritoras que defendieron el ideal de domesticidad en revistas como *El Correo de las Damas* (1833 en adelante), fiel exponente de la prensa femenina ilustrada dedicada a la moda, la belleza, y otras publicaciones similares relacionadas con el hogar y la familia (Blanco 2001; Angulo Egea y León Gross, 2011). Previamente se habían producido algunos casos de periodismo crítico ejercido por mujeres: Beatriz Cienfuegos, editora de *La pensadora gaditana* en 1786 (Canterla 1996), o María Carmen de Silva en *El Robespierre Español*⁴⁷⁵, que publicó con Pedro Fernández Sandino en 1811, durante las Cortes de Cádiz.

Así se gestó una tradición de articulismo femenino, que estaba en manos masculinas, igual que la lectura y el consumo de periódicos, de acuerdo con los modelos de género y las tasas de analfabetismo, que discriminaban a

⁴⁷⁵ El periódico titulado *El Robespierre español, amigo de las leyes: o cuestiones atrevidas sobre la España* denunció en sus páginas a la policía, los militares y los nobles. María Carmen Silva dirigió los números 11 al 30 de la publicación (Cantos Casenave y Sánchez Hita, 2009).

las mujeres⁴⁷⁶. El *Ensayo de un Catálogo de periodistas españoles del siglo XIX* (1903), publicado cuando Magda Donato era una niña de apenas cinco años, ofrece datos muy significativos: de un total de 12.200 registros solo 190 correspondían a mujeres (1,6%), la mayoría de ellas vinculada a la prensa literaria y con seudónimo (Díaz Nosty 2019: 14). La Asociación de Prensa de Madrid, creada en 1895, confirma esta tendencia. En su primera década de vida contó únicamente con una mujer en sus filas, Jesusa Granda, hasta el ingreso de Carmen de Burgos, a la que numerosos especialistas consideran la primera periodista española de manera oficial y una de las más osadas por atreverse a publicar en 1904 una encuesta sobre el divorcio en España⁴⁷⁷, erigirse en defensora de ese derecho en *El Diario Universal* y cubrir la campaña militar en Marruecos en 1909 con sus colaboraciones en *El Heraldo de Madrid*, lo que la convierte en la primera mujer reportera de guerra (Núñez Rey, 2005). En esta genealogía cabe destacar también a dos figuras de perfil feminista: la reformadora social Concepción Arenal, redactora del periódico liberal-progresista *La Iberia* a partir de 1857 y fundadora de *La Voz de la Caridad* (1870-1884), publicación quincenal de referencia donde denunció entre otras irregularidades las que se cometían en cárceles y hospicios (Ramos 2021); por su parte, la escritora Emilia Pardo Bazán, más allá de ser la introductora en sus novelas del naturalismo en suelo español, ocupa un importante lugar en la historia del periodismo iberoamericano, como puede apreciarse en *La Época*, *El Imparcial*, ambos de Madrid, *La Ilustración Artística* de Barcelona y *La Nación* de Buenos Aires, entre otras cabeceras (Dorado 2006).

Es preciso recordar que el articulismo femenino abarcaba un doble frente en el cruce de los siglos XIX-XX: el de las revistas *magazine* con secciones dedicadas al hogar, la belleza, la salud, la familia y la economía doméstica, que incluía algunos artículos informativos, noticias de actualidad y páginas literarias; y el de un periodismo crítico, vinculado a diferentes culturas políticas, frecuentemente militante, dirigido y redactado por mujeres, aunque admitiera colaboraciones masculinas (Ramos Palomo y Ortega Muñoz, 2020). En los años diez el conflicto colonial de España en Marruecos y la Gran

⁴⁷⁶ La tasa de analfabetismo afectaba en 1900 a un 69% de mujeres y un 40% de varones, descendiendo en 1930 al 40% y 24% respectivamente, como muestra Díaz Nosty 2019, 16. Por otra parte, según Vilanova y Moreno Juliá (1992, 71), en la Dictadura, concretamente a partir de 1950, el analfabetismo ascendía al 20% de la población española de diez y más años de edad, pero las diferencias entre mujeres y hombres crecieron a favor de los segundos: 1.8 en 1950, 2.0 en 1960; 2.4 en 1970 y 2.5 en 1981.

⁴⁷⁷ Carmen de Burgos se separó de su marido en 1901 y abandonó la ciudad de Almería para establecerse en Madrid con su única hija. Publicó los resultados de la encuesta del *Diario Universal* en el libro *El divorcio en España* el año 1904.

Guerra promovieron la presencia de reporteras en las líneas de combate y la retaguardia. Además de la mencionada Carmen de Burgos, la escritora y periodista Sofía Casanova publicó numerosas crónicas en *ABC* sobre los frentes polacos en la Primera Guerra Mundial (Nicholson, 2019; Turrión, 2014; Bernáldez Rodal, 2013). Aunque España permaneció neutral en el plano militar, las filias y las fobias surgidas en torno a los dos bandos en litigio se proyectaron en la prensa, los ateneos, la tribuna parlamentaria y los espacios de la vida cotidiana. En esta coyuntura, concretamente en 1917, Magda Donato iniciaba sus colaboraciones en las páginas de *El Imparcial* con la columna “Femeninas”, marcada por el interés prestado a la mujer moderna aderezado de una fina ironía que dejó patente en artículos como “Hay mil maneras de casarse” y “La mujer y el periodismo”⁴⁷⁸.

Un año después, justo cuando callaron los tambores de la guerra más devastadora que había conocido la humanidad, llegaba al mundo, tras la firma del armisticio, Margarita Landi⁴⁷⁹. Mientras, las grandes ciudades españolas encabezadas por Madrid y Barcelona se llenaban de mujeres que acortaban sus cabellos y faldas, se desprendían de corsés y refajos, fumaban, aprendían nuevas profesiones — secretariado, taquigrafía, mecanografía, telefonía, enfermería, entre otras —, acudían a cafeterías, salas de baile, tertulias, y se esforzaban por practicar deportes como la natación, el ciclismo, el tenis y el senderismo. Landi vivió su infancia en los “felices veinte”, un eufemismo que ocultaba el marco de crispación política-ideológica y el cambio de ciclo económico sobrevenidos en la primera posguerra mundial. Luego, una vez entrada en la adolescencia, tuvo ocasión de conocer, y beneficiarse, como veremos más adelante, de las reformas de la Segunda República. La guerra civil y los primeros años de la Dictadura imprimieron un giro a su vida personal y profesional. Su incorporación a la prensa de sucesos, en la que fue pionera, se produjo en la década de los cincuenta, tiempos difíciles caracterizados por la represión de los vencidos, la autarquía y las consecuencias del racionamiento entre la población. La Dictadura representó una vuelta atrás en todos los sentidos y promovió el modelo de feminidad doméstica, el regreso del “ángel del hogar” esta vez con las connotaciones ideológicas propias del falangismo y el nacionalcatolicismo. El servicio a la Patria se impuso a las mujeres mediante la maternidad biológica y social, el cuidado de la familia y la mi-

⁴⁷⁸ *El Imparcial*, 3 de abril de 1917 y 13 de enero de 1918.

⁴⁷⁹ El armisticio se firmó el 11 de noviembre, una semana más tarde, el 19 de noviembre, nacía Margarita Landi.

litancia en Sección Femenina o Acción Católica. De ahí que el periodismo de Margarita Landi y su forma de practicarlo representaran una innovación, como había sucedido veinte años antes con los reportajes vividos de Magda Donato, en la apretada síntesis genealógica que hemos esbozado.

Las ciento y una experiencias de Magda Donato en la prensa española

Magda Donato (1898-1966), seudónimo de Carmen Eva Nelken Mansberger, nació en Madrid el 6 de febrero de 1898, año en que se produjo la pérdida de las últimas colonias españolas de Ultramar, en el seno de una familia de clase media alta de origen judío-alemán por parte de padre y francés por la madre, que se dedicaba al comercio de joyas. Recibió con su hermana mayor Margarita, que sobresaldría como crítica de arte, feminista y parlamentaria socialista antes de ingresar en las filas comunistas, una educación elitista en la que el aprendizaje de idiomas, los viajes, las estancias en el extranjero y la asistencia a actos culturales ocuparon un lugar destacado. Desde muy joven, Eva Nelken frecuentó los ambientes progresistas y las tertulias políticas y feministas donde tuvo ocasión de mostrar su carácter independiente y su sentido de la libertad. Pronto fue un secreto a voces que el seudónimo Magda Donato con el que sería conocida en ámbitos culturales y políticos era, más allá de un nombre o una máscara, una seña de identidad, un yo alternativo con el que Eva Nelken alcanzó plena autonomía, pues su hermana Margarita había hegemonizado el apellido familiar, incluso la fama, antes que ella (Rodrigo 1999, 38). Donato fue una mujer moderna, hablando en términos culturales, estéticos y éticos. Con sus actitudes “transgresoras” hizo frente a las normas y costumbres establecidas, mientras luchaba por ampliar la ciudadanía femenina y por democratizar la política. Sus relaciones sentimentales con el dibujante Salvador Bartolozzi, mayor que ella, padre de familia y separado, un artista ligado a las vanguardias parisinas, constituyen un ejemplo de la liberalización de las costumbres y de las pautas de conducta femeninas, que propiciaron, entre otras prácticas de vida, el amor-amistad, la sexualidad al margen del matrimonio, el control de la natalidad, el diálogo, el compañerismo e incluso en ocasiones la colaboración intelectual y profesional de los amantes. Así lo hicieron Magda Donato y Salvador Bartolozzi escribiendo

-ella- e ilustrando -él- reconocidos textos de literatura infantil⁴⁸⁰. No tuvieron hijos (Bravo Villasante y García Padrino 1984).

La trayectoria profesional, intelectual y personal de Magda Donato está atravesada por un hondo compromiso político, social y feminista. En 1918, fundó la Unión de Mujeres de España (UME)⁴⁸¹, una organización dispuesta a abrir sus filas a las mujeres de grupos sociales, políticos y creencias diferentes con la finalidad de crear una conciencia femenina emancipadora y extender el uso de buenas prácticas cívicas. Las líneas maestras de la entidad están presentes en su Manifiesto fundacional: cultura pacifista, tolerancia y unión interclasista como puntos de encuentro para obtener los derechos civiles, sociales y políticos de las españolas. Entre las actividades de la UME hay que destacar la organización de conferencias gratuitas impartidas por las socias y la apertura de salones de lectura. Magda Donato pronunció varias disertaciones en las que mostró una concepción del feminismo flexible y tolerante, insistiendo en que la consecución del voto contribuiría a politizar a las mujeres y serviría para lograr importantes reformas sociales: seguro de maternidad, higienización de talleres y escuelas, legislación sobre el trabajo a domicilio y equiparación salarial de mujeres y hombres en el mercado laboral (Ramos 2012). Los derechos políticos serían también una poderosa herramienta para abordar la reforma del Código Civil y el Código Penal, lograr que las mujeres casadas manejaran libremente el usufructo de su trabajo y de sus bienes, la patria potestad de sus hijos e hijas, y fueran juzgadas por el mismo rasero de medir que los hombres en las cuestiones afectivas, sexuales y familiares, por citar algunos ejemplos⁴⁸².

Magda Donato ingresó en el *Lyceum Club* de Madrid (1926), espacio de reunión, convivencia y dinamización cultural formado exclusivamente por mujeres, que se fundó a imagen y semejanza de otros centros similares instalados en Londres, Berlín, París, Roma y otras ciudades europeas⁴⁸³. En este foro feminista colaboró con la abogada Victoria Kent, futura directora de Prisiones y parlamentaria durante la Segunda República, con María de Maeztu, directora de la Residencia de Señoritas de Madrid, entidad vinculada a la Institución Libre de Enseñanza, y con la escritora socialista Isabel de Oyarzábal,

⁴⁸⁰ Por ejemplo, la serie Pipo y Pipa, dedicada a Pinocho. Remitimos al libro de cuentos *Pipo y Pipa y el lobo tragalotodo/Pinocho en el País de los Cuentos* (2000).

⁴⁸¹ La acompañaron en esta iniciativa la pianista Lilly Rose Schenrich (marquesa de Ter), Carmen de Burgos, María Lejárraga y Victoria Priego, entre otras socias fundadoras.

⁴⁸² Para estos temas ver *La Tribuna*, 18 de febrero de 1920; *El Mundo*, 10 de abril de 1920 y *España*, 21 de agosto de 1920.

⁴⁸³ *La Época*, 30 de marzo de 1926.

que ocuparía, entre otros cargos, el de embajadora de España en los Países Nórdicos durante la Guerra Civil. Las tres liceístas organizaron el homenaje conmemorativo a la reformadora social, escritora y periodista Concepción Arenal, un importante símbolo político y cultural del feminismo ibérico en la segunda mitad del siglo XIX (Ramos 2021).

Mientras tanto, el trabajo periodístico de Magda Donato y su papel como creadora de opinión se habían consolidado. Después de sus primeras columnas en *El Imparcial* escribió artículos y reportajes en *El Liberal*, *Heraldo de Madrid*, *Mundo Gráfico*, *Estampa*, *Informaciones* y *Ahora*, entre otras cabeceras. Su empeño por conseguir la mejora de las condiciones de vida de las obreras se hizo visible en las páginas que dedicó a las criadas, en las que denunció su abandono legal y social, la presencia en el mercado laboral de niñas-sirvientas de apenas siete años y la dejadez de los poderes públicos, que se habían negado a conferir a las empleadas domésticas el estatuto de trabajadoras. El hecho de que tuvieran que pedir a sus *amas*, como si fueran esclavas, “mercedes como las salidas un día de semana o la recepción de visitas”, a las que tenían pleno derecho, era inconcebible, afirmaba Donato, en los años veinte⁴⁸⁴.

En la Segunda República el pensamiento igualitario y la politización femenina se extendieron, surgiendo nuevos derechos y libertades como el sufragio femenino, la coeducación, el matrimonio civil y el divorcio. Magda Donato difundió el alcance de estas reformas en la prensa y publicó algunos de sus reportajes más representativos con motivo de las elecciones generales de noviembre de 1933, las primeras en las que las españolas ejercieron el derecho al voto. Previamente había entrevistado a las aspirantes a parlamentarias en la columna titulada “Cómo piensan las candidatas que lucharán por toda España el próximo día 19”, divulgando los programas generales y las principales propuestas de sus respectivos partidos políticos⁴⁸⁵. En esta etapa sus reportajes se politizaron cada vez más, se enraizaron en las cuestiones de actualidad y se centraron en las experiencias de la gente sencilla. Ligada laboralmente a la empresa editora del diario *Ahora* y la revista *Estampa*, Donato inició una serie de entrevistas sobre la vida de las mujeres trabajadoras bajo el título “Cómo vive la mujer en España”. La reportera manifestó su respaldo a las reformas emprendidas por el gobierno republicano-socialista durante el bienio 1931-1933 y celebró la aprobación del sufragio femenino tras el

⁴⁸⁴ *La Voz de Córdoba*, 26 de junio de 1926.

⁴⁸⁵ *Ahora*, 16 de noviembre de 1933.

debate parlamentario que enfrentó a las dos únicas diputadas presentes en la Cámara, Clara Campoamor, partidaria de alcanzar los derechos políticos de las mujeres a toda costa y a cualquier precio, y Victoria Kent⁴⁸⁶, defensora de su aplazamiento por cuestiones utilitarias y de oportunidad política. La polémica polarizó a toda la Cámara y fue seguida profusamente en los medios de comunicación. Magda Donato manifestó su opinión por esta conquista cívica y declaró rebosante de optimismo: “Como mujer, me alegro profundamente y espero no tenerme nunca que arrepentir como republicana”⁴⁸⁷.

A pesar de sus innumerables aportaciones periodísticas, fueron sus reportajes “vividios” los que abrieron nuevos caminos en la prensa española y configuraron el denominado “periodismo de investigación” (Donato 2009). Publicados en el diario *Ahora* entre 1932 y 1936 tuvieron una enorme aceptación por parte del público debido a su carácter innovador y a las facetas desconocidas que fueron revelando sobre las instituciones y las personas. Donato se adentró en el mundo marginal a partir de diferentes estrategias, argucias, disfraces y cambios de identidad. Así, se hizo pasar por delincuente y fue condenada a pasar una temporada en la cárcel de mujeres de Madrid, donde convivió con las presas, narrando esta experiencia en las páginas del periódico. En otra ocasión se unió a un grupo de mendigas que pedían limosna en las calles y tras ser ingresada en una institución de caridad contó al público las vivencias que había compartido con las mujeres indigentes. Simuló ataques de enajenación mental y fue trasladada a un manicomio donde permanecería un mes, tiempo suficiente para compartir las experiencias de las reclusas “sin las gafas de la ciencia y con mirada nada más — y nada menos — que humana (...), adquiriendo la convicción de que en su desgracia les falta lo que más necesitan: comprensión”⁴⁸⁸. Más adelante, fue secretaria de un mago, lo que le permitió adentrarse, hablando con un fuerte acento francés, en estrechos y oscuros garitos a la par que en lujosos despachos para explicar las vicisitudes de las echadoras de cartas, astrólogas y adivinas. Otra vez se hizo pasar por enfermera en una clínica de cirugía estética y contó las intervenciones a que se sometían las mujeres para aparecer bellas y jóvenes. También buscó trabajo en las filas del paro, como cualquier mujer necesitada

⁴⁸⁶ La tercera diputada, Margarita Nelken, militante socialista y hermana de Magda Donato, aún no había podido acceder a su acta del Congreso por cuestiones administrativas, pero se posicionó con Victoria Kent manifestando en la prensa la necesidad de aplazar el voto femenino. Una reciente revisión de la polémica parlamentaria sobre el sufragio femenino y su contexto en Capel Martínez (2022).

⁴⁸⁷ *Heraldo de Madrid*, 2 de diciembre de 1931.

⁴⁸⁸ *Ahora*, 3 de abril de 1932.

de ganarse el pan. En otros reportajes, simulando un embarazo, explicó los entresijos de la Casa de Maternidad y se sumó a las personas empobrecidas y hambrientas que acudían a diario a los comedores gratuitos de la Asistencia Social⁴⁸⁹. Estos reportajes, relatados “desde dentro”, confirmaron su valía como una periodista comprometida, valiente y decidida a revelar las lacras de la sociedad⁴⁹⁰.

La guerra civil la llevó a las trincheras con la intención de escribir algunos artículos sobre las Milicias Populares y narrar la situación de los soldados en los frentes de Somosierra (Madrid) y Huesca en la revista *Estampa*. Así mismo, se preocupó por dar a conocer las experiencias de las mujeres en la retaguardia y publicó numerosas entrevistas para dar a conocer la trayectoria de algunos personajes políticos durante el conflicto bélico (Bernard, 2008). Entre ellas destacan la realizada a Bosch Gimpera, rector de la Universidad de Barcelona y consejero de Justicia de la Generalitat de Cataluña, o la que dedicó a Victoria Kent, ex directora General de Prisiones y secretaria de la Embajada de España en Francia, que vieron la luz en *Mi Revista*. Simultáneamente redactó informes políticos para la Secretaría de Propaganda de la República, dirigida por el escritor y crítico literario Juan José Domenchina y Constanza de la Mora, una de las primeras mujeres en acogerse a la ley de divorcio republicana, militante del Partido Comunista de España (Rodrigo, 1999: 52). Acabado el conflicto bélico, emprendió el camino del exilio en compañía de Bartolozzi. Fue una experiencia dantesca que los llevó a huir de un lugar a otro, sabiéndose vigilados, perseguidos. Sin embargo, no nos corresponde aquí y ahora ocuparnos de ello⁴⁹¹. Finalmente, Magda Donato, tras su llegada a México, retomó la escritura y una de sus pasiones juveniles: los

⁴⁸⁹ “Un mes entre las locas”, “Cómo se vive en un albergue de mendigas”, “La vida en la cárcel de mujeres”, “Con los cómicos de la legua”, “En la maternidad”, “Una mujer en busca de trabajo” y “Cómo se vive en el Puente de Vallecas”, el último, que vio la luz el 19 de julio de 1936, un día después del golpe de estado militar que fracasó en Madrid y buena parte de España, originando la Guerra Civil (Donato, 2009).

⁴⁹⁰ Como se ha señalado, para hacer el reportaje sobre las presas provocó un incidente y fue condenada por un juez a cumplir una pena en la cárcel. Ver Blog de la Biblioteca Nacional de España, BNE, “Magda Donato o la pasión por el periodismo”, 4 de marzo de 2022. <https://bne/magda-donato-o-la-pasion-por-el-periodismo>

⁴⁹¹ Desde el paso por la frontera en la Junquera casi sin dinero y con lo puesto al abandono de un tren de refugiados que les conducía al norte de Francia, aprovechando una parada cercana a París, experiencias a las que siguió tras la invasión nazi un periplo por diferentes ciudades hasta llegar a Niza, donde embarcaron rumbo a la isla de Martinica. Pero el barco nunca llegaría a su destino. Al zarpar de Casablanca fue devuelto a este puerto y fueron internados en un campo de trabajo. Finalmente fueron liberados y obtuvieron una plaza en el vapor *Quanza* rumbo a México (Domínguez Prats 1992).

escenarios teatrales⁴⁹². En ellos triunfó interpretando el papel de Semiramis en la obra de Ionesco *Las sillas*. Esta experiencia iluminó el final de su vida, pues después de la muerte de Salvador Bartolozzi se encontró “vieja, sola, en tierra extraña, y sin ninguna agarradera de partido, bando o religión” (Ramos 2012, 181). Falleció en Ciudad de México en 1966.

Margarita Landi, pionera de la prensa de sucesos y la “crónica negra” en España

El nombre completo de esta periodista, Encarnación Margarita Isabel Verdugo Díez (1918-2004), quedó oculto en la esfera política y los espacios culturales bajo el apellido italiano Landi de una de sus abuelas, con el que firmó sus artículos y visibilizó la genealogía femenina de esa rama familiar. Nacida, según algunas fuentes, en el madrileño barrio de Chamberí, en el seno de una familia de procedencia malagueña y larga tradición periodística⁴⁹³, Margarita Landi fue nieta de Joaquín Verdugo Delgado, director del diario republicano *Las Noticias* que inició su publicación en Málaga en 1876, hija del cronista taurino Alfredo Verdugo Landi y sobrina del caricaturista y periodista Francisco Verdugo Landi y del pintor Ricardo Verdugo Landi (Soto Calzado, 2017), los dos últimos fundadores de las revistas gráficas de información general *La Esfera* y *Nuevo Mundo*, llegando a ocupar el primero de ellos la vicepresidencia de la Asociación de la Prensa de Madrid⁴⁹⁴.

Fue, como Magda Donato, una adelantada a su época además de pionera en un género periodístico que no estaba bien valorado -aunque lo ejerceran mayoritariamente los hombres-, circunstancias que la llevaron a mostrar su fuerte carácter y su sentido de la independencia a la hora de marcar su rumbo profesional y su vida personal. Vivió la experiencia republicana, cuyas reformas incidieron de manera muy positiva en la mejora de la condición femenina, y cursó estudios de enfermería, dedicándose durante la Guerra Civil al cuidado de las personas heridas y enfermas en los hospitales. Recién

⁴⁹² Donato se incorporó al grupo de teatro de la Escuela Nueva, de inspiración socialista, en 1921 y participó en la apertura de la Agrupación Teatral Caracol en 1921, realizando numerosos montajes escénicos (Ramos 2010, 179-180).

⁴⁹³ Otras fuentes sostienen que Margarita Landi nació en Málaga y se trasladó a Madrid a los seis años. Ver ÁLVAREZ, Mónica G. 2018. “La Dama del Crimen que revolucionó la crónica de sucesos”, *La Vanguardia*, 19 de noviembre de 2018.

⁴⁹⁴ Margarita Landi, periodista de sucesos, *El Mundo*, 12 de diciembre de 2004, sección obituarios, en: <http://www.elmundo/2004/02/06/obituarios/1076086447.html> (Consultado 6 de julio 2018).

acabado el conflicto militar, contrajo matrimonio con el ingeniero Ángel Torres. Casi a la vez, la Dictadura, amparándose en la Ley de Responsabilidades Políticas de 1940, la desposeyó, como a tanta gente, de los títulos académicos obtenidos durante la etapa política anterior⁴⁹⁵. Eran años de aislamiento político, autarquía económica, racionamiento, censura, autocensura y represión de los vencidos (Gracia y Carnicer 2001). La sociedad que le tocó vivir y las circunstancias a las que tuvo que hacer frente, complicadas tras la muerte a poco de nacer de uno de sus dos hijos, seguida del temprano fallecimiento en 1947 de su esposo, enfermo de tuberculosis -uno de los grandes males de la posguerra española- endurecieron su carácter.

Quedó viuda con un niño de corta edad a los 28 años, motivo por el que tuvo que buscar nuevos caminos profesionales en un mundo reservado a los hombres y adentrarse, venciendo numerosas dificultades, en la esfera pública: “Decidió ser periodista -comentó su hijo- en un país en el que no se leía y en el que las mujeres no podían escribir”⁴⁹⁶. Hasta que pudo hacerse un hueco en la prensa, Margarita hizo todo lo posible para conseguirlo, redactando cuentos en la revista *Gisela* y trabajando “free lance” para diversas publicaciones. Elaboró crucigramas que vieron la luz en *Gran Mundo*, trabajó como redactora de la revista de Sección Femenina *Ventanal* (1947-1948), que dirigía María de la Mora, pasó después a *La Moda de España*, forjándose como profesional en esta temática, colaboró con *Turismo y Viajes*, entre otras publicaciones, y fue corresponsal de la agencia de noticias *News Agency*, propiedad del magnate norteamericano William Randolph Hearst: “Buscaban una chica “muy observadora y de escritura fluida, que, estando dispuesta a patear Madrid diariamente, supiera sintetizar cualquier cosa que viera o escuchara sobre cualquier tema o hecho de interés inusitado o extraño”. Por otra parte “todos sus artículos [...] llevaban hasta en los blancos su refriega contra la discriminación de la mujer en el franquismo”⁴⁹⁷.

Pronto se especializó en el “periodismo de calle” y la “crónica negra”, narrando las duras condiciones de vida de los sectores populares y los con-

⁴⁹⁵ Para estos aspectos, ver GENOVÉS ESTRADA, Isabel. 2016. “Margarita Landi, la Dama del Crimen”, *Los ojos de Hipatia*, mayo, en: <https://losojosdehipaia.comes/periodismo/margarita-landi-la-dama-del-crimen/> (Consultado 6 de julio 2018).

⁴⁹⁶ Remitimos a los comentarios del hijo de Margarita Landi, TORRES, Ángel, en: <https://www.lavanguardia.com/sucesos/20181119/453014949501/margarita-landi-sucesos-periodista-dama-crimen-el-caso-pipa-pistola-deportivo-centenario-nacimiento.html> (Consultado 3 junio 2022).

⁴⁹⁷ MALDONADO, Lorena G. 2016. “Margarita Landi: pipa y licencia de armas para escribir en El Caso”, *El Español*, en: https://www.elespañol.com/cultura/series/20160315/109739135_0.html (Consultado 9 julio 2018)

flictos de la vida cotidiana -incluidos numerosos episodios de violencia de género- en el periódico *El Caso*, durante la Dictadura, y posteriormente, ya en la Transición a la democracia, en la revista *Interviú* (Ortega Muñoz 2022 y 2021). En sentido paralelo a este giro profesional, Landi mostró su capacidad para adentrarse tanto en las altas esferas como en los bajos fondos de la sociedad y reforzó su imagen pública con elementos icónicos “viriles”: vestía pantalones, portaba una pipa de fumar, una pequeña pistola oculta en la liga — llegó a tener licencia de armas —, un mechero espía que era en realidad una minicámara fotográfica y conducía un deportivo rojo (Ortega Muñoz 2019). Margarita Landi no se dejaba pisar, era una mujer adelantada a su tiempo, libre y con empuje, en contraste con el modelo de feminidad del franquismo, que propiciaba la vida doméstica, la obediencia y la sumisión al padre de familia, el esposo o el tutor. No es de extrañar que se convirtiera en un icono en un país en el que muy pocas mujeres tenían licencia para conducir, ni coche propio ni libertad para trasladarse de un lugar a otro. “La Dama del Crimen”, “la Rubia del Deportivo”, “la Landi” o “el subinspector Pedrito”, entre otros apelativos con los que era conocida, muestran, especialmente el último, sus contactos con el mundo policial, donde aprendió la jerga o lenguaje de los delincuentes, que supo utilizar en sus entrevistas, así como su relación con jueces, magistrados, forenses y bomberos. La reportera reforzó los conocimientos que había adquirido en la práctica de su profesión con un Máster de Criminología (Ortega Muñoz 2022 y 2019).

La aproximación de Margarita Landi al mundo de los sucesos se produjo en el semanario *El Caso*, en 1953, por iniciativa de su director, Eugenio Suárez, que la invitó a sumarse a la plantilla valorando su tenacidad, valentía y adaptabilidad para obtener información de primera mano allí donde casi nadie llegaba. Es significativo que durante quince años fuera la única mujer dedicada a esta especialidad en España: una referencia ineludible (Landi 1990 y 1969). *El Caso* supuso un hito en la prensa de la Dictadura, ya que, a pesar del control de la información establecido por la Ley de Prensa de 1938⁴⁹⁸, del monopolio de los periódicos del Régimen, todos afines al Movimiento Nacional-Sindicalista y representados con el símbolo del yugo y las flechas; a pesar de la censura y de la imperiosa necesidad de elaborar y transmitir la imagen de un país en orden, sin delincuencia ni conflictos,

⁴⁹⁸ La Ley de Prensa de 1938, obra de Ramón Serrano Suñer, cuñado de Franco, convirtió el periodismo en una institución más al servicio del Estado. Impuso la censura previa, el nombramiento de los directores de los periódicos desde el Ministerio del Interior y las sanciones por desviarse de las normas establecidas.

acorde con las aspiraciones ideológicas de la Dictadura, no sólo logró salir a la calle, sino que sorteó las limitaciones legales y obtuvo grandes tiradas, a veces superiores a los 200.000 ejemplares (Rodríguez Cárcela 2016 y 2012). En este contexto las crónicas delictivas no solo sacaban a relucir los hechos más violentos de la sociedad, saldados frecuentemente con la muerte de una o varias personas, sino otro tipo de sucesos como timos, estafas y robos (Ortega Muñoz 2018). En este tipo de informaciones “encontramos un retrato de los sectores sociales desheredados, marginales o con escasos medios de subsistencia, de sus resistencias al orden establecido, así como de sus adaptaciones, [y] de las manifestaciones individuales y primarias de [su] rechazo” (Moreno 1998, 117). *El Caso* fue descalificado por algunos sectores sociales y periodísticos, pese a que la información de sucesos formaba parte de una tradición que había tomado forma y fuerza desde el siglo XIX de forma conjunta a la aparición de la prensa moderna (Ortega Muñoz 2018). Pero el seguimiento del semanario español creció durante los años sesenta y setenta mediante la venta en quioscos, las suscripciones y la lectura colectiva en determinados espacios de los barrios populares, como bares, porterías y plazas públicas.

En sus crónicas, Landi narró los conflictos ocurridos en la esfera cotidiana burlando la censura con la excusa de que sus reportajes servían para resaltar la necesidad de velar por los principios morales y el orden público de la Dictadura, incluso promovían mecanismos de evasión y distracción frente a las duras condiciones políticas y materiales de vida en los años cincuenta. Una de sus primeras incursiones en la “crónica negra” fue la entrevista que realizó a cinco ladrones en Madrid. A partir de ese momento la reportera fue desarrollando su trabajo en otros lugares de la geografía española a los que se desplazaba al volante de su vehículo. De este modo puso el foco de atención en los grupos marginales y descubrió “un mundo en el que todo es distinto y que nunca hubiera podido imaginar”. Los conflictos narrados por la periodista son materiales de enorme valor para la Historia Social, la Historia de Género y la Historia de las Emociones, debido a que resaltan, desde diferentes perspectivas, los vínculos de género y clase, los discursos y prácticas cotidianas, así como las relaciones emocionales entre las personas y el mundo en el que viven (Díez Freire 2015).

En los artículos de Landi se expresan las tensiones sociales surgidas en un contexto político, social y jurídico discriminatorio, desigual, punitivo y excluyente que afectaba de un modo u otro a la mayoría de la población y muy especialmente a las mujeres de las capas populares. Por lo general, el

público lector se solía posicionar ante las pasiones incontroladas y los delitos narrados en sus reportajes forjando una comunidad emocional que compararía, sin que mediara un conocimiento previo y directo, sentimientos de miedo, repulsa o “compasiva benevolencia” por la actitud y el comportamiento de los otros/as (Díez Freire 2015). Especial interés tienen sus reportajes sobre los “crímenes pasionales”, que desenmascaró al denunciar la violencia ejercida sobre las mujeres dentro y fuera del ámbito doméstico: malos tratos físicos y psicológicos, homicidios, violaciones y otros delitos sexuales acorde con el modelo de virilidad patriarcal, irascible, cruel y dominante (Aresti 2010). Estas pautas de conducta dejaban traslucir un fondo de posesión material y celos que precedía en muchas ocasiones al acto homicida. No en vano bajo el mantra del agresor de “para mí o para nadie” se esconde, según Landi, la necesidad de controlar la vida de las mujeres y, especialmente, su sexualidad (Ortega Muñoz 2016). Por otra parte, insiste ella, el sistema de valores minimiza la violencia masculina y saca a relucir como supuestas causas eximentes las “provocaciones” ejercidas por las víctimas. De forma parecida se expresa Nerea Barjola (2018) cuando señala que a partir del siglo XIX y por influencia de la Inglaterra victoriana en España las narraciones sobre el peligro sexual culpabilizan a las mujeres de los ataques sufridos a manos de los hombres por no respetar la moral y perpetuar las costumbres indecorosas. La ética patriarcal apoyada en el franquismo sirvió para recluir a las mujeres y obligarlas a cumplir las normas que otorgaban a los hombres el control sobre ellas hasta en sus pulsiones más íntimas (Ortega Muñoz 2016). De este modo, Landi reveló la doble moral social y sexual de la Dictadura.

La Transición a la democracia supuso, tras la muerte de Franco en 1975 un salto desde el control social y la represión política hacia un futuro libre y desconocido. En este periodo histórico cerrado formalmente con la llegada de los socialistas al poder en 1982, surgieron nuevas formas políticas, culturales y sociales caracterizadas por la experimentación, los avances y también, en ocasiones, los retrocesos (Ruíz 2002). Entre los periódicos y semanarios que vieron la luz en este período histórico destaca la revista *Interviú*, surgida en mayo de 1976 de la mano del periodista Antonio Álvarez Solís, una publicación que contenía información de la actualidad, noticias de sucesos y fotos de mujeres ligeras de ropa respondiendo al fenómeno de “destape” que caracterizó a la prensa y el cine de los años setenta y ochenta (Ramos Palomo 2022; Pagés y del Valle 2016). Todo ello le otorgó el favor del público, que adquiría el semanario con el convencimiento de llevarse a casa a un

fidedigno cronista de la época (Ortega Muñoz 2021, Camacho Rico). Entre las firmas relevantes de la publicación encontramos la de Margarita Landi, que se incorporó a la redacción en 1980, reflejando en sus artículos las contradicciones de la sociedad del momento, las tensiones sexuales no resueltas, la permanencia de problemas estructurales de la Dictadura y la incidencia del patriarcado sobre las mujeres, incrementadas por los signos de independencia de éstas en la Transición.

La reportera, debido a las características de su trabajo en *Interviú* y *El Caso*, ha sido comparada con el escritor Truman Capote y con las “damas del crimen” de la narrativa anglosajona (Agatha Christie, Ruth Rendell, Patricia Highsmith y P.D. James, entre otras). Por otra parte, hay que destacar el notorio papel de Landi en la formación de una genealogía de mujeres periodistas y escritoras de novela negra en España, entre las que destacan Alicia Giménez Bartlett, Clara Peñalver y Dolores Redondo (Ortega Muñoz 2022). Su trayectoria profesional puede considerarse un alegato contra el odio y la violencia. En este sentido, sus narraciones se basan en fuentes contrastadas y eliminan cualquier posible visión justificada de los crímenes, las violaciones, los abusos sexuales y otros desmanes cometidos contra las mujeres. Al final de su vida llegó a una conclusión: era más fácil matar a una persona que esconder el cadáver. Margarita Landi murió en Gijón en 2004, pero sus crónicas han permanecen en la memoria de varias generaciones.

Reflexiones sobre las voces de autoridad y el empoderamiento de Magda Donato y Margarita Landi

En este texto hemos abordado la trayectoria de dos periodistas que, con sus discursos, artículos y otros escritos rompieron, en diferentes coyunturas históricas, las prácticas hegemónicas de la masculinidad y la feminidad en el siglo XX. Recordemos que ser mujer y actuar como un hombre equivalía a reivindicar y obtener por las buenas o por las malas el derecho a hablar en público. Así lo sostiene la historiadora Mary Beard en su libro *Mujeres y poder. Un manifiesto* (2018). Ciertamente, durante siglos una mujer que hablara en público y para el público no era por definición una mujer. De ahí los numerosos seudónimos, frecuentemente masculinos, que numerosas escritoras y periodistas han utilizado para ejercer su profesión sin sobresaltos evitando ser consideradas “marisabidillas” o “marimachos”. En general, salvo excep-

ciones — una de ellas es Magda Donato — este disfraz negaba o restaba autoridad a las voces públicas femeninas y, pese a los incuestionables avances obtenidos, a día de hoy son muchas las mujeres calificadas de poco femeninas o andróginas por el mero hecho de utilizar sus derechos y libertades.

Las voces de Magda Donato y Margarita Landi, situadas, como hemos pretendido mostrar, en el marco de una genealogía de periodistas femeninas, fueron voces políticas y feministas, comprometidas con la ampliación de los derechos humanos. Voces de denuncia social que rompieron tradiciones culturales arcaicas y puntos de vistas desfasados. Voces pioneras, innovadoras en sus respectivos campos profesionales, que contribuyeron a abrir nuevos espacios en la prensa y a crear opinión desde perspectivas modernas.

Partiendo de una noción de poder que en términos generales se ha interpretado como “poder masculino” — o más bien “poder universal” — Magda Donato y Margarita Landi representan dos importantes referentes de empoderamiento femenino. La primera vestía, se maquillaba, se peinaba y actuaba de acuerdo con los parámetros de una “garçonne” en los espacios públicos y privados. La segunda se vio abocada a acentuar, en plena Dictadura franquista, su imagen masculina, contrariando el modelo de feminidad de Sección Femenina de Falange y Acción Católica de la Mujer. Logró que le abrieran las puertas de las comisarías de policía y las salas de justicia. Con una pipa en la boca y sentada al volante de un coche deportivo rojo, rompió material y simbólicamente más de un techo de cristal. Algunos periodistas ensalzaron su valor y su actuación varonil. Otros se mofaron de ella o la acusaron de cuestionar el orden establecido. En cualquier caso, ambas mujeres adquirieron notoriedad y carisma, ejerciendo un fuerte liderazgo mediático.

Fuentes hemerográficas

Ahora, 1932-1936

El Caso, 1953-1980

Interviú, 1980-1986

Bibliografía

AGUADO, Ana y RAMOS, María Dolores. 2002. *La modernización de España (1917-1936). Cultura y vida cotidiana*. Madrid: Síntesis.

- ANGULO EGEA, María y LEÓN GROSS, Teodoro (dirs.). 2011. *Artículo femenino singular. Diez mujeres esenciales en la historia del articulismo español*. Madrid-Málaga-Cádiz: Asociación de la Prensa de Madrid, Fundación Manuel Alcantara, Asociación de la Prensa de Cádiz.
- ARESTI, Nerea. 2001. *Médicos, Donjuanes y Mujeres Modernas. Los ideales de feminidad y masculinidad en el primer tercio del siglo XX*. Bilbao: Universidad del País Vasco.
- BARJOLA, Nerea. 2018. *Microfísica sexista del poder. El caso Alcasser y la construcción del terror sexual*. Barcelona: La Llevir-Virus.
- BEARD, Mary. 2018. *Mujeres y poder. Un manifiesto*. Barcelona: Crítica.
- BERNARD, Margherita et al. (eds.). 2008. *Papel de mujeres/mujeres de papel. Periodismo y comunicación del siglo XIX a nuestros días*. Bérgamo: Sesante.
- BERNÁRDEZ NODAL, Asunción. 2013. “Sofía Casanova en la Primera Guerra Mundial: una reportera en busca de la paz en la guerra”, *Historia y Comunicación Social*, 18, 207-221.
- BLANCO, Alda. 2001. *Escritoras virtuosas. Narradoras de la domesticidad en la España isabelina*. Granada: Universidad de Granada.
- BRAVO VILLASANTE, Carmen y GARCÍA PADRINO, JAIME. 1984. *Homenaje a Salvador Bartolozzi*. Madrid: Porrúa-Turanzas.
- CAMACHO RICO, Patricia. 2010. *El papel de las mujeres periodistas españolas durante la Transición*. Barcelona: Universitat Abad Oliva CEU.
- CANTERLA, Cinta (ed.). 1996. *Beatriz Cienfuegos. La Pensadora Gaditana*. Cádiz: Universidad de Cádiz.
- CANTOS CASENAVE, Marieta y SÁNCHEZ HITTA, Beatriz. 2009. “Escritoras y periodistas ante la Constitución de 1812 (1808-1823)”. In *Historia Constitucional. Revista Electrónica*, 10, 137-179.
- CAPEL MARTÍNEZ, Rosa María (dir.). 2022. *Clara Campoamor Rodríguez. Mujer y ciudadana, 1888-1972*. Madrid: Acción Cultural Española.
- DÍAZ NOSTY, Bernardo. 2019. *Voces de mujeres periodistas españolas del siglo XX. Nacidas antes del final de la Guerra Civil*. Sevilla: Renacimiento.
- DÍEZ FREIRE, José Javier (ed.). 2015. *Emociones e Historia*. Madrid: Marcial Pons.
- DOMÍNGUEZ PRATS, Pilar. 1994. *Voces del exilio: Mujeres españolas en México (1939-1950)*. Madrid: Comunidad Autónoma de Madrid.
- DONATO, Magda. 2009. *Reportajes*. Edición de Margherita Bernard. Sevilla: Renacimiento.
- DONATO, Magda y BARTOLOZZI, Salvador. 2020. *Pipo y Pipa y el lobo Tragalotodo/Pinocho en el País de los Cuentos*. Edición de César Vicente Hernando. Madrid: ADE.
- DORADO, Carlos (ed.). 2006. *Emilia Pardo Bazán, periodista de hoy*. Madrid: Asociación de la Prensa de Madrid.
- GRACIA, Jordi y RUIZ CARNICER, Miguel Ángel. 2001. *La España de Franco (1939-1975). Cultura y vida cotidiana*, Madrid: Síntesis.
- LANDI, Margarita. 1990. *Crónica sangrienta*. Madrid: Temas de Hoy.
- LANDI, Margarita. 1969. *Una mujer junto al crimen*. Madrid: El Caso.
- MORENO SARDÁ, Amparo. 1998. *La mirada informativa*. Barcelona: Bosch.
- NICHOLSON, Virginia et al. 2019. *Caminos y trincheras. El papel de las mujeres en la Primera Guerra Mundial*. Toledo: Ediciones Almud de Castilla-La Mancha.

- NÚÑEZ REY, Concepción. 2005. *Carmen de Burgos, “Colombine”, en la Edad de Plata de literatura española*. Sevilla: Fundación José Manuel Lara.
- ORTEGA MUÑOZ, Víctor J. 2022. “Margarita Landi, una adelantada de la crónica negra y el periodismo de sucesos en España (1954-1980)”. In *Arenal. Revista de Historia de las Mujeres*, 29 (1), 321-338.
- ORTEGA MUÑOZ, Víctor J. 2021. “Otra narrativa de la Transición en las crónicas de sucesos de Margarita Landi en la revista *Interviú*”. In *Amnis. Revue de Civilisation Contemporaine de l’Université de Bretagne occidentale* [Online], 3. Consultado en 4/8/2022. Url: <http://journals.openedition.org/amnis/5920>
- ORTEGA MUÑOZ, Víctor J. 2019. “Margarita Landi en *El Caso*, referente de la página de sucesos”, In María Dolores Ramos Palomo y Víctor J. Ortega Muñoz (coords.), *Biografías, identidades, representaciones femeninas. Una cita con la historia*. Zaragoza: Libros Pórtico, 267-283.
- ORTEGA MUÑOZ, Víctor J. 2018. *¡Extra, extra! Poder, información y control de la sociedad española en las noticias de sucesos*. Zaragoza: Libros Pórtico.
- ORTEGA MUÑOZ, Víctor J. 2016. “Honor, venganza y construcción social del delito en la prensa de la Restauración”. In *Clio&Crimen. Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango*, 13, 199-221.
- OSSORIO y BERNARD, Manuel. 1903. *Ensayo de un catálogo de periodistas españoles del siglo XIX*. Madrid: Imprenta y Litografía J. Palacios.
- PAGÈS, Ángeles y del VALLE, María. 2016. *La revista Interviú como factor clave de la normalización del sexo en España*. Trabajo Fin de Grado. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona.
- RAMOS, María Dolores. 2022. “El cine desarrollista de los 60 y 70. Arquetipos de género, cambio social y relato del fenómeno *paleta* y el *destape*”. In Antonio Calvo Maturana (ed.), *El humor y su sentido (España, siglos XVIII-XXI)*. Madrid: Cátedra, 269-284.
- RAMOS, María Dolores. 2021. “Concepción Arenal diseña el futuro: humanismo, reformismo social y feminismo en el siglo XIX”. In *Baetica*, 41, 267-294.
- RAMOS, María Dolores. 2014. “La construcción cultural de la feminidad en España. Desde el fin del siglo XIX a los locos y politizados años veinte y treinta”. In Mary Nash (ed.), *Feminidades y masculinidades, Arquetipos y prácticas de género*. Madrid: Alianza Editorial, 21-45.
- RAMOS, María Dolores. 2012. “Magda Donato (1898-1966): “Perfiles de una militante sufragista”. In Pilar Díaz Sánchez, Gloria Franco Rubio y María Jesús Fuente Pérez (eds.), *Impulsando la Historia desde la Historia de las Mujeres*. Huelva: Universidad de Huelva, 475-485.
- RAMOS, María Dolores. 2010. “Magda Donato, una mujer moderna. Su labor como articulista en la prensa española (1917-1936)”. In *Arenal. Revista de Historia de las Mujeres*, 17: 1, 177-196.
- RAMOS PALOMO, María Dolores y ORTEGA MUÑOZ, Víctor J. 2020. “Mujeres gladiadoras. Prensa republicana femenina y movilización política en los inicios de la cultura mediática en España (1896-1922)”. In *Revista Internacional de Historia de la Comunicación*, 15, 16-41.
- RODRIGO, Antonina. 1999. *Mujer y exilio. 1939*. Madrid: La Compañía Literaria.
- RODRÍGUEZ CÁRCELA, Rosa. 2016. “La prensa de sucesos en el periodismo español”. In *Revista Internacional de Historia de la Comunicación* 6 (1), 22-44.

- RODRÍGUEZ CÁRCELA, Rosa. 2012. “El Caso. Aproximación histórico-periodística del semanario español de sucesos”. In *Correspondencia & Análisis*, 2, 219-235.
- RUÍZ, David. 2002. *La España democrática (1975-2000). Política y Sociedad*. Madrid: Síntesis.
- SIMÓN PALMER, María Carmen. 1991. *Escritoras españolas del siglo XIX. Manual bio-bibliográfico*. Madrid: Castalia.
- SOTO CALZADO, Inocente. 2017. “Los hermanos Verdugo Landi y el arte de los periódicos”. In *Boletín de Arte*, 38, 161-169.
- TURRIÓN, María José. 2014. “Sofía Casanova, una reportera en la Gran Guerra”. In *El País*, 23 de enero de 2014.
- VILANOVA, Mercedes y MORENO JULIÁ, Xavier. 1992. *Atlas de la evolución del analfabetismo en España de 1887 a 1981*. Madrid: Secretaría General Técnica. Centro de Publicaciones. Ministerio de Educación y Ciencia.

MULHERES E LETRAS
WOMEN AND LETTERS

PHANTASIAS

PELA Ex.^a Sr.^a

D. MARIANNA BELMIRA D'ANDRADE

UM VOLUME DE VERSOS

Preço 600 reis.

Assigna-se no armazem de Theodoro
Bonifacio Lopes

82—R. DA SÊ—84

Correio da Terceira, n°5, 03 de maio de 1874.

Mulheres escritoras e tradutoras – do esquecimento à centralidade académica: os casos de Mary Shelley, Julia Evelina Smith e Virginia Woolf

*Leonor Sampaio Da Silva*⁴⁹⁹

As mulheres e a escrita: obstáculos e soluções

A escrita foi durante largos anos entendida como um espaço predominantemente reservado às vozes masculinas. Uma grande parte das mulheres que se atreviam a entrar neste terreno, sentia-se impelida ou a disfarçar a autoria através do uso de pseudónimos ou a limitar o âmbito da sua intervenção ao espaço íntimo do diário e da epistolografia.

Entre as muitas mulheres que optaram por assumir uma identidade masculina, contam-se os casos de Amantine Lucile Aurore Dupin (1804-1876), mais conhecida como George Sand (romancista e memorialista), Elizabeth Gaskell (1810-1865), cujo primeiro romance, *Mary Barton*, foi publicado anonimamente, as irmãs Brontë – Charlotte (1816-1855), que assumiu a identidade de Currer Bell; Anne (1820-1849), que assinou como Acton Bell; e Emily (1818-1848), que optou pelo pseudónimo Ellis Bell. A importante romancista, poetisa, jornalista e tradutora inglesa George Eliot foi batizada como Mary Ann Evans (1819-1880) e a americana Alice Norton (1912-2005), escritora de ficção científica foi aconselhada pelo seu editor a adotar um nome masculino, o que veio a fazer como Andre Norton. Também americana, Louisa May Alcott (1832-1888) chegou a assinar como A.M. Branard, um expediente ambíguo que serviu para ocultar o facto de ser mulher. Mais recentemente, a romancista e ensaísta inglesa Katharine Burdekin (1896-1963) adotou o pseudónimo de Murray Constantine, Violet Page (1856-1935) publicou como Vernon Lee e Alice Bradley Sheldon (1915-1987) como James Tiptree, Jr. A dinamarquesa Karen Blixen (1885-1962), conhecida pelo seu

⁴⁹⁹ CHAMAçores - CHAM-Centro de Humanidades (FCSH – NOVA/ Universidade dos Açores). FCSH – Universidade dos Açores, Portugal.
<https://orcid.org/0000-0002-4241-272X>
maria.ls.silva@uac.pt

romance *Out of Africa*, chegou a publicar como Isak Dinesen e Nora Roberts (1950-) não escapou a esta tendência, tendo assinado como J.D. Robb. A lista inclui ainda Joanne Rowling (1965-), que sentiu a necessidade de se refugiar na neutralidade das iniciais sem género (J.K. Rowling) depois de ter sido durante algum tempo Robert Galbraith, e a romancista americana Robyn Thurman, que assinou com um diminutivo que lhe concedeu identidade masculina, Rob Thurman.

Estas escolhas foram ditadas por um contexto profundamente adverso ao reconhecimento da escritora profissional. Foram muitos os desafios e obstáculos que a escrita profissional colocou às mulheres. Contrariamente aos homens, não bastava a uma mulher ser alfabetizada e ter algo a dizer de interesse público. Escrever profissionalmente, passar para o papel pensamentos, rasgos imaginativos, competências linguísticas e literárias, revelou trazer imensas dificuldades a quem havia nascido mulher. Esta desigualdade baseava-se, por um lado, numa divisão do trabalho que criava uma dicotomia entre papéis femininos e masculinos (Kessler-Harris 2007, 105), e, por outro lado, numa visão do feminino como uma categoria subalterna e instrumentalizável – impensável enquanto possuidora de interesses próprios, dado que era colocada ao serviço da concretização de objetivos alheios (Nussbaum 2000, 2). Este articulado era contrário ao reconhecimento de que as mulheres tivessem algo de importante a dizer, mormente por escrito.

Apesar de os exemplos anteriores terem sido colhidos em países estrangeiros, Portugal não foi exceção no respeitante a este assunto. Em 1858, Camilo Castelo Branco escreveu um pequeno artigo sobre a Marquesa de Alorna, no qual aborda o modo como a sociedade via as mulheres instruídas:

Em Portugal olham-se de revez as senhoras que escrevem. Cuida muita gente, aliás boa para amañhar a vida, que uma mulher instruída e escriptora é um aleijão moral. Outras pessoas, em tom de sizuda gravidade, dizem que a senhora letrada desluz o affectuoso mimo do sexo, a candida singeleza de maneiras, a adoravel ignorancia das coisas especulativas, e até uma certa timidez pudibunda que mais lhe realça os feitiços. Quer dizer que a mais amavel das senhoras será a mais nescia, e que a estupidez é um dom complementar da amabilidade do sexo oposto. (Branco 1903, 119).

As palavras de Camilo são eloquentes no modo como expõem os preconceitos que menorzavam as mulheres instruídas. Olhadas “de revez”, es-

tas perdiam simultaneamente em moralidade e beleza. Esta visão alastrou pela Europa. A mulher europeia era, no geral, definida num quadro de “incapacidade, inferioridade, fragilidade” e, nesta qualidade, restringida “ao espaço doméstico, às tarefas conjugais e à maternidade, na dependência do pai ou do marido” (Anastácio 2002, 428). No entanto, muitas mulheres das classes altas, instruídas e ricas, organizavam semanalmente tertúlias nas suas casas, nas quais, declamavam poesia e liam textos de sua autoria. Sabemos, assim, que, apesar de não publicarem, eram autoras de poemas, obras de teatro, traduções, constituindo as reuniões que organizavam verdadeiros polos de disseminação oral da literatura, de criação do gosto artístico e de formação e destruição de reputações literárias. Apenas não publicavam.

A modéstia a que estavam obrigadas impunha às mulheres que repelessem a vaidade de se mostrarem mais elevadas do ponto de vista artístico ou intelectual do que as do seu género ou (imodéstia mais grave) do que os homens. Mesmo as senhoras aristocráticas talentosas eram apreciadas pela virtude da humildade. António Feliciano de Castilho, falando de D. Francisca de Paula e dos seus muitos talentos, sublinha que esta senhora: “Perante homens, se contentava de parecer mulher; entre mulheres, forcejava por se lhes egualar, encolhendo e dissimulando com muita indústria a sua própria altura.” (Castilho 1904, 147).

A imposição da mediania, se não mesmo da mediocridade, procurava assegurar a total invisibilidade das mulheres. A apoiar este propósito surgiam entraves adicionais a quem ousasse romper com as expetativas sociais: a maior exposição a que estariam sujeitas ao se aventurarem num espaço reservado aos homens, a exigência agravada de provarem o seu talento, a reação de estranheza e suspeição que geravam por pertencerem a uma minoria, os tabus e as interdições que tinham de superar sufocavam as aspirações de uma larga maioria. Sinal de modéstia e de virtude seria não publicar, ou, publicando, não assinar; no caso de assinarem, não deveriam assumir a própria identidade. Publicar com pseudónimo ou anonimamente acabou por ser um recurso disponível àquelas que não abandonavam ambições literárias.

O mundo da escrita impunha, assim, renovados obstáculos a quem nele entrasse. Escrever de forma ‘feminina’ seria, por exemplo, evitar géneros masculinos (como a novela ou o romance) e vocábulos ofensivos; seria também não opinar, não ter ideias políticas (porque “nem os homens fizeram a Política para as mulheres nem Deus fez as mulheres para a Política” (Castilho 1904, 149). Estas restrições inauguravam um renovado patamar de

proibições: não reivindicar, não protestar, não pensar autonomamente nem, de algum modo, ameaçar a ordem existente.

Os casos de Mary Shelley (1797-1851), Julia Evelina Smith (1792-1886) e Virginia Woolf (1882-1941) foram selecionados como objeto de estudo por, apesar de representarem percursos diferentes na relação com a escrita, se revelarem emblemáticos quer das dificuldades quer das conquistas alcançadas ao longo do tempo. As três mulheres escritoras escolhidas como objeto de análise acabaram por se tornar influentes no trabalho desenvolvido por algumas feministas no século XX. Através dos seus escritos, compreendemos a profunda clivagem entre a competência e a inibição da liberdade motivada pelas convenções sociais; reconhecemos a justeza do diagnóstico anteriormente apresentado de Martha Nussbaum a propósito da subalternidade dos interesses femininos; apercebemo-nos dos estereótipos relacionados com a escrita feita por mulheres, assim como do contributo de escritoras e tradutoras de épocas passadas para a definição das prioridades temáticas que atualmente assumem visibilidade nos estudos sobre a cultura contemporânea: as minorias de género, a reescrita da história da cultura a partir do legado feminino, o alcance diacrónico das estratégias de poder acionadas em épocas passadas.

Entre o fracasso e o sucesso: Mary Shelley, Julia Evelina Smith e Virginia Woolf

Um dos primeiros géneros em que as mulheres se destacaram como escritoras foi o da narrativa identitária. As narrativas identitárias são, no geral, de três tipos: a história pessoal, patente no diário e na autobiografia, a história de outra pessoa ou biografia e a história de um povo ou grupo de pessoas, a historiografia. Na medida em que a epistolografia admite a descrição de vivências pessoais, a narração e comentário de acontecimentos presenciados ou de outro modo com influência na vida pessoal, a confissão e autoexposição de pensamentos íntimos, ela também poderá entrar na categoria de narrativa identitária. Em todos estes casos, o(a) escritor(a) escreve no presente sobre o passado (mais ou menos remoto) e o resultado é uma representação da vida com pretensão de veracidade. Não havendo ficção nestas narrativas identitárias, elas contêm, contudo, um elemento desviante em relação ao realmente vivido, pelo facto de serem representações da vida que dão azo a

que o material de que foi feita a vida seja selecionado, resumido e interpretado.

Mesmo sendo o campo em que as mulheres mais se destacaram, há estudos que apontam para o facto de a memória feminina nem sempre ter sido aceite ou reconhecida como fidedigna (Zimmerman e Medeiros 2004, 42). Apesar disso, foram poucas as escritoras de narrativas identitárias que recorreram a pseudónimos para publicarem os seus trabalhos, ou quando os usavam, atreviam-se a escolher pseudónimos femininos. Assim aconteceu em Portugal com Cláudia de Campos (que escreveu sob os pseudónimos de Colette e Carmen Silva), Angelina Vidal, entre outras, o que nos faz pensar que eram mais aceitáveis as suas incursões neste tipo de escrita do que na novela e no romance.

a) Mary Shelley (1797-1851)

O exemplo de Mary Shelley é bastante representativo da luta que foi necessária para a afirmação de uma escritora num mundo dominado por homens. Mary Shelley viveu entre 1797 e 1851. Pouco se sabe sobre esta mulher, em comparação com o muito que ela fez em vida: que foi filha do filósofo William Godwin e da feminista Mary Wollstonecraft, que ficou órfã de mãe com apenas 10 dias de vida, que fugiu de casa do pai para viver um grande amor ao lado do poeta Percy Bysshe Shelley, que passou uma temporada em Itália, na companhia de Shelley e Byron, num verão particularmente tempestuoso, durante o qual escreveu aquele que viria a ser o único título que habitualmente lhe é associado: *Frankenstein or the Modern Prometheus*. Mas a verdade é que, além deste título, ela escreveu mais 6 romances, 3 peças de teatro, 31 contos, publicados em diversas revistas literárias, 16 poemas, 2 livros de viagens, 6 biografias, 7 livros com contos para a infância, 26 artigos e críticas literárias, 9 traduções, incluindo, do alemão, do italiano e do francês, e foi a responsável pela fixação, recolha e organização da obra poética do marido, em 4 volumes, da correspondência dele, em dois volumes, dos poemas inéditos, publicados postumamente (Queiroz 2014, 379-385). Mas nada disso é conhecido, porque ela foi proibida, depois de Shelley morrer, em 1822, pelo sogro, não só de viajar para fora de Inglaterra, como de assinar qualquer obra que escrevesse. Caso desobedecesse, ser-lhe-ia retirada a tutela do único filho que sobrevivera a 6 gravidezes, Percy Florence. Mary tinha 24 anos quan-

do enviuvou e, até à sua morte, 30 anos mais tarde, ela verteu para a escrita todo o seu talento. No rescaldo da morte do marido, escreve no seu diário:

Papel branco: sereis meu confidente? Confio em ti plenamente porque ninguém verá o que escrevo. Mas serei eu capaz de expressar tudo o que sinto? Terei eu o talento para dar palavras aos pensamentos e sentimentos que, como uma tempestade, me arrastam num turbilhão? (Shelley cit. por Queiroz 2014, 218).

Além da dúvida quanto ao talento, destaque-se destas palavras a certeza de que a escrita não será tornada pública. Além de confidente, o papel é companheiro de invisibilidades. A sua obra mais conhecida é emblemática do percurso destinado aos livros compostos por mulheres. Escrito quando Mary tinha 18 anos, *Frankenstein, or the Modern Prometheus* foi publicado anonimamente, com um prefácio assinado por Shelley, em 1818. Na mesma altura, Jane Austen escrevia *Persuasão* e punha a sua heroína, Anne Elliot, a refutar a argumentação do capitão Harville. Este afirmou poder provar que as mulheres eram inconstantes através de citações retiradas de vários livros, ao que Anne responde não ser prova válida por os livros, por serem escritos por homens, apenas refletirem a visão destes.

Em 1831, Mary Shelley assina o livro e inclui uma introdução também assinada por si, onde expõe a sua própria leitura do desenvolvimento científico. Alguns anos antes, em 1823, no rescaldo da morte do marido, ela regressara a Inglaterra e acompanhara a publicação do primeiro volume da obra poética de Shelley, mas mal os livros foram postos à venda o sogro usara o seu prestígio para retirar todos os exemplares do mercado. Enquanto ele, Lord Shelley, fosse vivo, nenhum livro deveria ser publicado com os nomes de Mary Shelley e do filho, Percy. Mary Shelley tornou-se refém da vontade e do poder do sogro. As biografias de Shelley que eram publicadas por outros autores apresentavam erros grosseiros; ela detetava-os, mas não os podia corrigir.

Apesar das limitações que a espartilhavam, Mary Shelley continuou a escrever para diversos anuários, revistas e jornais contos, artigos e ensaios, que, apesar de não terem a sua assinatura, eram conhecidos pela elite intelectual da época como sendo de sua autoria. Foi convidada para colaborar na prestigiada *Cabinet Cyclopaedia*, uma enciclopédia publicada ente 1829 e 1846, influenciada pelo movimento enciclopedista francês. Foram apontados 38 autores para os textos desta publicação, entre os quais uma única

mulher, Mary Shelley. A ela coube um dos maiores números de entradas, incluindo os 5 volumes dedicados a biografias de escritores. Foi autora de 46 biografias, ficando a seu cargo as vidas de escritores portugueses, como Bernardino Ribeiro, Gil Vicente, Francisco Sá de Miranda, António Ferreira e Camões (Queiroz 2014, 259). Além dos apontamentos biográficos, Mary Shelley precedia cada entrada de uma descrição histórica e empreendia uma análise da obra dos escritores e poetas. Por esses artigos, verifica-se o grande alcance do seu conhecimento linguístico, literário e histórico, a sua impressionante capacidade de investigação, a «perspicácia psicológica na dramatização» das vidas biografadas (Queiroz 2014, 261) e a indelével qualidade da sua prosa.

Em 1839, o seu advogado convenceu o sogro de que era preferível Mary Shelley ser responsável por uma biografia de Shelley que lhe fizesse justiça a deixar que oportunistas beneficiassem da história da sua vida. O sogro aceitou, mas só depois de ele morrer, em 1844, ela viria a ter a liberdade de viajar e de assinar a sua obra. Nessa altura, era suficientemente conhecida do meio editorial para poder assumir a autoria dos seus textos, mas viveu cerca de 20 anos vergada ao peso das convenções sociais. Tanto a biografia de Shelley como a recolha da sua obra poética granjearam-lhe ainda mais reconhecimento. Foi graças a ela que Shelley ficou estabelecido como um dos maiores poetas ingleses. As notas que ela escreveu representam o primeiro momento em que a crítica literária inglesa experimentou relacionar a obra de um poeta com as circunstâncias em que foi escrita.

Apesar da atividade prolixa que desenvolveu como escritora, a totalidade da sua obra permaneceu escondida do conhecimento público durante quase dois séculos, e só o seu primeiro livro ganhou a projeção devida aos clássicos da literatura. Só no final do séc. XX é que o fôlego literário de Mary Shelley vem a público, depois de publicado o seu diário (1987) e a correspondência (1980-83). Uma vez conhecida a extensão do seu trabalho, a autora tornou-se um campo de estudo fértil para os estudos sobre as mulheres. Os seus romances têm protagonistas femininas desejosas de liberdade e de reconhecimento, sacrificadas pelas convenções do seu tempo. A ação geralmente foca assuntos como a reforma sociopolítica, os abusos de poder, a discriminação das mulheres, o repúdio de quem é diferente. Apesar de uma vida trágica (morte da mãe, de 5 filhos, do marido; luta com dificuldades económicas; subordinação à vontade do sogro), ela afirmou o seu talento perante a elite intelectual da época. O público, em Inglaterra e no mundo, aprendeu

a apreciá-la, mas ainda hoje ela é sobretudo a autora de *Frankenstein* e a mulher do poeta romântico Percy Shelley.

b) Julia Evelina Smith (1792-1886)

Nascida na América, Julia Evelina Smith não deixou uma obra tão diversificada, tendo apenas legado um único título. Apesar disso, a sua função como escritora viria a revelar-se crucial para o desenvolvimento dos estudos de tradução.

Num artigo de 2000, intitulado “Women, Bibles, Ideologies”, Luise von Flotow menciona uma tradução da Bíblia empreendida por uma mulher americana, em 1876, após o desaire ocorrido na sequência da previsão errada de William Miller sobre o fim do mundo. Segundo este pastor americano, o mundo acabaria no dia 23 de outubro de 1843. Naquele Outono os americanos mais devotos e crédulos em Miller não fizeram colheitas, convencidos de que o mundo terminaria antes do final do ano. Quando a previsão não se concretizou, muitos tiveram sérias crises de depressão, outros fundaram a Igreja Adventista do Sétimo Dia e Julia Evelina Smith decidiu empreender a sua própria tradução da Bíblia para perceber qual a passagem da versão inglesa do Rei Jaime, traduzida por 47 tradutores, tinha induzido em erro William Miller.

Para concretizar o seu propósito, a sexagenária dedicou-se a aprender a língua hebraica e a aperfeiçoar o Grego, de modo a traduzir literalmente o conteúdo da Bíblia, conforme deixa claro no seu prefácio de 1876. Depois de oito anos de tradução, e de várias versões escritas, resultantes de tertúlias que manteve com as suas irmãs – todas solteiras, como a própria Julia Smith –, esta mulher pôs de parte as 10.000 páginas manuscritas, que permaneceram escondidas do conhecimento público durante vinte anos. Na década de 70, já octogenária, Julia e a única irmã viva que remanesceu, foram vítimas, em conjunto com uma vizinha também viúva, de perseguição por parte das autoridades locais, que subiram o imposto da sua propriedade delas, sem qualquer justificação fundamentada. Sem a proteção de uma figura masculina que defendesse os seus direitos, perderam vários processos em tribunal, até que ela decidiu provar o seu mérito publicando a tradução que fizera da Bíblia. Esta publicação é um marco político importante do feminismo, pois coincidiu com a adesão radicalizada das duas irmãs octogenárias ao movi-

mento. Motivava-as a vontade de demonstrar que em nada eram inferiores aos homens, como provava o feito único à época de tradução individual da Bíblia.

A versão não é fácil de ler. Desde o início, a intenção foi ser fiel ao original, e o resultado, demasiado literal, falha ao nível da estruturação e fluidez da mensagem. No entanto, é um texto muito importante para se encontrar sentidos exatos para algumas palavras e passagens. Foi esta versão literal que serviu de base a antologias e estudos que procuravam maior fidelidade ao hebraico, ao grego e ao latim, em oposição à versão literária do séc. XVII.

O exemplo de Julia Smith é revelador de como a escrita – neste caso, a tradução – pode ser usada como arma política contra a discriminação económica e política das mulheres. Foi, na época, uma arma importante a favor do sufrágio universal. Permite-nos ainda suspeitar da existência de muitas mulheres cultas no passado que, à semelhança desta, possam ter feito traduções que nunca chegaram a ser publicadas. Se não tivesse sido a perseguição de que foi vítima, certamente o manuscrito ter-se-ia perdido.

Além de tudo isso, há um pormenor nesta versão de Julia Smith que, apesar de isolado, é muito referido por feministas posteriores que analisaram as diferenças entre a versão desta mulher e as anteriores: a tradutora diverge muito no modo como nomeia a companheira de Adão. O nome hebraico é ‘Hawwa’ e o que perdurou foi Eva, possivelmente uma tradução fonética em vez de semântica, porque a tradução literal é “Vida” – e Julia Evelina Smith traduziu o nome desta figura do mito das Criação como “Life”. A tradução literal demonstrou que a Bíblia original manifesta uma valorização da primeira mulher como o princípio gerador da vida humana.

Um estudo de 1992, *At the Start. Genesis Made New*, de uma tradutora inglesa, Mary Phil Korsak, e retomado num artigo de 1993, “Eve, Malignant or Maligned?” valida a escolha de Julia Smith a partir de um estudo etimológico. De acordo com esta tradutora e dos vários especialistas em hebraico que ela cita, nunca houve no texto original qualquer maçã ou pecado no Jardim do Éden. Quando se refere a criação de Adão, o nome dele é Ha-adam, ou sejam o humano, um todo andrógino, masculino e feminino, diferente dos animais e das plantas, e que Deus cria à sua imagem e semelhança com o intuito de poder vir a povoar a Terra dominando sobre os restantes seres vivos. Mas ele sozinho não pode fazer isso e é então que se separa dele a parte necessária à vida humana – Hawwa. Eva é o lado feminino de Adão, feita a partir de uma

metade (não de uma costela) e espera-se que, juntos, pratiquem uma alimentação vegetariana e procriem.

Enquanto canal que traz a vida, ela necessariamente também traz a morte, porque a contrapartida da vida é a morte. Comer da árvore da vida significa perder a imortalidade. É isso que Eva protagoniza, um desafio que é castigado com dor, decadência e morte. Mas não há pecado. O primeiro pecado é a morte de Abel às mãos de Caim. A interpretação da Bíblia que vingou deprecia as mulheres de uma maneira que não é fiel ao texto original. E foi a tradução de uma mulher solteira, realizada de forma anônima e invisível, que veio, posteriormente, potencializar uma série de novas leituras, mostrando a influência da tradução para a investigação cultural.

As abordagens feministas à tradução tiveram a consequência de originar um documento emitido pelo Vaticano, com data de 28 de março de 2001, no qual a maioria das páginas é dedicada ao modo como se deve traduzir os textos sagrados, incluindo orações, e como se deve referir o gênero dos anjos, espíritos, etc. Este documento é uma reação à Comissão Internacional do Inglês na Liturgia (constituída em 1963 com o objetivo de estender o número de versões vernáculas da Bíblia e, em concreto, de disponibilizar versões em inglês dos textos sagrados e do ritual romano) e que nos anos 90 aprovou uma série de traduções inclusivas – ou seja, sem marcadores de gênero. O documento do Vaticano condena aquilo que considera serem traduções incorretas dos materiais religiosos, como, por exemplo, passagens em que se diz que São Pedro é um pescador de pessoas em vez de pescador de homens e que o Filho de Deus se tornou humano em vez de se dizer que se fez homem.

As traduções da Bíblia mostram, portanto, como a tradução é usada não apenas como arma de afirmação política das mulheres, mas também como instrumento de revisão de discursos legitimadores da submissão feminina. O trabalho destas feministas foi importante para denunciar estratégias de dominação que foram realizadas através da adulteração dos sentidos existentes nos textos fundadores da nossa identidade, como é caso exemplar a Bíblia. Também neste caso, a relação pejorativa que a história cultural estabeleceu entre a mulher e a escrita expõe a luta pelo poder de que se sagraram vitoriosos os homens em diversas áreas, das artes às ciências.

c) Virginia Woolf (1882-1941)

Virginia Woolf constitui um caso de exceção no *corpus* aqui constituído para efeitos de análise prática. A extensão da sua obra (12 romances, 2 biografias, 10 livros de ensaios e crítica literária) não só teve visibilidade e reconhecimento imediatos em vida da autora como inclui diversas reflexões sobre a escrita de mulheres, o que representa a consciência da escritora de estar perante um terreno digno de ser analisado.

A sua origem familiar dera-lhe acesso privilegiado aos instrumentos com que viria a realizar a análise da posição das mulheres no sistema da criação literária. Nascida numa família que integrava a elite intelectual inglesa, ela conhecera como ninguém os vários matizes do rico debate cultural e literário da época. O seu pai, Sir Leslie Stephen, foi professor universitário em Cambridge e Oxford, escritor, crítico literário, historiador, biógrafo e colaborador regular na imprensa britânica. Enquanto intelectual, reunira uma «vasta biblioteca» (Flora, prefácio a Woolf 1985, 15) e participara nas polémicas mais controversas do seu tempo, proporcionando aos filhos uma experiência única de imersão cultural e de contacto com ideias progressistas.

De leitora ávida e atenta a escritora inquieta e talentosa, Virginia Woolf incorporou na sua escrita interesses tão diversos quanto a paixão pelos clássicos russos e a admiração pela pintura modernista, tendo ainda conhecido as múltiplas correntes de pensamento que cruzavam o mundo ocidental, tanto do ponto de vista do saber como do ativismo social. A morte do pai viria a resultar numa aproximação ao círculo de Bloomsbury e o seu casamento com Leonard Woolf oferecer-lhe-ia os meios para publicar, na editora que ambos fundaram, The Hogarth Press, os seus livros.

Estavam, por conseguinte, reunidas as condições para escrever com liberdade e concentração, para publicar sem condicionalismos intelectuais ou económicos, para ser lida e ouvida nas muitas palestras para que foi convidada. Apesar disso, persistia a impressão de a sua voz se encontrar subordinada a uma força maior que a dominava. O círculo de Bloomsbury era predominantemente constituído por homens, em cujo conjunto Virginia e a sua irmã, Vanessa Bell, eram destacadas exceções. Além disso, proliferavam estereótipos e preconceitos sobre o papel das mulheres no mundo das letras: como deviam escrever, a que géneros se deviam dedicar, a que entidades deviam obedecer.

Um dos seus primeiros textos sobre esta temática, “As mulheres e a ficção” (que viria a transformar-se em *A Room of One’s Own*, publicado em 1929) oferece uma síntese da escrita assinada por mulheres. O contexto em que o texto é escrito é elucidativo do prestígio da autora. Woolf fora convidada a ser oradora em Newnham e Girton Colleges, as duas primeiras faculdades femininas em Cambridge, em outubro de 1928. O ensaio elenca como principais traços do panorama em que se desenrola a escrita das mulheres a interdição de escrever por pressão familiar. São, a propósito, indicados os casos de Jane Austen, Emily Bronte, Charlotte Bronte e George Eliot: nenhuma teve filhos e duas mantiveram-se solteiras. Em segundo lugar, refere-se a limitação de uma escrita circunscrita àquilo que as mulheres observavam a partir da sala ou das suas vidas pessoais (dado o seu confinamento à esfera doméstica). Finalmente, a autora destaca a preferência de escrever sobre temas impessoais: o destino, o sentido da vida; a necessidade de terem tempo livre, dinheiro e um quarto só seu.

Nos ensaios em que reflete sobre a escrita das mulheres recorda o seu próprio percurso como escritora e nomeia claramente a entidade responsável pela servidão feminina: o Anjo do Lar. No ensaio intitulado «Profissões para mulheres» (proferido como conferência em 1931 e publicado postumamente em *The Death of the Moth and Other Essays*, 1942), V. Woolf é clara: para escrever, uma mulher precisa de combater um fantasma que a obriga a ser “complacente”, “encantadora”, “altruísta”, “pura”, sem opinião ou desejo próprios, mas com “rubores” e muitos sacrifícios (Woolf 1985, 119).

Ainda neste texto, a autora denuncia as estratégias a que se espera que as mulheres deem mão, de modo a concretizarem as suas aspirações: impedidas de abordarem os seus objetivos de modo livre e direto, elas devem “seduzir” e “mentir” (*idem*, 120). Para contrariar os processos de dissimulação aconselhados, que mantinham as mulheres numa posição de inferioridade em relação aos homens, a escritora não hesita: se não matar o Anjo do Lar, o fantasma da perfeição feminina arrancará “o coração” da sua escrita (*idem*, 119).

O momento criativo decorre, assim, de um primeiro ato em que a mulher transgredir a ordem estabelecida. Assinar um livro é assumir a autoria de um crime contra as convenções que definem os papéis reservados às mulheres. Escrever é, assim, uma profissão que emancipa e, emancipando, não deixa de diabolizar o que dantes a servidão havia sacralizado. De santa a assassina, a mulher arrisca-se ao julgamento público. Com efeito, concluída a

primeira fase da criação literária, segue-se uma segunda. Não basta matar o Anjo do Lar. A sós com o papel e o tinteiro, a escritora encontra-se “na maior e mais tremenda aflição” (*idem*, 121). O conteúdo da sua escrita conhece novas interdições: “ela tinha pensado em algo, algo relacionado com o corpo, com as paixões que lhe era inconveniente manifestar por ser mulher. A sua razão dizia-lhe que os homens ficariam chocados” (*idem*, 122).

Das duas condições identificadas por VW para a mulher se tornar uma escritora – afirmar a sua própria voz e “escrever a verdade acerca das [suas] experiências enquanto corpo” (*idem*, 122), ela só conseguiu realizar a primeira. Do insucesso parcial da sua própria experiência, depreende a autora existirem ainda muito obstáculos a superar.

Não obstante a impressão de missão incumprida, a insurreição de Woolf deixou marcas na literatura inglesa. Responsável pelo “feminismo de segunda vaga, pela inscrição na história da literatura da voz das escritoras invisibilizadas ou rasuradas” (Macedo, in Woolf 2022, 12), ela não só escreveu sobre a condição das mulheres escritoras como desbravou o caminho para temas atualmente centrais nos debates culturais, como é o caso da desestabilização do género, e explorou novos caminhos textuais, igualmente permeáveis à hibridização, como se pode verificar a propósito da obra inclassificável que é Orlando, sobre uma personagem não-binária.

Considerações finais

Uma reflexão sobre o lugar das mulheres no mundo do trabalho levamos a concluir que a escrita é, tradicionalmente, um baluarte de afirmação do poder masculino, associado ao conhecimento, à capacidade de expressão livre e ao reconhecimento social. Os três casos aqui estudados são reveladores das dificuldades sentidas pelas mulheres que ambicionaram escrever. Cada uma delas, à sua maneira, constitui uma lição de perseverança e de desafio às restrições que o seu tempo lhes impôs. Representam, no seu conjunto, os preconceitos que tiveram de enfrentar e que desmotivaram muitas a persistir na prossecução dos seus objetivos, o que explica a menor quantidade de textos assinados por mulheres, ao longo do tempo.

Distanciadas no tempo e no espaço, as três escritoras e tradutoras aqui abordadas deixaram igualmente um legado de que a cultura contemporânea se apropriou para suporte dos seus argumentos feministas. Mary Shelley co-

meça a ser reconhecida como uma das primeiras críticas a articular vida e obra, Julia Evelina Smith inspirou novas direções nos estudos de tradução e Virginia Woolf é um dos rostos mais conhecidos da literatura que anuncia a desestabilização dos géneros.

A análise destes três casos permite-nos conhecer as convenções e barreiras que dificultavam a afirmação das mulheres no campo da escrita, assim como os estereótipos relacionados com a escrita realizada por mulheres (inferioridade intelectual e idealização moral para efeitos de subordinação ao poder masculino) e compreender os objetivos da escrita feminista (afirmar uma voz pessoal, reivindicar reconhecimento intelectual, reclamar liberdade de expressão identitária minoritária). Finalmente, através da visibilidade que estudos recentes deram a, pelo menos duas destas mulheres – Mary Shelley e Julia Evelina Smith – fica claro o muito que existe por descobrir acerca do valioso contributo das mulheres para a história literária mundial.

Os obstáculos que tiveram de enfrentar chegaram mesmo àquelas que se encontravam, à partida, numa posição privilegiada. Conforme se pode concluir pelo testemunho de Virginia Woolf, os entraves que a escritora sentiu à liberdade de expressão não foram completamente superados.

Tal como em meados do século XX, ainda hoje se justifica pensar a presença das mulheres nesta área específica do trabalho. Recordar as experiências de escritoras que prepararam o terreno mais suave que hoje pisamos é um tributo merecido que lhes prestamos e um alento para futuras investigações que possam alimentar o conhecimento tanto da história cultural como do presente e do futuro que desejamos para as novas gerações.

Bibliografia

- ANASTÁCIO, Vanda. 2002. “Mulheres varonis e interesses domésticos (Reflexões acerca do discurso produzido pela História Literária acerca das mulheres escritoras da viragem do século XVIII para o século XIX)”. In *Actas do Colóquio Literatura e História*, acessível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/330/1/ACTAS-Literatura%20e%20Hist%c3%b3ria427-445.pdf.pdf> (consultado a 6 de junho de 2022).
- BRANCO, Camilo Castelo. 1903. “A Marquiza d’Alorna”. In *Esboços de Apreciações Literárias*. Lisboa: Livraria Moderna [1.a edição: 1858].
- CASTILHO, António Feliciano de. 1904. “Notícia Literária acerca da Sra. D. Francisca de Paula Possollo da Costa”,. In: Fontenelle, *Conversações acerca da pluralidade dos mundos*, 1841, pp. V-CXXXII. Reimpresso em *Vivos e Mortos*, Vol. I. Lisboa: Empresa da Historia de Portugal.

- KESSLER-Harris, Alice. 2007. "The Meaning of Work in Women's Lives." In *Reading Women's Lives*. New York: Pearson Custom Publishing.
- KORSAK, Mary Phil. 1993. "Eve, Malignant or Maligned?" <http://www.crosscurrents.org/evetxt.htm>. Consultado a 6 de junho de 2022.
- NUSSBAUM, Martha C.. 2000. *Women and Human development. The Capabilities Approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- QUEIROZ, Clara. 2014. *Quem tem medo de Frankenstein. Viagem ao mundo de Mary Shelley*, Lisboa: Guerra & Paz.
- SHAMSIE, Kamila. 2015. "Let's have a Year of Publishing only Women – a provocation", *The Guardian*, 5 de junho. In: <https://www.theguardian.com/books/2015/jun/05/kamila-shamsie-2018-year-publishing-women-no-new-books-men> (consultado a 6 de junho de 2022).
- VON FLOTOW, Luise. 2000. "Women, Bibles, Ideologies". In *TTR : traduction, terminologie, rédaction*, vol. 13, n° 1, p. 9-20. <http://id.erudit.org/iderudit/03739>
- WOOLF, Virginia. 1977. *A Room of One's Own*, St. Albans: Panther.
- WOOLF, Virginia. 1978. *Um quarto que seja só seu* (trad. de Maria Emília Ferros Moura). Lisboa: Editorial Veja.
- WOOLF, Virginia. 1985. *O momento total. Ensaios de Virginia Woolf*, Lisboa: Ulmeiro Universidade.
- WOOLF, Virginia. 2022. 48 Ensaios (prólogo de Ana Gabriela Macedo; trad. de Ana Maria Chaves e Catarina Ferreira de Almeida). Lisboa: Relógio d'Água.
- ZIMMERMANN, Tânia Regina e MEDEIROS, Márcia Maria. 2004. "Biografia e Gênero: repensando o feminino". In *Revista de História Regional* 9(1): pp. 31-44

Las Bibliotecas: un ámbito pionero de trabajo femenino en la España de la II República (1931-1936)

*Carmen Marina Vidal Valiña*⁵⁰⁰

Este artículo abarca un periodo temporal de la historia de España de algo más de tres décadas, las que van desde el inicio del siglo XX hasta el estallido de la Guerra Civil en 1936, con especial atención a lo acontecido durante el régimen de la II República (1931-1936). Pese a tratarse de una etapa relativamente breve en el transcurrir histórico de un país, asistimos durante estas tres décadas a cambios de gran calado, que las mujeres vivirían de manera particularmente intensa en sus trabajos, participación política o educación. Por lo que concierne al ámbito laboral, las españolas entrarán a lo largo de ese periodo de manera decidida en el empleo remunerado, si bien el estallido del conflicto bélico y la posterior dictadura franquista frenarían esos avances. Particularmente, el artículo se centra en el caso de las bibliotecas como espacio pionero para el trabajo femenino en la España de la II República, un sector en el que cultura y política se entrecruzarían intensamente.

Mujeres y empleo remunerado en la España de inicios del siglo XX: entre el cambio y la pervivencia de los viejos esquemas

Desde inicios del siglo XX, las mujeres españolas van adquiriendo una creciente visibilidad pública: en 1910 habían logrado el acceso a la universidad, estaban más y más presentes en el ámbito político y, con el aumento del sector servicios y el auge de la clase media que trajo aparejado, la esposa ya no podía vivir únicamente de las rentas de sus maridos, con lo que su incorporación al mundo del trabajo asalariado, aunque todavía minoritaria, se fue consolidando. Todo ello, en paralelo al desarrollo de un movimiento de lucha

⁵⁰⁰ Doctora en Historia Contemporánea y profesora en la Universidad Europea Miguel de Cervantes (UEMC), España. Creadora y directora de <https://perifericas.es/>, Escuela de feminismos alternativos. E-mail: cmvidal@uemc.es

que abogaba por la educación como elemento fundamental para la preparación de las “nuevas mujeres” que la nueva centuria demandaba.

Las décadas de 1910 y 1920 ven nacer diversas titulaciones de grado medio que acogen en sus aulas a muchas jóvenes de esa naciente clase media: matronas, institutrices, taquígrafas, mecanógrafas... (Capel y Flecha 2009, 67-68). En 1904 aparece, así, la titulación pública de matrona, en 1915 la de enfermería y un año después la de mecanografía, que hasta entonces solamente se ofrecían en instituciones privadas. Entre esas profesiones socialmente “aceptables” para las mujeres, de acuerdo con el ideal patriarcal que las consideraba especialmente aptas para tareas auxiliares o de cuidados, se incluye también el trabajo en las bibliotecas. La Escuela de Bibliotecarias aparece en 1915 y serán muchas las jóvenes que se inscribirán en ella con una finalidad clara: obtener unos estudios que facilitasen su inserción laboral y, en última instancia, la consiguiente independencia económica.

Sin embargo, el hecho de pasar a desempeñar un trabajo asalariado implicaba para estas mujeres mucho más que una oportunidad laboral: significaba, también, autonomía personal y económica. Esas mujeres “modernas”, como así fueron calificadas en su época, ya no eran simplemente esposas y madres.

Pero, más allá del grupo, todavía reducido sobre el total de la población femenina, que podía acceder a unos estudios reglados, las pautas de empleo femenino resumidos por Pilar Folguera también ponen de manifiesto un perfil de mujer en pleno cambio a la altura de los años 30 (Kirpatrick 2003, 9): se evidencia un claro desplazamiento del trabajo extradoméstico desde el sector agrícola, no remunerado (del 64% en 1877 frente a solo un 23.9% en 1930), a los sectores industriales y de servicios propios de una economía en proceso de modernización, con empleos ya remunerados para ellas. Tomando datos de la misma fuente, si en 1877 solo había un 9.8% de obreras industriales, el porcentaje había ascendido al 32.1% en 1930.

Los avances femeninos en el ámbito laboral pronto encontrarían su terreno político propicio para continuar desarrollándose con la llegada de la II República en 1931. El nuevo régimen impulsó a través de su Constitución, y concretamente en el artículo 25, la igualdad legal entre hombres y mujeres: “No podrán ser fundamento de privilegio jurídico: la naturaleza, la filiación, el sexo, la clase social, la riqueza, las ideas políticas ni las creencias religiosas”, algo que ya adelantaba el artículo 2 del texto constitucional: “Todos los españoles son iguales ante la ley”. Particularmente relevante desde el punto de vista de la incorporación femenina al trabajo fue el artículo 40, que

garantizaba la no discriminación en empresas y cargos públicos, “salvo las incompatibilidades que las leyes señalen”.

El nuevo régimen republicano no solo concedió una serie de derechos a las mujeres en su texto constitucional: también intentó incorporarlas a su proyecto de gobierno. Esos nuevos modelos de mujer “moderna”, de clase media, con educación media o incluso universitaria y un papel creciente en la vida pública incluyeron a las bibliotecarias. No se trataba, evidentemente, de un perfil femenino todavía mayoritario en la España de inicios del siglo XX, pero su mera existencia abría “posibilidades de ser” para muchas otras.

El desafío a los roles de género que su figura implicaba provocaría, a la postre y como luego se señalará, su represión por parte del gobierno franquista surgido de la Guerra Civil en el caso de aquellas que no solo desempeñaron su trabajo en las bibliotecas de la República, sino que se adscribieron al nuevo proyecto político de manera activa: no se trataba únicamente de mujeres transgresoras respecto al orden social tradicional, que deseaban trabajar, tener autonomía económica o retrasar la edad de matrimonio y maternidad, sino que su vinculación con el nuevo régimen republicano las significó negativamente cuando ese régimen fue definitivamente derrotado en 1939.

El proyecto cultural de la II República

La II República hizo de la expansión de la cultura un elemento clave tanto para intentar superar el secular atraso de España respecto al resto de Europa como para difundir su proyecto político y cívico. El nuevo régimen, compuesto en gran parte por personas procedentes del ámbito intelectual, entendía que la cultura debía abandonar su carácter elitista y convertirse en una prioridad en el diseño de las políticas generales del Estado, dirigiéndose a la sociedad en su sentido más amplio. Los valores culturales se identificaron de manera directa con el nuevo régimen, lo cual explica, también, la feroz represión que el franquismo desataría después contra los agentes culturales que habían participado en esa “republicanización” de España (Martínez Rus 2003, 20).

De hecho, la función social de la cultura y la educación se recogen en el propio texto de la Constitución, en concreto, en su artículo 48: “El servicio de la cultura es atribución esencial del Estado, y lo prestará mediante institucio-

nes educativas enlazadas por el sistema de la escuela unificada. La enseñanza primaria será gratuita y obligatoria” (Grandío Seoane 2005, 9).

Las bibliotecas fueron parte fundamental de este planteamiento, pues la lectura se entendió desde un primer momento como un aspecto esencial de la lucha contra el analfabetismo, todavía muy extendido a esa altura en España. Un 43% de la población era analfabeta según en el censo de 1930, cifra que ascendía hasta el 48 por ciento en el caso de las mujeres (Redondo Abal 2009, 17).

La Institución Libre de Enseñanza, nacida en 1876, fue un de las influencias más directas del nuevo proyecto cultural republicano. Liderada por grandes figuras de la renovación pedagógica española, como Francisco Giner de los Ríos o Bartolomé Cossío, puso de manifiesto además desde un inicio su interés por la mejora de la educación de las españolas, impulsando las Conferencias del Ateneo Artístico y Literario de Señoras (1869), las Conferencias Dominicales para la Educación de la Mujer de la Universidad de Madrid (1869) y las de la Asociación para la Enseñanza de la Mujer (1870). En el boletín de la Institución Libre de Enseñanza, de hecho, quedarán plasmados a lo largo de sus casi setenta años de existencia (1877-1936) buena parte de los debates femeninos y feministas de la época, firmados por plumas tan ilustres como las de Concepción Arenal o Emilia Pardo Bazán (Vázquez Ramil 2014, 131-134).

Nacida ya en el siglo XX, en 1907, la Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas (JAE) fue creada asimismo en el marco de la Institución Libre de Enseñanza y resultaría clave para fomentar el intercambio del personal académico español con otras instituciones europeas, favoreciendo una renovación científica y educativa de la que también beberá la II República.

Todo este marco previo tuvo una influencia directa en iniciativas ya propiamente republicanas como las Misiones Pedagógicas, que aspiraron a llevar la cultura a los rincones más apartados del país, a través del arte, las conferencias y, de manera muy destacada, los libros. Para el año 1935 habían creado más de cinco mil bibliotecas en todo el territorio nacional, y fundamentalmente, en las zonas rurales, secularmente alejadas de los grandes núcleos de decisión (Redondo Abal 2009, 25). Las bibliotecas que las Misiones llevaban consigo, además, aunque se instalaban en las escuelas eran públicas y gratuitas, por lo que vecinos y vecinas podían consultar sus obras y pedir las a domicilio. A la altura del 31 de diciembre de 1931 ya se habían repartido

más de 350.000 volúmenes por toda España, y en junio de 1936, justo antes del estallido de la Guerra Civil, se contabilizan 5466 bibliotecas creadas, lo que da una clara idea de las dimensiones ambiciosas de un proyecto bibliotecario en el que las mujeres, como a continuación se mostrará, desempeñaron un papel fundamental (Martínez Rus 2003, 33-37).

Las bibliotecas, espacio privilegiado para la incorporación femenina al trabajo remunerado

Las bibliotecas fueron uno de los primeros sectores de la administración pública abiertos a la feminización de sus integrantes. Además, y tras la llegada de la II República en 1931, funcionaron como un auténtico “laboratorio” del nuevo modelo de mujer propugnado por las instituciones republicanas: con estudios, comprometidas con el nuevo régimen y avanzadilla de su proyecto de buscar el progreso de España a través de la cultura.

La Escuela de Barcelona (1918) había sido pionera en la formación femenina en el ámbito de la biblioteconomía (Muñoz-Muñoz y Argente Jiménez 2015, 48), y la Residencia de Señoritas de Madrid ofreció un cursillo de Biblioteconomía entre 1928 y 1936 en base al novedoso sistema anglosajón de catalogación (Egoscozóbal Carrasco y Mediavilla Herreros 2012, 172). La formación completa abarcaba tres cursos e incluía conocimientos sobre clasificación, biblioteconomía, bibliografía, catalogación, técnicas de encuadernación e inglés. Nos encontramos, pues, con nuevos planteamientos a la hora de entender la profesión bibliotecaria, ya no desde la mera instrucción rutinaria y memorística, sino adaptándose a la realidad de una profesión que debería ser eminentemente práctica y adaptada a las necesidades del público usuario (Faus Sevilla 1990, 82). Esa nueva forma de trabajar será, también, la base de la política bibliotecaria republicana, que bebe de dichos antecedentes para crear una nueva aproximación al mundo del libro y su difusión.

Y es que, pese a esos crecientes intentos de organización, lo cierto es que a comienzos de los años treinta seguía faltando en España una política bibliotecaria coherente e institucionalizada, que no dependiese de los vaivenes de cada gobierno y sus partidas presupuestarias (Gómez Hernández 1993, 57). Salvo en el caso singular de Cataluña, tampoco podemos hablar a esa altura de una profesión bibliotecaria plenamente asentada. Las bibliotecas existentes en el resto del país a esa altura eran o bien privadas o bien de

uso restringido, asociadas a monasterios, universidades o eruditos (en definitiva, restringidas a un público lector privilegiado y masculino). Hablamos, por tanto, de un concepto de biblioteca como colector y conservador de documentos, y no como facilitador del acceso público a la lectura.

Con la entrada del siglo XX habían ido apareciendo las denominadas bibliotecas populares, que sí apostaban en mayor medida por los servicios de acceso libre y por la lectura colectiva, pero con un cierto poso paternalista de dirigir las lecturas más apropiadas hacia un público poco acostumbrado a ellas, buscando, en última instancia, educar a un pueblo con escasos hábitos lectores. Sin embargo, y pese a esas limitaciones, los registros conservados, como el de la biblioteca de Luarca, rompen con el estereotipo del lector masculino como predominante: en ese centro, de las 7684 lecturas efectuadas entre 1931 y 1933, más del 24% fueron realizadas por mujeres, lo cual pone de manifiesto que ellas, pese a sus jornadas agotadoras en casa y fuera de ellas, y el mayor grado de analfabetismo femenino en la España del momento, también leían, y parece que incluso con bastante asiduidad (Gómez Hernández 1993, 57).

En definitiva, y pese a estos progresivos intentos de crear una red de bibliotecas no dirigidas únicamente a las élites, la política bibliotecaria española a la altura de inicios del siglo XX continuaba llena de altibajos y fundamentalmente a merced de los recursos presupuestarios y la conciencia más o menos cultural de los sucesivos gobiernos.

Esta situación cambiará con la llegada de la II República. En 1932 se crea el Cuerpo de Auxiliares de Archivos, Bibliotecas y Museos, en estrecha relación con el decimonónico Cuerpo de Facultativos de Archivos, Bibliotecas y Museos, de carácter eminentemente erudito (y, por tanto, más alejado de la divulgación bibliotecaria que perseguía el régimen republicano). El nuevo cuerpo de auxiliares tendrá un carácter más práctico y focalizado en las bibliotecas públicas (Martín Zorraquino 2010, 129-30), y en sus filas entrarán muchas mujeres, que vieron en esos procesos de selección públicos la oportunidad de incorporarse al mundo laboral en igualdad de condiciones con los varones.

Otro organismo oficial que promovió la expansión bibliotecaria durante la II República fue la Junta de Intercambio y Adquisición de Libros para Bibliotecas Públicas, encargada de modernizar el patrimonio bibliográfico nacional y de expandir las bibliotecas del Estado y la lectura pública (San Segundo Manuel 2010, 145).

Por otro lado, el Reglamento Orgánico de 1932 potenció definitivamente la labor de las bibliotecas como centros difusores de la lectura, implantando un sistema común entre ellas que facilitaba el préstamo interbibliotecario y el intercambio de obras duplicadas (Pérez Boyero 2010, 140).

En suma, por primera vez en la historia de España, se va a desenvolver una política bibliotecaria con objetivos claros y aspiraciones globalizadoras, con recursos y continuidad en el tiempo, un presupuesto ambicioso y un notable incremento de sus fondos bibliográficos. Se trataba de que las bibliotecas se asociasen con la democracia y con las posibilidades que el nuevo régimen ofrecía a toda su población para instruirse, informarse sobre el mundo que le rodeaba, capacitarse y que, en última instancia, sirviesen para que esa población se identificase con el régimen que les ofrecía tales posibilidades de desarrollo (Martínez Rus 2003, 24-25).

El Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos (y posteriormente también el de Auxiliares) va a ser a pionero a la hora de incorporar a las mujeres al trabajo remunerado en la administración pública (San Segundo Manuel 2019, 144). Lejos quedaban los tiempos, en 1856, cuando se creó ese primer cuerpo y la única vía para entrar en él era el título de archivero-bibliotecario expedido por la Escuela Superior de Diplomática, a la que las mujeres no podían acceder por no poder optar tampoco al título de Bachiller, requisito previo imprescindible. Cuando, en 1910, puedan entrar finalmente en la universidad, muchas de ellas eligen la Facultad de Filosofía y Letras, que les permitía el acceso, por fin, a ese Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos. Será Ángela García Rives la primera Licenciada en Filosofía y Letras que ingresa mediante oposición (Martín-Muñoz y Argente Jiménez 2015, 50-52). A posteriori, y cada vez de manera más frecuente, la seguirían nombres tan reconocidos como María Moliner, autora del famoso diccionario, que aprobó la oposición en 1922, y un año después, Juana Capdeville, quien trabajaría en la Universidad Central de Madrid y terminaría siendo vilmente asesinada al inicio de la contienda (Rodríguez Toajas 2013, 31). ¿Por ser la esposa del Gobernador Civil de A Coruña en aquella altura, Francisco Pérez Carballo, o por transgredir en su figura los roles tradicionales de la mujer limitada al ámbito doméstico? (seguramente por una combinación de ambos factores...).

Muchas de las bibliotecarias entraron en el cuerpo mediante oposición, y también a través de los estudios de Biblioteconomía, de grado medio, y de la formación profesional en la renombrada Escola de Bibliotecàries de Catalunya.

Si bien durante la II República su incremento fue notable en la profesión, la entrada en la misma había sido anterior: desde 1912 y hasta los años 30, el Cuerpo Facultativo convocó 190 plazas, de las que el 37 por ciento de aprobadas eran mujeres (Muñoz Muñoz y Argente Jiménez 2015, 53).

La reorganización de este cuerpo, en base al decreto del 21 de mayo de 1932, supuso su intento de modernización, permitiéndose el ingreso en el mismo por especialidad, buscando una mayor concreción de las funciones y una formación permanente de sus profesionales.

La Guerra Civil: el desmantelamiento del proyecto bibliotecario republicano y el ostracismo de las mujeres bibliotecarias

La victoria del general Franco tras la Guerra Civil española no solo implicó el desmantelamiento de toda la política bibliotecaria republicana: también trabajó consigo la represión contra las personas que formaron parte de ella y se habían significado políticamente durante el periodo que iba de 1931 a 1936.

En la España controlada por los rebeldes, en una fecha tan temprana como el 16 de septiembre de 1937 (BOE del 17 de septiembre), todavía en pleno conflicto bélico, una Orden indicaba claramente que “es preciso proceder a retirar de las bibliotecas públicas y centros de cultura toda publicación que, sin valor artístico o arqueológico reconocido, sirva por su lectura para propagar ideas que puedan resultar nocivas a la sociedad” (San Segundo Manuel 2020, 521-522). Comenzaba, pues, la censura de las publicaciones y la conversión de las bibliotecas en espacios no de cultura y libertad sino de control social.

Los funcionarios y funcionarias que habían defendido la política bibliotecaria anterior y se habían identificado de manera más o menos evidente con el régimen republicano fueron rápidamente apartados o degradados de sus puestos, cuando no directamente ejecutados (como sucedió con la anteriormente mencionada Juana Capdevielle en los primeros días de la guerra).

En esas depuraciones no solo se examinaba su vida laboral: también la privada era sometida a un intenso escrutinio. Este último aspecto resulta especialmente relevante en el caso de esas mujeres bibliotecarias que habían roto con los moldes de género más tradicionales, esos que las nuevas auto-

ridades franquistas intentaron recuperar, ligados al ámbito de la familia y el hogar (San Segundo y Codina-Canet 2019, 150). Evidentemente, el mero hecho de que hubiesen desarrollado una carrera profesional entraba en contradicción con el modelo del ángel del hogar que se estaba recuperando en la inmediata posguerra.

La Ley de Depuración de Empleados Públicos del 10 de febrero de 1939 fue la gran herramienta empleada por el régimen franquista para castigar a todo el funcionariado que había mostrado simpatías republicanas. En su artículo décimo establecía diversas sanciones, que iban desde el traslado forzoso hasta la inhabilitación del servicio y la separación definitiva del mismo. Ya en junio del mismo año, todavía con la guerra inacabada, se comenzaron a abrir los expedientes de depuración contra los miembros del Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos. Si en 1935 se contaban 41 mujeres entre su personal, casi el 25 por ciento, 11, vieron cómo se les abría entonces un expediente sancionador (San Segundo y Codina-Canet 2019, 67). Con la Ley del 25 de agosto de 1939, que creaba la Dirección General de Archivos y Bibliotecas, se desmantelaba definitivamente la obra bibliotecaria de la II República.

Por otro lado, el ambicioso proyecto bibliotecario coordinado por María Moliner (autora luego del famoso diccionario), bajo el título de *Proyecto de bases de organización general de bibliotecas del Estado*, que se gestó en la zona controlada por la República en pleno conflicto bélico, ya no llegaría nunca a implementarse, abortando la que habría sido la más radical renovación de las bibliotecas españolas, tendente a su definitiva democratización. Fue, además, el último intento de hacer triunfar una política bibliotecaria que no llegaría nunca a desarrollarse en todo su potencial debido a la breve duración de la propia II República (solo cinco años) y al desmantelamiento radical de todo su legado.

Conclusiones: mujer, bibliotecaria y “moderna”, una ecuación imposible en la España surgida de la Guerra Civil

Cuando el 1 de abril de 1939 Francisco Franco afirmaba, en su último parte bélico, que “La guerra ha terminado”, comenzaba una postguerra durísima que afectó a millones de personas y que implicó para muchas muje-

res bibliotecarias una derrota no solo ideológica y profesional, sino también personal.

Su vinculación con el ya extinto régimen republicano en muchos casos y la presencia pública que habían adquirido en los años anteriores hacían de ellas figuras cuando menos molestas para un franquismo que aspiraba a recuperar el ideal femenino del ángel del hogar, centrado en su familia y en la maternidad. Difícilmente tenían cabida las protagonistas de nuestra investigación en esa Nueva España en la que, para empezar, la política bibliotecaria que las había acogido e impulsado profesionalmente ya no existía.

Las bibliotecarias significadas políticamente con la II República fueron, así, doblemente silenciadas, por su también doble condición de vencidas y de mujeres (mujeres, además, “modernas”, lo cual implicaba un estigma más que añadir a su condición ya de por sí marginal en el nuevo Estado franquista).

Al exilio, exterior o interior, que muchas de ellas sufrirían se unió un exilio también psicológico: tuvieron que despedirse simbólicamente de sus vidas anteriores, como paradigmas de una España que dejó de existir y de un modelo femenino aniquilado con ella. Incluso en el caso de las bibliotecarias que no habían manifestado una postura de explícita vinculación al régimen republicano, su mera presencia en puestos públicos tan ligados a la política cultural del mismo trajo diversos problemas aparejados para ellas. La resignificación de género que, en mayor o menor medida, esas mujeres corporeizaban no tenía cabida en la España nacida del golpe de Estado: la única solución era terminar con ellas (laboral o incluso físicamente en los casos más graves).

Las bibliotecas en las que habían trabajado por la difusión cultural, y que habían permitido su entrada en el ámbito laboral en plano de igualdad con los hombres desde inicios del siglo XX, terminaron tras la Guerra Civil convertidas en todo lo contrario: en instrumentos para el adoctrinamiento en el nuevo “credo” falangista, incluso dirigidas por la Sección Femenina en ciertos casos, como un medio de “educar” en los ideales del nuevo Estado, lejos de la idea de cultivar las aspiraciones profesionales e intelectuales de una nueva generación femenina con presencia en la vida pública. De hecho, ya en marzo de 1940 la Sección Femenina se dotará de un Departamento Central de Bibliotecas y Conferencias, entendido como un mero instrumento al servicio del adoctrinamiento, con un programa de lecturas centrado en textos

religiosos, históricos (evidentemente sesgados) y del propio Movimiento Nacional (Del Rincón García 2010, 72-75).

Como apunta José Andrés de Blas (De Blas, 2006), la España franquista asistió a una “bibliofobia desatada” contra todos aquellos autores y obras considerados perniciosos desde el punto de vista de la ideología del nuevo Estado. Pero el odio contra las bibliotecas republicanas iba mucho más allá del aspecto material y se extendía al orden simbólico: se trataba de arrancar de raíz una manera de entender la cultura y la propia sociedad que esta aspiraba a cambiar.

La España de las tres primeras décadas del siglo XX fue para las mujeres bibliotecarias un auténtico territorio de lo posible: un momento histórico en el que poder dibujar trayectorias profesionales y personales que sus madres y abuelas no habían podido ni tan siquiera entrever. La llegada del franquismo supuso pues, para gran parte de ellas, mucho más que un cierre de etapa: implicó la desaparición de buena parte de sus sueños y aspiraciones, tanto profesionales como personales, y el inicio de una pesadilla en la que no tenían asignado ningún papel protagonista.

Bibliografía

- ALCALÁ CORTIJO, Paloma; CORRALES RODRÍGUEZ, Capi; LÓPEZ GIRÁLDEZ, Julia. 2009. *Ni tontas ni locas. Las intelectuales en el Madrid del primer tercio del siglo XX*, vol. 1. Madrid: Ministerio de Ciencia e Innovación, Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología, FECYT.
- CAPEL MARTÍNEZ, Rosa y FLECHA GARCÍA, Consuelo. 2009. “La educación de las mujeres en el primer tercio del siglo XX”. En *Ni tontas ni locas. Las int. electuales en el Madrid del primer tercio del siglo XX*, vol. 1. Madrid: Ministerio de Ciencia e Innovación, Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología, FECYT.
- DEL RINCÓN GARCÍA, María Fernanda. 2010. “Mujeres azules de la sección femenina. Formación, libros y bibliotecas para el adoctrinamiento político en España (1939-1945)”. En *MEI: Métodos de información*, II época, vol. 1: 72-75.
- EGOSCOZÁBAL CARRASCO, Pilar y MEDIAVILLA HERREROS, María Luisa. 2012. “La bibliotecaria Luisa Cuesta Gutiérrez (1892-1962)”. En *Revista General De Información y Documentación*, 22 (2012): 172. Consultado el 9/9/2022. https://doi.org/10.5209/rev_RGID.2012.v22.39655
- FAUS SEVILLA, Pilar. 1990. *La lectura pública en España y el plan de bibliotecas de María Moliner*. Madrid: Anabad.
- GÓMEZ HERNÁNDEZ, José Antonio. 1993. “La preocupación por la lectura pública en España. Las bibliotecas populares. De las Cortes de Cádiz al plan de biblio-

- tecas de María Moliner”. En *Revista general de información y documentación*, vol. 3, 2: 57.
- GRANDÍO SEOANE, Emilio. 2005. “La memoria de la ciudadanía. La construcción de una cultura cívica en la Galicia de la II República”. En *Cuadernos republicanos*, número 58.
- KIRKPATRICK, Susan. 2003. *Mujer, modernismo y vanguardia en España (1898-1931)*. Madrid: Cátedra.
- MARTÍN ZORRAQUINO, María Antonia. 2010. “María Moliner y su contribución a la lectura pública en España”. En *Participación educativa. De la educación popular al aprendizaje a lo largo de la vida*, número extra 1, editado por Ministerio de Educación, 129-130. Madrid: Secretaría General Técnica. Centro de Publicaciones. Ministerio de Educación.
- MARTÍNEZ RUS, Ana. 2003. *La política del libro durante la Segunda República: socialización de la lectura*. Gijón: Trea.
- MUÑOZ-MUÑOZ, Ana María y ARGENTE JIMÉNEZ, Montse. 2015. “La formación de las bibliotecarias y las bibliotecas de mujeres en España”. En *Revista General De Información y Documentación*, 25, 1: 48. Consultado el 9/9/2021. https://doi.org/10.5209/rev_RGID.2015.v25.n1.48983
- REDONDO ABAL, Francisco Xavier. 2009. *O fulgor e as tebras*. Santiago de Compostela: Laiovento.
- SAN SEGUNDO MANUEL, Rosa. “Mujeres bibliotecarias durante la II República: de vanguardia intelectual a depuración”. 2010. En *Participación educativa. De la educación popular al aprendizaje a lo largo de la vida*, número extra 1, editado por Ministerio de Educación, 145. Madrid: Secretaría General Técnica. Centro de Publicaciones. Ministerio de Educación.
- PÉREZ BOYERO, Enrique. 2010. “*El Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos y la protección y evacuación del patrimonio histórico en la España republicana*”. En *Patrimonio, guerra civil y posguerra*, editado por Colorado Castellary Arturo, 140. Madrid: Universidad Complutense.
- RODRÍGUEZ TOAJAS, Alba. 2013. *Mujeres y trabajo: la feminización de la profesión bibliotecaria*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, Instituto de Investigaciones Feministas.
- SAN SEGUNDO MANUEL, Rosa. 2021. “La actividad bibliotecaria durante la II República española”. En *Cuadernos de documentación multimedia*, 10 (2020): 515-524. Consultado el 9 de agosto de 2021. <https://revistas.ucm.es/index.php/CDMU/article/view/68882>.
- SAN SEGUNDO MANUEL, Rosa; CODINA-CANET, María Adelina. “Mujeres bibliotecarias durante la II República: de la vanguardia intelectual a la depuración”. En *Mujeres en la Guerra Civil y la Postguerra: memoria y educación*. 2019. Madrid: Eudema.
- VÁZQUEZ RAMIL, Raquel. “La educación de las mujeres en España (1900-1936). La Institución Libre de Enseñanza y la Residencia de Señoritas de Madrid”, 131-151. En *Utopía y Educación. Ensayos y estudios*, coordinado por Hernández Huerta, José Luis; Quintano Nieto, Judith y Ortega Gaite, Sonia. 2014. Salamanca: Universidad de Salamanca.

Madalena Férin: a ilha e a escrita

Ana Cristina Correia Gil⁵⁰¹

A pátria de Madalena Férin é Portugal, e a sua obra pertence ao mundo
(Maria Estela Guedes)

Madalena Férin é uma autora açoriana, nascida em S. Miguel, em 1929, tendo vivido grande parte da sua vida na ilha de Santa Maria (terra da sua família) e, posteriormente, em Lisboa. Publicou a sua primeira obra em 1957, o livro *Poemas*, que ganhou o Prémio Antero de Quental, do Secretariado Nacional de Informação, e que teve logo o reconhecimento dos seus pares, como atestam as palavras do prefácio da primeira edição, assinadas por Eduíno de Jesus:

[a poesia de Madalena Férin] surge, não como o exercício de um poeta que apenas começa, em quem é difícil descortinar um rumo, cuja voz balbucia apenas, enfim, de um poeta que promete e mais nada; mas, pelo contrário, surge com um rumo definido, a sua voz tem já um timbre pessoal, e não se trata de uma incipiente promessa, mas de uma revelação desde já cumprida. (Jesus 1957, 10)

Madalena Férin começa, assim, a publicar em pleno Salazarismo, uma época em que às mulheres era ainda reservado um papel de segundo plano na sociedade, frequentemente limitado às lides domésticas, predominando uma visão estereotipada dos géneros, como referem Irene Vaquinhas e Maria Alice Guimarães no terceiro volume de *História da vida privada em Portugal*: “o ideal feminino da esposa e mãe, votada ao lar e à família, estava profundamente entranhado no imaginário colectivo dos séculos XIX e XX, tendo assumido um importante papel simbólico na consolidação política e legislativa da «família portuguesa» defendida pelo Estado Novo” (Vaquinhas e Guimarães 2011, 194). “[D]ependência e submissão” (*idem*, 194) são as principais características atribuídas às mulheres ainda em meados no século XX. Só neste século surgem finalmente as primeiras conquistas femininas:

⁵⁰¹ CHAM Açores – CHAM – Centro de Humanidades (FCSH – NOVA/ Universidade dos Açores). FCSH da Universidade dos Açores.
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5656-9798>. E-mail: ana.cc.gil@uac.pt.

“a batalha da instrução feminina, as mobilizações em prol da eliminação de discriminações e do reconhecimento do princípio da igualdade” (*idem*, 194).

É neste contexto social e cultural que Madalena Férin se afirma quer como profissional numa área em que as mulheres eram raras (foi Técnica Superior do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica) quer como escritora, assinando as suas obras com o seu próprio nome. Recorde-se que, nesta época, muitas autoras ocultam ainda a sua verdadeira identidade por detrás de pseudónimos masculinos, quer para conseguirem afirmação no campo literário, ainda muito vedado às mulheres, quer para fugirem aos cortes da Censura, como é o caso de Irene Lisboa, que assinou algumas das suas publicações como João Falco e Manuel Soares.

A obra de Madalena Férin é muito rica e abrange vários géneros, tendo ela também realizado algumas traduções. Para além de cinco obras de poesia, escreveu também ensaios, contos (alguns para crianças) e três romances: *O número dos vivos* (1990), *Bem-vindos ao caos* (1996) e *África Annes* (2001), este último a partir da sua pesquisa histórica sobre os Açores. Neste ensaio, debruçar-me-ei sobre um livro de poesia (*Prelúdio para o dia perfeito*, de 1999), um de contos (*Dormir com um fauno*, de 1998) e um romance (*Bem-vindos ao caos*, de 1996).

Muitos destes textos tendem a fugir à referencialidade, criando ambiências próximas do Surrealismo, onde imperam figuras oníricas e míticas, como o fauno, as sereias e os anjos. Atente-se em títulos como *A cidade vegetal e outros poemas* (1987), *O anjo fálico* (1990) e *Dormir com um fauno* (1998). As próprias capas dos livros de poesia *O anjo fálico* e *A cidade vegetal*, que reproduzem quadros do pintor José Nuno da Câmara Pereira, são reveladoras desta característica onírica e não referencial.

A modernidade da escrita de Madalena Férin revela-se na sua escrita poética depurada, no desautomatismo da linguagem, bem como, a nível temático, na incidência no *topos* da identidade fragmentada, cuja unidade se busca muitas vezes através do regresso ao tempo da infância, outras por um recuperar das raízes e da memória do lugar onde se nasceu. No caso de Madalena Férin, as ilhas dos Açores. Esta fragmentação encontra-a Urbano Bettencourt também na narrativa de Férin, nomeadamente no romance *O número dos vivos*, uma história “em três ‘andamentos’ [...] e a cuja organização preside um princípio de combinação, de reajustamento de fragmentos, como se de um puzzle se tratasse” (Bettencourt 1995, 104). Eduíno de Jesus con-

sidera-a uma das vozes da “poesia moderna açoriana” que se revela a partir de 1950, sublinhando o seu “informalismo a-estético” (Jesus 1958, 429-430).

É assim que, numa escrita que se afasta muitas vezes do registo mimético e referencial, surge a ilha primordial, arquetípica, mas também a ilha concreta, as ilhas dos Açores, com o seu recorte geográfico tão característico (o mar, a costa, etc.), a sua História, as suas tradições, etc. A vivência insular ressuma em muitos destes textos, quer marcada pelo enclausuramento e isolamento, quer pelo seu oposto: a liberdade possível pelo alcance infinito do mar.

Detenhamo-nos, assim, na configuração que a ilha assume na poesia e na narrativa de Madalena Férin.

Marcas de identidade insular na narrativa de Madalena Férin

A ilha surge representada de modo diferente na lírica e na narrativa desta autora. Por um lado, na lírica, é raro o retrato mimético e referencial da ilha, dado o maior antidiscursivismo deste modo literário, a sua intensa subjetividade e o maior centramento no “eu”. Nos poemas, surge a ilha num sentido ontológico, arquetípico, como parte intrínseca do sujeito, do seu ser e da sua memória, com ligação mais evidente à questão da identidade, marca modernista da autora.

Por outro lado, a representação da ilha na narrativa reveste-se de uma maior proximidade à realidade das ilhas dos Açores, embora sempre de um modo menos direto, em que o retrato insular surge não como uma descrição distanciada e decorativa de um narrador onisciente, mas através da perspetiva subjetiva de uma personagem ou de um narrador cuja focalização necessariamente filtra a visão da ilha.

É o caso de alguns contos de *Dormir com um fauno* (1998). Em “A mudança”, uma criança narra a viagem da vila para S. Lourenço, na ilha de Santa Maria, por altura do verão, em carros de bois, cujo “chiar” (Férin 1998, 8) é bastante característico e lembrado pelos mais antigos nas ilhas dos Açores. A chegada a S. Lourenço e a visão da belíssima baía levam a criança a definir a paisagem como algo inverosímil:

“São Lourenço à vista!” – gritou o homem. / Como caído dos píncaros dum sonho para o abismo da realidade: São Lourenço. Não o que os outros estão habituados a ver, feito da alegre verdade das cores, mas diluído, impreciso, inventado. / Estávamos debruçados sobre a mais miraculosa mentira. Uma mentira de madrepérola e vinhas. Impossível durar mais que o minuto entre a noite e o dia. (Férin 1998, 10)⁵⁰²

As referências à geografia da ilha de Santa Maria são evidentes no texto: o percurso até S. Lourenço, a montanha, o chiar dos carros de bois, típico transporte nas ilhas em tempos mais recuados. Este retrato regional é, no entanto, permeado pela “imaculada percepção de criança”, como refere a própria narradora (Férin 1998, 8), e o que acaba por dominar o texto é o modo como a criança vivencia a experiência da viagem feita durante a noite:

Fiquei face a face com a noite. Noite puríssima da montanha. Deitados de costas com o rosto exposto à noite, com os olhos cheios de estrelas. [...] Sentindo-me avançar pousada no planeta através dos céus. Sendo eu também uma partícula da luz projectada no Universo, como Marte e os outros astros que desciam até aos meus olhos. Noite donde brotam poetas. Basta que a esplêndida noite penetre nos olhos de uma criança e ficará marcada. E íamos no ar, a dois metros da terra, no cimo da sebe. Com os rostos frios pelo ar altíssimo como se fosse o hálito das estrelas mortas. O andar dos bois acabou por parecer que arrastava consigo o mundo. Como se fosse uma nora, como se fosse um eixo. (Férin 1998, 8-9)

Esta comunhão com a Natureza é muito comum no retrato das ilhas, sobretudo uma Natureza intocada pelo Homem, pura, em que a luz dos astros consegue chegar até à narradora, sem os obstáculos típicos do ambiente urbano. Afigura-se quase um regresso aos primórdios da Terra, aos olhos da criança que observa.

Na mesma obra, *Dormir com um fauno* (1998), a religiosidade, traço muito evidente da identidade açoriana, é retratada através da referência à Procissão do Senhor dos Passos, no conto “A cabeleira de Maria Madalena”. De uma forma irónica e quase caricatural, novamente na perspectiva da criança, o que se releva na narrativa é a cabeleira da santa, que voa durante a procissão, o que acontece inesperadamente no final do conto. Para além deste aspeto, a

⁵⁰² A barra indica mudança de parágrafo.

história torna evidente a forte religiosidade das gentes das ilhas e a crença no milagre – característica, aliás, da identidade nacional –, com referências às promessas: “Houve o tifo. As pessoas morriam como cães. A mim cortaram o cabelo rente. Prometi, se escapasse, oferecê-lo a Santa Maria Madalena” (Férin 1998, 14). Estes aspetos são veiculados através da perspectiva da criança, que se vê involuntariamente envolvida no cerimonial religioso da procissão:

Todas as tardes de Domingo de Ramos, por entre as cortinas de renda e ajoelhada na varanda, via a cabeleira baloiçar no andor, cobrindo a cabeça da imagem. Os caracóis oscilavam de um lado para o outro, roçando o mato, como se a santa fosse coxa. E tudo ganhava um tom arroxeadado, as opas, o vestido do Senhor dos Passos, o entardecer. Sentia uma onda lilás descer-me até aos pés e voltar a subir, como um rio entre mim e a liturgia, um elo de vento frio navegando-me nas veias. (Férin 1998, 14)

Note-se o modo como a criança descreve a procissão como dominada por uma envolvência cromática em que o roxo passa das opas e das vestes do santo (“tom arroxeadado”, “onda lilás”) para a própria sensibilidade da menina, dominando-a por completo (“descer-me até aos pés e voltar a subir”). É, no entanto, também de salientar que, neste conto, a esta sensibilidade infantil se alia uma forte componente humorística que se torna surpreendente, proporcionada pela passagem de um ciclone durante a procissão:

Não foi o aguaceiro do costume nem os relâmpagos rasgando o céu e rebentando em escandalosos trovões. Foi como se um corpo invisível, monstruoso de raiva, de fúria, viesse varrer toda a procissão. / Os cânticos foram abafados no turbilhão do pó, no remoinho do ciclone. / As tochas apagaram-se. Ficou apenas o tom esverdeado do poente. / Os homens das opas que levavam os andores agarravam-se às varas, mas sentiram-se de repente aliviados do peso. / O Senhor dos Passos, vergado sob a ignomínia da cruz, tinha as mãos crispadas do mesmo modo. Só que a cruz se despedaçara de encontro à esquina da casa paroquial e alguns pedaços muito carunchosos caíram sobre os fiéis que os beijavam fervorosamente, como a um objecto sagrado vindo dos céus. / Madalena, tombada no seu andor, mal segura por alguns devotos, tinha ficado careca. (Férin 1998, 15)

O humor é criado pela atitude dos fiéis que, levados pela credence, se agarram aos pedaços “carunchosos” da cruz e os beijam “fervorosamente” como se de uma verdadeira relíquia se tratasse. A estes gestos algo caricaturais, acresce o voo da cabeleira da santa, que a deixa careca e, portanto, com um aspeto inesperadamente cómico. É também de relevar que a descrição do ciclone remete para a caracterização do clima de um arquipélago fustigado com frequência por ciclones e tempestades, outro aspeto da identidade insular retratado neste conto de modo muito realista.

Também em “Recado da ilha” surgem traços da religiosidade insular, nomeadamente nas referências ao culto do Espírito Santo nos Açores e na diáspora: a procissão, as coroas, o estandarte, os foliões e as suas cantorias, os vestidos de rendas e veludos (Férin 1998, 29-30). Aliás, é evidente a perplexidade de Elisa, a protagonista, diante do facto de os emigrantes, mesmo longe e passados anos de separação, ainda regressarem à ilha e viverem intensamente este culto, sobretudo os de segunda geração, os filhos (“as meninas, vindas dos States, com as coroas de prata muito pesadas sobre as loiras cabeças”, Férin 1998, 29), construindo uma identidade cindida, dividida entre duas culturas, a de partida e a de chegada:

As caudas dos vestidos de rendas e veludos das jovens americanas carregando as pesadas coroas de prata também varriam o asfalto. Tinham vindo da Califórnia, San Antonio, Massachusetts, Fall River, Santa Bárbara. Cada comunidade separada por uma bandeira, era um espectáculo colorido e bizarro, pensou Elisa, que estranho manterem esta tradição; já nem falam português, vêm de tão longe, devem ter bordado os vestidos durante mais de um ano, quantos serões sonhando com esta cerimónia num país de que só sabiam o nome porque os pais ainda o conservavam na memória, misturando a saudade com o sentimento de que aqui passaram fome e amargura. / As longas caudas brilhavam faiscando das lantejoulas e do esplendor do fogo preso, que emoção. / Iam no passo lento das procissões, solenes como rainhas de beleza, estrangeiras excepto no culto ancestral herdado e cultivado assimilando duas culturas diferentes. (Férin 1998, 31)

É também a experiência da emigração que surge aqui representada, como marca indelével da identidade insular. O ilhéu da diáspora leva para a terra de emigração as suas tradições e volta à sua ilha para as reviver, em

conjunto com a segunda geração, os filhos que se juntam a estas festividades, embora nem falem já a língua portuguesa, como refere o excerto.

O conto “Noite de Natal” decorre também nas ilhas dos Açores. Embora o local nunca seja mencionado, são referidos elementos típicos destas ilhas como a araucária, a ervilhaca e o trigo usados como decoração no Natal (Fé- rin 1998, 67), os múltiplos bonecos do presépio (*idem*, 69) e o mau tempo. O isolamento e enclausuramento da ilha (a “solidão atlântica” e o “oceano en- raivecido”, *idem*, 73) refletem o isolamento do próprio protagonista, um ra- paz preso a uma cadeira de rodas, cuja vida é marcada pela solidão. O tempo atmosférico rude e agreste é, assim, simbólico da vida difícil do protagonis- ta: “O Inverno era medonho. Parece que o vento habitava estas ilhas. Havia sempre uma luz cinzenta, coada através de um céu baixo, enrodilhado, amas- sado de nuvens pesadas, como crepes de viúva. / Preso à cadeira de rodas, era com pavor sempre novo que sentia cair as primeiras bâtegas de chuva que o amarrariam ainda mais às paredes espessas da velha casa, tão triste e fechada como um convento” (*idem*, 73).

De ambiência urbana, o romance *Bem-vindos ao caos* (1996) afasta-se dos traços insulares que temos vindo a analisar. É um retrato da Lisboa do século XX, de uma vida rotineira e entediante de empregados de escritório, em que avultam personagens infelizes, sem entusiasmo e sem alegria de vi- ver. O edifício onde trabalham é o eixo à volta do qual gira a narrativa e é retratado como um “cofre” (Férin 1996, 10), quase uma prisão: “Voltámos ao mesmo ritmo, à mesma rotina dentro desta casa-ilha” (*idem*, 12). Surge, assim, a metáfora da ilha associada ao enclausuramento, como uma prisão, um lugar entediante e opressivo. A ligação deste romance com os Açores fa- z-se indiretamente através de uma das personagens, Laura, a escritora, que é açoriana, o que convoca uma referência muito pontual aos dialetos açorianos e ao uso do gerúndio:

Laura, a escritora, tentou explicar porque é que Julieta tinha dito “es- tou dizendo isto”, em vez de estou a dizer isto, como os continen- tais; nas ilhas ainda se usava esta forma de conjugação dos verbos, tal como no Brasil, naturalmente era uma forma arcaica levada pelos colonizadores. (Férin 1996, 9)

Assim, concluímos que, mais do que retrato do regionalismo açoriano, as marcas de insularidade – isolamento, religiosidade, clima, geografia, tradi- ções – surgem em Madalena Férin articuladas com a psicologia das persona-

gens e com a história que é contada. Estas marcas não são apenas ilustração ou elementos decorativos da narrativa; elas são espelho, por vezes metafórico, da complexidade interior das personagens e são também o resultado do modo como estas veem a realidade insular.

A insularidade na poesia de Madalena Férin

Na poesia de Madalena Férin, as marcas de insularidade surgem de modo mais abstratizante e menos referencial. Na obra *Prelúdio para o dia perfeito* (1999), o tema da identidade e da fragmentação do Eu – tão caro ao Primeiro Modernismo português – surge diretamente ligado ao próprio ato da escrita. Escrever é, para o sujeito poético, condição de sobrevivência:

Escrevo
como se
a mim me devorasse

como se
me cortasse
os sinais de repente

escrevo
como se
se não o fizer
morresse (Férin 1999, 50)

É na escrita que a poeta reconhece a ilha como enclausuramento e, ao mesmo tempo, lugar de libertação:

uma ilha já não é uma ilha hoje
o mar é um espelho fundo
coagulado
sobrevoadado
distante
tão parado
tão longe já do medo de outras eras

uma ilha já não é de muros de água
para livrar-me dela tenho asas
libertei-me da ilha
no meu corpo
mas tenho-a enquistada na minha alma (Férin 1999, 87)

À ilha como lugar de medo, de imobilidade (“espelho fundo / coagulado”, “parado”) e de fechamento (“muros de água”) sucede, pela evolução dos tempos, a ilha de onde se sai facilmente, voando (“para livrar-me dela tenho asas”). No entanto, a marca do ilhéu nunca abandona aquele que nasceu em espaço insular, embora ele dela se queira libertar, como transparece pelo vocábulo “enquistada”: “libertei-me da ilha / no meu corpo / mas tenho-a enquistada na minha alma”.

Noutro passo da mesma parte da obra (parte intitulada “litania do eterno e do finito”, Férin 1999, 77), insiste-se na marca indelével que a ilha originária deixa no indivíduo – “intacta e eterna / estarei sempre sentada / no penúltimo degrau / do cais daquela ilha” (*idem*, 90) –, apesar do seu desejo de universalidade: “sei que pertença ao corpo universal” (*idem*, 92). Estabelece-se, assim, uma relação dialética entre a ilha e o mundo, e é, afinal, o espaço insular que permite a completude, o reencontro com o “eu” integral, juntando passado e presente:

talvez um dia encontre
essa sonata
feita de mar de lenda
e de ilha ao longe
talvez me restitua a que ficou
no cais
nessa manhã de muito vento

talvez um dia encontre
essa sonata
talvez ela revele onde una existo
inteira antes de vir ou de ficar
intacta
apenas eu
não em fragmentos (Férin 1999, 93)

Nesta busca da unidade perdida tem lugar privilegiado a ilha como espaço de memória, de reconstrução da identidade fragmentada.

Conclusão

Como vimos, a ilha está muito presente na escrita de Madalena Férin, de modo diferenciado na narrativa e na poesia. Nos contos e no romance, por serem géneros mais consentâneos com a mimese, surgem repetidamente referências que nos permitem localizar a narrativa nas ilhas dos Açores, como demonstrámos, e identificar vários traços da insularidade açoriana, embora esta surja não como elemento decorativo da história, mas como parte integrante da subjetividade das personagens e/ou do narrador. Nas narrativas de Férin, a realidade açoriana é perspectivada sob um olhar questionador, frequentemente crítico, no qual avultam as perplexidades da autora sobre as ilhas que foram o seu berço natal. É o que verificamos, por exemplo, no questionamento sobre a emigração e sobre as tradições religiosas que encontramos no conto “A cabeleira de Maria Madalena” e em “Recado da ilha”.

Por contraste, na poesia de Férin, mais marcada pelo antidiscursivismo e pelo afastamento do real, o mundo insular surge com uma ligação intrínseca à procura de identidade do sujeito poético. Predomina o arquétipo da ilha como lugar de origem e de enclausuramento, de que o sujeito quer fugir, mas ao qual tem sempre de inevitavelmente voltar, pois ele é parte integrante da sua unidade desejada e da sua identidade.

O percurso de Madalena Férin, enquanto mulher do século XX e escritora, revela a procura de uma voz própria, de uma identidade enquanto sujeito inteiro da sua vida e do seu percurso. E nesta vida e neste percurso a ilha tem um lugar fundamental: ela é o lugar próprio da identidade procurada pela autora. Ilha, escrita e identidade fundem-se.

Bibliografia

- BETTENCOURT, Urbano. 1995. “Fragmentação e errância na narrativa de Madalena Férin”. In *O gosto das palavras II (Leituras e ensaios)*, 103-106. Ponta Delgada: Jornal de Cultura.
- FÉRIN, Madalena. 1990. *O anjo fálico*. Angra do Heroísmo: Direção Regional dos Assuntos Culturais/Secretaria Regional de Educação e Cultura.
- _____. 1996. *Bem-vindos ao caos*. Lisboa: Edições Salamandra.

- _____. 1998. *Dormir com um fauno*. Lisboa: Edições Salamandra.
- _____. 1999. *Prelúdio para o dia perfeito*. Lisboa: Edições Salamandra.
- GUEDES, Maria Estela. [s/d]. “Férin, Madalena (Maria Madalena Velho Arruda Monteiro da Câmara Pereira Férin)”. In *Enciclopédia Açoriana*. Consultado em 31/3/2022.
- <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=6571>
- JESUS, Eduíno de. [196?]. “Breve notícia histórica da poesia açoriana de 1915 à actualidade”. In Barreto, Costa (org.), *Estrada larga*: antologia dos números especiais, relativos a um lustro, do suplemento “Cultura e Arte” de “O Comércio do Porto”, vol. 3, 425-430. Porto: Porto Editora.
- _____. 1957. “Prefácio”. In Férin, Madalena, *Poemas*, col. Arquipélago, 7-17. Coimbra: Instituto Cultural de Ponta Delgada/ Coimbra Editora.
- OLIVEIRA, Américo Lopes de. [imp. 1981]. *Dicionário de mulheres célebres*. Porto: Lello & Irmão.
- PAVÃO, J. Almeida. [196?]. “Duas poetisas açorianas”. In Barreto, Costa (org.), *Estrada larga*: antologia dos números especiais, relativos a um lustro, do suplemento “Cultura e Arte” de “O Comércio do Porto”, vol. 3, 431-435. Porto: Porto Editora.
- VAQUINHAS, Irene e GUIMARÃES, Maria Alice Pinto. 2011. “Economia doméstica e governo do lar. Os saberes domésticos e as funções da dona de casa”. In Vaquinhas, Irene (coord.), *História da vida privada em Portugal*, direção de José Mattoso, vol. 3 - «Época contemporânea», 194-221. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates.

MULHERES NO MUNDO DAS ARTES
WOMEN IN THE WORLD OF THE ARTS



A professora de piano Idalina Garcia e um grupo de alunas.
Fonte: *Revista Insula*, n.º 3, agosto de 1934, p. 27.

Modelling as Work? The Employment of Women as Artists' Models, 1850-1870⁵⁰³

Cátia Costa Rodrigues⁵⁰⁴

Introduction

Although scholars have begun to uncover the contributions and practices of women working as models in the nineteenth century, contemporary considerations of artists' models tend to focus on their roles as “muses” and “inspirations”, and to offer biographies as studies of their practices.⁵⁰⁵ Despite their value in unveiling the lives of these women, the “inspirational” nature of these accounts often limits our perception of modelling as a recreational, unpaid occupation, which conflicts with the number of individuals who relied on paid modelling as a source of income. In the words of Frances Borzello, this

picture of models as beautiful females whose role is to inspire and sexually serve the artist is so pervasive, fascinating and easy to swallow that it has succeeded in obscuring the facts. Such stories take no account of artist-model relationships that are not of the inspirational or sexual kind. [...] Professional models have rarely spoken in their own voice and observers have rarely spoken with sense and sympathy on their behalf. (Borzello 1982, 11)

⁵⁰³ The work and research presented in this article are part of a PhD project in progress (2019-2023), funded by AHRC/TECHNE DTP2, conducted at Royal Holloway, University of London.

⁵⁰⁴ Department of English, Royal Holloway, University of London, United Kingdom. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-5825-3375>. E-mail: Catia.CostaRodrigues@rhul.ac.uk

⁵⁰⁵ The following valuable works exemplify the growing interest in female modelling: Ruth Millington, *Muse: Uncovering the hidden figures behind art history's masterpieces* (London: Pegasus Books, 2022); Lucinda Dickens Hawcksley, *Lizzie Siddal: The Tragedy of a Pre-Raphaelite Supermodel* (London: Andre Deutsch Ltd, 2008); Kirsty Stonell Walker, *Stunner: The Rise and Fall of Fanny Cornforth* (UK: Lulu.com, 2006). These works have been crucial in developing our awareness of these women's existence and presence in the artistic circles in which they worked. My aim is to demonstrate how scholarship can build on and complement these contributions to advance our understanding of female paid modelling as a service.

In order to challenge and complicate existing notions of modelling in nineteenth-century Britain, I analyse an underexplored category of modelling: paid modelling as practiced by women. While artists often relied on friends, family and romantic partners to pose for them, many individuals – including women – were also hired by individuals or groups of artists and artistic institutions. This article places these workers in the centre of the discussion to explore a new perspective of female models as workers in the urban and artistic contexts.

The aim of this exploratory paper is to examine the conditions, implications and effects of women working as paid models in 1850-1870, the years preceding what Borzello terms the “golden age of modelling” in the late nineteenth century (1982, 35). I consider two women who were employed as models by artists and artistic institutions, Fanny Eaton (1835-1924) and Anne Ryan (born c.1830), as case studies to inform our understanding of paid modelling as a professional occupation and service. Given the near non-existent number of first-person accounts left by paid models, this study mostly relies on what has been said about, rather than by, the models. The methodologies adopted in this article aim to elevate our understanding of the women’s practices and contributions through addressing the evidence available regarding the nature of their employment relationships in existing scholarship, artists’ diaries and correspondence, and catalogues raisonnés, and by treating surviving sketches of paid models as records of their labour. To further understand their practices, I include in this study an overview of the artistic milieu in which these women worked, thereby further contextualising the conditions preceding the “golden era of modelling”. The discussion ends with a consideration of modelling in relation to commodity culture, particularly in the artistic and cultural sector, phenomena whose growth was contemporary to the increasing demand and supply of modelling services. While elevating our awareness and recognition of paid female models’ work as labour, I explore the extent to which the economic, social, and artistic contexts of mid-nineteenth century influenced the practice and perception of female modelling.

Art and Modelling in Britain in 1850-1870

“How, if the Working-Man be the Working-Man, does he find time to sit to all these artists?” asks a contributor to *Punch* in 1865, referring to members of the working class who were hired as artists’ models.⁵⁰⁶ The idea of modelling as a casual occupation seemed conflicting with the definition of labour, as suggested by the use of “find time” to describe it. The occupation was even more damaging for women working as artists’ models in this period; the frequent association between prostitution and modelling was detrimental to female models’ moral reputations, with sacrificing one’s body in exchange for money being the main link between the two occupations. Scholars have noted that similarities in modelling and prostitution, such as the “repeated hiring” (Nead 1988, 99) and methods for finding work by “circulating on the streets” (Obermueller 2004, 71) furthered the association between the two, thereby preventing the perception of modelling, and female modelling particularly, as a professional and creative practice.

Further to contemporary scholarly analysis, the moral impact of paid modelling on women was also expressed by nineteenth-century figures. The artist and activist Barbara Bodichon (1827-1891), who also modelled – though for free, as a peer – for her friend’s Anna Mary Howitt’s (1824-1884) *Boadicea Brooding over Her Wrongs* (1856), commented on the damaging effects of modelling on a woman’s suitability for marriage by reflecting on the practices of artist and model Elizabeth Siddal (1829-1862):

Now my dear I have got a strong interest in a young girl formerly model to Milais [sic] and Dante Rossetti, now Rossetti’s love and pupil ... Alas! Her life has been hard and full of trials [...]. Dante Rossetti has been an honorable friend to her and I do not doubt if circumstances were favourable would marry her. She is of course under a ban having been a model (tho’ only to 2 PRBs) ergo do not mention it to anyone. (Bodichon to Bessie Parkes, in Marsh, 2010, 164)

Bodichon, whose achievements include advocacy for the compatibility between women’s personal lives and work, condones Siddal for engaging in

⁵⁰⁶ ‘Pictures of the Working-Man’, *Punch*, May 20, 1865, 203.

modelling given the “ban” in marriage it causes.⁵⁰⁷ On the one hand, it is possible Bodichon was not aware that Siddal was not, in fact, being paid for these services.⁵⁰⁸ That is, if Bodichon knew Siddal was modelling for free, both women would be at a similar modelling status, since Bodichon also modelled as a peer. On the other hand, Bodichon’s reasoning for this comment might be related to Siddal’s working-class background, which, contrasting to Bodichon’s middle-class, puts Siddal on a different social path to Bodichon’s. As a result, even if their modelling experiences align, they are not alike. As Deborah Cherry explains, “whereas paid working-class models were often perceived as impure, immoral and unrespectable, a middle-class sitter, especially a friend or family member, was considered to guarantee the purity and respectability of the image” (Cherry 1995, 127). Ultimately, however, this example demonstrates that Bodichon, as someone accustomed to artistic practices, is aware of the potential socially damaging effects paid modelling had on a woman’s reputation.

Although there is no record of Howitt employing models (beyond Bodichon sitting for her depiction of Boadicea), Howitt also became involved in discourses of modelling practices and morality.

What, aunt? people are not always wicked when acting differently to ourselves. “Well, I don’t know, my dear. Only Giuseppe’s daughter is sunk into a model — that’s being as wicked as she can be, and sinking as low, I think, as a creature can.” “I don’t defend her, if she is wicked, aunt,” said Alice, “but her being the subject of an artist’s brush or a sculptor’s chisel, does not in its single sense make her vile [...]” And Alice was going in her enthusiasm to say more, when glancing at worthy Mrs. Silver, she perceived that the good lady kept up a continuous shake of the head, as well as smiled incredulously — so she at once dropped the subject [...]. (Howitt 1862, 262)

Although a work of fiction, the above dialogue between two characters, taken from Howitt’s story “Sisters in Art” (1862), reflects the public’s views

⁵⁰⁷ “It seems hardly worth while to say that there is a prejudice against women accepting money for their work. But there is one, therefore it is as well to say a few words upon it. [...] Most of the work of the world must be done for money. It is of the utmost importance to make that work “stuff o’conscience.” To make all work done for money honourable, is what we should strive for.” (Bodichon, 1857, 47-88)

⁵⁰⁸ Prettejohn brings attention to William Holman Hunt’s (1827-1910) letter to John Lucas Tupper (1823-1879) in the late Summer of 1850, in which he mentions Siddal ‘is not a common model’ (2000, 74).

on modelling. Alice's aunt conveys her opinion that a model is 'wicked' and 'sinking low'. Despite Alice's (who is, herself, an artist) attempts to demystify the model's reputation, her aunt seems to reject her views. In addition to reflecting the wider public's perception of modelling, this excerpt demonstrates the author's awareness of the damaging reputation modelling can cause.

However, the perception and availability of modelling services was not homogenous throughout the nineteenth century. Borzello brings to our attention that a change occurred in the 1870s that made modelling services more widely available. Advertisements for models and model-supporting businesses, such as The Artist's Costume Supply, began to appear in the later decades of the nineteenth century.⁵⁰⁹ Although the public perception of female modelling did not necessarily change, modelling became an official part of the urban London context.

What happened, then, in the years preceding this change that made modelling practices and services more sought after and available? The answer might lie in new aesthetics and artistic principles that made it more necessary for artists to base figures' features on real people's features. In the mid-nineteenth century, realism as an artistic movement began to spread in Europe. More specifically in England, groups such as the Pre-Raphaelite Movement encouraged the employment of paid models. This movement was initiated by a group of artists who were not satisfied with the institutional approach to artistic education put in practice by the Royal Academy of Arts because it favoured embellishment and idealisation of the human figure instead of portraying it as it was: it favoured imagination over reality in the artist's approach.⁵¹⁰ With their claim of being 'true to nature' in their mimetic approaches to art, Pre-Raphaelite artists then demonstrated the need to hire models that would fit their particular vision for the individual artwork, and that would help with this mimetic perspective. The Pre-Raphaelite circle, as a group of artists, began to collectively seek and hire more working-class

⁵⁰⁹ The Artist's Costume Supply was located in 40 Abingdon Road, Kensington 50, London. It was initially advertised on *St James's Gazette*, October 15, 1896, 12. A following announcement appeared in *The Queen*, October 17, 1896, 61.

⁵¹⁰ Mimesis was at the core of the Pre-Raphaelites' aesthetic mission. When forming the "Pre-Raphaelite Brotherhood" (PRB) in 1848, this group of artists were formalising their disagreement with the practices and teachings of the Royal Academy, informed by the views of its first president, Joshua Reynolds (1723-1792). Reynold's views of imagination as of higher importance than nature in advancing the artist's genius had driven, in the opinion of the Pre-Raphaelites, the Royal Academy to fall into denounceable artistic conventions that favoured the unnatural perfecting of the scene portrayed.

people, in particular women, to participate in the artistic construction of their works.⁵¹¹

Although the Pre-Raphaelites were a unique group of artists with a shared artistic agenda that collectively hired models, they were not the only employers of models at this stage; individual artists and artistic institutions, such as the Royal Academy, continued with the employment of (mainly working-class) men and women for modelling purposes.⁵¹² The following case studies of Fanny Eaton and Anne Ryan inform our understanding of the contexts, consequences, and practicalities of women working as paid models, and how their services and practices were shaped by social and cultural phenomena occurring in the mid-nineteenth century.

Case Studies: Fanny Eaton and Anne Ryan

Fanny Eaton was born in 1835 in Jamaica, ten months after the enactment of the abolition of slavery in the British empire. It is believed that her mother, a Jamaican woman, was born into slavery, and that Eaton was an illegitimate child of an English soldier. Eaton moved to England in the 1840s with her mother, and worked as a domestic worker, cook, seamstress, and model.⁵¹³ In England, Eaton married a cab driver, with whom she had ten children.

⁵¹¹ I further explore this in my own doctoral thesis, where I build on scholarship by Elizabeth Prettejohn of the Pre-Raphaelite group as “the first significant artistic movement to treat the labour of the working-class model as worth recording” (2000, 27).

⁵¹² Royal Academy Archives, RAA/TRE/3.

⁵¹³ See Ferrari, 2014 for more about Fanny Eaton’s life and career. Further information about Eaton can be found at the Royal Academy Archives, RAA/TRE/3 *Cashbooks: Life Academy, School of Painting and Exhibition*; The National Archives; Kew, London, England; 1851 England Census; Class: HO107; Piece: 1496; Folio: 790; Page: 16; GSU roll: 87828-87829; 1861 England Census; Class: RG 9; Piece: 105; Folio: 47; Page: 6; GSU roll: 542574; 1871 England Census; Class: RG10; Piece: 257; Folio: 66; Page: 60; GSU roll: 824913.



1 *Portrait of Fanny Eaton*, Simeon Solomon, Graphite on Paper, 1860. The Metropolitan Museum of Art. URL: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/753514>. Public Domain.

Although it is not certain how exactly her modelling began, it was with the Pre-Raphaelite group that her “career” expanded. She was first sketched in 1860 by the artist Simeon Solomon (1840-1905) (**fig. 1**), who then painted her as a Hebrew woman for his *Mother of Moses* in the following year⁵¹⁴. In 1861, she also modelled for Joanna Boyce Wells (1831-1861)⁵¹⁵, who was planning to paint her as the Syrian Queen Zenobia, but died before she managed to paint it (**fig. 2**). In the same year, she posed as an Indian woman for Rebecca Solomon’s (1832-1886) *The Young Teacher*⁵¹⁶, and again in 1865 for Dante Gabriel Rossetti’s (1828-1882) *The Beloved*⁵¹⁷. She was transformed into a Hebrew woman again in 1867 by John Everett Millais’ (1829-1896) for his *Jephthah*⁵¹⁸. Although Eaton developed her ‘modelling career’ with

⁵¹⁴ *Mother of Moses*, Simeon Solomon, 1860, Oil on Canvas. Delaware Art Museum. URL: <https://emuseum.delart.org/objects/8619/the-mother-of-moses>

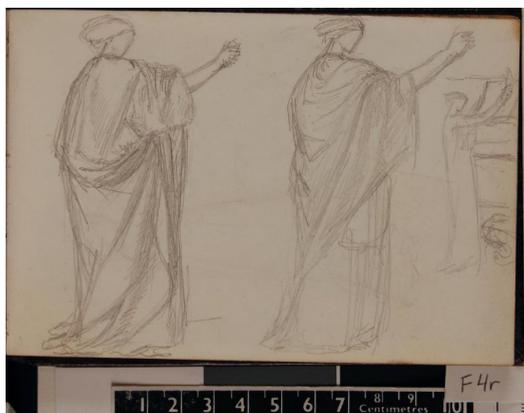
⁵¹⁵ *Head of Mrs Eaton*, Joanna Boyce Wells, 1861, Oil on Paper. Yale Center for British Art.

⁵¹⁶ *The Young Teacher*, Rebecca Solomon, 1861, Oil on Canvas. Private Collection.

⁵¹⁷ *The Beloved*, by Dante Gabriel Rossetti, 1865-6, Oil on Canvas, URL: <https://www.tate.org.uk/art/artworks/rossetti-the-beloved-the-bride-n03053>. Eaton posed for the bridesmaid on the right side, in the background.

⁵¹⁸ *Jephthah*, John Everett Millais, 1867, Oil on Canvas. National Museum Wales. URL: https://museum.wales/art/online/?action=show_item&item=1316. Eaton modelled for the figure on the right hand side of the background, dressed in orange-yellow clothing.

the Pre-Raphaelite group, she was also employed by the Royal Academy in 1860s.⁵¹⁹



2 Sketch of Fanny Eaton as Queen Zenobia, Joanna Boyce Wells, Graphite on Paper, 1860-1. British Museum. URL: <https://www.britishmuseum.org/collection/image/831215001>. © The Trustees of the British Museum. Shared under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0) licence.

From the limited information available about Anne Ryan, it is likely she was born around 1830.⁵²⁰ Like Eaton, Ryan also modelled for the Royal Academy, but most of her modelling was done for the Pre-Raphaelite group. The first written record of Ryan by an artist is found in George Boyce's (1826-1897) diary in 1852. Boyce described her as "a beautiful girl of North Irish expression, [...] a dark though warm glowing clear complexion".⁵²¹ Ryan modelled for sketches by George Boyce, initial sketches for the woman holding a child in Ford Madox Brown's (1821-1893) *Waiting*⁵²², the women in Millais' *A Huguenot* (**fig. 3**) and *The Proscribed Royalist* (**fig. 4**), and a portrait by the same artist⁵²³. Unlike Fanny Eaton, who continued to model after her mar-

⁵¹⁹ Royal Academy Archives, RAA/TRE/3. Although a 'Miss Eaton' was also hired by the Royal Academy in 1874-1979, it is not clear whether this was Eaton herself or her daughter, who is thought to also have begun modelling around this period. Eaton's modelling "career" ceased around the same period.

⁵²⁰ There are three entries for "Anne Ryan" in the 1851 census: a 22-year-old servant, a 21-year-old dress maker, and a 19-year-old servant. See The National Archives; Kew, London, England; 1851; Class: HO107; Piece: 1565; Folio: 293; Page: 49; GSU roll: 174798 / Class: HO107; Piece: 1507; Folio: 76; Page: 80; GSU roll: 87841 / Class: HO107; Piece: 1504; Folio: 378; Page: 34; GSU roll: 87838.

⁵²¹ George Boyce's diary entry, January 5, 1852. Transcribed in Sue Bradbury (ed.), *The Boyce Papers: The Letters and Diaries of Joanna Boyce, Henry Wells and George Price Boyce* (Woodbridge: The Boydell Press, 2019), p. 1075.

⁵²² *Waiting*, Ford Madox Brown, 1854-5, Oil on Canvas. Walker Art Gallery. URL: <https://victorianweb.org/painting/fmb/paintings/25.html>

⁵²³ *Miss Anne Ryan*, John Everett Millais, Oil on Canvas, Undated, URL: <https://www.tate.org.uk/art/artworks/millais-miss-anne-ryan-n04536>

riage, Ryan modelled in her early 20s, but the visual records of her labour cease after her marriage. Ryan’s case is, indeed, the norm with female models: although some women do work as models occasionally after their marriage, most paid models are young, unmarried, and working class.



3 *A Huguenot: Study of Figures*, John Everett Millais, Graphite on Paper, 1850-1. Birmingham Museum and Art Gallery. URL: <https://dams.birminghammuseums.org.uk/asset-bank/action/viewAsset?id=20737&index=1&total=2&view=viewSearchItem>. Public domain.



4 *Sketch for "The Proscribed Royalist"*, John Everett Millais, Graphite on Paper, 1852. Birmingham Museum and Art Gallery. URL: <https://dams.birminghammuseums.org.uk/asset-bank/action/viewAsset?id=20662&index=0&total=3&view=viewSearchItem>. Public domain.

Although contemporary notions of the figure of the “model” often link it to celebrity status, paid models were publicly anonymous in the nineteenth century (Marsh 2019, 16). While models such as Ryan and Eaton were successful and recognised among the aforementioned artistic circles, they were not known by the public who perceived, judged, and purchased the art in which they appeared. In fact, as mentioned, female paid models’ moral reputation was similar to that of prostitutes. Another aspect revealing of this is the fact that, on average, female models’ wages were higher than male models’. While financially beneficial to the women, the higher wages – what Martin Postle terms ‘shame money’ (2006, 12) – served as recompense for the potential social damages of their occupation, which did not occur with men.

Modelling was a potentially financially rewarding occupation for women. Although the wages depended on the employer, modelling could provide higher wages than other typical working-class occupations such as domestic work. Fanny Eaton, for instance, earned 5 shillings per two-hour sitting at the Royal Academy.⁵²⁴ On average, a maid would earn 15 pounds for a whole year (Mitchell 1996, 55-6). Therefore, Eaton would only need to sit for an average sixty sessions to receive the equivalent of a year’s salary for a maid.⁵²⁵

Modelling also provided a more flexible routine, as it did not require the same level of commitment as domestic work, such as working as a maid. This does not exclude the possibility that there was still physical labour involved in the process: for instance, George Boyce recounts a session where Anne Ryan fainted during a sitting.⁵²⁶ Although it was not an effortless job, the financial rewards provided by modelling could appear appealing to working-class women with limited access to financial stability.

Commodifying Modelling

The increasing expansion of professional modelling and its associated services in the mid-nineteenth century, and which led Borzello to consider the later decades as the “golden era”, coincided with the growth of commodity culture in Britain. With the growing advertising culture, the nineteenth

⁵²⁴ Royal Academy Archives, RAA/TRE/3

⁵²⁵ In today’s currency, 5 shillings amount to £15/17€, and £15 amount to approximately £900/1000€. See The National Archives Website: Currency converter: 1270–2017.

⁵²⁶ George Boyce’s diary entry, January 5, 1852: “She fainted away during the sitting, which was only of about an hour” (Bradbury 2019, 1075).

century witnessed a paradigmatic shift in economics of exchanges, transactions, and publicity. More specifically in cultural and artistic contexts, the Great Exhibition of 1851 served as both driver and example of this new culture. As Thomas Richards explains,

the Exhibition advertisers learned that the best way to sell people commodities was to sell them the ideology of England, from the national identity embodied in the monarchy to the imperial expansion [...], from the many diseases threatening the national health to the many boundaries separating classes and genders [...]. Soon the commodity culture of the advertising industry ranged far and wide over social life in Victorian England. (Richards 1991, 5)

Reviewing female paid modelling practices, especially Eaton's and Ryan's, through the lens of nineteenth-century commodity culture provides a new insight into the artist-paid model dynamics that contributes to the notion of paid modelling as a professional business transaction. Rather than a muse whose presence is simply inspirational for the artist, the model as a professional worker enters a contractual relationship with the artist whereby they contribute to the social, creative, and artistic value.

In one sense the model is a figure of ancient myth, the chaste ideal, the smooth-skinned, classical muse; but in another she is a new marketable commodity, and her story is the story of becoming a woman professional. In this second sense, the rise of the artist's female model marks a significant development in nineteenth-century cultural history (Desmarais 2006, 47)

Jane Desmarais recognises here the potential double-nature of female modelling: whereas posing for free, as exemplified by Bodichon's modelling for Howitt, might lead to a romanticised consideration of the model as inspiring, the financial transaction involved in paid modelling requires a re-evaluation of this occupation as a "marketable commodity".

Commodifying modelling is nonetheless not limited to the financial aspect, as the adaptability of the models' roles also plays a role in this commodification. Browsing through the artworks for which Eaton and Ryan modelled provides a glimpse of the various roles for which models were hired to pose. While the tendency in Ryan's career is to model for women of different status

and periods – a Victorian middle-class woman in *Waiting*, a sixteenth-century aristocratic girl in *Huguenot*, or a seventeenth-century Puritan woman in *The Proscribed Royalist* – Eaton’s roles are different in that the artists always seemed to change her ethnicity when painting her. As Marsh explains, her employment by several artists for multiple ethnicities “illustrates the way an individual’s appearance could be deployed for fictional figures ethnically distinct from her own – as an ancient Hebrew, Arab or Libyan” (Marsh 2006, 20). On the one hand, artists did not necessarily know the origins of their models. Rossetti, who painted her as an Indian woman in *The Beloved*, thought she was from India. Britain’s lack of knowledge “about other lands and especially Africa aroused a desire for knowledge that was fed by more or less documentary pictorial images” (Marsh 2006, 21). While the fact that Black models were not abundantly hired by artists in nineteenth-century Britain made Eaton’s unique appearance more suitable to represent certain ethnicities than her white peers, this adaptation of Eaton’s identity might also be related to Britain’s colonial position. The repurposing of Eaton’s race and ethnicity for the construction of the artworks resembled the acts of re-appropriation conducted by Britain as a means of colonial and economic oppression. To some extent, the British colonial gaze and attitude are reflected in the repurposing of Eaton’s race and ethnicity to convey what can be perceived as a generalised non-white otherness. Considering Richards’ theory of advertising strategies for “selling” in the nineteenth century (Richards 1991, 5), appealing to an audience of potential buyers, patrons, art critics, or connoisseurs would contribute to an artist’s public development, visibility and, consequently, success. As a result, modelling, and Eaton’s modelling specifically, became a commodity through which the artists expanded and sold their own aesthetics by relating it to a contemporary phenomenon and ideology: the “imperial expansion” that characterised English identity.

Ryan’s services also illustrate the idea of modelling as commodity. Millais’ son notes his father’s sentiment of guilt towards Anne Ryan’s seemingly tragic fate:

Alas for Miss Ryan! Her beauty proved a fatal gift: she married an ostler, and her later history is a sad one. My father was always reluctant to speak of it, feelings perhaps that the publicity he had given to her beauty might in some small measure have helped (as the saying is) to turn her head. (Millais 1899, 149)

This record conveys the idea that Millais, as the artist and employer who frequently hired Ryan, encouraged Ryan's mysterious and tragic fate by promoting her beauty through her employment as a model. This would then illustrate the artists' awareness of the moral implications of modelling when interacting with the models they employed. This, however, does not interfere in their employment of models, as the artists continue to consciously contribute to the potential moral damage of the female model by employing them. My point here is not to argue towards a negative view of artists employing women as models, as there were benefits for both parties to engage in this service. What is noteworthy, however, is the conscious exchange of services and values: the artists, as employers with their own aesthetic values in mind, knew the potential consequences of modelling on women, but still proceeded with these interactions. The process of commodification through engagement with "ideology of England" is here achieved by addressing "national identity" (Richards 1991, 5), particularly as it pertains to social and class values. This desire for employing models despite the moral consequences suggests that these models were becoming a commodity which positively influenced the value of the artists' works. As the artist-employer, Millais profits from the paid model's services regardless of the moral effects this employment might bring her.

Commodification of people, and models specifically, was thus part of the new commodity culture of the nineteenth century. In their commodification of models for the art's sake, artists were engaging in contemporary phenomena, thereby performing what Richards identified as "the best way to sell people commodities" (Richards 1991, 5). In addition to being required by the aesthetics developed through new artistic movements in Britain, modelling was caught in the general tendency to publicise, promote, and exchange of the mid-nineteenth century. This shift in perspective for reviewing modelling practices is aligned with Patricia Zakreski's discussion of public perceptions of actresses in the nineteenth century:

Shifting attention from the mere physical display of an actress's body onstage to the work she was doing also shifted the issue of commodification of the actress from the sexual to the industrial economy. To focus on acting as a form of work rather than sexual display, then, meant redeeming the image of the actress in the eyes of the middle class. (Zakreski 2006, 147)

Like the actress and the prostitute, the female paid model was perceived as a sexualised service. Recognising the increasing practice and demand of this occupation as a consequence of rising industrial and commodity cultures – heavily middle-class phenomena – would morally justify and, as Zakreski puts it, “redeem” its existence. Indeed, there was a “social obsession” with prostitution (Chadwick 1990, 198) rooted in the middle-classes’ concern with its own maintenance of moral purity. As Nead explains, the existence of prostitution “kept the middle-class women pure” (Nead 1988, 50) by emphasising the middle class’ moral values as a contrast to the perceived immorality of prostitution. In modelling, middle-class women, such as Bodichon, posed for free, thereby contrasting with working-class practices evidenced by Ryan and Eaton. Despite its socially-condemning effects, professional modelling as considered in this paper was part of the economic, cultural and social developments, and had a crucial role in developing aesthetics in the nineteenth century.

Conclusion

Whilst arguing towards a reconsideration of modelling as artistic labour conducted by women, I explored the contexts and effects of modelling as a female occupation in the mid-nineteenth century. To complement existing studies of modelling, such as Borzello’s, in which the author terms the late nineteenth century the ‘golden age of modelling’, I addressed the years leading to this phenomenon, and which allow us to further comprehend how this (female) occupation developed. Indeed, there was a combination of social, cultural and artistic phenomena that made modelling more widely desired and available as a professional service. While realism as an artistic movement gained more followers, the growth in advertisement and commodity culture affected the way artists engaged with these phenomena to develop their art. As part of this engagement, models, and female models specifically, became a commodity that enabled artistic expansion. Although the models themselves were essentially anonymous in their own period, the greater visibility and availability they received allowed for modelling, as a job, to expand, allowing us to today shed light on the individual and collective contributions of women, as workers and models.

Archival sources

British Library

- *Punch: or the London Charivari*, Vol. 48, May 20, 1865.
- Howitt, Anna Mary, "Sisters in Art", *The Illustrated Exhibitor and Magazine of Art*, July 1862, 214-364.

British Newspaper Archive

- "The Artists' Costume Supply", *The Queen*, October 17, 1896, 61.
- "Woman's World", *St James's Gazette*, October 15, 1896, 12.

Royal Academy of Arts Archive

- RAA/TRE/3: Cashbooks: Life Academy, School of Painting and Exhibition, 1825-1881.

The National Archives

- 1851 England Census,
 - Class: HO107; Piece: 1496; Folio: 790; Page: 16; GSU roll: 87828-87829.
 - Class: HO107; Piece: 1565; Folio: 293; Page: 49; GSU roll: 174798.
 - Class: HO107; Piece: 1507; Folio: 76; Page: 80; GSU roll: 87841.
 - Class: HO107; Piece: 1504; Folio: 378; Page: 34; GSU roll: 87838.
- 1861 England Census,
 - Class: RG 9; Piece: 105; Folio: 47; Page: 6; GSU roll: 542574.
- 1871 England Census,
 - Class: RG10; Piece: 257; Folio: 66; Page: 60; GSU roll: 824913.
- Currency Converter: 1270-2017, The National Archives Website: <https://www.nationalarchives.gov.uk/currency-converter/> (accessed 24 July 2022).

Bibliography

- BODICHON, Barbara Leigh Smith. 1857. *Women and Work*. London: Bosworth and Harrison.
- BORZELLO, Frances Borzello. 1982. *Artist's Model*. London: Junction Books.
- BRADBURY, Sue. 2019. *The Boyce Papers: The Letters and Diaries of Joanna Boyce, Henry Wells and George Price Boyce*. Woodbridge: The Boydell Press.
- CHADWICK, Whitney Chadwick. 1990. *Women, Art, and Society*. London: Thames & Hudson Ltd.
- CHERRY, Deborah. 1995. *Painting Women: Victorian Women Artists*. London: Routledge.
- DESMARAIS, Jane, Postle, Martin and Vaughan, William. 2006. *Model and Supermodel: The Artists' Model in British Art and Culture*. Manchester University Press.
- FERRARI, Roberto C. 2014. "Fanny Eaton: The 'Other' Pre-Raphaelite Model". *PRS Review* 22: 3-19. Accessed 20/09/2021. <https://doi.org/10.7916/D8X92900>
- MARSH, Jan. 2006. "The Black Presence in British Art 1800-1900: Introduction and Overview". In *Black Victorians: Black People in British Art 1800-1900*, edited by Jan Marsh, 12-22. Aldershot: Lund Humphries.

- MARSH, Jan. 2010. *The Legend of Elizabeth Siddal*. London: Quartet Books.
- MARSH, Jan. 2019. "Pre-Raphaelite Models". In *Pre-Raphaelite Sisters*, edited by Jan Marsh. London: National Portrait Gallery.
- MILLAIS, John. 1899. *Life and Letters of Sir John Millais*, edited by John Guille. London: Methuen & Co.
- MITCHELL, Sally. 1996. *Daily Life in Victorian England*. Westport: Greenwood Press.
- NEAD, Lynda. 1988. *Myths of Sexuality: Representations of Women in Victorian Britain*. Massachusetts: Basil Blackwell.
- OBERMUELLER, Erin. 2004. "The Artist's Model in Mid-Victorian Women's Fiction". *Women's Writing* 11: 52-72. Accessed 20/09/2021. <https://doi.org/10.1080/09699080400200217>
- POSTLE, Martin. 2006. "Naked Civil Servants: The Professional Life Model in British Art and Society". In *Model and Supermodel: The Artist's Model in British Art and Culture*, edited by Jane Desmarais, Martin Postle and William Vaughan, 24-46. Manchester: Manchester University Press.
- PRETTEJOHN, Elizabeth. 2000. *The Art of the Pre-Raphaelites*. London: Tate Publishing.
- RICHARDS, Thomas. 1991. *The Commodity Culture of Victorian England: Advertising and Spectacle, 1851-1914*. London: Verso.
- ROSSETTI, William Michael. 1895. *Dante Gabriel Rossetti: His Family-Letters with a Memoir* (Volume One). London: Ellis.
- SURTEES, Virginia. 1981. *The Diary of Ford Madox Brown*. London: Yale University Press.
- ZAKRESKI, Patricia. 2006. *Representing Female Artistic Labour, 1848-1890: Refining Work for the Middle-Class Woman*. Aldershot: Ashgate.

Mulheres músicas em Braga nos finais do século XIX e princípios do século XX

*Elisa Lessa*⁵²⁷

Introdução

As novas práticas e espaços de sociabilidade emergiram na segunda metade do século XVIII afirmando-se em meio urbano com vivências culturais que permitiram identificar e caracterizar identidades sonoras de um determinado lugar. Como bem afirma Maria Antónia Lopes “a nova sociabilidade setecentista, tanto em Lisboa como no Porto, havia provocado transformações no quotidiano, nos espaços feminino e masculino, na educação, nas práticas culturais e de espetáculo e na reformulação das representações da sociedade e dos papéis sociais dos dois sexos” (Lopes 2016, 110). Já no século XIX, Esteireiro (2016) referindo-se à cultura musical em redor do piano entre os anos de 1821 a 1930 na Ilha da Madeira, refere a existência de saraus privados e concertos públicos em que a prática do piano era o motivo de entretenimento principal. Este fenómeno iniciou-se na capital ao redor de 1810 (Brito & Cranmer 1990) espalhando-se depois pelas cidades de província realizando-se nas casas das famílias com alguma notabilidade social. Este tipo de sociabilidade urbana exigiu uma nova configuração dos espaços nas casas, com seus salões de música, em que o piano era como já se afirmou uma fonte de animação e divertimento familiar. A dinamização musical nos convívios cabia principalmente às mulheres. Nos seus tempos livres, além de terem as suas aulas particulares, preparavam um repertório musical de cariz brilhante, constituído de um modo geral por valsas, quadrilhas e outras danças, fantasias, divertimentos e canções para voz e piano.

⁵²⁷ CEHUM, Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Portugal

Contextos de interpretação musical feminina na cidade de Braga

Na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do séc. XX a expansão urbana, com a criação de avenidas e parques nas cidades, dava lugar à criação de espaços intimistas típicos dos ideais do romantismo, nomeadamente praças ajardinadas ou jardins públicos que além de introduzirem uma nova configuração urbana trouxeram outras práticas de sociabilidade, de cultura e lazer. Em Braga, o Teatro S. Geraldo havia sido fundado em 1860, mantendo-se activo até à abertura do novo teatro - o Theatro Circo - inaugurado em 1915 com o espectáculo de opereta “A Rainha das Rosas”, da companhia de Teatro Éden. A tradição de espectáculos de opereta e zarzuela vinha já do passado no Teatro S. Geraldo. Foram muitas as mulheres, sobretudo cantoras que actuaram com êxito nos dois teatros da cidade.

A programação no Theatro Circo, na primeira metade do século XX era variada, desde cinema, espectáculos musicais e teatrais, variedades, concertos e outro tipo de eventos designadamente conferências culturais e políticas e até congressos católicos. O cinema mudo exigia grupos residentes de músicos que além de realizarem o suporte sonoro dos filmes, actuavam nos intervalos. Nesses grupos participavam artistas portuguesas e estrangeiras que aqui tinham trabalho. O surgimento de associações de lazer e práticas artísticas em Portugal havia trazido a democratização da fruição musical. A cidade tinha nos finais do século XIX e princípios do século seguinte uma intensa actividade musical com vários clubes musicais e associações culturais e recreativas com seus *ensembles instrumentais* em que as mulheres se destacavam como instrumentistas. “Mais ou menos luxuosos, consoante os públicos a que se destinavam, também os cafés se tornaram verdadeiros ícones sociais por toda a Europa” (Pimentel 2014, 254).

Nos princípios do século XX os cafés iriam tornar-se cada vez mais intelectuais e culturais, surgindo a designação de “café cultural”. Eram locais de diversão e convívio, e proporcionavam aos seus clientes, actividades do foro cultural, designadamente debates sobre temas variados, tertúlias, encontros de negócios, jogos, concertos musicais, peças de teatro, declamações, entre outros. No Minho, os hotéis, sobretudo das estâncias termais e sacro montes, como o Bom Jesus, no desejo de proporcionar momentos de lazer e fruição musical aos seus hóspedes, contratavam músicos profissionais que circulavam na região. Nos livros de despesa dos hotéis da Confra-

ria do Bom Jesus do Monte os artistas que ali actuavam vêm mencionados como “músicos de propaganda” sendo a música um modo de atrair os clientes (Lessa 2018, 186). Em todos estes espaços de prática musical foi possível identificar mulheres músicas, cantoras e instrumentistas que, além de exercerem uma intensa actividade profissional remunerada nos contextos já citados, participavam em inúmeros espectáculos de beneficência e em cerimónias religiosas, embora neste último contexto, fosse maioritariamente realizado por artistas amadoras.

O piano, um instrumento de eleição

Nas salas da burguesia, nos espaços ou nos salões luxuosos da aristocracia, o piano detinha um papel de destaque. O instrumento fazia parte dos entretenimentos familiares desde o primeiro quartel do século XIX, e estava associado à vida quotidiana. Sabe-se que entre os anos de 1861 e 1890, entraram pelas alfândegas portuguesas, em média, 500 pianos por ano (Casção 1993, 524). A música amadora tocada em casa, ao piano, era protagonizada pelas mulheres já que a estas estava predestinada a vida doméstica. Nas cidades de província, a aprendizagem do piano era vista essencialmente como uma questão de educação num evidente distanciamento da instrução formal.

Considerado o instrumento mais apropriado do género feminino no século XIX (Meling 2018, 2), tal visão iria prolongar-se no século seguinte. Alguns dos factores que contribuíram para a eleição do instrumento de tecla como parte da educação feminina são, entre outros, a funcionalidade do piano, uma vez que é possível obter um som de boa qualidade, mesmo por amadores, algo que não acontece com outros instrumentos de sopro ou de cordas, e o facto de ser um instrumento versátil como instrumento solo e de música de câmara. Um segundo factor está relacionado com a condição física do piano, já que se trata de um instrumento de difícil transporte, sendo o local de preferência a casa, à semelhança das mulheres. O entretenimento nos serões privados decorridos em ambiente familiar ou juntamente com convidados era, em boa parte dos casos, da responsabilidade da mulher. A interpretação ao piano dava-lhe não só a capacidade de entreter os seus familiares e convidados, como também de ocupar o seu tempo de ócio.

O piano não podia estar mais dentro destes requisitos tornando-se símbolo de riqueza e de uma boa educação, uma vez que a posse e a apren-

dizagem do mesmo eram meios de afirmação social da burguesia. De forma gradual, tornou-se parte integrante da educação feminina, atribuindo requinte e elegância às jovens raparigas através do estudo de repertório musical erudito e de uma estética transmitida pela postura virtuosa da mulher sentada ao piano, muitas vezes vista como imagem de sedução e enamoramento. Tocar piano tornou-se uma das *realizações e conquistas* das jovens, para se destacarem como boas escolhas para o matrimónio (Meling 2018, 5). Neste contexto, saber cantar e tocar piano, poderia ser factor importante para obter um bom casamento. Como afirma Maria Edgeworth “As *conquistas* são recursos tão encantadores para mulheres jovens, mantêm-nas fora de perigo, fazem passar uma grande parte do seu tempo ocioso tão agradavelmente para si próprias e para os outros!”⁵²⁸ O casamento e a constituição de uma família eram as tarefas mais importantes na vida de uma mulher, pelo que ter a música como uma espécie de dote, e especificamente o piano, era fundamental. As mulheres utilizavam as suas habilidades pianísticas não só para causar boa impressão e proporcionar momentos de deleite e prazer, como também os utilizavam como forma de expressão emocional (Meling 2018). A prática do piano e o próprio instrumento em si eram símbolos de sedução no século XIX, comprovando-se que as mulheres daquele tempo expressavam o seu poder de sedução através do instrumento musical. O piano legitimou a expressão dos sentimentos amorosos, incorporando-os numa estrutura socialmente aceite. Para Meling “O piano era o centro do amor, da comunicação íntima, do romance e do casamento. E tudo aquilo que era associado à prática do piano poderia ser um sinal de romance” (Meling 2018, 11).

O ensino da música no contexto feminino português

No século XIX, a educação das jovens raparigas era predominantemente particular. O ensino era ministrado em casa, pelas próprias progenitoras, responsáveis pela primeira instrução dos seus descendentes, ou em colégios e institutos religiosos. Contudo, a maioria das mães não tinha literacia suficiente que permitisse uma boa instrução e formação artística das suas filhas

⁵²⁸ Maria Edgeworth, “Practical Education” (1798), capítulo 20 de *On Female Accomplishments, Masters, and Governesses*, p.282. Citado por Lise Meling, no artigo “*The Lady at the piano*”: *From innocent pastime to intimate discourse* (2018), p.5. Tradução livre.

e, por essa razão, as famílias das classes sociais mais elevadas contratavam mestras educativas de forma a garantir uma educação mais aprimorada (Pedro 2006, 178). Como afirma Irene Vaquinhas, a boa educação da mulher espelhava o seu papel na sociedade, restringindo-a à vida doméstica, essencialmente às obrigações familiares e maternais. A função da mulher era a de ser mãe, esposa e dona de casa. Uma instrução mais avançada era indesejável numa rapariga, considerando-se que “intelectualidade não rimava com feminilidade” (Vaquinhas 2000, 96). Todavia, o ensino musical era fundamental na formação das jovens raparigas das classes sociais mais elevadas em que o ensino da música, em contexto feminino, tinha como principal palco o ensino particular. Em Lisboa, a partir de meados do século XIX houve, no entanto, uma grande adesão de jovens alunas ao ensino da música institucionalizado, com a criação do Conservatório Nacional. É em 1836, após a extinção do Seminário da Patriarcal do Convento de Santa Catarina que surge esta nova instituição de ensino de música em Portugal – o Conservatório de Música Nacional. A partir da década de 1870, a maioria dos discentes do Conservatório eram do sexo feminino. Georgina Ribas (1882-1951), natural de Angola, filha de pai comerciante brasileiro e de mãe angolana, descendente do barão de Cabinda, foi uma das jovens diplomadas em piano no Conservatório Nacional de Lisboa, sendo depois professora de música. Georgina esteve ligada às organizações dos movimentos negros e feministas da sua época. O seu filho, Tomaz Ribas, foi um reconhecido musicólogo, escritor, crítico de dança e de teatro (Varela; Pereira 2020, 20). Todavia, algumas das jovens raparigas, senão a maior parte, procuravam nesta escola uma formação amadora, aspecto que diminuía, segundo alguns professores, a qualidade do ensino (Paz 2014, 471). Durante o século anterior, o termo amador referia-se quase sempre a um instrumentista ou cantor de bom nível, homem ou mulher, oriundo da classe média alta ou mesmo da nobreza. Com a criação do conservatório iria recomeçar “a longa história que dividiria os músicos profissionais dos amadores” (Paz 2018, 172). Uma divisão essencialmente relacionada com o estatuto social do músico. Em Braga, o conservatório de música viria a ser fundado apenas no final da década de 50 do século XX.

Trabalho no feminino, professora de piano

Entre 1812 e 1880, são poucas as mulheres que leccionam neste ramo e note-se que algumas, pertencendo à classe social alta, davam aulas sem serem remuneradas. Em finais do século verifica-se um aumento de mulheres a leccionar piano como profissão remunerada, ultrapassando o número de professores do sexo masculino (Esteireiro 2016, 127). É neste contexto que identificamos até agora um número significativo de professoras de piano que trabalharam em Braga na época em estudo (**Fig.1**).

Nome	Percurso profissional	Estatuto
Amaral , Maria das Dores [Porto, 1909- Viana do Castelo, depois de 1958]	Professora particular e no Colégio Dublin	Diplomada [Curso Superior Conservatório do Porto]
Cardoso , Militina Júlia [Lisboa, 1869- 1950]	Professora particular e na Escola Primária Superior, Instituto de Ensino Normal	Curso de Rudimentos e 3º ano de piano no Conservatório de Música de Lisboa
Carneiro , Maria de Oliveira Campos [Póvoa do Varzim, 1892 – depois de 1959]	Professora particular e no Colégio Dublin	Formação musical adquirida no Colégio das Doroteias da Póvoa do Varzim
Chaves , Maria Ramos de Macedo [Braga ? – Lisboa, 1929]	Professora particular	Formação com a mãe Adelaide Carolina Ramos
Lobo , Maria da Conceição Ramazzotte [Lisboa, 1884 - Braga, 1955]	Professora particular	Diplomada [Curso Superior Conservatório de Lisboa]
Ramos , Adelaide Carolina [Coimbra, 1844 – Braga, 1924]	Professora particular e cantora	?
Santos Moreira , Branca Lopes dos [Braga, ? – Braga, depois de 1955]	Professora particular em Vila Nova de Famalicão	Formação particular com Adelaide Carolina Ramos e professores do Conservatório do Porto
Sá Tinoco , Engrácia Moreira de [Vila Nova de Famalicão, 1859- Braga, 1935]	Professora particular	Formação particular com consagrados pianistas portuenses

1 Algumas professoras de piano em Braga nos finais do século XIX e primeira metade do Século XX (Carneiro 1959)

Engrácia de Sá Tinoco (1859-1935) estudou piano com sua mãe, pianista amadora, recebendo depois lições de canto e teoria musical e de aperfeiçoamento em piano com mestres do Porto. Engrácia era irmã do violinista e musicólogo Bernardo Valentim Moreira de Sá (1853-1924), figura de grande prestígio e cultura, que viria a ser avô de duas artistas notáveis: a pianista Helena Sá e Costa (1913 - 2006) e a sua irmã, a violoncelista Madalena Sá e Costa (1915-2022). Quando Engrácia de Sá Tinoco faleceu, um dos jornais locais noticiou a sua morte, enaltecendo-a como pessoa e como profissional. O texto é particularmente curioso porque ao evidenciar a sua actividade profissional, a dedicação à família e as qualidades como esposa são também realçadas. Este aspecto é comum de um modo geral nas referências encontradas na imprensa local sobre as mulheres artistas que trabalhavam como professoras de piano.

Necrologia – Engrácia de Sá Tinoco

[...] A saudosa extinta contava 76 anos de idade. Possuidora duma afectividade que a impunha e admiração de quantos se honravam com a sua amizade era, paralelamente, um espírito vivo e cintilante que entroncava numa verdadeira dinastia de grandes artistas. Consagrou uma larga parte da sua vida ao ensino da música e do piano, que depois da família, constituía a grande paixão da sua vida. Foi esta ilustre Senhora que a cidade inteira conhecida pelo seu labor fecundo e pela sua elegância moral – pela hierarquia da sua inteligência e da sua sensibilidade – que ontem faleceu [...]⁵²⁹.

Maria da Conceição Ramazzotte Lobo [Lisboa, 1884 - Braga, 1955] com apenas 18 anos era já detentora do diploma de piano do Conservatório de Lisboa. Vindo para Braga, exerceu a profissão de professora particular de piano durante anos, só interrompida pela doença.

Avaliadas publicamente pelo seu trabalho, através das audições dos seus alunos, jovens rapazes em menor número e um grande número de jovens meninas aprendizes de piano preparavam as melhores alunas, a pedido das famílias, para realizarem exames de admissão ao Conservatório de Música do Porto, onde completavam os estudos oficiais e superiores de piano. Além das professoras de piano elencadas, são ainda conhecidas outras pia-

⁵²⁹ Biblioteca Pública de Braga, *Correio do Minho*, 5 de Maio de 1935.

nistas, com uma intensa actividade como intérpretes nos teatros e cafés da cidade, que eram também professoras de música e do instrumento (Fig.2).

Nome	Actividade	Estatuto
Bastos , Ermelinda Borges Pacheco Braga, ? Braga, depois de 1959	Colégio Sagrado Coração de Maria/ Guimarães e Braga Professora particular	Diplomada [Curso Superior Conservatório do Porto]
Dias , Felicidade da Apresentação Luz Ferreira Braga, 1861- Braga, 1929	Professora particular Pianista nos teatros em Braga, estâncias termais e cafés e espectáculos de beneficência	?
Ferrieux , Henriette Artista francesa Em Braga em 1918- Paris, depois de 1956	Pianista do <i>Quinteto Torta</i> no Theatro Circo e Cafés Professora particular	?
Olímpia Baptista (1898-depois de 1959).	Pianista no <i>Palace Club</i> e <i>Café Viana</i> . Concertos no <i>Theatro Circo</i>	Curso Superior de Piano no Conservatório de Música do Porto
Policarpo Teixeira, Maria Margarida Fernandes Guimarães, 1905 – Braga, depois de 1959	Pianista nos teatros das cidades de Guimarães e Braga, Cafés e estâncias termais Professora particular e pianista acompanhadora do Conservatório Regional de Braga	Formação particular com o pai e irmão

2. Algumas pianistas e professoras de piano em Braga nos finais do século XIX e primeira metade do Século XX (Carneiro 1959)

Não conhecemos até agora a formação musical de **Felicidade Dias (1861-1930)**. Todavia, ela foi uma incansável profissional como pianista e como professora de piano. O seu biógrafo diz-nos que Felicidade Dias exerceu a sua profissão nos dois teatros da cidade. Primeiro, no Teatro S. Geraldo e depois no *Theatro Circo*, participando em conjunto com os grupos musicais residentes durante as sessões de cinema mudo, actuando também a solo nos intervalos das sessões cinematográficas e integrando inúmeros espectáculos músico-teatrais. Actuou ainda em pequenos conjuntos orquestrais no Ateneu Comercial e na Associação de Classe Comercial de Caixeiros de Braga, onde acompanhavam amadores de teatro em récitas realizadas em vários recintos públicos. A pianista, era casada com José Avelino, um ilusionista amador falecido em Abril de 1926. Em Maio desse ano, o Theatro Circo promoveu um espectáculo à memória do seu marido, cuja receita reverteu a favor de Felicidade Dias e onde esta participou. Além de toda esta actividade, era contratada nas épocas estivais, integrando os grupos musicais que se exi-

biam nos famosos cafés da praia notenha da Póvoa do Varzim, nas estâncias termais de Caldelas e Caldas de Moledo e nos hotéis do Gerês e do Bom Jesus do Monte.

[...] Na qualidade de professora de piano, ministrou os seus ensinamentos a inúmeras meninas bracarenses, que muito a estimavam, desenvolvendo, nesse campo, uma grande actividade profissional e sendo uma professora muito considerada no seu tempo. Esposa exemplar, dotada duma esmerada educação e nobres sentimentos, D. Felicidade Dias vivia para a sua arte e para a família, estando sempre pronta a colaborar, mesmo graciosamente, em qualquer festa benéfica, em que a sua presença fosse solicitada. [...] ⁵³⁰.

Ermelinda Bastos (?- Depois de 1959) outra das pianistas e professoras de piano activas em Braga na primeira metade do século XX, leccionou centenas de alunas, tendo preparado um número considerável para os exames do conservatório de Música do Porto, proporcionando deste modo um diploma oficial, permitindo por sua vez que as suas discípulas pudessem no futuro trabalhar oficialmente na área do ensino musical. Com 7 anos estudava piano com a Prof. Conceição Ramazzote Lobo. No ano seguinte estuda teoria musical com o Capitão Joaquim Morais Regente da Banda Infantaria 8. Aprende a tocar violino e forma um trio com as suas irmãs que tocavam violoncelo e piano actuando no seio familiar. A partir de 1920, frequenta o Conservatório do Porto, nas disciplinas de Piano, Ciências Musicais, Composição e Canto. Em 1935, termina o Curso Superior de Piano com 19 valores na classe do prof. Joaquim de Freitas Gonçalves⁵³¹. Ao longo do seu percurso artístico apresenta-se como pianista em diversos concertos. Em 1933 é professora convidada de piano e canto coral do Colégio Sagrado Coração de Maria, em Braga. Ensina particularmente solfejo e teoria musical. Em 1935, apresenta-se em concerto no Grémio Arcuense nos Arcos de Valdevez, terra dos seus pais e, a partir de 1938, passa a leccionar também no Colégio do Sagrado Coração de Maria em Guimarães e no Colégio Teresiano em Braga. Durante um ano é professora de Canto Coral na Escola Comercial de Braga. Em 1944, participa num concerto de homenagem a Lucien Lambert no *Theatro*

⁵³⁰ Carneiro 1959, 118.

⁵³¹ Joaquim de Freitas Gonçalves foi professor de piano no Conservatório do Porto desde 1917 e exerceu o cargo de director nos anos de 1934 a 1939 e 1940 a 1941. É considerado um dos mais talentosos discípulos de Óscar da Silva.

Circo, seu antigo professor. Toca *Legende Roumaine* para dois pianos com o próprio compositor ao piano. Em 1959, continuava a dedicar-se ao ensino de piano, sendo apreciada como professora conscienciosa e muito competente.

A carreira de **Olímpia Baptista (1898-dps1959)** revela um percurso artístico particular pautado por uma diversidade de atuações em contextos e lugares diferentes. Com uma formação académica ao mais alto nível, esta pianista não realizou apenas concertos dedicados exclusivamente ao repertório erudito, mas apresentou-se também em espaços de lazer e convívio, com outro tipo de repertório. As suas carreiras eram construídas com base em oportunidades e convites vindo de diferentes quadrantes, resultantes, muitas vezes, das novas práticas de sociabilidade.

Olímpia Baptista nasceu no Porto, na freguesia da Sé no dia 9 de Maio. Álvaro Carneiro, diz-nos que desde criança tinha revelado grande vocação musical, tendo como primeiro professor o seu pai Armindo Dias Baptista e estudando depois piano e Solfejo com António Lopes e Harmonia com Armando Leça (1891 - 1977). Mais tarde aperfeiçoou a sua técnica com reputados pianistas e pedagogos, designadamente Pedro Blanco⁵³², Viana da Mota (1868-1949), Raimundo de Macedo (1880 - 1931)⁵³³ e Óscar da Silva (1870-1958). A pianista alcançou uma carreira distinta realizando concertos em Portugal, no norte de Espanha, nas antigas províncias ultramarinas e na África do Sul. Aplaudida nos cafés, hotéis e estâncias termais e teatros do nosso país, integrando ou dirigindo pequenas formações, era particularmente apreciada quando tocava a solo repertório romântico como aconteceu em 1933, no Café Guarany na cidade do Porto, na interpretação da Balada nº1, op. 23 de Chopin.

D. Olímpia Baptista, aluna querida que foi do grande artista romântico Óscar da Silva, levou a sua gentileza ao cúmulo de dedicar-nos, no último concerto da excelente orquestra de que fez parte (...) Balada é uma peça de tese, uma peça de exame, plena de dificuldades que D. Olímpia virtuosamente aplanou – venceu em toda a linha, revelando uma mecânica exemplar e um raro sentido de interpretação. Chopin foi, sem dúvida, técnica e animicamente honrado com a primorosa

⁵³² Pedro Blanco, pianista e compositor espanhol fixou residência no Porto em 1903. Integrou o primeiro corpo docente do Conservatório de Música do Porto, onde leccionou a disciplina de Piano (1917 – 1919). Em 1917 ganhou o 1.º Prémio de Composição do Círculo de Bellas Artes de Madrid, vindo a falecer prematuramente em 1919.

⁵³³ Raimundo de Macedo foi um pianista notável de carreira internacional e director de orquestra. Fixou residência em Braga em 1924, onde fundou um curso de piano e viveu até 1929.

execução da sua *Balada*, que à insinuante artista mereceu uma prolongada ovação⁵³⁴.

Notas finais

As mulheres músicas aqui elencadas foram profissionais incansáveis, dedicando-se todas elas em primeiro lugar à família, ao lar, ao papel de esposas e depois ao seu trabalho: sendo professoras de piano, nas suas casas ou em alguns colégios da cidade, apresentavam em público as suas discípulas, servindo ainda estes concertos de avaliação do seu trabalho. Ter a música como distração, como passatempo requintado, era algo desejável e recomendável à educação das mulheres, e de algum modo exercer a profissão como professora de piano era aceitável, desde que não representasse o abandono do papel tradicional confiado, como esposas e mães. Na verdade, estamos perante uma contradição, na medida em que a prática amadora era um passatempo tolerável e até encorajado, porém, a profissionalização, que envolvia remuneração e exposição pública, era ainda questionável e criticada. Na urbe bracarense, um bom número de pianistas destacou-se como intérprete numa época em que se discutia se as mulheres eram ou não dotadas das mesmas capacidades intelectuais dos homens. Estas mulheres exerceram a sua profissão com um trabalho e um contrato assinado, ainda que esporádico e por tempo determinado, actuando em grupos instrumentais nos espaços de divertimento e lazer e ainda em espectáculos variados nos teatros públicos. Segundo os relatos na imprensa local, estas pianistas eram apreciadas pelo seu trabalho como intérpretes, respeitadas pelo seu estatuto cultural e artístico e, no caso das professoras, pelas suas qualidades morais a quem as famílias da burguesia confiavam a aprendizagem musical dos seus filhos. Além de contribuírem significativamente para a promoção do ensino artístico particular, estas mulheres integravam a vida musical bracarense, acumulando múltiplos trabalhos que garantiram a sua subsistência como intérpretes e professoras. Todavia, foram também muitas as mulheres que tendo tido uma educação artística relevante, deixaram de tocar piano depois de contraírem matrimónio, participando muito esporadicamente apenas e

⁵³⁴ *Diário da Noite* de 21 de Outubro de 1933.

tão somente em espectáculos de beneficência ou religiosos, não exercendo qualquer profissão.

Fontes

Jornal *Correio do Minho*
Jornal *Diário da Noite*

Bibliografia

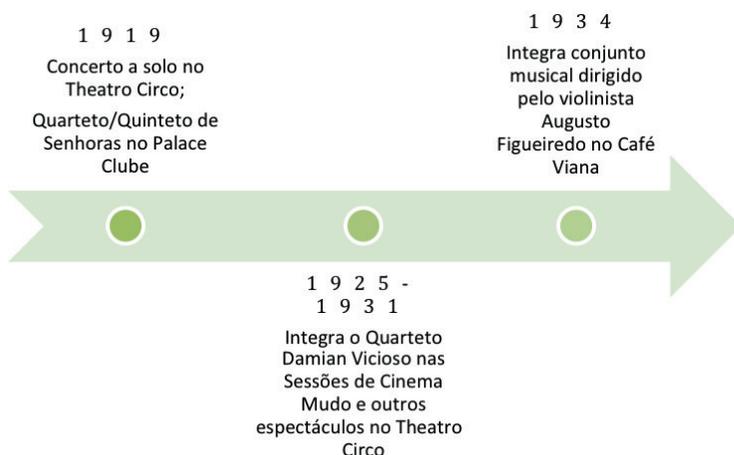
- ANDRADE, Ana. 2016. *Café Cultural: a recuperação do “vintage” na era da contemporaneidade*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- BRITO, Carlos, CRANMER, David 1990. *Crónicas da vida musical portuguesa na primeira*
- CARNEIRO, Álvaro. 1959. A Música em Braga. Braga: Separata *Theológica*.
- CASCÃO, Rui. 1993. “Vida quotidiana e sociabilidade”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal. O Liberalismo (1807 – 1890)*, vol. 5, Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque (coord.), Lisboa: Círculo de Leitores, 517 – 541.
- ESPOSITO, Francesco. 2016. *“Um movimento musical como nunca houve em Portugal”: associativismo musical e vida concertística na Lisboa liberal (1822-1853)*. Lisboa: Edições Colibri.
- ESTEIREIRO, Paulo. 2016. *Uma História Social do Piano. Emergência e Declínio do Piano na Vida Quotidiana Madeirense (1821-1930)*. Lisboa: Colibri.
- LESSA, Elisa. 2016. “Memórias Musicais do Theatro Circo”. *O Theatro e a Memória*. Braga: Caleidoscópio, 149-170.
- LESSA, Elisa. 2018. *Património musical do Bom Jesus do Monte*. Braga: Confraria do Bom Jesus do Monte.
- LESSA, Elisa. 2019. “Os lugares e a música Braga, uma cidade de província na segunda metade do século XIX e princípios do século XX” pp. 94-118. <https://books.openedition.org/cidehus/8791>
- LOUSADA, Maria Alexandre. 2008. “Praça e sociabilidade: práticas, representações e memórias”. Versão alargada do texto publicado em *As praças como lugares de sociabilidade: práticas e representações*. Lisboa: Livros Horizonte, 45-56. <http://www.edu>.
- LOPES, Maria Antónia. 2016. “*Sociabilidades de Salão no Porto setecentista na obra do Abade de Jazente*”. pp.102-11 in *Touros, Tragédias, Bailes e Comédias - Espectáculos e divertimentos em Portugal no século XVIII*, Centro de Estudos de Teatro da FLUL. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. <http://www.tmp.letras.ulisboa.pt/cet-publicacoes/cet-edicoes-online/cet-act>.
- PAZ, Ana Luísa. 2014. *Ensino da Música em Portugal (1868-1930)* Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa.

- PAZ, Ana Luísa. 2018. “As elites musicais em Portugal, finais do século XIX a inícios do século XX: estratégias e padrões de internacionalização” *Foro de Educación*, V.16, nº25, 171-192.
- PIMENTEL, Maria do Rosário. 2014. “Espaços com História na Lisboa dos Séculos XVIII e XIX – do Martinho ao Nicola” in *Rivista di lingue, letteratura e culture moderne*, 253-261.
- VARELA, Pedro & PEREIRA, José Augusto. 2020. “As origens do movimento negro em Portugal (1911-19339. Uma geração pan-africanista e antiracista” *Revista História*. S. Paulo nº179.

Apêndice

Olimpia Baptista (1898-dps1959). Pianista e professora.
(Carneiro 1959, 59-63)

BRAGA

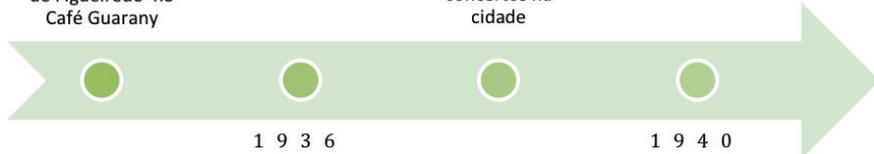


PORTO

1 9 3 3

Integra o conjunto instrumental dirigido pelo violinista Augusto de Figueiredo no Café Guarany

Participa ativamente em concertos na cidade



1 9 3 6

Integra o quarteto do violinista Vieira Pinto nos cafés Avenida e Monumental

1 9 4 0

Participa na festa comemorativa do 30.º aniversário da fundação do Órfeão do Porto

ÁFRICA

1 9 4 5

L U A N D A ,
A N G O L A
Recital de piano no Nacional Cine - Teatro

1 9 ? ? - 1 9 5 4

M O Ç A M B I Q U E
E Á F R I C A
D O S U L

Piano e Direção Musical da *Tournée Artistas Unidas* nas cidades de Lourenço Marques, Beira, Nampula e Joanesburgo



1 9 ? ?

Q U E L I M A N E ,
M O Ç A M B I Q U E

Piano e Direção Musical de um ensemble instrumental no Sporting - Club

Pianistas, harpistas e violoncelistas nos sécs. XIX e XX: a aptidão musical feminina da família Luizello. Breves apontamentos biográficos

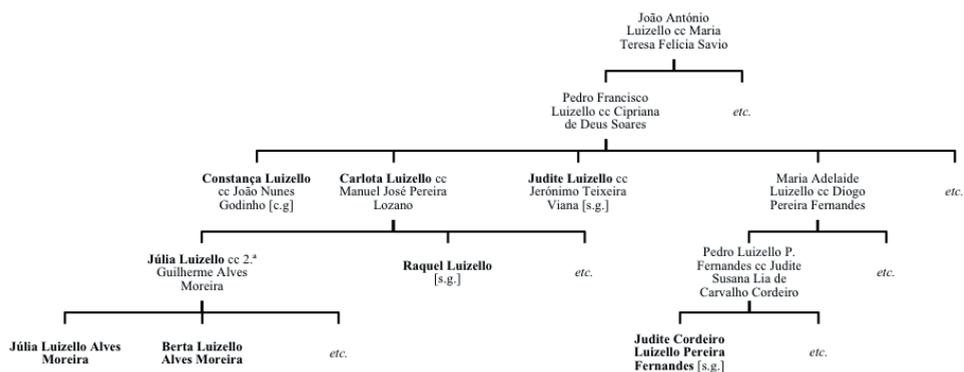
*António R. Telles Costa*⁵⁵⁵

A família Luizello, originária de Veneza, estabelece-se em Portugal nos inícios do século XIX, com a presença de João António Luizello, natural de Veneza, que ao casar na Igreja de São Julião, em Lisboa, com Maria Teresa Felícia Savio, natural de Milão⁵⁵⁶, dá início a uma família de artistas nas mais diversas áreas da cultura, com especial destaque para a música. Quem sobressai mais nesta área são as mulheres, ainda que alguns homens também tenham especial inclinação. O papel das mulheres na música e as suas relações com o percurso da produção e do gosto musical sofreram uma alteração profunda na passagem do século XIX para o século XX, assegurando-lhes uma incontestável capacidade ao nível da representação. Até então a prática musical das mulheres, particularmente daquelas que eram oriundas da nobreza e da burguesia, estava cingida à esfera privada, não lhes sendo permitido, na grande maioria dos casos, cantar ou tocar fora do meio familiar.

É neste contexto que a aptidão musical feminina da família Luizello assume interesse e importância para os estudos das figuras e papéis femininos num período de profundas transformações sociais, que ocorreram a partir da segunda metade do século XIX e se acentuaram na transição para o século XX. Entre as figuras femininas desta família destacam-se oito: Constança Luizello (1830-1900); Carlota Luizello (1831-1877); Judite Luizello (1843-1889); Raquel Luizello (c.1853-1902); Júlia Luizello (1859-?); Judite Cordeiro Luizello Pereira Fernandes (c.1877-1917); Júlia Luizello Alves Moreira (1888-1964); e Berta Luizello Alves Moreira (1893-1951).

⁵⁵⁵ Investigador Integrado do pólo História, Territórios e Comunidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa / Centro de Ecologia Funcional - Universidade de Coimbra.

⁵⁵⁶ ANTT, Livro de Registo de Casamentos, 1787-1811, Paróquia de São Julião, Lv C4 - Cx 10, fol. 146.



1. Genealogia abreviada da família Luizello

Constança Luizello

Constança Luizello nasceu na freguesia da Encarnação, concelho de Lisboa, a 2 de Março de 1830 e foi baptizada aos 16 de Abril na Igreja de Nossa Senhora da Encarnação, tendo como padrinho Francisco Piombino e madrinha Nossa Senhora da Conceição.⁵³⁷ Era filha de Pedro Francisco Luizello e de sua mulher D. Cipriana de Deus Soares, sendo neta paterna de João António Luizello, natural de Veneza, e de sua mulher Maria Teresa Felícia Savio, natural de Milão, e materna de Manuel Soares da Costa, natural da cidade colonial de Baía, e de sua mulher D. Maria de Salomé, natural da cidade de Lisboa.⁵³⁸

Contraíu matrimónio em Lisboa por duas vezes: a primeira a 14 de Julho de 1850, na Igreja de São Julião, com João Nunes Godinho, natural de Almeirim, filho de Francisco José Godinho e de sua mulher Justina Maria Durão, tendo como testemunhas o Dr. Francisco da Rocha Martins Frutuoso, Lente das Aulas do Edifício de São João Nepomuceno, e seu tio Bernardo Luizello, negociante⁵³⁹; e a segunda a 20 de Dezembro de 1870, na Igreja de São Nicolau, com Manuel Rodrigues Pisco, também natural de Almeirim, filho de João Rodrigues Pisco e de sua mulher Leonor Angélica, sendo nomeados como testemunhas Pedro João de Moraes Sarmiento, Conde da Torre, e

⁵³⁷ ANTT, Batismos, freguesia da Encarnação, livro B23, cx 9, 1820-1832, fl. 240v.

⁵³⁸ ANTT, Casamentos, freguesia da Encarnação, livro C19, cx 21, 1824-1834, fl. 96.

⁵³⁹ ANTT, Casamentos, freguesia de São Julião, livro C6, cx 11, 1831-1867, fl. 75v.

Jerónimo Teixeira Viana.⁵⁴⁰ Teve descendência exclusivamente do primeiro casamento, um filho varão de nome João Nunes Godinho.⁵⁴¹



2. Constança Luizello. Fotografia de José F. Sequeira, Santarém. Arquivo Ribeiro Telles.

⁵⁴⁰ ANTT, Casamentos, freguesia de São Nicolau, liv. C3, s/cx, 1852-1878, fl. 82/82v.

⁵⁴¹ ANTT, Batismos, freguesia de São Julião, liv. B10, cx 4, 1844-1859, fl. 45v.

Encontramos apenas duas referências de época, que nos permitem conhecer a sua inclinação para a música: a primeira em Setembro de 1875, quando se cruza nas festas da Nazaré com os escritores Júlio César Machado e Manuel Joaquim Pinheiro Chagas, que a descrevem como sendo uma “*se- nhora de uma perfeita distinção, pianista eximia, que tem esse dom de graciosa e seria amabilidade, que é o casto perfume da virtude*” (Machado; Chagas 1878, 92); e a segunda, dois anos passados, a 25 de Fevereiro de 1877, quando a imprensa lisboeta notifica que Constança Luizello tomou parte num concerto musical que se realizou nas salas da *Sociedade Club de Santarem*, a favor dos que sofreram com as inundações desse Inverno, estando também presentes nessa obra de caridade outras mulheres e devendo-se o sucesso da mesma à «*intelligencia e elevado merito artistico*» das várias intervenientes.⁵⁴²

Por volta de 1885 há novamente referências a Constança Luizello, mas no âmbito da morte do seu segundo marido, Manuel Rodrigues Pisco. Procedeu-se a inventário orfanológico, pelo que, complicando-se o processo, Constança Luizello foi constituída agravada, sendo agravantes Deodato Rodrigues Pisco e João Alfredo da Silva, até ficar decidido se a meação nos bens mobiliários do casal inventariado pertencia à viúva.⁵⁴³

Foi a 27 de Dezembro de 1900 que morreu na sua casa de Lisboa, na freguesia de Alcântara (Rua da Creche, n.º 19, R/ch), seguindo o seu corpo para o Cemitério dos Prazeres, onde lhe foi dada sepultura.⁵⁴⁴

Carlota Luizello

Carlota Luizello, irmã de Constança, nasceu a 17 de Abril de 1831 na freguesia de São José, concelho de Lisboa, e foi baptizada na Igreja de São José a 11 de Maio, fruto do já referido casamento de Pedro Francisco Luizello com D. Cipriana de Deus Soares. Teve como padrinhos de baptismo Carlos O’Neil e D. Antónia Luizello.⁵⁴⁵

⁵⁴² «Santarem», in *Diario Illustrado*, ano 6, nº 1482, 3 de Março de 1877, p. 3.

⁵⁴³ *Gazeta da Relação de Lisboa*, ano 1, nº 11, 4 de Junho de 1885, p. 82; *O Direito: Revista de Jurisprudencia e Legislação*, ano 26, nº 3, 17 de Fevereiro de 1894, p. 35; *Revista de Legislação e de Jurisprudencia*, ano 29, nº 13, 26 de Setembro de 1896, p. 233.

⁵⁴⁴ ANTT, *Livro de Registos de Óbitos*, Paróquia de Alcântara, liv. 50, 1900, cx. 78, fol. 90.

⁵⁴⁵ ANTT, *Batismos*, freguesia de São José, liv. b17, cx 6, 1825-1833, fol. 120v.

Casou catolicamente pelas dez horas da manhã de 17 de Abril de 1848 na Igreja de São Julião, freguesia do mesmo nome e concelho de Lisboa, com Manuel José Pereira Lozano, natural de Vila Real de Santo António, filho de Manuel José Pereira Lozano e de sua mulher D. Maria Rita. Foram testemunhas nomeadas Bernardo de Araújo Couto e Bernardo Luizello, ambos negociantes.⁵⁴⁶ Deste casamento nasceram cinco filhos.⁵⁴⁷

À semelhança de sua irmã Constança, também pouco se encontra sobre esta pianista, mas sabe-se pelas escassas notícias da época que foi uma distinta professora de música.

Em 1845, teve a oportunidade de tocar para o compositor e pianista húngaro Franz Liszt, aquando da sua passagem por Lisboa. No final do concerto foi presenteada, pelo próprio húngaro, com um anel, que mais tarde o deu a Maria José Chaves de Almeida (Reis 1945, 61).⁵⁴⁸ Tocaria com tal aptidão que os críticos faziam questão de referir a sua rara habilidade ao piano.⁵⁴⁹



4. Carlota Luizello, de pé, com os seus filhos. Fotografia da Casa Lima & Madeira. Data manuscrita no verso: 18 Setembro 1876. Arquivo Ribeiro Telles.

⁵⁴⁶ ANTT, Casamentos, freguesia de São Julião, liv. C6, cx 11, 1831-1867, fl. 69v.

⁵⁴⁷ Pedro Lozano: ANTT, Paróquia de São Julião, Registo de baptismos, lv. B10 - Cx 4, 1844-1859, fol. 3; Júlio César Luizello Lozano: ANTT, Paróquia da Conceição Nova, Registo de baptismos, lv. B11 - Cx 7, 1845-1858, fol. 87, 87v; Carlos Augusto Lozano; Raquel Luizello: ANTT, Paróquia da Lapa, Registo de óbitos, Paróquia da Lapa, concelho de Lisboa, liv. O16, 1902, cx. 43, fol. 56v; Júlia Luizello: ANTT, Paróquia da Conceição Nova, Registo de baptismos, lv. B12 - s/cx, 1858-1870, fol. 11v.

⁵⁴⁸ Desconhece-se quem seria Maria José Chaves de Almeida, sabendo-se apenas que era avó da compositora e musicóloga Maria Antonieta de Lima Cruz e da pintora Maria Adelaide de Lima Cruz.

⁵⁴⁹ *Diário Illustrado*, 20 Agosto 1873, Ano 2, nº 38, p. 3.

Viria a morrer na freguesia do Sacramento, concelho de Lisboa, aos 13 de Abril de 1877, pelas sete horas da manhã, em sua casa (Calçada do Sacramento, n.º 14, 2.º andar). Não recebeu os sacramentos da Igreja, nem fez testamento, e deixou três filhos maiores, tendo sido sepultada num jazigo no Cemitério dos Prazeres.⁵⁵⁰

Judite Luizello (1843-1889)

Judite Luizello, irmã de Constança e de Carlota, nasceu a 28 de Maio de 1843 na freguesia da Conceição Nova, concelho de Lisboa, sendo baptizada a 24 de Junho na Igreja de Nossa Senhora da Conceição Nova.⁵⁵¹ Casou a 29 de Agosto de 1868 na Igreja de Nossa Senhora da Penha de França, freguesia de São Jorge de Arroios e concelho de Lisboa, com Jerónimo Teixeira Viana, natural da freguesia de São Nicolau, concelho de Lisboa, e filho de António Teixeira Viana e de sua mulher Helena da Luz Fonseca (ou Helena da Luz Pina).⁵⁵²

À semelhança de suas irmãs Constança e Carlota, são escassas as referências que encontramos na imprensa da época.



5. Judite Luizello. Fotografia da Casa Lima & Madeira. Arquivo Ribeiro Telles.

⁵⁵⁰ ANTT, Óbitos, freguesia do Sacramento, liv. O12, cx 28, 1870-1888, fl. 134.

⁵⁵¹ ANTT, *Livro de Registo de Baptismos*, Paróquia da Conceição Nova, lv. B10 - Cx 7, 1822-1845, fol. 234v.

⁵⁵² ANTT, *Livro de Registo de Casamentos*, Paróquia de São Nicolau, lv. C3 - s/cx, 1852-1878, fol. 166v.

Sabemos que em 5 de Abril de 1864 tomou parte por especial obséquio no Grande Concerto dado por António Guilherme Soromenho, na sala do Café-Concerto. Na primeira parte do concerto cantou a *Cavatina* da Ópera *Somnabula*, acompanhada de piano pelo italiano Fabio Massimo Carrara, e na terceira parte tornou novamente a cantar a *Polaca son vergin* da Ópera *Puritanos*, acompanhada de piano pelo mesmo pianista.⁵⁵³

Referida em diversas fontes como distinta pianista, foi no verão de 1878 que ocorreu um curioso episódio quando, após a decisão da Assembleia da Praia da Granja em não alugar um piano para os serões desse ano, Judite Luizello teve a bondade de contribuir para a continuação desses divertimentos emprestando o seu piano durante toda a temporada, ficando apenas ao cuidado da dita assembleia o transporte do instrumento desde a casa do engenheiro Pedro Lopes Ignácio (Castro 1973, 145).

Morreu a 7 de Julho de 1889 na freguesia de Santos-o-Velho, concelho de Lisboa, sendo sepultada no Cemitério dos Prazeres.⁵⁵⁴

Raquel Luizello (c.1853-1902)

Raquel Luizello nasceu na cidade de Lisboa por volta do ano de 1853, desconhecendo-se a freguesia e a data exacta, sendo filha de Manuel José Pereira Lozano e de D. Carlota Luizello. Os seus dotes para a música foram certamente aprimorados ao longo de toda a sua infância, uma vez que a inclinação da família e neste caso dos pais para a música é evidente.

⁵⁵³ *Olisipo: boletim do Grupo "Amigos de Lisboa"*, ano 29, n.º 115/116, Julho-Outubro de 1966, p. 113.

⁵⁵⁴ ANTT, *Livro de Registo de Óbitos*, Paróquia de Santos-o-Velho, lv. O24 - Cx 68, 1889, fol. 49v.



6. Raquel Luizello e a sua harpa. Fotografia de Augusto Castro. Arquivo Ribeiro Telles



7. Raquel Luizello. Arquivo Ribeiro Telles.

Desde cedo ensinou a tocar harpa, primeiro como professora de harpa particular, dando lições em sua casa⁵⁵⁵, e depois como professora de harpa contratada pelo Real Conservatório de Lisboa, no tempo em que Augusto de Oliveira Machado era director da secção musical.⁵⁵⁶ Tocava com tal destreza, dedilhando as cordas da harpa, que maravilhava qualquer um que a escutasse tocar, fazendo os demais interrogarem-se se teria tomado alguma coisa que a fizesse tocar tão jubilosamente ou se teria feito algum negócio com “os espíritos invisíveis do divino mundo dos sons”, tais eram os efeitos mágicos e angélicos que soavam da sua harpa. Havia até quem dissesse que quando aquela “*figurasinha, pequenina e elegante*”, se sentava junto à harpa para tocar, também com ela se sentava o “*proprio genio da musica*”, permitindo escutar tão “*delicada interpretação do bello*», tão « *fina e ideal intuição da arte*”. Na sua casa do pátio Cadaval organizava serões, noturnos e diurnos, onde na presença de alguns convidados tocava demoradamente, deleitando-os com

⁵⁵⁵ Lambertini, Michel'angelo (dir.), «Professores de Musica», in *A Arte Musical*, ano 3, nº 62, 31 Julho 1901, p. 152.

⁵⁵⁶ LUCCI, Eduardo Schwalbach (dir.), «A direcção dos trabalhos do Conservatorio Real de Lisboa», in *Revista do Conservatorio Real de Lisboa*, nº 1, Maio 1902, p. 13-14.

aquele “*indefinível e inapreciável gozo estético, banho de luz em que a [...] alma mergulha, e d’onde voltava retemperada e fresca, cheia de harmonias, cheia de ilusões*”.⁵⁵⁷ É preciso ter em consideração que estamos no século XIX e que este tipo de escrita e de elogios são exacerbados por um romantismo extremo e próprio da época.

Padecia de uma doença complicada que a levou várias vezes a deixar de tocar harpa e a procurar conforto fora de Lisboa, tendo-se deslocado muitas vezes para Sintra e para a Madeira, onde o clima da ilha a restabeleceu⁵⁵⁸. Quando estes padecimentos lhe aconteciam os jornais davam notícias das suas viagens por causa da saúde, tecendo-lhe os mais belos elogios e desejando as suas rápidas melhoras para voltar novamente a tocar harpa. Desejavam poder “*de novo admirar o seu talento e estudo na difícil execução da harpa que [consideravam ser] [...] o instrumento mais adequado a fazer brilhar o talento musical de uma senhora*”.⁵⁵⁹

A 10 de Maio de 1874, no salão de São Carlos, por ocasião do quarto concerto de um conjunto de espetáculos, actuaram Raquel Luizello e sua irmã Júlia Luizello. Foi esta última parte do concerto que entusiasmou e surpreendeu o público, que dificilmente continha a ansiedade em escutar a peça que Raquel Luizello tocava na harpa acompanhada por sua irmã Júlia Luizello ao piano. Tinham pouco mais de quinze anos e tocaram com rara perfeição. A harpista, discípula do notável professor de harpa Galleazzo Fontana, “*executou toda a peça com muito mimo e agilidade*” como “*habil cultivadora da música*” que era considerada, e a pianista destacou-se com tamanha igualdade, correcção e merecimento, fazendo com que os aplausos fossem gerais. Ambas foram felicitadas pelo rei D. Fernando, que lhes dirigiu “*agradáveis expressões de apreço*” e que assistiu ao concerto com a condessa de Edla e com o infante D. Augusto.⁵⁶⁰

Em 31 de Dezembro de 1878 num sarau musical dado por seu tio Jerónimo Teixeira Viana e sua família aos parentes e amigos íntimos, executou na harpa trechos de música, acompanhada no programa por sua irmã Júlia Luizello e prima Cipriana Luizello ao piano, por Eugénio Sauvinet no violoncelo e por Cipriana Luizello Fernandes e Oliveira Melchior no canto.⁵⁶¹

⁵⁵⁷ Viator, «Chronica Musical», in *A Imprensa*, nº 32/33, 1888, p. 62.

⁵⁵⁸ «High-life», in *Diario Illustrado*, ano 16, nº 5045, 1 de Maio de 1887, p. 2.; Lambertini, Michel’angelo (dir.), «Noticiario», in *A Arte Musical*, ano 1, nº 4, 28 Fevereiro 1899, p. 35.

⁵⁵⁹ «High-life», in *Diario Illustrado*, ano 16, nº 5045, 1 de Maio de 1887, p. 2.

⁵⁶⁰ *Diario Illustrado*, ano 3, nº 607, 14 de Maio de 1874, p. 2.

⁵⁶¹ *Diario Illustrado*, ano 8, nº 2058, 4 de Janeiro de 1879, p. 2.

A 4 de Julho de 1892 apresenta-se no Teatro de São Carlos, no concerto promovido pela Real Academia de Amadores de Música em comemoração da rosa de ouro concedida pelo Santo Padre, o Papa Leão XIII, à rainha D. Amélia. Tocou na harpa as obras *Le Rêve* e *Etude de concert*, do harpista belga Dieudonné-Félix Godefroid, na presença da família real.⁵⁶² De todos os amadores que se apresentaram no Teatro de São Carlos, Raquel Luizello destacou-se pela agilidade e correção (Benevides 1902, 51).

A 28 de Fevereiro de 1899, a revista quinzenal *A Arte Musical* dava notícia da presença da “*distincta e gentilissima harpista*” em Leipzig, Alemanha. Fazem referência a um jornal da cidade alemã onde, num “*elogioso artigo*”, lhe louvam “*a delicadeza admiravel e a interpretação magistral*”.⁵⁶³ A 30 de Setembro do mesmo ano, a mesma revista dá notícia do regresso de Raquel Luizello à sua Pátria, depois de encontrar “*sensíveis allivios aos seus padecimentos*”, endereçando-lhe “*os mais sentidos emboras*”.⁵⁶⁴

Raquel Luizello morre solteira aos quarenta e nove anos de idade no dia 19 de Dezembro de 1902, cerca das quatro horas e meia da tarde, na sua residência (Rua do Pior, nº 54, 3º andar) na freguesia de Nossa Senhora da Lapa, em Lisboa. Confortada com os sacramentos da Santa Madre Igreja e sem haver feito testamento é sepultada no Cemitério dos Prazeres.⁵⁶⁵ Os elogios que lhe teceram depois de deixar este mundo foram ainda maiores do que aqueles em vida, frisando a importância e a marca que deixou no mundo da música.

Júlia Luizello (1859-?)

Júlia Luizello, irmã de Raquel, nasceu na freguesia da Conceição Nova, concelho de Lisboa, às oito horas da noite do dia 17 de Setembro de 1859, fruto do casamento dos já referidos Manuel José Pereira Lozano e Carlota Luizello. Foi baptizada aos 28 de Janeiro de 1860, na Igreja da Conceição Nova, tendo como padrinhos seu tio-avô Bernardo Luizello, negociante, e sua tia D. Constança Luizello.⁵⁶⁶

⁵⁶² BENEVIDES, Francisco da Fonseca, «O Real Theatro de S. Carlos de Lisboa», in *Occidente*, ano 24, nº 806, 20 de Maio de 1901, p. 109.

⁵⁶³ Lambertini, Michel'angelo (dir.), «Noticiario», in *A Arte Musical*, ano 1, nº 4, 28 Fevereiro 1899, p. 35.

⁵⁶⁴ Lambertini, Michel'angelo (dir.), «Noticiario», in *A Arte Musical*, ano 1, nº 18, 30 Setembro 1899, p. 146.

⁵⁶⁵ ANTT, Óbitos, freguesia da Lapa, liv. O16, cx.43, 1902, fl. 55v.

⁵⁶⁶ ANTT, Batismos, freguesia da Conceição Nova, liv. B12, 1858-1870, fl. 11v. cota Lv B12 - s/cx

Contraíu matrimónio por duas vezes: a primeira, com apenas quinze anos, a 15 de Agosto de 1875, na Capela de Nossa Senhora da Penha de França, com António Teixeira Viana, Tesoureiro do Banco Lusitano, natural de Lisboa, filho de António Teixeira Viana e de sua mulher D. Helena da Luz Pina, tendo como testemunhas o pai do nubente e Diogo Pereira Fernandes, negociante⁵⁶⁷; e a segunda a 3 de Janeiro de 1886 na Sé Catedral de Coimbra, freguesia da Sé Nova com Guilherme Alves Moreira, Lente Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, natural da freguesia de Milheirós de Poiares, Santa Maria da Feira, e filho de Manuel Alves Moreira e de sua mulher Rosa Francisca da Silva.⁵⁶⁸ Teve apenas geração do segundo casamento.

Júlia Luizello não herdou apenas de sua madrinha de baptismo e tia D. Constança Luizello o jeito para a música, tendo-o também adquirido de sua mãe, como atrás se percebe, e de seu pai, que era professor de música e mestre de piano dos filhos do Conde de Mafra (Colaço 2005).



8. Júlia Luizello. Fotografia de João Francisco Camacho. Arquivo Ribeiro Telles.

Com apenas 13 anos de idade, em Agosto de 1873, tendo frequentado o conservatório apenas um ano, realizou exames de 1º, 2º e 3º anos de piano

⁵⁶⁷ ANTT, Casamentos, freguesia do Sacramento, liv. C15, cx 19, 1874-1884, fl.48.

⁵⁶⁸ AUC, *Casamentos*, Paróquia da Sé Nova, III-2.ºD, 1886, fols. 1-1v; AUC, *Baptismos*, Paróquia de Almedina, III-2ºD, 1899, fols. 7v-8; ADA, *Batismo*, Paróquia de Milheirós de Poiares, D5.E11B.P2.Cx.1431, 1861, fol. 2.

obtendo a classificação de 17, 18 e 17 valores, respectivamente. Teve como professora de piano a sua própria mãe, Carlota Luizello, fazendo com que os críticos se escusassem de compor elogios à sua elevada inteligência.⁵⁶⁹

Numa das esplêndidas *soirés* musicais dramáticas que se realizavam na praia da Granja, em 25 de Agosto de 1878, Júlia Luizello fez parte do programa que compunha o espetáculo. Apresentou-se num dueto a quatro mãos para piano com D. Maria de Paiva Avelino e acompanhou no piano outro dueto para soprano e contralto com D. Camilla Katzentein e D. Maria Luísa Moller.⁵⁷⁰

Desconhece-se a data do seu falecimento, pelo que não é possível determinar quando terminou a sua carreira musical.

Judite Cordeiro Luizello Pereira Fernandes (c.1877-1917)

Judite Cordeiro Luizello Pereira Fernandes nasceu na cidade de Lisboa, em data incerta, sendo filha de Pedro Luizello Pereira Fernandes e de sua mulher Judite Susana Lia de Carvalho Cordeiro. Era neta paterna de Diogo Pereira Fernandes e de Maria Adelaide Luizello e materna de José Joaquim Duarte Cordeiro e de Maria Rosa de Carvalho Bragança.

O ano de 1908 parece ter sido o mais noticiado acerca dos espetáculos em que, aquela que era conhecida como a discípula de Alexandre Rey Colaço, tomou parte. Em 31 de Janeiro davam notícia da sua confirmação nos concertos de Rey Colaço para vulgarização musical e a favor de uma colónia de verão, depois de participar numa das audições populares organizadas pelo mesmo.⁵⁷¹ A 8 de Março fez-se ouvir no terceiro concerto organizado por Rey Colaço em favor de uma colónia de verão no Estoril, onde também outros seus discípulos – alguns já mestres – se fizeram ouvir.⁵⁷² A 16 de Maio de 1908, no Salão da *Ilustração Portuguesa*, tomou parte como distinta pianista no último concerto do terceto composto por Rey Collaço, Pedro Blanch e Somers-Cocks.⁵⁷³

Sabemos ainda que na noite de 6 de Maio de 1911, em casa dos Viscondes de Carnaxide por ocasião do festejo no aniversário da sua neta Helena

⁵⁶⁹ *Diario Illustrado*, 20 Agosto 1873, Ano 2, n.º 38, p. 3.

⁵⁷⁰ *Diario Illustrado*, 4 Setembro 1878, Ano 7, n.º 1953, p. 2, 4.ª coluna.

⁵⁷¹ *A Arte Musical*, ano 10, n.º 219, 31 Janeiro 1908, p. 25.

⁵⁷² *A Arte Musical*, ano 10, n.º 222, 15 Março 1908, p. 58.

⁵⁷³ Chagas, Alvaro Pinheiro (dir.), «Concertos», in *Diario Illustrado*, ano 38, n.º 12541, 15 Maio 1908, p.2.

Baptista de Sousa, se apresentou numa *matinée* interpretando dois movimentos (*Petit Mari et petite femme; Trompette et tambour*) da suíte *Jeux d'enfants* de Bizet, juntamente com Rey Collaço. Foram muitos os executantes que faziam parte do programa, tendo recebido no final da noite “*applausos calorosíssimos*”.⁵⁷⁴

Morreu a 27 de Janeiro de 1917, solteira e sem filhos, na Casa de Saúde da Cruz Vermelha na freguesia de Benfica, concelho de Lisboa.⁵⁷⁵

Júlia Luizello Alves Moreira (1888-1964) e Berta Luizello Alves Moreira (1893-1951)

Júlia Luizello Alves Moreira nasceu a 18 de Dezembro de 1888 na freguesia de São Cristóvão, concelho de Coimbra, e foi baptizada aos 7 de Abril de 1889 na Igreja de São Cristóvão, tendo como padrinhos seus tios paternos Domingos Alves Moreira, negociante e banqueiro, e sua mulher D. Eugénia Maria da Fonseca e Araújo Moreira. Berta Luizello Alves Moreira nasceu a 7 de Julho de 1893 na freguesia de São Cristóvão, concelho de Coimbra, e foi baptizada aos 13 de Dezembro de 1894 na Igreja de São João de Almedina, tendo como padrinhos seus tios paternos Joaquim Alves Moreira e sua mulher D. Angelina Adelaide Araújo Fonseca Moreira. Eram filhas do Dr. Guilherme Alves Moreira, Lente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e de Júlia Luizello, sendo netas paternas de Manuel Alves Moreira e de D. Rosa Francisca da Silva e materna de Manuel José Lozano e de Carlota Luizello. Júlia morre a 10 de Julho de 1964, na freguesia de Almedina, concelho de Coimbra e Berta a 22 de Maio de 1951, desconhecendo-se o local.⁵⁷⁶

⁵⁷⁴ Paraízo, Albertina (dir.), «Carnet Mondain: Salões», in *O Jornal da Mulher*, ano II, 30 de Maio de 1911, nº 19, Typographia Franco & C.^a, p. 188-189.

⁵⁷⁵ ANTT, Livro de registo de óbitos, 3ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, liv. 33, cx. 1074, 1917, fl. 90.

⁵⁷⁶ AUC, Baptismos, Paróquia de Almedina, liv. B24, 1894, fls. 8v-9; AUC, Baptismos, Paróquia de Almedina, liv. B19, 1889, fls. 23-23v.



9. Júlia Luizello A. Moreira e Berta Luizello A. Moreira com os seus irmãos. *Jornal Público*, ano 6, n.º 2163. Domínio Público.

A única referência a estas duas irmãs, Júlia e Berta, verifica-se em 1915 na revista *Ecco Artístico* aquando da sua apresentação pela primeira vez em público no concerto Benetó, organizado pelo professor Francisco Benetó em Coimbra. Júlia Luizello Alves Moreira era já uma violoncelista muito apreciável, “*evidenciando superiores qualidades de technica e de expressão que [...] [faziam] antever n’ella uma concertista distincta*”, enquanto que Berta Luizello Alves Moreira era ainda muito nova como executante, revelando já “*excellentes aptidões que lhe grangearão um logar de destaque no [...] meio artístico*”.⁵⁷⁷

Nota final

Estamos sem dúvida perante a afirmação feminina no mundo da música, verificando-se o despertar da prática musical feminina no espaço público, na segunda metade do século XIX e na primeira do século XX, através da participação em concertos, *matinéés*, *soirées*, etc., e da notabilidade e entusiasmo despertado no público ouvinte.

⁵⁷⁷ *Ecco Artístico*, ano 5, n.º 102, Abril de 1915, p. 16.

Optou-se por não explorar nem problematizar diversas questões fundamentais, nomeadamente a tensão entre os espaços público e privado e a tradição de músicos italianos em Portugal, pelo simples facto de não ser esse o objectivo da temática aqui tratada, mas antes – como já foi referido anteriormente – dar conhecer a vida artística destas oito figuras nas artes musicais e focar os seus contributos e impactos na cultura portuguesa e na sociedade da época. Para isso foram usadas diversas fontes impressas, como as memórias e os jornais e revistas locais e nacionais, e manuscritas, como os registos paroquiais. Para além disso, sabendo que a bibliografia sobre as mulheres e a história da música no período em causa é muito vasta, foi apenas considerada a pouca bibliografia que referia directamente as personalidades aqui tratadas.

Reforça-se uma vez mais o importante papel destas oito mulheres nas artes musicais, com notáveis contributos na sociedade da época, sendo consideradas importantes figuras para um desenvolvimento dos estudos das figuras e papéis femininos num período de profundas transformações sociais.

Fontes impressas

Imprensa Local e Nacional

A Arte Musical

A Imprensa

Diario Illustrado

Ecco Artistico

Gazeta da Relação de Lisboa

Occidente

O Direito: Revista de Jurisprudencia e Legislação

O Jornal da Mulher

Olisipo: boletim do Grupo “Amigos de Lisboa”

Revista de Legislação e de Jurisprudencia

Revista do Conservatorio Real de Lisboa

Memórias

BENEVIDES, Francisco da Fonseca. 1902. *O Real Theatro de S. Carlos de Lisboa: memórias (1883-1902)*. Lisboa: Typographia de Ricardo de Souza.

COLAÇO, Branca de Gonta. 2005. *Memórias da Marquesa Rio Maior*. Lisboa: Parceria.

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo [ANTT]

Registos Cíveis

— 3.^a Conservatória do Registo Civil de Lisboa

Registos Paroquiais

- Paróquia de Alcântara
- Paróquia da Conceição Nova
- Paróquia da Encarnação
- Paróquia da Lapa
- Paróquia do Sacramento
- Paróquia de Santos-o-Velho
- Paróquia de São José
- Paróquia de São Julião
- Paróquia de São Nicolau

Arquivo da Universidade de Coimbra [AUC]

Registos Paroquiais

- Paróquia de Almedina
- Paróquia da Sé Nova

Arquivo Distrital de Aveiro [ADA]

Registos Paroquiais

- Paróquia de Milheirós de Poiares

Bibliografia

CASTRO, António Paes de Sande e. 1973. *A Granja de Todos os Tempos*. Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

MACHADO, Júlio Cesar, CHAGAS, Manuel Pinheiro. 1878. *Fóra da Terra*. Porto: Livraria Internacional.

REIS, Pedro Batalha. 1945. *Liszt: na sua passagem por Lisboa em 1845*. Lisboa: Sasseti & Ca.

Dos caminhos pictóricos de Graça Morais: a mulher, as mulheres

Joana Baião⁵⁷⁸

Nota introdutória

Quando me propus começar a sinalizar as representações do *feminino* na obra de Graça Morais, estava já bem ciente da enormidade da tarefa. Por um lado, porque o *corpus* de produção da pintora é vasto e profícuo, cobrindo uma longa cronologia de quase 50 anos de carreira; por outro, devido à complexidade da definição do próprio objeto de estudo (“representações do *feminino*”). Não pretendendo enveredar aqui por um caminho de extrapolação teórica em torno de tema tão complexo, neste texto assumo a noção mais simplificada que associa a representação do feminino à representação da mulher, na medida em que

O corpo feminino talvez seja o tema mais explorado ao longo da história da arte ocidental, e a diversidade de suas representações oferece um painel significativo dos papéis simbólicos a ele atribuídos através dos tempos. (Ferreira 2009, 81)

Ou seja, irei considerar na obra de Graça Morais as representações físicas e simbólicas da mulher (ou seja, enquanto modelo formal e referente conceptual), refletindo sobre de que modo elas revelam uma consciência da sua própria condição enquanto mulher e pintora. A minha abordagem, necessariamente restrita, sedeia-se por isso na análise da obra artística *per se* (a obra pela obra), mas também interpretada à luz de aspetos relevantes da biografia pessoal da pintora e respetivos enquadramentos sócio-culturais.

⁵⁷⁸ Membro integrado do CIMO – Centro de Investigação de Montanha, no âmbito do Laboratório de Artes na Montanha – Graça Morais, Instituto Politécnico de Bragança; membro colaborador do Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa.

Um cruzamento: *As mulheres do meu país* / as mulheres de uma aldeia

Ouso iniciar esta exposição de um modo pouco ortodoxo no exercício disciplinar da história, dando enfoque não propriamente a um facto, mas a uma coincidência: Graça Morais nasceu em 1948, ano em que começaram a ser publicados os fascículos de *As Mulheres do Meu País*, de Maria Lamas. Interessa-me este cruzamento com a obra de Lamas por dois motivos: em primeiro lugar, porque esta contraria a narrativa estabelecida, estado-novista (mas com origens numa discursividade de época, para além do regime então em vigor), que promovia a noção de uma mulher idealmente passiva e dedicada exclusivamente à vida do lar; em segundo lugar, devido ao seu suporte ilustrativo, pioneiro em «rompe[r] com os modelos oficiais de caracterização folclórica e pitoresca da população trabalhadora feminina» (Tavares 2021, 56). Passo a explicar:

Maria Lamas verifica que “No povo, não há, praticamente, mulheres domésticas. Todas trabalham, mais ou menos, fora do lar. Quando não são operárias, são trabalhadoras rurais, vendedeiras, criadas de servir ou ‘mulheres a dias’” (Lamas [1948-1950], 458), salientando a importância da mulher como força de trabalho em diversos contextos: a camponesa, a mulher da beira-mar, a operária, a empregada, a doméstica, a manufactureira, e até a intelectual e a artista... Foi justamente parte deste mundo de mulheres trabalhadoras e cheias de força que Graça Morais observou na aldeia em que nasceu e cresceu, em Trás-os-Montes, desde cedo tomando consciência do contributo social e laboral feminino na família e na vida coletiva da comunidade. Contudo, já entrada na vida adulta, mais de três décadas passadas desde as recolhas feitas por Maria Lamas e num novo contexto político democrático, a pintora foi constatando também o prevalectimento de valores de uma sociedade conservadora em que homens e mulheres eram socializados para aceitar um padrão cultural baseado no domínio daqueles sobre estas. São estes contrastes que irá explorar em parte significativa da sua obra, partindo da observação de um universo local para abordar temas universais relacionados com a condição da mulher, incluindo a exploração do corpo e da sexualidade, a violência doméstica e sexual, o trabalho, a ligação à terra, a maternidade.

Outro contributo importante de Maria Lamas em *As Mulheres do Meu País* é o conjunto de imagens que integra, incluindo quer registos fotográficos realizados pela própria autora em viagens por quase todo o território

(metropolitano) português, quer imagens produzidas por outros autores, em diversos suportes (pintura, fotografia, gravura, desenho). Emília Tavares, conservadora e historiadora de fotografia, interpreta o recurso aos registos fotográficos nesta obra como um eficaz dispositivo de comunicação e como um consciente desafio de Lamas às práticas de propaganda do regime do Estado Novo, observando ainda que

As imagens são constantemente desafiadas, tanto na sua função testemunhal como na sua estética onírica, por exemplo, quando contrapõe o lirismo rural ao rude esforço da vida, quando dá voz e rosto às mulheres que não conhecem senão o servilismo, as dificuldades, e vivem na ignorância da sua força e importância. (Tavares 2021, 56)

Também para Graça Morais a fotografia constituirá um fulcral instrumento no seu processo criativo, sejam registos captados por si mesma em intenso trabalho de campo, sejam “apropriações” de imagens recolhidas noutras fontes (obras de outros artistas, fotografias de imprensa); e, como Maria Lamas, também ela *desafiara* essas imagens – e, particularmente, as imagens de mulheres – explorando a sua *função testemunhal* e a sua potencialidade *onírica*, manifestando-se não através da linguagem escrita, mas através dos seus desenhos e pinturas, testemunhos da sua ação criativa. Como veremos, a representação da mulher revela-se basilar na construção do vocabulário pictórico pessoal de Graça Morais, contribuindo para narrativas sobre a condição feminina, criadas a partir da reivindicação das suas origens e de uma profunda consciência do seu lugar no mundo.

Representações do feminino na obra de Graça Morais

Graça Morais nasceu no Vieiro, uma pequena aldeia do interior nordeste de Portugal. O seu crescimento foi marcado por um universo eminentemente feminino, em que se destacou a figura materna e matriarcal da sua mãe, Alda (proprietária rural com certa abastança), a presença das suas seis tias (irmãs da mãe), e a observação das mulheres camponesas daquela localidade, nas suas lides individuais (vida doméstica) ou sociais (vida comunitária). Ao mesmo tempo, foi fundamental na sua formação o contacto com a natureza e com os ciclos que assinalavam a cadência das atividades sazonais ligadas à agricultura, à pastorícia e à caça, ações mais ligadas ao mundo dos

homens e que também estimulavam a sua curiosidade. Será a partir deste território vivencial (a aldeia, Trás-os-Montes) que Graça Morais virá a estruturar a sua obra, desde cedo colocando no seu trabalho referências diretas à sua terra e às suas gentes, e dando especial enfoque ao mundo feminino que pode observar a partir de dentro, numa metodologia informal de pesquisa sediada na observação direta – que a historiadora de arte Laura Castro refere como “equivalente ao trabalho de campo do antropólogo” (Castro 2011, 72)⁵⁷⁹ – ou decorrente da convocação mais subjetiva de memórias e de vínculos emocionais. Não sendo possível abarcar todo o *corpus* de produção da artista, proponho uma aproximação ao feminino na obra de Graça Morais tendo em consideração a conjugação dos pontos já enunciados com três tópicos-chave que se entrecruzam e abrangem várias cronologias: 1) a caça (a mulher-presença); 2) o trabalho (a mulher-labor); 3) a velhice (a mulher-anciã).

1) A caça (mulher-presença)

A representação da caça (o caçador e as suas presas) surge na produção de Graça Morais em fase inicial do seu percurso artístico, sendo um tema a que, aliás, regressa constantemente. Em entrevista recente, a pintora recorda que nos seus primeiros trabalhos de maturidade, executados no final da década de 1970 – já longe do Vieiro e a partir de memórias algo idealizadas e oníricas que as saudades de casa lhe traziam⁵⁸⁰ –, representava uma caça ligada ao mundo masculino que observara no dia-a-dia da sua aldeia (o seu pai e os seus irmãos eram caçadores) (Morais 2022, 49). Esta era uma caça de sobrevivência sem homens violentos – ou melhor, sem a violência pela violência –, atividade ligada a um mútuo respeito e equilíbrio entre o indivíduo e a natureza – uma relação mágica, recuperando um termo utilizado pela

⁵⁷⁹ Processo enquadrável na “virada etnográfica” (“*the ethnographic turn*”) que Hal Foster (1996) verifica na arte a partir da segunda metade do século XX. Apesar das afinidades com uma aceção de “artista-antropólogo”, Graça Morais não se posiciona como observadora distanciada e não se limita à recolha e/ou registo de dados visuais; pelo contrário, a pintora nunca abdica da sua condição de artista (criadora / criativa) ou da relação pessoal e afetiva que estabelece com os seus “campos de trabalho” ou “objetos de estudo”, acrescentando ao ato de observação novas dimensões estéticas, interpretativas, inventivas.

⁵⁸⁰ Depois de concluir o curso superior de Pintura na Escola Superior de Belas-Artes do Porto, em 1973, Graça Morais sediou-se em Guimarães, onde iniciou carreira docente. Em 1978-1979 vive em Paris, com um subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian. No regresso a Portugal, instala-se em Lisboa.

pintora no título de uma das suas obras, *A Magia na Caça*, de 1978⁵⁸¹. Nesse período, Graça Morais representava insistentemente os vários intervenientes dessa ação – o caçador, as armas, os cães, as presas (o coelho, a perdiz) –, conjugando estes elementos em composições por vezes próximas do surrealismo ou até de um realismo mágico, e onde se anunciam algumas soluções que serão exploradas mais sistematicamente no futuro, nomeadamente os jogos de sobreposição em espaços indefinidos.

Significativamente, a sua abordagem ao tema altera-se quando, no início da década de 1980, a pintora decide regressar à sua aldeia natal para um retiro artístico que viria a prolongar-se por cerca de dois anos. O regresso ao Vieiro e o contacto, agora com um olhar adulto e mais maduro, com a população aldeã, permitiu-lhe ganhar nova e maior intimidade com as mulheres com que foi criada, percebendo melhor as suas rotinas, descobrindo as suas histórias, os seus segredos. Simultaneamente, Graça Morais teve agora oportunidade de verificar com renovada atenção que, apesar da importância das mulheres na vida da aldeia – elemento ainda mais exacerbado por fatores como a emigração masculina, ainda muito expressiva nas décadas de 1970 e 1980 –, mantinha-se reservado ao homem o papel de “chefe de família” e de principal decisor nos assuntos da esfera íntima e da esfera pública. Em casos extremos, esta desequilibrada relação de poder culminava em situações de violência física e psicológica, não raras vezes entendidas pela sociedade (na comunidade local e também em termos mais gerais) como “normais” (v. Baião 2021, 205). É a própria pintora quem relata:

Os homens tratavam muito mal as mulheres. [...] Soube de histórias incríveis. Hoje seriam presos. [...]

[...] via aquelas mulheres fortes, algumas muito bonitas, mas sempre muito dependentes. Não podiam cortar o cabelo sem os maridos autorizarem. O homem tinha o poder de bater, de dar o castigo. (Morais 2022, 49)

Sensível a esta realidade, Graça Morais transpôs estes temas para a sua pintura, recorrendo ao tema da caça para criar intensas analogias, “vitimando a inocência dos animais e repercutindo-se numa relação conjugal acendendo

⁵⁸¹ Óleo sobre tela, 81 x 130 cm. Coleção Fundação Calouste Gulbenkian, inv. 78P432, URL: https://gulbenkian.pt/cam/works_cam/a-magia-na-caca-139476/. Todas as páginas web referenciadas neste texto tiveram última consulta em 1 de setembro de 2022.

o medo no coração das mulheres. A serem quais outras presas, [...] feitas vítimas do brutalismo machista” (Pernes 2005 [2003], 13). É o que verificamos em duas obras-chave da sua carreira, *Maria* e *Delmina*, de 1982, em que a caça é referenciada metaforicamente como “denúncia duma agressividade viril” (*idem*, 13): numa (*Maria*), a mulher assume a forma de animal, opondo-se à figura masculina (dissimulada, mas não ausente) que é o domador ou o caçador desta mulher-besta; na outra (*Delmina*), a figura feminina parece ser passivamente engolida por uma fera predadora que pode ser associada ao papel masculino.

Pode-se observar nestas duas obras o anúncio da evolução de um elemento importante na sua gramática pictural: a bestialização da mulher, que deixa de assumir uma conotação eminentemente negativa (mulher-vítima) para depressa se transmutar nas sábias e misteriosas sibilas que habitarão toda a sua pintura⁵⁸², constituindo elementos de uma feminilidade positiva.

Noutras pinturas produzidas no início da década de 1980, Graça Morais convoca outro ritual associado à violência e ao domínio masculino, a matança do porco, como analogia da violência física e sexual. É notável a intensidade dramática de obras como *A Matança* (1982), composição visceral habitada por mãos que tocam as entranhas do corpo de forma quase obscena, em redor da carcaça rasgada do animal, ao centro, cuja ferida evoca o órgão sexual feminino; ou *Vieiro II* (1982) (**fig. 1**), em que se destaca a mão rubra que empunha uma faca ensanguentada apontando para um fruto redondo como um útero.

⁵⁸² Assumo aqui a aceção da própria artista, para quem “[a]s Sibilas são Mulheres-Animais que representam um bestiário cheio de mistério” (Morais 2021, 27).



1 Graça Morais, *Vieiro II*, 1982. Óleo e pastel sobre lona, 183 x 217 cm. Col. da Artista.
© Cortesia da Artista.

Como tão bem observa Sílvia Chicó (1998, 219):

A conotação é evidente. Quem empunha essa faca é um homem de calças azuis. Apenas se vêem as calças, como nas cenas cinematográficas de violação em que o rosto do violador é omissivo.

Nos vários quadros deste período, a sexualidade brutalista, as dores do corpo, a violência latente, são referenciadas através de elementos como os bicos de aves, as garras de animais, os cascos de bovinos, anatomias desfragmentadas, facas de ponta afiada, ou instrumentos de trabalho. Em jogos de sobreposição e criando inevitável tensão, surgem as figurações de corpos e rostos femininos (definidos ora em ténues linhas, ora em traços fortes que os colocam em evidência) e os aparentemente frágeis motivos vegetais, destacando-se a presença de tubérculos e raízes, elementos telúricos de grande

simbolismo para Graça Morais, aqui associados à capacidade de transformação e resistência. Nestas composições, resultantes da observação e denúncia de atos de violência marcados pela indissociabilidade entre prazer e sofrer, destaca-se também a presença do sangue, que é vida e é morte.

Note-se que o recurso a jogos dicotómicos através dos elementos compositivos e simbólicos constitui para a pintora um modo de referenciar a duplicidade comportamental e relacional que observa nas mulheres aldeãs em que se inspira – as quais, embora subjugadas, vulneráveis e sujeitas a diversas provações físicas e psicológicas, nunca deixam de ser fortes e resilientes:

Estas mulheres que eu costumo pintar são de um modo geral mulheres muito submissas, muito sofredoras, mas simultaneamente mulheres dotadas de uma grande personalidade e são pessoas que sabem que têm um grande poder, que é o poder da maternidade [...].⁵⁸³

As mulheres são muito poderosas, acho até que o grande poder das mulheres é a maternidade. E os homens sabem disso, sabem que as mulheres têm sempre uma grande ligação com os filhos, os filhos saíram do nosso corpo e isso é uma força muito grande. Talvez haja uma relação de ciúme por parte de alguns homens face à força das mulheres.⁵⁸⁴

Graça Morais entende que a condição da maternidade (efetiva ou em potência) confere à mulher – não apenas as da sua terra, mas em termos genéricos – uma importante capacidade de controlo familiar e de gestão das suas relações domésticas e até sociais, colocando-a numa verdadeira posição de poder, ainda que este seja exercido veladamente: “Os homens pensavam que mandavam, mas eram sempre elas.”⁵⁸⁵ Por isso a sua pintura, mesmo quando focada numa descrição crua da “pretensa virilidade onipotente” (Pernes 2005 [2003], 13), acaba por abordar justamente as ambiguidades destas relações de poder: no jogo da caça, um caçador que não domina as suas

⁵⁸³ Graça Morais, relato no documentário *Na Cabeça de uma Mulher está a História de uma Aldeia*, realizado por Joana Morais, 2000, URL: https://www.youtube.com/watch?v=Euq_xtwG6V8.

⁵⁸⁴ Graça Morais entrevistada por Luísa Crespo, in “Graça Morais: Custa-me ver o que a nossa Europa está a fazer aos refugiados”. *Jornal de Negócios*, 24 de março de 2017, URL: <https://www.jornaldenegocios.pt/weekend/detalhe/graca-morais-custa-me-ver-o-que-a-nossa-europa-esta-a-fazer-aos-refugiados>.

⁵⁸⁵ Graça Morais entrevistada por Ana Sousa Dias no programa *Por Outro Lado*, exibido pela RTP em 11 de julho de 2006, URL: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/graca-morais/>.

presas fica vulnerável – ou seja, nem sempre é claro quem é presa e quem é caçador...

2) O trabalho (a mulher-labor)

As primeiras sinalizações de uma pesquisa mais sistemática em torno do trabalho feminino surgem na obra de Graça Morais não tanto associadas ao seu contexto matricial transmuntano, mas às pesquisas que desenvolveu em Cabo Verde, onde a pintora fez uma residência artística entre 1988 e 1989. É então que a artista assume uma metodologia de trabalho sediada na captação de registos fotográficos quase diários, que nos revelam como as mulheres e as suas vivências foram motivo preferencial de investigação: nelas encontramos as vendedeiras do mercado na cidade da Praia, as mulheres oleiras de Santa Catarina, no interior da ilha de Santiago, as mães com os seus filhos nas suas rotinas domésticas, as atividades nos dias de festa. Graça Morais recorre às fotografias que tira e à observação direta para, depois, criar obras marcadas pelo recurso ao metamorfismo, à fusão entre as pessoas e os animais, a que são associados instrumentos de trabalho e outros objetos, bem como elementos escritos, em jogos de sobreposição, repetição e metamorfoses.

Apesar do novo contexto territorial e cultural, no conjunto das pinturas e desenhos produzidos em Cabo Verde é possível verificar uma convocação de experiências anteriores e memórias pessoais. Destacam-se as evocações de Trás-os-Montes, materializadas através dos matizes sienas, negros e ocres das paisagens áridas das ilhas, que remetem para as cores das montanhas e campos da sua terra natal; por outro lado, há reminiscências transmuntanas por via de um bestiário comum, como as cabras ou os bois, tão presentes nas ilhas como na sua aldeia, e associáveis a calendários e rituais que estruturam a cultura das comunidades rurais. Mas o principal elemento identitário faz-se a partir das gentes que integram as suas composições, em particular as “mulheres sem história” com que Graça Morais se cruzou naquele arquipélago, “iguais às suas irmãs transmuntanas” (Pernes 2005 [2003], 20) (**fig. 2**).



2 Graça Morais, *Blimundo*, 1988. Acrílico sobre tela, 97 x 130 cm. Col. da Artista.
© Cortesia da Artista.

São bem expressivas as palavras de Fernando Pernes, pois remetem para o que Maria Lamas descreve no prefácio de *As Mulheres do meu País*:

Fui ao encontro das minhas irmãs portuguesas, procurei conhecer e sentir as suas vidas humildes ou desafogadas, as suas aspirações, sintoma alarmante de ignorância, desinteresse e derrota.

De certo modo, foi também esse o processo de trabalho de Graça Morais em Cabo Verde – um *ir ao encontro*, uma imersão num novo contexto, que a pintora soube depois cotejar com as realidades afins às que sempre conheceu nos seus Trás-os-Montes natal, levando-a a interrogar-se: «Será que a artista tem origem? Nasci em Trás-os-Montes ou em Cabo Verde?» (Morais 1989, s.p.).

Ao longo da década de 1990, Graça Morais retoma pesquisas sistemáticas em torno da sua aldeia e dos seus habitantes. Ainda que não exclusivamente, grande parte da sua atenção é dada às mulheres, acompanhando as suas rotinas de trabalho, as suas ações domésticas ou os rituais religiosos

e comunitários. Tal como já fizera em Cabo Verde, estas ações são captadas sistematicamente em fotografia, e depois transpostas para o papel ou para a tela, num processo de trabalho que remete para a recolha etnográfica e no qual a pintora se posiciona como observadora participante, pois também ela faz parte daquele mundo.

Desta fase de produção, refiram-se a notável série *As Escolhidas* (1994)⁵⁸⁶, singelos registos das mulheres do Vieiro limpando e enfeitando as campas dos seus entes queridos, sabendo que estão também a cuidar do seu próprio espaço de repouso eterno – espécie de ritual religioso (no sentido etimológico do termo – *re-ligare*) ligado à preservação de um legado ancestral e às cumplicidades silenciosas entre cada uma das intervenientes (entre si e com a pintora). A captação do silêncio em que estas ações se concretizam resolve-se, em termos compositivos, através do monocromatismo sépia, do despojamento e da redução de cada cena ao essencial:

Sem qualquer plano de fundo e num agudo sentido de síntese, suggestionando ambientes de absoluta serenidade, as figuras são tratadas autonomamente. Por vezes, porque deslocadas do centro da composição, torna-se quase irreconhecível o plano espacial, não fornecendo ao espectador mais que indícios circunstanciais, que dificultam a percepção imediata do contexto e até a interpretação das cenas e dos gestos que as figuras realizam. (Costa 2014, 70)

Explorando variações sobre este referente (e sempre a partir da sua documentação fotográfica), Graça Morais irá retratar estas mesmas camponesas “abandonadas à sua solidão” (Fernandes 2008, 8), absorvidas noutras tarefas quotidianas ligadas ao trabalho rural: a semear, a colher, escolhendo o grão. Mais uma vez, o foco é o ato, as ações serenas mas precisas, que decorrem em silêncio e num isolamento introspetivo, enfatizado pela ausência de paisagem ou de quaisquer referências contextuais (**fig. 3**). Significativamente, no conjunto destas obras, por vezes torna-se difícil perceber se estas mulheres estão a trabalhar nos campos férteis ou no infecundo chão do cemitério.

⁵⁸⁶ Série de 12. Sépia sobre papel, 14,5 x 21 cm (11) / 21 x 14,5 (1). Col. Município de Bragança - Centro de Arte Contemporânea Graça Morais. Doação da Artista em 2008.



3 Graça Morais, *Sem título*, 1995. Carvão sobre papel, 150 x 180 cm.
Col. Centro de Arte Contemporânea Graça Morais – Município de Bragança. Doação da Artista.
© Cortesia da Artista.

Através destas séries, e noutros trabalhos desenvolvidos em várias fases da sua produção, Graça Morais acaba não só por chamar a atenção para a importância da mulher camponesa transmontana enquanto elemento preponderante na vida da aldeia, responsável pela manutenção das lides domésticas e familiares e dos trabalhos rurais, mas também por cristalizar momentos irrepetíveis num mundo rural em mudança, cada vez mais marcado pela migração dos jovens para os centros urbanos e conseqüente envelhecimento populacional e desertificação das aldeias do interior. De facto, parte da sua obra desenvolve-se justamente com o intuito de captar as “pulsões, gestos, rostos, ritos e todo o tipo de vibrações de uma das regiões culturalmente mais ricas e intactas de Portugal, exactamente a Região Transmontana da sua origem” (Monteiro 2001, 12). Neste contexto, registar a atividade das mulheres torna-se fundamental, pois em aldeias em que a demografia é marcada por uma emigração sobretudo masculina, e em que a taxa de sobrevivência das mulheres é maior (logo, mais mulheres, e mais velhas), a população feminina acaba por constituir a principal força de trabalho na comunidade e, sobretu-

do, o principal repositório de conhecimento e de transmissão de memórias coletivas.

3) A velhice (a mulher-anciã)

As mudanças que Graça Morais observa ao longo dos anos no Vieiro e na sua população não são apenas físicas ou demográficas, mas também fisiológicas: as mulheres com que cresceu foram ficando cada vez mais idosas. O envelhecimento – o dessas mulheres, e também o seu – é entendido pela pintora como um processo de acumulação de saberes, que se concretiza nas matriarcas da aldeia, verdadeiras “mulheres-anciãs”. Nas suas próprias palavras, estas mulheres são “pessoas sábias, com muitos conhecimentos e agarradas à terra”⁵⁸⁷; “são elas que guardam na cabeça as histórias de uma aldeia, as histórias do mundo”⁵⁸⁸. Em evocação e homenagem a estas mulheres-anciãs, Graça Morais estabeleceu um código pictórico que associa alguns elementos telúricos – as raízes, os tubérculos, as árvores, folhas, sementes, plantas, frutos – aos rostos femininos que coloca nas suas telas.

A metáfora do tubérculo como assunção do poder transformador do tempo e da sua inevitável consequência (a velhice, a morte) – uma espécie de *memento mori* –, surge precocemente nas suas pesquisas, primeiro integrada em obras autónomas colocadas em diálogo – de um lado, as batatas grelhadas e com a pele encarquilhada, do outro os rostos rugosos de velhas mulheres –, e depois evoluindo progressivamente em composições em que estes motivos irão fundir-se e sobrepor-se, até às metamorfoses que caracterizam grande parte das obras de maturidade da pintora: “na procura dos pontos comuns, na mistura entre o tubérculo e o humano, foram surgindo novos rostos, originando novas figurações” (Costa 2014, 44).

Mais tarde, e particularmente nas notáveis séries produzidas em meados da década de 1990, Graça Morais retratará insistentemente os rostos das mulheres do Vieiro, individualizando-as cada vez mais. A pintora distancia-se então do recurso à metamorfose, optando por soluções formais assentes numa mais ou menos subtil deformação e diluição dos contornos figurativos

⁵⁸⁷ Graça Morais entrevistada por Joana Brandão, in “Graça Morais: «A minha pintura resulta da minha história»”. *Caras*, 17 de maio de 2015, URL: <https://caras.sapo.pt/famosos/2015-05-17-graca-morais-a-minha-pintura-resulta-da-minha-historia/#&gid=0&pid=1>.

⁵⁸⁸ Graça Morais, relato no documentário *Na Cabeça de uma Mulher está a História de uma Aldeia*, realizado por Joana Morais, 2000, URL: https://www.youtube.com/watch?v=Euq_xtwG6V8.

de cada rosto que, ainda assim, continuam totalmente reconhecíveis. Em alguns retratos, destaca-se a construção da figura a partir de manchas soltas e da exploração das qualidades matéricas das tintas e do suporte utilizados, a que podemos associar a própria materialidade da pele, das rugas, da carne. Noutros, o esbatimento dos pormenores confere um ar espectral a cada um dos rostos, imbuindo-os de uma carga psicológica que responde à vontade de captação de algo mais para além do modelo (v. Baião 2021, 211).

Nesta fase, torna-se cada vez mais evidente a capacidade de Graça Morais em partir da singularidade de cada rosto (dentro daquilo que poderá ser entendido como uma prática retratística mais convencional, ainda que numa aceção contemporânea) para, por fim, criar um retrato identitário que extrapola cada indivíduo representado, e no qual a artista se projeta, remetendo não só para si mesma (como se cada uma daquelas pinturas fosse parte do seu auto-retrato íntimo), mas para uma entidade coletiva. Daí as designações genéricas que atribui a algumas séries (*As Escolhidas*, *Marias*), ainda que na base estejam mulheres reais. Como tão bem observa Jorge da Costa (2014, 74):

Alice, Teresa, Olívia, Lurdes, Joaquina, Delmina, Fernanda, Ernestina, Olívia, Irene, Marquinhas, Mariana, Aurora, Arminda, são, entre outros, os nomes reais que titulam, como elemento identitário, cada um dos retratos da série [“Marias”] a que deliberadamente apaga, distorce ou exagera as formas.

Seja numa abordagem mais brutalista que marca a pintura do início da sua carreira, seja nas figurações dos quadros da década de 1990, os semblantes das mulheres de Graça Morais surgem quase sempre pacíficos, sem sinais de sofrimento ou, como refere Sílvia Chicó (1998, 225), “já além dele”. Mais do que uma passividade abnegada ou resignada – como aquela que era identificada genericamente nas mulheres da sociedade portuguesa no início da década de 1970, “marcadas por condicionalismos de vária ordem, maltratadas, enclausuradas, casadas à força, enganadas, exploradas e, apesar de tudo, extremamente pacientes” (Besse 2006, 16) –, a pintora pretende salientar através da representação destes rostos aparentemente serenos e cada vez mais envelhecidos e rugosos, a imagem de uma grande capacidade de resistência e sabedoria: “sinto as mulheres como árvores fortes, cheias de raízes,

dotadas de uma grande energia [...]”⁵⁸⁹; “As mulheres que conheci na minha infância, e com quem continuo a conviver, tiveram vidas muito duras, mas mantêm-se íntegras e cheias de valores”⁵⁹⁰ (fig. 4).



4 Graça Morais, *O segredo*, 2008. Óleo sobre tela, 70 x 110 cm. Col. da Artista.
© Cortesia da Artista.

Nesta permanente homenagem às mulheres do Vieiro – e, através dela, a todas as mulheres do mundo – refira-se o exemplo maior destas figuras anciãs e matriciais, e modelo primordial da obra de Graça Morais: a sua própria mãe. Cito a pintora:

A minha mãe é uma mulher muito forte e muito doce ao mesmo tempo; é muito sensata, muito sábia. E eu às vezes penso – tenho a certeza – que isto de pintar tantas mulheres, de pintar estas mulheres, e de a pintar a ela própria, é uma maneira de mostrar a ligação que tenho com a minha mãe, é uma forma de homenagem que tenho àquela pessoa.⁵⁹¹

⁵⁸⁹ Graça Morais, Diário (11 de outubro de 1999), in *Graça Morais – Terra Quente, o Fim do Milénio*. Lisboa: Gótica, 2000, 72.

⁵⁹⁰ Graça Morais entrevistada por Joana Brandão, *Op. Cit.*

⁵⁹¹ Graça Morais, relato no documentário *As Escolhidas*, realizado por Margarida Gil, 1997. URL: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/graca-morais-as-escolhidas/>

A importância deste elo expressa-se particularmente na sua produção autorretratística, marcada por uma mundividência pessoal em que a artista (ou a sua personagem) se relaciona ou por vezes se confunde com a imagem de outras personagens, devendo ser destacados os autorretratos em que o seu rosto se funde com o da sua mãe, ou aqueles em que coloca em posição *inter pares* ao lado das mulheres do Vieiro (Chicó 2005, 11). Através de cada uma destas mulheres, e (con)fundindo-se com elas, Graça Morais desvenda-se a si mesma:

Estou a falar da minha história. Comecei muito cedo a falar daquele pequeno universo, nem me apercebia de que estava a falar de mim. Todo esse trabalho é autobiográfico, só que aquelas caras não são a minha. (Morais 2011)

Algumas considerações

As representações do feminino na obra de Graça Morais estão profundamente relacionadas com o universo rural do Vieiro e com as camponesas que o habitam. Tendo em consideração o enquadramento contextual do arranque da sua carreira, num Portugal em período de transição democrática, é interessante verificar como o trabalho da pintora reflete, ainda que sem intenção programática, algumas tensões com que as próprias abordagens sociológicas se depararam no contexto do pós-25 de abril: por um lado, relacionadas com uma tentativa de romper com a idealização das comunidades rurais que fizera parte do projeto nacionalista do Estado Novo, abordando e denunciando as suas condições de vida e de trabalho; por outro lado, mantendo acerca das sociedades camponesas uma certa retórica que entendia a modernização e o progresso como fatores de uma possível perda de identidade, tradições e memória.

O trabalho de Graça Morais trata estas tensões de forma magistral, na medida em que capta cruamente a essência das vivências da aldeia, nos seus aspetos mais positivos e nos seus aspetos mais negativos, tendo sempre como foco as pessoas que a habitam (e particularmente as mulheres); e na medida em que acompanha as transformações destes espaços físicos, sociais e demográficos ao longo das décadas, registando – e, assim, preservando – a identidade e a memória “de uma sociedade rural que a pintora vê em perigo, a extinguir-se rapidamente, sociedade relacionada com as suas vivências

mais profundas, memórias e preocupações de carácter político e ambiental” (Chicó 2003, 5).

Outro aspeto que importa referenciar, e que poderá ser alvo de reflexão no desenvolvimento de futuros estudos sobre a obra da pintora, é o seu co-tejamento com a temática da representação feminina campesina no quadro da história da arte ocidental. É evidente o cruzamento da obra de Graça Morais com algumas das categorias assinaladas na sistematização feita pela historiadora de arte Linda Nochlin, que verifica na representação pictórica da mulher rural (focando o contexto europeu, a partir do final do século XVIII) múltiplas e por vezes contraditórias aceções: a camponesa como ameaça política (a autora salienta como exemplo a memória de mulheres armadas com forquilhas no contexto da Revolução Francesa); o trabalho feminino como racionalização ou como denúncia da pobreza agrária e das tradições de tirania masculina dentro da própria cultura campesina; a figura da camponesa como transmissora de noções sobre fé religiosa e práticas tradicionais inquestionáveis de geração em geração; a associação da mulher rural a poderes malévolos ou sobrenaturais, associados à libertação de energias femininas populares (a bruxa, figura comum a várias culturas); a camponesa como naturalmente acolhedora e piedosa, próxima de um instinto e animalidade primitivos (ou naturais), por vezes expressos na personificação de uma sexualidade desimpedida, sem dissimulação (Nochlin 2018 [1988], 1385-1389).

Por fim, deve ser salientado que, ainda que alicerçado nas suas referências matriciais, o universo pictórico de Graça Morais não se esgota nelas: a sua obra desenvolve-se numa contínua expansão, partindo do particular para o geral – a aldeia do Vieiro, Trás-os-Montes, Portugal, o mundo... No caminho pictórico em torno das suas *representações do feminino*, verificamos também essa evolução: das pequenas histórias locais para uma reflexão cada vez mais profunda e alargada (geograficamente, cronologicamente, culturalmente) sobre a condição da mulher – e, em última estância, do ser humano; das representações de pendor retratístico dos rostos femininos reconhecíveis que pontuam toda a sua obra, para os trabalhos mais recentes⁵⁹², habitados por enigmáticos seres que já não reconhecemos como homens ou como mulheres, e que nos confrontam de um espaço sem lugar e sem tempo.

⁵⁹² Apresentados na exposição *Inquietações*, inaugurada em 30 de julho de 2021 no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, em Bragança, com curadoria de Joana Baião e Jorge da Costa. Sobre a exposição, veja-se o catálogo (publicado em 2022) e o registo audiovisual com relatos da artista e dos curadores, URL: <https://www.youtube.com/watch?v=XhDeGKi1UWI>.

Porque, na sua sensibilidade de pintora e mulher, Graça Morais interessa-se, essencialmente, pela Humanidade.

Bibliografia

- BAIÃO, Joana. 2021. “Retratos de mulheres, representações de um povo. *Marias, de Graça Morais*”. *Representações do Povo*, cat. exposição, pp. 197-217. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- BESSE, Maria Graciete. 2006 (abril). As “Novas Cartas Portuguesas” e a Contestação do Poder Patriarcal. *Latitudes* 26: 16-20.
- CASTRO, Laura. 2011. “A artista antropóloga”. *Graça Morais. Prémio de Artes Casino da Póvoa 2011*, cat. exposição, pp. 69-73. Póvoa de Varzim: Casino da Póvoa / Porto: Árvore, Cooperativa de Actividades Artísticas CRL.
- CHICÓ, Sílvia. 1998. “Definição de um caminho”. *Graça Morais*, pp. 215-225. Lisboa: Galeria 111 / Livros Quetzal.
- CHICÓ, Sílvia. 2003. “Graça Morais”. *Graça Morais. Deusas da montanha*, cat. exposição. Carraceda de Ansiães / Vila Flor: Câmara Municipal.
- COSTA, Jorge da. 2014. *Graça Morais. Territórios da memória. Definição de um percurso. 1980-2008*. Porto: Universidade Católica Editora.
- FERNANDES, João. 2008. “Do desenho e da pintura. Entre referência e emoção”. *Graça Morais. Pintura e Desenho (1982-2005)*, cat. exposição. Bragança: Câmara Municipal.
- FERREIRA, Ermelinda Maria Araújo. 2009 (janeiro-junho). “Trajetoria da Venus: leituras do corpo feminino na arte, do classicismo à Biopaisagem, de Ladjane Bandeira”. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, 33: 81-106. URL: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9586/8468>
- FOSTER, Hal. 1996. “The Artist as Ethnographer”. *The Return of the Real*, pp. 171-204. Cambridge: The MIT Press.
- JOAQUIM, Teresa. 2017. “Maria Lamas e as mulheres do meu país ou a deslocalização de uma intelectual”. *Maria Lamas - Mulheres, Paz, Liberdade realizada na Assembleia da República*, cat. exposição, pp. 31-38. Torres Novas: Câmara Municipal.
- LAMAS, Maria. [1948-1950]. *As mulheres do meu país*. Lisboa: Actuais.
- MONTEIRO, Hermínio. 2001. “Graça Morais: uma geografia da alma”. *Graça Morais. As deusas da montanha / Les déesses de la montagne*, cat. exposição, pp. 12-14. Paris: Centro Cultural Português - Instituto Camões.
- MORAIS, Graça. 1989. *Cabo Verde*, cat. de exposição. [S.n.] [S.l.]
- MORAIS, Graça. 2011 (13 de novembro). “«Não abri as portas docemente, tive que as empurrar», Graça Morais”. [entrevista conduzida por Anabela Mota Ribeiro]. *Público*, URL: <https://www.publico.pt/2011/11/13/jornal/nao-abri-as-portas-docemente-tive-que-as-empurrargraca-morais-23349084>
- MORAIS, Graça. 2021. [sem título, relato da artista]. *Inquietações*, cat. exposição, p. 27. Bragança: Município de Bragança.
- MORAIS, Graça. 2022 (4 de março). “Sinto sempre que me salvo através da pintura” [entrevista conduzida por Valdemar Cruz]. *E – Revista do Expresso*: 46-51.

- NOCHLIN, Linda. 2018 [1988]. “Mulheres, arte e poder”. *Ars* 42(19) – Número especial – História da Arte sem lugar: 1357-1424. URL: <https://www.revistas.usp.br/ars/article/view/192874/177769>
- PERNES, Fernando. 2005 [2003]. “Graça Moraes, a terra e o tempo”, pp. 7-23. *Graça Moraes. Uma geografia da alma*. São Mamede do Coronado: Bial.
- TAVARES, Emília. 2021. “Maria Lamas”. *Tudo o que eu quero. Artistas portuguesas de 1900 a 2020*, cat. exposição, pp. 56-58. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Notas biográficas das coordenadoras

Susana Serpa Silva (CHAM Açores – NOVA/UAc) - Professora Associada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores. Doutorada em História Contemporânea, pela mesma instituição de ensino superior, é a IR do Projeto de Investigação “Trabalho (no) Feminino (1850-1926) – Histórias dos Açores” (Programa PRO-SCIENTIA - Governo Regional dos Açores - M1.1.C/C.S./022/2019/01) e conta com várias publicações no âmbito da História Social e de Género. É investigadora integrada do CHAM – Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, sendo, atualmente, diretora do núcleo da UAc, CHAM Açores.

Cristina Moscatel (CHAM Açores – NOVA/UAc) – licenciada em História e Mestre em História Insular e Atlântica pela Universidade dos Açores. É doutoranda em História Insular e Atlântica na mesma Universidade, tendo sido, no âmbito do curso de doutoramento, bolseira da FCT. É pós-graduada, pela mesma Universidade, em Ciências Documentais (Arquivo) e é investigadora do CHAM Açores. As suas áreas de interesse englobam a área da Arquivística e da História Económica, Social e Cultural (século XIX) onde se inserem os seus mais recentes interesses de investigação no âmbito da história da Mulher e na sua relação com a cultura artística oitocentista.

N’zinga Oliveira (CHAM Açores – NOVA/UAc) – licenciada em História – variante de Arqueologia, pela Universidade Nova de Lisboa; mestre em História Insular e Atlântica pela Universidade dos Açores; doutoranda do curso de doutoramento: Ilhas Atlânticas com especialização em património cultural. Assistente convidada na Universidade dos Açores onde leciona a Unidade Curricular de Arqueologia entre 2017 e 2022. Arqueóloga de profissão, é coordenadora do Museu Municipal de Vila Franca do Campo desde setembro de 2021. Investigadora integrada não doutorada do CHAM – Centro de Humanidades, FCSH/NOVA – UAc, onde colabora em projetos de Mediação Cultural e Educação Patrimonial, e efetua consultoria na área do património arqueológico. Membro da Direção da Associação Histórias Sábias – Património Cultural, Arqueológico e Artístico. Colabora e coordena projetos de investigação e salvaguarda de arqueologia subaquática e terrestre, em Portugal continental e no arquipélago dos Açores, com vários artigos publicados em revistas e livros da área. Membro colaboradora do Grupo de Ação Local

do Projeto Margullar, do programa de iniciativa comunitária de cooperação transnacional INTERREG-MAC, coordenado, no arquipélago, pela Direção Regional da Cultura dos Açores (DRC) e pela Agência para o Desenvolvimento da Cultura nos Açores (ADCA).

Daniela Soares (CICS.NOVA) – é licenciada, mestre e doutorada em Sociologia. É investigadora no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA). É docente na Universidade dos Açores e técnica superior com funções de coordenação do Centro de Informação, Promoção e Acompanhamento de Políticas de Igualdade (CIPA) gerido pela Novo Dia - Associação para a Inclusão Social. Em 2017, foi eleita conselheira para a área da igualdade de género no extinto Conselho Regional de Concertação Estratégica da Região Autónoma dos Açores e, desde 2019, no Conselho Económico e Social da Região Autónoma dos Açores. Participou, como coordenadora e como membro da equipa de investigadores em vários projetos de investigação e organizou eventos científicos nas áreas da saúde e doença, género, discriminação e violência de género.

Bruna Valério (CHAM Açores – NOVA/UAc) – é licenciada em História e mestre em História Insular e Atlântica (séculos XV a XX), ambos graus obtidos na Universidade dos Açores. Foi bolsista de investigação do projeto “Medical and Healthcare services in the First World War: the case of the Portuguese soldiers during and after The Great War (1914 – 1960)”. Colaborou, com pesquisa e tradução, com o historiador Guy Warner na elaboração do livro *Atlantic Linchpin – The Azores in the First World War* (aguarda publicação) e no livro *Atlantic Linchpin - The Azores in Two World Wars* (2021). Atualmente, integra a equipa do projeto Trabalho (no) Feminino (1850 - 1926) - Histórias dos Açores, Projeto financiado pela Direção Regional da Ciência e Tecnologia - Ref. M1.1.C/C.S./022/2019/01. É também Colaboradora do CHAM - Açores (Centro de Humanidades - Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores).

Índice

Preâmbulo	4
-----------------	---

MULHERES E TRABALHO: UMA REALIDADE HETEROGÊNEA WOMEN AND WORK: A HETEROGENEOUS REALITY

“Familiar de faroleiro também é profissão”. Mulheres e trabalho em Portugal no século XIX e inícios do século XX: fontes e problemáticas

Irene Vaquinhas	8
-----------------------	---

As damas camaristas ao serviço da Casas das Rainhas durante a monarquia constitucional portuguesa: tradição e modernidade

Pedro Urbano	34
--------------------	----

Mulheres imigrantes portuguesas: presença e ocultamento (São Paulo/Br. sécs. XIX e XX)

Maria Izilda Santos de Matos	61
------------------------------------	----

Trabajo femenino en el Servicio de Extensión Agraria durante el franquismo: las Agentes de Economía Doméstica

Silvia Canalejo Alonso	76
------------------------------	----

MULHERES ARTESÃS E OPERÁRIAS CRAFTSWOMEN AND WORKERS

Cecília Santos Cardoso e Diana Felícia, “O outro lado do espelho”: o papel das mulheres nos trabalhos de ourivesaria, marcenaria e fundição de ferro em Gondomar

Ana Cristina Sousa	91
--------------------------	----

Crafting Professionalism: Victorian Women Writers and the Decorative Arts

Patricia Zakreski	115
-------------------------	-----

Mulheres trabalhadoras, Movimentos Operário e Feminista em Portugal (1850-1926)

Joana Dias Pereira	133
--------------------------	-----

Trabalho Feminino na Ilha do Pico De Tecedeiras e meiras a rendeiras
Teresa Perdigão e Norberta Amorim.....149

Da reivindicação à Autogestão: uma análise do Caso da Fábrica Sogantal a partir do Jornal “Combate” e do “Jornal da Sogantal”, no contexto do período revolucionário em curso do século XX
Carolina Nascimento De Oliveira168

Why do we need gender archaeology when studying factories?
Susana Pacheco186

MULHERES NA ÁREA DA SAÚDE WOMEN IN HEALTHCARE

Mulheres na Medicina: o exemplo da micaelense Maria Joana de Freitas Pereira (1880-1965). Notas para a sua biografia
Susana Serpa Silva208

Mulheres, Parteiras e Anjinhos
Piedade Lalanda.....224

Políticas da maternidade e cidadania: Trabalho feminino no governo de Getúlio Vargas (1930-45)
Elisa Fauth250

MULHERES NA ACADEMIA WOMEN AT THE ACADEMY

Women in academia in Canada: the trajectory of Hilda Baynes (1884-1959)
Geneviève De Viveiros.....267

Arquitetura e amnésia social: em busca das primeiras arquitetas formadas no Brasil
Camila Almeida Belarmino281

MULHERES E EMPREENDEDORISMO WOMEN AND ENTREPRENEURSHIP

<i>Donas de bens e de gentes: propriedade e empreendedorismo feminino na Capitania da Parahyba – Brasil (1727-1820)</i> Luíra Freire Monteiro	299
<i>Bertha Rosa-Limpo (1894-1981): música, culinária e cosmética em Portugal</i> Isabel Drumond Braga.....	326
<i>Política e História de Mulheres brasileiras: Protagonismos contemporâneos</i> Angela Virginia Brito Ximenes, Fernanda Lédo Flôres, Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti.....	354

MULHERES NA IMPRENSA WOMEN IN THE PRESS

<i>“Por preços módicos” - mulheres, trabalho e publicidade nos Açores de 1850 a 1926</i> Bruna Travassos Valério	377
<i>Jornalismo no feminino: o contributo de Alice Moderno</i> Adriana Mello Guimarães	394
<i>Dos periodistas que abrieron caminos en la prensa española del siglo XX: Magda Donato (1898-1966) y Margarita Landi (1918-2004)</i> Víctor J. Ortega Muñoz e María Dolores Ramos Palomo	401

MULHERES E LETRAS WOMEN AND LETTERS

<i>Mulheres escritoras e tradutoras – do esquecimento à centralidade académica: os casos de Mary Shelley, Julia Evelina Smith e Virginia Woolf</i> Leonor Sampaio Da Silva	422
---	-----

Las Bibliotecas: un ámbito pionero de trabajo femenino en la España de la II República (1931-1936)

Carmen Marina Vidal Valiña.....437

Madalena Férin: a ilha e a escrita

Ana Cristina Correia Gil449

MULHERES NO MUNDO DAS ARTES WOMEN IN THE WORLD OF THE ARTS

Modelling as Work? The Employment of Women as Artists' Models, 1850-1870

Cátia Costa Rodrigues462

Mulheres artistas em Braga nos finais do século XIX e princípios do século XX

Elisa Lessa.....478

Pianistas, harpistas e violoncelistas nos sécs. XIX e XX: a aptidão musical feminina da família Luizello. Breves apontamentos biográficos.

António R. Telles Costa492

Dos caminhos pictóricos de Graça Morais: a mulher, as mulheres

Joana Baião.....508

